

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Leticia Souto Pantoja

**Trilhos, veios e caminhos da cotidianeidade
das camadas populares de Belém: 1918-1939.**

DOUTORADO EM HISTÓRIA

SÃO PAULO

2015

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Leticia Souto Pantoja

**Trilhos, veios e caminhos da cotidianidade
das camadas populares de Belém: 1918-1939.**

DOUTORADO EM HISTÓRIA

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em HISTÓRIA, sob a orientação da Profa., Dra. Estefânia Knotz Canguçu Fraga.

SÃO PAULO
2015

Banca Examinadora

Este trabalho é dedicado aqueles que têm cercado minha vida de apoio, exemplos e desafios: *Ao Deus em que acredito e em quem tenho depositado minhas esperanças, minha fé e minha confiança. Ao Onizes Araujo Junior; Miguel Pantoja Araújo; Esperança Pantoja Araujo; Sofia Pantoja Araujo.*
(meus amores incondicionais).

AGRADECIMENTOS

Agradecer é sempre necessário e às vezes, desafiador, pois durante o processo de construção da Tese são inúmeras as pessoas que entram em nossas vidas e passam a partilhar conosco os sonhos, as alegrias e as angustias decorrentes dos momentos de pesquisa, estudo e escrita do texto.

Assim, assumindo o risco de não mencionar todos que fizeram parte dessa história, agradeço primeiramente meus familiares (Nara, sinhá, Augusto, Pollyana, Cineide, Onizes, Ariane) pela total cumplicidade e envolvimento neste projeto que não é só meu, mas deles também. Por rirem e chorarem junto comigo nas diversas situações que atropelaram a escrita do texto final.

Ao meu ‘consorte’ Onizes Araujo Jr, em especial, que suportou o stress, silenciou quando necessário, mas também me chacoalhou quando indispensável.

Aos meus filhos Sofia, Esperança e Miguel, pelas frases inusitadas de estímulo (___mãe, é só você escrever de noite, enquanto dormimos! __Mãe, você precisa terminar, tenta um pouco mais! __Mãe, você não sai desse computador, só lê, lê, lê...precisa ir ao cinema!)

A Pollyana particularmente, pelo auxílio na coleta de fontes, sem o qual não teria conseguido mergulhar nas minúcias do cotidiano dos populares.

A CAPES e ao CNPQ pelo incentivo fornecido pelo financiamento da pesquisa, em diferentes momentos do Doutorado.

A UFPA, através da Faculdade de Ciências da Educação, pela concessão de licença na fase final de escrita da Tese.

As bibliotecárias e funcionários do Arquivo Público do Estado do Pará –APEP, Setor de Obras Raras e setor de Microfilmagens da Fundação Tancredo Neves. Trata-se de gente competente, solícita e que ama seu trabalho; sem as quais, nós historiadores não poderíamos avançar em nossas garimpagens de documentos.

A minha orientadora Profa. Dra. Estefania Knotz Canguçu Fraga, não tenho palavras para agradecer o fato de ter abraçado meus sonhos de pesquisa desde o mestrado. Na sua elegância, singeleza, afetuosidade e sabedoria soube sempre persistir, conduzir e orientar esta aluna ansiosa, atarantada de coisas pra fazer. A senhora, é meu modelo de profissional.

Aos professores da PUC-SP, especialmente, Heloisa Cruz, Denise Bernuzzi, Maria Odila Leite, Maria do Rosario, que ao longo das disciplinas fizeram contribuições indispensáveis a pesquisa.

Ao prof. Dr. Paulo Garcez Marins, cuja acidez necessária durante a avaliação do texto apresentado ao Exame de Qualificação, foi indispensável para que eu ‘voltasse aos eixos’ na pesquisa. Sem suas críticas, ponderações, orientações e sugestões, esta tese não seria concluída. Meu eterno, obrigada.

Aos colegas da Faculdade de Educação da UFPA, hoje UNIFESSPA, Silvana Lourinho, Ivan Costa e Vanja Leonel, pelo apoio e compreensão durante a pesquisa.

A minha amiga Helena Chaves, do Campus de Bragança-UFPA, companheira das divagações teóricas e apoiadora incondicional da pesquisa.

A Comunidade de Fé da Igreja Metodista de Marabá, especialmente aos meus pastores Marlon Elias da Costa Leandro e Joanna Froguer Leandro, pelo apoio cotidiano, orações e amizade que impactaram meu coração e de toda minha família. “Tamo Junto”!

As queridíssimas Elisangela e Eliane, intercessoras e amigas do CTP. Novos afetos, mais companheirismo.

As meninas Amine, Camila, Cloutilde, Dina, Ingride, Juliana, Larissa, Silvana, que nesse tempo representaram um renovo na minha vida. Podem comemorar *laranjinhas*, a ‘bixpa’ terminou a tal Tese!

“Se o Senhor não edificar a casa, em vão trabalham os que a edificam; se o Senhor não guardar a cidade, em vão vigia a sentinela. Inútil vos será levantar de madrugada, repousar tarde, comer o pão de dores, pois assim dá ele aos seus amados o sono.” Salmos 127:1-2 (Bíblia, versão J. F.A.)

RESUMO

Esta pesquisa discute a cotidianidade das camadas populares de Belém entre os anos de 1918 e 1939, buscando compreender como alguns grupos, dentre o expressivo segmento de trabalhadores pobres urbanos, entreteceram práticas de apropriação e de uso dos espaços citadinos, a partir das quais forjaram suas identidades sociais no contexto de uma cidade que se metropolizava, ao mesmo tempo em que convivia com o fastígio de um dos setores mais importantes da economia local, o dos negócios de exportação da borracha nativa. Com substrato na leitura de documentos de diversas origens, tais como boletins de ocorrência policial, inquéritos criminais, autos cíveis e criminais de acidente de trabalho, artigos de jornais, contos, fotografias, dentre outros; analisa-se a cidade em sua complexidade histórica, reconhecendo que a urbe que emerge desse processo se caracteriza pela ambiguidade da existência de um *locus* arquitetônico moderno que se contrapõe a uma população que é predominantemente pobre; um espaço contraditório em si mesmo, já que a utilização de artefatos tecnológicos no cotidiano convive *tranquilamente* com a miséria, com o desemprego e com os efeitos jurídico-policiais da pobreza. No primeiro capítulo, delineia-se os diversos âmbitos da construção da urbe paraense, quais sejam: as condições da conjuntura econômica instaurada após a perda da hegemonia paraense no comércio internacional de borracha, as questões demográficas que envolviam a continuidade dos fluxos imigrantistas para a capital, o processo de expansão territorial urbana e os múltiplos aspectos que interferiram na construção de dada territorialidade. No segundo capítulo, se analisa as expressões cotidianas arquitetadas por grupos específicos de trabalhadores citadinos, como por exemplo, mulheres operárias, trabalhadores avulsos e crianças pobres apropriando-se de certos espaços da cidade e envolvendo-se em situações de trabalho e não-trabalho. No terceiro capítulo, são identificados os itinerários e as práticas de sociabilidade construídas pelas camadas trabalhadoras de Belém, no período delineado, considerando-se as circularidades, os encontros e desencontros, as elaborações e hibridismos que se construíram nos modos de festejar os santos, os amigos e os espaços, no contexto de um movimento histórico de construção identitária de classe e de vínculos de pertencimento a própria urbe.

Palavras-chave: Belém – cotidiano – urbanização - trabalhadores – sociabilidade.

ABSTRACT

This research discusses the routine of the lower classes of Belem between the years 1918 and 1939, seeking to understand how some groups, among the significant segment of urban working poor, have woven practices of appropriation and use of city spaces, from which forged their social identities in the context of a city that was becoming a metropolis, while they lived with the meridian of one of the most important sectors of the local economy, the export business of native rubber. With substrate to read documents from various sources, such as police reports, criminal investigations, civil and criminal cases of accidents at work, newspaper articles, stories, photographs, among others; analyzes of the city in its historical complexity, recognizing the town which emerges from this process is characterized by ambiguity of the existence of a modern architectural locus that differs from a population that is predominantly poor; a contradictory space in itself, since the use of technological artifacts in the daily lives quietly with misery, with unemployment and with the legal and police effects of poverty. The first chapter outlines to every sector of the construction of Pará metropolis, namely: the conditions of the economic situation created after the loss of Pará hegemony in international trade of rubber, demographic issue involving the continuity of immigration supporters flows to the Capital, the process of urban land expansion and the many aspects that interfere in the construction given territoriality. In the second chapter, we analyze the everyday expressions devised by specific groups of city workers, such as women workers, temporary workers and poor children appropriating certain areas of the city and engaging in work and non-work situations. In the third chapter, routes and sociability practices are identified layers built by workers of Belem. In the delineated period, considering the roundness, the similarities and differences, elaborations and hybrids that were built in the ways of celebrating the saints, the friends and the spaces in the context of a historical movement of class identity construction and belonging links the city itself.

Keywords: Belém - routine - urbanization - workers - sociability.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	p.12

CAPITULO 1:

TRILHAS DA CONSTRUÇÃO SOCIAL DA URBE BELEMITA

1.1 Uma cidade na encruzilhada: entre a efeméride de <i>fin et siècle</i> e a urbe dos anos 20 e 30.....	p.33
1.2 Trilhos e veios da expansão: delineamentos acerca da urbanização de Belém.....	p.61
1.3 Caminhos da modernidade: a cidade sob os signos de um tempo acelerado.....	p.78
1.3.1 A eletricidade e a vida urbana.....	p.83
1.3.2 Bondes e automóveis transformam a paisagem da urbes.....	p.94
1.3.3 Cinemas-teatros e cafés na capital irradiante.....	p.110

CAPITULO 2:

CAMINHOS DA COTIDIANEIDADE DAS CAMADAS POPULARES

2.1 Conjunturas e experiências de vida das crianças pobres pelas ruas da cidade.....	p.129
2.1.1 Na rua, a trabalho e dando trabalho.....	p.133
2.1.2 Ele me bateu, ele mexeu comigo!.....	p.140
2.1.3 Um desastre horrível!...as crianças e o trânsito da cidade.....	p.213
2.1.4 Fugiu e ninguém sabe o paradeiro.....	p.164
2.2 Vivências do trabalho e do não-trabalho entretecidas por homens pobres da cidade.....	p.173
2.2.1 Profissões, ocupações e espaços de trabalho.....	p.175
2.2.2 Desordeiros, gatunos, ladrões de galinha e sem profissão conhecida.....	p.198
2.2.3 Alcoolismo, bebedices e desordens pela cidade.....	p.204
2.3 Entre o amor, o trabalho e o ócio: práticas e territorialidades construídas por mulheres das camadas populares.....	p.213

2.3.1	Nas Azas do Amor.....	p.215
2.3.2	Para ter trabalho e rendas.....	p.227
2.3.3	Fora de controle.....	p.248

CAPITULO 3:

VEIOS DE CONSTRUÇÃO DA SOCIABILIDADE POPULAR

3.1	Andanças e experiências identitárias pelos botequins, fréges e tabernas.....	p.260
3.2	Currais de bois, cordões e pastorinhas invadem os territórios citadinos.....	p.293

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....p.311

FONTES.....p.322

BIBLIOGRAFIA.....p.328

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa se dedica a discutir a cotidianidade das camadas populares da cidade de Belém entre 1918 e 1939.

Nesse sentido, busca compreender como alguns grupos, dentre o expressivo segmento de trabalhadores pobres urbanos, entreteceram práticas de apropriação e de uso dos espaços citadinos, a partir das quais forjaram suas identidades sociais no contexto de uma cidade que se metropolizava, ao mesmo tempo em que convivia com o fastígio de um dos setores mais importantes da economia local, o dos negócios de exportação da borracha nativa.

O interesse da pesquisadora por esse tema surgiu, ainda durante o período de realização do Mestrado na PUC/SP, quando foram pesquisadas as condições de moradia e de trabalho das camadas pobres de Belém na fase de maior prosperidade do comércio extrativista do látex (1890-1910).¹

Ocorre que, na fase final daquele trabalho, ao compulsar a documentação oriunda dos poderes públicos locais, jornais do período e, principalmente, ao estudar a produção acadêmica acerca da história da região amazônica nas primeiras décadas do século XX; observou-se que havia uma interpretação a respeito dos anos que se seguiram à perda da hegemonia da Amazônia, no mercado de exportações de borracha, que circunscrevia as cidades de Belém e Manaus a meros destroços de um tempo que se findara.²

A existência dessa leitura sobre as décadas seguintes ao chamado *ciclo gomífero*, restringia o olhar que se poderia construir hoje, como *historiadora social* da cidade, a respeito do passado da região; na medida em que limitava a história da época ao (re)conhecimento das dificuldades econômicas enfrentadas pela Amazônia, após o surto de crescimento havido *et fin de siècle*; excluindo e/ou minimizando a ação histórica de homens e mulheres que dialogaram com aquela realidade.

¹ PANTOJA, Leticia Souto. *Au jour, le jour: cotidiano, moradia e trabalho em Belém (1890-1910)*. São Paulo: PUC/SP, 2005. Dissertação de Mestrado.

² Sob este prisma, as dificuldades financeiras enfrentadas pela região após 1912, quando os países asiáticos superaram os estados amazônicos em número de toneladas de borracha extraídas e vendidas para a Europa e EUA, foram tamanhas que segundo a historiografia local, as capitais mais importantes do território imergiram numa lenta e profunda crise. Da qual só se reergueram já em meados dos anos 1930, em virtude de novos esforços empresariais para dinamizar o plantio, extração e comercialização da *hevea brasiliensis*. Cfe. WEINSTEIN, Bárbara. *A Borracha da Amazônia – expansão e decadência (1850-1920)*. São Paulo: HUCITEC, 1983.; SANTOS, Roberto Araujo de Oliveira. *História econômica da Amazônia: 1800-1920*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980. OLIVEIRA, Nilda Nazaré Pereira. *A economia da borracha na Amazônia sob o impacto dos Acordos de Washington e da criação do Banco de Crédito da Borracha (1942-1950)*. São Paulo: USP, 2001. Dissertação de Mestrado. & COSTA, Francisco de Assis. *Capital estrangeiro e agricultura na Amazônia: a experiência da Ford Motor Company (1922-1945)*. Rio de Janeiro: F. de A. Costa, 1981.

O aprofundamento da leitura das fontes³, em um momento posterior, demonstrou que, realmente, o caminho a ser percorrido para a construção de uma interpretação diversa sobre a história da região implicava em lançar o olhar sobre as pessoas comuns, que viviam nas cidades e sobre suas experiências cotidianas de vida na/pela urbe; muito mais que tecer análises exaustivas sobre as condições econômicas vigentes no período mencionado, pela constatação de que foram esses sujeitos históricos que permaneceram, viveram, amaram, trabalharam e ocuparam os *locus* urbanos regionais após a grande *ilusão do fausto*.⁴ Foram as experiências de urbanidade por eles construídas que asseguraram a continuidade de um processo histórico, que não sucumbiu diante do declínio do comércio e da exportação do látex, mas que assinalou a afirmação da modernidade na Amazônia.

Entende-se, por modernidade, um tempo histórico específico, que se construiu no mundo ocidental, especialmente a partir do século XIX (1890-1940), no qual o fazer humano em diferentes âmbitos (artes, arquitetura, urbanismo, moral) assumiu formas que, ao mesmo tempo, atraíam, pasmavam e confundiam. A modernidade assinalou um processo e um projeto dirigidos para a afirmação de um modelo de sociedade, em que predominam o rompimento com o passado e a aproximação aos comportamentos e valores que exprimem a antecipação da percepção temporal, uma cultura de massas, o encantamento cotidiano com a técnica e seus artefatos, com o poder da ciência e suas realizações, o desejo pela monumentalidade arquitetônica e a defesa da superioridade do homem sobre a natureza.⁵

Inicialmente, as preocupações investigativas desta pesquisa se orientaram para entender se havia diferenciações significativas nos modos como as camadas trabalhadoras

³ Após a leitura, durante o mestrado, de documentos provenientes do poder público de Belém, processos criminais e jornais impressos; ampliou-se o leque de possibilidades de pesquisa, compulsando processos cíveis de acidentes de trabalho, criminais de ferimentos por imprudência, boletins de ocorrência policial, petições e requerimentos encaminhados à Chefatura de polícia, revistas literárias e noticiosas diversas, publicadas no período de 1915 a 1939.

⁴ Conceito forjado a partir da obra de MASCARENHAS, Ednéia. *A ilusão do fausto. Manaus, 1890-1920*. Dissertação de Mestrado. PUC,SP, 1999, que significa dizer sobre um tempo em que ‘as riquezas oriundas da exploração da goma elástica haviam criado uma época de fausto ilusório, de luxo efêmero, de um progresso inconstante’.

⁵ Raymond Williams afirmou em uma de suas palestras na Universidade de Bristol que o termo moderno caminha imbricado com outra expressão, qual seja, o modernismo. Nessa conjugação, moderno é uma versão dominante de um período que se estendeu entre 1890-1940, enquanto o modernismo significa o fazer e ser decorrente desse momento. WILLIAMS, Raymond. Quando se deu o modernismo. In: *Política do Modernismo. Contra os novos conformistas*. São Paulo: UNESP, 2011. p. 3-4. Ver ainda, Maria Inez Machado Borges. *Encantos e dissonâncias da modernidade: urbanização, cinema e literatura em São Paulo-1920 a 1930*. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da USP. Tese de Livre Docência. 2002.; RODRIGUES, Marly. O Brasil na década de 1920. *Os anos que mudaram tudo*. São Paulo: Ed. Ática, 1997. Pp. 8-9. & SEVECENKO, Nicolau. 3ª reimp. *Orfeu extático na metrópole. São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Cia das Letras, 2003. MARSHALL, Berman. 3ª reimp. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Cia das Letras, 2006.

urbanas vivenciavam as condições de urbanidade moderna prevalentes na cidade, em contextos econômicos e sociais distintos.

Sob essa ótica, partiu-se do pressuposto de que realmente havia existido um período anterior ao que se propunha investigar, em que a cidade de Belém experimentara grande efervescência econômica e social, seguido por décadas de instabilidade econômica e de contradições sociais, que teriam servido para acirrar as condições de pobreza e de marginalidade das camadas de trabalhadores urbanos.

Ocorre que percebi estar caindo em uma “cilada histórica & ideológica”, na medida em que já se havia constatado, na pesquisa de mestrado, que, a despeito dos discursos ufanistas acerca dos impactos positivos dos capitais provenientes dos negócios extrativistas firmados na cidade, as camadas populares - constituídas por imigrantes e migrantes, trabalhadores inseridos no mercado informal, funcionários públicos ocupantes de pequenos cargos, trabalhadores portuários e desempregados - sempre estiveram alijadas do *fausto* e das benesses proporcionados pelo ouro negro.

Ora, por que seria diferente em um período posterior aos idos de 1890-1910?

Ao deslindar o conteúdo das fontes de pesquisa, de natureza variada e pertencente a diferentes fundos de documentação, constatou-se que os efeitos das mudanças na conjuntura econômica local importavam muito mais para as camadas ricas, que propriamente para o enorme contingente de pobres e trabalhadores urbanos, para quem *com* ou *sem* capitais gomíferos, a situação de pobreza e de dificuldades de sobrevivência se mantinham.

Na verdade, ao se efetuarem leituras a respeito do sentido que algumas categorias históricas assumem nas sociedades, como por exemplo, prosperidade *versus* decadência, riqueza *versus* pobreza, expansão *versus* declínio;⁶ pode-se reconhecer que, em se tratando da história da região amazônica, desde fins do século XIX até meados da década de 1940, essas terminologias estiveram muito mais a serviço de discursos que provinham das elites

⁶ O conceito de decadência, nesta perspectiva, compreende uma construção intelectual, ideológica do passado a partir do tempo presente e com repercussões no mundo cotidiano. Envolve, necessariamente um processo de resignificação desse passado com fulcro na idealização do que já se teve e do que está perdido, hoje. Cfe. ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *A ideologia da decadência: leitura antropológica a uma história da agricultura do Maranhão*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Casa 8, Fundação Universidade do Amazonas. 2008. Ver ainda: STEIN, Stanley J. *Grandeza e decadência do café no vale do paraíba*. São Paulo: Brasiliense, 1969.; GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A princesa do oeste e o mito da decadência de Minas Gerais. São João Del Rey (1831-1888)*. São Paulo: Anna Blume, 2002.

econômicas locais, do que efetivamente ligadas aos setores mais carentes da sociedade.⁷

Esse fato ocorre porque, para os grupos economicamente hegemônicos, as intempéries econômicas⁸ que se avizinhavam, representavam a ameaça da perda de privilégios de classe historicamente adquiridos, em uma sociedade tradicionalmente senhorial. Diversamente, em relação ao segmento de trabalhadores pobres da urbe, as alterações na vida econômica das cidades implicavam, quase sempre, incorporar ainda mais sujeitos ao já expressivo contingente de miseráveis que sobreviviam com poucos ganhos e não propriamente transformar-lhes as condições de vida e/ou trabalho de forma substancial.

Assim, poder-se-ia dizer que *trabalhador pobre permanece pobre*, sob qualquer circunstância. A falta de emprego e as intempéries para obter rendas fixas, a carestia de bens e serviços, as dificuldades de moradia, de alimentação e de escolarização são questões que permeiam a vida das classes trabalhadoras das cidades, mudando-se ou *não* a sua composição, ao longo do tempo, e tratando-se de diferentes espaços.⁹

Dessa feita, redimensionou-se a problemática para - e tão somente - se compreender: *como os segmentos de trabalhadores pobres urbanos dialogaram com a modernidade constituída nas décadas de 1920 a 1930, na cidade de Belém; a partir do entretecimento de um conjunto de práticas, usos e formas de comportar-se nos espaços citadinos.*

Os anos que se estenderam, entre 1920 e 1940, foram fecundos em debates a respeito de qual projeto de modernidade deveria se instaurar na região e, especialmente, em Belém. Nesse sentido, para as elites econômicas locais, à medida em que a crise se aprofundava,

⁷ Ao se utilizar o termo “elites”, **faz-se referência** a grupos que ocupavam posições privilegiadas na hierarquia social paraense, com base nas quais asseguravam acesso aos capitais e recursos políticos necessários para usufruírem de uma vida luxuosa na cidade, caracterizada por condições de educação, moradia e trabalho adequadas aos novos padrões da civilidade moderna. Tratava-se entre até fins do século XIX, de grandes latifundiários extrativistas de borracha, comerciantes e exportadores. A partir de meados dos anos 1920, acrescente-se os proprietários de fábricas e profissionais liberais bem sucedidos localmente, além de latifundiários ligados ao setor de plantio de pimenta do reino e extração de castanha do Pará.

⁸ Entende-se como intempéries econômicas, a diminuição do fluxo de capitais que se deu na região a partir de 1912, que ocasionou falências, redução dos lucros de alguns setores comerciais, diminuição dos valores dos aluguéis, etc.

⁹ Afirmativa elaborada com base no estudo comparativo das condições de vida e trabalho de segmentos de trabalhadores pobres urbanos pertencentes a diferentes regiões do país. Cfe. PINTO, Maria Inez Machado Borges. *Cotidiano e sobrevivência: a vida do trabalhador pobre na cidade de São Paulo, 1890-1914*. São Paulo: EDUSP, FAPESP, 1994. FAUSTO, Boris. 2ª ed. *Crime e Cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. São Paulo: EDUSP, 2001.; COSTA, Francisca Deusa Sena. *Quando viver ameaça a ordem urbana: trabalhadores urbanos em Manaus (1890-1915)*. São Paulo: PUC/SP, 1997. Dissertação de Mestrado.; CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim. O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo: Brasiliense, 1986. CORREIA, Daniel Camurça. *“Oi, tá vendo!” O cotidiano dos trabalhadores das ruas na cidade de Fortaleza (1877-1910)*. São Paulo: PUC/SP, 2003. Dissertação de Mestrado.

construíam-se discursos de que a cidade havia empobrecido, perdido o brilho, o esplendor da *belle époque*; buscando-se então construir uma identidade para a capital contemporânea, que a filiasse à urbe do passado e a uma memória idealizada e mitificada sobre o período anterior.¹⁰

As tentativas de conservação dos bens arquitetônicos deixados pelas gestões públicas antecedentes, a primazia das obras de reparo pelas áreas mais centrais da urbe e as medidas de expansão territorial, orientadas pelos vértices dos trilhos da ferrovia e dos bondes remanescentes da virada do século indiciam essas perspectivas.

Tentava-se fazer assim, o que Angela Corrêa denominou de “*um prolongamento da modernidade da belle époque*”, no qual a modernidade dos anos de 1920 a 1940 era filiada - pelo menos discursivamente - ao projeto de modernização citadina, gestado durante os anos de apogeu do comércio de exportações do látex.

Acontece que as conjunturas locais e nacionais se modificaram, novos grupos sociais emergiram nas principais capitais do país, evocando a necessidade de construção de uma outra identidade nacional, desvinculada do europeísmo tão corrente no Brasil e na Amazônia, na virada do século XIX para o XX. Na capital paraense esse debate se refletiu na atuação de literatos, cronistas e jornalistas nos meios de imprensa, que militaram para forjar uma imagem de cidade moderna romanceada, onde se conjugavam a beleza da paisagem natural da urbe com a presença de todos os artefatos próprios da modernidade do século XX.¹¹

Desse modo, construía-se uma imagem de modernidade *éxotica*, particular e *sui generis* que só poderia se expressar na Amazônia, onde valores tradicionais se conjugavam com ícones do progresso, tecendo uma realidade em que se tentava esconder as tensões e os conflitos que ocorriam cotidianamente.

É no interior dessas querelas e através de lutas diárias por firmar espaços de vida e sobrevivência na urbe, que situa-se a cotidianeidade das camadas populares belemitas. Nos interstícios dos discursos articulados pelas elites econômicas e intelectuais, os trabalhadores pobres da cidade encontravam o lugar social adequado para construir suas próprias formas de compreender e de apreender a modernidade citadina.

Pouco interessados nos debates e nos embates discursivos articulados pelas camadas letradas e economicamente hegemônicas de Belém, operários, ébrios, crianças pobres,

¹⁰ CORREA, Angela Tereza de Oliveira. *História, Cultura e Música em Belém: décadas de 1920 a 1940*. São Paulo: PUC/SP, 2010. Tese de Doutorado em História. Pp. 90.

¹¹ FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. *Eternos modernos: uma história social da arte e da literatura na Amazônia, 1908-1929*. Campinas: Unicamp, 2001. Tese de doutorado apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

meretrizes, lavadeiras, domésticas, dentre outros sujeitos históricos, experimentavam formas peculiares de apreender as mudanças que aconteciam na cidade, quer fossem de natureza econômica, relativas à dinâmica de ocupação do espaço geográfico ou mesmo de uso de novas tecnologias no *locus* urbano.

O recorte temporal:

O estudo circunscrito às décadas que se estenderam entre 1918 e 1939, justifica-se por três motivos: primeiramente, porque ainda não há uma vigorosa produção historiográfica sobre o período, sendo esparsas as pesquisas acerca da capital parauara, durante esses anos que coincidem com o fastígio da economia extrativista do látex e que se convencionou chamar de ‘*entre guerras*’¹², época em que o mundo viu a Europa mergulhar em profundas crises políticas, econômicas e de identidade cultural, ao mesmo tempo em que assistiu ao crescimento do capitalismo norte americano e de suas zonas de influência.¹³

Em segundo lugar, dos estudos que discutem um conceito de modernidade na Amazônia, nesse interstício temporal, a maioria privilegia o debate da atuação de sujeitos históricos pertencentes às camadas médias urbanas e/ou à elite intelectual da cidade, destacando-se os profissionais liberais que militavam nas artes, na literatura e na música, preocupados em construir um discurso regional de modernidade em diálogo com outros debates que aconteciam no Brasil, na década de 1920, especialmente os movimentos literários classificados como modernistas.¹⁴

¹² Pontuamos como trabalhos de: SOUSA, Rosana de Fatima Padilha de. *Reduto de São José: história e memória de um bairro operário (1920-1940)*. Belém: UFPA, 2009. Dissertação de Mestrado.; CAMPOS, Ipojuca Dias. *Para além da tradição: casamentos, famílias e relações conjugais em Belém nas décadas iniciais do século XX (1916/1940)*. São Paulo: PUC/Sp, 2009. Tese de Doutorado; MENDES, Mayara Silva. *Conflitos religiosos e relações políticas no Para (1930-1941)*. São Paulo: PUC/SP, 2006. Dissertação de Mestrado; SPINOSA, Vanessa. *Pela navalha: cotidiano, moradia e intimidade (Belém, 1930)*. São Paulo: PUCSP, 2005. Dissertação de Mestrado.

¹³ TOTA, Antonio Pedro. 2ª reimp. *O imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da segunda guerra*. São Paulo: Cia das Letras, 2005.

¹⁴ Segundo Aldrin Moura Figueiredo entre 1908 e 1929, a capital do estado do Pará viveu um período de enormes transformações em sua vida cultural e política com a emergência de grupos intelectuais que divulgavam uma nova interpretação da realidade brasileira, vista agora sob o ângulo amazônico; da pintura à escrita da história da pátria, passando pela construção das efemérides nacionais relidas sob um prisma moderno, até a elaboração de uma história do tempo presente, os literatos paraenses procuraram definir uma outra visão da chamada identidade nacional na qual a Amazônia passava necessariamente a ser uma espécie de epicentro intelectual do país. In: FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. Op. Cit.

Alessandra Sodré Baptista enuncia, a partir da análise do semanário “Belém Nova”, as formas como os literatos paraenses construíam representações dos festejos de momo, em estreito diálogo com as produções do modernismo nacional; ao mesmo tempo, mostra que tais agentes, informados pelos símbolos carnavalescos europeus, propunham contraditoriamente a criação de um carnaval tipicamente regional, capaz de projetar a região no cenário nacional. In: BAPTISTA, Alessandra de Jesus Sodré. *Vândalos na folia: carnaval e identidade*

Ademais, entre as pesquisas que enfocam o período acima referido, são pontuais e escassas aquelas que procuram inserir as camadas de trabalhadores pobres urbanos na discussão sobre a região e suas cidades. E no contexto destas produções fica explícito o uso quase exclusivo da literatura como fonte histórica, tanto no que se refere à pesquisa de livros de autoria, quanto dos textos literários publicados chamadas *revistas de cultura e mundanismo* da época.¹⁵

Esta Tese se distancia das perspectivas acima descritas, tanto porque elegeu como espectro de análise para compreender a modernidade urbana de Belém, entre 1918-1939, precisamente a atuação das camadas populares e, no âmbito destas, as práticas empreendidas por trabalhadores pobres urbanos que constituíam alvos privilegiados dos discursos repressivos, disciplinadores e reformistas, emanados das elites intelectuais e econômicas existentes; quanto porque buscou estabelecer como prioridade metodológica a análise de fontes de naturezas diversas, com destaque para documentos de polícia, judiciários, imagéticos e jornalísticos.

Os sujeitos históricos.

A cidade de Belém, capital do estado do Pará, abrigava os mais diversos grupos humanos, nas décadas de 1920 e 1930. Industriais, grandes e pequenos comerciantes, imigrantes nacionais e estrangeiros, um farto setor de funcionalismo público, operários fabris, trabalhadores do comércio, empregados das companhias de abastecimento, energia e transportes públicos, sem falar, de flagelados, pedintes, desempregados, meretrizes e crianças de rua. Um contingente expressivo de pessoas de origem social, cultural e étnica diversificada.

Nesse conjunto, à primeira vista fluido e heterogêneo, privilegiou-se a análise dos modos de vida e de sobrevivência na cidade, construídos por trabalhadores pobres urbanos. Daí que, embora se reconheça a complexidade que norteava a composição da municipalidade belemita no período estudado, a pesquisa limitou-se compreender as chamadas classes populares.

Com a crise do comércio extrativista do látex, observam-se algumas alterações na

nacional na Amazônia dos anos 20. Campinas: UNICAMP, 2001. Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

¹⁵ CARNEIRO, Eva Dayna Felix. *Belém: entre filmes e fitas: a experiência do cinema, do cotidiano das salas as representações sociais dos anos de 1920*. Belém: UFPA, 2011. Dissertação de Mestrado.; CORREA, Angela Tereza de Oliveira. *História, Cultura e Música em Belém: décadas de 1920 a 1940*. São Paulo: PUC/SP, 2010. Tese de Doutorado em História.

composição dos segmentos sociais que nesta tese são classificados como sendo as camadas “populares” da cidade. Aspectos étnicos, de nacionalidade, de modalidades de inserção no mercado de trabalho e também de poder aquisitivo sofrem mudanças.¹⁶

Nesse sentido, ao lado do contingente já existente de trabalhadores imigrantes e nacionais pobres, partícipes de um mercado de trabalho flutuante e com ocupações temporárias, passaram a compor as camadas ditas populares, *caboclos amazônidas* advindos de diversos municípios nortistas, como fruto de um êxodo circunstancial, descendentes de antigas gerações de imigrantes que, em tempos alhures, se fixaram nos seringais sertanejos e que, com a baixa dos preços da borracha se evadiram para Belém, em busca de trabalho e melhores condições de vida; *funcionários públicos* ocupantes de cargos administrativos de baixa remuneração, como por exemplo, praças da polícia e do exército, vigias, calceteiros, carpinas, dentre outros diretamente atingidos pela retração das finanças públicas; *empregados do comércio e operários* das fábricas que proliferaram na capital paraense, além de *trabalhadores das empresas ligadas ao fornecimento de serviços de utilidade pública*, como energia elétrica e transportes (bondes e trem).

Como partícipes de uma realidade citadina que, ao mesmo tempo, aglutinava multidões e desagregava identidades individuais em prol de uma cultura de massa, tais sujeitos compõem um segmento social multifacetado; no qual diferentes condições (naturalidade, etnia, poder aquisitivo, profissões, etc) se entrelaçam, forjando uma complexa similitude do que era *ser pobre* na cidade.

Como elemento unificador desses entes, tinha-se o *autorreconhecimento* de não ser rico ou, melhor dizendo, de se reconhecer como pobres, como munícipes que sobreviviam com grandes dificuldades na urbe, articulando as mais diversas estratégias para usufruir das benesses que a vida urbana disponibilizava.

Trata-se, portanto, de moradores da capital paraense que enfrentavam problemas relacionados ao mundo do trabalho e às formas de obtenção de rendas em uma cidade de extrema carestia, adversidades em relação às condições de moradia disponíveis na urbe, dificuldades para expressar seus valores culturais nos espaços citadinos, dentre outras

¹⁶ Durante a pesquisa que originou a dissertação de mestrado, foi possível se identificar que, na época áurea da economia gomífera na Amazônia, as camadas populares belemitas eram compostas basicamente por habitantes da cidade que sobreviviam de pequenos ganhos, esporádicos e variáveis; que desenvolviam atividades alheias ao mercado formal de trabalho ou que ocupavam pequenas funções no comércio local (caixeiros, vendedores, serventes, etc). Não obstante, eram geralmente nacionais iletrados, migrantes nordestinos e uma expressiva massa de imigrantes europeus com poucos conhecimentos da língua materna; especialmente pardos e pretos. Cfe. PANTOJA, Leticia Souto. “Entre Cabras e Marocas”. In: Op. Cit. Pp. 128-142.

questões. Todavia, se caracterizam por partilhar com seus pares sensibilidades específicas de uma certa forma de viver a/na urbe.¹⁷

A cartografia dos espaços:

Compreender a cidade e o cotidiano de seus moradores entre 1918 e 1939, incide em discutir um pouco da espacialidade e territorialidades que se constroem no período, com fulcro em diferentes conjunturas e ações de sujeitos históricos.

Belém, na época pesquisada, vivenciou a expansão de seus limites territoriais, ultrapassando o marco da primeira légua patrimonial demarcada e assistiu ao adensamento populacional de áreas urbanas, até então pouco habitadas. Nesse sentido, a urbe experimentou a ocupação e a especulação imobiliária de territórios que extrapolavam os espaços classificados pelo poder público como urbanos, ao mesmo tempo em que dialogou - cada vez mais – com os conflitos e as tensões de se viver nos demais espaços da cidade.

A incorporação de novas tecnologias de tráfego, a manutenção dos fluxos (i)migratórios e o desenvolvimento da vida industrial e comercial locais, destacam-se como importantes fatores que interferiram nessa constituição da paisagem do município, dentre outros elementos. E diversamente do que se imaginou, durante a fase de elaboração do projeto de pesquisa, não se pode dizer que em Belém houve uma rígida e estrita segmentação ou especialização dos espaços citadinos, ainda que as pesquisas desenvolvidas, em meados da década de 1940 e 1950, deem conta de informar sobre uma organização territorial pautada nas relações entre centro e periferia, urbano e suburbano.¹⁸

A análise da documentação indicou que o crescimento da cidade veio acompanhado de uma forte pulverização dos espaços de comércio, lazer e moradia, ou seja, mesmo naqueles

¹⁷ Segundo Maria Inez Machado Borges Pinto, Op. Cit. compreender as vivências dos pobres urbanos impõe entender primeiramente, como determinados grupos de trabalhadores enfrentaram diversidades e adversidades para sobreviver na cidade, em tempos de expansão de uma sociedade capitalista, periférica e pautada nos discursos de modernidade.

¹⁸ No projeto de pesquisa que deu suporte a esta Tese, acreditava-se que para debater as condições de vida e trabalho das camadas pobres de Belém, havia necessidade de se focar a discussão em uma espacialidade estritamente suburbana da cidade. Naquela oportunidade, imaginou-se que estudar a capital paraense no período entre guerras, significava discutir a territorialidade que se construía nos subúrbios do município. Tanto aqueles territórios que eram vistos geograficamente e juridicamente como subúrbios, quanto aqueles bairros classificados pelos munícipes como tal, ainda que localizados nas proximidades do centro financeiro e bancário da cidade. Todavia, o contato com a documentação da imprensa e judiciária levou a se repensar essa premissa, verificando-se que, na verdade, as ações e as práticas cotidianas de sobrevivência dos trabalhadores da urbe davam a conhecer percursos espaço-geográficos que extrapolavam a dicotomia discursiva centro/periferia; urbano/suburbano. Sob este enfoque, estudar a cidade de Belém nas décadas de 1920 e 1930 mostrou-se uma possibilidade de se reconstruir múltiplos itinerários de vida das camadas populares, em diferentes localizações e territórios urbanos.

distritos formalmente considerados como ‘zonas comerciais’ constatou-se a existências de inúmeros arranjos habitacionais, camuflados por espaços de comércio e de lazer. Paralelamente, naqueles bairros tidos como exclusivamente residenciais, também se verificou uma expressiva presença de pequenos negócios e espaços destinados a práticas de sociabilidade, muito embora nesse caso particular, tais ambientes não se organizassem conforme as normas e os preceitos higiênicos que as camadas abastadas consideravam necessários para um espaço de lazer.

Dessa forma, considerando que esta Tese reflete acerca do cotidiano de vida e de trabalho dos segmentos mais pobres da cidade, optou-se por se estabelecer uma cartografia da cidade fulcrada nos itinerários percorridos por tais grupos em busca de trabalho, de lazer, de relacionamentos amorosos e dos meios de sobrevivência em geral.

Tanto nas áreas consideradas historicamente centrais da urbe, quanto nos distritos adjacentes a esses bairros e ainda, pelos territórios de subúrbio, distantes geograficamente e/ou ideologicamente do centro, esses munícipes articularam formas de uso dos espaços citadinos, pensadas no conjunto das necessidades materiais e afetivas que surgiam em suas vidas cotidianamente.

Por isso, não se pôde priorizar aleatoriamente um bairro, em detrimento de outro, ainda que as fontes tivessem indicado a prevalência de ocorrências jornalísticas e judiciais que envolviam trabalhadores nos/dos bairros da Campina, Jurunas, Telégrafo, Pedreira, Umarizal, São Braz e Marco da Léguas.

De fato, o que se notou foi a presença desses segmentos em diferentes pontos da cidade e não segregados a um território particular da urbe. Fosse por questões de trabalho, de lazer, de namoro ou até de criminalidade, tais munícipes construíam suas trilhas, caminhos e veios de ocupação do espaço urbano, a partir das quais articularam suas próprias identidades culturais como moradores de Belém do Pará.

As fontes e abordagens:

Foram privilegiados, basicamente, cinco tipos de documentos:

1. Aqueles produzidos pelo poder público, consistentes em relatórios e falas de autoridades locais, sinopses estatísticas e registros censitários diversos;
2. Textos jornalísticos (reportagens, propagandas, editoriais, etc) veiculados no Jornal Folha do Norte (o único disponível para consulta nos arquivos da cidade);

3. Alguns textos literários, publicados em revistas de variedades que circularam no período, destacando-se: *A Semana, A Guajarina, O Atheneu, Belém Nova*.
4. Fontes policiais, a saber: petições dirigidas aos chefes de polícia das subdelegacias do município, livros de registro de boletins de ocorrências policiais e autos de inquéritos policiais.
5. Finalmente, fontes judiciárias através de autos de processos criminais por delitos diversos, destacando-se ferimentos leves e graves; e ainda, processos cíveis de acidentes de trabalho.

A variedade desse *corpus* documental contribuiu para se formar uma visão mais dinâmica do cotidiano de vida e trabalho das camadas pobres belemitas na época já referida.

Se por um lado a leitura da documentação pública, das notícias dos jornais e dos artigos publicados nas revistas de mundanismo, possibilitaram conhecer as representações que os homens de imprensa, literatos e o estado formulavam a respeito do modo de vida dos trabalhadores pobres; por seu turno, a leitura a contra-pêlo da mesma documentação - ancorada na análise do teor dos processos criminais e cíveis de trabalho- evidenciaram detalhes menos visíveis dos modos como os trabalhadores pobres expressavam uma certa identidade cidadina e de como abstraíam a dinâmica da modernidade urbana.

Importante lembrar que, para além das discussões metodológicas já conhecidas no meio acadêmico sobre as peculiaridades que forjam os discursos jurídicos imanentes dos processos e inquéritos,¹⁹ optou-se por considerar que tais modalidades de relato histórico, se manuseadas com os rigores de uma *leitura densa* das fontes²⁰ permitem identificar nuances dos modos de viver e sobreviver na cidade dos trabalhadores pobres, que outros registros não conseguem explicitar de forma tão evidente.

Outrossim, na própria documentação da imprensa encontrou-se diversas situações em que esses sujeitos históricos transpunham a condição de meros leitores passivos das notícias, passando a falar de si mesmos e de suas demandas cotidianas, como por exemplo nas cartas das colunas *Tribuna Popular, Operários, Reclamações do Povo* e *Inneditoriais*.

Nessas ocasiões, os jornais se revelavam organismos complexos de produção,

¹⁹ Foucault, Michel. A verdade e as formas jurídicas. (trad. Roberto Cabral de Melo Machado, Eduardo Jardim Morais). 3ª.ed. Rio de Janeiro: PUC/RJ, Depto. Letras: Nau, 2009.

²⁰ Guinzburg, Carlo. O inquisidor como antropólogo. In: Revista Brasileira de Historia: São Paulo.v.1, n.21, set/fev, 90/91, p.9/20. & Guinzburg, Carlo. O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição.(trad. Maria Betania Amoroso,Jose Paulo Paes). São Paulo: Companhia das Letras,1987.

reprodução e recepção de discursos; abrigando ao mesmo tempo as falas depreciativas a respeito das condutas desses municípios e as reclamações feitas por eles acerca das más condições de trabalho, do descaso do poder público com certos bairros e territórios citadinos, dentre outros assuntos.

Durante as pesquisas nos arquivos da cidade de Belém verificou-se a existência de três jornais noticiosos que circulavam diariamente na cidade: a *Folha do Norte*, *O Pará* e a *Província do Pará*.

As condições físicas dos documentos, bem como, as condições de acesso aos acervos impôs a pesquisa apenas do periódico *A Folha do Norte*, pois o conjunto de rolos microfilmados da Província do Pará estava em processo de recuperação e o jornal *O Pará*, ainda estava sendo recuperado e digitalizado, restando indisponível para consulta pelo público.

Em relação à *Folha do Norte*, é importante que se faça uma caracterização geral da publicação. Nesse sentido, notou-se que é um periódico noticioso variado, percorrendo temas econômicos, políticos, culturais e de costumes. São correntes as manchetes sobre esportes, crescendo progressivamente ao longo do período pesquisado, o espaço que o jornal destinava a essa seção.²¹

As folhas destinadas a anúncios e propagandas também crescem ao longo dos anos; e a partir de 1920 o jornal passa a ser dividido em dois cadernos; o primeiro concentrando as notícias internacionais, enquanto o segundo destacava as notícias locais sobre a cidade e/ou a região norte. Um aspecto relevante é o número de propagandas que anunciam artigos importados dos E.U.A; cigarros, produtos de beleza feminina,²² além das produções cinematográficas.²³ Nesses espaços a utilização de expressões em inglês dão a tônica dos textos.

As notícias sobre a criminalidade na cidade e os problemas inerentes ao

²¹ Especialmente o futebol e esportes náuticos recebiam a atenção dos jornalistas. Inclusive, algumas notícias sobre partidas esportivas e campeonatos realizados em diversos espaços da cidade indiciam certas áreas da urbe em que seus moradores/residentes tinham por hábito promover os chamados “jogos de campinho/várzea”; destacando-se os bairros da Pedreira, Marco da Léguas e Jurunas, que estão no rol dos distritos de periferia. Termos em inglês, como por exemplo, “raid”, “sport”, socquer, speed, dentre outros, são constantemente utilizados; além de serem veiculados textos sobre grandes feitos de atletas estrangeiros e sobre visitas de esportistas profissionais ao estado do Pará.

²² Belém, *Folha do Norte*, 20 de janeiro de 1920, fls. 02. “Os calos caem imediatamente”- propaganda sobre produto para amaciar os pés das moças que desejam ser vistas.

²³ Belém, *Folha do Norte*, 10 de maio de 1930. Fls. 04. “Amanhã- Garotas na farra – as endiabradas aventuras de uma ‘miss século XX’.

desenvolvimento urbano, encontram-se localizadas entre a Quarta e sétima página do jornal; nas colunas intituladas, respectivamente: “A POLÍCIA NAS RUAS” e “RECLAMAÇÕES DO POVO”. A primeira é veiculada praticamente todos os dias e traz o registro de ocorrências policiais variadas, casos de vagabundagem, bebedeiras, brigas entre vizinhos, furtos e roubos; tanto ocorridos na zona central da cidade, como nos diversos distritos do subúrbio. Já a segunda coluna mencionada, apresenta circulação esporádica e geralmente aparece nas últimas folhas do periódico, contendo denúncias sobre problemas de saneamento e limpeza da cidade ou reclamações sobre a ineficiência na prestação de serviços públicos, tais como transportes de bondes, energia elétrica e abastecimento de águas.²⁴

Interessante notar que crimes passionais recebem um destaque diferenciado no periódico, sendo registrados em colunas específicas, com títulos que buscam prender a atenção dos leitores; tem-se, nesse tocante, que o número de reportagens sobre esses crimes e o espaço destinado as mesmas, é progressivamente aumentado no periódico no correr do ano; passando a partir de 1915 a veicular-se a fotografia dos delinqüentes logo acima do título da matéria, fato que chama a atenção às características físicas, ao traje e a expressão fisionômica dos agentes envolvidos.²⁵

Outra questão significativa se refere as reportagens veiculadas sobre desastres automobilísticos; acidentes de transito e mortes ocasionadas pelo choque com *bonds* e automóveis. A tônica dessas matérias é de alarmar a população citadina, no sentido de que os repórteres procuram sinalizar para o descompasso entre o desenvolvimento econômico da cidade e o desenvolvimento cultural de seu povo, apontado como incapaz de dominar os avanços tecnológicos.

Uma coluna que será explorada nas páginas desta Tese é a chamada “FESTAS POPULARES”, na qual os jornalistas registram e/ou criticam fatos ocorridos em festividades promovidas por associações civis de caráter confessional, grupos de folguedos e indivíduo isolados, que organizavam em diversos pontos urbanos e suburbanos da cidade, inúmeros festejos não atrelados ao calendário oficial da diocese católica da região.

²⁴ Veja-se, como exemplo, a seguinte notícia: “Um grande matagal – À avenida 1 de Dezembro, paralela à Estrada do Marco da Léguas, está transformada em extenso matagal. Temendo os moradores locais que, com a força do inverno que se inicia, desapareçam os estreitos caminhos que ainda existem e se torne impossível o trânsito de pessoas, pois o de veículos já é difícil. Apellamos para o sr. Intendente de Belém, afim de que seja batida a capoeira.” Belém. Folha do Norte, 21 de janeiro de 1920. Fls. 03.

²⁵ “Um crime repugnante: preso o cego Justino Wanderley – por onde ele diz Ter andado – o satyro pretendia apresentar-se amanhã, ao juiz da 4 vara.” Trata-se de um artigo com imensa fotografia do acusado pelo estupro de uma menor, chamado Waldemir Sousa.” Belém, Folha do Norte, 25 de janeiro de 1920. Fls. 04. Na Polícia e nas ruas.

Tais sujeitos e/ou grupos montavam feiras para homenagear santos, paralelas aquelas organizadas pelas paróquias católicas das áreas centrais da cidade; também exploravam economicamente a realização de divertimentos públicos, levantamento de mastros, ensaios de cordões e de boi-bumbá, pastorinhas, concursos de danças e pássaros, principalmente nas praças e várzeas de bairros das áreas que chamamos periféricas.

A leitura densa das notícias públicas nas “Festas Populares” possibilita visualizar a presença de outras manifestações culturais que extrapolavam aquelas centradas nos valores europeus ou norte-americanos;²⁶ além de permitir que seja mapeado indiciariamente, os espaços onde essas manifestações eram mais acentuadas, como os bairros do Jurunas, Guamá, Pedreira e Umarizal.²⁷

Paralelamente, a pesquisa de revistas de cultura e mundanismo que circulavam pela cidade entre meados de 1920 e 1940, permitiu vislumbrar certos aspectos da modernidade que alguns dos grupos letrados procuravam imprimir na capital paraense. Sob este prisma, a análise do teor das pequenas notas literárias, comentários acerca dos acontecimentos elegantes da semana e crônicas sobre o cotidiano, explicitam formas de viver na urbe que pressupõem o contato com que havia de mais moderno e progressista, destacando-se as artes cinematográficas, a radiofonia, os esportes automobilísticos, etc.

Não obstante, é possível identificar nessas publicações a presença de discursos que constroem uma imagem idealizada da pobreza e do modo de vida dos segmentos populares, os associando à emergência de uma nova urbanidade, pautada na conciliação entre o exotismo natural da região e a expansão geo-social da urbe.²⁸

²⁶ Os grupos indicados no artigo transcrito referem-se a danças de pássaros que tinham por temática os mitos amazônicos sobre a origem do universo, de certos frutos e plantas, como o guaraná, a vitória regia, dentre outros, além de tratarem sobre a fauna regional, contando, por exemplo, a lenda do uirapuru SILVA, Rosa Maria da. A música do pássaro junino tucano e cordão de pássaro Tangará de Belém do Pará. São Paulo: USP, 2003. Dissertação de Mestrado. & OLIVEIRA, Maria Odaísa Espinheiro de. Vocabulário terminológico cultural da Amazônia paraense. Belém: EDUFPA, 2001.

²⁷ “Estão em preparativos para as pitorescas festas de mastros e arraiais. Aproxima-se a Quinta-feira d’Ascensão em que terão início as festas do Divino Espírito Santo, com o levantamento dos tradicionais mastros nas travessas Caldeira Castelo Branco e José Bonifácio. Ontem, recebemos enviado pela Sociedade beneficente Divino Espírito Santo, dos atos que se realizarão na sua capela e das diversões profanas do arraial, e que terminarão em 8 de junho. As festas juninas também estão aí a bater na porta.

Na semana entrante começarão os preparativos para a principal e tradicional festa que há já alguns anos se efetua na Avenida São João e Largo do Esquadrão, transformados em deslumbrante arraial. Começarão a 31 de maio. - Estão em ensaios os bumbás “Pai do Campo”, à Travessa do jurunas; “Canário”, na avenida Cipriano Santos; “Flor da Zona”, no campo de diversões do Largo de São Braz; “Pai dos Canudos”, à Travessa 14 de março. Irão também entrar em ensaios, diversos grupos de bichos de pena, de pelo e de casca.” Belém, Folha do Norte, 11 de maio de 1930. Fls. 02. FESTAS POPULARES – MASTROS E ARRAIAS.

²⁸ “Desde que junho entra, há pelos arrabaldes de minha terra (onde a crença e a lenda ainda vivem) cordões e cordões de Boi-bumbás em ensaios, vibrando pelo silêncio das noites longas e calmosas a doçura do leite de seus

As fontes oriundas da documentação policial consistentes em petições, boletins de ocorrência e inquéritos policiais se caracterizam por revelar diferentes dimensões da atuação do estado na vigilância dos espaços da cidade e dos comportamentos de seus moradores.

Em se tratando dos autos de inquéritos policiais, importa considerar que não registram somente os momentos em que o poder de polícia do estado se faz presente com vistas disciplinar os modos de viver na urbe, mas também trazem à tona situações, nas quais os próprios habitantes acionavam a municipalidade para resolver os litígios, reivindicar direitos e requerer favores.

Embora mediados pela caligrafia e forma de redigir de escrivães, advogados, promotores ou delegados, o conteúdo dos autos de inquérito policial revelam detalhes sobre certas práticas entretecidas pelos trabalhadores pobres que eram consideradas ilícitas, mas que expõe diversos aspectos da vida cotidiana desses segmentos. E apesar de muitas vezes revelarem versões conflitantes dos fatos, também concediam grande visibilidade as realidades sociais que se encontravam à margem e/ou nas entrelinhas dos discursos contidos em leis, atos administrativos e crônicas jornalísticas.²⁹

As petições produzidas na década de 1930 se caracterizam por serem pedidos formais encaminhados ao chefe de polícia dos distritos (prefeituras e subprefeituras), em que os peticionantes na grande maioria dos casos, requeriam autorizações e licenças para celebração de festas, apresentações de pastorinhas, cordões de pássaro e desfiles de boi bumbá, indicando o acirramento da fiscalização da municipalidade sobre essas práticas.

Paralelamente, também comportavam pedidos de autorização para entrada de

ingênuos cantares. Cada boi tem seu curral e próprio que não é mais que um quadrado de terreiro, todo cercado e enfeitado de arcos e bandeiras e bandeirolas, com ramos e palmas de assaizeiros, sendo ao centro o lugar onde eles realizam os ensaios. Ahi, durante um mês, eles, todas as noites, tendo a frente o ensaiador e o auto da peça e da música, ensaiam os personagens que tomam parte no cordão junino. Na ante véspera de São João realizando o ensaio definitivo, seguindo sempre de baile, cuja entrada é paga para custear as despesas do boi. Cada bairro humilde, na simplicidade ingênua do seu nome, se esforçava por botar a rua o boi-bumbá mais característico do ano. Assim é que, do Umarizal, saiu o famoso “Boi-Canário”; do Jurunas, o “Pai do Campo”, celebrizado pelas suas roupagens e cantarias; da “Cremação”, o “O Pai da Tropa”; de São João, “O Estrela D’Alma”; da Matinha, o “Canarinho” e outros mais....na minha memória, inda mesmo que quase apagada, dorme acoadas dolente e festiva desses bois-bumbás, que em noite de São João, São Pedro, São Marcos, vi pelas ruas e avenidas paraenses, entoando a melodia de seus cantares.” A Semana, n. 756. 02 de julho de 1933. O Boi-bumbá. Bruno de Menezes.

²⁹ Conforme Sidney Chalhoub, em *Trabalho, lar e botequim*, as diferentes versões produzidas devem ser vistas em seu contexto social, como símbolos ou interpretações cujos significados devem ser buscados nas relações que se repetem sistematicamente entre várias versões, posto que as chamadas “verdades” do historiador são estas relações sistematicamente repetidas, que permitem ao profissional da História construir explicações válidas do social, exatamente a partir dessas versões conflitantes. CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 23.

estrangeiros na cidade, solicitando-se passaportes e vistos que asseguram a legalidade da presença desses imigrantes na região. Neste caso, representam mais do que requerimentos formais, possuindo um tipo de conteúdo discursivo que substituía as antigas cartas de recomendação que eram dirigidas a parentes e amigos que ficaram em outros países, convidando-os a imigrar para o Brasil.

A consulta aos livros de ocorrências policiais permitiu que se ampliasse a compreensão sobre as práticas de apropriação do espaço urbano articuladas pelos trabalhadores pobres na cidade e os modos como os poderes públicos reagiam a elas. Nessa leitura, os registros das ocorrências fizeram perceber a rotina dos plantões policiais e, principalmente, as questões que mais incomodavam as autoridades em relação a forma de ocupação dos *locus* citadinos por parte das camadas populares. Os registros de prisões por embriaguez, desordens, gatunagem, vadiagem e conflitos corporais são constantes nessas fontes.

Além dessas modalidades de ocorrências foram inventariadas inúmeras queixas feitas pelos próprios populares a respeito de acidentes de trabalho, atropelamentos, fugas de menores, defloramentos e brigas de vizinhança. E foi especialmente, a partir do contato com esse tipo de queixa que se descortinou uma faceta do cotidiano dos segmentos de trabalhadores pobres da urbe sobre a qual ainda não se havia refletido; relacionada ao exercício de ocupações profissionais que implicavam intensa mobilidade territorial, exposição a riscos físicos constantes e práticas diversas de lazer e sociabilidade em diferentes espaços citadinos.

Com base nessa constatação passou-se então a pesquisar os processos de acidentes de trabalho e ferimentos por imprudência (atropelamentos). Esses documentos permitiram entender de que modo a população pobre e trabalhadora da capital paraense se relacionava com determinados signos de uma urbanidade moderna no âmbito de suas relações de trabalho e dos itinerários geo-sociais que construía e percorria cotidianamente.

Nesse tocante, percebeu-se que não se podia homogeneizar as formas de apropriação e usos da cidade por tais segmentos, uma vez que os sujeitos que os compunham não apenas circulavam pelos mais diversos territórios citadinos, se imbricando a outros contingentes populacionais, como também elaboravam múltiplas formas de estar na urbe e se reconhecer como munícipes belemitas.

Através da análise dos depoimentos prestados e das informações contidas nos

registros das circunstâncias que envolviam os acidentes de trabalho e atropelamentos (p. ex. laudos de exame de corpo de delito) se pôde visualizar minúcias das práticas diárias de sobrevivência desses sujeitos sociais, dos modos como se conectavam ou se confrontavam com os efeitos da modernização da cidade.

A urbe que emerge desse processo se caracteriza pela ambiguidade da existência de um *locus* arquitetônico moderno que se contrapõe a uma população que é predominantemente pobre. Nesse espaço, contraditório em si mesmo, a utilização de artefatos tecnológicos faz parte do cotidiano, ao mesmo tempo em que se convive com a miséria, com o desemprego e com os efeitos jurídico-policiais da pobreza.

Os dados censitários apresentados ao longo do texto, obtidos a partir das coletâneas históricas dos resultados gerais dos censos de 1938 e 1940, foram utilizados de modo ilustrativo, com o simples intuito de apresentar o panorama da conjuntura demográfica e econômica da cidade de Belém, na época pesquisada. Neste caso, a preocupação foi estabelecer o diálogo entre o conteúdo desses documentos e a produção historiográfica que discute as nuances do crescimento da região, nas décadas de 1920 e 1930.

Portanto, não é pretensão desta Tese discutir pormenorizadamente os coeficientes estatísticos do período, mas problematizar aspectos da realidade citadina que indiciam a continuidade de um movimento de expansão demográfica, territorial e social da capital paraense.

No que se refere à documentação oriunda da Intendencia Municipal, importa esclarecer que a maioria dos documentos preservados (legislações e relatórios) não está devidamente catalogada, organizada ou disponível nos arquivos públicos da cidade.

Assim, diferentemente do que ocorreu com os documentos produzidos no período que se estendeu entre o final do século XIX e primeira década do século XX, os quais se encontram adequadamente preservados em diversos órgãos públicos da região; os registros das atividades desenvolvidas pelo governo municipal de Belém entre as décadas 1920 a 1940 estão dispersos em arquivos particulares, fragmentados nos em fundos públicos ou indisponíveis para consulta em virtude das condições materiais dos acervos. Por essa razão não foram utilizadas, com exceção de um Relatório produzido pelo Intendente Municipal Antonio Faciola, no ano de 1930, o qual se encontra digitalizado.

Por outro lado, optou-se por consultar algumas *falas dos governadores* estaduais a respeito da administração da capital do estado e alguns de álbuns comerciais, produzidos com

financiamento governamental.

Os capítulos:

No primeiro capítulo, a cidade de Belém entre 1918 e 1939 é apresentada, delineando-se os diversos âmbitos da construção da urbe paraense, quais sejam: as condições da conjuntura econômica instaurada após a perda da hegemonia paraense no comércio internacional de borracha, as questões demográficas que envolviam a continuidade dos fluxos imigrantistas para a capital, o processo de expansão territorial urbana e os múltiplos aspectos que interferiram na construção de dada territorialidade.

Paralelamente, destaca-se a incorporação de alguns signos da modernidade brasileira dos anos de 1920 a 1940 ao cenário citadino, enfatizando-se a introdução de artefatos tecnológicos na área dos transportes, dos meios de comunicação e das fontes de energia que subsidiavam a vida urbana.

Nesse sentido, discute-se também a relação cotidiana que os munícipes desenvolveram com a consolidação do uso dos bondes e automóveis, bem como, no consumo de uma cultura de massas veiculada pela sociabilidade dos cinemas, dos teatros e do rádio.

No segundo capítulo, vê-se como grupos específicos de trabalhadores citadinos sobreviviam em Belém, apropriando-se de certos espaços da cidade e envolvendo-se em situações de trabalho e não-trabalho.

Sob esse enfoque, a análise das fontes possibilita reconhecer que dentre os vários segmentos de munícipes da cidade, alguns grupos visitaram mais frequentemente as páginas dos jornais e os autos de processos judiciais, do que outros.

Assim, sujeitos oriundos das camadas populares recebiam especial atenção por parte de articulistas e literatos que militavam nos periódicos da urbe, ocupando lugares sociais específicos nas tribunas jornalísticas, como por exemplo, as colunas policiais e a sessão de reclamações do povo. Nesses espaços privilegiados para difundir idéias, valores e discursos, figuravam como vítimas e/ou algozes de crimes de oportunismo (emissão de moeda falsa, furto, apropriação indébita, etc), crimes contra a integridade física (ferimentos e homicídios) e contravenções como vagabundagem, jogatina e mendicância.

Observe-se que os trabalhadores que exerciam atividades intensamente vinculadas ao espaço público, tais como jornaleiros, vendedores ambulantes, meretrizes, condutores de veículos, estivadores e pedreiros também eram personagens importantes dessas folhas

jornalísticas e ocorrências policiais.

São assim analisados os caminhos percorridos por *homens operários* vinculados ao mercado formal de trabalho, ocupantes de funções subalternas com pequenos ganhos; bem como as territorialidades forjadas por *trabalhadores de rua*, focalizando as condições de urbanidade e de construção de uma identidade masculina a partir do veio do trabalho.

Paralelamente, busca-se nesse capítulo compreender as dimensões do trabalho, das afetividades e das práticas delinquentes presentes no cotidiano das *mulheres* que pertenciam às camadas populares; nomeadas nas fontes como *operárias* (uma designação emergente, própria dos anos 20 e 30) e também daquelas que exerciam outras profissões, como por exemplo, domésticas, lavadeiras e meretrizes.³⁰

Outrossim, este capítulo preocupa-se em dar visualidade as práticas de trabalho e lazer articuladas pelas *crianças pobres* que perambulavam pelas ruas da capital paraense; ressaltando os modos como esses infantes se apropriavam de múltiplos espaços, construindo territorialidades e firmando uma identidade social na urbe.

Aspectos relacionados a intensa violência que cercava a vida desses munícipes são indiciados no capítulo, buscando-se compreender de que formas as crianças se inseriam no contexto urbano em contraponto ao mundo adulto.

Em outras palavras, procura-se estabelecer um diálogo com os modos como os trabalhadores pobres urbanos de diferentes gêneros e idades, sentiram e vivenciaram em seu cotidiano questões que transcendiam a esfera da simples busca por suprir as necessidades materiais de vida.

No terceiro capítulo, são identificados os itinerários e as práticas de sociabilidade construídas pelas camadas trabalhadoras de Belém, no período delineado, considerando-se as circularidades, os encontros e desencontros, as elaborações e hibridismos que se construíram nos modos de festejar os santos, festejar os amigos, festejar os espaços, as histórias identitárias dos grupos e a própria vida na cidade.

Inicialmente são destacadas as práticas de uso dos botequins, fréges, mercearias e cafés espalhados pela cidade, buscando-se indiciar as imagens que a imprensa e o poder público construíam a respeito desses espaços e seus frequentadores. Paralelamente, procura-se refletir sobre a complexidade dos comportamentos entretecidos pelos trabalhadores nesses

³⁰ , visto que tais sujeitos tinham em dois espaços dicotômicos da cidade seus locais de obtenção de renda e afirmação de identidade (a rua e a fábrica).

territórios, descortinando significações do *agir* e do *ser* imanentes desses sujeitos sociais.

Ao mesmo tempo, busca-se recompor um pouco dos itinerários de sociabilidade popular existentes na cidade e construídos a partir do hábito de frequentar botequins, mercearias, fréges e cafés; destacando-se certos territórios onde havia maior concentração desses estabelecimentos.

Finalmente, procura-se atentar para os mecanismos que os trabalhadores pobres urbanos elaboraram com vistas a garantir seus momentos de festejo, especialmente aqueles de matizes indígenas e africanas, tais como o boi bumbá e os cordões; apesar da estreita vigilância do poder de polícia do estado e dos emergentes modelos de sociabilidade que surgiam nas folhas dos jornais, fulcrados no *american way of life*.

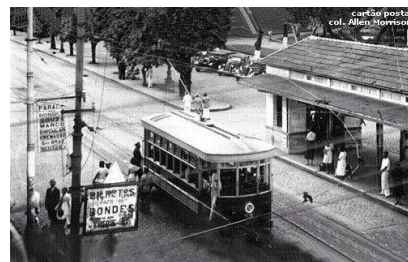
Nessa perspectiva, são indiciadas algumas manifestações festeiras típicas de determinados espaços citadinos e percursos boêmios, destacando-se também os relatos literários de experiências culturais vivenciadas nos bairros mais distanciados dos distritos centrais de Belém. Atente-se que muitas dessas experiências contribuíram para que alguns grupos de munícipes forjassem uma identidade de si mesmos e de como se diferenciavam dos demais segmentos urbanos.

Diversificados tipos sociais podiam ser encontrados nos territórios em que essas manifestações culturais eram vivenciadas, desde trabalhadores pobres até literatos e jornalistas, os quais transitavam entre os papéis de expectadores e de participantes ativos dos folguedos. A análise cuidadosa da participação desses homens de letras nessas ocasiões festivas possibilita inventariar outras territorialidades urbanas construídas na cidade, bem como, diferentes representações sobre esses eventos.

Espera-se que ao final deste texto, o leitor tenha conseguido conhecer um pouco mais da história da cidade de Belém, com fulcro na apreciação das histórias de vida entretecidas por sujeitos sociais que, embora não sejam privilegiados pela historiografia, contribuíam para fazer da capital do estado do Pará, a tão falada ‘metrópole’ da Amazônia.

CAPÍTULO 01

TRILHAS DA CONSTRUÇÃO DA URBE BELEMITA



1.1 Uma cidade na encruzilhada: entre a efeméride do *Fin du siècle* e a urbe dos anos 20 e 30.

Os anos que se seguiram ao apogeu do comércio extrativista do látex são considerados pela historiografia sobre a Amazônia, décadas em que a região esteve imersa em um lento e agonizante quadro de decadência.

Seja no âmbito econômico, político ou social, os diferentes discursos historiográficos apontam as nefastas consequências para a sociedade amazônica, da perda da hegemonia na produção e na comercialização internacional da *herbea brasilienses*.

Tais estudos, majoritariamente realizados com base em pesquisas de documentos governamentais, dados censitários e registros comerciais, possibilitam a compreensão de algumas das diferentes dimensões que compuseram as realidades das principais cidades da região, destacando-se, nesse quadro, Belém e Manaus, durante as décadas de 1920 a 1939.

Ernesto Cruz, Carlos Rocque e Antonio Rocha Penteado compuseram os primeiros trabalhos que defenderam a tese da completa decadência regional, em razão do declínio do chamado “ciclo gomífero”, considerando-se o ano de 1912 como marco inicial desse processo, pelo fato de ter ocorrido aí o *crack* dos preços de venda da borracha nativa.³¹

Antonio Rocha Penteado referindo-se ao Pará e sua capital, aponta os dez primeiros anos da grande crise como sendo uma década em que Belém viveu sob os efeitos imediatos do ciclo que se findara; ainda que conseguisse sobreviver, nos momentos de maiores dificuldades à custa de seu porto, de onde saíam parcas exportações.

“(…) Este aspecto que Belém apresentava era exatamente o resultado da evolução de que estamos tratando; a cidade se ressentia da falta de solução de inúmeros problemas insolúveis, como a falta de higiene de várias de suas áreas, onde junto a baía do Guajará, a linha do cais não completada permitia que, nos igarapés, durante a maré baixa, ficassem a mostra detritos de toda a sorte; ressentia-se ainda a capital paraense de uma série de outras deficiências, tais como a má qualidade da água potável, da limpeza pública, da rede de esgotos, etc.”³²

Nessa perspectiva, os problemas sanitários e de infra-estrutura urbana não solucionados no período entre-guerras ilustravam a condição geral da economia da região: desorganizada, em termos fiscais e administrativos, com baixa arrecadação de impostos, insolvência no setor comercial, desempregos e proliferação da pobreza.

Não muito distante dessa abordagem, a historiografia manauara mais recente contém

³¹ CRUZ, Ernesto. *História do Pará*. Belém: UFPa, 1973, & *História de Belém*. Belém: UFPa, 1974; ROCQUE, Carlos. *Antonio Lemos e sua época*. Belém: Amazônia Ed. Culturais, 1973; PENTEADO, Antonio Rocha. *BELÉM – Estudo de Geografia Urbana*. Belém: UFPA, 1968. Coleção Amazônica. 2 volume.

³² PENTEADO, Antonio Rocha. *Idem*. p. 156.

trabalhos que descrevem os efeitos da crise financeira, ocasionada pela queda dos preços da borracha e da concorrência asiática sobre a configuração do espaço urbano manauense, durante as décadas mais agudas da crise (1920-1940).

Adriana Cabral, ao analisar as políticas de combate à lepra, implantadas na cidade de Manaus, no período de 1921 a 1942, aponta a maneira como o declínio da extração do látex nativo contribuiu para o aumento dos casos de lepra no estado do Amazonas, especialmente na capital, ao mesmo tempo em que sustentou certos discursos emanados dos poderes públicos, os quais procuravam justificar o adiamento da instalação de um serviço permanente de controle da lepra, em virtude da falta de recursos ocasionada pela bancarrota dos negócios extrativistas.³³

Nesse caso, o fechamento de vários seringais intensificou o processo migratório regional, fazendo aportar na cidade centenas de trabalhadores debilitados e doentes, muitos dos quais já estavam contaminados pelo bacilo da lepra ou em condições tão degradantes de saúde, que se tornavam alvos fáceis para verminoses, impaludismo e mesmo pelo citado *mal de hansen*.

Silvia Quintino Baraúna expõe os efeitos da crise sobre a cotidianidade dos migrantes pobres nacionais e estrangeiros que habitavam a cidade de Manaus, nas décadas de 1920 e 1930. Para ela, a capital manauara entrou em um período letárgico e desolador, a partir de 1912, tendo sido os trabalhadores pobres imigrantes aqueles que mais sentiram o impacto da crise, posto que, ao chegarem à cidade, encontraram uma urbe sem estrutura para abrigá-los, com serviços públicos precários e alto custo de vida.³⁴

Tais aspectos levaram ao crescimento das áreas periféricas, com pouca estrutura sanitária e urbana, haja vista serem tais áreas os únicos espaços em que esses segmentos poderiam se estabelecer, muito embora sob péssimas condições de salubridade. Assim, enfraquecidos pela miséria e fragilizados pelas inadequadas habitações, esses trabalhadores pobres tornavam-se alvos fáceis das doenças e da criminalidade, especialmente da mendicância.³⁵

Roberto Santos defende a tese de que houve um grande colapso econômico em toda a região amazônica, o qual pôde ser observado de forma mais intensa no período de 1911 a 1914, no Pará e Amazonas. Nesses anos, ocorreram sucessivas falências de casas comerciais

³³ CABRAL, Adriana Brito Barata. *De lazareto a leprosário: políticas de combate a lepra em Manaus (1921-1942)*. Manaus: UFAM, 2010. Dissertação de Mestrado. Mimeo. p. 72.

³⁴ BARAUNA, Silvia Maria Quintino. *Condições sociais de migrantes em Manaus, 1920-1945*. Manaus: UFAM, 2010. Dissertação de Mestrado. Mimeo. p.54

³⁵ BARAUNA, Silvia Maria Quintino. Idem. p.95

em Manaus e Belém, desativaram-se seringais em diversas regiões do interior dos estados e caiu vertiginosamente o preço da borracha.³⁶

Com a queda dos preços e a diminuição das exportações, os prejuízos desencadeados foram múltiplos, abrangendo desde o crescimento do êxodo populacional, em virtude do fechamento de seringais, a crise de abastecimento de certos gêneros, o aumento de doenças diretamente vinculadas aos níveis de nutrição da população urbana até a desvalorização de bens diversos, tais como lanchas e vapores que se tornaram ociosos, por não terem mais o que transportar.

Na esfera das finanças públicas, a crise não se manifestou exclusivamente pela queda das receitas e pelo aumento do déficit público, mas também pela desorganização revelada nos tesouros públicos do Pará e do Amazonas, que já se encontravam endividados e desprovidos de qualquer política de proteção ao crédito de seus capitalistas havia bastante tempo.

De forma enfática, Roberto Santos postula que os segmentos que sofreram maior impacto com esse processo foram compostos pelos grupos mais ligados ao mercado de exportação e à vida urbana (seringalistas, acionistas de bancos, exportadores e trabalhadores do comércio, em particular), os quais teriam sido profundamente abalados pelas mudanças econômicas.

Especialmente a elite tradicional gomífera, com suas extensas famílias e seu poderio sustentado pelo sistema de aviamento, perderam prestígio político e econômico, cedendo espaço para os grandes comerciantes de castanha, exploradores de madeiras e pecuaristas do Marajó, preservando-se o sistema de aviamento, mas com outros personagens e não nas mesmas proporções da fase gomífera.

Já o setor terciário, predominantemente formado por sub-empregos, passou a receber a maior parte da população ativa e desempregada, sofrendo o que Roberto Santos classificou como uma expansão negativa, por agregar grandes contingentes de egressos dos seringais e desempregados urbanos oriundos das inúmeras falências ocorridas no comércio local.

Sob este ótica, os efeitos da crise foram sentidos de maneira bastante pontual nas duas principais capitais da Amazônia, Manaus e Belém, pois:

“O número de habitantes de Belém cresceu de forma considerável, o que acarretou o problema da alimentação; a indústria teve que diminuir as ofertas de empregos, o estado amargou a presença de

³⁶ SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. *História Econômica da Amazônia: 1800-1920*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980. P.238-240.

grande número de funcionários públicos com vencimentos atrasados há anos.”³⁷

Portanto, seria coerente afirmar que a desestruturação do comércio extrativista da borracha afetou em diferentes níveis tanto as áreas sertanejas diretamente conectadas com os seringais nativos quanto as *urbes* amazônicas, especialmente entre 1912 e 1930, quando ainda se vivia a expectativa de redinamizar o comércio do látex.

Em Manaus, as novas formas de organização das relações de trabalho entre caixeiros e comerciantes ilustram bem as contingências que o momento econômico impunha sobre segmentos sociais distintos. Benta Latiff, em sua dissertação de mestrado, verificou que em certos períodos os caixeiros se viram obrigados a aceitar a redução de salários, ao passo que em outras ocasiões os patrões e proprietários de casas comerciais perceberam a necessidade de ampliar o espaço de participação política de seus empregados, com vistas a agregar apoio para pressionar os entes do governo federal acerca da criação de medidas protecionistas para a produção da borracha.³⁸

Ora, na leitura tanto de patrões quanto de empregados, tais medidas contribuíam para dinamizar as vendas do comércio local, impactando o capital circulante e interferindo no equilíbrio das relações de trabalho.

Sobre essa mesma questão, Luiz Peixoto Pinheiro afirma que ‘a aguda crise da economia de exportação da borracha’ e o aumento do custo de vida em decorrência da primeira guerra mundial retraíram sensivelmente os empregos e salários, fragilizando as reivindicações dos trabalhadores na cidade e dando espaço para novas formas de articulação política.³⁹

Tratando-se de Belém, a historiografia visitada permite afirmar que o aumento da densidade demográfica a partir do crescimento do mercado informal de trabalho e a diminuição de ofertas de emprego no setor formal-comercial, implicaram não apenas na rearticulação das lutas dos trabalhadores citadinos, mas principalmente, fomentaram a construção de novas formas de ocupação do espaço urbano, as quais perpassaram por conflitos e pelo enfrentamento de tensões de viver num espaço múltiplo de territorialidades e pessoas.

³⁷ Idem. p. 230.

³⁸ PRAIA, Benta Litaiff. Os caixeiros e a crise da borracha na cidade de Manaus. 1910-1930. *Fronteiras do Tempo. Revista de Estudos Amazônicos*. V.1. nº 2. Dezembro de 2011. P. 61-77

³⁹ PINHEIRO, Luiz Balkar Sá Peixoto. Na contra-mão da história: mundos do trabalho na cidade da borracha. Manaus, 1920-1945. *Canoa do Tempo*. Revista do Programa de pós-graduação de História. Manaus. V. 1. N. 1. Janeiro-dezembro. 2007. Pp. 11-32.

“Num terreno existente a rua Dr. Assis, canto da Estrada dos Mungubas, existe uma espécie de campo de foot-ball onde todos os domingos e feriados vários rapazes se divertem com essa espécie de Sport. Sucede, porém, que de quando em vez, o bolão, desviando-se da rede, vae fazer um goal nas vidraças da Mercearia “Boa Fé”, que fica no canto da Rua Dr. Malcher, de propriedade do Sr. Antonio Gonçalves de Pina, estilhaçando os vidros. Quando isso sucede, o dono da casa, para se vingar, procura apreender a bola, e quando o pretendeu fazer um domingo destes viu o seu estabelecimento invadido pelos jogadores, entre eles vários marinheiros nacionais.

Hontem de novo a bola implicou com as vidraças do prédio, tendo o sr. Pina prendido a bola, mandando-a de presente ao subprefeito da permanência na estação central.”⁴⁰

Assim, a capital paraense passa a representar para todos que nela aportam um espaço de variadas possibilidades. *Lócus* que –pretensamente- oportuniza: trabalho e mais ganhos, a construção de novas relações de sociabilidade, a apreensão de novos hábitos e modos de viver mais coletivos e cada vez mais públicos, além do acesso a produtos e formas de consumo antes pouco conhecidas daqueles que migraram para a urbe.

“Belém. Civiliza-se.

O “chá das cinco” no espelhado recinto da Confeitaria Central vae se tornando numa nota obrigatória de elegância e bom gosto à aristocracia da cidade.

Diariamente as nossas gentes compatriças ao avizinhar do crepúsculo correm ao elegante estabelecimento, para satisfazer o suavíssimo tributo da vaidade e da graça, enquanto os nossos elegantes e almofadinhas, lá estão firmes para os torneios mudos dos olhares, dos sorrisos e dos cumprimentos, às vezes, precursores de ‘flirts’ deliciosamente tentadores.”⁴¹

Um celeiro de experiências que são construídas cotidianamente e a partir do diálogo entre diversos sujeitos históricos; os quais elaboravam suas formas de viver na cidade, mediados por suas condições de trabalho, gênero, renda e cultura. E como elemento comum a todos, a própria paisagem urbana com seus ícones e signos; que se pretendia sedutora, cosmopolita e moderna:

“O relógio na parede bateu sete horas. O botequim foi se enchendo de gente. Chegou negro Antonio e foi se sentar com Humberto e Sandoval convidou:

— **Vamos ao cinema?**

— Tu paga?

— Pago. Eu hoje tou cheio.

E mostrou uma pelega de vinte.

— Aonde?

— **No “Poeira”. O “Rex” hoje eu não topo.** O firme não presta. E mesmo essas vacas daqui num dão mais no couro.

E um sorriso bailou nos beiços pretos e grossos.

Sairam os três.

Fóra. **A noite mostrava a lua e as estrelas. As ruas estavam movimentadas. Os bondes passavam cheios.**

(...)

As ruas quase desertas. **Um ou outro automóvel, passa rápido, deixando pedaços de música de rádio retinindo na madrugada fria.**

Antonio quebrou o silêncio:

⁴⁰ Folha do Norte. 12 de janeiro de 1935.

⁴¹ Belém Nova. Ano IV. N° 73. 30 de agosto de 1927. Relâmpagos.

— Vocês gostaram do firme?

— Um bocado chato!

— Me deu sono.

Chegaram no canto. A “Flor Pedreireense” esta fechada. Sandoval pergunta a Humberto:

— Onde tu vai dormir?

— Não sei.

Antonio olhou pra ele:

— Tu que dormir comigo?

— Eu não durmo com preto.

O negro encabulou. Os dois deram uma gargalhada. Humberto bateu no ombro do preto.

— Tou brincando contigo. Não precisa, vou andar por ai...

O negro riu satisfeito.

— Si tú qué, não faz cirimonia.

— Não, obrigado.

Despediram-se. Humberto saiu só. Seus passos ecoavam na calçada deserta. A lua clareava o céu e as ruas. As estrelas piscavam para a terra.

Acendeu um cigarro, soprou a fumaça para o céu. E com ela subiu um olhar seu para as estrelas. Continuou andando na noite deserta...**ao longe ouve-se o cantar de um galo...**⁴² (grifos nosso)

O texto do romancista ao adotar a pilhéria como forma de descrever os itinerários do grupo de amigos que tinham na noite seu tempo e território de lazer, nos elucida diversos elementos que estavam se incorporando a paisagem da cidade de Belém e que a partir desse período, passaram a permear a vida de ricos e pobres.

O desejo de frequentar o cinema e circular nas salas de projeção mostra-se evidente, porém diretamente relacionado ao poder aquisitivo dos interlocutores; os quais apesar de terem recursos para pagar as entradas do espetáculo, precisaram se deslocar a pé pelos outros roteiros que fizeram noite à dentro. Do botequim à sala de projeção, desta até o local de moradia de um dos rapazes.

Os bondes e os automóveis com seus rádios ligados, meios de transporte rápidos e modernos, tornam-se imagens olhadas ao longe; quem sabe, uma estratégia dos personagens para economizar dinheiro, já que haviam pago as entradas para a exibição da fita e ainda, tinham ido beber num botequim.

A referência à mercearia (*Flor Pedreireense*), estabelecimento comum nas esquinas das ruas mais movimentadas dos diferentes bairros citadinos, a menção ao cigarro como objeto de consumo típico de um estilo de vida considerado *smart*, além da presença de marcos referenciais próprios de um tipo de sociabilidade popular e boêmia, dada a bebedice, a forte presença de negros e caboclos, as caminhadas madrugueiras, ilustram a coexistência de velhos e novos hábitos entre os munícipes. Hábitos estes que assinalam para uma urbanidade

⁴² Mauro Augusto da Rocha. *Vidas Simples*. Terra Imatura. 1938. Belém. Pará. Outubro. Anno. 1. Nº 05. Canto de Rua.

complexa e contraditória em certos momentos.

Nesse sentido, as novas condições da vida urbana também geraram necessidades nem sempre apoiadas em poder real de compra, construindo-se uma realidade dicotômica onde a modernidade coexistia com a carência de víveres em virtude dos altos preços praticados nos mercados; o progresso caminhava ao lado da falta de vagas de emprego e fontes de renda permanentes para o expressivo contingente de trabalhadores e a expansão dos limites urbanos convivia com as poucas ofertas de moradia de baixo custo e de boa qualidade sanitária.⁴³

Dessa feita, se no período entre guerras as região vivenciou os revesses de uma crise na economia extrativista do látex, a qual implicou em certo refluxo de mão de obra e diminuição das taxas absolutas de crescimento demográfico,⁴⁴ suas principais capitais (Manaus e Belém) não deixaram de constituir espaços que atraíam expressivos contingentes populacionais, tanto de nacionais de outros estados como de pessoas da própria região e também, estrangeiros de diferentes nacionalidades; homens e mulheres, brancos, pardos, negros e mestiços que se aglomeravam pelas urbes. Tais sujeitos vivenciaram a experiência de morar em cidades cujos traços de modernidade partilhavam espaço com os sinais de pobreza.

“Da rua Cezário Alvim contra a escuridão reinante por falta de lâmpadas nos postes de iluminação. Dizem os moradores que não vêm um palmo diante do nariz, quando sobe a noite, principalmente se é chuvosa, porque dão trombulhões e quedas a cada passo. O fiscal de luz, segundo acrescentam os reclamantes, nunca por ali se perdeu e talvez acredite que não exista tal trecho urbano.”⁴⁵

Em Belém, a distância entre os discursos de progresso e as demandas cotidianas apresentadas por alguns segmentos sociais adquiria visibilidade através das queixas formuladas pelos munícipes nos jornais locais. Nesses petições o desejo de inclusão na cidade moderna mostrava-se latente, buscando-se a todo tempo denunciar o descaso do poder público com determinados territórios e sujeitos que habitavam a capital parauara. Tal fato ressalta mais ainda, os efeitos produzidos sobre a dinâmica citadina, da continuidade dos processos imigracionistas.

Sobre a peculiaridade no padrão de imigração para a capital do Pará no período focado, Roberto Santos defende que os imigrantes estrangeiros não só permaneceram em grande proporção na cidade, como também continuaram chegando a Belém, talvez pelos tipos de atividades por eles exercidas, consideradas menos vulneráveis a crise da borracha. A exemplo da criada da casa do Sr. John Engers, de nacionalidade alemã e 22 anos de idade, que

⁴³ SANTOS, Roberto. Idem. p. 263.

⁴⁴ PENTEADO, Antonio Rocha. Idem. p. 156.

⁴⁵ Folha do Norte. Belém, 09 de fevereiro de 1920. Fla. 03. Reclamam.

enfrentou um ladrão para impedir que invadissem o domicílio em que trabalhava, sofrendo por isso vários golpes de faca;⁴⁶ ou de Manoel de tal, proprietário de um botequim á Travessa 1º de Março, natural da Ilha da Madeira que brigou aos bofetões com seu conterrâneo de nome Antonio de Tal;⁴⁷ ou da judia Anna Maria, natural do Marrocos, conhecida cafetina da zona do meretrício de Belém e que exerceu seu ofício até próximo de sua morte aos 75 anos de idade;⁴⁸ ou ainda, como o italiano Francisco Paternoster, preso sob a acusação de gatunagem.⁴⁹

Eidorfe Moreira em meados da década de 1970 traçou um perfil dos recondicionamentos elaborados pelos imigrantes hebraicos na região amazônica a partir da diminuição dos negócios gomíferos, que ilustra bem a questão ora discutida. Segundo ele:

“Como toda a Amazônia, a grande crise da borracha afetou também profundamente os Israelitas da região, obrigando-os a se concentrarem em Belém e Manaus em virtude do êxodo interiorano que a crise suscitou. Esta foi a consequência mais direta e imediata da desvalorização do ouro negro, sobre eles, ou para falarmos em termos hebraicos, a sua diáspora econômica regional. Certamente que isso não aconteceu de pronto. Houve gradações, como houve também os que não acompanharam o êxodo.

Mas, com a crise da borracha, outros produtos nativos passaram a se valorizar, muitos desses israelitas continuaram compradores e vendedores de tais produtos, mantendo-se assim, no campo preferido das suas atividades comerciais, agora em escala mais ampla e internacional e já com a ativa participação de gerações de nacionais.

Por outro lado, eles iriam encontrar na capital um campo de ação mais amplo e sobretudo variado, que lhes permitiu novas oportunidades comerciais, fora do extrativismo.”⁵⁰

É fundamental mencionar que na cidade de Belém, além da chegada de novas levas de estrangeiros desembarcados pela primeira vez em solo brasileiro e/ou oriundos de outros municípios, destacou-se a migração de pessoas nascidas no próprio território paraense, moradores de pequenas localidades do interior que sofreram os efeitos secundários da diminuição dos preços e da exportação de borracha e que por isso, decidiram se mudar para a capital do estado.

Mais conhecidos como caboclos,⁵¹ esses segmentos de mestiços vinham para Belém

⁴⁶ Folha do Norte. 07 de março de 1903. Fls. 02. Os gatunos.

⁴⁷ Folha do Norte. 28 de fevereiro de 1905. Fls. 02. A revolver.

⁴⁸ Folha do Norte. 11 de novembro de 1907. Fls. 01. Coluna 06. A judia.

⁴⁹ Folha do Norte. 04 de fevereiro de 1907. Fls. 02. Coluna 03. Echos e Noticias.

⁵⁰ MOREIRA, Eidorfe. *A presença hebraica no Pará*. Belém-Pará: Falangola, 1972. P.21

⁵¹ Segundo Deborah Lima, o uso objetivo do termo caboclo pretende especificar uma categoria social à qual falta um termo próprio de autodenominação e aponta para o processo histórico de sua constituição. No discurso coloquial, a definição da categoria social caboclo é complexa, ambígua e está associada a um estereótipo negativo. Na antropologia, a definição de caboclos como camponeses amazônicos é objetiva e distingue os habitantes tradicionais dos imigrantes recém-chegados de outras regiões do país. Ambas as acepções de caboclo, a coloquial e a acadêmica, constituem categorias de classificação social, empregadas por pessoas que não se

agregar-se aos parentes que aqui já residiam ou mesmo tentar a sorte individualmente. Isto porque acreditavam que a movimentação de um comércio interno de produtos de origem regional seria suficiente para lhes oferecer novas perspectivas de trabalho e renda; diferentemente do que acontecia em seus municípios de origem onde sofriam os impactos pelo fechamento dos seringais e pelo declínio dos pequenos negócios locais.

Em várias ocasiões, essa expectativa era frustrada pela dura realidade do mundo do trabalho, restando para esses sujeitos obter o sustento e a renda por meio de outras atividades nem sempre lícitas.

“Foi, hoje, as nove horas da manhã, recolhido a um xadrez da Central, **Manoel Barbosa, vulgo “caboclo misterioso”, paraense, pardo, solteiro, 21 anos de idade**, sem profissão nem residência, detido a disposição do comissariado de investigações e captura. De sua nota de culpa consta: para averiguações sobre furto.”⁵² (grifos nossos)

“Esta aqui um caboclo que quando pega um gole, fica valendo pra burro, procurando agredir até mangueiras e postes. Chama-se Agostinho Elpidio de Almeida, é roceiro e tem pouso lá na terra do celebrado Josino Cardoso.

Ontem, pela manhã, Agostinho teve, no Ver-o-peso, uma rusga com Antonio Clarindo da Silva, proprietário da canoa Parana. Deu um pulo para um lado, cuspiu grosso, arregaçou a manga e investiu contra Antonio.

Várias pessoas que assistiam a cena, intervieram, afim de evitar graves consequências.

Tanto bastou que o vigiense se espalhasse, querendo amarrotar a Verônica de quantos lhe apareciam.

A praça do corpo municipal de bombeiros, José Neves dos Santos, para acalmar a fúria de Agostinho, conduziu-o para a central.”⁵³ (grifos nossos)

O limite entre a urbanidade e a ilicitude permeava a vida desses grupos na cidade. Desde acusações de ociosidade até reprimendas por causa das formas como resolviam seus litígios faziam com que figurassem nas páginas policiais e fossem, corriqueiramente, objetos discursos pejorativos por parte dos poderes públicos.

Quanto aos nacionais de outros estados percebemos sua expressiva presença pela cidade de Belém, envolvidos nas mais diversas situações cotidianas relacionadas ao viver e sobreviver na *urbes*. Inseridos no mundo do trabalho ou do não-trabalho, partícipes ou testemunhas de delitos, sujeitos de relações de afetividade e conflitos familiares, esses

incluem na sua definição. Sob este prisma, os caboclos são reconhecidos pelos brasileiros em geral como o tipo humano característico da população rural da Amazônia. Em sentido étnico, como a mistura do branco com o índio, em sentido ideológico como o remanescente das áreas rurais que migra para a cidade. A grande problemática neste caso é que ao longo dos seus trezentos anos de existência, o campesinato amazônico mostrou períodos de intensa participação no mercado, alternados com períodos de baixa participação, quando predominaram as atividades de subsistência, sem contar aqueles períodos de intensa mobilidade e êxodo rural. Cfe. LIMA, Déborah de Magalhães. *A construção histórica do termo caboclo. Sobre estruturas e representações sociais no meio rural amazônico*. In: Novos Cadernos NAEA vol. 2, nº 2 - dezembro 1999. Pp.5-32.

⁵² Folha do Norte. Março, 1939. O dia policial. Detido para averiguações.

⁵³ Folha do Norte. 02 de Dezembro de 1926. Entre Caboclos

migrantes nacionais destacavam-se na paisagem urbana.

Como foi o caso de João Fernandes de Souza, pernambucano, preto, de 48 anos de idade, casado, estivador, residente à rua dos caripunas, entre Castelo e José Bonifácio, que sofreu acidente de trabalho enquanto se encontrava no Vapor Aracajú, da Companhia de Comércio & Navegações;⁵⁴ e de Francisco Elias Monte, cearense, branco, solteiro, de 42 anos de idade, residente à Avenida Pedro Miranda, nº 176, preso pelo guarda civil nº 16, na Avenida 15 de Agosto, centro da cidade, por ofensas a moral pública;⁵⁵ ou ainda, como acreana Antonia Francisca Teixeira, que teve sua mala arromabada e roubada, enquanto se encontrava hospedada no quarto da proprietária de uma pensão á Rua Riachuelo, nº 37.⁵⁶

Nessa linha de raciocínio, em relação ao estado do Pará e sua capital Belém, se problematizarmos os dados censitários da década de 1920 a respeito do “estado da população local do município”, conclui-se que provavelmente, muitos dos indivíduos nacionais e estrangeiros chegados ainda na época de maior prosperidade da economia extrativo-exportadora em fins do século XIX e primeira década do século XX, não foram simplesmente embora da região com a queda das exportações ou com a retração da demanda de mão de obra nos seringais nativos. Muitos destes sujeitos, apenas se deslocaram de um município para outro e/ou mudaram de estado, permanecendo de toda sorte na região.

Portanto, o que se destaca é uma possível alteração da dinâmica de (i)migração e dos padrões internos de mobilidade demográfica na Amazônia e pontualmente, no estado do Pará, os quais impactaram as condições de vida e sobrevivência no espaço citadino Belemita nas décadas de 1920 e 1930.

Por óbvio que não se pode negar que houve uma redução no ritmo e no coeficiente absoluto do crescimento demográfico regional. Em outras palavras, a diferença entre o crescimento populacional parauara antes e depois da primeira década do século XX consiste no fato que, no primeiro período a ocupação foi rápida e irregular, o que ocasionou a formação de concentrações demográficas esparsas, tanto na capital quanto em algumas áreas do interior do estado que eram dedicadas ao extrativismo da borracha. Nas décadas posteriores ao *boom gomífero*, a ocupação se deu de forma lenta e constante, direcionada principalmente para a maior cidade do estado, Belém.

Outro aspecto é que até meados de 1890, Manaus e Belém possuíam contingentes

⁵⁴ Códices da Chefatura de Polícia. Volume 335. Ocorrência registrada em 26 de agosto de 1922.

⁵⁵ Códices da Chefatura de Polícia. Volume 364. Ocorrência registrada em março de 1924.

⁵⁶ Fundo de Segurança Pública. Boletins de Ocorrência. 20 de Setembro de 1928.

populacionais bastante reduzidos e os poderes públicos ensaiavam as primeiras medidas de modernização dos espaços citadinos, portanto um fluxo migratório em massa como o que ocorreu gerava impactos mais visíveis e imediatos nas urbes.

Na década de 1920, tais capitais já detinham certo grau de desenvolvimento e infraestrutura urbana, que senão serviam para modificar substancialmente as problemáticas enfrentadas pelos imigrantes na busca pela sobrevivência nas urbes, pelo menos reduziam o choque inicial com um novo modo de vida; substituindo o estranhamento pelo fascínio e deleite em relação a tudo que as cidades poderiam ofertar.

“No largo de São José haverá hoje e amanhã, a noite, variadas diversões populares, promovidas pelos barraqueiros, que ali funcionarão durante as últimas festas joaninas.

São as últimas noites da festa, sendo o programa atraense.

Haverá iluminação, música, espetáculos cinematográficos, balões, etc.”⁵⁷ (grifos nossos)

Ao analisar-se outros dados relativos aos quadros da população do estado do Pará e da capital, dos distritos e dos municípios; considerando números absolutos e relativos, bem como os coeficientes segundo as comarcas e circunscrições administrativas e judiciárias, verifica-se que entre os anos de 1890 e 1936, Belém manteve destaque por realmente concentrar a maior parte dos habitantes da região paraense.

ESTADO DA POPULAÇÃO				
População do estado e do município da capital em 31 de dezembro de 1936 e seu confronto com as médias dos efetivos demográficos das circunscrições administrativas e judiciárias.				
ESPECIFICAÇÃO		Dados numéricos		
		Absolutos	%	
População absoluta		Do estado	1.541.619	100
		Do município da capital	298.340	19,35
População média	Na divisão administrativa	Dos municípios	30.832	2,00
		Dos distritos	30.832	2,00
	Na divisão judiciária	Das comarcas	57.097	3,70
		Dos termos	32.117	2,08
		Dos distritos	6.423	0,42

Tabela 1: Síntese de dados acerca da distribuição da população absoluta entre os municípios do Pará elaborado a partir dos dados gerais para o Estado do Pará. **Fonte:** Sinopse Estatística do Estado. Nº 2. Instituto Nacional de Estatística. Instituto de Estatística do Pará. P. 38. (Separata com acréscimo do anuário estatístico do Brasil. Ano III. 1937).

⁵⁷ Folha o Norte. 10 de julho de 1915. Fls. 03. Diversões Populares.

ESTADO DA POPULAÇÃO				
Principais dados demográficos do município da capital segundo os recenseamentos gerais				
Especificação		Resultados Censitários		
		1890	1900	1920
Totais		50.064	96.560	236.402
Segundo o sexo	Homens	25.131	49.389	118.729
	Mulheres	24.933	47.171	117.673
Segundo o estado civil	Solteiros	39.698		169.781
	Casados	8.438		52.264
	Viuvos	1.928		14.357
Segundo a nacionalidade	Nacionais	46.678		218.184
	Estrangeiros	3.386		18.218
Segundo a idade	0 a 04 anos	5.273		26.919
	05 a 09 anos	5.909		29.058
	10 a 14 anos	5.562		27.308
	15 a 29 anos	15.891		76.980
	30 a 59 anos	13.154		57.292
	60 em diante	1.794		8.191
Segundo as profissões	Produção, transformação, circulação e distribuição de riqueza			70.519
	Administração e profissões liberais			9.454
				156.429
	Outras categoriais			

Tabela 2: Síntese de dados Censitários da População de Belém de 1890-1920. Elaborado a partir dos dados Gerais para o Estado do Pará. **Fonte:** Sinopse Estatística do Estado. Nº 2. Instituto Nacional de Estatística. Instituto de Estatística do Pará. (Separata com acréscimo do anuário estatístico do Brasil. Ano III. 1937)

Embora com características e finalidades diversas, os mapas demográficos acima expostos confirmam que a capital do estado do Pará abrigava o maior número de pessoas da região e o maior percentual populacional atendido pelos serviços de administração pública e assistência judiciária. Paralelamente, percebe-se que na cidade havia um expressivo número de trabalhadores atuantes no setor de produção e circulação de riquezas (operários, comerciantes, vendedores ambulantes, caixeiros, etc), bem como sujeitos que sobreviviam dos mais diversos arranjos laborais (pequenos ofícios, serviços esporádicos, etc); desempenhando funções nem sempre possíveis de serem catalogadas pelas estatísticas oficiais e que

constituíam estratégias variadas de obtenção de renda. A exemplo da atividade desenvolvida por João de Tal, conhecido no bairro do Marco por “Carimba João”, que sobrevivia dos poucos recursos ganhos com um periquito e um realejo, com os quais andava pelas ruas da cidade solicitando moedas em troca de sorte.⁵⁸

Portanto, mesmo nos anos subsequentes ao declínio das exportações de borracha e, por conseguinte, de rearranjo dos capitais locais, Belém manteve-se como a principal cidade do estado, convivendo com uma dinâmica e efervescente realidade demográfica e urbana, pontilhada por variados grupos de sujeitos de diferentes origens, ocupações, interesses e aspirações acerca do viver na urbe.

Tais indivíduos e grupos instalavam-se tanto em Belém quanto em Manaus, imprimindo as marcas de sua presença nos espaços citadinos, muitas vezes de forma conflituosa e divergente, indicando o modo como o *locus* urbano se constituía enquanto territorialidade humana e culturalmente construída.

Algumas notícias de jornais e certas ocorrências policiais pulverizadas entre os anos de 1915 e 1939 nos permitem refletir sobre essa cotidianeidade entretecida pelos sujeitos que habitaram Belém durante os anos de fastígio econômico. Nessa perspectiva, tem-se o relato noticiado na *Folha do Norte* acerca da séria briga em que estiveram envolvidos três migrantes nordestinos, Egrésio -proprietário e senhorio de uma barraca localizada em Canudos-, Lucas de Tal -locatário do imóvel e empregado da Estrada de Ferro de Bragança- e Antonio Martinho, sublocatário da mencionada barraca e portanto, inquilino de Lucas.

Vinculados entre si em virtude de um arranjo habitacional bastante peculiar à época (locação e sublocação), esses indivíduos contenderam aparentemente pelo fato de que o senhorio Egrésio se sentira incomodado com os barulhos e cantorias feitas pelo locatário, Lucas de Tal; ao ponto de trocar tapas, bofetões e ofensas com o mesmo e até com o sublocatário Antonio Martinho, que se meteu na briga na tentativa de apartar os contendentes. Na verdade, por trás dessa tensão se encontrava a insatisfação de Egrésio com o inquilino Lucas de Tal, que já havia seis meses que não pagava pela barraca e ainda por cima, tinha sublocado parte do imóvel a Antonio Marinho e família; e isto sem qualquer autorização do

⁵⁸ “Carimba João” foi inserido nas colunas policiais das páginas vespertinas da *Folha do Norte*, em virtude de ter se envolvido em briga com duas mulheres viúvas, Francisca Silva e Maria da Luz Ferreira, ambas viúvas e residentes a travessa da Angustura, n. 991. Segundo as mesmas, o referido homem num assomo de incoercível ódio ou fúria sanguinária, tentou invadir a casa das duas mulheres, e armado de um punhal de longa e afiada ponta, quis mandal-as desta para outras plagas. *Folha do Norte*. 24 de janeiro de 1939. Fls. 02. Na polícia e nas ruas. O “carimba João” quis carimbar, a punhal, as duas viúvas.

proprietário.⁵⁹

Outras notícias que se reportam às tensões inerentes ao viver na urbe e evidenciam a polifonia de significações que o morar na capital possuía, são aquelas relativas aos diversos crimes que se davam no espaço citadino, envolvendo diferentes segmentos sociais e territórios urbanos, tais como: o crime de que foi vítima o italiano Jenaro Sposito, que possuía um Botequim no Largo de São José (Jurunas) e que teve o estabelecimento arrombado pelo marroquino Moçami Benammanelli, o qual furtou tanto objetos quanto gêneros alimentícios vendidos no local;⁶⁰ ou o delito de arrombamento da casa do Dr. João Batista Ferreira Gama, a Travessa Quintino Bocaiuva, nº 129 (Nazaré), ocorrido durante um período em que o mesmo viajava;⁶¹ e ainda, a agressão do condutor do bonde da linha do Marco, nº 212, ocorrida em frente ao cinema Olympia, na Praça da República e de que foi autor Felix Antonio Rocque, comerciário, residente na travessa Frei Gil de Villa Nova, nº 241 (Cidade Velha), a qual foi motivada por discordâncias quanto ao preço da passagem.⁶²

Em contínuo o diálogo com a historiografia, destaca-se a obra de Bárbara Weinstein que enfatiza as contradições havidas durante as décadas de declínio de economia do látex e a reorganização das formas de produção capitalista na Amazônia. Para ela o período mais agudo da crise ocorreu entre 1912 e 1915, quando eclodiu a pior onda de falências no Pará, seguida pela diminuição abrupta das rendas dos grandes comerciantes, exportadores e proprietários urbanos. Essa nova condição é bem demonstrada pela crise habitacional que se instalou na cidade em 1915, ocasião em que após anos de rentável especulação imobiliária e escassez de moradias, haviam cerca de 3.000 casas desocupadas na urbe dentre aqueles domicílios destinados para locação.⁶³

Essa realidade emergente incidiu fortemente sobre a classe mercantil paraense, para os quais a desvalorização da borracha trouxe a perda muito acelerada de grandes montantes de capitais que não podiam ser retomados de modo muito fácil ou rápido.

Paralelamente, o prolongado *déficit* nos negócios de exportação da borracha, o prosseguimento das falências e a derrocada dos investimentos estrangeiros na região serviram para aprofundar a delicada posição social ocupada por funcionários públicos e camadas

⁵⁹ Folha do Norte. 05 de janeiro de 1905. Fls. 02. Coluna 02 e 03. Mais desordens em canudos: três homens feridos.

⁶⁰ Folha do Norte. 13 de julho de 1915. Fls. 03. Factos Policiaes.

⁶¹ Boletins de Ocorrência. 28 de setembro de 1928.

⁶² Província do Pará. 08 de janeiro de 1939. Fls. 05. Na polícia e nas ruas.

⁶³ WEINSTEIN, Bárbara. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência*. São Paulo: HUCITEC, 1983. p. 261-263

médias urbanas, uma vez que esses grupos viviam oscilantes entre a segurança de um cargo estatal e a imprevisibilidade das finanças governamentais.

Assim, baixa arrecadação de impostos, promissórias vencidas, dívida interna e juros exorbitantes de empréstimos pactuados com bancos estrangeiros incidiam sobre o pagamento de salários e reduziam novas contratações de pessoal, ocasionando a diminuição do poder aquisitivo e da capacidade de consumo desses setores.

Em relação ao contingente de trabalhadores atrelados ao setor industrial-comercial Bárbara Weinstein acredita que foram os menos atingidos pela re-organização da economia amazônica, por constituírem um número menos expressivo de mão-de-obra. E quanto a grande massa de homens e mulheres vinculados ao setor informal: vendedores ambulantes, empregados domésticos, trabalhadores eventuais, carregadores, carroceiros, sapateiros, etc. ela afirma que a crise apenas acentuou a pobreza, sempre vivida, mesmo nas décadas anteriores.

Daí poder se afirmar que Pará e Amazonas sobreviveram a “bancarota” dos negócios gomíferos, senão do modo desejado por exportadores, seringalistas e grandes comerciantes; mas sustentando-se a partir dos negócios locais que eram movimentados em virtude da demanda de bens de consumo imediato e prestação de serviços.

Todos esses aspectos contribuíram para que nos anos posteriores a 1912 se criasse um contexto paradoxal na região, que comportava evidências das dificuldades econômicas enfrentadas pelas finanças públicas com nuances de efervescência social e crescimento demográfico.

Não obstante, essa nova condição impunha aos diferentes segmentos sociais que viviam nas principais cidades do Pará e Amazonas, a reestruturação das formas de trabalho e obtenção de renda, a articulação das mais variadas estratégias de sobrevivência na urbe e a construção de novos modos de ocupação e uso dos espaços citadinos. Tal qual Maria Siqueira Nunes, que desde os 10 anos de idade morava de favores na casa de sua madrinha à rua dos Mundurucus, nº03 (Batista Campos) em troca de ajudar-lhe com os serviços do lar; sendo aos 22 anos acusada de abortamento de uma criança e posterior enterramento do corpo da mesma na sentina localizada nos fundos do quintal;⁶⁴ ou como Josepha Fernandes, que mudou-se de modo furtivo do cômodo que alugava de Adalgisa Cardoso por estar lhe devendo um mês de

⁶⁴ Folha do Norte. 26 de Fevereiro de 1915. Fls. 02. Mãe desnaturada. A polícia descobriu a mãe da criança encontrada morta dentro de um sentina.

aluguel no valor de 26\$000, além de roubar-lhe uma sombrinha que custava 120\$000;⁶⁵ ou ainda, como José Ferreira Dias, que sublocava uma barraca de propriedade dos Srs. Pombo & Cia, na Rua Antonio Barroteo, nº46 (Umarizal).⁶⁶

Muito recentemente, vários trabalhos historiográficos têm se interessado por essas questões, reconhecendo que a fase não tão próspera da Amazônia logo após a economia do látex, abriga em si mesma um conjunto de particularidades que merece novos estudos e reflexões.

A respeito de Manaus destacam-se as pesquisas de Soraia Magalhães e Dorinethe Bentes, as quais procuram compreender a dinâmica de apropriação dos espaços urbanos a partir da estruturação de uma nova conjuntura econômica.⁶⁷

Soraia Magalhães ao estudar as transformações ocorridas no setor de transportes coletivos urbanos em Manaus entre 1896 e 1946, aponta a crise econômica e a permanência dos serviços de transporte urbano nesse período como um indicativo de que, embora a demanda de capitais em virtude do decréscimo das exportações tenha atingido Manaus de maneira inequívoca, não impactou tão ferozmente o processo de crescimento territorial da urbe, tanto que em relação a expansão dos serviços de utilidade pública, tais como os transportes coletivos, inúmeras tensões se configuraram pois a cidade ainda era servida pelo mesmo número de linhas criadas no início do século, contradizendo com a nova feição territorial da urbe, que passou a abrigar áreas cada vez mais distantes do centro da cidade.⁶⁸

Na verdade, postula que para os trabalhadores bem como para os desempregados, esse contexto não deve ter trazido novos dissabores, apenas prolongando as inúmeras dificuldades que já enfrentavam havia tempos para viver na capital manauara. Em suas próprias palavras:

“podemos lamentar, como muitos autores já o fizeram, a partir do ponto de vista da elite exploradora da borracha, a sua derrocada, entretanto, podemos também centralizar a direção para os efeitos dessa situação às vítimas exploradas pela máquina econômica que escravizou o índio, o homem nordestino, o caboclo, a mulher, a criança, os desafortunados da cidade que, relegados, viviam em estado de abandono.”⁶⁹

Dorinethe Bentes analisa a história da cidade de Manaus entre 1910 e 1940, considerando a continuidade mesmo após o declínio das exportações do látex, do projeto de

⁶⁵ A Província do Pará. 02 de janeiro de 1939. Fls. 03. Além do Aluguel, a sombrinha também.

⁶⁶ Folha do Norte. 21 de janeiro de 1905. Fls. 01. Incendio.

⁶⁷ MAGALHÃES, Soraia Pereira. *O transporte coletivo urbano de Manaus: bondes,ônibus de madeira e metálicos*. Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2003. 202p. (Dissertação, Mestrado em Natureza e Cultura da Amazônia). & BENTES, Dorinethe dos Santos. *Outras faces da história: Manaus de 1910 a 1940*. Manaus, AM: UFAM, 2008. Dissertação de Mestrado.

⁶⁸ MAGALHÃES, Soraia Pereira. *Idem*. p.29-60.

⁶⁹ MAGALHÃES, Soraia Pereira. *Idem*. pp.50-51.

embelezamento e remodelamento urbano por meio de intervenções do Estado nos espaços públicos citadinos.

De acordo com a pesquisadora, as dificuldades econômicas enfrentadas pelos poderes públicos manauaras durante os anos de maior crise re-orientaram as estratégias utilizadas pelos entes estatais, no sentido de assegurar o sonho de construção de uma urbe moderna, higiênica e civilizada. Desse modo, ainda que de forma mais lenta e por meio de pequenas obras voltadas para a manutenção dos espaços já urbanizados e/ou prolongamento dos serviços públicos a novos territórios da cidade classificados como subúrbios, a capital do Amazonas continuou sua marcha em prol da modernização citadina. Por isso:

“A partir de 1912, um dos pontos de apoio da utopia dos administradores do Amazonas começou a sinalizar negativamente a queda abrupta das exportações da borracha silvestre e iniciou uma fuga generalizada de capitais do estado do Amazonas. A partir de então, por aproximadamente mais de trinta anos, o estado e principalmente sua capital Manaus, experimentaram um profundo definhamento na arrecadação de impostos. Porém, a fuga de capitais e a perda do crédito internacional não desvaneceram o sonho de construção de uma cidade civilizada, determinado pelos padrões ocidentais.”⁷⁰

Portanto, objetivando garantir a continuidade dos serviços de urbanização fez-se necessário que as obras municipais, além dos critérios estéticos e sanitaristas, considerassem as necessidades objetivas impostas pela nova realidade econômica vivenciada pelo município. Dessa feita, diante da diminuição da arrecadação de impostos e da falta de grandes investimentos comerciais e, principalmente, em face do aumento dos fluxos migratórios do interior para a capital, impôs-se que os governantes redirecionassem a organização do espaço urbano manauara, dando respostas aos moradores dos subúrbios e das zonas agrícolas do município, cada vez mais inseridos na dinâmica citadina.⁷¹

Em se tratando de Belém, Edilza Fontes inaugurou os estudos que procuram repensar os efeitos da decadência da econômica do látex sobre a configuração dos espaços urbanos belenenses. Em sua tese, discute as formas como a capital paraense se constituiu territorialmente entre as décadas de 1930 e 1950, especialmente considerando os modos de vida e trabalho de um segmento social específico dentre as camadas populares, os padeiros; ocupantes de um certo espaço da cidade, o subúrbio.⁷²

Ao apresentar uma percepção muito mais social do que geográfica da urbe e daquilo que considerava ser uma área de subúrbio, enfatiza o modo como diversos sujeitos sociais

⁷⁰ BENTES, Dorinethe dos Santos. Idem. p.77.

⁷¹ BENTES, Dorinethe dos Santos. Idem, pp. 104-107.

⁷² FONTES, Edilza. *O pão nosso de cada dia: trabalhadores, indústria da panificação e legislação trabalhista em Belém (1940-1954)*. Belém: Ed.Paka-Tatu, 2002.

oriundos das camadas de trabalhadores pobres da cidade entreteceram formas de ocupação, apropriação e re-significação desses espaços após o período gomífero.

Através da memória de vários padeiros que exerceram seus ofícios nas áreas consideradas suburbanas, nas décadas de 30 e 40, ela revisita o cotidiano da capital e percebe que:

“Há uma visão social do espaço urbano na memória dos entrevistados. Os bairros periféricos de Belém eram o espaço da moradia do pobre, as ruas eram cheias de capim, calçadas cheias de buracos e carapanãs. (...) As boas ruas nestas lembranças são percebidas como as que são asfaltadas, com casas de alvenaria, com bonde na porta e iluminação. As ruas ruins de andar eram alagadas, com mato, com barracos, esburacadas, com passagens só para carroça, sem aterro rua ‘mondrongo’, onde não se podia andar por Ter muita lama; rua de ponte, rua de plantação.”⁷³

No contexto de uma cidade que se expandia apesar dos discursos acerca da crise econômica, essa visão social do que era periférico e do que era central dizia respeito a existência ou não, de serviços públicos suficientes para garantir uma vida confortável, bem como, a presença de redes de abastecimento de alimentos, água e transporte. Portanto, a representação de subúrbio proposta por Edilza Fontes transcende qualquer classificação técnica ou geográfica, dizendo respeito aqueles espaços que estavam excluídos de infraestrutura mínima capaz de garantir aos seus moradores um modo de vida correspondente aos das elites econômicas, normalmente residentes nas áreas mais próximas ao centro comercial da cidade.

Assim, diferindo da leitura de Soraia Magalhães a respeito da expansão urbana manauara após a economia gomífera, Edilza Fontes não identifica em Belém grande empenho do poder público em assegurar os meios para que os grupos residentes nos subúrbios se integrassem ao discurso modernizante que imperava. Ao contrário, percebe o descaso das elites políticas com o fornecimento de transporte público, asfaltamento, sistema de esgoto e tratamento de água, iluminação pública, etc.

“Não havia luz nas casas, usavam-se candeeiros. Não havia água encanada e as casas tinham poços cavados pelos próprios moradores. O transporte não passava no bairro e os trabalhadores tinham que ir até o mercado de São Braz para apanhar o bonde que se dirigia ao centro, local onde as casas de comércio e as fábricas estavam concentradas. Tanto os ônibus quanto os bondes faziam parada em São Braz.”⁷⁴

Vanessa Spinosa ao discutir relações de afetividade, condições de moradia e práticas de sociabilidade das camadas populares belemitas na década de 1930, afirma que Belém nesse período mostrava-se sintonizada com os movimentos do país e com o que era considerado

⁷³ FONTES, Edilza. Idem. p.212-213.

⁷⁴ FONTES, Edilza. Idem. pp. 214-215.

moderno e de utilidade pública.⁷⁵

Obviamente, diferente do que aconteceu nos anos de apogeu do ciclo da borracha, o ritmo de crescimento não era “nem lento, nem tão pouco acelerado”, havendo inúmeras contradições na urbe pontuadas pela presença de ícones da modernidade, tais como o trem, o cinema, o rádio e a luz elétrica; ao mesmo tempo em que se podia verificar a escassez desses serviços e benfeitorias em áreas de periferia, habitadas por gente pobre do município.⁷⁶



Imagem: Distritos de Belém e Val-de-Cães, indicando os bairros de Belém e os seus limites, destacando-se em negrito a linha do trem (Estrada de Ferro Belém-Bragança) que atravessava a cidade a partir do bairro de Nazaré.

Fonte: Antonio Rocha Penteado. *BELÉM – Estudo de Geografia Urbana*. Belém: UFPA, 1968.

⁷⁵ SPINOSA, Vanessa. *Pela navalha: cotidiano, moradia e intimidade (Belém, 1930)*. São Paulo: PUCSP, 2005. Dissertação de Mestrado.

⁷⁶ SPINOSA, Vanessa. Idem. p. 147.

Nesse sentido, ao analisar a espacialização e os locais de moradia das camadas populares belemenses na década de 1930, constata que a ocupação do espaço citadino se deu principalmente em bairros fora do eixo Nazaré - Presidentes Vargas (Largo da Pólvora), em áreas que denomina ‘entorno do centro comercial’, escolhidas pelos munícipes em virtude de serem distritos não tão distantes geograficamente do centro financeiro-comercial e fabril que se organizou no período em foco.

Daí explica o forte adensamento populacional ocorrido em bairros como Jurunas, Umarizal, Telégrafo sem fio e Cremação, os quais faziam parte do chamado perímetro urbano, mesmo possuindo várias áreas ainda não urbanizadas e destituídas de infra-estrutura e serviços públicos típicos das zonas urbanas, como por exemplo, fornecimento regular de água, luz elétrica e calçamento.

Em trabalho que pesquisou o processo de formação do bairro do Reduto entre 1920 e 1940, Rosana Padilha Sousa destaca o surto de crescimento demográfico e econômico ocorrido nesse espaço na época referida, caracterizado pela instalação de vários galpões, fábricas e outros negócios ligados ao setor fabril. Para autora esse fenômeno está relacionado aos rearranjos procedidos pelas elites locais com vistas a superar a crise que se instalara na região desde 1912.⁷⁷

Segundo a historiadora, os anos 1920 assinalaram um momento em que várias transformações se fizeram sentir na cidade decorrentes do contexto econômico local, mas também influenciadas pelos novos padrões de desenvolvimento capitalista nacional e internacional.

Destarte, ao analisar a história do bairro verifica que mesmo no ápice da crise econômica, os níveis de exportação mantiveram-se superiores aos índices de importação, o que para ela comprova a solidez que existia na produção e comércio locais, que foram capazes de sustentar as demandas econômicas da região nos anos posteriores a bancarrota gomífera.⁷⁸

Nesse processo, para além dos efeitos nocivos da diminuição dos lucros do

⁷⁷ SOUSA, Rosana de Fatima Padilha de. *Reduto de São José: história e memória de um bairro operário (1920-1940)*. Belém: UFPA, 2009. Dissertação de Mestrado.

⁷⁸ A partir dos dados consultados por SOUSA, verificamos que no ano de 1922, por exemplo, o Pará exportou produtos no valor de 697.792 libras esterlinas; importando o coeficiente de 661.813 libras; totalizando um superávit de 35.979 libras. Ainda que se possa alegar que a diferença entre os valores não seja tão significativa, importa que indica a permanência de um comércio de exportação expressivo, bem como, a continuidade das ações das elites locais em favor da dinamização do comércio regional. Anuário de Estatística do Estado do Pará. 1926. P.12. In: SOUSA, Rosana Padilha. Op. Cit. P. 64.

extrativismo do ouro negro, destacaram-se as iniciativas do poder público visando a continuidade dos projetos sanitaristas e urbanísticos iniciados na primeira década do século XX; tais como: aterramento de vários espaços de várzea da capital, a exemplo da Doca do Reduto e integração dos bairros localizados no limite da primeira légua patrimonial da cidade a partir das linhas de trem e bondes; a exemplo, de Val-de-Cães (onde se localizavam os escritórios da Port Of Pará).

Observe-se que as áreas apontadas por Rosana Padilha como beneficiárias dessas ações, compreendiam territórios onde havia certa viabilidade de investimentos econômicos, quer fosse pela existência de negócios nas proximidades e previamente instalados ou porque se localizavam adjacentes a espaços em que havia boa infra-estrutura urbana e fácil acesso ao centro comercial tradicional da cidade. Como exemplificam as imagens seguintes que registram o processo de recuperação da via pública da Avenida Serzedello Corrêa, próximo ao Largo da Pólvora e Avenida Nazaré (principal eixo de crescimento territorial) remodelada no ano de 1930 para implantação do calçamento de macadame betuminoso, que assegurava maior resistência da via pública ao crescente tráfego de veículos e pessoas.⁷⁹



Imagem: Remodelação das sarjetas, como trabalho preliminar para o calçamento de macadame betuminoso.

Fonte: BELÉM. Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém em sessão de 20 de maio de 1930, pelo intendente municipal Senador Antonio de Almeida Faciola. Pará, Belém, 1930.

⁷⁹ Pará. Belém. Relatório Apresentado ao Conselho Municipal de Belém em sessão de 20 de maio de 1930, pelo Intendente Municipal, senador Antonio de Almeida Faciola. Imprensa Oficial.1930



Imagem: Espalhamento de Betume. Avenida Serzedelo Corrêa. (Batista Campos)

Fonte: BELÉM. Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém em sessão de 20 de maio de 1930, pelo intendente municipal Senador Antonio de Almeida Faciola. Pará, Belém, 1930.

Assim sendo, o diálogo entre a historiografia e as fontes documentais possibilita inquirir até que ponto os poderes públicos locais asseguraram a continuidade dos projetos de modernização e urbanização da cidade durante as décadas de 1920 a 1940, posto que resta a impressão de terem prevalecido as obras de manutenção-conservação de antigos empreendimentos sanitário-arquitetônicos. Em outras palavras, há grande preocupação com a preservação dos espaços que já haviam sido urbanizados ainda na época do *boom* gomífero e menor interesse em fornecer infra-estrutura urbana aos territórios que passaram a ser ocupados somente nos anos 20 e 30.

“Com o diretor de águas- esta reclamação é dos moradores do bairro Veiga Cabral e ruas Monte Alegre, Breves e Tamoyos.

Dizem que sendo pessoas pobres, não tendo recursos com que poderiam conseguir o fornecimento de água em suas casas, obtêm esse precioso líquido a duas ou três torneiras de particulares, instaladas no local. Acontece, porém, que o dirigente do serviço das águas mandou proibir aos donos dessas torneiras a continuação do abastecimento de água, alias gratuito, em vista de se tratar de pessoas pobríssimas. Reclamam, portanto, os missivistas qualquer providencia de s.s. para que não os deixe morrer de sede.”⁸⁰

De fato, a inserção de novas territorialidades e espaços geo-sociais à malha urbana da cidade, parece ter ocorrido muito mais por iniciativa da própria população que se instalava por

⁸⁰ Folha do Norte. 23 de abril de 1931. Fls. 04. Tribuna Popular.

necessidades econômicas e de forma contingencial em bairros adjacentes e/ou afastados do centro comercial, do que propriamente por planejamento do poder político instituído. Talvez por isso muitos dos aparatos e serviços típicos de espaços urbanizados chegavam nessas áreas emergentes através de particulares, negociantes ou dos próprios moradores, que percebiam as necessidades e potencialidade de consumo desses bairros recém formados e densamente ocupados.

Como a quitanda instalada na Avenida São Braz, nº 123-A (Canudos), cujo proprietário era Manoel Simões Lopes, que morava nos fundos da mesma;⁸¹ ou o *Pontão Movimento*, localizado na Travessa Marquez de Pombal, nº02 (Pedreira), de propriedade de Freitas, Soares & Cia;⁸² e a *Oficina de Cutelaria* situada à Rua Jerônimo Pimentel, no Umarizal, mantida Carlos Ribeiro;⁸³ e mesmo, a *Casa Comercial de Martins & Cia*, negociante de tabacos e bebidas, que instalou filial na Praça Floriano Peixoto (vulgo Boca de Canudos);⁸⁴ ou ainda, o campo de *football* de *Ferreira & Comandita*, construído na Avenida Tito Franco (Marco da Légua) e que vendia ingressos de jogos do campeonato oficial de futebol do estado do Pará.⁸⁵

Ademais, as fontes consultadas em articulação com a produção historiográfica acima referida permite dizer que muitos dos símbolos da modernidade nessa época, tais como salas de projeção de cinematografo, salões de teatro-revista, emissoras de rádio, casas publicadoras de revistas literárias, campos de *foot ball*, casas de shows, se multiplicaram pela urbe para além das áreas mais centrais, não por iniciativa ou vontade das autoridades públicas mas por vontade e ação dos próprios particulares. Tal qual o *Cinema Rex*, citado no echarto do romance “*Vida Simples*”, que se localizava no bairro da Pedreira ou o mercado de carnes da Bandeira Branca, construído na confluência do distrito de Val-de-Cães e Marambaia.

E embora realmente mais concentrados no centro urbano, entre os bairros do Comércio, Cidade Velha e Campina; esses espaços também se espalharam por territórios mais periféricos. Como por exemplo, o Cinema Brazil, inaugurado em 1927 no bairro do Umarizal; o Cine Fuzarca, que começou a funcionar em 1930, na Avenida Independência próximo à Caixa D’água de São Braz; ou o Bar do Sousa, inaugurado em 1915, no distrito suburbano de mesmo nome com o argumento de ser “um ponto onde a população de Belém pudesse passar

⁸¹ Códices de Chefatura de Polícia. Vol. 330. 02 de Junho de 1922.

⁸² Códices de Chefatura de Polícia. Vol. 333. 21 de julho de 1922.

⁸³ Codices de Chefatura de Polícia. Vol. 376. 18 de setembro de 1924.

⁸⁴ Anuario de Belém. Em comemoração do seu tricentenário, 1616-1916. Histórico, literário, comercial. Por iniciativa do Engenheiro Ignácio Moura. Belém: Imprensa Official. 1915. P. 162.

⁸⁵ Idem. p. 103.

alguns momentos longe da soalheira inclemente da cidade” e que passou a receber espetáculos e peças de teatro-revista.⁸⁶



Imagem: Anuncio do espetáculo “*Vamos Comer Beijú*”, no Sousa Bar. 1931. Jornal Folha do Norte.

Fonte: SALLES, Vicente. *Épocas do Teatro no Grão-Pará*. Tomo 2. Belém: UFPA, 1994.

Dessa feita, ao chamar a atenção para a reorganização das formas de ocupação do bairro do Reduto durante as décadas de digressão da economia extrativista do látex e apontar os rearranjos que a economia local entreteceu com vistas a sobreviver a queda das rendas e investimentos estrangeiros, Rosana Padilha aponta outros indícios das contradições históricas que ilustraram essa época.⁸⁷

No que se refere ao espaço urbano belemita, tais contradições se fizeram sentir tanto nas emergentes formas de ocupação e desocupação de certos territórios citadinos; quanto na construção de novos modelos de relacionamento e sociabilidade entre os diversos sujeitos sociais que se mantiveram na cidade entre 1920 e 1940, buscando sobreviver as intempéries econômicas.

⁸⁶ Ver: SALLES, Vicente. *Épocas do Teatro no Grão-Pará ou Apresentação do Teatro de Época*. Tomo 2. Belém: UFPA, 1994.; CARNEIRO, Eva Dayana Felix. *Belém entre filmes e fitas: a experiência do cinema, do cotidiano das salas às representações sociais nos anos 1920*. Belém:UFPA, 2011. Dissertação de Mestrado.; Folha do Norte. 25 de julho de 1915. Fls. 04. O Bar do Sousa.

⁸⁷ Em relação ao bairro do Reduto, nas décadas em apreço o contingente de trabalhadores residindo nas imediações tornou-se expressivo fazendo com que os antigos moradores tivessem que se adaptar á nova paisagem e aos novos problemas advindos dessas alterações no espaço físico da área. O surgimento de fábricas, novas casas comerciais, padarias, hotéis, pensões e vilas operárias denotam um novo surto de vitalidade social que envolveu a cidade já nos anos posteriores a grande bancarrota. SOUSA, Rosana Padilha de. Ibidem.

Tome-se como ilustração das ações que homens e mulheres teciam para sobreviver na urbe, o caso que se sucedeu com Francisca Ferreira de Lima, que prestou queixa na polícia contra seu próprio pai José Apolinário de Lima, em virtude do mesmo ter extraviado os papéis da Caderneta da Caixa Econômica que ela havia deixado em seu poder durante cerca de 08 anos, enquanto trabalhava no Acre. Consoante as informações prestadas por Francisca, o pai entregara os documentos indevidamente a Antonio Pereira dos Santos, dono da marmoraria Lusitana. Ocorre que a caderneta contava com pelo menos 2.000\$000, além dos documentos da casa de sua propriedade localizada na travessa José Bonifácio (Guamá), em que deixara o seu genitor residindo.⁸⁸

Em tempos de pouca oferta de empregos, escassez de rendas e oportunidades de bons investimentos, Francisca foi confrontada com o desespero de ver todos os bens por ela adquiridos e guardados durante tanto tempo, extraviados, não lhe restando outro recurso que não fosse comparecer na chefatura de polícia e prestar queixa contra seu pai; por ela considerado o responsável pelos fatos narrados.

Para outros, que não puderam acumular recursos ou fazer poupanças, a cidade continuava a oferecer inúmeros desafios para obter a subsistência; vencidos algumas vezes pelo trabalho, outras vezes pela contravenção ou até pelo alienamento voluntário da rotina maçante que a urbe impunha, o qual podia ser obtido através da bebida, do jogo e da gatunagem.

“O ‘bicho’ enlaçando os viciados.

Apesar das notícias constantes sobre o aperta que a polícia vem dando nos últimos dias sobre os indivíduos viciados no ‘mal fadado’ jogo do bicho, continuam os bicheiros na sua atividade.

Ainda hontem, o agente Paulo de Castro, conseguiu prender o sírio Isaac Alabem, morador a rua Tomázia Perdigão, 10, vendedor ambulante, na ocasião em que aproveitando o seu negócio, empregava-se no Mercado Municipal, a(sic) uma ponta.

Conduzido à central, ficou numa gaiola à disposição do subprefeito, Melchiades, a pensar no bicho que daria a tarde.”⁸⁹

“Por ter furtado a importância de 30\$ pertencentes a Manuel Pereira de Andrade Lima, de contas que lhe deu para receber, foi preso, hontem, o individuo Ernesto Sousa.”⁹⁰

“Raimundo Ferreira, paraense, preto, de 50 anos de idade, solteiro, pedreiro, residente á Trav. Caldeira Castelo Branco, n 126, preso pelo guarda civil n 55, **sobre o furto que praticou quando se achava embriagado, de ½ alqueire de farinha da casa de M. J. de Oliveira Martins**, á rua 15 de Novembro.” (grifo nosso)⁹¹

Essas minúcias a respeito dos rearranjos da economia regional e do processo de re-

⁸⁸ Códices da Chefatura de Polícia. Belém, 24 de março de 1924. Volume 365. Queixa.

⁸⁹ Folha do Norte. 01 de maio de 1930. Fls. 05. Col. 02. O “bicho” enlaçando os viciados.

⁹⁰ Folha do Norte. 25 de janeiro de 1915. Fls. 03. Coluna 01. Gatunagens.

⁹¹ Boletins de Ocorrência. Volume nº 364. Março, 1924.

configuração dos espaços das cidades de Belém e Manaus, após a onda de falência e evasão de recursos dos negócios com a borracha, indiciam questões acerca da história local e de suas capitais até o momento pouco trabalhadas pela historiografia.

De que forma as principais cidades da Amazônia (especialmente, Belém) vivenciaram os impactos de uma nova conjuntura econômica que se apresentou a partir de meados da segunda década do século XX (em torno de 1915) e de que maneira as massas de trabalhadores pobres urbanos experimentaram certos parâmetros da vida urbana, engendrados a partir desse novo contexto; são questões que serão pontuadas e discutidas de modo mais intenso nas páginas seguintes deste trabalho.

Não obstante, se pretendemos compreender a capital paraúara que subsistiu entre 1918 e 1939 experimentando novos ritmos de crescimento econômico, territorial e demográfico, é importante enumerar algumas de suas ambiguidades:

Tratou-se de uma cidade que entre 1916 e 1936 recebeu em torno de 2.111 novos imigrantes diretamente encaminhados pelo Departamento Nacional de Trabalho⁹², além de outras centenas de indivíduos vindos por iniciativa particular através da assinatura de *Termos de Responsabilidade* e/ou arranjos familiares diversos durante toda a década de 1930.⁹³

Foi também o município que mesmo após o fechamento de inúmeros negócios e investimentos estrangeiros na região, conseguiu preservar até o ano de 1937 pelo menos 06 (seis) estabelecimentos bancários, sendo quatro nacionais e dois estrangeiros; 383 industriais de diferentes ramos cadastradas na Junta Comercial, variando entre fábricas têxteis, metalúrgicas, de beneficiamento de madeira, de confecções de vestuário e toucador, de alimentação, dentre outros produtos; e manter cerca de 10.004 trabalhadores cadastrados nesses estabelecimentos.⁹⁴

Paralelamente, foi uma cidade cujos poderes públicos defendiam a idéia da manutenção de boas condições de urbanização, vislumbradas pela existência de 211 logradouros catalogados na área considerada urbana, sendo todos pavimentados por

⁹² BRASIL. Estado do Pará. Instituto Nacional de Estatística. Sinopse estatística do Estado. Nº 02. Separata com acréscimo do anuário estatístico nacional. 1937. P. 93.

⁹³ Observou-se ao inventariar e pesquisar o fundo de Segurança Pública do Município de Belém, que era comum a solicitação aos Delegados de Polícia dos diferentes distritos municipais, também conhecidos na década de 1920 e 1930 como Subprefeitos, a autorização mediante assinatura de *Termo de Responsabilidade* e pagamento de taxas, para a entrada de parentes ou conhecidos estrangeiros na cidade; considerando que os requerentes – peticionantes, se responsabilizavam pelos imigrantes perante o poder público. Fundo da Secretaria de Segurança Pública. Chefatura de Polícia. Códices dos anos de 1930; 1931, 1932; 1933;1934. Arquivo público do estado do Pará.

⁹⁴ BRASIL. Estado do Pará. Instituto Nacional de Estatística. Sinopse estatística do Estado. Nº 03. Separata com acréscimo do anuário estatístico nacional. 1938. P. 96.

paralelepípedos e abrangidos por rede de iluminação pública no ano de 1937.⁹⁵

Contraditoriamente, foi também uma urbe mal servida de serviços de canalização de água e esgoto domiciliário, onde apenas 140 logradouros estavam devidamente interligados à rede sanitária municipal, restando 71 logradouros sem canalização, além de todos os domicílios localizados nos bairros dos arrabaldes da cidade.⁹⁶

Quanto ao suprimento de energia elétrica, apesar de Belém emoldurar cinemas e teatros com letreiros luminosos, avenidas abastecidas por postes e luminárias, também possuía sérios problemas de distribuição de eletricidade pelos bairros mais distantes⁹⁷, posto que em 1920, somente 16.641 domicílios eram servidos pela luz elétrica pela *Para Electric Railways & Lighthouse Co Ltd.*, contra mais de 33.453 domicílios onde não havia qualquer fornecimento; sendo a população obrigada a utilizar-se de outras estratégias para garantir iluminação, tais como candeeiros alimentados por querosene, azeites diversos e velas; o que costumeiramente provocava graves acidentes.

“Os moradores da Villa União, a Travessa 22 de Junho, foram hontem, pelas 5 horas da manhã, alarmados pelo grito de uma mulher, de nome Aurelina dos Santos Castro, moradora em uma barraca à Rua Caripunas, fronteira da Vila União, cuja cobertura estava sendo presa das chamas. Acudiram de pronto vários moradores enquanto o auxilio era levado ao corpo de bombeiros, que compareceu ao local. O incêndio teve inicio na barraca contigua, ocupada por Manoel Firmino, vendedor ambulante. Este e sua esposa saíram de casa muito cedo deixando o lume aceso. Em um dos compartimentos da barraca dormiam quatro menores, seus filhos, que foram dali retirados por populares, que arrombaram a porta. Também a barraca ocupada por Arthur Monteiro, sofreu algum prejuízo por ter sido descalmada parte dela, para evitar que o fogo se propagasse a todo quarteirão. Os prejuízos não foram grandes.”⁹⁸

E no que se refere ao transporte público feito por bondes de tração elétrica, este serviço também se mostrava insuficiente, atendendo prioritariamente os bairros de Nazaré, Comércio, Campina e parte dos bairros da Pedreira, do Umarizal, do Marco da Légua, Telégrafo sem Fio e Jurunas; prescindindo de bairros populosos como o Guamá, Marambaia, Val-de-Cães.

Foi essa cidade que assistiu seus limites territoriais urbanos serem alargados após 1918, em meio a discursos pessimistas que emanavam dos poderes públicos locais e falas

⁹⁵ Ibidem.

⁹⁶ BRASIL. Estado do Pará. Instituto Nacional de Estatística. Sinopse estatística do Estado. Nº 03. Separata com acréscimo do anuário estatístico nacional. 1938. P. 91.

⁹⁷ “Com a prefeitura. Pela segunda vez, os moradores da Travessa José Pio, perímetro compreendido enter a Rua São João e a Municipalidade, recorrem a esta tribuna para dirigir um apelo ao senhor prefeito municipal, no sentido de mandar iluminar aquele trecho, pois é único quarteirão daquela via pública que não participou dos benefícios da iluminação.” Folha do Norte. 03 de abril de 1931. Tribuna Popular. Commentários e reclamações.

⁹⁸ Folha do Norte. 21 de junho de 1907. Fls. 01. As barracas em scena- Fogo de palha. Os bombeiros sem ação.

progressistas vindas das elites econômicas e intelectuais.⁹⁹

Um *locus* citadino construído em termos geo-sociais e não apenas sob bases econômicas e arquitetônicas; espaço tecido com fulcro nas experiências concretas dos sujeitos históricos que nele viviam e que davam sentido ao surgimento de novos veios de ocupação, trilhas de urbanização e trilhos de práticas sociais.

A mesma cidade que abrigou novas levadas de migrantes vindos do interior e de outros estados da região, mas que também conservou antigos moradores chegados ainda nos tempos da efeméride gomífera.

Enfim, uma Belém que abarcou elementos da modernidade pulsante nas principais capitais brasileiras durante os anos 1920, ao mesmo tempo em que dialogou com práticas sociais tradicionais da região, matizadas por raízes indígenas, negras e mestiças.¹⁰⁰ A exemplo da prática de pajelança mantida no período, apesar das tentativas de repressão dos poderes públicos.

Caso bastante ilustrativo dessas polaridades ambíguas da modernidade paraense em idos de 1920 e 1930, caracterizador de trocas culturais, pode ser encontrado na diligência policial ocorrida no ano de 1914, nas imediações do bairro da Pedreira, por volta da meia noite, de um dia 19 de setembro, quando foram presos 24 homens acusados de prática de pajelança, dentro os quais figurava um português chamado Tristão do Nascimento Silva, empregado do comércio; dois cearenses, qual fossem, João de Souza, taifeiro e Raymundo Rodrigues de Souza, carvoeiro; um pernambucano de nome Antonio Ferreira Silva, criado doméstico; um amazonense chamado João Firmino de Mattos, carvoeiro; e dois paraenses, Boaventura Belém e Antonio Franco, ambos Foguistas.¹⁰¹

Essa prisão indicia a complexidade social e cultural que envolvia a cidade de Belém no período estudado, onde sujeitos de diferentes origens étnicas, naturalidades e profissões, experimentavam a intensidade da vida citadina compartilhando uma prática comum na região,

⁹⁹ “A nossa linguagem tem sido sempre clara, sincera e franca, ao expor a nossa situação financeira, sem nada ocultar das dificuldades que daí promanam, embaraçando a ação do governo, tolhendo-a a cada passo, e tornando ainda mais difícil a função que nos foi confiada, aos que fomos incumbidos de conduzir o Estado através de riscos e perigos sem conta. Desde a minha primeira hora de governo medi a profundidade do mal, com que teríamos de lutar, e cuja debelação não poderia ser esperada dentro do prazo curto de um período governamental, por melhores que fossem os nossos desejos e por maiores que fossem os esforços de entrarmos em melhor caminho, saindo da vereda sombria e tortuosa em que fomos metidos”. PARÁ. Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do estado, pelo governador do estado Dr. Lauro Sodré, em 07 de setembro de 1919. Fls.73. Situação Financeira Estadual.

¹⁰⁰ Ranchos e Cordões. Pelintras da Curuzú. Os brincantes deste cordão, reúnem hoje, na sua sede, na travessa Coruzú. O chamado: “vai ser um acontecimento. Porque os pelintras vão muito dentro deste carnaval. Folha do Norte. Janeiro. 1939

¹⁰¹ Ocorrências Policiais. Vol. 136. 19 de setembro de 1914.

consistente em invocar elementos do sagrado com finalidades de tratamento físico ou espiritual, a partir das entidades e símbolos místicos próprios da cultura indígena.

Nesse caso, não importava ter origem paraense, pernambucana, portuguesa ou amazonense, a condição de partícipe de algo que não só reunia como unia a todos em torno de um mesmo propósito, tornava-se mais importante do que o risco de repressão policial; atribuindo-se uma identidade comum aos diversos indivíduos ali presentes, a de serem munícipes de Belém e participarem das práticas e eventos que marcavam a cultura local.

E para conhecer melhor a história da cidade e de suas gentes na época pesquisada, passemos a refletir sobre os caminhos trilhados pela expansão da urbe nesse período que se estendeu entre 1918 e 1939.

1.2 Trilhos e veios da expansão: delineamentos acerca da urbanização de Belém

Para compreender melhor o processo de expansão territorial de Belém entre 1918 e 1939 é importante retroceder alguns séculos na história da cidade, evidenciando certos marcos relacionados à interiorização da ocupação da urbe e que antecederam o período em tela.

Por interiorização, entende-se o fenômeno de ocupação das áreas citadinas que extrapolavam as margens das baías do Guajará e do Guamá, bem como a incorporação ao perímetro urbano dos espaços localizados para além dos principais acidentes hídricos conhecidos entre os séculos XVI e XIX, quais fossem o igapó e o igarapé do Piri.¹⁰²

¹⁰² O Igarapé do Piri e o grande alagado que o cercava, se localizava entre o Arsenal da Marinha e o Ver-o-Peso, desaguando na baía do Guajará e formando o que era conhecido como bairro da Cidade Velha. Nessa extensão foram construídos alguns engenhos de água-ardente durante o século XVII. Entre 1803 e 1823 tentou-se aterrar por completo o Piri e o alagado, iniciativa que não foi concluída em virtude de dificuldades financeiras e de mão de obra. Do Piri e do alagado mencionados restam alguns canais construídos na cidade, como a da Avenida Almirante Tamandaré e o do Largo do Redondo, além de inúmeras ruas aterradas no bairro da Campina, que costumam transbordar no período de chuvas. Do outro lado do Igarapé, contornando a Baía do Guajará, imprensado em uma estreita faixa de terra firme, mas de baixo relevo; organizou-se o bairro da Campina que compôs junto com a cidade Velha os primeiros núcleos urbanos da capital paraense. Cfe. PINHEIRO, Andréa. LIMA, José Julio. SÁ, Maria Elvira de. PARACAMPO, Maria Vitória. *A questão habitacional na região metropolitana de Belém*. In: Coleção Habitar – Habitação social nas metrópoles brasileiras – Uma avaliação das políticas habitacionais em Belém, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo no final do século XX. Capítulo 5. & SUDAM. DNOS. Governo do Estado do Pará. Monografias das baixadas de Belém: subsídios para um projeto de recuperação. 1968.

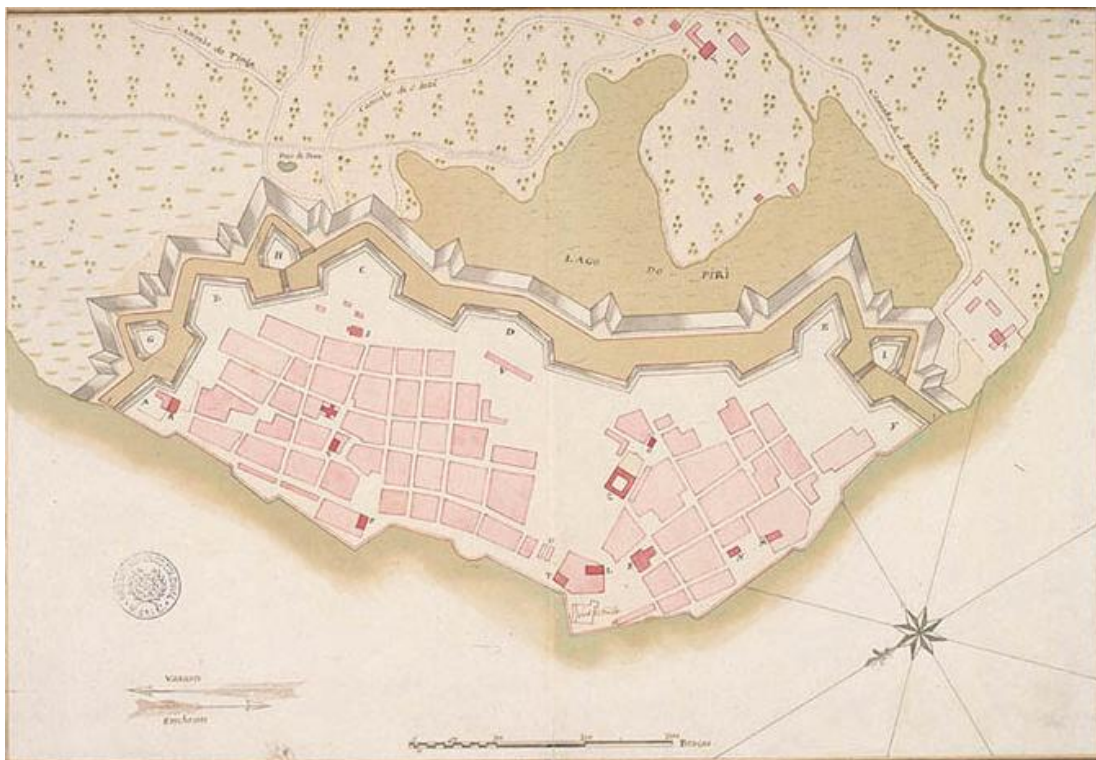


Imagem: Mapa de Belém nos tempos da Colônia. **Fonte:** Belém da Saudade: a memória de Belém do início do século em cartões postais. 2ª ed. Ver. Aum. Belém: Secult, 1998.

Foi somente em fins do século XVIII após medidas de drenagem e aterramento desses acidentes hídricos que a cidade passou a observar um movimento de ocupação contrário ao curso do rio, surgindo uma “frente sertaneja” oposta à fluvial e que tinha por eixos de penetração a Avenida 16 de Novembro e a Avenida 15 de Agosto, atual presidente Vargas.¹⁰³

Na segunda metade do século XIX, mais precisamente a partir de 1870, com o *boom* do comércio de exportação da borracha e os grandes investimentos públicos e privados na região, observamos novo ritmo de crescimento geo-social, mantendo-se a política de exploração das áreas continentais (interiores), porém como outros vetores e sujeitos históricos que emergiam no contexto citadino.

Após esse movimento, que perdurou até meados de 1910, os processos de expansão da cidade precisaram dialogar com os efeitos do refluxo da economia exportadora do látex, reconfigurando-se a dinâmica de territorialização da urbe com fulcro no emergente contexto econômico e social.

É nesse sentido que se afirma ter havido dois grandes momentos que contribuíram para a estruturação do *locus* urbano belemita, tal qual o encontramos no período pesquisado

¹⁰³ SUDAM. DNOS. Governo do Estado do Pará. Monografias das baixadas de Belém: subsídios para um projeto de recuperação. 1968. P. 24-25

(1915-1940). O primeiro se referiu, precisamente, ao surto expansionista e de urbanização ocorrido no *fin et siecle* baseado nos capitais adquiridos com os negócios do látex; enquanto o segundo disse respeito a re-configuração do ritmo e formas de ocupação da urbe nas décadas que se seguiram ao fastígio da borracha. Senão vejamos:

Na virada do século XIX para o XX, tanto Belém quanto Manaus e outras grandes cidades da Amazônia vivenciaram expressivas transformações em seus territórios e sociedades, em geral movidas pelos capitais adquiridos com a comercialização da borracha nativa.¹⁰⁴

Em relação a Belém, foi experimentada a incorporação de novos eixos de crescimento territorial, baseados no surgimento de vetores de ocupação situados fora do perímetro da Cidade Velha e Campina, transcendendo o centro historicamente constituído. Daí a criação da Estrada de Nazaré, da travessa 22 de Junho, da Estrada de São Braz, da travessa de Serzedello Corrêa, da estrada da José Bonifácio, entre outros logradouros que conectavam os antigos bairros aos recém organizados distritos de Batista Campos, Nazaré, Umarizal, Jurunas, Cremação, etc.

Não obstante, nesse momento também se fixaram os limites urbanos no marco da *primeira légua patrimonial*, localizada na avenida Tito Franco (atual Almirante Barroso) no bairro do Marco, consoante observamos no mapa de 1905.

Essa expansão dos primeiros anos da República já indicava uma nova forma de apropriação do espaço local, inserindo-se na malha urbana os terrenos localizados mais próximos das florestas e parcialmente distantes dos rios Guamá e Baía do Guajará. Portanto, estrutura-se um modelo de ocupação diverso daquele que se processou até meados do século XVIII e que se orientava pelo litoral guajarino, restrito aos contornos impostos pela própria hidrografia da região.

¹⁰⁴ Há vários trabalhos que já discutem o mito de uma modernidade amazônica, entre o final do século XIX e início do século XX, entre eles: SARGES, Maria de Nazaré. *Belém: riquezas produzindo a Belle Époque (1870-1912)*. 2. ed. Belém: Pakatatu, 2002.; PANTOJA, Leticia Souto. “Au jour, le jour: cotidiano, moradia e trabalho em Belém (1890-1910). Dissertação de Mestrado, PUC, SP, 2005. SOUZA, Leno. *Vivências popular na imprensa amazonense: Manaus da borracha 1908-1917*. Dissertação de Mestrado. PUC, SP, 2005. CANCELA, Cristina Donza. “Dramas de amor na Belém do século XIX”. In: ÁLVAREZ, Maria Luzia Miranda. *Mulher e modernidade da Amazônia*. Tomo I. Belém: Ed. CEJUP/Fumbel/ GEPEM, 1997, pp. 213-241. BARBOSA, Marta Emísia Jacinto. *Famintos do Ceará – imprensa e fotografia entre o final do século XIX e o início do século XX*. São Paulo: PUC-SP, 2004. Tese de Doutorado em História Social; BATISTA, Luciana Marinho. *Muito além dos seringais: elites, fortunas e hierarquias no Grão-Pará, c.1850-c.1870*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004. Dissertação de Mestrado; CAMPOS, Ipojucan Dias. *Casamento, divórcio e meretrício em Belém, no final do século XIX (189-1900)*. Dissertação de Mestrado, PUC, SP, 2004. Entre outros.

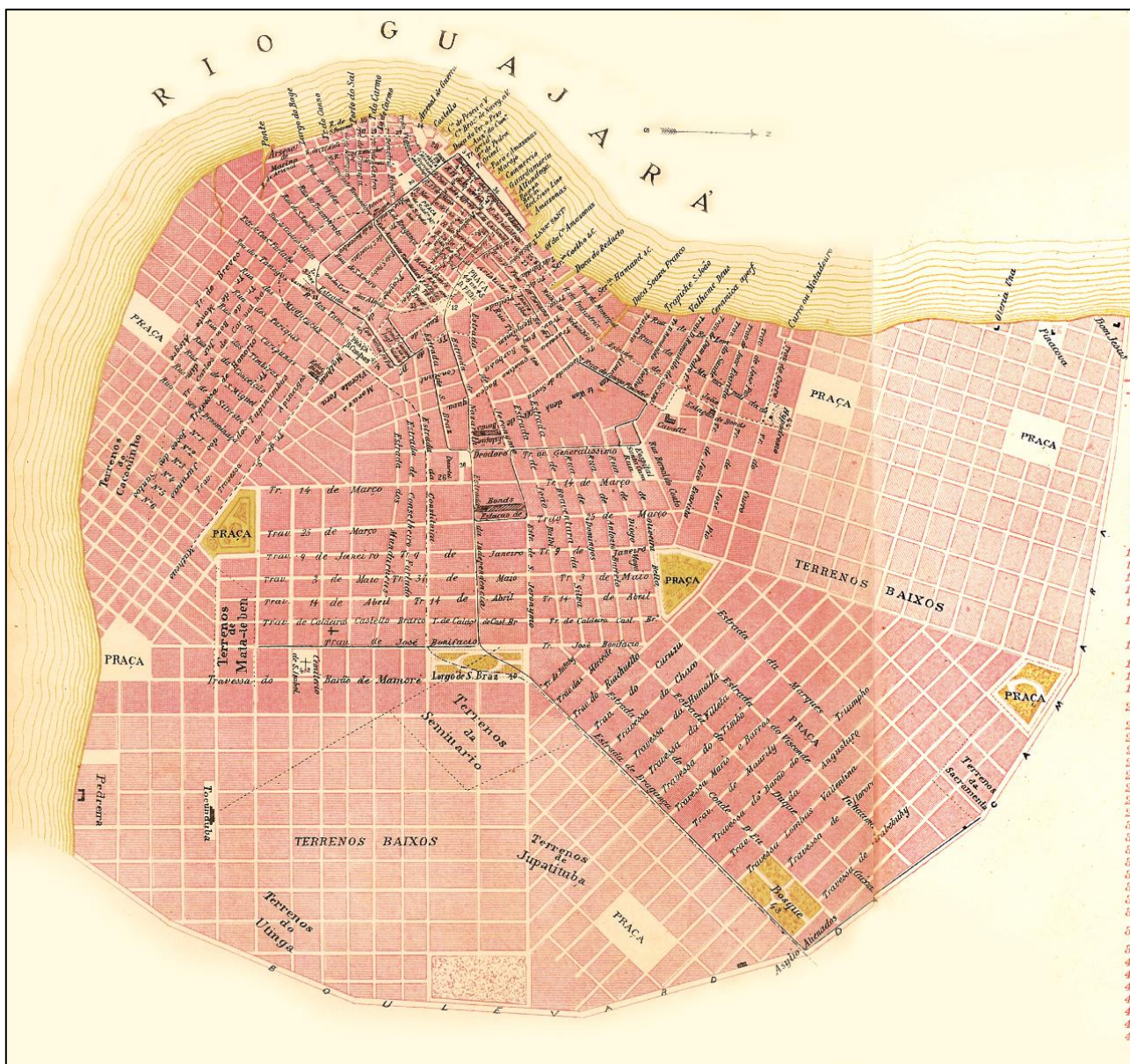


Imagem: Mapa da cidade de Belém em 1889, mostrando a estação São Braz e o leito da ferrovia (linha cheia); além dos trilhos dos bondes (linhas pontilhadas). **Fonte:** Acervo Revista Ferroviária.

De acordo com o relatório sobre as baixadas de Belém produzido em 1968:

“Várias causas ou fatores atuaram, no correr dos tempos, no sentido de dinamizar o deslocamento desse eixo de penetração (da orla para o continente), abrindo assim, novas perspectivas para os destinos da cidade. Discriminadamente, as causas ou fatores apontados são os seguintes, de acordo com a ordem cronológica de sua atuação:

Crescimento da população impondo novas derivações para a pressão interna;

Vantagens das terras centrais sobre as ribeirinhas, não só para fins agrícolas como por serem mais saudáveis;

Economia baseada em processos extensivos, visando como tal a conquista de áreas e não o seu aproveitamento racional;

A abertura da estrada de ferro Belém-Bragança e, mais recentemente da Estrada de Rodagem Bernardo Sayão (Belém-Brasília)”¹⁰⁵ (grifo nosso)

¹⁰⁵ SUDAM. DNOS. Governo do Estado do Pará. Monografias das baixadas de Belém: subsídios para um projeto de recuperação. 1968. P. 25.

Em síntese, acelera-se o fenômeno da interiorização da cidade, observado na ocupação das áreas citadinas que extrapolavam o litoral, em direção continental e através de terrenos situados para além dos principais acidentes hídricos da época, anteriormente referidos, incluindo-se ainda a Doca do Reduto e o Igarapé das Almas; como também certos terrenos pertencentes as áreas mais baixas da urbe.¹⁰⁶

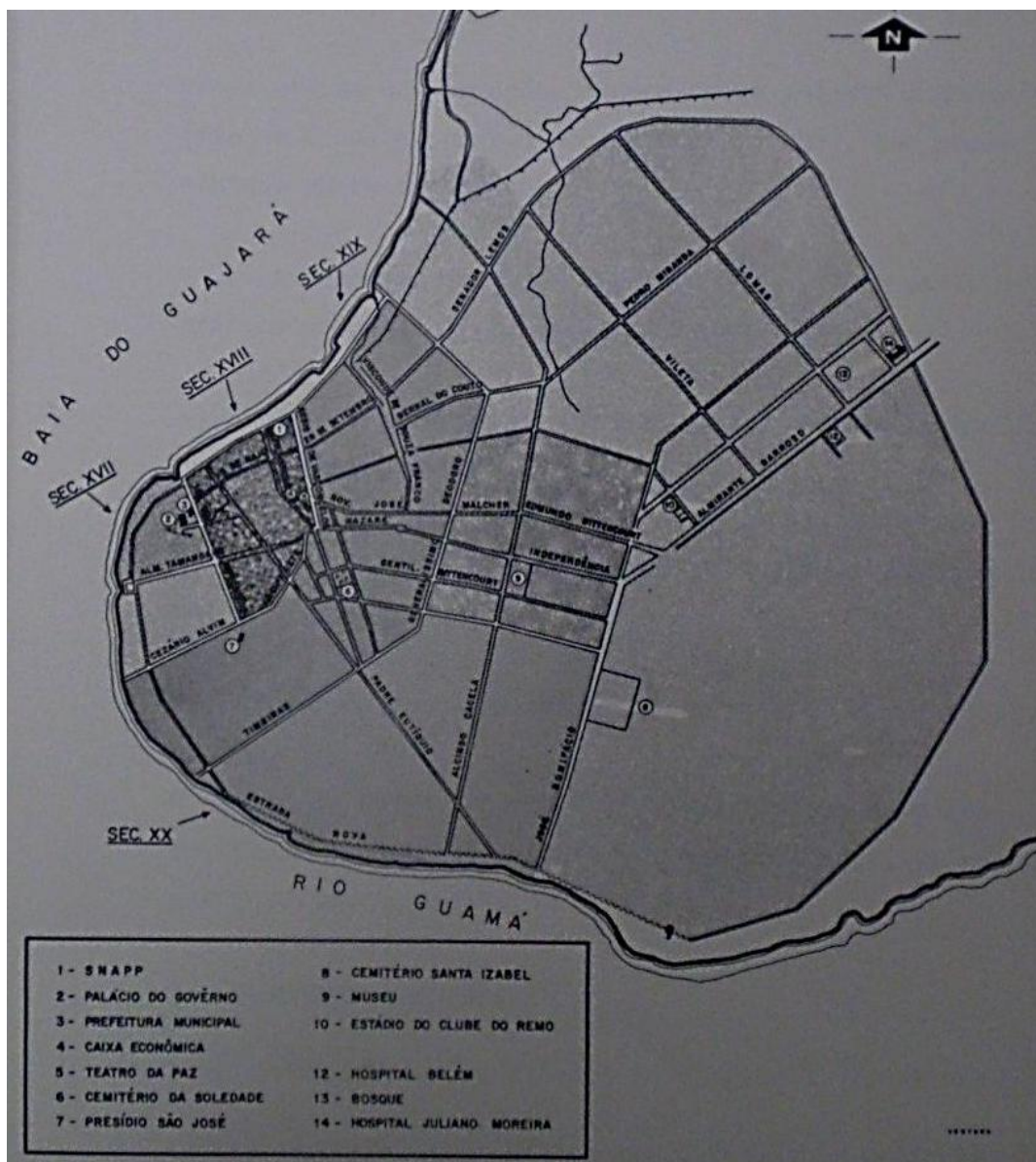


Imagem: Esquema simplificado da evolução territorial, dentro da primeira légua patrimonial.

Fonte: TAPIASSÚ, Amílcar. Área Metropolitana de Belém. 1964.

¹⁰⁶ De fato, a relação entre as necessidades de expansão do perímetro urbano da cidade e as condições geomorfológicas existentes na região sempre se pautaram por ações políticas voltadas para o aterramento, drenagem e captação das águas das principais bacias hidrográficas localizados nas áreas continentais, a exemplo do Igarapé do Piri (Cidade Velha); a Bacia de São Joaquim (Una), o Igarapé das Almas, a Doca do Reduto. Ex vi: ALMEIDA, Conceição Maria da Rocha de. *As águas e a cidade de Belém do Pará: história, natureza e cultura material*. São Paulo: PUC,SP, 2010. Tese de Doutorado.

Até esse período, o porto da cidade continuava a contribuir expressivamente para o crescimento econômico local e por isso mesmo, interferia nas formas de apropriação dos territórios ao longo da zona portuária, tanto no estabelecimento de prédios comerciais quanto residenciais que se estendiam pela *Boulevard* Castilhos França, Comércio e Cidade Velha.

Diante disso, a partir de 1900 os poderes públicos empreenderam medidas de engenharia, saneamento e urbanização que tentaram re-estruturar a capital em diferentes zonas de ocupação. Nesse movimento, o centro comercial e portuário se destinava às relações econômicas e de trabalho, enquanto os bairros recém organizados nas áreas continentais, como Nazaré, Batista Campos, Cremação, Marco, Umarizal, etc., constituíam os distritos que deveriam abrigar as residências de trabalhadores e mesmo, de famílias abastadas das elites.

Ponto basilar nesse modelo de ocupação citadino, a estação São Braz da Estrada de Ferro Belém-Bragança destacava-se na urbe não somente como símbolo arquitetônico de modernidade, mas em termos concretos era o marco indicativo dos limites territoriais efetivamente urbanizados e a partir de onde se prolongavam os terrenos e áreas consideradas arrabaldes.



Imagem: Estação São Braz da Estrada de Ferro Belém-Bragança, no início dos anos 20, fotografada em sentido à Avenida Tito Franco (atual Almirante Barroso), para onde se prolongaria a cidade. Observa-se a ausência de calçamento e nesse sentido da avenida, não se antevê árvores ou matagais.

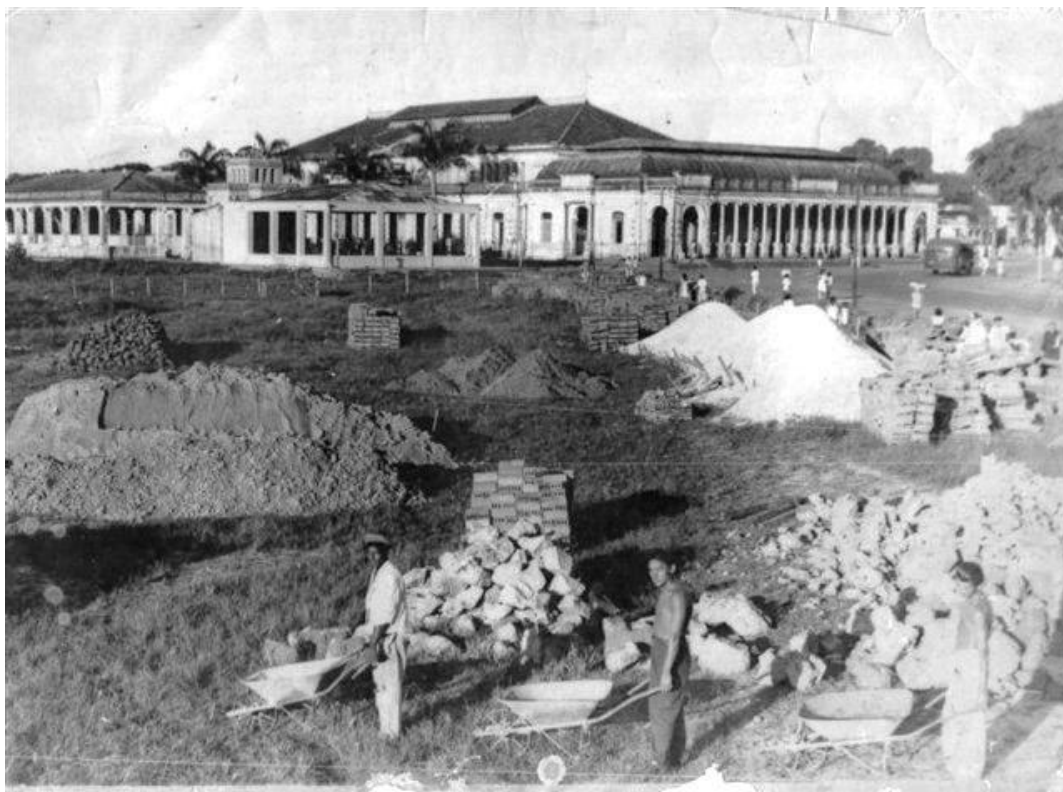


Imagem: Construção do “Lar de Maria”, instituição educacional espírita, em meados dos anos de 1940. Se situava do outro lado da estrada que passava na Frente da estação São Braz, acima visualizada (estrada/avenida Ceará). A fotografia foi tirada em sentido oposto a anterior, ou seja, na direção estrada de São Braz para estrada/avenida José Bonifácio (Guamá), que fazia ligação com os chamados covões de São Braz, situados por trás desse terreno, numa área de baixada; e com os bairros de Canudos e Guamá. Nota-se as palmeiras de açaí ao fundo, bem como altas mangueiras. Vegetação comum na região e da qual, muitos moradores retiravam alimentos e sustento.

A consolidação da presença da estrada de ferro na paisagem da cidade fez com que Belém avançasse sobre a floresta nativa, incorporando novos espaços aos limites urbanos ao facilitar não apenas o escoamento e chegada de produtos, mas principalmente a instalação de núcleos de colonização no curso da ferrovia e/ou de seus ramais; como por exemplo o atual bairro de Val-de-Cães, originalmente chamado *Núcleo Colonial São José de Val-de-Cães*, fundado em 1915, com 107 lotes de terras distribuídos entre imigrantes nordestinos e estrangeiros.¹⁰⁷

Após 1910 e nas décadas que sucederam esse movimento acelerado de interiorização, os processos de ocupação da cidade precisaram dialogar com os efeitos do refluxo econômico, criando-se então novas formas, caminhos e veios da urbanização de Belém.

Nesta tese considera-se que as alterações no cenário econômico local não implicaram

¹⁰⁷ PARÁ. Secretaria de Obras Públicas, Terras e Viação. Relatório apresentado ao Sr. Governador do estado. 1924-1925. p.49. Verifique-se, ainda, o núcleo colonial de Curuçá, localizado na Estrada de Curuçá, em área que posteriormente faria parte do bairro suburbano do Umarizal. Esse núcleo foi criado por disposição estadual em 1898, com 77 lotes de terras distribuídos. P. 77.

em estagnação da marcha de crescimento urbano. Todavia, é fato que o emergente contexto histórico regional possibilitou a construção de novas formas de apropriação dos espaços citadinos, em ritmos diferenciados dos anteriores e sob outros parâmetros de ocupação sócio-espacial.¹⁰⁸

Nesse sentido, ao observar as imagens cartográficas produzidas nas primeiras décadas do século XX, percebe-se que Belém se expandiu para além do bairro de Nazaré, seguindo o fluxo do chamado *espigão vertical*, correspondente ao trajeto da Estrada de Ferro Belém-Bragança, desde a estação do Jardim Público (no bairro de Batista Campos), ultrapassando a estação Central de São Braz (São Braz/Canudos), esparramando-se pela Avenida Tito Franco até chegar nos limites da primeira légua patrimonial (bairro do Marco da Légua), já na intersecção com os bairros da Marambaia e Val-de-Cães, considerados até 1915 como arrabaldes.¹⁰⁹

Paralelamente, constatou-se que foi priorizada a ocupação das áreas adjacentes da ferrovia, ou seja, daqueles terrenos que se comunicavam com o trajeto do trem no perímetro continental de Belém. Desse modo, a cidade que até então havia crescido na direção leste-oeste, nas margens e/ou nas proximidades da baía do Guajará, passou a se expandir na direção norte-sul, separada pelos trilhos dos trens que levavam a *Maria Fumaça*.

Nesse processo, a linha do trem se tornou um importante vetor do crescimento da urbe belemita orientando o caminho da expansão territorial; tanto por impor o desmatamento e ocupação de novas áreas antes vistas como subúrbios, aspecto já mencionado anteriormente, como também por privilegiar o uso dos terrenos mais sólidos e secos da urbe gerando novos nichos imobiliários nas proximidades.

Por outro lado, a expansão das linhas de bonde elétrico pelos espaços da cidade, comandada pela *Pará Electric Railway & Co. Ltd.*, contribuíam para a abertura de mais frentes de ocupação no perímetro considerado urbano e parte do subúrbio, conectando territórios e pessoas anteriormente afastadas pelas distâncias geográficas e/ou dificuldades de mobilidade citadina, interligando distritos e áreas com diferentes usos e funções econômicas; valorizando

¹⁰⁸ Muitas das experiências de urbanização que emergiram nesse período, impuseram a re-colocação e o re-condicionamento das relações entre centro-periferia, urbano-suburbano. Na medida em que tais categorias mostravam-se voláteis no contexto da cidade de Belém, na época pesquisada. Nesse sentido, a definição do que era urbano e/ou suburbano, central e/ou periférico não dependia apenas de critérios geomorfológicos, dizendo respeito bem mais as condições de urbanização e desenvolvimento social de um espaço, do que propriamente a sua localização em relação ao centro comercial historicamente construído na cidade.

¹⁰⁹ ANDRADE, Fabiano Homobono Paes de. *De São Braz ao Jardim Público – 1887-1931. Um ramal da estrada de ferro de Bragança em Belém do Pará*. São Paulo: PUC/SP, 2010. Mimeo. Tese de Doutorado em História Social.

terrenos e assim como a ferrovia, intensificando a especulação imobiliária.¹¹⁰

“Barraca com terreno próprio - Vende-se uma por 3:300\$000, sita a travessa Humaytá, ***muito perto da Avenida Pedro Miranda, por onde passa o bonde***. É muito espaçosa, tem instalação elétrica, e dispõe de grande quintal, todo cercado e plantado de árvores frutíferas, contendo poço com ótima água. Tratar no escritório, a rua Manoel Barata, nº 81, phone 929.”¹¹¹ (grifo nosso)

Ainda assim, Belém continuou a viver entre 1918 e 1939, um parâmetro de ocupação que se pautava quase sempre pelas tentativas de apropriação dos terrenos mais valorizados, destacando-se aqueles mais próximos do centro comercial e os localizados em áreas de terra firme e elevada latitude; fatores que impediam os problemas relacionados à umidade e os constantes alagamentos que ocorriam em razão do regime contínuo de chuvas da região.¹¹²

Na prática, as populações mais pobres não possuíam os recursos financeiros necessários para custear esse padrão habitacional, tendendo a ocupar toda e qualquer área que se encontrasse disponível e acessível as suas rendas; quer estivessem localizadas no centro e/ou na periferia, em áreas de terra firme ou mais alagadas; quer fossem domicílios individuais ou de uso coletivo.

“Maria ursulina Martins, ***residente em uma estância à rua Jerônimo Pimentel, nº 18***, queixou-se hontem, à noite, à polícia, contra a meretriz Analia de Tal, ali também moradora, por lhe haver espancado com um chinelo, produzindo-lhe escoriações no rosto. A autoridade de permanência mandou autoar a queixa, devendo amanhã ser aberto inquérito a respeito.”¹¹³ (grifo nosso)

“***Á travessa Quintino Bocayuva, n. 458, existe uma casa desabitada há anos, que se transformou em antro perigoso, onde se reúnem todos os delinquentes das proximidades***, formulando, ali, planos de assalto á propriedade alheia.

Ainda há dias, a policia de um cerco á referida casa, que pertence a herdeiros do extinto Dr. Luciano Castro e conseguiu prender um larapio, enquanto que os restantes se punham em fuga. E apesar disso, o antro continua a abrigar a quase totalidade dos “amigos do alheio”, conhecidos do departamento de segurança pública e estes vão usufruindo das delícias de uma liberdade perigosa para os quintaes e habitações situados nas adjacentes. Urge o fechamento da casa que permanece constantemente aberta.”¹¹⁴

¹¹⁰ Processo semelhante se dá na cidade de São Paulo entre os anos 20 e 40, quando a expansão corre primeiramente, para as áreas mais distantes do centro – através da abertura de loteamentos – a partir da rede ferroviária (subúrbios-estação) e da extensão dos trilhos dos bondes, como foi o caso de Santo Amaro, em direção ao sul da cidade e da Cantareira, em direção ao norte do município. Já na década de 30 começaram a ampliar os caminhos servidos por ônibus, viabilizando a ocupação de loteamentos já abertos durante a década anterior. Cfe. BÓGUS, Lucia Maria M. urbanização e metropolização: o caso de São Paulo. In: BOGUS, Lucia Maria M. & WANDERLEY, Luiz Eduardo W. *A Luta pela cidade em São Paulo*. São Paulo: Editora Cortez, 1992. pp.29-51

¹¹¹ A Província do Pará. 08 de janeiro de 1939. Fls. 05. Annúncios.

¹¹² Segundo os estudiosos da geomorfologia da cidade, por algum tempo Belém persistiu em se expandir para o interior do território, numa ocupação continental que procurava reduzir o contato com as áreas alagadas, especialmente as que se comunicavam diretamente com as duas baías existentes ao redor da cidade (Guamá e Guajará). Cfe. CRUZ, Ernesto. *A água de Belém. Sistemas de abastecimento usados na capital desde os tempos coloniais até os dias hodiernos*. Belém: Gráfica da Revista de Veterinária, 1944. & TAPIASSU, Amílcar. *Área metropolitana de Belém*. Serviço Federal de Habitação e Urbanismo. Ministério do Interior. s/d.

¹¹³ Folha do Norte. 22 de agosto de 1920. Fls. 06. Na Polícia e nas ruas. Col. 01/02. Espancamento.

¹¹⁴ Folha do Norte. 25 de janeiro de 1939. Na Polícia e nas ruas. Antro de delinquentes que está a chamar a atenção da polícia.

Sob este ângulo de análise, outro aspecto que interferiu na ocupação, valorização ou desvalorização de certos territórios dizia respeito a existência de aparelhos de infra-estrutura urbana nas proximidades dos domicílios, como por exemplo rede de iluminação pública, esgoto residencial e transportes coletivos. No caso dos terrenos situados nas áreas adjacentes a linha do trem e/ou do bonde elétrico, geralmente possuíam tais características, sendo preferidos em relação aos demais que se espalhavam pela cidade.

“Aluga-se uma casa moderna toda encerrada, com ótimas acomodações para família de tratamento. Sala de banho completa, luz, gaz, água e telefone ligados. Gentil Bittencourt, 37, entre Padre Prudêncio e Serzedello Corrêa. Chaves no número 33.”¹¹⁵

Segundo entendimento dos estudiosos da geomorfologia da capital paraense, somente após o esgotamento dessas áreas secas, dos terrenos altos e imobiliariamente rentáveis, já em fins dos anos 1930, é que a população belemita passou a ocupar ostensivamente os espaços considerados de baixadas e alagados, como uma espécie de alternativa para o crescimento populacional contínuo e para a falta de recursos em custear a compra de terrenos mais caros.¹¹⁶

Para esses estudiosos, as dificuldades naturais daquele tipo de solo impunham limites inevitáveis à habitação e urbanização, dificultando substancialmente a ocupação das regiões mais distanciadas das linhas da ferrovia e dos percursos dos bondes, que coincidiam com os terrenos mais rebaixados, alagados e circunvizinhos dos principais acidentes hidrográficos que ainda existiam na cidade, como o igarapé de São Joaquim, o canal da Cremação, o alagado do Galo, sem mencionar outros.¹¹⁷

Por isso, tem-se firmado entre geógrafos e urbanistas o entendimento de que essas áreas só vieram a ser efetivamente incorporadas à urbe, entre as décadas de 1940 e 1950, após a segunda guerra mundial; em decorrências de duas situações em especial: a falta de novos espaços de habitação dentro do limite urbano de Belém, já densamente povoada; e a

¹¹⁵ A Província do Pará. 08 de janeiro de 1939. Fls. 02. Aluga-se.

¹¹⁶ PENTEADO, Antonio Rocha Penteado. Op. Cit. Vol. I e Vol. II. & CABRAL, Cícero. Clima e morfologia urbana em Belém. Belém: UFPA/NUMA/Centro Tecnológico. 1995. & TOCANTINS, Leandro. Amazônia: natureza, homem e tempo. 2ª ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército/ civilização Brasileira, 1982. & PINHEIRO, Andréa/ LIMA, José Julio./SÁ, Maria Elvira de./PARACAMPO, Maria Vitoria. A questão habitacional na região metropolitana de Belém. In: Coleção Habitar – Habitação Social nas metrópoles brasileiras. Uma avaliação das políticas habitacionais em Belém. Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro & São Paulo no final do século XX. Capítulo 5.

¹¹⁷ Portanto, para geógrafos e urbanistas que estudam a história da cidade de Belém no período entre guerras, a expansão da cidade se deu voluntariamente restrita ao eixo da ferrovia e mediante a ocupação das citadas áreas de terra-firme, evidenciando-se as regiões alagadas e baixas, visto que não apresentavam a mesma valorização pecuniária. Cfe.

contenção da expansão das áreas habitáveis da cidade, imposta pela formação de uma espécie de *cinturão institucional*¹¹⁸ no entorno da primeira légua patrimonial demarcada, composto pelos terrenos doados pelo poder público aos entes estaduais e federais durante o esforço de guerra.

Para Cicerino Cabral:

“Pode-se dizer que a geomorfologia condicionou a morfologia urbana, á medida que as áreas mais altas foram ocupadas pelas populações com poder aquisitivo e as áreas mais baixas, pela população mais pobre, determinando em consequência as próprias tipologias. Mais valorizadas as áreas altas ao longo do eixo Avenida Nazaré / Governador Magalhães Barata / Almirante Barroso (Estrada de Nazaré/São Braz e Tito Franco) foram sendo ocupadas de forma organizada, cujas características principais são ruas largas e arborizadas, traçado ortogonal, lotes grandes, amplas residenciais e sobrados, praças públicas e espaços de lazer. Este tipo de ocupação embora em áreas mais afastadas e menos valorizadas, teve seu ultimo momento de implantação nos bairros do Marco e Pedreira, já no início do século, constituindo portanto estes dois bairros, as últimas áreas planejadas da cidade. A partir de então, o crescimento através da ocupação de baixadas ocorreu praticamente sem controle da administração municipal resultando em um espaço desorganizado e caótico, cuja característica principal é o adensamento, vias estreitas e indefinidas, falta de espaço público de lazer e infra-estrutura de uma forma geral.”¹¹⁹

Leandro Tocantins reconhece que em termos de configuração sócio-espacial, a cidade esteve bem delineada nessa época (1915-1939) entre áreas destinadas à habitação da gente rica e elegante e os espaços destinados à moradia das camadas mais pobres. Sob este prisma, nas principais avenidas da cidade pelos bairros mais centrais de Belém prevalecia a residência e a circulação pública de membros das elites, enquanto que os setores de trabalhadores pobres ocupavam as moradias simples e localizadas nas estradas e ruas distantes do centro econômico.¹²⁰

Vanessa Spinosa, anteriormente citada, diverge dessa posição ao esclarecer que embora nas áreas de subúrbio predominassem arranjos habitacionais do tipo “palhoça ou barraca” e que nos bairros mais centrais se destacassem as residências de tijolo e cimento, estas questões não impediam a co-existencia em determinados territórios de múltiplas formas de habitação, tanto de classes mais abastadas quanto de operários.

Por isso afirma que não era incomum que trabalhadores oriundos das camadas populares insistissem em residir nos bairros mais próximos ao centro, ainda que não

¹¹⁸ Define-se como cinturão institucional as áreas compreendidas no limite da primeira légua patrimonial demarcada e que compreendem: as chamadas terras de marinha, os terrenos que foram doados para a aeronáutica e para a construção do aeroporto Val-de-Cães; os terrenos doados para a Companhia de Saneamento do Estado do Pará-COSANPA e que formam o complexo hidro-sanitário do Utinga, área de manancial, atualmente protegida por lei; e as propriedades anexadas pelo governo federal, onde se instalou o principal *Campus* da Universidade Federal do Pará-UFPA, da Universidade Rural do Pará-UFRA, além da mais importante subestação urbana, da antiga Central Elétrica do Pará-CELPA, entre os bairros do Guamá e Cremação.

¹¹⁹ CABRAL, Cícero. *Clima e morfologia urbana em Belém*. UFPA, NUMA, Centro Tecnológico. 1995. P. 43

¹²⁰ TOCANTINS, Leandro. Op. Cit. P.117.

pudessem construir suas residências nos mesmos moldes que os segmentos mais endinheirados.

Da mesma forma podemos afirmar com base na documentação pesquisada, que era possível verificar a existências de bangalôs, sobrados e casas térreas vistosas nas áreas mais suburbanas da cidade, as quais pretensamente deveriam ser ocupadas pelos segmentos pobres da capital paraúara. Essas construções familiares e arquitetonicamente planejadas eram construídas para serem residência de famílias abastadas e que consideravam os distritos suburbanos, afastados do centro financeiro citadino, os espaços perfeitos para o repouso e o descanso após um longo dia de trabalho, assegurando também o afastamento necessário do burburinho e exposição pública, comum aos bairros mais comerciais.¹²¹

De fato, para Vanessa Spinosa a cidade se expandiu no período entre guerras consoante a valorização ou desvalorização de algumas áreas urbanas, que faziam de determinados bairros zonas residenciais e outros nem tanto, zoneado aos poucos o que era mais central, comercial e o que era periférico e suburbano em Belém. Todavia, este processo foi dinâmico e sofreu constantes mutações durante o período em tela.¹²²

Nesta Tese postula-se que entre 1918 e 1939, a configuração espacial da cidade compreendeu algumas características, a saber:

Se distanciou daquela que caracterizou a urbe durante o ápice da economia do látex. Nesse sentido, enquanto na virada do século se mostrou bem mais corriqueiro a habitação das camadas populares nas áreas centrais de Belém, em arranjos habitacionais de tipo coletivo, como estâncias, freges e cortiços, os quais garantiam moradia mais próxima dos locais de trabalho na área do comércio, na zona portuária e/ou baixo meretrício; a partir de 1910 percebeu-se uma nova onda de ocupação dos bairros fora da zona comercial-portuária por parte de imigrantes, migrantes e trabalhadores pobres locais.¹²³

Foi marcada pela pulverização dos espaços de habitação das camadas populares, que acompanharam os novos veios de exploração econômica da cidade, tais como a ferrovia, as linhas de bondes e os negócios fabris-comerciais que foram abertos em terrenos fora do centro histórico-comercial, principalmente nos bairros do Reduto, Telégrafo sem Fio, Pedreira, Canudos e Val-de-Cães.

Presenciou a construção de novas relações de urbanidade, nas quais a expansão territorial e o zoneamento geo-social dela decorrente, nem sempre corresponderam aos modos

¹²¹ “Aluga-se bangalô nº 714, na trav. 22 de Junho. Tratar na “Sempre Viva”, phone 998. Pode ser alugado com móveis.” A Província do Pará. 03 de janeiro de 1939. Fls. 02.

¹²² SPINOSA, Vanessa. Op. Cit. P.56

¹²³ PANTOJA, Leticia Souto. *Au jour, le jour: cotidiano, moradia e trabalho em Belém (1890-1910)*. São Paulo: PUC /SP, 2005. Dissertação de mestrado.

como os munícipes entreteciam suas próprias territorialidades no espaço citadino. Dessa feita, assinalou formas complexas de conceituação do que era urbano-suburbano e/ou central-periférico, experimentando tensões e conflitos cotidianos em torno dos usos dos espaços da cidade.

As motivações dessas transformações são múltiplas e atuaram de forma dinâmica no período, dialogando tanto com o contexto econômico vigente, como também com os diferentes modos pelos quais os sujeitos históricos da época procuraram dar concretude as suas necessidades, aspirações e desejos de viver na capital paraúara.

Assim, se o declínio dos negócios de exportação da goma elástica interferiu de modo importante para a expansão da cidade ao ampliar o comércio inter e intra-regional, ocasionando a dinamização de áreas emergentes da urbe através da criação de empreendimentos comerciais e imobiliários fora do distrito comercial tradicional; as formas como os munícipes assimilaram essas mudanças, a partir do conjunto de suas vivências e experiências cotidianas de apropriação dos territórios citadinos, impactaram tanto ou mais essa época e o processo de re-configuração do *locus* belemita.

Observe-se que a mudança na orientação da expansão territorial da urbe a partir da década de 1918, cada vez mais continental e de interiorização, parece guardar relação com a diversificação da economia local imposta pelo próprio declínio dos preços da borracha e com a urbanização de novos espaços citadinos; visto que houve o estímulo para a proliferação de inúmeras pequenas ocupações laborais não diretamente dependentes das exportações e/ou dos negócios portuários, realidade que possibilitou as camadas populares residirem em outros bairros e distritos para além do centro comercial historicamente constituído.

Nos *processos por acidente de trabalho*, impetrados perante a justiça estadual paraense a partir de 1927, foram identificados alguns exemplos dessas novas ocupações; dentre as quais se pode citar: ajudante de pedreiro;¹²⁴ graxeiro;¹²⁵ guarda-freios;¹²⁶ correiro;¹²⁷ couteiro;¹²⁸ e outras tantas que surgiram nessa época.

¹²⁴ Autos de Acidente de Trabalho com morte, de que foi vítima o menor João Baptista de Lima Oliveira, empregado na Secretaria de Saúde Pública, morador dos Covões de São Braz. 1931.

¹²⁵ Autos de Acidente de Trabalho com morte, de que foi vítima Eusébio da Silva Nogueira, graxeiro, residente no bairro do Umarizal e empregado da Companhia de Eletricidade e Bondes. 1932.

¹²⁶ Autos de acidente de Trabalho com morte, de que foi vítima Francisco Azevedo Barroso, morador da Travessa Cypriano Santos, em canudos e guarda-freios da Estrada de Ferro Belém-Bragança. 1939.

¹²⁷ Autos de acidente de Trabalho de que foi vítima João Bernardo Costa, morador do bairro da Pedreira, empregado de empresa prestadora de serviços para o departamento de Aeronáutica, em Val-de-Cães. 1939.

¹²⁸ Autos de Acidente de Trabalho de que foi vítima Pedro Guedes Silva, morador na Travessa da Estrela, nº 206, no bairro do Marco, e empregado da Aliança Industrial S/A. 1940

Verificados os endereços de domicílio dos envolvidos nesses processos e seus locais de trabalho percebe-se que residiam e trabalhavam em diversos distritos da urbe, muitos dos quais localizados fora da região central; desde áreas adjacentes ao bairro operário do Reduto (como o Umarizal), em terrenos próximo dos Covões de São Braz e nas imediações da estação central da Estrada de Ferro Belém-Bragança; ou em bairros mais distantes do litoral e da zona portuária, como a Pedreira e o Marco da Légua.

Foram tais reconfigurações econômicas que permitiram que esses segmentos de trabalhadores emergentes, apresentassem necessidades habitacionais diferentes de seus precedentes/antepassados; ou seja, por não dependerem diretamente das atividades do comércio central ou da zona portuária ficavam mais livres para residir em outros territórios da cidade, aproveitando as áreas em expansão com terrenos mais baratos e com menor densidade demográfica; servindo-se da rede de transportes urbanos que se alargava –mesmo que forma deficitária- e assegurando moradia em regiões mais próximas da residência de parentes e/ou amigos.

O conteúdo do relatório “A área metropolitana de Belém”, datado de 1964, corrobora esse entendimento ao esclarecer que:

“Quando ocorreu a crise econômica da borracha, a partir de 1911, a cidade adquirira feições e serviços de um metropolitanismo que não mais iria perder até o presente, não obstante fases de dificuldades agudas.

Por um lado, a incorporação do sertão retaguarda à cidade, assim como a implantação da estrada de ferro, servira para firmar uma nova orientação geográfica ao desenvolvimento da urbe: esta deixara de crescer marginando o rio ou a Baía, para se expandir seguindo a ferrovia e suas adjacências.

Tudo indica que a cidade sofreu um estancamento no seu ritmo de expansão entre 1920 e 1940 – como aliás toda a Amazônia, em consequência de inúmeros fatores vinculados a crise da borracha. Ritmos similares, entretanto, foram retomados a partir de 1940 estimulados por investimentos norte americanos no esforço de guerra.”¹²⁹

Por outro lado, essas conjunturas por si mesmas não podem escamotear outras questões que interferiam na mobilidade, circulação e modos de apropriação dos espaços urbanos belemitas por parte de seus habitantes menos abastados. Tomemos como exemplo, a forma como as relações de afetividade e práticas de sociabilidade construídas entre indivíduos pertencentes às camadas de trabalhadores da cidade dialogaram com a elaboração de certas territorialidades cidadinas, interferindo nos usos e apoderamentos que faziam de determinados espaços, além de contribuir para eclosão de conflitos simbólicos, discursivos e até mesmo materiais, com outros segmentos sociais de Belém.

¹²⁹ TAPIASSÚ, Amílcar. A área metropolitana de Belém: Brasil: Serviço de Habitação. Ministério do Interior. 1964. P. 15/16.

Sob este prisma, pode-se entender como José Silva embora residisse na Travessa Marques do Pombal, nº17 (Pedreira) foi preso no Ver-o-peso (centro) no meio de uma tarde, por estar embriagado em local público e produzir desordens;¹³⁰ ou como o cabo Batista Luiz da Rocha conduziu sua namorada, menor de idade, de nome Anésia Maria Rodrigues, residente na avenida Almirante Tamandaré, nº 22 (Campina) para os covões do Largo de São Braz onde morava, para com ela manter relações íntimas, sendo por isto acusado de estupro¹³¹; ou ainda, porque os sócios e jogadores do Rubro Negro Sport Clube, Renato Souza, residente à Estrada de São Braz, nº117 (São Braz), Lauro Tavares, residente à avenida Gentil Bittencourt, nº 162 (Batista Campos) e Evangelista Christo, residente á praça Santa Luzia, nº 165 (Jurunas), não se furtaram de brigar a pau com alguns sócios do *Liberto Sport Club*, durante um *match de football*, no campo da Tuna Luso Comercial, localizado na avenida Tito Franco (Marco da Léguas), bem distante de suas residências, localizadas em pontos diversos da cidade.¹³²

Pelo exposto, com fulcro na historiografia já referida e nas fontes pesquisadas, considera-se que dos vários aspectos que interferiram no sentido da expansão territorial belemense entre 1918 e 1939, merecem destaque: a construção da Estrada de Ferro Belém-Bragança; a expansão das linhas de bondes pela *Pará Eletric Lighthouse & Co*; as correntes migratórias vindas do interior do estado e os arranjos familiares que garantiam aos recém-chegados a inserção num certo território da cidade, já habitado por amigos e parentes; e as relações de afetividade, vínculos de trabalho e práticas de sociabilidade construídas pelos segmentos de trabalhadores pobres da urbe, que determinaram formas específicas de transitar, morar, viver e usufruir do espaço citadino.

Sob a égide desses aspectos, a cidade continuou a crescer depois dos anos mais terríveis de bancarrota; adensando-se demograficamente os novos bairros e distritos que se abriam, os quais se comunicavam com as áreas interiores da capital.¹³³

Assim, o alargamento dos limites territoriais urbanos de Belém, a ocupação das áreas

¹³⁰ Boletins de Ocorrência. 04 de agosto de 1928. Embriaguez e desordens.

¹³¹ Códices da Chefatura de Polícia. Volume 367. Belém, 08 de maio de 1924.

¹³² Códices da Chefatura de Polícia. Volume 333. Belém, 15 de julho de 1922.

¹³³ Para os estudiosos do período foi a partir da segunda guerra mundial, que a cidade retomou a ocupação de territórios ribeirinhos e próximos as baías do Guajará e Guamá; decorrendo desse novo movimento o povoamento ostensivo de áreas como bacia hidrográfica do Tucunduba, entre os bairros do Guamá e terra Firme; Bacia do Galo, no Telégrafo sem fio e a Vila da Barca no litoral guajarinense. Foi por causa dessas questões que se consolidou em Belém, o modelo habitacional das palafitas, que são construções feitas sobre as águas, igarapés e encharcados da cidade, erguidas em terrenos geograficamente próximos do centro urbano, mas socialmente distanciadas dos modos de viver daqueles que habitam e transitam em bairros de terrenos altos, secos e centrais.

adjacentes ao centro histórico-comercial e a incorporação progressiva dos distritos afastados geograficamente do litoral são eventos que fazem parte desse processo merecendo nossa reflexão.

1.3 Caminhos da modernidade: a cidade sob os signos de um tempo acelerado

“Belém é uma cidade progressiva, Magestade. O mecanismo do progresso meteu o bedelho em tudo: escreve-se a machina, anda-se a machina, toca-se piano a electricidade, ouve-se Caruso e Tamagno por manivela, come-se no restaurante um bife com harmonia, baila-se ao som de discos simples e duplos, sobe-se por elevador, namora-se pelo telegrapho sem fio e por telefone, choca-se pintos em machinas, realizam-se profundas e abracadabantes prophcias de horóscopos e astrólogos, lavam-se chapeos de palha em dez minutos, vai-se de automóvel a casamento e a enterro, as duas ultimas tolices que se fazem nesta vida, consequências da primeira – ter nascido...Ouve-se falar inglêz, francês, alemão, italiano, turco, chinês e syrio, como se estivéssemos na torre de Babel; á tarde; n’A Brasileira, principia a invasão dessa multidão elegante e frívola, iniciando um demorado ataque aos sorvetes, aos doces, às gulodices, trocando-se a todo o passo cumprimentos affáveis com as pessoas conhecidas, que se encontram naquele procurado e distincto *rende vouz* .”¹³⁴

O bonde, o automóvel, a eletricidade, o cinema e o rádio constituíram-se instrumentos das novas técnicas que marcaram as primeiras décadas do século XX, em várias capitais brasileiras, incluindo Belém do Pará.¹³⁵ Novas visualidades e formas de perceber e de sentir a cidade foram construídas, sinalizando a emergência de um *tempo* mais ritmado, sob a cadência dos turnos de trabalho das fábricas, da velocidade do trânsito, da rodagem das fitas cinematográficas e da transitoriedade dos desejos de consumo.

Aos moradores das cidades se impuseram necessidades de adaptação ao espaço urbano em constante mutação, de compreensão dos valores recém-introduzidos na vida citadina e de aquisição de certos modos de se comportar na urbe.

Maria Inez Borges Pinto, ao estudar o movimento modernista paulistano, nos anos 1920, utiliza-se da expressão “os fluxos irresistíveis da modernidade” para discorrer a respeito da influência que a emergente realidade urbano-industrial paulistana exerceu sobre os demais

¹³⁴ SOLENNE, Agapito. *Entre o rapé e o paraty: sensacional entrevista sobre assuntos paraenses sérios e de atualidade*. Typografia de (sic), Belém, 1924. Capítulo V. A cidade de Belém. Pp. 49-50

¹³⁵ Sobre Belém consultar: CARNEIRO, Eva Dayana Felix. *Belém entre filmes e fitas: a experiência do cinema, do cotidiano das salas às representações sociais nos anos 1920*. Belém: UFPA, 2011. Dissertação de Mestrado. CORREA, Angela Tereza de Oliveira. *História, Cultura e Música em Belém: décadas de 1920 a 1940*. São Paulo: PUC/SP, 2010. Tese de Doutorado em História.

Sobre outras capitais brasileiras, ver: PADILHA, Marcia. *A cidade como espetáculo: publicidade e vida urbana na São Paulo dos anos 20*. São Paulo: Annablume, 2001. PINTO, Maria Inez Machado Borges. *Encantos e dissonâncias da modernidade: urbanização, cinema e literatura em São Paulo-1920 a 1930*. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da USP. Tese de Livre Docência. 2002.

estados brasileiros, não se podendo excluir o Pará. Nesse sentido, a incorporação de novas tecnologias da sociedade de massas e o aumento das correntes migratórias europeias para o estado bandeirante contribuíram para criar o mito de que, assim como em São Paulo, fazia-se necessário superar o atraso nacional, caracterizado por um modo de vida interiorano, rural e não industrial, em favor da assimilação de ritmos de vida cotidiana, cada vez mais acelerados e fulcrados no mecanicismo, por meio do qual seria garantida a superação do atraso nacional e a entrada do país na modernidade.¹³⁶

Rosana Padilha, ao discutir os impactos da modernidade sobre os meios de publicidade e propaganda do período citado, polemiza o processo de *afirmação* de uma modernidade paulistana que passou a ser referência para outros espaços nacionais. Assim, afirma que:

“Ao mesmo tempo que as alusões à tão propalada modernidade excitavam os ânimos, criavam certas desconfiças, causadas pela omissão de novos problemas que vinham a reboque. Em São Paulo, assim como em todo o mundo, as diferentes visões sobre modernidade retratavam o embate entre a imposição de uma cultura homogeneizante – a cultura do exibicionismo burguês, nas palavras de Hardman – e a realidade das sociedades complexas e multifacetadas.”¹³⁷

Em se tratando de Belém, a modernização assinalada nos anos de 1920 e 1930 dialogou com múltiplas linguagens, sonoridades e artefatos técnicos, que passaram a fazer parte do *locus* citadino. Daí as intempéries da economia terem convivido lado a lado com a expansão da cidade e com a incorporação de elementos que reafirmavam as conquistas científicas do progresso urbano.¹³⁸

Para as camadas populares, o cotidiano de trabalho e a busca por meios de sobrevivência emergiram de forma complexa; abrigando em si mesmos sinais de um evidente cosmopolitismo e, ao mesmo tempo traços de uma urbanidade pautada em valores, práticas e manifestações próprias da cultura tradicional da região.

“Quando se achava a colher assahy na matta próxima ao acampamento da Pedreira, sábado

¹³⁶ PINTO, Maria Inez Machado Borges. Urbes industrializada: o modernismo e a paulicéia como ícone da brasilidade. Revista Brasileira de História, vol. 21, nº 42. Pp. 435-455.

¹³⁷ PADILHA, Marcia. A cidade como espetáculo: publicidade e vida urbana na São Paulo nos anos 1920. São Paulo: AnnaBlume, 2001. P. 107.

¹³⁸ “Preleciona Rosana Padilha que a modernidade pode ser entendida a partir de quatro perspectivas, a saber: como representação do progresso científico, em uma visão linear e cumulativa, bastante próxima ao positivismo; a modernidade como a era do maquinismo e da tecnologia, responsáveis por novas experiências sensoriais e perceptivas atreladas, muitas vezes, à conquista da velocidade; a modernidade como estilo de vida cosmopolita e metropolitano, teatralizado na obrigatória familiaridade, com requintados hábitos de consumo e lazer dos maiores centros urbanos da Europa ou Estados Unidos; e finalmente, modernidade como o ideal de ordem social inspirada no modelo de família burguesa, na moral e na disciplina do trabalho, tendo como principal trunfo a promessa de estabilidade e de conforto proporcionados pelo trabalho e pelo consumo respectivamente.” Cfe. PADILHA, MARCIA. Op. Cit. Pp.105-106.

retrasado, foi vítima de uma queda o popular Lourenço Barbosa, residente a travessa 14 de Março, 8.”¹³⁹ (grifo nosso)

“Na ocasião em que Manoel saraiva de Lima, anteontem, às 10 e ½ horas da manhã, **esgalhava uma árvore de murucy, no quintal de sua residência à travessa Loma Valentina**, feriu-se com um golpe de terçado, no pé esquerdo, de que lhe veio abundando hemorragia. A vítima recolheu-se à Santa Casa.”¹⁴⁰ (grifos nossos)

Em outras palavras, a construção de uma capital “*irradiante*”,¹⁴¹ que exalava ares de metrópole, em termos arquitetônicos, visuais e econômicos, se deu sob as tensões da vida cotidiana. As relações que inúmeros segmentos de municípios estabeleceram com os valores, as tecnologias e os artefatos da vida moderna desnudam os impactos sofridos pelas formas mais tradicionais de vida e de trabalho da população local, bem como as resistências à assimilação de alguns desses elementos e usos no dia a dia dos habitantes de Belém.

Nesse contexto, a paisagem citadina tornou-se o ambiente propício para as tensões e os enfrentamentos dos novos modelos de ser e existir na urbe, os quais perpassavam não somente pela apropriação das recentes tecnologias mecânicas e recursos do industrialismo moderno, mas também pelo abandono de certos costumes e hábitos há muito tempo vigentes na sociedade local.

Mudanças no âmbito da vida doméstica, pela introdução de novas fontes de energia, pelas emergentes criações de utensílios e objetos de comodidade; pelas alterações no fluxo de pessoas e de veículos que circulavam pelas cidades em virtude dos avanços mecânicos dos meios de transporte coletivos e individuais; pela crescente primazia dos conhecimentos científicos sobre aqueles produzidos de modo espontâneo, com base nas vivências dos grupos sociais e por meio da transmissão oral, dentre outras questões, sobressaem nas fontes pesquisadas, levando-se a refletir acerca dos caminhos percorridos pela modernidade paraense nos anos 1920 e 1930.

“Á central de policia, Manoel Felício de Sousa, **motorneiro** n. 505, do Pará Elétrica, queixou-se contra o **carroceiro** Antonio Cardoso de Sousa, que conduzindo uma carroça puxada por um menor, ao sahir da estância de madeiras Fonseca Diniz, á rua 28 de Setembro, bateu o farol dianteiro de um bonde guiado pelo queixoso.”¹⁴²

Assim, a continuidade de um discurso de modernização da capital paraense, após o período áureo da economia extrativista, ocorreu paralelamente ao aumento das tensões em

¹³⁹ Folha do Norte. 22 de agosto de 1920. Fls. 06. Col. 01/02. Na polícia e nas ruas. *Cahiu do saahyseiro*.

¹⁴⁰ Folha do Norte. 03 de julho de 1920. Fls. 02. Coluna 03. Feriu-se com um terçado.

¹⁴¹ Termo cunhado a partir da obra de SEVECENKO, Nicolau. *Capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio*. In: NOVAIS, Fernando; SEVECENKO, Nicolau; SCHWARCZ, lilia.(orgs). História da vida privada: da belle époque a era do rádio. 10.reimpr.São Paulo: Companhia das Letras, 2012. Pp. 514-619.

¹⁴² Folha do Norte. 07 de janeiro de 1939. A carroça bateu no bonde. Fls. 03.

torno da permanência de algumas práticas e comportamentos entre a população, que eram típicos de um estilo de vida mais rural, pouco mecanizado e em várias ocasiões, próximos de crenças ameríndias e africanas, difundidas entre os segmentos mais pobres da urbe.

“Numa barraca, na Travessa José Bonifácio, próximo ao Guamá, faleceu, ante-hontem, ao meio dia, Pulcheria Maria da Costa, paraense, preta, viúva, de 40 annos de idade, em consequência de uma beberagem que lhe fora ministrada por um indivíduo, seu vizinho.

Diante desse facto o médico verificador de óbitos determinou que fosse o cadáver removido para o necrotério, onde o dr. Renato Chaves procedeu a autópsia, enviando as vísceras para o laboratório de análises do estado, para o competente exame.

O enterramento da infeliz efetuou-se as expensas da família.

O cadáver apresentava os lábios queimados pelo efeito corrosivo da beberagem e, segundo nos informaram, o individuo que a preparara ao saber da morte da infeliz e querendo mostrar a sua inocência, tomou certa quantidade, ficando também com a boca e lábios seriamente queimados.”¹⁴³

Relatos a respeito de acidentes de trânsito, de crimes envolvendo práticas de pajelança e de medicina popular, pautadas pelo uso de recursos das matas e rios abundantes que existiam na região, denunciam a existência de outros modos de se viver, que confrontavam o modelo de modernidade disciplinadora, científica e mecanizada, proposto pelos discursos oriundos dos poderes públicos e das camadas burguesas citadinas.

Por isso, em Belém, a abertura dos trilhos para os bondes não impediu a continuidade da utilização de carroças movidas a boi, vacas ou cavalos para o transporte de bens e pessoas; do mesmo modo que o surgimento de novidades técnicas e tecnológicas, como o cinematógrafo, o telefone e o rádio, não extinguiu do cotidiano de diversas famílias, o hábito de manipular plantas, fazer unguentos e beberagens com vistas à cura de doenças e ao alívio de dores. Tampouco se deixou de encontrar áreas em que nuances de metropolização conviviam com elementos típicos de espaços agrários.

Na verdade, apesar do intenso processo de urbanização vivenciado pelas cidades amazônicas desde o final do século XIX, nas décadas de 1920 e 1930, ainda se podiam encontrar bairros, em Manaus e Belém, onde as matas e reminiscências de florestas coexistiam com áreas descampadas e residenciais. Nesses territórios, o rural e o urbano se confundiam e se mesclavam, nas formas pelas quais seus moradores procuravam extrair dos recursos naturais disponíveis alimento, trabalho e diversão.

¹⁴³ Folha do Norte. 19 de março de 1915, fls. 03. Col.03. As victimas da pajelança.



Imagem: Trecho junto à Avenida Marechal Hermes, no bairro do Reduto, próximo as obras de canalização do Igarapé das Almas; as quais geraram ao mesmo tempo maiores condições de urbanização em seu eixo de passagem e o empobrecimento dos outros territórios circunvizinhos. **Data:** em torno de 1948. **Fonte:** PENTEADO, Antonio Rocha. *BELÉM – Estudo de Geografia Urbana*. Belém: UFPA, 1968. Coleção Amazônica. 2 volume. pp. 288-289.

Nesse contexto, a cidade tal qual a concebida pelo discurso do industrialismo se misturava a paisagens que mais caracterizavam um cenário campesino, observando-se a ocupação habitacional de charcos e igapós, baixadas e terrenos cheios de açaizeiros e buritizais. Desse modo, Belém crescia e se expandia, tornando-se um mosaico de imagens do urbano, do suburbano e do campesino, onde as famílias pobres, muitas vezes recorriam ao uso dos recursos naturais da região para complementar suas rendas e garantir alimentação adequada.¹⁴⁴

É nessa paisagem ambivalente que novos ritmos de viver procuram se impor, sustentados pelo fascínio causado pelas novidades tecnológicas e hábitos de consumo de massa, pela descoberta de novas e potentes fontes de energia e pelo aprimoramento dos meios de locomoção e de transporte.

¹⁴⁴ Eis que surge aquilo que Raymond William chama de “*contraste retórico entre a vida urbana e a campestre*”, construção discursiva na qual se projetam imagens a respeito de um cotidiano idealizado tanto no campo quanto na cidade. Nesse discurso, o urbano é apontado como o espaço do burburinho, da iminência da criminalidade, do trabalho acelerado em oposição à vida campestre, reduto de contemplação estética da natureza, de descanso, de outras formas de civilidade. Cfe. WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade. Na história e na Literatura*. São Paulo: Cia das Letras, 2011. Pp. 69-70

1.3.1 A eletricidade e a vida urbana belemita:

Tal qual ocorrera com a capital amazonense, a luz elétrica passou a fazer parte da paisagem belemita, ainda no final do século XIX;¹⁴⁵ mas foi a introdução dos bondes elétricos a partir de 15 de agosto de 1907, que ampliou sua importância, tornando-a elemento primordial da vida cotidiana paraense, especialmente no que se refere às elites econômicas da capital do Estado.¹⁴⁶

De fato, desde a aprovação da Lei Municipal nº391, em 1904, que autorizou a transferência dos contratos entre a *Companhia Urbana de Estrada de Ferro Paraense* para o Sr. C.H Christopher Moller ou a firma por ele constituída em Londres, o predomínio do uso da eletricidade como fonte de energia em Belém estava assegurado, ainda que se mantivesse a opção pela iluminação à gas.

Conforme explicita *Chelen de Lemos*, em tese de doutorado que trata da história da eletricidade no Pará e Amazonas, essa concessão tinha a finalidade de explorar com o uso da eletricidade, os seguintes serviços: transporte de passageiros, cargas e mercadorias; iluminação pública com lâmpadas incandescentes ou de arco voltaico nas ruas, travessas, praças, passeios, jardins, cais, avenidas, edifícios municipais e estaduais, exceto naquelas vias públicas em que a intendência municipal determinasse o uso de outro sistema de iluminação ou iluminação privada, sem prejuízo de concessões anteriores e sem embaraços para a livre concorrência para o serviço das casas comerciais e particulares.¹⁴⁷

¹⁴⁵ Em 26 de maio de 1894, a intendência municipal de Belém, na administração de José Coelho da Gama e Abreu, o Barão de Marajó, contratou o fornecimento de luz elétrica para iluminação pública. Já em Manaus, o serviço de iluminação pública pela luz elétrica foi inaugurado em 22 de outubro de 1896. Excepcionalmente, em virtude de a intendência municipal não possuir recursos pecuniários, o custeio do serviço foi feito pelo governo do Estado, mas esta era considerada uma “situação anormal”, visto ser um serviço “que, por sua natureza, pertence[ria] ao Município”. Cfe. LEMOS, Chelen Fisher. *O processo sociotécnico de eletrificação na Amazônia: articulações entre estado, capital e território (1890-1990)*. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, 2007. Tese de Doutorado. Pp. 96-98.

¹⁴⁶ LIMA, Alexandre Martins de. *Pelos Trilhos dos Tramways: Modernidade e Urbanidade em Belém do Pará de 1869 à 1947*. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL - AMAZÔNIA E FRONTEIRAS DO CONHECIMENTO. NAEA - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. UFPA, 2008. P. 10

¹⁴⁷ LEMOS, Chelen Fisher de. *O processo sociotécnico de eletrificação na Amazônia: articulações entre estado, capital e território (1890-1990)*. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, 2007. Tese de Doutorado. Pp. 145-147

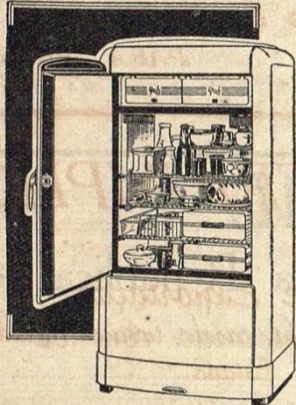
Rua 28 de Se-
tembro, 377

Caixa Postal, 77
End. Electr. REDUCTO

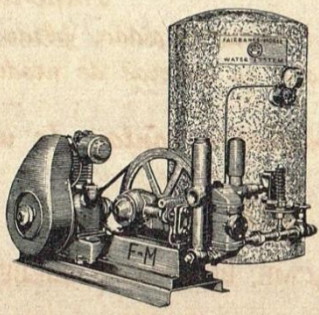
Codigos
Ribeiro
A B C 5.^a ed.
Mascote 1.^a e 2.^a
ed. e Particula-
res

Ferreira Gomes & Cia.

Casa Fundada em 1842
FERRAGISTAS
Importadores e Exportadores
Administração de bens immoveis



Bicicletas cromadas *Phillips* e *B. S. A.*
Geladeiras e frigoríficos *Kelvinator*.
Pneus *Goodyear*. Radios *Zenith*. Au-
tos *Nash*. Bombas para agua *Chal-
lenger*. Laquers *Opex* para pistola.
Baterias *Willard*. Motocicletas *B. S.
A.* e *Victoria*. Fogões economicos
Standard. Caminhões e Onibus *Reó*.
Artigos de phantasia, crystais e porce-
lanas. Ferragens, Louças, Cutelarias e
utensilios domesticos. Artigos electricos,
mechanicos e maritimos. Tintas, oleos,
esmaltes e vernizes especiaes. Maqui-
nas e ferramentas agricolas e industriais.



Secção de Madeiras : Rua 28 de Se-
tembro — Secção de Ferro e Metais :
Trav. Benjamin Constant, 173. —
Salão de Exposições "A Sportiva" :
Trav. Ruy Barbosa, esq. da 28 de Set.
Secção Auto-Partes "A Motorista" :
Rua 28 de Setembro, 372. Brinque-
dos, balanças decimaes e de precisão.

Imagem: propaganda de Casa Comercial conhecida na cidade de Belém, responsável pela venda de diversos utensílios de comodidade, muitos dos quais necessitavam da energia elétrica.

Fonte: Álbum do Pará. 1939. P. 250.

Nas décadas de 1920 e 1930, a eletricidade já era constitutiva do dia a dia dos moradores de Belém, tanto na esfera dos espaços públicos quanto na dos privados.¹⁴⁸ Era o fornecimento de energia elétrica para os diferentes territórios da cidade que assegurava a muitos munícipes, o acesso a uma série de serviços e recursos da modernidade, como por exemplo, o próprio transporte público, os circuitos de lazer noturno em cinemas e teatros, as emergentes possibilidades de consumo facilitadas pelos horários estendidos de funcionamento das lojas e das casas comerciais, além do contato com novos meios de comunicações e com

¹⁴⁸ Conforme o Censo Estatístico de 1937, nesse ano havia em Belém 16.641 ligações domiciliárias de luz, de um total de 25.620 edificações existentes no quadro urbano e suburbano da capital, correspondendo a pouco mais de 64,95% dos imóveis abrangidos nas estatísticas oficiais. BRASIL. ESTADO DO PARÁ. IBGE. Departamento Estadual de estatística. Sinopse Estatística do Estado. Nº 03 (Separata, com acréscimos, do anuário estatístico do Brasil. Ano IV. Papellaria Suisso de Daniel S. Nobre. Belém. 1938. Melhoramentos Urbanos. IX. Serviço de água, esgoto e iluminação da capital. 1937. P. 104.

novos utensílios domésticos, os quais necessitavam da eletricidade para funcionar, tais como geladeiras, máquinas de sorvete, ventiladores, ferros de passar e mesmo, alguns modelos de rádio.¹⁴⁹

Para Alenuska Andrade, o uso contínuo da luz artificial representou uma mudança na imagem da cidade, especialmente à noite, na medida em que proporcionou a criação de um ambiente novo e sedutor, sustentado por uma visualidade diferente da que prevalecia durante o dia. Um cenário pontilhado de letreiros luminosos e diversas luzes que ofuscavam a vista e os sentidos.¹⁵⁰

Nesse território emergente, as forças da natureza (leia-se, a escuridão) se viam sobrepujadas pela ciência e pela técnica, confirmando que a urbe mudara e que a modernidade se instalara na cidade. Surgiam, por conseguinte, outras possibilidades de vivenciar o *locus* citadino, em que a noite deixava de ser espaço exclusivo de reclusão e destinado ao descanso, passando a comportar o trânsito de pessoas e veículos pelas vias públicas e a construção de novos itinerários de sociabilidade.

“Estávamos no popularíssimo e elegante Largo da Pólvora, o ‘pivot’ do grande movimento citadino belenense.

Fazia noite.

Os focos elétricos derramavam, em todas as direções, a alegria de sua luz intensa.

Pelos espaçosos passeios, uma multidão heteróclita, movimentava-se congestionando o trânsito.

Cortando os espaços, um vago ‘brouhaha’ de um borburinho.

A avalanche parecia crescer em cada estante que passava.

O Olimpia, o Éden, o Palace, com as suas fachadas brilhantes de luz, despejavam na rua o som barulhento dos seus jazz bands.”¹⁵¹

Em Belém do Pará, a eletricidade foi incorporada rapidamente à paisagem urbana, durante as primeiras décadas republicanas, e quanto mais dependente da energia elétrica a cidade ficava, mais cresciam as reivindicações da população local pelo fornecimento regular daquele recurso. Daí surgirem queixas nos jornais, em prol de um melhor abastecimento energético dos vários bairros citadinos e seus logradouros, indiciando transformações nos modos como a população entendia seu direito de uso da cidade.

Para esses contingentes humanos, estar na cidade significava ter direitos implícitos de acesso a certos bens e serviços, dentre os quais se destacava o guarneimento de energia

¹⁴⁹ Alenuska Guimarães Andrade indica muitos outros objetos que passaram a depender da energia elétrica, como por exemplo, torradeiras, ferros de passar, grelheiras, enceradeiras, fornos, resistências a água, etc. Todos objetos considerados modernos e espelhos de uma padrão de consumo elitizado.

¹⁵⁰ ANDRADE, Alenuska Kelly Guimarães. *A eletricidade chega a cidade: inovação técnica e a vida urbana em Natal (1911-1940)*. Natal: UFRN, 2009. Dissertação de Mestrado. Pp. 81-82.

¹⁵¹ Revista Fon Fon. Rio de Janeiro, 1938. Edição 38. O Largo da Pólvora.

elétrica.

“Reclamam - da Rua Cezário Alvim contra a escuridão reinante por falta de lâmpadas nos postes de iluminação. Dizem os moradores que não vêm um palmo diante do nariz, quando sobe a noite, principalmente se é chuvosa, porque dão trombolhões e quedas a cada passo.

O fiscal de luz, segundo acrescentam os reclamantes, nunca por ali se perdeu e talvez acredite que não exista tal trecho urbano.

Idêntica reclamação fazem os moradores da travessa D. Pedro, entre o Largo do Esquadrão e o Largo Santa Luzia.”¹⁵²

Embora a distribuição de energia pela urbe fizesse parte do rol de serviços de caráter estatal, dava-se com fulcro em concessões cedidas pelos governos a empresas privadas, que visavam primordialmente obter lucros com seu fornecimento, independentemente dos interesses da população.

Historicamente, não só no Pará, mas também no Amazonas, Acre e Amapá, os capitais estrangeiros de grandes conglomerados controlavam a prestação de serviços de abastecimento de água, esgotos, luz e transportes coletivos, gerando descompassos entre os anseios dos moradores das cidades e as finalidades econômicas das concessionárias.

Consoante Lemos, desde o século XIX, a compensação financeira que resultava da exploração dos serviços urbanos no Brasil, como um todo, despertou o interesse de capitalistas estrangeiros, inicialmente portugueses e depois ingleses e norte-americanos, principalmente porque, além de receberem altos valores sobre os serviços prestados, os contratos eram feitos com base em moeda estrangeira; o que garantia fabulosos lucros dos investimentos, bem como grandes privilégios, tais como, a exclusividade na prestação do serviço, isenção de tributos, taxas e impostos (inclusive sobre a importação de materiais e equipamentos dos seus países de origem) e grandes subsídios governamentais. No setor de eletricidade, essa realidade também se aplicava a Belém ¹⁵³

Todavia, a população da capital paraense identificava o fornecimento de energia elétrica como um bem coletivo e nesse sentido, de utilidade pública. Por isso, havia reclamações cotidianas nos jornais, denunciando os problemas enfrentados com ruas escuras, falta de iluminação nos postes e falta de rede de iluminação em certos bairros e vias, dentre outros.

Na perspectiva dos munícipes, o fornecimento de eletricidade deveria se basear em critérios de equidade social e não de mercado. Portanto, impunha-se estar alheio a questões econômicas, não se subordinar ao poder aquisitivo dos diferentes segmentos de moradores ou

¹⁵² Folha do Norte. 09 de fevereiro de 1920. Fls. 03. Reclamam.

¹⁵³ LEMOS, Chelen Fisher de. *O processo sociotécnico de eletrificação na Amazônia: articulações entre estado, capital e território (1890-1990)*. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, 2007. Tese de Doutorado. Pp. 76-77.

às características geossociais que diferenciavam os inúmeros bairros da cidade; critérios que, de fato, não parecem ter sido respeitados pelas concessionárias do serviço.

Dos textos examinados, depreende-se que a questão do acesso ao consumo da eletricidade, especialmente por meio de ligações domiciliares e iluminação de ruas, gerava maior ou menor sensação de pertença ao *locus* de urbanidade da capital. Em outras palavras, não usufruir, com regularidade e com qualidade, dos serviços de eletrificação significava tornar-se uma espécie de munícipe de segunda categoria, alguém que vivia na cidade, mas que não estava sintonizado plenamente com a cultura urbana e com os benefícios proporcionados pela vida moderna.

Nesse tocante, os petítórios veiculados nos jornais da metrópole paraense representam mais que simples reclamações, constituindo-se textos que desnudam as impressões que alguns segmentos sociais da urbe nutriam acerca da forma como o poder público administrava as necessidades dos diferentes espaços e grupos de munícipes.

Sob este enfoque, se extrai das falas dos reclamantes que havia áreas preteridas pela administração municipal ou simplesmente que eram menos valorizadas e pouco atendidas pelas empresas concessionárias dos serviços públicos; certos territórios que, embora geograficamente fizessem parte do nicho urbano, não recebiam a mesma atenção que os outros espaços da urbe.

Do teor das denúncias, depreende-se que nos bairros mais centralizados e próximos do circuito financeiro-cultural tradicional da capital parauara, como por exemplo, Nazaré, Cidade Velha, Batista Campos, Reduto e Comércio, havia melhor provimento de serviços urbanos básicos, especialmente se tratando de energia elétrica, rede de esgotos, asfaltamento e coleta de lixo. Outros perímetros pertencentes a bairros como o Umarizal, Telégrafo-sem-fio, Cremação, Jurunas, Guamá e Pedreira, dentre outros, eram constantemente citados nas reclamações, possibilitando refletir-se sobre as dificuldades enfrentadas cotidianamente por seus moradores, no afã de usufruir de algumas facilidades de se viver em uma cidade considerada moderna e desenvolvida.

“Moradores da Avenida Francisco Monteiro (Canudos) solicitam por nosso intermédio, a atenção do sr. Prefeito municipal, para o estado lastimável em que se encontra o ponto final da junção da travessa Curuzú com aquela avenida, onde o mato esta crescendo assustadoramente, na iminência de invadir as habitações circunvizinhas e tornar intransitável aquelle trecho.”¹⁵⁴

Importa assim questionar como se construía essa diferenciação geoespacial da oferta

¹⁵⁴ Folha do Norte. 10 de janeiro de 1939. Pág. 02. O povo reclama.

de energia elétrica e de outros serviços públicos pela cidade.¹⁵⁵ Se derivava da aplicação de critérios exclusivamente econômicos por parte das empresas concessionárias, a partir dos quais avaliava-se a capacidade de consumo de um determinado grupo de pessoas; e até que ponto a composição demográfica-social dos moradores dos diferentes bairros da urbe interferia na estruturação da rede de distribuição domiciliária de eletricidade.

Nessa perspectiva, talvez o potencial de retorno de investimentos fosse maior em bairros com menor densidade demográfica, porém com maior circulação de capitais e de pessoas, justificando-se assim certa preferência pelos distritos mais comerciais, onde se localizavam lojas e fábricas; bem como pelas zonas citadinas que faziam parte dos itinerários de sociabilidade burguesa, nos quais havia significativa presença de bares, cinemas, casas de espetáculo e hotéis, que proporcionavam intenso fluxo de munícipes, ainda em que horários determinados e, por conseguinte, maior consumo de eletricidade.

Esse entendimento é corroborado ao se analisarem os coeficientes de distribuição da população absoluta dos bairros de Belém, nas décadas de 1940/1950, a partir dos quais se verifica que os territórios onde havia maior incidência de serviços públicos básicos (destacando-se a distribuição de luz) coincidiam com aqueles de menor densidade populacional, mas com maior concentração de estabelecimentos comerciais, bancários e culturais.

Assim, com exceção do bairro do Comércio, que, além de possuir significativa concentração demográfica (em torno de 13.000 mil moradores), era bem servido pela rede de energia elétrica, transporte e canalização de águas, os demais bairros apontados como razoavelmente abastecidos de serviços urbanos básicos (Nazaré, Batista Campos, Cidade Velha e Reduto) não possuíam significativo número de moradores, se comparados aos outros distritos da capital paraense, contando com cerca de 7.000 habitantes cada e totalizando algo em torno de 41.000 munícipes. Todavia, eram os bairros que aglutinavam a maior parte das casas de comércio, lojas, bancos, fábricas, bares, restaurantes, teatros e cinemas do município.

¹⁵⁵ Semelhante a reclamação anterior: “Com a limpeza pública – os moradores da rua dos Tamoyos, perímetro compreendido entre as travessas Apinagés e Tupynambás, solicitam, por nosso intermédio, a atenção do diretor da limpeza pública para o estado que se encontra aquela rua, pois já está parecida o antigo Igarapé das Almas.” Folha do Norte. 03 de janeiro de 1939. Fls. 04. O povo reclama.

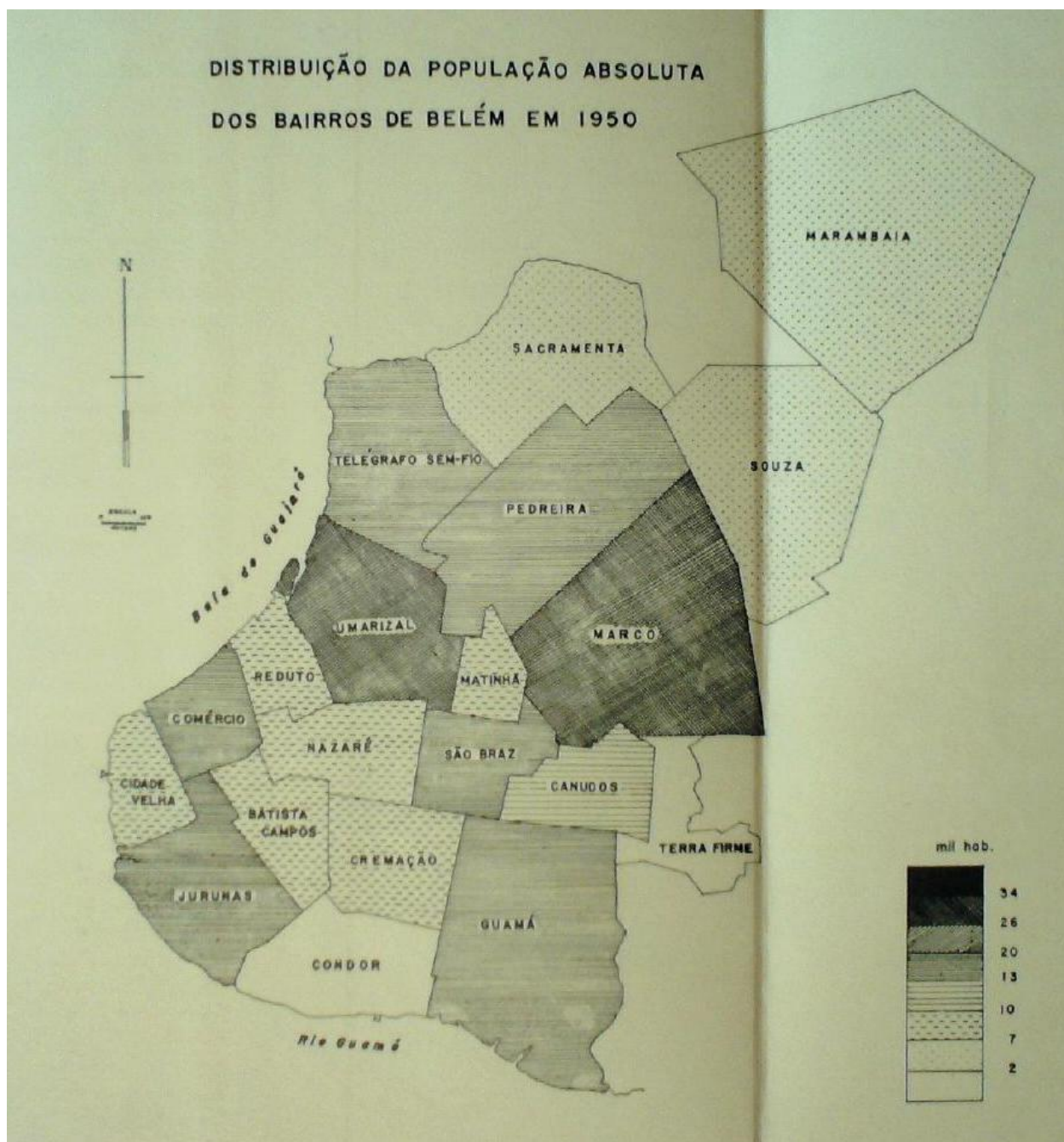


Imagem: Nota-se do mapa que representa a distribuição populacional pelos bairros de Belém, que a maior densidade demográfica encontrava-se nos distritos mais afastados do perímetro urbano; muito embora, bairros como o Jurunas e Umarizal, adjacentes ao centro comercial, possuam índices populacionais elevados, maiores inclusive que alguns bairros mais antigos da cidade; como exemplo a Cidade Velha e Batista Campos.

Fonte: Antonio Rocha Penteado. *BELÉM – Estudo de Geografia Urbana*. Belém: UFPA, 1968. P.196.

Diversamente, os logradouros e perímetros de ruas cujas queixas em prol de um melhor fornecimento de energia elétrica eram constantes nos jornais, pertenciam a bairros adjacentes ao centro comercial, fabril e de lazer da cidade. Esses espaços se caracterizavam por elevados índices de concentração demográfica (em média, superiores a 13.000 hab/bairro) que explicavam a moradia de mais de 98.000 munícipes nesses distritos. Ademais, eram

marcados pelo predomínio de domicílios de gentes pobres e pela existência de pequenos negócios (botequins, tabernas, sapatarias, serrarias e areais) esparsamente distribuídos pelos territórios.

Tais aspectos possibilitam pensar que havia bairros densamente povoados na urbe, nos quais seus principais moradores possuíam baixo poder aquisitivo e pouco poder de consumo. Fato que parece ter gerado desinteresse nas empresas concessionárias por vender seus serviços para esses munícipes.

Problemática que gerou abandono e descaso, a qual não se restringia à questão da distribuição da rede elétrica pela urbe, abrangendo também o fornecimento regular de outros serviços de interesse público, tais como saneamento, calçamento e limpeza urbana, como se pode ver:

“Invariavelmente, todas as manhãs é a travessa 22 de Junho, perímetro compreendido entre as Avenidas Cipriano Santos e Gentil Bittencourt, mimoseada com uma turma de zelosos homens da Limpeza, a varrer metodicamente, o seu chão vermelho ultimamente empedrado. E volta e meia as árvores desses perímetro, como gente que se presa, recebe a visita de seus fígaros de nova espécie e ficam com a cabeleira verde sobre a forma irrepreensível de moderno peladinho à Rudolf Valentino. Muito bonito isto, muito bonito mesmo. Aplaudível. Mas, porque só nesse perímetro, e não nos demais, há esse excesso de zelo, todo esse cuidado tão regular que dá para dar na vista? Mas, porque ao passo que ali a rua é tão bem cuidada, é em outros trechos da cidade, justamente onde a limpeza se faz necessária, os senhores de limpeza jamais parecem, deixando que o próprio capim do leito das ruas avance a altura de verdadeiros furacões yankees?... o pobre bairro do Jurunas, e outros, estão relegados ao eterno desprezo, enquanto só esse trecho da 22 de Junho é tão zelosamente tratado? Será porque justamente nesse perímetro residem, enfileirados, um juiz de direito, um major da Força Pública e um benemérito, irmão do Sr. Exc? Só sendo....”¹⁵⁶

Consoante às palavras do cronista, a distribuição dos serviços de interesse público não ocorriam de forma equânime, sujeitando-se, muitas vezes, a critérios políticos e a estratégias de beneficiamento de determinados grupos sociais da cidade. Desse modo, no tocante à eletricidade, apesar de tão desejada e tida como símbolo do progresso humano, sua presença na urbe veio acompanhada de uma série de conflitos e tensões.

Até mesmo sua incorporação ao cotidiano de vida e de trabalho de inúmeros segmentos sociais belemitas, especialmente os mais pobres, deu-se acompanhada de várias situações que destoavam dos discursos ufanistas de modernidade, recorrentes no centro sul do país. Daí que, além da irregularidade do serviço de fornecimento, acidentes envolvendo choques elétricos e quedas de fiação, queimas de maquinários nas fábricas, interrupções de fornecimento que geravam atrasos de bondes, dentre outras situações; tornaram-se fatos quase rotineiros do processo de incorporação da eletricidade à vida urbana paraouara.

¹⁵⁶ Belém Nova. Ano IV. Nº 13. Belém. 30 de agosto de 1927. Comentários da Quinzena. Limpeza Pública.

“Permanece há dias estendido, á travessa de são Francisco, esquina da rua de Bragança, um fio elétrico que se desprende do seu respectivo posto, sem que fosse tomada a providencia exigida. Cerca de 11 horas da manhã de hontem, ao passar naquele local, o carroceiro Bruno Danin Lobo Leite, da casa construtora Bernardino da Cunha mendes & Cia, que ia distraído, raspou um susto, pois o animal que puxava a carroça, ao sentar as patas no fio aludido, foi incontinenti fulminado. Mais tarde, o carroceiro apresentou queixa á polícia.”¹⁵⁷

Ao mesmo tempo em que podia fascinar e possibilitar novas experimentações da vida citadina, a eletricidade podia trazer enormes prejuízos, principalmente se fosse considerado que sua manipulação exigia uma série de conhecimentos técnicos e cuidados, que não eram dominados pela maioria da população da cidade.

“Um homem fulminado por um fio elétrico- a morte do infeliz

Hontem, cerca de 7 horas e ½ da noite, ***quando o horteleiro Justino do Espirito Santo Lopes, residente à rua dos Tymbiras, nº03, concertava um fio da iluminação elétrica que não dava luz a sua residência, foi vítima de um formidável choque, que o prostrou mortalmente ao solo.***

A morte do infeliz horteleiro foi instantânea não lhe valendo o imediato socorro que lhe prestou seu sobrinho de nome Bernardino Gomes da Silva, o qual fora atraído pelos gritos dos filhos da vítima.

A polícia teve conhecimento do facto, tendo comparecido ao local do mesmo, o sub-Prefeito José Ferreira de Souza, que em companhia do dr. Hermogenes Pinheiro, médico legista e do escrivão Philemon Assunção, procedeu ao levantamento do cadáver.

A vista da família ter pedido permissão ao capitão Ferreira de Sousa, para o enterro sahir da casa, concordou aquella auctoridade em não ser o cadáver da mesma, removido para o necrotério estadual.

Justino Lopes, o pobre homem, que era portuguez, viúvo, de 46 annos de idade deixa os seguintes filhos: Raul Gaspar Lopes, de 25 anos de idade; Agapito de Jesus Lopes, de 21 anos de idade e Adelaide Lopes de 20 anos.

O facto foi comunicado a policia pela praça do Regimento de Cavalaria, Antonio Conto, que se utilizou do telephone.

Ao local do accidente affluir grande numero de curiosos, tendo ficado ao pé do cadáver até a chegada da autoridade, o agente Elysio Alberto de Andrade.

O enterro do infeliz horteleiro, que será feito as expensas da família, realiza-se hoje, pela manhã.”¹⁵⁸ (grifo nosso)

O risco de mortes por causa de choques elétricos era constante, apesar de não impedir que os munícipes tentassem vários meios para garantir que a luz chegasse às suas casas, trazendo mais comodidade aos seus domicílios e maior segurança, principalmente no período noturno, como no caso ilustrado acima.

Por isso, é possível se compreenderem as razões que impeliram o horteleiro Justino Lopes tentar ‘concertar’ a fiação elétrica que vinha do poste em frente a sua casa; afinal era noite e caso não conseguisse resolver o problema teria que se utilizar de outras fontes para iluminar a casa, como por exemplo, candeieiros a querosene ou velas, fontes costumeiramente associadas, pelos jornais, a casos de incêndio e de intoxicações, em virtude do forte odor dos gases emitidos.

¹⁵⁷ Folha do Norte. 03 de janeiro de 1920. O descuido podia ter consequências mais graves.

¹⁵⁸ Folha do Norte. 10 de agosto de 1920. Fls. 04. Na polícia e nas ruas.

O falecido Justino Lopes, muito provavelmente desconhecia a necessidade de usar instrumentos de proteção contra uma eventual descarga elétrica, e assim se aventurou em fazer o conserto pelas próprias mãos, resultando cair fulminado no chão, sem qualquer tempo para socorro.

Não é mencionado no texto porque a energia não estava chegando à casa de Justino, se por um acaso ela havia sido cortada por falta de pagamentos ou se se tratava simplesmente de um problema técnico. Por outro lado, também não fica clara a razão por que a empresa concessionária de energia não havia consertado o defeito; se não tinha sido chamada ou se não havia comparecido ao local.

Não há elementos suficientes para se afirmar se a rede elétrica presente na rua destinava-se a ser distribuída pelas casas do lugar ou se simplesmente, como era comum de acontecer na época, estava ali para assegurar a passagem da linha de bondes na via principal; não tendo sido feita qualquer ramificação para as residências. E, nesse caso, Justino estaria envolvido num crime de desvio de eletricidade.

O que importa perceber desse relato é a importância atribuída pela vítima à presença da eletricidade em seu domicílio, ao ponto de não poder esperar amanhecer para reativar o serviço, tentando conseguir pelos próprios meios que a luz fosse restabelecida, o que lhe custou a vida.

Nota-se assim que a eletricidade passou a ser tratada não só como fator de comodidade, mas como bem necessário, que viabilizava o acesso a outros recursos da vida moderna. Ter eletricidade em casa valorizava o imóvel,¹⁵⁹ possibilitava a utilização de diversos utensílios - se o residente tivesse poder aquisitivo para isso-, além de trazer, em inúmeros casos, maior segurança ao local de habitação.

São corriqueiras as situações que exemplificam as formas como as camadas de trabalhadores pobres urbanos estiveram expostas a essa dicotomia da modernidade. Ou seja, se por um lado foram apresentadas as benesses da presença da luz elétrica na cidade, por outro lado, se viram, na maioria das vezes, alijadas de usufruir desse recurso de modo ostensivo, quer fosse porque suas ruas não eram abastecidas pela rede de iluminação ou porque não possuíam condições pecuniárias para garantir a compra dos utensílios e/ou ferramentas modernas movidas por esse tipo de energia.

¹⁵⁹ Folha do Norte. 08 de Janeiro de 1939. Pg 2. **Aluga-se.** “*Uma casa moderna* toda encerada, com optimas acomodações para família de tratamento. Sala de banho completa, **luz**, gaz, agua e telefone ligados. Gentil Bittencourt, 37, entre Padre Prudencio e av. Serzedello Correa. Chaves no número 33.” (grifos nosso)

Em se tratando do acesso dos trabalhadores pobres urbanos ao consumo de bens móveis, utensílios e artefatos movidos por eletricidade, percebe-se que era restrito e situava-se principalmente, no âmbito do mundo do trabalho e da circulação pública, estando pouco presente na esfera da domesticidade.

O conteúdo das notas de jornais sobre furtos e gatunagens, bem como o teor das queixas prestadas por vítimas de diferentes segmentos sociais contra roubos e furtos, não apontam a presença desses bens nos lares dos trabalhadores, indiciando padrões de domesticidade que não perpassavam pela incorporação da eletricidade aos hábitos de morar, cozinhar ou se vestir.

“Antonio Rodrigues residente à travessa Quintino Bocaiuva, 139, queixou-se de que ontem, pela manhã, os gatunos penetraram em sua residência e dali roubaram o seguinte: **1 par de sapatos de verniz, 1 chapeo de massa, 1 chapeo de sol, 1 fato de riscas (de linho) e duas camisas, objetos esses que estavam dentro do seu quarto**, tendo para isso, os gatunos arrombado a porta. Na dita casa moram todos os empregados da Fábrica São Paulo. Dum companheiro de quarto do queixoso, de nome Carlos Gomes Corrêa, roubaram uma rede.”¹⁶⁰ (GRIFO NOSSO)

Nesses relatos, fica claro que o acesso a bens móveis mais refinados e que precisavam de energia elétrica não era comum ao cotidiano dos trabalhadores pobres urbanos. Em geral lista-se o furto de roupas, de pequenos objetos de toalete, de utensílios de cozinha como panelas e louças, bijuterias e/ou jóias, além de redes, cobertores, lençóis e animais de criação (como por exemplo, galinhas, patos, porcos).¹⁶¹

“Nem as redes escaparam - Ao comissariado da Baptista Campos, ontem pela manhã, Bernardino Luccas, com residência á travessa Dom Romualdo de Seixas, 796, para queixar-se de haverem os ladrões arrombado a porta da casa de sua propriedade, sita á travessa do Jurunas, próximo ao Guamá, de lá subtraindo os seguintes objetos: **duas redes grandes, uma dúzia de pratos esmaltados, e 12 de pratos de granito**. O queixoso desconfia que o autor do “brinquedo” seja o individuo Lourival de Tal, cuja residência ignora.”¹⁶² (grifos nossos)

Se por um lado, poder-se-ia justificar a ausência de menção a bens de maior porte e valor, tais como rádios, torradeiras, geladeiras e ventiladores, em virtude de uma eventual dificuldade que os gatunos tinham para deslocar esses objetos durante o ato criminoso, limitando-se a surrupiar aqueles artigos que pudessem ser facilmente transportados; por outro lado, não seria incorreto pensar que dificilmente uma vítima de gatunagem deixaria de se

¹⁶⁰ Secretaria de Segurança Pública. Boletins de Ocorrência. 08 de agosto de 1928. Queixa.

¹⁶¹ Nota interessante se refere às redes, as quais de forma quase unânime se fazem presentes entre os bens listados nas notícias de roubos e furtos, envolvendo os mais diversos segmentos sociais. Segundo Luiz Antonio Valente Guimarães “as redes talvez predominassem na cidade entre os utensílios utilizados para dormir ou descansar nas casas de Belém, e o seu uso estivesse relacionado às tradições locais, advinda das heranças indígenas, porém eles não reinavam de forma hegemônica no campo doméstico”. In: Guimarães, Luiz Antonio Valente. As casas & as coisas: um estudo sobre vida material e domesticidade nas moradias de Belém – 1800-1850. Belém: UFPA, 2006. Dissertação de Mestrado. P. 175-177

¹⁶² Folha do Norte. 09 de Janeiro de 1939. Fls. 02. **O dia policial**.

referir a um bem que, por seu valor, comodidade ou importância fosse significativo no conjunto de seu patrimônio.

Nesse sentido, ainda que fosse para realçar o alívio pelo objeto não ter sido roubado, provavelmente, se fizessem parte das pertencas comuns aos trabalhadores urbanos, esses utensílios de cozinha ou domésticos movidos por eletricidade seriam mencionados pelos articulistas.

“A Rua Lauro Sodré foi preso hontem, á tarde, por agentes de polícia, o conhecido gatuno Antonio Pereira da Silva, menor de 12 para 14 anos de cor escura.

Em seu poder foram encontrados *vários objectos, taes como um relógio chapeado, corrente de plaquet, uma figa, um broche com pedra, um vidro de extracto, 11\$000 em dinheiro papel e 11\$700 em moedas amarelas de alumínio e níquel.*

Esse dinheiro, conforme confessou, foi furtado hontem à tarde de uma casa no Largo de São Braz.

Antonio é um perfeito gatuno. Vasculha a casa alheia com uma perícia admirável. É um gatuno precoce mais perigoso.”¹⁶³

Portanto, no meio das diversas notícias coletadas, não se percebe a presença ostensiva desses artefatos no cotidiano doméstico das camadas de trabalhadores, nem a existência de um fornecimento regular de energia elétrica pelos locais de moradia de boa parte desses sujeitos. Daí se deduzir que provavelmente tais objetos e tecnologia eram introduzidos em condições muito específicas do dia-a-dia desses munícipes, a saber: no âmbito do exercício do trabalho, em certos locais da cidade e durante alguns dos circuitos de sociabilidade por eles frequentados, em diferentes territórios urbanos.

1.3.2 Bondes elétricos e automóveis transformam a paisagem da urbes

“Um cidadão muito farrista mas casado, procurava por meios e modos enganar a consorte que ficava em casa. Tudo era pretexto para ele se demorar na rua. A hora oficial, os boatos terroristas, o orçamento, o selo da educação e saúde, de tudo isso ele se aproveitava para contar a história comprida a costela.

Quando foi decretada a lotação para os bonds o nosso amigo ficou radiante. Chegou em casa depois da meia noite, de volta da Repartição para o jantar. Tinha feito uma farra do outro mundo.

__Mas isso são horas, Gervásio? Perguntou-lhe a metade com uma cara de front em dia de bombardeio.

E Gervásio encolhido...

__Ai filha. Os bonds...são umas pragas...todos cheios...tu sabes a lotação...esperei que viesse um bond vasio, até agora...E assim mesmo vim no cara dura.

__Ah, é assim?-grunhi a esposa enganada. Pois eu também estou cheia, estou repleta de suas infidelidades! ...Estou até aqui!...(e mostrava a garganta). Esta decretada a lotação também aqui em casa.

Disse que daquela noite em diante, quando o Gervásio entrava tarde, dormia no soalho...

Era a lotação de Madame...Levi”¹⁶⁴

¹⁶³ Folha do Norte, 02 de fevereiro de 1926. . Na polícia e nas ruas. Fls. 05. Coluna 01. Um gatuno precoce unhado pela polícia.

¹⁶⁴ A Semana. Anno XIV, nº 735. 21 de janeiro de 1933. Levi...andades.

Conquanto postula Soraia Magalhães, a ideia da introdução dos bondes elétricos na Amazônia surgiu vinculada a outros implementos de infra-estrutura urbana, na virada do século XIX para o XX, justificando-se em função da necessidade de promover o crescimento das cidades da região, especialmente durante o processo de comercialização da borracha no mercado internacional, que criou grandes receitas para os poderes públicos locais e carrou recursos para a modernização da infra-estrutura de capitais como Manaus e Belém.¹⁶⁵

Em Belém do Pará, inicialmente, os serviços haviam compreendido os carros de tração animal, sendo estes substituídos pelos vagões elétricos, a partir de 1907, conforme já referido em tópico anterior, pela necessidade de transportar mais pessoas e percorrer maiores distâncias em menor tempo.

Como signo do progresso que chegava à cidade, o bonde - assim como em um primeiro momento ocorrera com a Maria Fumaça – fascinava, pela possibilidade de encurtar as distâncias geográficas e proporcionar outro olhar sobre a paisagem citadina - bem mais acelerado e amplo. Nesse sentido, andar de bonde transcendia a simples vivência do deslocamento pelo espaço, tornando-se uma experiência eminentemente cultural, ao fomentar o contato diário com um número cada vez maior de pessoas, com as quais se poderiam estabelecer novas conexões, construindo-se teias de relações ainda mais complexas na urbe.

Paula Mota esclarece o papel dos transportes públicos na configuração de novas paisagens urbanas, no início do século XX. Ao estudar a história dos transportes públicos da cidade de São Paulo, evidencia de que modo a organização da malha urbana ferroviária e de bondes promoveu profundas mudanças na acessibilidade intraurbana e, com isso, alterações no valor do solo urbano, incrementando a circulação de pessoas e ampliando os negócios imobiliários.¹⁶⁶

Paralelamente, o ato de *andar* de bonde materializava uma das principais características da sociedade de massas: a publicidade dos comportamentos, em contraste com o anonimato dos desejos e sentimentos; daí a constante vigilância exercida sobre a conduta daqueles sujeitos que se utilizavam desse veículo. Ao transitar de bonde pela cidade, o munícipe se expunha aos olhares alheios, ao contato físico (pelo toque involuntário) com

¹⁶⁵ OLIVEIRA, José Aldemir & MAGALHÃES, Soraia Pereira. A circulação na Manaus da belle époque: modernização e exclusão. In: *Mercator - Revista de Geografia da UFC*, ano 02, número 04, 2003

¹⁶⁶ Outro aspecto relevante levantado por Paula Mota é a progressiva diferenciação entre espaços urbanos e espaços suburbanos que se deu com o alargamento das vias de transporte por meio dos bondes, posto que ao atravessar a cidade, o bonde alcançava maiores distâncias, possibilitando um redimensionamento das relações entre áreas antes consideradas longínquas e afastadas dos bairros mais centrais e urbanizados. MOTA, Paulo da Brito. *A cidade de São Paulo: de 1890-1930 – café, imigrantes, ferrovia e indústrias*-. Campinas, PUCSP, 2007. Dissertação de Mestrado. Pp. 91-92.

estranhos, ao respiro de odores não familiares, à audição inevitável de conversas e sonoridades exógenas; enfim, à experimentação de situações do cotidiano da cidade que não havia escolhido ver, ouvir ou sentir.



Imagem: Bonde elétrico percorrendo uma das principais avenidas do centro comercial Belém, no cruzamento da Avenida 15 de Agosto (atual Presidente Vargas) e Rua da Paz, quase em frente ao palce Teathre. **Fonte:** <http://fragmentosdebelem.tumblr.com/page/2>

Nessa perspectiva, o bonde excedia a condição de artefato de tráfego, revelando-se como objeto icônico, que remetia à consolidação de uma representação da Amazônia, como sendo uma região moderna e desenvolvida. Como espaço social, o bonde apresentava variadas funções, na dinâmica de vida dos habitantes de Belém, podendo se tornar lugar propício para a prática do *flirt* ou namoro, para fazer amizades, para se trabalhar e até para se cometerem pequenos delitos.

Compartilhando os espaços citadinos com pedestres, carroças, automóveis e outros instrumentos de locomoção, os bondes se impunham na paisagem belemita, tanto pela dimensão física que apresentavam quanto pelos impactos que causavam nas sensibilidades espaço-temporais dos munícipes.

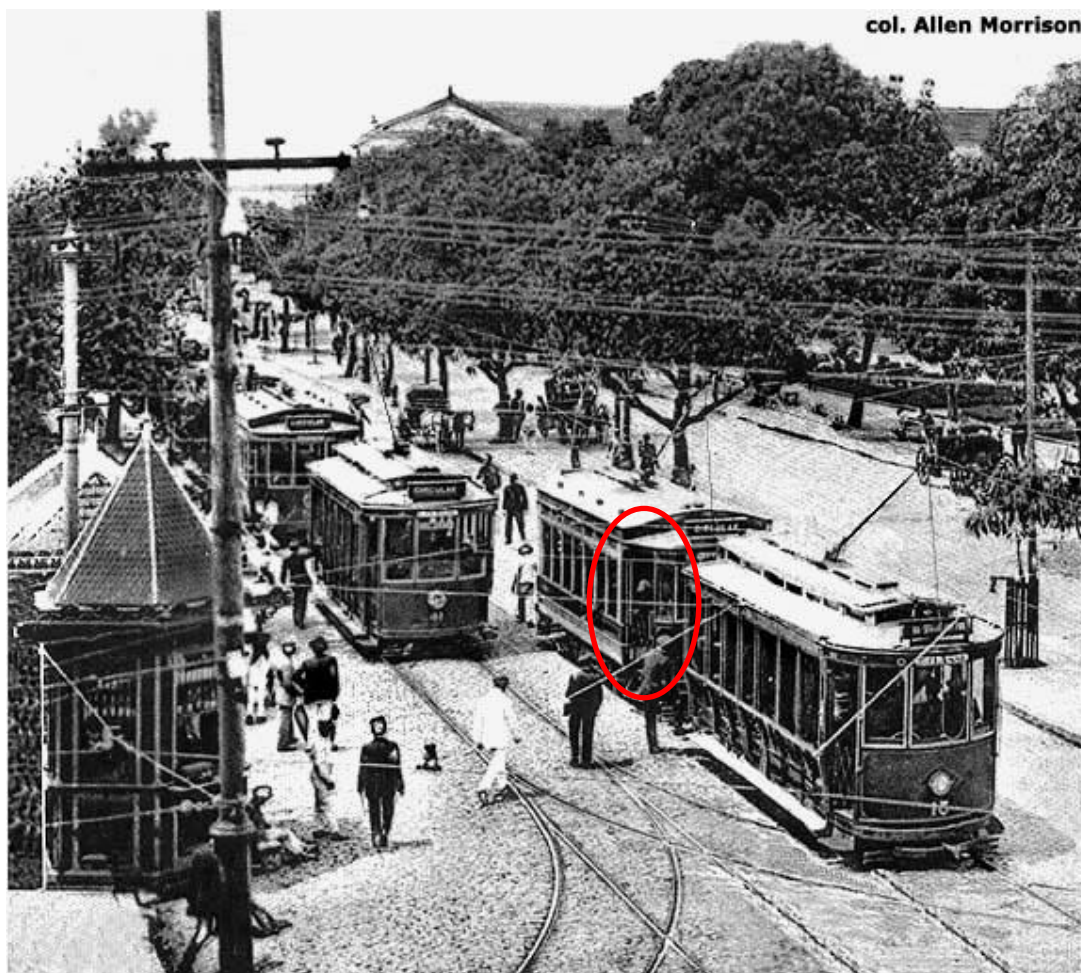


Imagem: Estação Central de Bondes nas imediações do Ver-o-Peso, em frente a Praça do Relógio. Percebe-se a intensidade do movimento de pessoas e de veículos no local. Passageiros, motorneiros, engraxates e vendedores dividem espaço com os trens e com as carroças estacionadas nas proximidades. Cena muito comum no dia a dia de Belém durante os anos 1920. Nota-se as linhas Circular, Pedreira.

Fonte: MORRISON, Allen. *The tramways of Brazil: a 130-year survey*. New York: Bonde Press, 1989.

Ora, o serviço de bondes de Belém envolvia uma multidão de pessoas que precisavam trabalhar dioturnamente para que a cidade estivesse regularmente abastecida por esse meio de transporte. Nos processos por acidente de trabalho, autos criminais de ferimentos por imprudência e notícias de atropelamento, pôde-se mapear algumas das profissões diretamente vinculadas aos transportes coletivos, quais fossem: condutor, motorneiro, cobrador, engraxador de vias, caldeireiro, mecânico, revisor, manobrista, dentre outras funções.¹⁶⁷

Para esses sujeitos, o serviço de bondes lhes propiciava renda e acesso a uma modalidade de trabalho formal, cuja demanda por profissionais era constante e possibilitava

¹⁶⁷ O condutor comandava as partidas, geralmente com um apito. Percorria o veículo, de ponta a ponta, sobre dois estribos laterais, agarrado aos balaústres; cobrava as passagens pré-pagas –ou passes– e as picotava com um perfurador, mas também recebia em espécie. O motorneiro era quem movimentava o bonde, pois acionava o motor, ou seja, era de fato o motorista do veículo.

articular algumas reivindicações que não eram comuns à maioria dos trabalhadores belemitas.

Ainda que subordinados a extensas jornadas de trabalho ou punidos constantemente com multas por atrasos nas corridas, os funcionários do serviço de bondes fornecido pela *Pará Eletric Railways & Cia*, forjaram sua identidade, como munícipes de Belém, a partir da posição que ocupavam como trabalhadores da cidade, responsáveis pela prestação de um serviço de interesse público e muito relevante para a vida cidadina.

Uma notícia veiculada em 02 de maio de 1930, a respeito da greve deflagrada pelo pessoal de tráfego da *Pará Eletric Railways & Cia*, dá conta da dimensão dos problemas enfrentados por esses indivíduos, no exercício de seu trabalho, e o impacto que tais questões exerciam sobre os modos como experimentavam a vida na capital paraense:

“Temos razão de sobra para este movimento ou outros de caráter violento, que este absolutamente não tem nem lhe queremos dar.

Os insultos que recebemos diariamente já vão sem conta; os carros em que trabalhamos estão estragadíssimos, o que nos expõe diariamente a uma desgraça, ameaçando a vida dos transeuntes e abrindo-nos as portas de São José, como criminosos sem querermos: somos obrigados a entregar após o serviço, uma renda diária, superior a importância estipulada pela gerência da companhia.

Isto tudo ainda são as razões menores. Constituem, verdadeiramente, as bases da nossa greve as pretensões seguintes, sem as quais não voltaremos ao trabalho:

1º - aumento de nossas diárias de 5, 6 e 7\$000, para 8, 9 e 10\$000 respectivamente, aos motoneiros e condutores de 1ª, 2ª e 3ª classe; e 300\$000 mensais para os revisores.

2ª – retirada da Liga Neficente dos Empregados da Pará elétric Railways, do recinto da Companhia para ficar sob a direção dos seus associados, designados por eleição.

3º - a extinção do desconto de 1\$000 por quinzena, feito acerca de 2.000 empregados, num total de 4.000\$000 mensais, mais ou menos, e que nos dizem ser para pagar o nosso médico, atualmente o Dr. Amanajás Filho, que temos certeza não recebe por mês essa importância.

4º- o produto das multas que nos são aplicadas sejam revertido em favor dos nossos colegas invalidados no trabalho, conforme reza o contrato da companhia com a municipalidade de Belém.

Como vê a Folha não são descabidos os motivos da nossa greve, que temos a certeza de ser olhada com sympathia pelo povo, que também, isto não se pode negar é muito mal ser vido.”¹⁶⁸

Sem se aprofundar nos aspectos relacionados às formas de organização dos trabalhadores brasileiros, nas décadas de 1920 e 1940,¹⁶⁹ importa reconhecer que assim como outros grupos do período, os funcionários da *companhia de bonde* tinham a percepção clara da importância de sua atividade para o andamento da vida cidadina e do que precisavam fazer para que esse trabalho fosse reconhecido pelos patrões e pelo poder público, obtendo a

¹⁶⁸ Folha do Norte, 02 de maio de 1930. Fls, 02. Movimento Paredista do pessoal do tráfego da Pará-eletric. O serviço de bondes paralisado hontem, pela manhã. Os motivos da greve. As providencias sobre a ocorrência. A solução do caso e o restabelecimento do tráfego comum.

¹⁶⁹ Sobre o cotidiano dos trabalhadores urbanos e as formas de organização operaria construídas na primeira república brasileira, ver: DECCA, Edgar Salvadori de. *O nascimento das fábricas*. 10 ed. São Paulo: Brasiliense, 2005.; DECCA, Maria Auxiliadora Guzo de. *Cotidiano de trabalhadores na República: São Paulo, 1889-1940*. São Paulo: Brasiliense, 1990.; FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social. 1890-1920*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2000.

retribuição financeira e moral que julgavam ser justa.

As razões para a deflagração da greve, descritas no jornal, denunciavam isso, ao mostrar que não apenas aspectos monetários ensejavam a paralisação dos serviços, mas também havia aspectos de fundo, que geravam a insatisfação e a luta por melhores condições de trabalho do pessoal da Cia de Bondes.

Nesse sentido, os insultos constantes, as péssimas condições físicas dos veículos, o risco de serem culpabilizados pelos acidentes em que se envolviam, constituíam elementos importantes, que motivavam esses trabalhadores a assumir determinadas posturas frente o exercício de suas profissões e perante os demais segmentos que habitavam a urbe.

Importante lembrar que, diferentemente de muitos sujeitos ligados ao mercado informal de Belém, os empregados da *Pará Electric Railways* executavam um trabalho especializado e arriscado, o qual exigia certos conhecimentos e preparo para lidar com o maquinário dos carros-vagões e a eletricidade da rede de fios condutores; assumindo assim o risco de sofrer acidentes, os quais, inúmeras vezes, causavam lesões físicas permanentes ou até a morte.

Não obstante, as atividades criadas no interior da companhia de bondes paraense e juridicamente formalizadas, o serviço de transportes gerava outra rede secundária de ocupações que se organizavam com base no tráfego e no fluxo desses veículos. Desse modo, engraxates, jornaleiros, vendedores dos mais diversos objetos e quitutes, pedintes e carregadores tinham no transporte por bondes uma boa fonte de renda e de trabalho.

Nos vagões, podiam se vender os mais diversos produtos, desde jornais e revistas até doces, flores e bilhetes de loteria. Os bondes possibilitavam a esses trabalhadores informais alcançar, em um mesmo espaço, um número considerável de pessoas, as quais poderiam no curso de suas viagens, ficar enfadadas com a paisagem, cansadas com o tempo decorrido, com fome ou com sede, tornando-se consumidores potenciais das bugigangas e novidades que diariamente circulavam pelas ruas.

Por outro lado, engraxates e carregadores se espalhavam nas imediações das principais estações e pontos de parada, à procura de clientes e serviços. Nesses espaços, homens desempregados ou moleques de entrega podiam oferecer seus préstimos a senhoras, que voltavam cheias de sacolas das lojas, mercados e feiras da cidade; engraxates podiam polir os sapatos dos trabalhadores do comércio ou dos jovens *almofadinhas*, que se utilizavam dos vagões, para flertar com as operárias das fábricas situadas no bairro do Reduto e/ou

simplesmente, flunar pela urbe.

Havia ainda, os jornaleiros que, conforme se viu acima, faziam dos vagões dos bondes, locais para o pregão das publicações que vendiam, gerando incômodos em alguns usuários dos transportes coletivos, sem mencionar as contendidas e brigas em que se envolviam nas proximidades das estações e paradas.

Os bondes oportunizavam a circulação de um grande número de pessoas, de variados extratos sociais, pela cidade; e apesar da *The Light & Co* oferecer mais de um modelo de vagão, visando a suprir as diferenças sociais existentes entre seus usuários, na prática, andar de bonde em Belém, nos meados da década de 1920 e 1930, se constituía um desafio à superlotação e uma interessante experiência social.

“**Dois quarteirões.** O bonde só não leva mais gente porque a aglomeração na plataforma e no estribo impede a subida de novos passageiros. O condutor súa, e cobra sem vontade a passagem do pessoal. Eu vou sentado no penúltimo banco, e posso apreciar gostosamente a maior parte dos passageiros. Lá na frente, um velho de óculos dana-se porque o vento não lhe permite virar a página do jornal. Aquela senhora parece ser muito boa pessoa, mas pela sugeira acumulada na sua respectiva nuca, garanto que a há quinze dias, pelo menos, não sabe o que é um banho. Em pé, viajam alguns sujeitos que tanto podem ser bacharéis, como malandros de subúrbio. (Definições: bacharéis são bacharéis mesmo; malandros do subúrbio segundo os granfinos, são os operários). Os sujeitos, porém, não prendem tanto a minha atenção. Mas estas duas mocinhas, bem aqui, sim. Viajam em pé, apesar de haverem vários cavalheiros aparentemente bem educados, que poderiam oferecer seus lugares. As mocinhas são bem bonitas e eu adoro as mulheres. (Deus queira que a Jeny não leia esta crônica). Porém, não é nada conveniente um rapaz como eu, trocar comodidade por mal-estar. Demais a mais estimo os calos que enfeitam meus pés. As moças também podem ter calos, mas que hei de fazer?...Olho, sem maldade, as pernas delas. Convenço-me então, definitivamente, de que as mocinhas podem muito bem viajar em pé. Oh! As mocinhas...”¹⁷⁰

Assim, além das brigas que se forjavam no interior dos coletivos, pode-se verificar a ocorrência de encontros entre munícipes de diferentes origens sociais, jovens e idosos, estudantes, operários e almofadinhas, mocinhas e mulheres, gerando-se inusitadas situações, como aproximações físicas e até *flerts*, namoros ou outras experiências afetivas, que tornavam esse meio de transporte um espaço socialmente relevante na dinâmica citadina.

Muitos relacionamentos iniciados nos itinerários dos bondes não se encerravam ali, extrapolando a esfera do *flertar*, gerando desdobramentos para os enamorados, nem sempre desejados ou esperados por familiares e parentes. Assim, diversos casos de defloramento, fugas, tentativas de suicídio e crimes passionais tiveram seus momentos embrionários nos bancos dos veículos, durante os trajetos das viagens, sabiamente aproveitados para troca de olhares, bilhetes, sorrisos e até breves conversas.

“O Joaquim quase no canto da Gentil, encontrou-se com sua predileta, que seguia num bonde da

¹⁷⁰ Terra Imatura. Ano I. Nº 05. Belém. Outubro. 1938. Conversa Fiada.

Cremação. Este imediatamente para charadear os seus companheiros de jornada, foi falar com a ‘mocinha’, e esta sem mais preâmbulos pediu que o Joaquim fosse ao Recreio para pagar-lhe uma cerveja. Coitada, até hoje espera o Quincas, que ele há muito desapareceu.”¹⁷¹

“_A cigarreira M. do Largo do Palácio, não obstante ser moradora na Padre Eutiquio, é um perigo. Tem agora uma camaradagem com a colega do Jurunas que é seria demais, e lá se vão saracoteando pelos bondes da Cypriano. Essa amizade....”¹⁷²

Chama a atenção, nesse contexto, a presença de mulheres das camadas populares, operárias, trabalhadoras pobres, vendedoras e costureiras, que se envolviam tanto com homens de mesma condição social quanto com os chamados “almofadinhas”, rapazes oriundos dos segmentos mais refinados da urbe, filhos de comerciantes, profissionais liberais e estudantes, que consoante indiciam os periódicos locais e ocorrências policiais, tinham por prática utilizar-se dos transportes públicos como espaço de diversão e conquista.

“A Rozinha ‘princesa rouge’ da fábrica de cordas, brigava em uma tarde destas, com o namorado em um bonde Circular, por este ter pago a passagem da sua rival, empregada da mesma fábrica.(...)”¹⁷³

O avanço da ciência dos transportes, materializado pela implantação de serviços regulares de trens e bondes na cidade, bem como a incorporação progressiva desses meios de locomoção ao cotidiano dos munícipes, possibilitou que paulatinamente o estranhamento inicial com a nova tecnologia fosse substituído pela familiaridade na sua utilização diária e pela construção de novas sensibilidades em relação ao artefato, a ponto de superar-se o mero uso funcional desses veículos.

Sob essa ótica, pode-se afirmar que os bondes belemitas extrapolaram sua função primária, tornando-se territórios sociais, no interior dos quais foram articuladas práticas de vida e trabalho, definidas certas regras de convivência e entretecidos determinados comportamentos sociais.

Mas não só desses significados se pautou a presença dos bondes na urbe belemita, entre 1918 e 1939. Inúmeras outras questões relacionadas às dificuldades técnicas para se implantar o serviço, aos problemas de tráfego em uma cidade que se expandia por ruas encharcadas, cheias de lama, e aos constantes acidentes envolvendo automóveis, bondes e carroças permearam a instalação e a consolidação do sistema de transportes públicos em Belém no período pesquisado.

¹⁷¹ A Pirralha. Belém, domingo, 04 de maio de 1930.

¹⁷² A Pirralha. Belém, domingo, 04 de maio de 1930.

¹⁷³ A Pirralha. Belém, domingo, 04 de maio de 1930.

Os desafios enfrentados pela *Pará Elteric Railway* iam desde a necessidade de adequar os espaços da cidade para a fixação dos trilhos e distribuição da rede de cabos de energia até a questão operacional, pois uma vez que dependiam do fornecimento elétrico, os veículos careciam de constante manutenção da via férrea, incluindo o reparo nos trilhos que quando desalinhados geravam a paralisação das viagens.

A esses problemas somavam-se a difícil relação mantida com os usuários dos serviços e a tensa coexistência dos bondes com outros veículos que circulavam pelas vias urbanas. Assim, altos índices de acidentes provocados pela velocidade dos carros de viação, choques com pessoas, carroças e com automóveis passaram a caracterizar o tráfego citadino e a delinear a presença do bonde no espaço urbano.

“O auto caminhão n 22, deu ontem um “trépa” valente no bonde n 68, da linha Cremação. Seriam 8 horas da manhã quando se achava ele parado em frente á perfumaria Lusitana, a carregar caixas com mercadorias daquela casa.

Para dar passagem a um bonde que subia, o caminhão teve que sair da linha, mas ao ser feita essa manobra, o caminhão foi de encontro, a toda força, a frontespício do bonde, que se achava parado, cheio de passageiros, em frente ao pavilhão ali situado. A roda traseira do auto alcançou a chapa da frente do bonde, arrancando-a totalmente, danificando-lhe o farol e as vidraças.

O caminhão era guiado pelo “Choufeur”, Raymundo Nascimento Freitas, e pertence á firma A M. Pereira. O bonde era guiado pelo motorneiro n 317.

O fato foi presenciado pelo sr. Valeriano Collares, empregado no comando geral da F/P, pelo cabo Paulo Gomes da Silva Barbosa do G/M, o guarda civil n 77, que culpam o “chaufeur” de imprudente.”¹⁷⁴

Ferimentos leves, aleijamentos e mortes faziam parte da rotina daqueles munícipes, que se utilizavam dos transportes públicos ou que em virtude de circunstancias diversas, transitavam com maior intensidade pelas vias públicas, inserindo-se diariamente na dinâmica do tráfego urbano.

“No hospital da Santa Casa, onde se achava recolhido, faleceu a madrugada de ontem, o menor Firmino Francisco dos Santos, vitima de um desastre de bonde, domingo ultimo, fato ocorrido á avenida Cypriano Santos.

O inditoso menor, que foi colhido pelo reboque do bonde que pretendia tomar, sofreu fratura da perna esquerda e teve o pé direito esmagado.

Pela manhã, foi o cadáver transportado para o necrotério, realizando-se o enterro á tarde.

Firmino era paraense, branco, de 15 anos de idade e residia á avenida São Jeronimo, n 102.”¹⁷⁵

A ausência de sinalização das vias, de legislação regulamentadora das profissões ligadas à condução dos veículos ou de normas específicas de punição para crimes ligados ao trânsito, além do pouco conhecimento das regras elementares de mecânica, propiciavam a construção de uma territorialidade nas ruas da cidade, pautada por tensões, acidentes violentos e insegurança para pedestres e transeuntes.

¹⁷⁴ Folha do Norte. 28 de fevereiro de 1926. Fls. 03. Na Polícia e nas ruas. Colisão de Veículos.

¹⁷⁵ Folha do Norte. 10 de fevereiro de 1926. Fls. 03. Col. 02.

As ruas de Belém se tornam espaços de conflitos entre pessoas e máquinas, bem como entre os próprios veículos, que procuram firmar diariamente suas esferas de poder e de participação na construção da dinâmica urbana. Nesse sentido, não se trata apenas de demarcar o lugar que competia aos carros, aos bondes ou às carroças na organização espacial e geográfica da cidade, mas de instituir o papel que a tecnologia automobilística ocuparia na consolidação de um modelo de desenvolvimento urbano pautado na racionalização e na aceleração do tempo.

As formas como os munícipes dialogavam com as exigências que se faziam por certos padrões de comportamento, modos de expressão e de conduta durante a utilização dos veículos de transporte coletivo urbano originavam polêmicas cotidianas, nas quais se enredavam condutores, passageiros e cobradores.

Brigas causadas pela descortesia de condutores ou passageiros e discussões motivadas por reclamações contra o ato de cuspir no chão dos vagões ou de carregar grandes volumes (muitas vezes, de alimentos), no interior dos elétricos, faziam parte das demandas que geravam polêmicas no dia - a - dia de quem utilizava os bondes da cidade.

“O guarda civil n.82, apresentou hontem, às 17h45, á permanência da central de polícia, Felix Antonio Rocque, comerciário, residente á travessa Frei Gil de Villa Nova, n.241, e Raymundo Moraes da Silva, conductor n.212, de serviço em um bonde da linha do Marco. ***Por motivos fúteis, Felix agrediu o conductor no interior do aludido bonde, em frente ao cinema Olympia***, na praça da República.”¹⁷⁶ (grifo nosso)

Longe da imagem ideal, apregoadá pelas autoridades, os percursos de bonde eram cercados de tensões implícitas e explícitas, geradas em razão de olhares lançados, piadas feitas ou até furtos ocasionais, que faziam das viagens experiências significativas de viver na cidade.

“Queixa: João Farestino da Silva, residente á Av. 1 de Dezembro, 56 (Canudos), queixou-se contra o condutor do Pará Eletric n 1, conhecido por Bispo, o qual na noite de 12 corrente, reunido a outros companheiros agrediu o queixoso a cacetada produzindo-lhe um ferimento na cabeça, a exame de corpo de delito.”¹⁷⁷

À parte esses aspectos, assinalava-se nas décadas de 1920 e 1930, a insuficiência de linhas que pudessem atender à demanda dos moradores dos pontos mais distanciados do centro comercial da cidade.

De fato, desde 1907, o município era servido por 10 linhas regulares, basicamente

¹⁷⁶ Folha do Norte. 08 de janeiro de 1939. Fls. 02. Agrediu o conductor

¹⁷⁷ Boletins de Ocorrência. Volume 349-C. Belém, 19 de maio de 1923.

acrescentaram-se mais duas linhas: a da Pedreira, bairro em expansão, habitado por grande número de operários, empregados de casas comerciais ligadas à venda de materiais de construção, madeiras, olarias e trabalhadores das pedreiras que existiam no bairro; e ainda, a da Cremação, área densamente ocupada, a partir da primeira década do século XX, especialmente por pequenos empregados dos poderes públicos e setores médios empobrecidos pelo declínio dos negócios gomíferos; e finalmente a linha do Jurunas, que apresenta uma das menos extensas.¹⁷⁸

Nos anos 1930, as condições dos serviços de bondes, na cidade de Belém, não melhoraram muito das acima descritas, constatando-se a existência de veículos depauperados pelo uso e pelo tempo, constantes acidentes envolvendo os mais distintos grupos de munícipes, furtos de objetos durante os percursos das viagens, atrasos de horário e confusões que geravam até agressões físicas. Portanto, o dia-a-dia daqueles que utilizavam essa modalidade de transporte se caracterizava pela instabilidade do serviço e pela periculosidade do ambiente.

“Em menos de um mês, tem-se registrado três casos, a fora que não chegam ao conhecimento da imprensa, de os bondes largarem os pedaços nas mãos dos passageiros, quando vão neles embarcar.

O primeiro ocorreu com o Sr. Rosemiro Oliveira, estabelecido com alfaiataria á rua Dr. Assis, que caiu agarrado a vara do balaústre, e saindo ferido foi á policia, ficando á espera até hoje, que lhe façam o respectivo corpo de delito; o segundo foi o sr. Alexandre Trindade, que se desprende do bonde com outra vara na mão, e se não tivesse as pernas valentes, teria caído; antes ontem ás 6h55 da tarde, foi um passageiro do bonde, n 30, da linha Circular, que ao saltar desse veículo, também ficou com a vara, ferragem e outros pedaços na mão e durante alguns segundos dançou um tango argentino, até se apoiar nas pernas.

Ontem raro eramos bondes, até mesmo os pintados a periquito, em que não chovia dentro, como na rua, e que não tinha os bancos completamente alagados. Os passageiros iam mesmo a pé, dentro dos veículos.”¹⁷⁹

“Á tarde de hontem quando sobre a cidade desabou torrencial chuva, cervia na linha circular o bonde n.8, chapa 53, que parecia ter por cobertura um paneiro

Não houve passageiro que não ficasse de pé tendo alguns deles feito uso do guarda-chuva para se livrar do medonho aguaceiro. Disseram-nos que tudo aquillo era consequência, única e exclusiva do pessoal da officina que dando mostras de pouca conta suas obrigações, em vez de trabalharem no reparo ..”¹⁸⁰ (grifo nosso)

Curiosamente, apesar de todos os problemas e das crescentes subvenções do governo para a importação de automóveis, ônibus e gasolina para o Estado; os elétricos continuaram como o principal meio de transporte utilizado pelos trabalhadores pobres da urbe, constituindo-se importante elemento de seu cotidiano. Ora vistos com ar de fantasmagoria e

¹⁷⁸ LIMA, Alexandre Martins de. *Op. Cit.*

¹⁷⁹ Folha do Norte. 14 de Fevereiro de 1926. Folha 5 coluna 01 e 02 Na policia e nas ruas. Os bondes velhos a largar os pedaços e a encharcar os passageiros.

¹⁸⁰ Folha do Norte. 25 de Janeiro de 1939. Na Polícia e nas Ruas.

retratados como ameaças; ora utilizados como espaço para o trabalho e símbolos de modernidade, os bondes de Belém inequivocamente foram incorporados à dinâmica de vida e de sobrevivência desses sujeitos históricos.

Os automóveis, assim como os bondes, contribuíram para as mudanças que se processaram, na paisagem citadina, ao longo das décadas de 1920 e 1930. Nessa perspectiva, a circulação crescente de automóveis pela urbe mudou a concepção do uso das ruas e das vias públicas, as quais deixaram de ser espaços exclusivos para tráfego de pessoas e se tornaram também trilhas privilegiadas para o transporte de cargas e bens.

Diferentemente do que ocorria com os bondes, o automóvel destinava-se ao transporte de um número bem reduzido de passageiros, os quais geralmente se conheciam por terem vínculos específicos entre si, que poderiam ser de parentesco, amizade ou trabalho. Paralelamente, não era somente um meio de transporte, mas um bem social e patrimonial que trazia certo status para aqueles que podiam utilizá-lo.

“Desciam, hontem, pela manhã, em seu automóvel, o Dr. Chaves Netto, conhecido advogado em nosso fôro, quando ao chegar o veículo em frente à vacaria Camaleão, à avenida da Independência, se chocou violentamente com o auto nº165, guiado pelo chauffeur João Pereira Valente, que levava o carro em grande velocidade.

Resultou o carro do Dr. Chaves ficar seriamente avariado.

Foi então o imprudente chauffeur conduzido para a polícia, aonde o aludido advogado apresentou queixa sobre o caso.

O chauffeur ficou detido a ordem do 1º Prefeito.”¹⁸¹

Percebe-se que andavam de automóvel principalmente aqueles munícipes pertencentes às camadas mais abastadas da urbe, homens e mulheres de famílias conhecidas e de condição econômica remediada, que possuíam condições financeiras de arcar com o custo da compra do veículo ou do aluguel dos carros de passeio. A exemplo do ilustre Dr. Chaves Netto, advogado conhecido nos círculos da alta sociedade paraense, que dirigia carro próprio quando foi atingido pelo chauffeur de outro automóvel.

¹⁸¹ Folha do Norte. 01 de maio de 1930. Fls. 04. Colisão de autos – continuam as disparadas.



Imagem: Auto Garage Buisson, de propriedade do Sr. Raoul Buisson & Cia; situada a Rua da Industria, nº 79, no bairro do Comércio. **Fonte:** Guia Ilustrado do Pará. 1910

Em virtude dos custos envolvidos na manutenção e dos próprios preços de venda praticados no mercado após os primeiros anos da chegada dos automóveis a Belém, esses artefatos só eram usados em momentos bastante específicos do cotidiano dos munícipes, consoante ilustra o texto da propaganda publicada pela Garagem Buisson & Cia no Guia Ilustrado do Pará, em 1910.

— 89 —

Auto-Garage Buisson

A MAIS IMPORTANTE
A PRIMEIRA CASA DO NORTE DO BRASIL

Raoul BUISSON & C^a

79 — Rua da Industria — 79

End. Telegr.: BUISSON **PARÁ** Telephone: 189

Voiturette para médicos desde 3.500 \$.

Carros automoveis com carroserie, double-phaeton, entrada lateral de 5 lugares, motor de 4 cylindros, inflamação por Magneto, posto no Pará. 4.800 \$.

Carros automoveis especiais para transporte, construidos para as estradas do Acre, Jurul, etc., para condução de borracha e de outras mercadorias, e lanchas automoveis, navegando com 0,20 % de agua, para reboques, carga e recreio.

Agencia geral das mais famosas marcas de mundo:

PEUGEOT: Automoveis e Lanchas
MICHELIN: Pneumaticos

Vendem-se peças sobressalentes. Acessorios pneumaticos, Gasolina, Oleo, etc.
Exce. antes Garage e estaleiros para lanchas

OS SEM COMPETENCIA

ALUGAM-SE AUTOMOVEIS

PREÇO: Hora: 15 \$; Corrida: 5 \$

Carros de grande luxo para casamentos e baptizados. Oficina especial para fazer qualquer obra de mecânica fina. E a unica officina mechanica montada especialmente para as reparações de motores a gasolina, kerosene, vapor e electricidade, proprios para carros e lanchas-automoveis, dirigida pelo socio gerente **Raoul Buisson**, que tem 16 annos de pratica na Europa, e administração tecnica a cargo do conhecido e habilissimo mechanico italiano **Antonio Ascari**, o unico especialista que se encontra n'esta capital.

Imagem: propaganda publicada pela Garagem Buisson & Cia. **Fonte:** Guia Ilustrado do Pará. 1910.p.89

Associados ao avanço tecnológico e ao conforto proporcionado pela vida moderna, os automóveis progressivamente tomaram conta da paisagem das ruas belemitas, disputando espaço com bondes, pessoas e carroças, o que também gerava conflitos e tensões cotidianas.

“Pedro Duarte, residente à travessa Cypriano Santos, 93, comunicou que indo guiando o seu automóvel, nº 70, pela avenida acima, esquina da antiga 22 de Junho, acontece que justamente ali, surgiu em frente do auto um indivíduo que só o conhece de vista, o qual, devido o estado de embriaguez em que se encontrava, embora o comunicante tudo fizesse para evitar tal facto, foi apanhado pelo para-lama, caindo e recebendo na queda ligeiro ferimento na cabeça. O comunicante conduziu o ferido à Pharmacia Independência, onde lhe foi ministrados curativos – isto às 16 horas.”¹⁸²

Desastres desencadeados pelo excesso de velocidade empregada pelos chauffeurs em relação à pouca agilidade dos pedestres para atravessar ruas ou perceber a aproximação dos veículos,¹⁸³ somavam-se a acidentes provocados pela falta de atenção dos transeuntes, pela lentidão de idosos ou bêbados, que perambulavam pelas vias públicas, além dos casos motivados pelo pouco conhecimento que os chauffeurs possuíam dos aspectos mecânicos do artefato.

“Mais um lamentável desastre, devido a imperícia e imprudência de um chauffeur, temos hoje a registrar

As 10 horas e 20 minutos da noite de hontem, o sr. Manoel Vianna, empregado do River Plate Bank, viajava num bonde da linha do Souza, em direção ao Sport Club, apeando-se no ponto de parada que fica em frente aquela sociedade.

Ao atravessar a avenida Nazaré para entrar no *sport*, foi aquele moço apanhado inopinadamente por um automóvel, que em vertiginosa carreira, seguia da Praça da República para o Largo de São Braz.

Atirando-o violentamente ao solo, o auto passou por cima do corpo da vitima, ao tempo em que o chauffeur, percebendo o desastre que causara, imprimiu maior força ao veículo, de modo que foi impossível reconhece-lo.

O sr. Vianna, sem sentidos, foi socorrido por vários amigos seus que se achavam no Sport Club, entre eles os srs. José Maria Macdowell, Guilha La Rocque e Henrique Dumont, os quais trataram de conduzir a vitima para a Pharmacia Moderna, que demora perto do local do desastre, onde lhe foram prestados os primeiros curativos.

Avisado da Lamentável ocorrência o sr. Ataxerxes Lemos, cunhado da vitima, em sua residência, à avenida Generalissimo Deodoro, compareceu imediatamente aquela Pharmácia, aonde foi chamado o Dr. Orlando Lima que constatou varias contusões no corpo da vitima, declarando não inspirar cuidado seu estado.

O sr. Manoel Vianna que conta com 22 anos de idade e é filho do extinto sr. Henrique Vianna, foi transportado para a residência do Sr. Ataxerxes Lemos, onde continua em tratamento.”¹⁸⁴

Partícipe de um ilustre círculo de amizades, devidamente listadas pela reportagem que noticiou o seu atropelamento, o Sr. Manoel Vianna, ao que tudo indica, foi apanhado por um

¹⁸² Boletins de Ocorrências. 12 de Agosto De 1928. Ocorrência.

¹⁸³ “O Automóvel nº 161, em que viajava o bacharel Zé Marocas, por um triz, que não apanhou hontem, as 3 e ½ horas da tarde, à avenida Nazareth, entre as travessas Ruy Barbosa e Benjamim Constant uma velhota de nome Francisca, creada de um Sr. Cunha, residente à estrada de São Braz.” Folha do Norte. Belém, 24 de agosto de 1920. Fls. 04. O ‘pavoroso’ do Zezé.

¹⁸⁴ Folha do Norte. 24 de fevereiro de 1915. Fls. 02. As Victimias dos automóveis. Um empregado do River Plate Bank apanhado por um auto. O chauffeur põe-se em fuga. O estado da victima.

automóvel em razão de dois aspectos, a saber: primeiramente porque saltou do bonde e não percebeu a aproximação do veículo; e em segundo lugar, porque o próprio automóvel estava sendo conduzido em alta velocidade, prática comum entre os *chauffeurs* de Belém e que representava perigo constante para os transeuntes não acostumados com essas novas temporalidades da vida urbana.

“(…) Hontem, por volta das 3 ½ horas da tarde, o auto 28 dessa garagem (Napier), descia com tamanha rapidez pela rua Aristides Lobo, em direção á Praça Saldanha Marinho, que, ao chegar em frente à Casa Baliza, foi sobre uma carrocinha ali estacionada, atirando-a de encontro ao passeio, partindo os dez garrafões que transportava, todos eles cheios de cachaça, pertencente ao sr. Antonio da Costa Junior, que estima o prejuízo em 150\$000.

Pouco depois, o mesmo auto, ao fazer a curva da avenida 15 de Agosto para a rua Paes de Carvalho, apanhou dona Margarida Magurelli, esposa do sr. Pascoal Bonnadia, que atravessava a rua naquele momento, atirando-a ao solo com sérias contusões pelo corpo.

A vitima foi levada, em automóvel, a polícia, onde o médico legista dr. Renato Chaves procedeu ao corpo de delito, recolhendo-se em seguida à sua residência, a avenida Serzedello Corrêa.

O chauffeur, cujo nome se ignora, fez todas essas brilhaturas e nem sequer parou para procurar socorrer a senhora, prosseguindo na mesma disparada em que vinha. Os dois fatos foram comunicados á polícia.”¹⁸⁵

A velocidade do deslocamento dos automóveis (mais leves e com maior aceleração do que os bondes), a ousadia de seus condutores (que não costumavam parar e prestar socorro a eventuais vítimas de atropelamentos) e a aparente banalização dos acidentes no cotidiano da cidade, parecem ter assustado os articulistas dos jornais belemitas; indiciando que talvez as relações entre pedestres e automóveis tenham se instituído, por um certo período, a partir de sentimentos de medo e vulnerabilidade.

Sob outro ângulo de análise, essa relação tensa e conflituosa estabelecida entre carros e transeuntes expõe a própria ruptura com o modo de vida citadino que existia antes da introdução dos carros e dos bondes, em que os ritmos e os tempos da cidade correspondiam às temporalidades sensoriais dos seus habitantes, respeitando-se as sensibilizações do espaço e do movimento de trânsito humano pela urbe. Com a difusão do uso do carro de passeio (automóvel) como meio de locomoção na cidade, as pessoas passam a ter suas formas de circulação pela urbe ditadas pelos tempos das máquinas e não mais pelos ritmos individuais e pessoais de movimentação.

Pedro Lopes da Silva, residente á rua Domingos Marreiros, n.140, queixou-se a polícia contra o Chauffeur do automóvel n.190P, por ter colidido este seu vehiculo com um carrinho de vísceras, de propriedade do queixoso, avariando-o, bem assim uma balança que o mesmo conduzia. O facto ocorreu á travessa 22 de Junho.¹⁸⁶

¹⁸⁵ Folha do Norte. 26 de março de 1915. Fls. 03. Os automóveis da Napier. Celebram-se. O auto 28 vai sobre uma carrocinha, parte-lhe dez garrafões de cachaça e pouco depois atropela uma senhora.

¹⁸⁶ Folha do Norte. 07 de janeiro de 1939. Queixou-se contra o “Chauffeur”.

Nesse processo, muitos trabalhadores urbanos que faziam das ruas seus espaços de trabalho e de sociabilidade sentiram o impacto dessas mudanças, na medida em que se viram obrigados a mudar a forma de se comportar e de se deslocar pelas vias públicas.

Assim, passam a ter que se preocupar em andar exclusivamente pelas calçadas, evitando o meio fio das ruas, a se deslocar rápido e com atenção no movimento do trânsito de veículos, e a ter cuidado com utensílios, ferramentas e outros instrumentos de trabalho, que tornavam-se alvos corriqueiros dos desastres envolvendo automóveis.



Imagem: Harriet Platt e seu automóvel, com o qual percorria a cidade de Belém e seus arredores, Durante suas estadias na capital paraense, entre 1922 e 1927.

Fonte: <http://collections.lib.uwm.edu/cdm/ref/collection/>

Essa nova dinâmica urbana, pautada no movimento e no deslocamento contínuo de pessoas, imagens e objetos, aliada à introdução de outras novidades tecnológicas no cenário citadino, impôs a articulação de novas posturas e comportamentos, por parte dos munícipes, frente às transformações que se processavam. Fenômeno que, como visto, não aconteceu alheio a tensões e a conflitos diários.

1.3.3 Cinemas; teatros e cafés na capital irradiante.

O conhecimento de certos itinerários da sociabilidade belenense no período pesquisado, possibilita compreender como se constituíam algumas formas de expressão simbólica da modernidade na região. O entendimento dos sentidos que algumas práticas de lazer e diversão assumiam, no contexto da vida urbana parauara, permite captar um pouco das ações cotidianas que os diferentes sujeitos históricos entreteceram, com vistas a firmar

suas identidades sociais e a demarcar seus espaços na urbe.

Nesse movimento, ir ao cinema, frequentar cafés, confeitarias ou ir a espetáculos nos teatros, bem como circular pelas praças e calçadas do centro comercial da cidade eram práticas apreciadas por membros das camadas endinheiradas e também pelos segmentos populares.



Imagens: duas propagandas de sessões cinematográficas. A primeira, datada de 1919, corresponde a divulgação das soirées do *Cinema Olympia*, considerado o mais requintado da cidade, frequentado pela elite local e por segmentos remediados da urbe. A segunda imagem diz respeito ao anúncio da programação do *Cine Poeira*, localizado na Praça Justo Chermont, em outubro de 1950, destacando os preços dos populares dos ingressos. Essa sala de cinema era tida como uma das mais baratas e frequentadas pelas camadas sociais mais pobres da urbe e já existia desde o final da década de 1920.

Fontes: Folha do Norte. Outubro, 1919. & Folha do Norte. Outubro, 1950.

Observe-se que, de acordo com as fontes de pesquisa, especialmente jornais e revistas literárias, a presença de transeuntes nos largos, praças e *boulevards* localizados nos bairros mais urbanizados da capital, tais como Batista Campos, Comércio e Cidade Velha, não se dava aleatoriamente, mas respeitava certas temporalidades.

“Raimundo Cunha, residente á estrada de São Brás, e Gerson Alcantara residente á rua dos Apinagés, n 18, queixaram-se que ontem **as 22 horas**, achavam-se no hotel “Lisbonense” ao *Largo de Sant’Ana*, jantaram em companhia de vários amigos quando ali entraram 5 praças do segundo batalhão de caçadores, os quais agrediram inapropriadamente os queixosos saindo Raimundo ferido na frente e Gerson com escolioses pelo corpo. Os praças quebraram várias

cadeiras brancas e copos pertencentes aquele hotel, os agressores evadiram-se deixando um capote e um Kepe, tendo aquele o numero 22 e as iniciais C. M. M.”.¹⁸⁷

Nesse sentido, os fins de tarde e as manhãs dos finais de semana eram os horários preferidos pelas camadas mais endinheiradas para passear e serem vistas; enquanto a noite e as madrugadas ficavam implicitamente reservadas para o trânsito das chamadas *classes perigosas*, boêmios, ébrios, meretrizes e toda sorte de indivíduos dados a comportamentos considerados indesejáveis no contexto da cidade moderna.¹⁸⁸

“A polícia deteve às 04 horas da madrugada de hoje, Francisco de Souza Monteiro, cearense, pardo, de 20 annos de idade, solteiro, sem profissão, nem residência e Acelyno de Leão, paraense, preto, de 19 annos de idade, solteiro, estivador, residente á rua João Balby nº 35. Foram presos na praça da Bandeira, quando promoviam desordem naquele logradouro.”¹⁸⁹

Detendo-se na observação dos espaços e dos circuitos de lazer construídos durante o dia, fins de tarde e início de noite, fica evidente que se tratava de momentos nos quais era possível partilhar percepções da urbe, projetar imagens de si mesmo(a), firmar valores e ter contato com diferentes experiências de viver a cidade.

No bojo das transformações culturais e processos de urbanização, determinados territórios da capital paraense passaram a ser mais ou menos valorizados, mais ou menos visitados e desejados, tornando-se espaços propícios para a circulação pública e para o lazer coletivo.

“Um lindo aspecto do *Boulevard* Commandante Catilho, cujas obras foram iniciadas pelo ex-intendente comendador Antonio Faciola e concluídas pelo atual prefeito padre Dr. Leandro Pinheiro. É o novo ponto para o “footing”, para a alegria e para o ‘flirt’...”¹⁹⁰

Através dos contatos, dos encontros e das conversas mantidas nesses ambientes, expunham-se as diversas visualidades da urbe, realçando discursos que apontavam a elegância e a civilidade como sendo marcas inequívocas da urbanidade moderna.

Por meio da publicidade citadina, dos noticiários e das revistas de mundanismo, difundiu-se um estilo de vida que apregoava a felicidade e a realização plena dos desejos de consumo como sentimentos indissociáveis do viver urbano. Grandes avenidas (*Boulevards*) com seus calçadões, remanescentes dos tempos da *hérbea* brasilienses, terraços de hotéis na área central, padarias refinadas, salas de cinema e teatro, tornam-se então *locus* para desfilar-

¹⁸⁷ Boletins de Ocorrência. Volume, 349-C. Belém, 19 de maio de 1923.

¹⁸⁸ “Themistocles Ferreira de Sousa, soldado do exercito, **que promoveu, ante-hontem, de madrugada, desordem no Boulevard Castilho França**, conforme noticiamos foi expulso hontem da corporação a que pertencia, o 26º B C, sendo apresentado em officio, á policia, que o recolheu a cadeia de São José.” Folha do Norte, 06 de janeiro de 1939. Fls.02. Promoveu desordem e foi expulso de sua corporação.

¹⁸⁹ Folha do Norte. 10 de janeiro de 1939. O dia policial. Desordeiros da madrugada

¹⁹⁰ A semana. Ano XIII. 21 de novrmbro de 1931. A cidade moça.

se a última moda, para inteirar-se das novidades de consumo, para expressar um estilo de vida urbano e principalmente cheio de contentamento e felicidade.¹⁹¹



Imagem: Na saída do Olympia 1. **Fonte:** Guajarina, 27 de novembro de 1920. Ano II. Nº 21.



Foto: Na praça da República 1. **Fonte:** Guajarina, 27 de novembro de 1920. Ano II. Nº 21.

Pelos citados territórios, transitavam estudantes secundaristas e universitários, literatos, boêmios, comerciantes conhecidos na capital, acompanhados de suas esposas ou mesmo de suas amantes; senhoritas pertencentes a famílias abastadas, além de advogados, médicos, professores e funcionários públicos que gozavam de algum prestígio social na urbe.

“O ‘chá das cinco’, no espelhado recinto da Confeitaria Central vai se tornando numa nota obrigatória de elegância e bom gosto à aristocracia da cidade.

Diariamente as nossas gentis compatriotas ao avizinhar do crepúsculo correm ao elegante estabelecimento para satisfazer o suavíssimo tributo da vaidade e da graça, enquanto os nossos elegantes e almofadinhas, lá estão firmes para os torneios mudos dos olhares, dos sorrisos e dos cumprimentos, às vezes precursores de ‘flirts’ deliciosamente tentadores.”¹⁹²

Nesses espaços, também podiam ser encontrados imigrantes e paraenses pobres, que, por diferentes motivos, andavam de um lado para o outro da cidade. Vendedores ambulantes, carroceiros, meretrizes, lavadeiras, malandros; gatunos e crianças de famílias trabalhadoras. Desempenhando seus ofícios profissionais ou simplesmente andarilhando pelas vias públicas,

¹⁹¹ MARTINS JUNIOR, Ruy Jorge Moraes. *Visto, logo existo: moda, sociabilidade feminina e consumo em Belém, no limiar do século XX*. Belém: UFPA, 2010. Dissertação de Mestrado (Mantendo as aparências em tempo de crise). pp. 109-118.

¹⁹² Belém Nova. Ano IV. Nº 73. Pará, 30 de agosto de 1927. Belém, civiliza-se.

esses munícipes também ocupavam os espaços urbanizados da cidade e transitavam pelos circuitos de lazer considerados mais civilizados e modernos.

“À tarde de ontem foi preso o individuo Luiz Fernades da Silva, morador á travessa Frutuoso Guimarães, e que apedrejava ás mangueiras do Largo das Mercês.”¹⁹³

Portanto, tais espaços eram territórios que possibilitavam partilhar determinados hábitos de urbanidade, difundir novos comportamentos e concepções de mundo, bem como estabelecer contato com os mais variados tipos de pessoas, algumas delas fascinadas pelas conquistas proporcionadas pela vida moderna e outras que possuíam modos de viver considerados refratários aos discursos civilizatórios do período.

Como redutos de lazer das camadas remediadas da capital, esses ambientes se tornavam locais propícios para se desfilarem glamour e riqueza, reunir convivas e debater política, reafirmando-se determinadas formas de ver e de agir na cidade.



Imagem: Na praça da República. **Fonte:** Guajarina, 27 de novembro de 1920. Ano II. Nº 21.

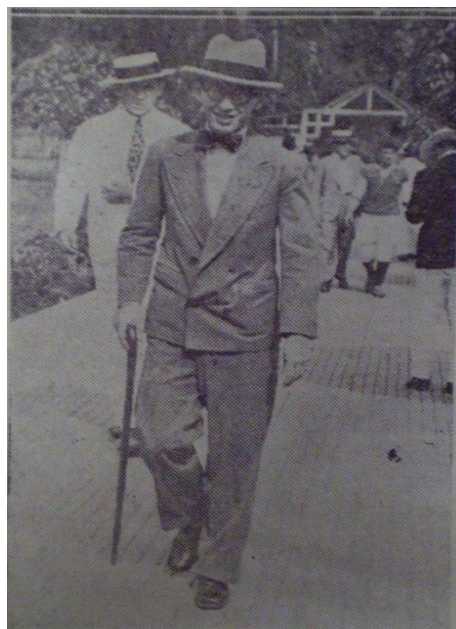


Imagem: TheodoroBrazão & Silva sorridente ao entrar no estádio azulino **Fonte:** Guajarina, 18 de outubro de 1930. Nº 28.

Sob esse prisma, para alguns frequentadores de tais itinerários de sociabilidade burguesa, os quais se definiam como acurados observadores da realidade local, ainda que a região houvesse sentido em parte o impacto da queda dos preços da borracha nativa, o processo de modernização das principais capitais amazônidas se mantinha.

Se não caracterizado pela persistência dos projetos de reforma arquitetônica e espacial

¹⁹³ Folha do Norte. Belém, 17 de fevereiro de 1926. Várias.

das cidades, pelo menos sustentado por constantes descobertas técnicas e tecnológicas que eram introduzidas no cotidiano de vida das populações autóctones, as quais se viram diante de substanciais mudanças em suas relações com o tempo, os espaços e com os seus próprios pares.

Por este viés, tinha-se a crença na continuidade de um processo de modernização que havia se iniciado ainda em fins do século XIX e que assumia novos contornos nas décadas de 1920 e 1930.



Imagem: propaganda da primeira empresa aérea a ter linhas regulares no estado do Pará.

Fonte: Folha do Norte. 1930.

Ao compulsar as folhas dos principais periódicos e revistas literárias que circulavam na região no período estudado, Angela Corrêa discute o lugar social da produção musical paraense na constituição de uma cultura urbana e de modernidade na região. Nesse trabalho, conclui que entre as elites intelectuais e econômicas amazônidas, debatiam-se com certo interesse, as condições de modernidade experimentadas no período; questionando-se o sentido e a dimensão dos avanços tecnológicos, das conquistas materiais e das mudanças políticas

havidas na região.¹⁹⁴

Nesse tocante, se oscilava entre a ideia de modernidade e a de decadência, entre o sentimento de melancolia pelas décadas precedentes e o fascínio pelos novos ritmos, odores e formas de se comportar do período.

Para alguns, o que se tinha era um prolongamento da modernidade da *Belle époque*, um aprofundamento das transformações iniciadas ainda em meados da segunda metade do século XIX; daí que a modernidade dos anos 1920 e 1930 era considerada apenas uma extensão da modernidade de *fin du siècle*.

Para outros, especialmente grupos das elites intelectuais formadas por literatos e profissionais liberais envolvidos com a vida noturna e boêmia parauara, o que se tinha era a afirmação de uma Belém com uma identidade nova, com base em conceitos desvinculados dos hábitos e da estética europeia, dialogando com as criações literárias, arquitetônicas e políticas locais. Conforme debate Ângela Corrêa:

“Decorrido esse período de esplendor, certa nostalgia e algum lirismo em torno do passado da belle époque tomavam posse das almas dos moradores mais “ilustres”. Uma aura poética passou a envolver as lembranças, criando imagens em que buscava estabelecer vínculos com a cidade de outrora. Assim, começava a se estabelecer uma tradição, um prolongamento da modernidade da Belle Époque, uma filiação desta com a modernidade dos anos de 1920 a 1940, presente em fotos, crônicas e memórias.”¹⁹⁵

Considerando-se a totalidade dos fatos observados até o momento, pode-se dizer que, de fato, havia a continuidade de um projeto de modernização da cidade, porém ele não era herdeiro da *belle époque*, mas se construiu sobre seus escombros e no diálogo com os valores do moderno que circulavam em outros estados brasileiros, especialmente Rio de Janeiro e São Paulo, com fulcro em hábitos que se forjavam cada vez mais sob a influência do *american way of life*.

Assim, tem-se uma modernidade peculiar, uma nova tentativa de civilizar a cidade e de racionalizar os comportamentos de seus habitantes; menos pelo viés higienista e médico-social e muito mais pela afirmação de uma cultura de massas que se consolidava, a qual utilizava o arsenal de instrumentos culturais e tecnológicos disponíveis na época, como por exemplo, o cinema, o rádio, o automóvel, dentre outros elementos.

Diferentemente do período áureo extrativista, os grandes ícones da modernidade dos anos 20 e 30 do século XX transcendem a monumentalidade do artefato arquitetônico,

¹⁹⁴ CORREA, Angela Tereza de Oliveira. *História, Cultura e Música em Belém: décadas de 1920 a 1940*. São Paulo: PUC/SP, 2010. Tese de Doutorado em História.

¹⁹⁵ CORREA, Angela Op. Cit. Pp. 18-19

dizendo respeito bem mais à difusão de práticas de sociabilidade, formas de consumo e mobilidade urbana que carregavam em si mesmas, valores ditos modernos, tais como a racionalização dos tempos e movimentos e a hedonização dos comportamentos.

Trata-se de um período efervescente e contraditório, em que se evoca um estado vivencial de multidões, exalta-se o burburinho e o frenesi da circulação nas metrópoles, aclamam-se as aglomerações, as sociabilidades em espaços coletivos, abertos e públicos, ao mesmo tempo em que se experimenta intenso sentimento de solidão, cultuando-se o hedonismo e a busca por individualidade e privacidade, há tempos perdidas.¹⁹⁶

Por outro lado, é uma modernidade que se apresenta, como discurso e prática, permeada por circularidades culturais, nas quais valores classificados como modernos e cosmopolitas coexistem com hábitos regionalistas, práticas de trabalho consideradas arcaicas e modos de viver vinculados a costumes tradicionais locais; muitos deles oriundos dos segmentos mais pobres.

Não obstante, certas práticas introduzidas no cotidiano da cidade e consideradas como essencialmente letradas, passam a ser vivenciadas por grupos de trabalhadores urbanos, os quais se apropriavam desses símbolos de progresso, a partir de seus modos de ver a urbe e vivenciar as experiências culturais de massa.

Nesse sentido, o ato de frequentar as salas de cinema tornou-se algo difundido entre os mais diferentes grupos sociais da urbe belemita; e por isso, tanto membros das camadas abastadas quanto trabalhadores pobres urbanos passaram a ter nessa prática um hábito de lazer.

A disseminação de uma cultura cinematográfica na capital paraense fica evidente na tese de Allan da Silva, que pesquisou o cotidiano das salas de cinema em Belém entre 1939 e 1945.¹⁹⁷ Conforme postula o historiador, o cinema era um espaço social que servia não só

¹⁹⁶ Para PAOLI & ANDRADE, nesse período as relações entre o público e o privado se estabelecem de forma complexa, dicotômica e contraditória. Na medida em que se estimula a ocupação dos espaços públicos, mas exclusivamente para os segmentos sociais considerados civilizados e que não ofereciam riscos potenciais a ordem estabelecida. Enquanto para os mais pobres, se discursa em favor da invisibilidade, de um certo aprisionamento das práticas de sociabilidade nas casas e salões, postulando-se a necessidade de conter as festas, manifestações políticas e expressões dos trabalhadores pobres, que antes desse período eram majoritariamente realizadas em ruas, praças e largos. Por isso, os espaços públicos passam a ser tidos apenas como paisagens, como pano de fundo das circulações e passagens urbanas; 'paisagens alisadas' e sem contradições. Enquanto os espaços privados se tornam os *locus* de segurança e sociabilidade por excelência. Cfe. PAOLI, Maria Célia; DUARTE, Adriano. "São Paulo no plural: espaço público e redes de sociabilidade". In: PORTA, Paula (org.). *História da cidade de São Paulo. Vol. 3: A cidade na primeira metade do século xx, 1890-1954*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.. 72-73

¹⁹⁷ SILVA, Allan Pinheiro da. *Cotidiano e Guerra nos cinemas de Belém (1939-1945)*. São Paulo: PUC, 2007. Dissertação de Mestrado. Mimeo. pp. 27-28.

como evento público, mas também com vários outros propósitos, dentre os quais se destacam: ser veículo de informação e propaganda, especialmente em períodos de tensão política ou de guerra; difundir um modo de vida burguês, materializado pelos modelos humanos que protagonizavam as fitas e tramas; entreter a população local, uniformizando as formas de se divertir na urbe, ao padronizar os espaços de lazer; estabelecer convenções e ritos para que fossem frequentados e, principalmente, ao impor certos valores de mundo para seus telespectadores, mediante o controle dos conteúdos que eram expostos nas salas cinematográficas.

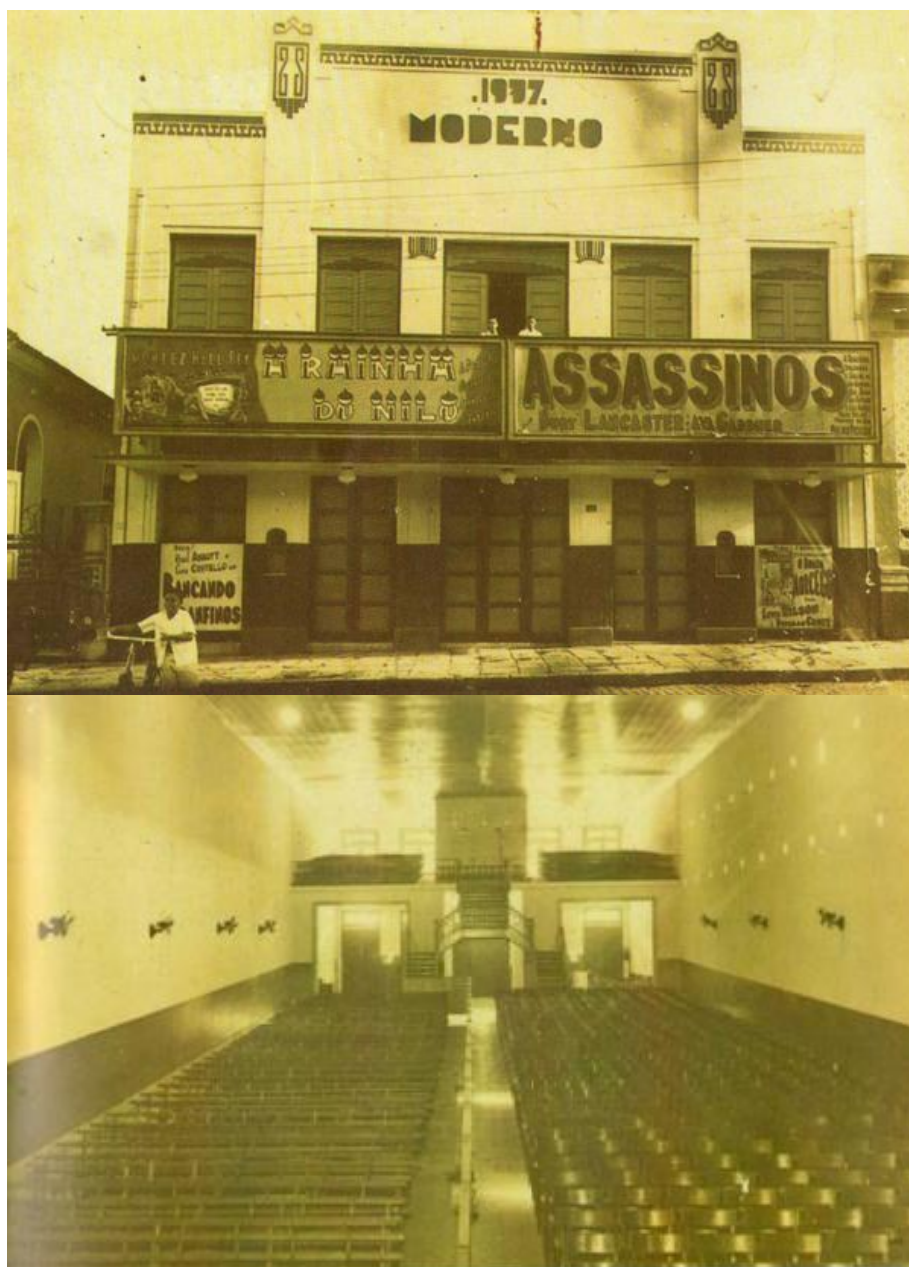


Imagem: Cinema Moderno, Praça D. Justo Chermont, na estrada de São Braz (futura Av. Magalhães Barata) Característica interessante era a divisão do espaço do público em duas alas: a primeira composta por poltronas e a segunda por bancos de madeiras; cujos ingressos tinham diferentes valores. **Fonte:** VERIANO, Pedro. *Cinema no tucupi*. Belém; Ed. CEJUP/SECULT; 1999. & <http://cinematecaparaense.org/cinemas/cinema-moderno>

Observe-se que, nos anos 1920, o principal eixo da indústria cinematográfica, que era a distribuição de filmes, havia passado para o controle dos Estados Unidos, em virtude das perdas econômicas que atingiram a Europa, após a primeira guerra mundial e, por conseguinte, impactaram a produção e circulação das fitas cinematográficas naquele continente.

De qualquer modo, a circulação de filmes, em nível mundial, dependia primeiramente de sua aceitação pelo público em âmbito internacional; o que assegurava interesse das empresas de distribuição nacionais por locar as películas.

Assim, os filmes que circulavam no Brasil e especialmente no Pará, tinham origem na França ou nos Estados Unidos, obedecendo a uma rotina de circuito que vinha do Sul para o Norte do país, sendo por isso comum chegarem a Belém e Manaus, cópias desgastadas, cheias de riscos e sujeitas a interrupções na projeção, por causa dos orifícios laterais da película danificados.¹⁹⁸



Imagem: Sala de espera do Cinema Olympia, 1912. Fonte: GUSMÃO, Luiz Henrique Almeida. Cartografia dos cinemas de Belém. **Fonte:** <http://geocartografiadigital.blogspot.com.br/2014/07/cartografia-dos-cinemas-de-belem.html>.

Mesmo assim, as salas de cinema em Belém atraíam dezenas de pessoas das mais variadas origens sociais; existindo uma pluralidade de espaços para exibição das fitas na

¹⁹⁸ SILVA, Allan Pinheiro da. Op. Cit. p. 29.

capital, os quais, na década de 1930, abrangiam tanto as áreas mais comerciais e centrais da urbe, quanto alguns bairros operários e marginais ao centro financeiro e cultural da cidade. Desse modo, conforme identificou Allan Pinheiro, na iminência da eclosão do II conflito mundial havia 11 (onze) salas de cinema em atividade, sendo algumas nos arrabaldes de Belém.

Eva Carneiro corrobora esse entendimento ao fazer um acurado levantamento das salas de cinema existentes na cidade de Belém ainda durante o interstício de 1920 a 1930. Percebe que nesse período, contradizendo os discursos a respeito da decadência econômica local, os cinemas passaram a ocupar um espaço privilegiado como opção de investimento comercial e de lazer para a população da capital paraense, isso principalmente devido ao aumento do número de salas de exibição.

Dessa feita, identifica 24 salas de exibição de fitas cinematográficas em Belém nos anos 20. Essa oferta poderia ser explicada pela diversidade de públicos que o “cinematógrafo” atraía, os quais, segundo a historiadora, eram formados pelos mais diferentes grupos de munícipes:

“A população interessada era bastante variada. A documentação pesquisada indica a presença de prostitutas, empregadas domésticas, profissionais liberais, coronéis, o que importava a empresa exibidora era a presença de público as sessões. Por conta disso, havia diferentes tipos de salas frequentadas por essa demanda tão diversificada, mas que espacialmente não possuíam grandes discrepâncias.”¹⁹⁹

Na perspectiva apresentada por Eva Carneiro, o que diferencia a oferta dessa espécie de lazer em Belém, nos anos de 1920 e 1930, é a disposição geográfica das salas de exibição, posto que a espacialidade das salas de cinema se expandiu somente na década de 1930, a partir da inauguração de alguns cines, como o *Fuzarca*, criado em 1930, nas proximidades de São Braz e o *Royal*, localizado no bairro operário do Reduto e inaugurado no mesmo ano. Encontrou-se ainda a referência ao Cinema *Sete de Setembro*, cujo prédio nada mais era do que um grande galpão de madeira, com chão de terra e bancos de taboa corrida, localizado na Villa de Val de Cães, área de arrabalde, cujo proprietário solicitou dispensa do pagamento das taxas de funcionamento, em abril de 1931.²⁰⁰

Na verdade, ao comparar a disposição das salas de cinema de Belém nos anos 20 com

¹⁹⁹ CARNEIRO, Eva Dayana Felix. *Belém entre filmes e fitas: a experiência do cinema, do cotidiano das salas às representações sociais nos anos 1920*. Belém: UFPA, 2011. Dissertação de Mestrado. Mimeo. PP.36-37

Se compararmos os dados obtidos por Alan Pinheiro e Eva Carneiro, enquanto na década de 1920 havia 24 salas de exibição concentradas na área mais central da cidade; no ano de 1939, na iminência da eclosão do II conflito mundial havia 11 (onze) salas de cinema em atividade, sendo algumas nos arrabaldes de Belém.

²⁰⁰ Chefatura de Polícia. Petições. Petição apresentada em 04 de abril de 1931. Proprietário: Sebastião Nicolau.

as existentes nas principais capitais do país, como Rio de Janeiro e São Paulo, Eva Carneiro percebe que, na capital paraense, a distinção espacial entre cinemas de luxo e cinemas populares se deu de forma menos marcante do que em outras metrópoles, visto que naquelas havia maior concentração das salas mais luxuosas nos bairros centrais, ficando a periferia com os espaços mais simples e os cines mais populares.

Atente-se que ambos os pesquisadores percebem que em Belém não havia grandes discrepâncias nos preços dos ingressos das principais salas de cinema da cidade, tais como o Olympia, o Odeon, o Magestic, o Poeira, dentre outras. As diferenciações, conforme preleciona Eva Carneiro, se davam muito mais no nível simbólico e no que dizia respeito aos trajes, comportamentos e formas de apresentação social de seus frequentadores; além das condições práticas e de infra-estrutura (conforto, boa localização, higiene, etc).

A abrangência da oferta de salas de cinema pela cidade e a popularização do hábito de ir ao cinema como forma de lazer e diversão para a população belemita, permite discutir o fascínio que esse emergente artefato tecnológico exerceu sobre as gentes da urbe; tanto ricos quanto pobres. Se para as camadas abastadas ir aos cinemas significava continuar usufruindo plenamente dos recursos que a vida na cidade poderia oferecer, para os mais pobres importava experimentar a sensação de estar antenado com um novo tempo, mais rápido, ágil e tecnológico.

Por conseguinte, o cinematógrafo tornou-se o expoente máximo das novas tecnologias de comunicação de massa que surgiram no país naquele período; configurando-se em um meio privilegiado para acompanhar as mudanças que aconteciam no mundo e também na sociedade local.

Selda da Costa, pesquisou sobre a expansão da cultura cinematográfica no estado do Amazonas e constatou que o cinema conquistou a cidade de Manaus a partir de 1906; quando os empresários locais começaram a perceber as vantagens financeiras do empreendimento.²⁰¹

Inicialmente, a falta de lugares adequadamente construídos para a exposição das fitas fez com que o improvisado reinasse durante os primeiros anos, havendo poucas salas fixas para exibição; fato que levou o cinema a circular por hotéis e confeitarias, feiras e arraiais, circos e café-concertos, teatros de variedades e, por vezes, ser exibido em espaços abertos como as praças públicas.

Para a historiadora, a crise da borracha não alterou substancialmente o ritmo frenético

²⁰¹ COSTA, Selda Vale & COSTA, Antonio José da. O cinema na Amazônia e a Amazônia no cinema. In: <http://www.cpcb.org.br/artigos/o-cinema-na-amazonia-a-amazonia-no-cinema/> (acesso em 23 janeiro de 2015)

da cidade, constatando que várias casas de diversões foram sendo inauguradas a partir de 1912, as quais dividiam com as salas de projeção que surgiam paulatinamente nesse período, a vida noturna da cidade.

Em se tratando de Belém, percebe-se da análise das propagandas publicadas no periódico *Folha do Norte* e do teor dos artigos veiculados nas revistas locais de mundanismo acerca de eventos envolvendo os frequentadores das salas de projeção, que mesmo nos primeiros anos após a chegada do cinematógrafo na capital paraense, este empreendimento recebeu grandes investimentos por parte dos empresários e contou com maior estrutura; que se traduzia pela existência de diversos *Cines* desde os primeiros anos do século XX.

Todavia, a produção local de películas e a existência de produtores da própria cidade, foi inexpressiva se comparada a de Manaus; cidade que produziu entre 1907 e 1935, cerca de 20 títulos, apesar das dificuldades físicas, técnicas e culturais da região. Daí poder-se pensar que em Belém do Pará, tivemos uma cinematografia mais organizada e de cunho empresarial, sustentada principalmente pela reprodução de títulos que vinham de outros países ou regiões.

Listagem de Salas de exibição de filmes. 1928

Nome	Localização
<i>Olympia</i>	Praça da República, perto do Grand Hotel - Comércio
<i>Odeon</i>	Praça Justo Chermont – Nazaré
<i>Iris</i>	Rua 28 de Setembro, entre Piedade – Reduto
<i>Cinema Popular</i>	Av. Cypriano Santos, ao lado do Bar Pilsen – Canudos
<i>Cinema Poeira</i>	Praça Justo Chermont – Nazaré
<i>Cine Palace</i>	Praça da República, no Grand Hotel – Comércio
<i>Cine Rio Branco</i>	Praça da República, no Edifício do Café da Paz - Comércio
<i>Cine Éden</i>	Praça da República, ao lado da Rotisserie Suíse - Comércio
<i>Cinema Moderno</i>	Praça Justo Chermont – Nazaré
<i>Cine Iracema</i>	Praça Justo Chermont – Nazaré
<i>Cinema Brasil</i>	Av. Conselheiro Furtado canto com a Travessa São Matheus
<i>Cinema São João</i>	Av. São João – Telégrafo
<i>Cinema Trianon</i>	Rua 13 de Maio, canto com o Largo do Palácio – Cidade Velha
<i>Cine Ideal</i>	Largo São João - Cidade Velha
<i>Cinema São Braz</i>	Largo de São Braz – São Braz

Fonte: O Estado do Pará. Guia comercial, econômico e social. 1928-1929. p. 149.

Na listagem original não constava a identificação dos bairros, mas apenas do logradouro. Essa inclusão foi feita por considerar-se importante para o leitor visualizar a distribuição desses espaços pelos diferentes territórios citadinos e a existência de

Mas, além de frequentar as salas de exibição cinematográfica espalhadas pela cidade, a população citadina, especialmente a mais endinheirada, contava com alguns outros espaços de circulação e lazer, destacando-se os teatros e os cafés.

Vicente Salles ao pesquisar sobre o circuito cultural que se formou em Belém a partir dos palcos teatrais, em suas diferentes modalidades, destaca a persistência no período posterior ao grande desenvolvimento do comércio gomífero, de inúmeras expressões artísticas pela cidade, pautadas na linguagem estética teatral, as quais eram empreendidas e executadas tanto por *trupes* nacionais quanto por grupos locais e/ou da região.

Assim sendo, afirma que o crescimento das produções locais foi determinante para a permanência desse tipo de manifestação, haja vista que diante da impossibilidade de arcar com a vinda de grandes companhias estrangeiras, organizou-se em torno dos nomes de alguns artistas do próprio estado e do Amazonas, um fluxo constante de peças pastoris, teatro de revista e folguedos juninos, os quais eram apropriados pelos donos das salas de teatro da cidade.²⁰²

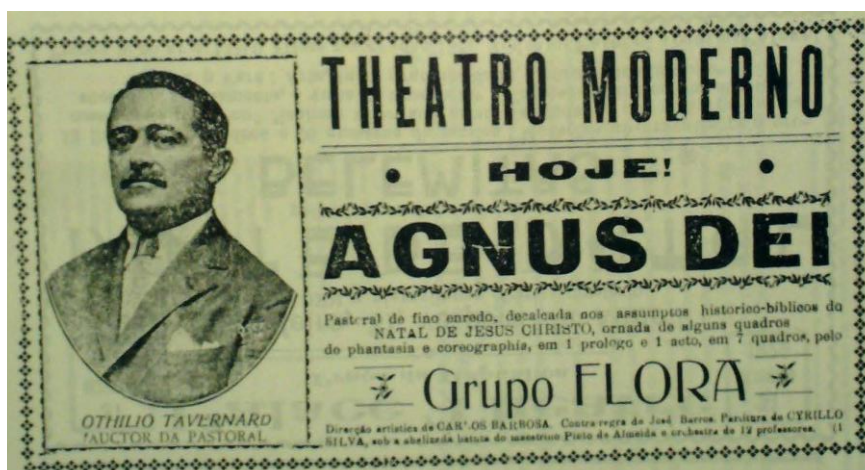


Imagem: propaganda de apresentação de grupo pastoril, no Teatro Moderno. 1926.

Fonte: SALLES, Vicente. Épocas do teatro no Grão-Pará. Fls.335

Esse teatro movimentava atrações ao longo de todo o ano; mas principalmente nos meses de destaque do calendário litúrgico católico, como por exemplo, os dias que antecediam o advento (Natal), o período joanino (junho e julho) e o mês do Círio de NSa. Sra. de Nazaré (outubro), essa manifestação se intensificava e envolvia diferentes segmentos e espaços da cidade.

Ao frequentar esses espaços, os expectadores partilhavam determinados códigos culturais, formas de comportamentos e percepções de mundo que contribuiriam para fortalecer

²⁰² SALLES, Vicente. Eras do Teatro no Grão-Pará. Volume II. Pp. 289-356 & pp. 407-410

vínculos, auxiliando na construção de uma identidade coletiva. Tal processo reafirmava o sentimento de pertença à urbe e de inserção no contexto de modernidade que se procurava difundir.



Imagem: propaganda de apresentação de grupo pastoril, no Palace Teatre, 26 de dezembro de 1926.

Fonte: SALLES, Vicente. Épocas do teatro no Grão-Pará. Fls.336

O Palace Teatro era um dos que mais se destacava, não somente por abrigar atividades mistas, cinematográficas e teatrais, como também por promover desfiles, concursos de beleza e bailes carnavalescos concorridos para as famílias mais abastadas da sociedade local.

“Depois de longos dias de ansioso esperar, abre-se, amanhã, finalmente, o palace-Theatre, para grandioso baile das Flores, que será a nota por excelência das ‘soirées-masques’ de elite, durante a temporada carnavalesca do corrente ano.

O Palace, metamorfoseado em amplo e riquíssimo jardim, apresentará aspecto deslumbrante, povoado das mais lindas flores e de figuras alegóricas, própria da festiva época.

Flores luminosas transformarão a esplendida sala do baile num vergel irisado, onde pompeará a nossa alta sociedade.”²⁰³ (grifo nosso)

Era um espaço luxuoso, com camarotes e frisas, ricamente decorados, além de possuir uma esplendorosa arquitetura de ferro e um teto cuidadosamente projetado para garantir boa acústica aos espetáculos. Por estar localizado numa área urbanisticamente valorizada atraía famílias da elite, que costumavam ostentar poder aquisitivo e diferenciar-se dos demais segmentos da urbe por frequentarem espaços de afirmação social simbólicos, tais como as páginas das revistas de literatura e mundanismo, além das colunas sociais dos jornais diários.

Não obstante, o *Palace Theatre* fazia parte de um certo itinerário de lazer da urbe, reconhecido tanto pela boêmia intelectual cidadina quanto pelos grupos pertencentes as famílias de comerciantes, funcionários públicos remediados e industriais; o qual se organizava em torno da Praça da República e adjacências, prolongando por algumas ruas do comércio

²⁰³ Folha do Norte, 05 de fevereiro de 1926. Fls. 03. O carnaval nos salões. Palace-Theatre – baile das Flores.

onde estavam localizadas Confeitarias e Cafés.

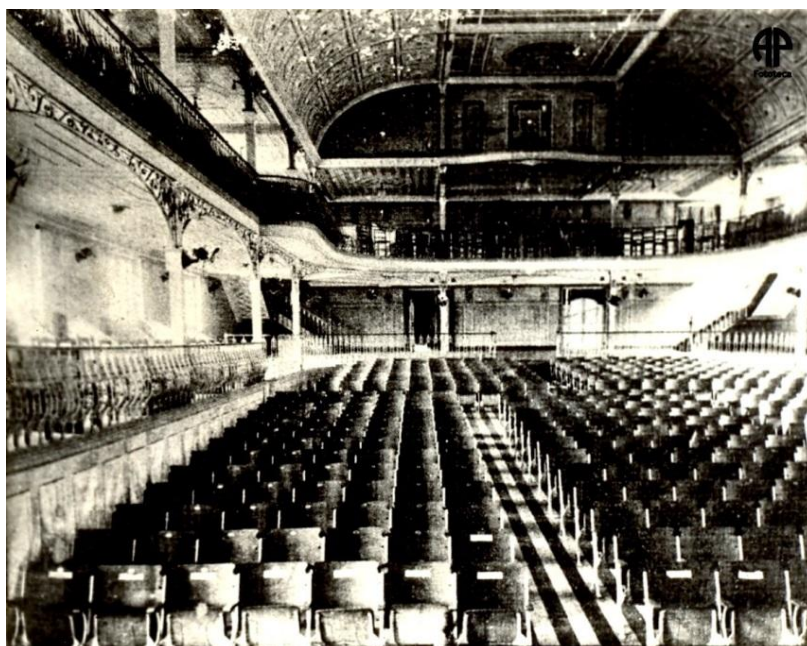


Imagem: Interior do Palace-Theatre.

Fonte: haroldobaleixe.blogspot.com.br. Acesso em 10 de janeiro de 2014.

Entre os *Cafés e Confeitarias* existentes, localizados especialmente no bairro do Comércio, o de maior destaque nas colunas jornalísticas foi o *terrace* do *Grand Hotel*, que ficava ao lado do *Palace Theatre*. O *terrace*, como era conhecido, ficava no térreo do hotel e dispunha de um salão interno e de mesas dispostas pela calçada que ficava fronteira ao estabelecimento.

Muito frequentado pela intelectualidade literária e jornalística da época, tornava-se nos finais de tarde e manhãs de domingo, ponto de encontro para intelectuais, para escritores, para os chamados *almofadinhas* e também para as senhoritas distintas, que procuravam firmar uma imagem feminina mais independente e autônoma do gênero.

A configuração desse ambiente procurava assemelhar o espaço com os famosos cafés europeus, cujos frequentadores costumavam sentar ao ar livre para ler livros, conversar e/ou flertar. Talvez por isso tenha sido um dos lugares de lazer prediletos das elites econômicas e intelectuais do município; visto que ali podiam mostrar-se como portadores de hábitos refinados e cosmopolitas.



Imagem: Calçada do Café do Palace Teatro, que funcionava ligado ao Grand Hotel, em frente ao Largo da Pólvora (posterior Praça da República). Interessante observar a diversidade social presente na fotografia, em que é possível identificar no mesmo espaço, ainda que separados por fronteiras sociais, guardas municipais, clientes, vendedores ambulantes e garçons. Data aproximada. 1930.

Pelo exposto, não é leviano afirmar que o circuito *Boulevard* da República, *Cine Olympia*, *Palace Theatre* e *Terrace do Grand Hotel* figurou entre os roteiros mais comuns da sociabilidade considerada moderna e *chic*; despontando, aos lados de praças, largos e cafés localizados nos bairros próximos do centro econômico-comercial da capital, como espaços propícios para a ostentação dos comportamentos, valores sociais e bens que expressavam a modernidade citadina.

Todavia, nem por isso deixaram de ser *locus* de trânsito e de apropriação pelas camadas populares urbanas, as quais notadamente, nas praças, boulevards e largos, se faziam presentes através do trabalho (consoante se observa da própria imagem acima), de vestígios de seus comportamentos e até mesmo, da prática de condutas delituosas.

“À noite de ante ontem quando era grande o movimento na praça da República, o sr. Antonio dos Santos encaminhou-se para a Rotisserie Suisse, a fim de ali jantar.

A casa estava cheia e com dificuldade pode ele entrar, indo sentar-se numa banca que se desocupara na ocasião. Após a refeição quando o freguez se retirou, notou que havia perdido o seu relógio. Pondo-se a procura-lo, soube que uma pequena desconhecida o havia achado, desaparecendo com o objeto. Ontem foi levado o fato ao conhecimento da policia, dizendo o prejudicado que o relógio é cravejado de brilhante.”²⁰⁴

²⁰⁴ Folha do Norte. Belém, 18 de Fevereiro de 1926. Na policia e nas ruas. Perdeu o relógio

CAPÍTULO 02

CAMINHOS DA COTIDIANEIDADE DAS CAMADAS POPULARES DE BELÉM



“Dizendo de outra forma, não basta apenas afirmar que há povo na história de Manaus. Temos de compreender como essa existência dos populares, dos trabalhadores e pobres urbanos materializou-se no interior de uma sociedade que não lhes atribuía direitos ou favores, nem lhes assegurava condições mínimas de cidadania.

Antes, devemos acompanhá-los também em suas experiências específicas, recuperando a tensão cotidiana enfrentada na labuta diária, suas preocupações corriqueiras com a alimentação, com a saúde, com o descanso e o lazer, mas sem descuidar de investigá-los também no espaço do trabalho, na jornada diária, no cumprimento (ou na transgressão) das imposições disciplinadoras.”²⁰⁵

No capítulo precedente, o conhecimento de alguns aspectos que influíram nas formas de ocupação e de uso dos espaços citadinos belemitas, entre 1918 e 1939, possibilitou a reflexão sobre as significativas contradições econômicas, culturais e sociais que permearam a história da capital paraense no período referido.

Oscilante entre os discursos melancólicos que denunciavam os efeitos dos reveses econômicos sobre a urbe (evocando seu passado faustoso) e a presença de uma cotidianidade cosmopolita, sustentada pela assimilação de hábitos, de valores e de bens de consumo ditos modernos, Belém atravessou décadas de agitação, durante as quais a riqueza coexistiu com sinais de extrema pobreza e o luxuoso consumo de artefatos de modernidade sustentou-se, apesar das altas taxas de desemprego e da diminuição do poder de compra dos segmentos de trabalhadores urbanos.

Nesse contexto, homens, mulheres e crianças pertencentes às camadas empobrecidas urdiram modos de viver e de sobreviver na cidade, nem sempre fundamentados nos padrões de civilidade e de urbanidade propagados pelos segmentos mais endinheirados e letrados da capital.

Muitas vezes vinculadas ao mundo do trabalho, tais expressões de pertencimento à urbe foram entretecidas, dia-a-dia, através de atos de insubordinação a ordem jurídica posta e de embates com os poderes públicos locais, ora explícitos, ora silenciosos. Tais embates eram, por vezes, recheados de sofrimento e violência, mas também permeados de momentos de prazer, alegria e solidariedade. Daí, ser importante revisitar essa cotidianidade, para se conhecer um pouco mais das vidas daqueles que percorreram os caminhos, construíram os trilhos e abriram os veios da história da cidade de Belém, nas décadas de 1920 e 1930.

A escolha por revisitar os modos de viver e de sobreviver na urbe, construídos por

²⁰⁵ PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *Nos meandros da cidade: cotidiano e trabalho na Manaus da Borracha. 1880-1920*. Canoa do tempo – Rev. Do programa de Pós-graduação em História, Manaus, v.1, n.1, jan-dez, 2007. Pp. 78

trabalhadores pobres, homens e mulheres, mas também por crianças classificadas como menores, se justifica em virtude do entendimento que se tem acerca das transformações ocorridas na conjuntura econômica local e nacional, que solaparam o modelo de desenvolvimento baseado no extrativismo do látex.

Sob esse enfoque, postula-se que tais alterações incidiram de modo diverso sobre os diferentes grupos sociais da na região, especialmente no estado do Pará e em sua capital, Belém. De fato, se é possível falar-se em *decadência* no período que se seguiu à bancarrota dos negócios seringalistas, esta recaiu muito mais sobre as classes diretamente envolvidas com os negócios de exportação, do que propriamente sobre aqueles grupos sociais que já se encontravam às margens das benesses proporcionadas pelos capitais gomíferos. Os cidadãos que já eram pobres durante os anos áureos da exploração da borracha nativa, continuaram pobres após o colapso das exportações, alargando-se ainda mais a possibilidade de empobrecimento de outros contingentes que pertenciam aos segmentos médios da urbe e que tinham algum emprego no setor comercial ou cuja renda dependia das finanças de estado, tais como caixeiros, auxiliares de comércio, pequenos funcionários públicos contratados, prestadores de serviços para os poderes públicos.

Esses segmentos também sofreram perdas econômicas, que dificultaram ainda mais a garantia da sobrevivência diária. Os atrasos de salários, as demissões, a diminuição do poder de compra, o crescimento da dívida pública, que ampliou os impostos, geraram o risco real de empobrecimento e a perda do *status social* que possuíam anteriormente diante dos demais grupos de trabalhadores urbanos.

Foram esses grupos sociais, pobres e/ou empobrecidos em virtude das mudanças na economia regional, que, ao fazerem da urbe seu espaço de vida, trabalho e *lócus* de afirmação de suas identidades culturais, construíram a história da cidade, nas décadas em que a região vivenciou o fastígio do chamado ciclo da borracha.

2.1 Conjunturas e experiências de vida de crianças pobres pelas ruas da Cidade

Sobreviver na cidade mostrava-se um desafio para os adultos, conforme se observou anteriormente. Que dizer para as crianças pobres que habitavam Belém, durante os anos de 1918 a 1939, e que rotineiramente perambulavam pelas ruas, praças e logradouros da cidade

em busca de trabalho, de renda e mesmo de divertimentos?

Ao se pesquisarem jornais, revistas, documentação policial e judiciária, dentre outras fontes, encontraram-se inúmeros relatos de situações de trabalho, de violência e de criminalidade envolvendo crianças e jovens de variadas faixas etárias, considerados menores de idade por força das leis civil e criminal.

Tratava-se de filhos de trabalhadores pobres e/ou de mulheres descasadas, órfãos, desvalidos e/ou enjeitados; crianças infratoras da lei, mas também jovens aprendizes, menores ambulantes ou prestadores de pequenos serviços domésticos e até empregados do comércio, de fábricas e de empresas prestadoras de serviço para o poder público.

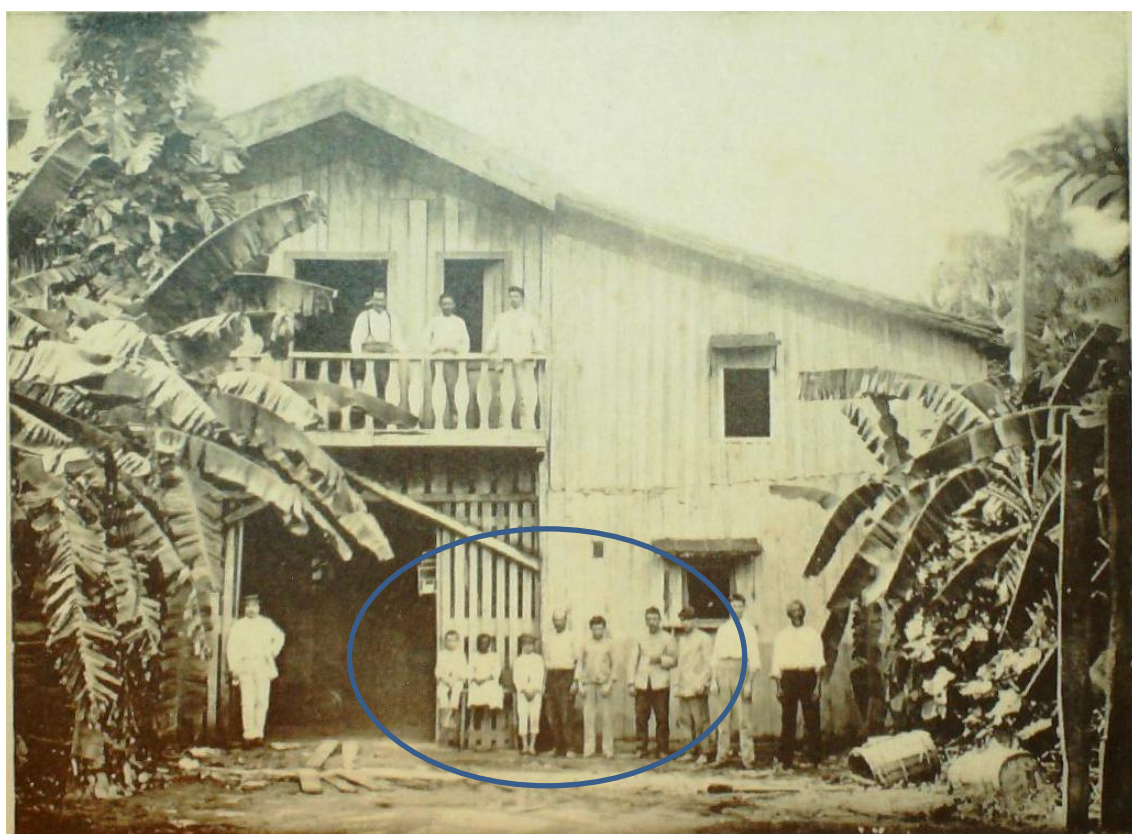


Imagem: Menores fotografados entre os empregados da Fábrica Amazônia (sabão). De Soares & Carneiro, localizada no Reduto. Esse fato não era incomum em Belém, onde as crianças e adolescentes costumavam ser encaminhados para trabalhar como aprendizes nos mais diferenciados ramos. **Fonte:** Indicador Ilustrado do Estado do Pará. Rio de Janeiro: Courrier e Billiter Editores. 1910. p. 128.

Esses registros dão conta de vidas atravessadas por inúmeras necessidades, entre as quais destacam-se: a de trabalhar desde muito cedo, de separar-se dos pais ou responsáveis legais em virtude de contingências econômicas; de ser capaz de dar conta de si mesmo em relação a demandas cotidianas, como por exemplo, ir sozinho para a escola, fazer entregas e mandados para adultos; conhecer ruas, logradouros e diferentes formas de se movimentar pela

urbe, principalmente de bonde e de trem; além de ter que articular mecanismos próprios de proteção, em face de problemas no relacionamento com adultos, como por exemplo, agressões físicas e verbais, maus tratos, exploração sexual.

Poucas vezes chamados de crianças, geralmente apontados como moleques ou simplesmente referidos nos jornais e demais documentos como “menores”, esses pequenos munícipes deixaram valiosos indícios de sua presença na cidade e especialmente da forma como fizeram, dos espaços públicos, ruas e praças, locais de sociabilidade e de sobrevivência.

Observe-se que as terminologias acima indicadas, quais fossem criança, moleque e/ou menor, não foram inocentemente aplicadas por aqueles que subscreveram os textos pesquisados. De fato, tais nomenclaturas têm origem nas discussões que ocorriam, na época, a respeito do lugar social da criança e do significado da infância na sociedade brasileira.

Nessa perspectiva, o termo *criança* se referia muito mais aos filhos das famílias bem postas, aplicável aos infantes que se subordinavam ao modelo de ordem e ao controle social rígido dos pais sobre os filhos. Enquanto o termo *menor* era utilizado como um discriminativo da infância desfavorecida, delinquente, carente e/ou abandonada.

Portanto, enquanto a *criança* apresentava características decodificadas como personagens dentro dos marcos de controle expressos pelo mundo adulto, transmitindo uma imagem de pureza e inocência; opostamente, o *menor* trazia consigo a idéia da culpabilidade, da malícia e da transgressão às normas, tornando-se objeto e sujeito das preocupações do poder de polícia do estado.

Nesse contexto, à criança cabia a vida domiciliar, os cuidados da família e a proteção do poder público, enquanto ao menor convinha as medidas corretivas, a fiscalização das condutas e a repressão do que era considerado “*maus hábitos*”.²⁰⁶

“Queixa: Ana Laurentina, residente á Av. São Brás, n 8, queixou-se que ontem a tarde furtaram de sua gaveta do balcão de sua quitanda a importancia de 70\$000 **desconfiando a vítima ser autor do furto alguns menores residentes na vizinhança** que costumam ir a quitanda comprar frutas.”²⁰⁷ (grifo nosso)

Mas como essa dicotomia se aplicava em termos cotidianos? Ou até que ponto essa

²⁰⁶ Conceituação elaborada a partir da leitura das seguintes obras: FERREIRA, Yuma. A criança e a cidade: as transformações da infância numa Natal moderna.(1890-1929). Natal: UFRN, 2009. Dissertação de Mestrado. & SILVA, Patricia Terezinha. A infância multifacetada: representações e praticas discursivas no Paraná no início do século XX. Guarapuava: UFF, 2007. Dissertação de Mestrado; LONDONO, Fernando Torres. A origem do conceito de menor. In: PRIORE, Mary Del. (org). A História da criança no Brasil. São Paulo: Contexto, 1996.

²⁰⁷ Códices da Chefatura de Polícia. Volume 364. Fevereiro e Março de 1924

distinção conceitual seria cabível para descrever os meninos e meninas pobres que vivenciavam diversas situações de vida e de trabalho nos espaços públicos de Belém, muitas das quais retratadas nas folhas dos jornais, expostas nos boletins de ocorrência e processos criminais? São essas questões que serão discutidas a seguir.

Deve-se atentar para o fato de que as crianças aqui estudadas são infantes menores de 18 anos de idade, os quais, por questões econômicas, familiares e/ou circunstanciais diversas, se viram enredados em um cotidiano de trabalho e de contato com os espaços públicos da urbe, sem supervisão parental, passando a compor as páginas das ocorrências policiais como vítimas ou autores de delitos, além de serem descritos pelos jornais como uma espécie de infância abandonada e carente.

Muito embora se saiba que, no período em tela, havia uma noção abrangente de infância, informada por critérios jurídicos e que reconhecia como menores todos aqueles indivíduos que não haviam alcançado a maioridade ou a responsabilidade penal, possuindo menos de 21 anos, nesta tese, optou-se por estabelecer o limite etário de 18 anos, pelo fato de que foi observado que havia uma preocupação crescente por parte dos poderes públicos e da sociedade letrada em relação às crianças e aos jovens situados nessa faixa etária.

Por outro lado, também se percebeu, na documentação policial, um número significativo de ocorrências de diferentes naturezas, envolvendo crianças dessas idades, motivando registros importantes, que revelam as formas como esses infantes sobreviviam em Belém:

Curiosamente, as características étnico-raciais, locais de moradia, ocupação e naturalidade eram as mais diversas, não se percebendo a predominância de pardos sobre brancos e/ou de meninos em relação a meninas, mas tendo-se como elemento comum à maioria das crianças descritas na documentação, o fato de que eram pobres, trabalhadoras e passavam a maior parte das horas do dia sem supervisão de um adulto, independentemente de viverem (ou não) com pais ou parentes.

Assim, mais do que a condição de gênero ou raça, prevalecia a posição de classe como elemento que as distinguia das chamadas crianças de família. Eram, portanto, meninos e meninas que pertenciam aos segmentos de trabalhadores pobres da urbe e, a partir desse lugar social, elaboravam suas formas peculiares de vivenciar o *locus* citadino.

2.1.1 Na rua, a trabalho e dando trabalho!

A rua representava para os menores pobres que apareciam nas folhas jornalísticas e nos registros policiais, espaço de vida, de trabalho e de sociabilidade.

Era na rua que esses pequenos desenvolviam uma série de atividades relacionadas ao mundo do trabalho, que lhes asseguravam ganhos esparsos e pouco expressivos quantitativamente, porém, os únicos que tais sujeitos poderiam obter, em face de sua condição etária e da quase rotineira ausência de formação escolar.

Em diferentes espaços públicos, nas portas dos mercados e quitandas dos bairros mais distantes, pelas esquinas das praças das áreas centrais ou mesmo nas proximidades das estâncias de madeira, cortumes, fábricas e trapiches para embarcações, espalhados em diversos pontos da cidade, esses meninos e meninas *perambulavam* sozinhos e sem supervisão parental, para cumprir mandados de adultos ou em busca de divertimento, dinheiro, novas experiências e convivência com outros sujeitos, da mesma idade ou não.

Tal qual o menor Sergio Malaquias Souza, que embora residisse na Avenida Ceará (Canudos), apareceu a bordo de uma canoa no Ver-o-Peso (Comércio) durante o descarregamento das sacas de sal, não sendo visto pelo estivador Alfredo Alves Chaves que, sem intenção, deixou cair uma saca na perna do menino, ocasionando-lhe uma fratura;²⁰⁸ ou como alguns moleques denunciados por moradores do Largo de São João (Cidade Velha) ao jornal Folha do Norte, por constantemente apedrejarem as mangueiras daquele largo, quebrando vidraças e cabeças de transeuntes, além de riscarem a parede do cinema Universal com palavras obscenas.²⁰⁹

Como espaço de trabalho para essas crianças, a rua possibilitava o desempenho de tarefas muito específicas, que se caracterizavam por serem menos complexas na divisão social do trabalho ou por exigirem um gasto de energia física e de tempo que os trabalhadores convencionais não desejavam mais despendar, haja vista que normalmente também eram ofícios que envolviam uma remuneração ainda mais baixa que a de outras atividades do mercado informal.

Carregadores de pequenos volumes e cargas, entregadores de cartas e bilhetes, jornaleiros, ajudantes de carroceiro, auxiliares de pedreiro, aprendizes de calceteiros, engraxates, vendedores de quitutes e doces de tabuleiro, vendedores de charutos e biscateiros,

²⁰⁸ Códices da Chefatura de Polícia. Volume 333. 11 de Julho de 1922.

²⁰⁹ Folha do Norte. 05 de Janeiro de 1939. Fls. 02. O povo reclama.

destacavam-se entre as atividades desempenhadas por esses infantes.

Provenientes de famílias de trabalhadores pobres, para as quais qualquer renda adicional à dos adultos fazia diferença no orçamento do lar, esses pequenos munícipes compunham um segmento importante entre os trabalhadores urbanos, pois, mesmo exercendo funções consideradas acessórias e mal remuneradas, garantiam a movimentação diária de valores substanciais, beneficiando os usuários de seus serviços e impactando as condições de sobrevivência e consumo de suas famílias.

“Foi preso ontem, um menor de 8 anos, de nome João, de cor preta, o qual, com outros, apanha restos de sernamby pelas portas das casas exportadoras e furta esse artigo, quando não o encontra para apanhar. Interrogado pela autoridade de permanência, João indicou o sr. Joaquim Vidal Tavares, estabelecido na porta externa do Mercado de Ferro, n 8, a quem vendera algum desses furtos. Tavares pagou multa.”²¹⁰

Em ritmo frenético, como *formigas* que transitavam de um lado para o outro da cidade, em movimento laborioso constante; essas crianças participavam lado a lado com os adultos da construção da dinâmica citadina.

Gerando renda, através do envolvimento com as mais diferentes atividades, muitas quais consideradas criminosas e/ou contraventoras, esses munícipes faziam das ruas, das portas das casas comerciais, das praças e dos logradouros públicos espaços de trabalho e de sobrevivência, nos quais expunham seu lugar social na urbe.

Aspecto importante dessa realidade é que os menores que desenvolviam suas tarefas nos espaços públicos constituíam os principais alvos das reclamações e de queixas por vagabundagem, desordens e pequenos delitos, dentre o restante do contingente de crianças trabalhadoras e que exerciam funções prioritariamente em espaços privados, tais como operárias, caixeiros, empregadas domésticas e aprendizes.

Quanto a essas crianças, trabalhadoras dos espaços ‘*porta a dentro*’, percebeu-se que geralmente eram incluídas nas denúncias jornalísticas quando se envolviam em atos de contravenção, praticados em espaços públicos, onde não havia controle por parte de um adulto, muito embora a fiscalização policial fosse intensa.

“Mateus da Silva, paraense, pardo, solteiro, com 17 annos de idade, sabendo ler e escrever, aprendiz de mecânico, residente a Jose Bonifácio, s/n, preso pelo guarda civil nº12, por estar apedrejando mangueiras.”²¹¹

A situação era inquietante, pois na verdade, tais crianças não eram desocupadas, mas

²¹⁰ Folha do Norte. 23 de fevereiro de 1926. Fls. 02. Na polícia e nas ruas. Pagou multa por comprar furto.

²¹¹ Códices da Chefatura de Polícia. Volume 364. Janeiro de 1924.

trabalhadoras urbanas vinculadas ao setor informal ou que prestavam serviços para patrões que lhes exigiam ter conhecimento das territorialidades citadinas e boa mobilidade geográfica.

Nesse tocante, existe grande similaridade com o que acontecia no universo dos trabalhadores pobres adultos, ligados ao mercado não-formal, os quais costumavam ser objeto das medidas de disciplinarização e de policiamento urbano por estarem em lugares públicos, conduzindo-se de forma inadequada para os padrões de urbanidade das elites, assim como os menores acima referidos.

Com efeito, o que se deduz da análise das falas construídas pelos articulistas e agentes de polícia municipal é que essas crianças incomodavam menos pelo grau de periculosidade de seus comportamentos e muito mais pelo fato de não estarem subordinadas aos pressupostos que regiam a vida das crianças pertencentes às famílias letradas e remediadas da urbe.



Imagem: duas imagens que retratam bem as representações sobre as crianças pertencentes a elite econômica local. Nas quais se observa além da presença do adulto, a busca por retrata-las de maneira contida, higiênica e pueril. **Fonte:** Albúm de inauguração da Chácara Bem Bom, do Senador e prefeito Antonio Faciola. 1930. & *Revista Belém Nova*. Ano III. Nº 59. Agosto, 1926. P. (Graça Infantil)

Em termos concretos, o que ocorria era que em virtude da natureza dos trabalhos que desempenhavam, a maior parte do tempo nas ruas e à margem do controle dos adultos, essas crianças transitavam sozinhas pelos territórios citadinos, em diferentes horários e percorrendo distancias consideráveis, envolvendo-se em situações inusitadas, sobre as quais os poderes públicos, a polícia e as próprias famílias a que pertenciam não tinham domínio.

Essa condição possibilitava ainda que as crianças pobres trabalhadoras vivenciassem o que se classificou como ‘uma fluida mobilidade territorial’, que lhes possibilitava apropriar-se dos espaços da cidade, transitando cotidianamente entre o centro e a periferia, entre as áreas

mais urbanizadas e os bairros menos centralizados; tal qual os menores Polycarpo e Bernardo, que moravam provavelmente no bairro do Umarizal, mas foram presos no Cais da *Port Of Pará*, que ficava localizado próximo ao Ver-o-Peso; ou Francisco Nascimento, que foi atropelado na Avenida Nazaré, próximo a Praça Justo Chermont, no bairro de Nazaré, quando atravessava sozinho a rua, ainda que morasse na travessa do Curro, localizada no bairro do Telégrafo, as margens da Baía de Guajará.²¹²



Imagem: Crianças correndo em uma rua do bairro do Jurunas. Diversamente das imagens anteriores, as crianças encontram-se no espaço público, alheias a vigilância de adultos e expressando comportamento pouco contido.

1948. **Fonte:** PENTEADO, Antonio Rocha. Op. Cit. P. 304.

Não obstante, assim como em outras capitais do Brasil no período pesquisado, a ação policial dirigida aos menores que ocupavam as ruas da cidade de Belém constituiu, muitas vezes, uma resposta às reclamações e queixas feitas nos jornais ou na própria delegacia.²¹³

²¹² “Os menores Polycarpo Umburana e Bernardo Rodrigues Bastos, ambos residentes á Travessa 14 de Março, ontem, por questões sem importância, travaram discussão no caes do Porto of Pará. Da alteração, foram as vias de fato, resultando saírem ambos feridos. Um agente de serviço da Polícia Marítima, deu-lhes voz de prisão, levando-os á central. A autoridade de permanência mandou recolhe-los no xadrez”. Folha do Norte. Belém, 05 de fevereiro de 1926. Engalfinharam-se.

“O menor Francisco Nascimento, quando procurava atravessar á avenida Nazareth, próximo á praça Justo Chermont, foi apanhado pelo auto n 151, tendo recebido muitas contusões. Nascimento que tem 13 anos e reside á travessa do Curro, foi recolhido á Santa Casa.” Folha do Norte. Belém, 17 de fevereiro de 1926. Fls. 04. Atropelado.

²¹³ LOPES, Josinete de Souza. *Da infância “desvalida” à infância “delinquente”*: Fortaleza (1865-1928). São Paulo: PUC/SP, 1999. Mestrado em Historia; SANTOS JUNIOR, Paulo Mareiro dos. *O ser “menor” na Paris das Selvas*. In: Revista Cordis. Revista de Historia Social da Cidade. nº 01, 2008

“Reside á rua Demetrio Ribeiro, 51-A, João Jorge, o qual tem como vizinhos vários menores, que são o seu desassossego. Constantemente os menores o insultam e atiram pedras para a sua casa. A autoridade de permanência ficou de mandar sindicado do fato.”²¹⁴

Isso faz pensar a respeito da representação que os segmentos sociais ditos civilizados e respeitáveis da capital paraense entreteceram acerca do grau de periculosidade envolvida no comportamento desses menores pelas ruas citadinas.

Para as chamadas famílias de bem, esses meninos e meninas pobres eram perigosos, por frequentarem as ruas cotidianamente, expondo-se a toda sorte de más influências (morais, físicas e sociais); bem como, por não se sujeitarem aos códigos de comportamento civilizados e principalmente por não se encontrarem subordinados aos padrões de hierarquia das famílias nucleares, em que a autoridade dos pais se firmava sobre as crianças e a presença dos adultos era ostensiva, constante e repressora das práticas da meninice.

“Quando perambulava pela Doca do Ver-o-Peso, foi preso e apresentado a permanência da Central de Polícia, pelo guarda civil n. 186, o menor Anézio Prudencio de Sousa, paraense, pardo, de 14 anos de idade, sem profissão, nem residência.”²¹⁵

Assim, o grau de aparente liberdade com que esses menores vivenciavam a cidade e se apropriavam dos seus espaços, representava algo constrangedor para os articulistas dos jornais e membros das famílias remediadas da urbe. Ao falar alto, correr pelas calçadas, brincar em largos e praças, atirar pedras nas árvores,²¹⁶ fazer pilhérias para os transeuntes ou simplesmente dar-se à prática de andarilhar pelas ruas de Belém, esses menores infringiam códigos de conduta importantíssimos na construção de uma imagem idílica da *citie*.²¹⁷

(<http://revistas.pucsp.br/index.php/cordis/issue/view/719>); BRITES, Olga. *Imagens da Infância. São Paulo e Rio de Janeiro, 1930 a 1950*. Doutorado em História. PUC/SP, 1999.

²¹⁴ Folha do Norte. 26 de junho de 1926. Menores emdiabrados.

²¹⁵ Folha do Norte. Belém, 09 de janeiro de 1939. Fls. 02. Dia policial. Menor desocupado.

²¹⁶ “Hontem, pela manhã, foi preso o garoto José Sólon, residente a rua dr. Assis, n.43, o qual andava apedrejando as mangueiras do Largo do Carmo. O apedrejador foi metido no xadrex n.01 que é de luxo.” Folha do Norte. 02 de abril de 1931. Fls. 04. Na policia e nas ruas. Apedrejador de Mangueiras.

²¹⁷ O termo *andarilhar* neste caso é cunhado por nós, a partir da oposição que se firma no Brasil dos anos vinte, entre o chamado estilo americano de percorrer a cidade ou *andar à americana* (sempre acelerado, individualista, objetivo e distanciado do contato visual ou pessoal com a paisagem e as pessoas que nela se encontram) e o *andar a inglesa*, com passos constantes, porém lento e perceptivo do entorno, e também, o andar do *flaneur* francês, divagante ao mesmo tempo em que mergulha na cidade, suas paisagens e tipos humanos. Cfe. SEVECENKO, Nicolau. *Capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio*. In: NOVAIS, Fernando et al. *História da vida privada: da belle époque a era do rádio*. 10.reimpr.São Paulo: Companhia das Letras, 2012. Pp. 514-619

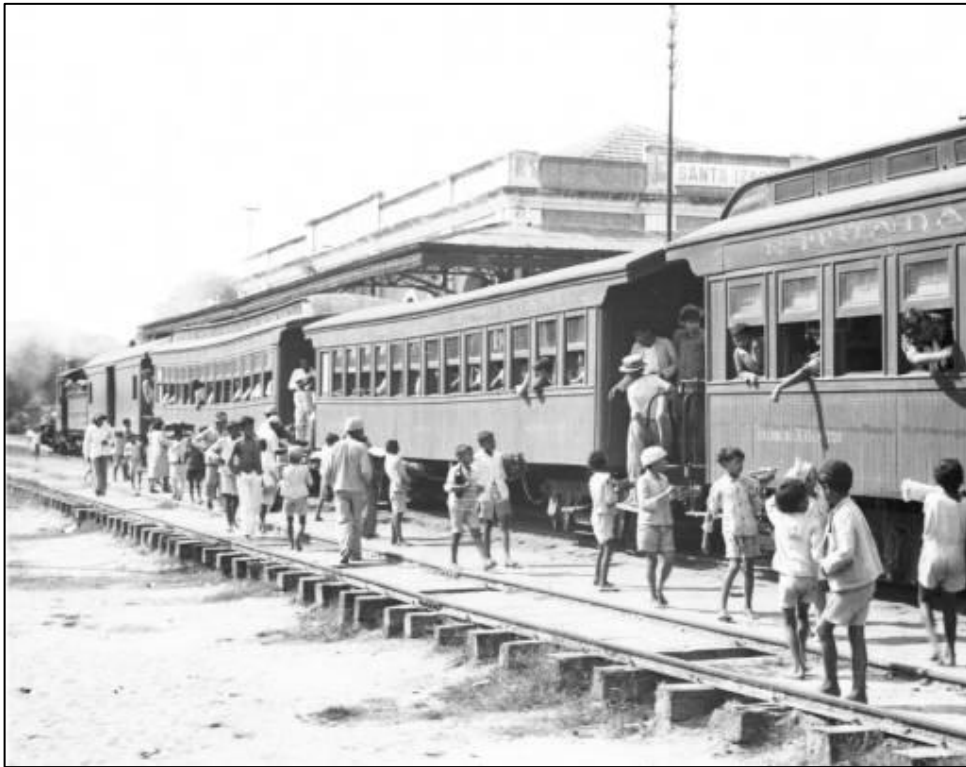


Imagem: crianças vendedoras, na estação de trem de Santa Izabel; município nascido a partir da expansão da Estrada de Ferro Belém-Bragança, a cerca de 44 km da capital. Longe das representações de vagabundagem e ociosidade expressas nos jornais, percebe-se a disputa por compradores, os trajas simplórios e os pés descalços dos pequenos trabalhadores. 1935. **Fonte:** acervo pessoal de Harriet Platt. *In:* <http://collections.lib.uwm.edu/cdm/ref/collection/>

Na prática, a liberdade que ofendia alguns setores sociais correspondia mormente à vivência de uma rotina extensiva e cansativa de trabalho, que impunha constantes deslocamentos geográficos, idas e vindas pelas largas avenidas da cidade, as quais eram compensados por jogos de *football* improvisados pelas ruas, arremessos de pedras nas árvores e vidraças das casas, dentre outras peraltices.

“Um grupo de menores rueiros transformou a travessa de Cintra, entre as ruas de Santana e Cametá, em campo de *foot-ball* e não há vidraça de janela ali que resista a fúria dos jogadores. Pedem-nos os moradores daquela rua que a polícia destaque um agente para ir servir de ‘reforço’ no jogo de hoje.”²¹⁸

Inclusive, várias vezes, esses trajetos e deslocamentos eram feitos carregando pesados objetos, tabuleiros ou trouxas de roupa. E, em muitas ocasiões, esses menores levavam consigo dinheiro alheio ou produtos que deveriam ser vendidos nas ruas da capital, com a finalidade de se obter ganhos razoáveis, os quais seriam posteriormente devolvidos a algum adulto a quem deviam satisfação, quer fosse parente, tutor ou patrão.

“Embriaguez e desordens: Victor Inocência, paraense, preto, sem profissão e sem residência, e Raymundo Vieira dos Santos, amazonense, preto, carregador, residente à rua Santo Amaro, nº5,

²¹⁸ Folha do Norte. Belém, 24 de fevereiro de 1920. Fls. 04. Maus jogadores.

ambos presos no Ver-o-Peso, *por haverem alli embriagados, arrebetado o taboleiro de doces do menor Argemiro Tavares Pereira, residente à avenida Gentil Bittencourt, s/n, entre a travs 14 de Abril e Castello Branco, dando-lhe um prejuízo de 2\$500.* Presos às 17,30 pelos soldados do B. I n°s 356 e 366.” Grifos nossos²¹⁹

Consoante se depreende das notícias transcritas, para além dos desgastes físicos envolvidos no dia a dia desses menores, devem ser considerados ainda os riscos materiais inerentes às suas atividades, que eram mais complexos do que os aspectos morais e comportamentais apontados nas fontes, abrangendo desde a simples possibilidade de serem roubados ou atropelados por motoristas menos atentos (de automóveis, bondes ou carroças) até a chance de serem molestados fisicamente por adultos.

“José de Oliveira Santos, residente a rua de Curuçá, s/n, foi preso hontem, quando furtada a importância de dois mil réis, em dinheiro, do menor Manoel da Cunha Muniz, que ia efetuar umas compras”.²²⁰

“Foi preso ontem o individuo Manoel Vidal, vendedor de doces, por tentar praticar atos libidinosos com a menor Maria da Luz, de 09 anos de idade. O fato ocorreu á tarde, no mato que fica aos fundos da cadeia São José.”²²¹

Por outro lado, por mais que não estivessem submetidos a uma vigilância estreita e direta de adultos, durante o desempenho de suas tarefas diárias, esses menores tinham, na maioria absoluta das vezes, a quem dar satisfações, quando retornavam para seus locais de moradia, após cumprir os trabalhos diários pelas ruas da capital paraense. Poderiam ser pais, parentes, padrinhos, tutores, mestres ou patrões, que usufruíam dos seus serviços e dos ganhos por eles obtidos, a quem estavam vinculados não por escolha, mas por circunstâncias legais ou familiares, devendo obediência, algum respeito e consideração.

Por óbvio, o fato de obterem sua sobrevivência através de trabalhos que eram executados nas ruas, durante a maior parte do dia, lhes possibilitava fazer desse ambiente também o espaço privilegiado para as brincadeiras, traquinagens e para a construção de uma dimensão lúdica própria da infância, já que trabalhar nas ruas realmente concedia uma “margem” de liberdade para esses menores, mas não uma completa exclusão de subordinação ao universo dos adultos. Tanto que, em muitos casos, trabalhavam nas ruas, mas a mando de um adulto; obtinham rendas, que, ao final, eram entregues à família, patrão ou responsável legal, além de se virem constantemente submetidos a alguma autoridade, que lhes podia castigar atos de desobediência, além de marcar fisicamente as histórias de vida desses meninos e meninas trabalhadores urbanos.

²¹⁹ Chefatura de Polícia. 22 de setembro de 1928. Embriaguez e desordens.

²²⁰ Folha do Norte. Belém, 03 de março de 1920. Fls. 04. Eles agem.

²²¹ Folha do Norte. 16 de fevereiro de 1926. Indivíduo de maus instintos.

Isto posto, percebe-se que as ruas representavam para esses menores o entrelaçamento ambíguo entre o mundo do trabalho e o espaço para construção de suas identidades como crianças; daí a presença de práticas contraditórias de apropriação dos espaços públicos belemitas, por parte desses pequenos munícipes. Tais práticas oscilavam entre o exercício do labor-trabalho, o lazer e ócio lúdico.

“Antonio dos Santos, de 10 anos de idade, órfão de paes, reside á rua Arciprestes Manoel Deodoro em companhia de Maria Bernadina de Oliveira. Como não lhe podem dar a educação necessária, o garoto vive ao Deus dará, passando todo o dia na rua, a “morcegar” os bondes e atirar pedras nas mangueiras. Ontem, Antonio juntou um pedaço de carvão e começou a desenhar figuras na parede causando escândalos as famílias.

Um guarda civil, abeceu o desocupado, levando-o a central onde ficou detido.”²²²

Não se pode esquecer, ademais, que muitos pais, familiares ou responsáveis por esses menores também estavam inseridos em um cotidiano de trabalho que impunha deslocamentos territoriais constantes pela cidade. Sendo assim, como poderiam destinar atenção exclusiva e permanente aos seus filhos, filhas ou enteados. Restava-lhes então a escolha de atribuir às próprias crianças o cuidado de si mesmas e, algumas vezes, o cuidado de vários outros menores (como primos, irmãos mais novos, vizinhos).

Essa elasticidade nas relações parentais permitia que esses menores, pertencentes às camadas populares, conhecessem uma dimensão da realidade urbana que as crianças filhas da elite econômica não conheciam. Assim, pouco vigiadas por seus pais, cedidas, por questões econômicas, a pessoas com as quais não tinham vínculos de parentesco, morando em espaços compartilhados por diversas famílias e trabalhando nas ruas ou na casa de estranhos, esses pequenos munícipes dominavam a prática de perambular pela urbe e conhecer pessoas, traçando caminhos e construindo territorialidades sobre o *locus* citadino, que destoavam daquilo que era visto como civilidade e urbanidade.

2.1.2 Ele(a) me bateu, ele (a) mexeu comigo...

A constante visibilidade a que estavam expostas as crianças pobres da cidade de Belém acarretava também o risco de sofrerem violências físicas e agressões de toda a sorte pelas praças, becos e descaminhos da urbe. Ainda que conhecidas por burlarem as normas de civilidade, jogando pedras nas mangueiras, furtando plantas, quebrando vidraças e cometendo pequenos delitos nos espaços públicos, na prática, esses menores se encontravam em posição de desvantagem diante de indivíduos adultos, que faziam das ruas ou de suas próprias casas,

²²² Folha do Norte. Belém, 10 de fevereiro de 1926. Fls. 03. Menor desocupado.

os cenários perfeitos para ocultar os mais variados tipos de violência, cometidos contra os infantes.

“Libidinagem: Eduardo Gasquim, residente a rua da Conceição s/n, prezo quando seduzia uma menor de 09 anos de idade de nome Maria Aurora Ribeiro. Fato recorrido às 20 horas na Praça Ilka Moreira.”²²³

Ao consultar os jornais da época, percebe-se que principalmente as crianças menores, entre 05 e 12 anos, costumavam ser vítimas de crimes de espancamento, de estupro e de libidinagem. Tratava-se, nesse caso, de agressões, cuja natureza implicava um alto grau de violação da intimidade e do corpo do menor; considerando-se a desproporção de forças físicas entre agressor e agredido, ou ainda, o grande poder de convencimento e de manipulação da capacidade de julgamento da vítima.

“O menor Carlos Pereira de Oliveira, era empregado em uma vacaria, sita á rua Municipalidade, de propriedade de seu primo José Duarte dos Santos.

Sem outro parente que se interesse por ele, o menor, via-se obrigado a sofrer toda a sorte de maltrato por parte do patrão, que é um homem de gênio intolerável.

Antes, foi o pequeno empregado, numa mercearia, saindo dali por insistência do dono da vacaria, que lhe fazia as mais sedutoras promessas. Logo, porém que tomou conta do seu novo emprego, sentiu uma desilusão cruel, pois o seu patrão que antes parecera uma pérola, mostrou-se, como na verdade é, uma féra.

Começou, desde aí, a amargar o infeliz uma serie de sofrimentos, apanhando constantemente e recebendo os maiores ultrajes do mau sujeito. Ontem, num dos seus momentos de estupidez, ele tentou esbofetear o empregado, que lhe escapou das unhas, indo á central, onde relatou a sua vida de martírio.

A autoridade de permanência ficou de intimidar o ferrabrás, a vitima declarou que não que mais voltar para a vacaria, pois ali tem medo de morrer nas unhas do malvado.”²²⁴

A questão dos maus tratos físicos andava par e passo, com o cotidiano de vida e de trabalho das crianças pertencentes a famílias pobres trabalhadoras de Belém. Apanhar surras e tomar ‘pauladas’ de patrões, tutores, mestres e até de parentes constituía-se uma das principais reprimendas sofridas pelos menores diante de algum comportamento considerado inadequado. Especialmente, se a desobediência estava relacionada ao descumprimento de uma tarefa mandada pelo adulto, resistência ao trabalho ou preguiça.

“Reside em companhia de sua mãe Andrelina de Lima, á rua Riachuelo a menor Ambrosina da Conceição. Ontem pela manhã sua genitora ameaçou espanca-la por não ter ela lavado um vestido. A menor amedrontada resolveu fugir de casa. Quando porém passava pelo Largo da Trindade, um praça da F/P a prendeu levando-a para a Central. A autoridade de permanência mandou leva-la a casa de onde fugira.”²²⁵

Quando praticadas por estranhos nas ruas e nos espaços públicos da cidade, essas

²²³ Códices da Chefatura de Polícia. Nº 337. 14 de setembro de 1922.

²²⁴ Folha do Norte. 13 de fevereiro de 1926. Patrão Malvado – espancava o empregado – queixa a polícia

²²⁵ Folha do Norte. 16 de fevereiro de 1926. Fugiu de casa.

agressões tornavam-se mais conhecidas e passíveis de serem punidas, principalmente quando denunciadas por munícipes que presenciavam os fatos ou mesmo pela imprensa. Todavia, quando eram impetradas no interior dos domicílios, nas casas em que as crianças moravam e/ou trabalhavam, tornava-se mais difícil tomar conhecimento das ocorrências, dependendo-se de denúncias feitas por vizinhos ou conhecidos dos agressores.

Nesse contexto, verifica-se que os menores articulavam inúmeras estratégias de sobrevivência e de resistência à condição de subserviência e opressão que lhes era imposta. As fugas de casa ou do local de trabalho, buscando nas ruas a liberdade e o refúgio contra os maus tratos sofridos, revelam-se então a principal ação de enfrentamento dessas agressões.

“O guarda civil n 54, ausentou-se desta permanência dizendo Ter encontrado na estrada de São Brás a menor Emilia dos Santos Nunes, apresentando esta escoriações e ferimentos no rosto e pelo corpo, dizendo que fora espancada ontem a noite, por José Manoel Costa á estrada de São Brás n 118, onde era serviçal.”²²⁶

Sujeitos a controle dos adultos, submetidos a diversas formas de repressão por parte dos poderes públicos e tidos como perigosos pelos segmentos da imprensa letrada, esses menores criavam suas próprias formas de reagir à violência que acompanhava seu cotidiano de trabalho.

Além das fugas, queixas ao comissariado de polícia, atos de confronto de autoridade e pequenos delitos cometidos contra os patrões ou tutores também eram praticados como forma de reação.

“O chauffeur da garagem Napier, José Pereira da Silva, possui um relógio há muito tempo, votando-lhe grande estimação.

Ante-ontem trabalhava ele na referida garagem, deixando o referido objeto no bolso do paletot, em um dos compartimentos.

O menor Raymundo de Oliveira, aprendiz de mecânico, aproveitando a ocasião, lançou mão do relógio, indo esconde-lo em baixo de um automóvel.

O chauffeur, dando por falta do seu cronometro, levou queixa a polícia, tendo um agente ido a garagem, encontrando o furto, que foi apreendido, sendo entregue ao dono.”²²⁷

A tensão que permeava as relações entre menores, mestres, patrões e tutores eram constantemente reveladas nos jornais da cidade e nas ocorrências policiais e envolviam tanto situações de violência cometidas pelos adultos sobre os menores, como também comportamentos reativos das crianças em face de uma possível inserção não voluntária no mundo do trabalho.²²⁸

²²⁶ Boletins de Ocorrência. Março de 1924.

²²⁷ Folha do Norte. Belém, 04 de Fevereiro de 1926. Ia Ficando sem o relógio

²²⁸ “Foi hoje mandado amarelar, num dos confortáveis aposentos da central, Lourival Lopes de Abreu, paraense,

Ao que parece, para esses menores, trabalhar não era uma escolha, mas a única opção disponível diante das necessidades econômicas de suas famílias. Assim, esperava-se que essas crianças naturalmente aceitassem a condição de trabalhadores e possuísem certos padrões de comportamento perante suas obrigações no mundo do trabalho. Disposição e disponibilidade, obediência e subordinação estavam entre os comportamentos mais exigidos para menores.

A amplitude da violência, presente no cotidiano das crianças pobres paraauaras, fica ainda mais evidente, ao se analisarem as notícias e as ocorrências policiais que envolvem crimes sexuais. Nesse caso, as vítimas poderiam ser crianças bem pequenas ou adolescentes de ambos os sexos.

“Á noite de hontem, o menor R. S de 15 annos de idade, residente a Travessa Fructuoso Guimaraes, apresentou queixa ao commissário dr. Emílio Martins, de permanência na central de polícia, contra o individuo Manuel José da Silva, vulgo “Pernambuco”, pernambucano, pardo, solteiro, de 45 annos de idade, vendedor ambulante, residente a travessa acima referida, n. 131, ***acusando-o de ter tentado forçar-o á pratica de actos contra a natureza e, não o conseguindo, aplicado violento socco no queixoso.*** Tomadas as providencias necessárias, foi hontem, detido o acusado e recolhido ao xadrez.”²²⁹ (grifo nosso)

Apesar de não terem sido localizados os autos de inquérito relacionados à queixa acima transcrita e conseqüentemente não se dispor de mais detalhes a respeito do ocorrido, sobressai do texto o esforço empreendido pelo menor, para se desvencilhar do agressor, a ponto de este ter empregado forte soco na vítima, para contê-la e alcançar seu intento.

Sob outra ótica, parece que a necessidade de socar, imobilizar ou bater no menor, para garantir a consecução do ato, evidencia não só a resistência da vítima, mas uma espécie de desejo, por parte do agressor, de demarcar controle e poder sobre o menino molestado.

Observe-se que os efeitos de uma agressão como essa não se limitavam apenas às marcas físicas, mas podiam se estender ao domínio da cognição e dos afetos das vítimas. De fato, considerando-se a moral vigente no período, passar por esse tipo de abuso acarretava para o agredido uma espécie de estigma social, que o acompanhava ao longo da vida, funcionando como um presságio de que, muito certamente, sua história estaria marcada para sempre, facilitando-se a ocorrência de desgraças morais e familiares futuras, especialmente quando os atingidos eram do gênero feminino.

Apesar de se ter observado a predominância desses delitos envolvendo meninas, é

pardo, solteiro, de 15 anos de idade, residente à travessa do Jurunas, nº 36. É acusado de vários furtos na residência de seu patrão, João Martins, morador na rua General Gurjão, nº 96.” Folha do Norte. Belém, ...dezembro de 1939.

²²⁹ Folha do Norte. Belém, 22 de Janeiro de 1939. Fls. 4. **Na policia e nas ruas.** Corruptor de menores

correto afirmar que muitos meninos que viviam pelas ruas da cidade ou que estavam subordinados a tutores, patrões e mestres também foram alvejados por esse crime.

O caso específico do menor Manoel Alves, de 08 anos de idade, permite se discutirem um pouco mais essas reminiscências.

“(…) compareceu o menor Manoel Alves, branco, de oito anos de idade, não sabendo ler, nem escrever, órfão de pai e mãe, residente na travessa das Mercês (Marco). E as perguntas da autoridade respondeu: que ontem a noite cerca de dez horas seguia o respondente pela avenida Tito Franco em direção ao curral de “boi bumbá” que foi agarrado por um indivíduo de cor parda cujo nome veio depois a saber chamar-se Sebastião de Tal, o qual junto a uma cerca no escuro, obrigou o respondente a chupar-lhe o membro viril e a fazer outros atos imorais, depois obrigou-o a descer a calça, o que não fez, em seguida o indivíduo o conduziu até o referido campo do “bumbá” e ali o entregou a outro indivíduo cujo nome ignora, o qual por sua vez, a força, vindo trazer o respondente para o mato quando três ou quatro homens desconfiados do caso correram atrás desse segundo indivíduo o qual no momento não foi encontrado, sendo que o segundo indivíduo nada fez comigo, que mais tarde os dois indivíduos foram presos e são os mesmos que se acham presentes reconhecendo-os perfeitamente. E como nada mais disse (...)”²³⁰

As condutas referidas no depoimento estavam previstas no título VIII, do Código Penal de 1890, vigente até o ano de 1945. Nesse título eram dispostas as concepções das condutas delituosas relacionadas aos crimes contra a segurança da honra e honestidade das famílias e do ultraje público ao pudor.

“Art. 266. Attentar contra o pudor de pessoa de um, ou de outro sexo, por meio de violencias ou ameaças, com o fim de saciar paixões lascivas ou por depravação moral:

Pena – de prisão cellular por um a seis annos.

Paragrapho unico. Na mesma pena incorrerá aquelle que corromper pessoa de menor idade, praticando com ella ou contra ella actos de libidinagem.²³¹

Ora, a libidinagem abarcava a prática de atos de depravação moral em crianças ou contra crianças, conforme disposto na legislação. Consistia, portanto, crime especial que só ocorria caso o ato atentatório tivesse sido aplicado contra ou em menor. Se fosse realizado em adulto, tratava-se de atentado contra o pudor:

Em se tratando do menino Manuel, a justiça pública, na figura do delegado de polícia, entendeu tratar-se de crime de libidinagem, praticado com o exercício de violência e força, considerando-se a desproporção entre a condição dos agressores, homens adultos e a do menor, de apenas 08 anos de idade. Mais do que isso, importa considerar outros aspectos do cotidiano envolvidos no delito.

Primeiramente, ressalta-se o fato de que Manoel era órfão de pai e mãe, portanto, à luz dos discursos jurídicos da época, um menor desvalido, ou seja, destituído de proteção familiar

²³⁰ Chefatura de Polícia. Autos de Inquérito sobre o crime de libertinagem. Autos de perguntas feitas ao menor Manoel Alves. 1928.

²³¹ BRASIL. Decreto. Nº 847, de 11 de Outubro de 1890. Peromulga do Código Penal da República.

e passível de ser tutelado pelo Estado, através da internação em órgão próprio de assistência à infância ou colocação em família substituta (tutela). No caso concreto, vê-se que Manoel indicava um local de domicílio (travessa das Mercês), muito embora não fique claro com quem residia, se com parentes ou tutores legais.

O que importa é perceber que se encontrava perambulando pela rua (Tito Franco), às dez horas da noite, a uma certa distância de sua casa e, ao que parece, sozinho, sem supervisão de adultos, situação que provavelmente facilitou a aproximação dos agressores. Nesse sentido, há que se perguntar o que o menino fazia, andando pela rua naquele horário.

Analisando-se outros detalhes do depoimento, percebe-se também que Manoel dirigia-se a um curral de Boi Bumbá, quer dizer, caminhava em direção a um local de divertimento muito comum na capital paraense, naquela época, onde as camadas populares costumavam se reunir para dançar, namorar e beber uns goles de paraty.

Além de diversão, nesses espaços, costumava ser praticado um amplo comércio ambulante e de comidas, sendo comum se aglomerarem vendedores de quitutes, tacacazeiras, vendedoras de cheiro, de mingau, etc.

Das informações contidas nos autos de depoimento, não é possível precisar o motivo pelo qual o menino Manoel estava indo ao curral do Boi, se para divertir-se e olhar as danças ou para desenvolver algum tipo de trabalho como vendedor ou ambulante, o que não seria impossível, considerando-se as práticas cotidianas de sobrevivência, articuladas pelas crianças pobres belemitas e já discutidas anteriormente.

O interessante é que, mais uma vez, depara-se com uma criança que vivencia a infância de modo distinto do preconizado pelas famílias burguesas e pelo Estado, qual seja, desvencilhada da supervisão ostensiva dos adultos. Essa condição, porém, ao passo que possibilitava a essa criança a experimentação de uma certa liberdade e de maior autonomia, por vezes, a expunha a riscos físicos evidentes.

Uma vez que a legislação não previa o crime de estupro para vítimas do gênero masculino, as ocorrências que envolviam os meninos em crimes de abuso sexual eram enquadradas exclusivamente como atentado violento ao pudor ou libidinagem, conforme a especificidade do ocorrido. A exemplo do que se deu com o menor Waldemir de Souza, que foi violentado sexualmente pelo cego Justino Wanderley, que o arrastou para o mato, tendo

sua prisão decretada pela prática de ato libidinoso.²³²

Em se tratando de meninas, os crimes podiam variar entre libidinagem, atentado violento ao pudor, estupro e defloração. Este último prescindia da sedução, que assegurava ao agressor a manipulação da vontade da vítima e o consentimento para a prática do ato sexual.

Art. 267. Deflorar mulher de menor idade, empregando sedução, engano ou fraude:

Pena – de prisão celular por um a quatro annos.

Art. 268. Estuprar mulher virgem ou não, mas honesta:

Pena – de prisão celular por um a seis annos.

§ 1º Si a estuprada for mulher publica ou prostituta:

Pena – de prisão celular por seis mezes a dous annos.

§ 2º Si o crime for praticado com o concurso de duas ou mais pessoas, a pena será augmentada da quarta parte.

Art. 269. Chama-se estupro o acto pelo qual o homem abusa com violencia de uma mulher, seja virgem ou não.

Por violencia entende-se não só o emprego da força physica, como o de meios que privarem a mulher de suas faculdades psychicas, e assim da possibilidade de resistir e defender-se, como sejam o hypnotismo, o chloroformio, o ether, e em geral os anesthetics e narcoticos.”

A partir das fontes pesquisadas, notou-se um largo espectro de crimes sexuais envolvendo menores do gênero feminino, havendo predominância dos delitos de estupro e libidinagem, quando se tratava de meninas com menos de 14 anos de idade, tal qual Raymunda Maria da Conceição, de 13 anos, serviços domésticos, que foi violentada por seu padrão, consoante denunciou o jornal Folha do Norte, em julho de 1920:

“Tem o Jacynto marques uma bodega lá para os lados de São Joaquim (Marambaia), bodega essa que tem causado certos amargos de boca as raparigas do local.

Em dias da semana passada, o Marques levou para sua casa, pretextando ser para tratar a esposa, que estava doente, a menor Raymunda Maria da Conceição, de 13 anos de idade, filha de Maria Fortunata d’Assumpção.

Na noite de sexta para sábado Marques violentou a menor, dentro da sua própria casa.

O fato foi comunicado hontem, ao subprefeito do Marco, tendo esta autoridade efetuado prisão do criminoso, fazendo-o apresentar a Central, juntamente com a sua victima.”²³³

As meninas entre 14 e 18 anos costumavam figurar, nas ocorrências policiais e nas folhas jornalísticas como vítimas de sedução e posterior defloração, além de se envolverem com raptos e fugas, por causa de relacionamentos amorosos.

“Queixa: Militão Dias, residente á Trav. São Brás n 42, apresentou queixa por parte de D. Aurora Maioval, residente na Piedade n 44, contra Antonio da Silva Melo, empregado da Fábrica Palmeira, de que desconfia ser o sedutor de sua tutelada de nome Rosalina Tavares, menor de 18 anos. Antonio da Silva Melo acha-se preso. O subprefeito tomou conhecimento do fato.”²³⁴

²³² Folha do Norte. 25 de janeiro de 1920. Fls. 04. Na Polícia e nas ruas – Um crime repugnante: preso o cego Justino Wanderley – por onde ele diz Ter andado – o satyro pretendia apresentar-se amanhã, ao juiz da 4 vara.

²³³ Folha do Norte. 27 de julho de 1920. Fls. 04. Menor Violentada

²³⁴ Boletins de Ocorrência. Volume 349-B. 06 de abril de 1926.

Talvez porque nessa faixa etária se iniciassem os namoros, as aproximações afetivas com indivíduos do gênero masculino e facilitava-se a ocorrência do interlúdio sexual.

“A menor Cassilda Maria da Conceição, de 15 anos de idade e filha de Zulmira maria Emilia, residente a rua da Conceição, s/n, há tempos entreteve conhecimento com o luso José Maria, empregado em uma fábrica de cortume, começando então a namorá-lo.

José Maria por sua vez, começou a fazer fosquinhas á Zulmira, arranjou intimidade na casa da família e, finalmente, abusou da honra daquela menor.

Hontem, pela manhã, a mãe de Zulmira foi queixar-se a polícia.

Submetida a vítima ao exame médico legal, foi constatada recente ofensa.”²³⁵

Atente-se que a sedução em si mesma não era crime, mas uma conduta que precedia a prática de outro delito, a saber, o defloramento. Desse modo, seduzir alguém implicava ato preparatório para um crime posterior, ainda mais defraudador do corpo e da moral da vítima, consoante o entendimento da época.

“Queixa: Simpliciana Lima Tavares, residente no lugar Santa Maria (Guamá) queixou-se contra Nilo Silva, residente no Rio Acará, o qual no dia 03 do corrente, raptou a filha da queixosa de nome Joaquina Tavares, menor de 14 anos de idade, constando a queixosa que sua filha se encontra no igarapé Conceição próximo ao cortume “Gurjão”. ”²³⁶

Sob essa ótica, ao se refletir a respeito das notícias acima transcritas, constata-se que o grande receio das famílias ou responsáveis legais das menores era de que, uma vez seduzidas, levassem a termo a relação sexual, havendo o defloramento e, com ele, marcando-se permanentemente a reputação da vítima.

“Queixa: Monica Maria da Glória, residente á Estrada do Una n 69, queixou-se contra Salomão Gomes, também residente a mesma estrada, o qual em vias do mês de Novembro passado, deflorou sua neta de nome Clementina Madalena Fernandes, de 16 anos de idade. A menor foi submetida a exame médico legal. O acusado compareceu a esta repartição sendo intimado para hoje as 9 horas.”²³⁷

Para os queixosos, quer fossem pais, parentes ou tutores das meninas, o problema não era simplesmente a perda da virgindade, mas a corrupção moral que se acreditava que ocorreria com essas menores, após um envolvimento amoroso desse tipo, restringindo-se, a partir daí, as chances de fazerem bons casamentos ou constituírem famílias respeitáveis.

Veja-se, por exemplo, o relato que o articulista do Jornal Folha do Norte constrói acerca do abandono sofrido por Benedicta Costa, como desfecho de uma vida infeliz, que começara a ser escrita no dia em ela foi seduzida por um homem, bem mais velho, de nome Luigi de Assis com quem passou a viver maritalmente:

²³⁵ Folha do Norte. Belém, 06 de janeiro de 1920. Atentado ao pudor.

²³⁶ Boletins de Ocorrência. Volume 363. 08 de Fevereiro de 1924

²³⁷ Boletins de Ocorrência. Volume 360. 27 de dezembro de 1923.

“Abandonada pelo homem que a infelicitou, vê-se na imminência de ser jogada á rua com dois filhinhos nos braços.

Há homens, cujo temperamento frio e insensível os transforma em indivíduos calculadores e sem coração, despidos dos mais nobres atributos de que se póde orgulhar, a espécie humana. A figura principal da narrativa dolorosa consignada linhas a baixo é um desses typos que desmerecem a consideração de seus semelhantes pela ausência de bons sentimentos.

Luigi de Assis, cidadão italiano, chegou, como emigrante, há alguns anos, a esta capital. Trabucando aqui e ali, foi se arranjando como Deus houve, **até que veio a entabolar conhecimento com a menor Benedicta Costa, de 16 annos de idade, domestica da sr. Thereza Pinto de Moraes, residente a avenida Assis de Vasconcellos, número ignorado. Interessou-se pela mocinha e conseguiu, após infelicitá-la, induzir a inexperiente jovem a viver maritalmente comsigo. Estava aberto o caminho da desventura de Benedicta.** A princípio como sóe ser sempre, viveram felizes na tranquilidade passageira dos primeiros dias. Luigi tratava carinhosamente a companheira, entreabrindo-lhe rizonhas perspectivas de um futuro côr de rosa. Ultimamente, porém, demonstrando-se farto da existência em comum com Benedicta, principiou a maltratar-a, espancando mesmo aquella cuja vida desviara. A situação foi chegando, paulatinamente, a um tal extremo, que Luigi, em Novembro ultimo declarando que mandara buscar á Italia sua esposa legitima, fez ver, a senhoria do quarto que ocupava com Benedicta e mais dois filhinhos do casal, á Assis de Vasconcelos, nº 235, que não mais satisfaria o pagamento do aluguel e deveria despejar a inquilina. Benedicta que ignorava o estado civil de Luigi, ficou estarecida e implorou não a deixasse, assim, nessa situação, pois não tinha para onde ir e não podia ficar no desamparo com os menores. Luigi recusou-se a ouvir as suplicas e a deixou definitivamente, pois, dias após, chegava a esposa italiana, indo com ella cohabitar. A senhoria do quarto de Benedicta ainda se compadeceu da desgraçada, que conta atualmente de vinte anos de existência, permitindo ficasse na habitação.

Vendo, porém, que não podia pagar os alugueis de que já estavam em dois mezes atrasados, intimou-a a proceder mudança em breves dias. **Desesperada e afflicta, sem uma proteção ou auxilio, a infeliz mulher viu-se na mais angustiosa das situações, na imminência de ser jogada á via pública e ali morrer de fome com os dois filhos, Paulo, de um anno e oito mezes e Maria da Conceição, de 60 dias de vida. O caso veio terminar na polícia, que esta procurando resolver a questão da melhor forma possível.**

Luigi de Assis é estabelecido com um salão de engraxataria e venda de jornaes e revistas, denominado “Salão Popular”, á rua Conselheiro João Alfredo, contigua a “Pharmacia do povo”.²³⁸

Ao que parece, Benedita tinha 16 anos quando conheceu Luigi e envolveu-se amorosamente com ele, deixando a casa em que morava e trabalhava como empregada doméstica, passando a viver maritalmente com o italiano. Após certo período de convivência, além de tornar-se mãe de duas crianças, Benedita descobre que o companheiro era juridicamente casado com outra mulher e que ela, Benedita, havia sido até então uma espécie de amásia, que satisfazia as necessidades do imigrante, diante da impossibilidade de ter a esposa legítima ao seu lado.

A desgraça estava posta sobre a vida de Benedita, que, de acordo com a notícia, não via qualquer meio de assegurar sua sobrevivência, com duas crianças pequenas para cuidar e sem o auxilio do amásio; ao ponto de não poder pagar os alugueis do quarto em que morava, sendo despejada do imóvel.

Muito mais interessante do que saber o desfecho desditoso dessa história é perceber as nuances que envolviam a vida de Benedita na época em que conheceu o amásio. Nesse

²³⁸ Folha do Norte. Belém, 04 de janeiro de 1939. Fls. 08. **Os instantes dolorosos das existências desgraçadas.**

sentido, depreende-se do teor do relato que a jovem vivia sem qualquer auxílio parental, quando entreteceu relações com Luigi e, muito embora fosse menor de idade, já vivia às próprias expensas, trabalhando como empregada doméstica e morando no local de trabalho. Não houve, nessa perspectiva, qualquer menção à existência de um tutor, parente, pai ou mãe, que pudessem (ou se interessassem em) ter reclamado, perante as autoridades, contra o ato delituoso de Luigi (a sedução e o posterior defloramento de Benedita).

Paralelamente, deduz-se que a menor Benedita envolveu-se com *Luigi*, em parte motivada pelas perspectivas de construir um futuro familiar com ele, ou seja, ter sua própria casa, filhos e também ajuda financeira para sobreviver; tanto que, na época em que foi abandonada pelo amásio/marido, ao que tudo indica, não estava trabalhando e deixa claro para sua senhoria não ter recursos próprios para arcar com os aluguéis, os quais eram pagos por Luigi.

Sob esta ótica, a promessa de um ‘futuro cor de rosa’ também residia na perspectiva de Luigi legalizar a condição de esposa, de Benedicta, casando-se com ela e assegurando-lhe os direitos civis e sociais desse status, fato que concretamente não ocorreu, posto que o imigrante já era casado.

Dessa relação, restou para Benedita o abandono e, como única alternativa, socorrer-se perante as autoridades policiais, buscando reparação jurídica contra Luigi, que não apenas era o responsável por ela ter deixado sua casa, seu trabalho e seus meios de sobrevivência, mas que também era o pai de seus filhos, para os quais provavelmente esperava auxílio para o sustento.

Nesse momento, tem-se que a legislação que criminalizava o relacionamento sexual consensual entre um adulto e uma menor (tipificado como defloramento) era um recurso, que poderia ser utilizado para reparar as consequências negativas dessa prática, sendo invocada quando familiares, ou mesmo a vítima, sentiam-se prejudicados pelo ocorrido, diante de o criminoso não arcar com as responsabilidades sociais inerentes ao ato praticado, que poderiam ser o casamento, quando não havia impedimento legal ou o sustento da vítima e dos filhos quando a mesma engravidava. Tratava-se assim, da busca por uma reparação social e econômica, imprescindível àquelas menores, pertencentes às camadas populares.

A par dos casos em que o defloramento resultava de um envolvimento amoroso intencional, fruto de promessas e galanteios, importa reconhecer que o cotidiano de pobreza e de trabalho a que estavam sujeitas essas meninas contribuía para a ocorrência de situações em

que o interlúdio sexual decorria do uso da força por parte de um adulto que exercia algum controle sobre a menor.

2.1.3 Um desastre horrível!...as crianças e o trânsito da cidade

Está evidenciado que o contato cotidiano das crianças pobres com os espaços públicos da cidade decorria da complexa dinâmica social em que estavam inseridas, pertencendo a famílias dos segmentos de trabalhadores pobres da urbe, para os quais se impunha uma precoce imersão no mundo do trabalho, uma noção de cuidado familiar divergente daquela veiculada pelas camadas ricas, e menor vigilância do tempo e das ações das crianças.

Seja como espaço de trabalho, lazer ou ócio, a rua representava uma realidade, cujos códigos de comportamento e de conduta deveriam ser decodificados por seus transeuntes, não sendo diferente para os pequenos munícipes que nela circulavam todos os dias. Estar nas ruas exigia o domínio de certos ritmos para andar e locomover-se, o conhecimento de sons e paisagens, a capacidade de ler olhares e posturas, e principalmente, de agir conforme os padrões de civilidade e polidez exigidos pela sociedade letrada, evitando-se situações de conflito, de vergonha pública ou de falta de decoro.

Para as crianças, esses detalhes mostravam-se ainda mais complicados, na medida em que se esperava delas, sob qualquer circunstância, uma conduta de subordinação em relação à autoridade dos mais velhos, à contenção de gestos, posturas e humores; ao mesmo tempo em que se exigia, durante o desempenho de tarefas e mandados pelas ruas, desenvoltura própria de um adulto, agilidade ao andar e atravessar as vias, maturidade para enfrentar conflitos e situações inesperadas, que se passavam nesses territórios de uso essencialmente coletivo.

Dessa forma, os menores transitavam pelos espaços da urbe oscilando entre satisfazer as demandas inerentes ao mundo dos adultos e seguir as temporalidades, ritmos e atitudes que eram próprias do universo infantil e juvenil. Com isso, se metiam em circunstâncias e fatos que revelam os modos como esse segmento de munícipes absorvia as tensões decorrentes de se viver na cidade.

Entre as ocorrências mais comuns, que diziam respeito à presença de crianças pobres nos espaços públicos urbanos, estavam os acidentes de trânsito, que abarcavam desde atropelamentos por automóveis até choques contra carroças e sinistros relacionados aos bondes elétricos.

Atente-se que, no período pesquisado, a capital paraense assistiu ao surgimento de um novo contexto de mobilidade urbana, em que as ruas deixaram de ser o espaço privilegiado para o passeio e o trânsito de pessoas e se tornaram um campo de batalhas entre transeuntes e veículos, os quais asseguravam os fluxos de deslocamento humano e de transporte de cargas pela cidade.

“Os automóveis entenderam de fazer picardias aos bondes e raro é o dia que não se dão ao prego sobre os trilhos daqueles fazendo-os ficar parados por muito tempo.

Ante-hontem, a meia noite, um automóvel deitou-se sobre os trilhos da avenida São Jerônimo durante mais de uma hora, interrompendo o tráfego dos bondes ali.”²³⁹

De modo semelhante ao fenômeno que ocorreu em São Paulo nos anos 20, a cidade vivenciou uma verdadeira e assustadora explosão do trânsito e as consequentes dificuldades para se caminhar pelas vias de circulação, sem se enfrentar o desafio de uma travessia por entre os automóveis, bondes e carroças, ocasionando o que o historiador Marcos Sávio classificou como uma *batalha pelo espaço*, que originava um contexto de ausência de leis claras sobre transporte, conflitos entre pedestres, carroças, bondes, bicicletas, motocicletas e automóveis.²⁴⁰

Essa situação por si mesma causava tumultos quase diários, especialmente em virtude dos frequentes choques que ocorriam entre os automóveis, bondes, bicicletas e carroças, que vitimavam não apenas adultos, mas em grande quantidade, crianças e idosos.

“O eléctrico 123, chapa nº30, da linha de Santa Izabel, apanhou, hontem, á 1 hora da tarde, á avenida Independência, esquina com a travessa 9 de janeiro, o vendedor ambulante Francisco Lopes Barbosa.

Escusado dizer que houve soma de grande culpabilidade da parte do motorista nº 389, que o guiava, tendo o pobre homem sido atirado fora dos trilhos, gravemente contundido perdendo os sentidos.

O motorista imprimia após o desastre a velocidade máxima ao caro e, ao chegar em frente ao Cemitério de Santa Isabel, abandonou o veículo e fugiu.

A vítima que é cearense, de 60 anos de idade, casado com Isabel Maria da Conceição, residente à avenida Gentil Bittencourt, 129, **foi levado em automóvel até a estação policial**, onde forneceram uma guia para ser recolhido à Santa Casa.

Barbosa veio a falecer as 5 ½ da tarde, sendo o seu cadáver transportado para o necrotério estadual, afim de ser autopsiado.”²⁴¹

Tais fatos tomavam proporções novelísticas nas páginas dos jornais e revistas locais, sinalizando o derradeiro conflito entre os ícones da modernidade dos anos 20, o automóvel e o bonde.

²³⁹ Folha do Norte. Belém, 20 de fevereiro de 1920. Na polícia e nas ruas. Entre autos e bondes.

²⁴⁰ SÁVIO, Marco Antonio Cornacioni. *A modernidade sobre rodas. São Paulo, tecnologia automotiva e cultura nos anos 20*. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: SP, 2000. Dissertação de Mestrado. Pp.116-117

²⁴¹ Folha do Norte. 19 de janeiro de 1915. Fls. 03. Coluna 01. As vítimas dos electros.

Contraditoriamente, bondes e automóveis, conforme pode-se extrair do teor da notícia acima, podiam tanto compor os cenários de horror que envolviam os acidentes nas ruas da cidade, quanto ser o meio de socorro que assegurava agilidade suficiente para transportar doentes, diminuindo distâncias e agilizando o atendimento.

Se, por um lado, a imprensa evidenciava o aspecto violento do acidente, a intensidade do choque, os ferimentos, a fuga do motorista, as condições pessoais e familiares da vítima, deixava também antever a impossibilidade de se excluir da paisagem urbana esses dois signos da modernidade (automóvel e bonde), os quais, cada vez mais, passaram a fazer parte do cotidiano dos moradores da cidade.

Ao se analisarem as nuances dos acidentes envolvendo esses meios de transporte e as crianças trabalhadoras da urbe, visualizam-se mais claramente os enfrentamentos diários que elas experimentavam, ao fazer dos espaços públicos da cidade seus territórios de vida, trabalho e lazer.

“Hontem, pela manhã, o guarda civil n.251, da Polícia Marítima, apresentou à permanência da Central, Raymunda Barbosa, de 17 anos de idade, residente a travessa 22 de Junho, nº50, a qual, cerca de 8 ½ fora apanhada por um bonde da linha do Curro, guiado pelo monorteiro nº508, na rua da Municipalidade, recebendo vários ferimentos na cabeça e na perna esquerda.

A vítima recebeu curativos no posto da Assistência Pública, indo em seguida para sua residência.”²⁴²

Nessa conjuntura, a forma como esses menores se relacionavam com tais objetos de cultura material, buscando firmar o seu próprio direito de ir e vir na cidade, possibilita compreender melhor o processo de afirmação de um estilo de vida urbana, pautado na aceleração dos tempos e dos movimentos, no domínio da máquina sobre a natureza e o homem, e na constituição da cidade como *território* de disputas e tensões constantes pelo uso dos espaços.

“Comunicação: do posto Nazareth foi comunicado á esta permanencia as 24 horas e cinco minutos que foi atropelado por um bonde da linha circular á Av. Generalissimo Deodoro canto com a Estrada de São Brás, o menor de nome Modesto Frazão, de 13 anos de idade do capitão Frazão, saindo o referido menor com o pé esmagado sendo socorrido pela Assistência Pública ao Hospital da Santa Casa de Misericórdia.”²⁴³

É claro que, nesse movimento, nem sempre os menores foram vítimas das circunstâncias, mostrando-se, em alguns casos, como provocadores e até algozes das ocorrências, principalmente ao burlarem as formas convencionais de locomoção, pulando sorrateiramente para dentro dos trens para não pagar os tickets (morcegando bondes), ao

²⁴² Folha do Norte. 05 de abril de 1931.fl.s.

²⁴³ Boletins de Ocorrência. Volume 338. 22 de outubro de 1922.

dirigirem ou manobramentos carroças a trabalho, e ao enfrentarem condutores de veículos com os quais disputavam o espaço das vias.

“Á central de policia, Manoel Felício de Sousa, motorneiro n. 505, do Pará Elétrica, queixou-se contra o carroceiro Antonio Cardoso de Sousa, que conduzindo *uma carroça puxada por um menor*, ao sair da estancia de madeiras Fonseca Diniz, á rua 28 de Setembro, bateu o farou dianteiro de um bonde guiado pelo queixoso.”²⁴⁴ (grifo nosso)

Em todos esses acontecimentos, o que se presenciava era uma verdadeira guerra por territórios, na qual crianças e jovens quase sempre saiam perdendo para os bondes e automóveis. E, em algumas situações, o prejuízo não era tão somente bens materiais, como uma carga ou um pacote, estendendo-se, em muitos momentos, à perda da própria vida ou da saúde física.

“Nesta permanência foi comunicado que um menor de nome Alziro Maia, maranhense, parda de 12 anos de idade, residente á Estrada de São Brás, n 36, na ocasião em que descia de um bond no largo da Pólvora, cerca das 17 horas, caiu desastrosamente ao solo fraturando a perna esquerda. O ferido foi socorrido pela Assistência Pública que o transportou para a Santa Casa.”²⁴⁵

Mais uma vez, pela leitura das matérias de jornais e pela consulta aos autos de processos de ferimentos por imprudência (e até de acidentes de trabalho), percebe-se que as crianças envolvidas nos atropelamentos e choques com bondes e automóveis são principalmente aquelas pertencentes aos segmentos mais pobres da cidade.

Constata-se ainda que inúmeros infantes vitimados nesses sinistros estavam nas ruas transitando sem supervisão parental e percorrendo longas distâncias que iam dos seus domicílios até algum outro ponto da cidade, para o qual desejavam se dirigir, a exemplo do acidente em que se envolveu o menor Firmino Francisco dos Santos, de 15 anos de idade, residente na Avenida São Jerônimo, que foi ‘recolhido’ por um bonde na Avenida Cypriano Santos, no bairro de Canudos, tendo seu pé direito esmagado e sua perna esquerda fraturada, vindo posteriormente a morrer no Hospital da Santa Casa de Misericórdia.²⁴⁶

Em várias ocasiões, esses meninos e meninas burlavam motoristas e cobradores do *trollers*, para poder se utilizar dos transportes coletivos de modo gratuito. Costumavam dar-se à pratica de *morcegar o bonde*, que significava tomá-lo de assalto, pelas laterais traseiras, sem que tivesse parado totalmente e sem pagar a passagem ao motorneiro, descendo rapidamente assim que avistavam o local de destino.

Essa prática facilitava a ocorrência de inúmeros acidentes envolvendo os menores,

²⁴⁴ Folha do Norte. 07 de Janeiro de 1939. Fls.02. A carroça Bateu o bonde.

²⁴⁵ Boletins de Ocorrência. Volume 365. 05 de março de 1924. Ocorrência.

²⁴⁶ Folha do Norte. 10 de fevereiro de 1926. Folha 03. Coluna 02. Morreu no Hospital.

pois muitos deles não tinham nem a compleição física necessária para pendurar-se no estribo, nem a agilidade suficiente para correr e subir rapidamente no trem em movimento, de forma segura.

É natural que se pergunte por que esses meninos e meninas insistiam nessa prática tão arriscada?

Considerando-se que várias dessas crianças trabalhavam nas ruas da cidade, desempenhando ofícios que exigiam constante deslocamento de um ponto para outro da urbe, andar de bonde significava gastar menos tempo de locomoção, facilitando a execução de tarefas e diminuindo o cansaço das longas caminhadas.

Considerando-se ainda que não tinham ganhos fixos e que sua remuneração dependia da quantidade de tarefas que conseguiam cumprir, reduzir o tempo gasto com os mandados, biscates, entregas e vendas possibilitava arrumar mais serviços em um mesmo espaço de tempo, aumento as rendas e diminuindo o desgaste físico. Nesse contexto, qualquer custo adicional com passagens significaria reduzir a remuneração e, por conseguinte, piorar ainda mais as condições de trabalho e de sobrevivência.

Por outro lado, andar de bonde significava ter contato com diferentes paisagens da urbe, ver e escutar histórias inusitadas contadas por passageiros pouco atentos para os ouvintes de suas conversas. Significava também observar a cidade a partir de um ângulo e em um ritmo diferente de uma caminhada, olhando detalhes que não eram percebidos do chão das calçadas e ruas, podendo jogar pilhérias para transeuntes menos avisados, sem o risco de ser pego, já que a velocidade do veículo assegurava uma fuga mais rápida.

Ademais, era possível tirar outras vantagens das viagens de bonde, apropriando-se de objetos esquecidos por passageiros, surrupiando moedas e cédulas dos bolsos dos mais descuidados. Enfim, criando novas oportunidades de ganhos, em face de um cotidiano cercado de significativa pobreza.

Assim, a prática do morcegar e/ou tentar tomar de assalto o bonde, conforme exposto acima, causava muitos dos acidentes que atingiam as crianças trabalhadoras pobres da capital parauara.

Nessas ocorrências, poucas vezes encontra-se referência à presença de algum adulto próximo à criança ou jovem atropelado. De fato, os meninos e meninas que se davam a prática de *morcegar* ou pular com o vagão em movimento, parecem fazer parte de um grupo

de munícipes que, embora de tenra idade, já conhecia com certa destreza os códigos e ritmos de comportamento impostos pela vida urbana. Desse modo, ao ver um bonde se aproximando e necessitando tomá-lo, não pensavam duas vezes e pulavam no estribo, ainda que o veículo estivesse em movimento ou que não estivesse em um ponto de parada oficial.

“Quando andava morcegando bondes, à rua Conselheiro João Alfredo, foi preso, as 8 horas da noite passada, o menor Manuel Santos, português, branco e que disse morar à Avenida Ceará (Canudos). Manoel ficou no pátio da central de polícia.”²⁴⁷

Acostumados a andar pelas ruas, em diferentes horários, conhecedores dos trajetos dos bondes e dos caminhos da cidade que precisavam percorrer, esses jovens meninos e meninas se apropriavam dos veículos, com base em suas necessidades de vida, conduta que parecia não ser aceita com tranquilidade por motorneiros, passageiros dos trollers e articulistas de jornais.

“O menor Manuel Ferreira dos Santos, “morcegava” um bonde, hontem, às 5 horas da tarde, à avenida 16 de Novembro. No perímetro formado pelas ruas Santo Amaro e Triunvirato, o condutor do carro obrigou o pequeno a descer. Este, ao abandonar o estribo foi colhido por um elétrico da Linha Circular, que trafegava em sentido contrário. Ferido na cabeça e contundido em várias partes do corpo, foi socorrido pela Assistência Pública e recolhido à Santa Casa.

Manuel Ferreira dos Santos é paraense, de 13 anos, filho de Prudêncio Ferreira dos Santos, com quem reside à Travessa dos Jurunas, 86.”²⁴⁸

Para aqueles, tais crianças eram audaciosas e inconsequentes, arriscando a própria vida e a dos passageiros que se utilizavam do transporte, posto que uma batida mais violenta poderia provocar inclusive o descarrilamento do bonde, sem contar que eram insolentes, por perturbar o sossego dos passageiros em suas viagens.

Todavia, na perspectiva dos infantes suas condutas não eram anômalas das demais a que estavam acostumados no cotidiano da cidade, ou seja, correr para tomar o bonde, subir e/ou saltar do estribo com o carro em movimento, apropriar-se de objetos esquecidos nos vagões, discutir com motorneiros e cobradores dos veículos, constituíam-se situações que faziam parte do dia-a-dia da urbe. Tanto no âmbito das condutas das crianças, quanto na esfera das práticas sociais empreendidas pelos adultos.

Processo interessante, que revela algumas minúcias das relações cotidianas entretecidas pelos jovens e crianças trabalhadores com o uso dos bondes, foi aquele movido pela Curadoria de Acidentes de trabalho, em favor do espólio do menor Eusébio da Silva Nogueira, de 17 anos, morador à Travessa Marquez de Herval (Pedreira) e de profissão

²⁴⁷ Folha do Norte. 05 de agosto de 1930. Fls. 05. Morcegando Bondes.

²⁴⁸ Folha do Norte. 27 de fevereiro de 1931. Fl. 05. Na Polícia e nas Ruas. Dois Desastres de Bonde.

graxeiro da Companhia de Bondes Paraense, o qual foi atropelado e morto por um carro-vagão da própria companhia, quando tentava tomar o veículo em uma rua da área central da cidade durante seu horário de trabalho.

A partir do cotejamento dos relatos das testemunhas, da madrastra e do depoimento do acusado pelo atropelamento, verifica-se que Eusébio não só trabalhava, como sua renda fazia diferença no orçamento da família, uma vez que era a partir dos seus ganhos salariais que conseguia assegurar melhores condições de escolaridade para a irmã. Se não, leia-se o depoimento da sra. Maria do Carmo Pereira:

“Compareceu Maria do Carmo Pereira, paraense, parda, 28 annos de idade, solteira, serviços domésticos, analfabeta, residente a travessa Marques de Herval, sem número, bairro da Pedreira e ás perguntas da autoridade respondeu: Foi casada apenas no religioso com Francisco da Silva Nogueira, pai de Euzébio da Silva Nogueira, que este é o nome do rapaz que no dia 18 deste mez foi colhido por um bonde da linha da Pedreira, pela manhã, desastre em consequência do qual veio a morrer, á rua 28 de Setembro, entre as travessas Quintino Bocayuva e Ruy Barbosa; **que Euzébio da Silva Nogueira trabalhava como graxeiro da companhia de bondes; que se encontrava em serviço; que morava com a respondente á travessa Marques de Herval, pois se considerava seu enteado e ajudava-a, mesmo, monetariamente, contribuindo para o pagamento da escola de uma filha da respondente, irmã de Eusébio, por parte de pae**, pois era filha do genitor delle.” (grifos nosso)²⁴⁹

Em outras palavras, o que o conteúdo do depoimento mostra é que Eusébio contribuía para a geração das rendas da família, ombro a ombro com a madrastra, responsabilizando-se por garantir o acesso de sua irmã a uma educação escolar; normalmente não frequentada pelos segmentos pobres da urbe.

Morador do bairro da Pedreira, Eusébio deslocava-se cotidianamente entre uma área até então considerada suburbana e o centro comercial de Belém, onde se localizava a estação central dos bondes, nas proximidades do Ver-o-Peso; local em que provavelmente se fazia a manutenção dos vagões e onde ele certamente trabalhava boa parte do dia.

Em virtude do serviço que prestava (graxeiro) a *Cia Elétrica Paraense*, Eusébio também precisava fazer outros deslocamentos, para diferentes pontos da cidade, no horário de trabalho, uma vez que deveria ser um dos responsáveis por garantir o reparo dos bondes que tivessem sofrido alguma pane, em razão da falta de lubrificação no maquinário. Além disso, era necessário retornar ao ponto central dos *trollers*, após cumprir essas operações. Talvez por isso, ele tenha apanhado o bonde que subia a Rua 28 de Setembro (próximo ao Largo da Pólvora) em direção ao Ver-o-Peso.

Essa rotina, por si mesma, exigia um conhecimento significativo dos percursos das

²⁴⁹ Autos Cíveis de Acidente de Trabalho em que foi vítima Eusébio da Silva Nogueira. 1932.

linhas dos bondes, bem como agilidade para movimentar-se pela cidade, conseguindo cumprir as demandas do trabalho e ainda dispor de tempo para trocar conversas com os amigos e conhecidos que iam sendo encontrados pelo caminho, conforme indica o depoimento de uma das testemunhas do acidente:

“(…) compareceu José Francisco Ferreira, cearense, pardo, de 20 annos de idade, solteiro, vassoureiro, sabendo assignar o seu nome, residente á rua 28 de Setembro, nº 244 B, e ás perguntas respondeu que no dia 18 do corrente mez ***o respondente falava á porta de sua casa com o seu conhecido, de quem ignora o nome, mas sabia ser graxeiro da companhia de eletricidade do paraense, quando aquelle conhecido do respondente se despede, apressadamente dizendo que ia lá pra baixo e precipita-se para tomar um bonde da linha da Pedreira, com reboque, que passava, na ocasião, em marcha regular; que seriam cerca de uma 9h30 minutos para as 10h00;*** que a casa do respondente fica situada á rua 28 de Setembro, no perímetro compreendido entre as Travessas Quintino Bocayuva e Ruy Barbosa e os bondes passam em sua porta; que quando aquelle seu conhecido graxeiro precipitou-se para tomar o bonde, o respondente ainda viu-o colocar o pé no estribo dianteiro do reboque e o respondente retirou-se para o interior de sua habitação, quando ouviu gritos de alarme na rua, que o fez retroceder até a porta a saber do que se tratava; que procurando saber o que houvera foi informado de que o graxeiro referido tinha sido colhido pelo reboque do bonde da linha da Pedreira; que o respondente viu estarem retirando o graxeiro de sob as rodas do vehiculo; que o graxeiro tomou, de facto, o bonde de assalto, fora do ponto de parada, pois no meio do quarteirão e o motorneiro não viu, pois o bonde já ia passando.” (grifos nossos)

A correria, a pressa e a necessidade de dominar o ritmo da vida urbana faziam parte do cotidiano do menor Eusébio, que, com 17 anos, tomava ares de adulto, desempenhando uma profissão, a partir da qual se sustentava e se fazia identificar e conhecer pelas pessoas com quem convivia.

Desse modo, o rapaz Eusébio acreditava conhecer suficientemente os modos de se comportar nos espaços citadinos e como se utilizar dos artefatos introduzidos pela modernidade urbana, a exemplo do Bonde. Todavia, expôs a própria vida em uma conduta que demonstrou, mais uma vez, a supremacia da máquina sobre o homem, da aceleração do tempo na cidade moderna sobre os simples hábitos do cotidiano (como a breve conversa com o conhecido).

Os ritmos da vida urbana, com seus artefatos tecnológicos, como o bonde, o trem e o automóvel, dentre outros, estavam de tal forma alterando as percepções que os munícipes nutriam sobre a realidade citadina, que, ao serem questionadas sobre as circunstâncias do atropelamento, as testemunhas foram enfáticas em apontar a responsabilidade do menor Eusébio pelo ocorrido:

“Sandoval Costa, paraense, moreno, de 17 annos de idade, solteiro, bombeiro voluntário de nº 25, sabendo ler e escrever, residente a travessa Ruy Barbosa, nº 17, e as perguntas ***respondeu que vinha num bonde da linha da Pedreira que descia rumo ao Ver-o-peso, que certa de 9h47 minutos, vinha o bonde referido pela via 28 de Setembro, quando inesperadamente um transeunte, atravessando a rua, de um lado para o outro, toma de assalto pelo lado da***

entrelinha o aludido vehiculo, sem dar tempo ao que o motorneiro freiasse o carro, que vinha a quatro pontos, apenas de marcha; que o referido transeunte num gesto infeliz, falseia o pé e cahe entre o bonde motor e o reboque, pois que tinha tentado tomar o bonde pela plataforma trazeira; que como disse acima, cahindo o referido indivíduo , foi colhido pelas rodas do reboque, recebendo ferimentos no pé esquerdo e no frontal, também esquerdo; que o motorneiro não reparou no gesto da victima quando vinha tomar de assalto, o vehiculo, tendo, entretanto, parado o bonde, logo que gritaram, dizendo que tinha um homem embaixo do bonde; que a culpa do acidente cabe a victima, não só por ter tomado o carro pela entrelinha, na plataforma trazera, fora do ponto de parada, de assalto, como porque sofria uma lesão no pé esquerdo, que o tornava claudicante;” (grifos nossos)

Nessa perspectiva, a condição física precedente da vítima (a perna claudicante) explicava satisfatoriamente o desastre, na medida em que justificava a vagarosidade por parte do menor em subir no vagão. Tudo isso, sutilmente implícito nas falas das testemunhas.

*“Manoel de Souza Leão Filho, rio grandense do norte, branco, de 23 annos de idade, solteiro, auxiliar do commercio, sabendo ler e escrever, reside á rua Doutor Malcher, nº17, e ás perguntas da autoridade, depois de prestar a afirmação da lei, respondeu que no dia 18 do mez corrente, cerca de 9 horas o respondente tomou o bonde da linha da Pedreira, nº 35, com reboque de número 113 que se dirigia ao Ver-o-peso, e isso o fez a esquina da rua Bernardo Couto com a travessa 14 de Março, que o respondente sentou-se no primeiro banco do vehiculo, á esquerda de frente para o motorneiro, **que o bonde levava poucos passageiros, no máximo meia dúzia deles; que quando o bonde transpões a esquina da trav, Quintino Bocayuva, seguindo ao longo da rua 28 de Setembro, no meio do quarteirão compreendido entre aquella travessa e a outra, um popular que se encontrava parado, em, frente ao estabelecimento de nome “Ponto Certo”, deu um grito de alarme para o bonde; que o bonde levava marcha diminuída e o motorneiro, áquella exclamação e ao clamor que se levantou do reboque, teve facilidade em travar o carro, que parou; que foi então que o respondente veio a saber que o bonde havia colhido em suas rodas um homem; que alias, não foi o bonde motor que o apanhou e sim o reboque que nelle vinha atrelado; que o respondente não sabe informar como se deu o desastre, mas acredita que a victima havia tomado o bonde de assalto e fora do ponto de parada; que quando o respondente apeou-se do bonde motor para verificar o que houvera, viu embaixo do reboque uma pessoa toda ensanguentada junto as primeiras rodas,** que depois veio a constatar ser um homem com a cabeça partida e o pé esmagado;(...)” (grifos nossos)*

A partir dessa leitura, poder-se-ia remeter o acontecimento ao campo das fatalidades, ainda que se saiba que a velocidade empregada pelos bondes elétricos tenha se constituído, por muito tempo, uma novidade em termos de aceleração e deslocamento, tendo sido necessárias algumas décadas para que os pedestres se acostumassem com tais maquinários.

E mesmo aqueles sujeitos que não viram o acidente no instante em que aconteceu, tendo chegado depois do motorneiro parar o vagão e fugir, ou ainda aqueles que chegaram ao local durante a aglomeração popular em torno do corpo do rapaz morto, apontavam para a lentidão do falecido e para os riscos que sua conduta.

A preocupação do acusado em demonstrar sua inocência, em relação ao atropelamento de Eusébio, é evidente em seu depoimento. Isto decorre não apenas do temor da aplicação das penas da lei, mas também do receio de perder a própria profissão ao ter caçada a licença para dirigir bondes, caso viesse a ser condenado.

“(…)que hoje às 9h47, vinha o respondente com o bonde da linha da Pedreira que guiava, em direção ao Ver-o-peso, **quando ao passar na rua 28 de Setembro, entre as travessas Quintino Bocayuva e Ruy Barbosa, sentiu que o carro estava pezado, como que tendo algum obstáculo nas rodas; que, imediatamente desligou a corrente, parando, acto continuo, o bonde que vinha, apenas, a quatro pontos, que feita essa manobra, ouviu gritarem qua havia um home de baixo do bonde, que o respondente tentou fugir , porém por achar-se doente de uma perna, não pode correr e** assim foi preso por um guarda civil quando seguia pela travessa Ruy Barbosa, que não viu o home sob as rodas do bonde e nem soube no local como aconteceu o desastre. E como nada mais disse.(…)” (grifos nossos)

Segundo os autos, o acusado Raymundo Nonato da Silva, era brasileiro, casado, de 31 annos de idade, motorneiro nº 417 da companhia paraense de eletricidade, residente na rua dos Mundurucus nº 174, no bairro do Jurunas. E assim como outros trabalhadores da cidade, tinha seus ganhos diários vinculados ao cumprimento de uma jornada de trabalho; tanto que, mesmo doente da perna, fora trabalhar e guiar o bonde. Esse pequeno detalhe parece ter passado despercebido ao promotor, não se questionando, no processo, até que ponto a doença na perna do motorneiro interferiu em sua capacidade de frear ou desviar-se do obstáculo.²⁵⁰

Por não se tratar de um processo criminal de acidente de trabalho, mas de uma ação cível, o pagamento de indenização ocorreria desde que provado que a morte tinha se dado durante o expediente de trabalho, fato que realmente aconteceu.

Não se encontrou outro processo de natureza criminal, em que estivesse sendo investigada a morte do menor Eusébio; contudo, parece razoável afirmar que diante do fato do motorneiro nº 417 ter sido inocentado ao final da lide, não se juntaram provas suficientes para se mover um processo criminal contra o mesmo.

Ao final do procedimento jurídico, o despacho do promotor que pediu ao Juiz de Direito o arquivamento do processo, demonstra o entendimento dos representantes do Estado de que o causador do infortúnio era a própria vítima, a qual, na sua atitude de *‘ficar posicionada’* no lugar errado da via, tentou correr para pegar o bonde e tomá-lo de assalto pelo lado que não era o permitido, expondo-se ao risco inerente de um acidente grave.

“A simples leitura dos presentes autos basta para a conclusão a que desde logo se chega da manifestação improcedência da acusação.

O facto foi puramente casual ou por imprudência da própria victima ao tentar tomar o bonde em movimento, pelo lado contrário ao determinado no regulamento de viação urbana, conforme declaração expressa e uniforme de todas as testemunhas inquiridas.

Effetivamente na instrução judicial depuseram três testemunhas, oferecidas pela Promotoria

²⁵⁰ **Observação mais apurada** sobre as condições de vida do condutor do bonde **leva à conclusão de que** ele também fazia parte de um segmento social da urbe que vivia sob condições de pobreza considerável, ainda que ocupando uma posição no mercado formal de empregos. **Retirar-lhe** a autorização para dirigir seria lhe furtar a fonte de sustento e jogá-lo imediatamente à mercê de desempenhar trabalhos no mercado informal.

Pública, provando os seus depoimentos a falta de qualquer resquício de culpa da parte do denunciado, em relação ao facto em apreço que teria ocorrido sem a sua responsabilidade.

Em taes circunstancias, havendo o denunciado e conduzido, na ocasião do acidente, com presteza, perícia e diligencia, nada mais a mister expor, em fase do que, entregando a decisão desse Juízo a presente causa, esperamos, com serena confiança na integridade e critério do digno julgador, a imprudência do denunciado como indiscutível.”

O valor afetivo da perda da vida de Eusébio da Silva Nogueira não poderia ser computado por familiares e parentes, porém, para o capital, ele se traduzia numa indenização pecuniária, em virtude da morte ter acontecido durante a jornada de trabalho. Ao fim e ao cabo, Eusébio valeu aquilo que o juiz de acidentes do trabalho calculou como sendo o prejuízo financeiro que a família teria, ao longo de um mês de serviços prestados pelo menor à Cia Paraense de Eletrecidade. E assim, pagos por meio de uma Companhia de Seguros, os devidos valores à madrastra de Eusébio, deu-se por quitada a responsabilidade que a empresa tinha pelo falecimento do menor.

“Vistos

Homologo por sentença o termo de acordo, pagamento e quitação levado a efeito pela Sul America e Maria do Carmo Nogueira, da morte de um filho de criação, Eusébio d Silva Nogueira. Tudo de acordo com os pareceres da curadoria e prova dos autos.”

E a cidade continuou a ver muitos jovens e crianças embaixo das linhas dos bondes, após tentar *morcegar* uma viagem.

Outro âmbito da relação estabelecida entre as crianças pobres que andarilhavam pelas ruas e os bondes diz respeito àquelas situações em que os menores são atropelados durante a travessia de uma via ou mesmo quando estão parados em determinados pontos que fazem parte da rota dos *trollers*.

“O descuido de certas mães, que não sabem restringir, em termos, o espirito de traquinagem que caracteriza seu filhinho, há ocasionado desastres, muitos dos quaes de fatais consequências. Ainda hontem, por um triz, uma creança não foi violentamente apanhada por um bonde. Seriam mais ou menos 8 horas da manhã. Descia á avenida 15 de Agosto, o bonde da chapa 225, da linha “Cremação”, guiado pelo motoneiro n. 378. Ao aproximar-se da rua Aristides Lobo, surgiu ainda dessa artéria, uma criancinha de 02 para 03 annos de idade, que, sem prever as consequências do seu gesto, procurou atravessar a frente do vehiculo que desenvolvia regular velocidade. Devido ao tamanho da creança só foi ella divisada pelo motoneiro e passageiros do carro, quando já estava prestes a ser apanhada. Uma exclamação de angustia ouviu-se nessa ocasião, enquanto o 378 num supremo esforço, freiou imediatamente o bonde, salvando, talvez de morte certa, a innocentezinha. Estas informações foram dadas pelo sr. Carlos Victor Lopes, funcionário da secretaria geral do Estado, que viajava no bonde em apreço. Que sirva de advertência as descuidadas genitoras, que, assim, expõem seus rebentos a constantes perigos.”

Nesses casos, os motoneiros também alegavam que não estavam em alta velocidade, que buzinaaram para alertar sobre sua aproximação ou que ‘fizeram de tudo’ para que a criança e/ou jovem os vissem e, por conseguinte, se afastassem do traçado do trem. Em se tratando do

modo como os bondes eram conduzidos, deve ser lembrado que havia uma peculiaridade, qual fosse a impossibilidade de o motorista desviar para a direita ou esquerda, além do limite dos trilhos, ou seja, só restava ao motoneiro, diante de transeunte na pista, frear para tentar evitar o choque.

As crianças e jovens acidentados pelos bondes, nessa outra condição, diversamente das anteriores, parecem não ter conseguido decodificar os símbolos que regiam a vida nas grandes cidades, tornando-se alvos fáceis dos atropelamentos e acidentes.

“À tarde de ontem quando era intenso o movimento na avenida Generalissimo Deodoro, uma menina de nome ignorado escapou de morrer sob as rodas de um elétrico. Na ocasião em que passaram os carros carnavalescos a menor, procurando apanhar uma serpentina atirou-se ao leito dos trilhos, escapando de ser apanhada pelo veículo, graças a presteza com que o soldado, do regimento de cavalaria João Fernandez, n 67, a arrebatou ao perigo, merecendo, por esse ato, louvores dos que assistiram ao fato.”²⁵¹

O desconhecimento em relação aos limites de uso das ruas por pedestres e veículos e a insistência em se utilizar dos espaços citadinos da maneira que mais lhes conviesse faziam dessas crianças sujeitos passíveis de sofrerem atropelamentos pelos bondes e também por automóveis que transitavam pela cidade, posto que brincavam pelas vias sem atentar para a aproximação de veículos, ficavam paradas em trechos das ruas, propícios às curvas e manobras mais perigosas dos veículos, corriam nas proximidades dos pontos de parada dos bondes e na frente dos automóveis, dentre outras condutas tidas como arriscadas.

Ainda que os atropelamentos por bondes tenham sido os causadores mais evidentes dos infortúnios com as crianças que perambulavam pelas ruas de Belém, eles não foram os únicos. Em relação aos automóveis, a situação não foi muito diferente, pois a introdução desse artefato na dinâmica citadina impôs uma reelaboração das formas pelas quais esses menores se relacionavam com a velocidade do trânsito, a periculosidade inerente aos choques com os veículos de tração mecânica e também o fascínio que esse novo objeto causava, como símbolo de uma era tecnológica e de possibilidades ilimitadas.

Nos autos processuais de ferimentos por imprudência de que foi vítima o menor Abdon Pereira Queiroz, pardo, de 13 anos de idade, residente na avenida Almirante Wandenkölke, nº 623, no Umarizal, podem-se vislumbrar várias dessas questões. O acidente envolveu ao mesmo tempo um bonde, um caminhão e o automóvel nº 39, da Sociedade Cooperativa Limitada, de propriedade do Sr. Sidrin, indicando a intensificação do tráfego de veículos e de pessoas, que passou a se dar na capital paraense a partir dos anos 1920.

²⁵¹ Folha do Norte. Belém, 15 de fevereiro de 1926. Ia ficando embaixo do bonde.

Os depoimentos da vítima, das testemunhas e do réu Jonas Rocha Santos, chauffeur, paraense, 27 anos de idade, alfabetizado e residente na Avenida Conselheiro Furtado, nº 1009, evidenciam como muitas crianças e jovens das camadas populares se relacionavam com o trânsito citadino e os modos como articulavam práticas de apropriação dos novos artefatos introduzidos na urbe.

“Que no dia 18 do corrente, cerca de onze horas da manhã, saiu da residência de sua genitora, a fim de dirigir-se a casa de sua tia Veronica e empregada à avenida São Jerônimo, subindo a rua Domingos Marreiros, que ao chegar em frente a uma foguetaria viu um auto caminhão que seguia na rua e avenida Dois de Dezembro, no trecho compreendido entre Souza Franco e Wandenkolke, saltou, ocasião em que procurava tomar um bonde que descia essa avenida, quando foi apanhado por um automóvel que seguia atrás do dito caminhão sendo jogado ao solo, sem sentidos, que somente no dia 20 Domingo foi que verificou que estava neste hospital, bastante contundido e ferido no rosto, perna direita e braço esquerdo, vindo a saber ter sido o automóvel, número 90-p.”²⁵²

Consoante o relato de Abdon e de outras testemunhas, ele se dirigia sozinho de sua casa no Umarizal para o local de trabalho e moradia de sua tia Verônica, na avenida São Jerônimo, no bairro de Nazaré, quando, em uma tentativa de tomar de assalto (morcegar) um bonde, desequilibrou-se, sendo apanhado no centro da rua pela traseira de um automóvel que passava na direção contrária.

De acordo com os autos, pelo menos quatro testemunhas presenciaram diretamente o ocorrido, quais fossem: Pedro Gomes Silva, paraense de 26 anos de idade, solteiro, copeiro, alfabetizado, que se encontrava na sala da residência em que trabalhava na avenida São Jerônimo; além de Ademar Gadelho, também paraense, de 28 anos de idade, casado, condutor ficheiro do bonde da *Pará Elteric*; José Alves Ferreira, amazonense, 26 anos de idade, solteiro e funcionário público, que se encontrava próximo ao ponto de parada do veículo e Francisco Torres, português de 44 anos de idade, casado, peixeiro e morador da Doutor Assis, no centro da cidade, que se encontrava na rua por motivo não esclarecido.

A partir do que foi declarado pelas testemunhas, percebe-se que Abdon realmente estava com pressa em se deslocar para a casa de sua tia, posto que andava rápido e, ao ver o bonde passando, correu para apanhá-lo, sem observar o movimento da rua, os demais veículos que circulavam pela via e tão pouco, sem considerar que o trem ainda estava em movimento. Talvez estivesse incomodado com o forte calor que costuma assolar a cidade no horário do almoço, entre 11 e 12 horas, momento em que se deu o acidente ou simplesmente acreditou que fosse ágil o bastante para apanhar o bonde, conseguindo encurtar o percurso

²⁵² Comarca da capital. Autos crimes de ferimentos por imprudência. 1935. Réu. Jonas Rocha Santos. Vítima: Abdon Pereira Queiroz. Arquivo do Centro de Memória da Amazonia.

entre sua residência e a casa em que a tia trabalhava. Afinal, tratava-se de um deslocamento entre dois bairros distintos da cidade, o que implicava uma longa caminhada.

Fosse por um motivo ou outro, importa que Abdon tentou morcegar o bonde, pulando para dentro do vagão em movimento, sujeitando-se a cair e a ser atropelado pelos demais veículos que passavam, o que de fato aconteceu.

Neste caso, foi o automóvel que seguia em sentido contrário ao trajeto do bonde que atropelou o menor, muito embora as testemunhas tenham afirmado que o chauffeur dirigia em baixa velocidade e tocou a buzina para alertar sobre sua presença.

Após serem ouvidas a vítima e o réu, as testemunhas e o promotor, a conclusão do juiz voltou-se para a absolvição do acusado, Jonas Rocha, respaldando-se em decisões proferidas anteriormente em processos semelhantes que aconteciam por outras regiões do país, o que impõe pensar que acidentes com veículos automotores (caminhões, bondes e automóveis) faziam parte do cotidiano de vida dos menores pobres, realidade reconhecida pelo poder judiciário, que atribuía a responsabilidade por eventuais acidentes aos próprios menores, considerados implicitamente descuidados e imprudentes.

“Considerando porém, que as testemunhas que depuseram neste processo declaram que não cabe culpa ao acusado, atribuindo-se ao contrário, a imprudência da vítima. Considerando que são comuns os atos de imprudência de menores que procuram tomar de assalto (morcegar) os bondes em movimento, com risco de perderem a vida. Considerando que os tribunais do país veem em tais fatos uma imprudência muito grave por parte dos que, por esse modo se tornam vítimas, exonerando de qualquer responsabilidade o condutor do veículo que sem culpa de sua parte haja sido o acusado involuntário das lesões recebidas por aquelas pessoas ; considerando que os ferimentos recebidos pelo menor Abdon são exclusivamente imputáveis a sua culpa, conforme se verifica pelos depoimentos das testemunhas e pelo lugar do automóvel que apanhou o dito menor (para-lanz traseiro)..(...) julgo improcedente a denuncia de fls. 02, e em seguida absolvo o réu, Jonas Rocha Santos, da acusação que lhe foi intentada, paga as custas na forma da lei.”

Em nenhum momento da sentença foi questionado se a condição de menor idade da vítima exigiria que ela andasse acompanhada de algum adulto, evitando-se com isso possíveis atropelamentos. Muito pelo contrário, parecia ser natural para o juízo criminal que Abdon fosse responsabilizado por sua conduta, postura bastante diferente daquela assumida diante de acidentes envolvendo crianças que pertenciam às famílias mais abastadas da cidade.

Assim, denota-se também, com respeito aos acidentes de trânsito envolvendo crianças, um tratamento diferenciando para os menores provenientes de famílias de trabalhadores pobres, comparando-se com o modo de lidar com essas ocorrências, quando envolviam infantes pertencentes a núcleos familiares letrados e burgueses. Nessas situações, a vítima era apresentada como ingênua, inocente e desprotegida, culpabilizando-se sempre o motorista que

guiava o veículo ou o adulto que deveria ter sido mais diligente e responsável em cuidar da criança.²⁵³

2.1.4 *Fugiu e ninguém sabe o paradeiro*

Outro aspecto relevante em relação aos modos de vida e de sobrevivência articulados pelas crianças pobres de Belém no período estudado, refere-se aos casos de fuga empreendidos da casa de parentes, mestres, tutores e, em alguns casos, dos próprios pais.

É relevante para a pesquisa questionar-se quais motivações levavam as crianças pobres belemitas a fugirem de seus locais de moradia, da convivência com familiares ou com os adultos, que eram por elas responsáveis, em virtude de circunstâncias jurídicas e/ou econômicas.

Primeiramente, ao se lerem as notícias sobre os desaparecimentos e fugas de menores, percebe-se que parte significativa das crianças envolvidas não morava de fato com os pais ou mesmo com parentes próximos, mas se encontravam sob a responsabilidade de tutores, padrinhos, mestres ou patrões, que exerciam sobre elas autoridade legal, substituindo o poder dos pais.

“O sr. Elias Fernandes de Queiroz, escrivão da polícia, residente á Marquez de Herval, e que actualmente trabalha no expediente no comissário Floriano Peixoto de Moraes, hoje, de permanência, comunicou a esta autoridade, haver fugido de sua residência, pela manhã, uma menor, sua tutelada, de nome Maria da Conceição Fernandes e Silva, paraense, branca, de 16 annos de idade.

A autoridade de permanência, tomando em consideração a referida comunicação, mandou registral-a pelo próprio comunicante, para as necessárias providencias.” (grifo nosso)²⁵⁴

Nesse sentido, é possível refletir-se sobre alguns elementos que faziam parte do cotidiano desses menores, no interior dos espaços domésticos e que contribuíam para que essas fugas ocorressem e tornassem a vida nas ruas mais atrativa para essas crianças.

Observe-se que em certas situações esses atos de rebeldia e de contestação de autoridade eram vistos como a única forma de se alcançar uma vida longe do trabalho doméstico excessivo, dos maus tratos e do autoritarismo.

²⁵³ Já no ano de 1907, com o título “Horível Desastre”, a *Folha do Norte* noticiou a morte do menor João, de dois anos de idade, neto de Maria Frade de Jesus, que se lançou em direção ao Bond nº 81, chapa 27, que se dirigia ao Marco da Léguas. Segundo o repórter, o menor encontrava-se com sua avó, à porta do mercadinho da Vila Téta, na Avenida Independência e vendo o transporte coletivo passar tentou subir e teve o crânio esmagado. *FN*, 20 de novembro de 1907, fls. 01. Horível Desastre.

²⁵⁴ *Folha do Norte*. Belém, 09 de janeiro de 1939. Fls.02. Foi-se a Maria.

“À noite de anteontem perambulava pelo Largo de Nazareth uma pequena de 14 anos de idade, de rosto bonito, corpo bem conformado, olhos negros e cabelos aparados. Sozinha por onde passava chamava a atenção de todos, pelo seu tamanho e modos ingênuos.

Alguns soldados do exercito que sentavam nos bancos daquele Largo, á sua passagem gracejavam, convidando-a para sentar-se com eles. A pequena muito tola os repelia sem enfado, continuando a perambular pelo local, como se estivesse á procura de alguém. Um soldado mais desembaraçado conseguiu leva-la a um botequim, fazendo-a beber um copo de quinado.

A menor ficou com a cabeça tonta, saindo para á rua, onde uma praça da F/P a prendeu, conduzindo-a para a Central. **Ontem pela manhã falamos a ele que nos disse chamar-se Lucinda Guerreiro da Costa e residir á avenida São Jeronimo, em casa de uma turca. Relatou ter fugido dali porque era maltratada, apresentando ainda uma arranhadura na perna esquerda, motivada por uma queda de escada, em consequência de um empurrão que lhe deu a turca.** A Polícia mandou depositar a menor numa casa da rua Santo Antonio.”²⁵⁵ (grifo nosso)

Não foram encontradas, nas edições subsequentes do periódico, novas informações sobre a menor Lucinda, mas o que salta aos olhos é o tratamento dispensado à jovem pelos agentes de polícia, pelo poder público e o modo como a imprensa descreveu a menina de 14 anos.

Para o articulista chamava a atenção a beleza física da pequena, que parecia apresentar nuances de maturidade própria de uma mulher adulta, contrastando com a ingenuidade evidenciada pelos modos como Lucinda repelia os gracejos que lhe eram dirigidos pelos soldados do exército, assentados em bancos de uma praça na área central da cidade.

Os perigos inerentes à vida nas ruas e à circulação de menores sem supervisão parental, pelos espaços públicos da urbe, são implicitamente apresentados, quando o jornalista revela o modo como um soldado conseguiu ludibriar a jovem, fazendo-a entrar num botequim e ingerir bebida alcóolica.

Ora, nesse momento pode o leitor suspeitar qual seria o desfecho daquela situação, caso a menina não tivesse sido presa e levada perante as autoridades policiais. Quem sabe continuaria perambulando pelas ruas, frequentado lugares mal vistos, envolvendo-se com homens, em troca de um trago ou de comida.

Sob essa ótica, para alguém de menor idade e do gênero feminino, perambular pelas ruas, sozinha, a qualquer hora, sem paradeiro certo e sem estar sob vigilância de um adulto responsável só poderia acarretar situações desagradáveis e perigos iminentes de vícios e degradação moral.

Por outro lado, pouca ênfase é dada aos motivos que fizeram a menor sair da casa de

²⁵⁵ Folha do Norte. Belém, 17 de fevereiro de 1926. Fls. 04. Fugiu de casa e andava pela rua – Presa foi levada á central – Quem é a fujona

sua responsável legal. A referência aos ferimentos e aos maus tratos sofridos por Lucinda diluem-se no meio das descrições pormenorizadas a respeito dos riscos morais vividos pela menina em sua aventura de fuga.

Ao final da notícia, é apresentada breve referência sobre o destino da menor, que após ser recolhida pela polícia é ‘depositada em um casa na avenida Santo Antonio’. Ou seja, entregue pelos poderes públicos à tutela de uma nova pessoa, não se sabendo quem ou por quanto tempo.

A jovem Lucinda, então, assim como outras meninas pobres, órfãs e/ou desvalidas segue o curso de sua vida, vivendo sob a vigilância do Estado, subordinando-se a morar com pessoas com quem não tinha vínculo afetivo ou de parentesco.

Obviamente não se está afirmando que morar exclusivamente com os pais biológicos isentava toda e qualquer criança pertencente às camadas populares de passar por situações difíceis ao longo de sua infância ou de sofrer abuso emocional e físico.

“A mulher Maria Ferreira, moradora a estrada da Tavares Bastos, não respeita nem o diabo, quando está nos seus azeites. Hontem, após atender duas intimações, para comparecer ao posto do Marco, a “Maria kerozene”, como é mais conhecida, arreprou-se e desacatou o guarda civil, 233, sendo, então, trancafiada no xadrex do posto do Marco.

Maria Ferreira, que é Potyguar, parda, de 31 annos de idade, e meretriz profissional, tem em seu poder, uma filha de 12 annos de idade, a quem maltrata de vez em quando. A menor que se chama Julia, está atualmente depositada numa casa de família, contigua ao referido posto, para assim escapar as fúrias de sua perigosa mãe.”²⁵⁶

Todavia, viver longe dos pais, irmãos, tios e primos mais chegados, sob a responsabilidade de alguém que não pertencia ao grupo familiar (quem sabe de um patrão, mestre, padrinho ou tutor legal) e, muitas vezes, tendo sido afastada da família, por causa de agressões e maus tratos, eram situações que potencializavam as chances de uma criança vivenciar experiências desagradáveis em sua infância.

Paralelamente, havia ainda casos em que as crianças eram encaminhadas pelos próprios pais para viverem com madrinhas e padrinhos ou mesmo episódios em que eram ‘dadas’ para morar com conhecidos em troca de alimentação e moradia, em distritos e cidades diversas daquelas em que se encontravam seus familiares.

Nessa situação, ao ser retirada de casa e passar a viver em cidade, bairro ou localidade diferente daquela em que havia crescido e onde residiam seus parentes e amigos, fazia com que fosse mais difícil, para esses menores, obter ajuda diante de episódios de exploração,

²⁵⁶ Folha do Norte. Março. 1939.

desmandos de autoridade ou maus tratos físicos.

Assim, uma das razões que explicam as fugas dos menores, quando seus responsáveis não eram os pais naturais, era a própria vivência do desamparo familiar ou da sensação de abandono.

“O subprefeito do Umarisal, Ricardo Silva, recebeu hontem denuncia, dada por Antonio Rodrigues de Sousa, morador na Vila Izabel, á avenida São João, de que a sua vizinha Firmina Rodrigues dos Santos costumava espancar desapiedadamente uma afilhada, que mora em sua companhia, Leonor Barros Lins, de 11 anos.

O informante acrescentou que a noite passada, Leonor apanhou mais uma das surras que a sua madrinha costuma lhe aplicar, no que foi auxiliada pelo seu amante Demétrio Costa Lima, empregado em Val-de-Cães.

A autoridade mandou intimar Firmina, que ficou detida na subprefeitura do Umarisal, sendo a vítima remetida para a Estação Central de Polícia, onde foi examinada pelo doutor Renato Chaves, médico Legista, que lhe constatou contusões e echymoses diversas pelo corpo.

Leonor que é filha de Argemiro Barros Lins e Maria Eugênia de Barros Lins, naturais de Alagoas, onde residem, acha-se há três anos nesta capital em companhia de seus algozes.

A referida menor ficou depositada na estação central, aguardando as ordens do chefe de polícia sobre seu destino.”²⁵⁷

E ainda que a atitude de entregar o filho a alguém houvesse sido motivada pelo desejo de que ele aprendesse um ofício ou para que morasse em uma cidade com melhores perspectivas de trabalho, para as crianças isso não apagava o fato de que tinham sido deixadas para trás.

Na percepção desses menores, parece que a pobreza e a escassez de recursos da família, por si mesmas, não representavam justificativas para fugas, sendo mais relevante para elas a sensação de terem sido preterido/a pelos pais, serem maltratados fisicamente, serem entregues à sorte, nas mãos de uma pessoa estranha ou terem sua criação delegada a alguém com quem não tinham vínculos afetivos iniciais.

Por outro lado, a liberdade usufruída por esses menores, que possibilitava o convívio quase diário com diferentes experiências e modos de vivenciar a cidade e se apropriar de seus espaços, bem como, o frequente contato com as ruas –já descrito em tópico anterior- e com os mais variados tipos humanos da urbe, lhes permitia adquirir conhecimento de inúmeras estratégias de sobrevivência, as quais não perpassavam, necessariamente, pela dependência de um adulto.

Assim, quando acuadas por maus tratos desferidos por patrões, mestres ou tutores e até pelos próprios pais, esses meninos e meninas não titubeavam em considerar a possibilidade de fugir de casa, como solução para aquilo que acreditavam ser um tratamento injusto por parte

²⁵⁷ Folha do Norte. 18 de julho de 1915. Fls. 02. Coluna. 01. Espancamento.

dos adultos.²⁵⁸

Comunicação: Leoncio Cunha, morador á rua Antonio Barreto, n 77, comunicou achar-se depositado em sua casa um menor que fora encontrado perdido na via pública.²⁵⁹

“O sr. Elias Fernandes de Queiroz, escrivão da polícia, residente á Marquez de Herval, e que actualmente trabalha no expediente no comissário Floriano Peixoto de Moraes, hoje, de permanência, comunicou a esta autoridade, haver fugido de sua residência, pela manhã, uma menor, sua tutelada, de nome Maria da Conceição Fernandes e Silva, paraense, branca, de 16 annos de idade.

A autoridade de permanência, tomando em consideração a referida comunicação, mandou registral-a pelo próprio comunicante, para as necessárias providencias.”²⁶⁰

Ora, os caminhos percorridos por esses menores após *sumirem* de casa, revelam muito das territorialidades que lhes eram familiares e através das quais costumavam assegurar os meios de sua sobrevivência física, material e afetiva na cidade.

Muitos meninos e meninas até 18 anos fugiam de casa para se abrigar em locais que acreditavam ser possível exercer suas práticas de trabalho e pequenos delitos com facilidade, tais como largos, praças, proximidades de hotéis, estações de trem e trapiches para embarcações, localizados nas áreas mais centrais da cidade.

Esse percurso era feito principalmente pelos menores para quem o centro comercial oferecia inúmeras possibilidades de ganhos, além da chance de passar despercebido de qualquer olhar mais vigilante dos adultos mais próximos, uma vez que, nesses espaços, transitavam pessoas das mais diversas origens, que não os conheciam e cujas relações se pautavam pela impessoalidade.

Porém, ao perambularem pelas ruas e logradouros do centro da cidade, utilizando-se dos espaços públicos, conforme seus padrões de comportamento e interesses pessoais ou de grupo, esses menores despertavam a preocupação dos poderes públicos e seus agentes, bem como o incômodo nos transeuntes e demais munícipes, que costumavam circular com alguma regularidade pelo centro comercial de Belém.

Para esses indivíduos, tais crianças eram moleques rebeldes, insubordinados e delinquentes, que faziam das ruas um lugar perigoso para se andar. Daí sofrerem uma série de medidas repressivas, que objetivavam retirá-los das ruas do centro ou, pelo menos, minimizar

²⁵⁸ Furtos de pequenos valores como, por exemplo, carteiras, objetos deixados em descuido perto de janelas ou nos bancos dos bondes; roubos de frutas e alimentos em quitandas, além de serviços itinerantes, tais como entrega de recados, carregamento de malas, etc., faziam parte dos expedientes utilizados pelas crianças pobres para obter dinheiro imediato e de forma constante, sem precisar recorrer a um trabalho permanente ou ao controle de um adulto.

²⁵⁹ Boletins de ocorrência. Volume nº 337. 29 de setembro de 1922. Comunicado

²⁶⁰ Folha do Norte. Belém, 09 de janeiro de 1939. Foi-se a Maria.

o impacto de suas presenças nos territórios mais conhecidos de Belém.

“A polícia deteve á madrugada de hoje, os menores, Raymundo Silva Coelho, paraense, preto, sem residência, e Joaquim da Silva Freire, paraense, pardo, residente á travessa Perebebuhy, s/n, conhecidos ladrões de galinha, presos por um empregado da padaria “Duas nações”, quando pretendiam assaltar o quintal do referido estabelecimento. Contam, respectivamente, 14 e 17 annos de idade, e vão ser, como todos os menores delinquentes, cadastrados no departamento de segurança pública, enviados para a colônia correcional da ilha do Cotijuba.”²⁶¹

O asilamento ou recolhimento a uma instituição correcional era um dos meios definidos pelos poderes públicos como solução para os problemas causados pelas constantes fugas e pelo número excessivo de menores que andariavam, sem qualquer contenção ou vigilância parental, pelos espaços públicos urbanos. Além da possibilidade de internação no Asylo da Mendicidade (na Avenida Tito Franco), no Orphelinato Antonio Lemos (no distrito de Outeiro) e no Instituto de Aprendizizes e Artífices Lauro Sodré (na Avenida Tito Franco), criados ainda na primeira década do século XX, institui-se entre os anos de 1930 e 1934, durante a administração do interventor federal Magalhães Barata, o Instituto Correcional de Menores Delinquentes e Presídio na Ilha de Cotijuba.²⁶²

“Foi recolhido preso hoje o menor Aurino Alves de Lima, paraense, que perambulava sem ocupação. Aurino vai para a Escola Reformatória de Cotijuba, afim de não ingressar tão novo na escola do crime.”²⁶³

Por outro lado, havia os menores que preferiam fugir para os bairros dos subúrbios e/ou arrabaldes da capital paraense, escondendo-se das regras e das convenções sociais do mundo dos adultos, atitude que lhes permitia - ao menos, momentaneamente - conduzirem-se conforme seus próprios parâmetros culturais e regras morais, adquiridos de forma abrangente, no contato com as famílias ou com grupos de convivência fora do lar.

Dessa feita, tomar banhos de igarapé e jogar futebol a qualquer hora do dia, subir em árvores sem dar explicações, invadir quintais para cometer pequenos furtos, roubar frutas e legumes da porta de quitandas, constituíam as práticas delituosas mais comuns desses menores.

“O menor Alfredo Rodrigues barreiros, filho do carroceiro, José Rodrigues Lopes, residente a Rua dos Tamoyos, 63, furtou , hontem, a 01 hora da tarde, um peso de ½ kilo da quitanda de Manoel Gomes leitão, á Praça Veiga Cabral, indo vende-lo por 800 réis na Mercearia de Amarro Ferreira, a rua Santo Amaro, canto da travessa Bom Jardim.

O dono da Quitanda prendeu o larápio e apresentou ao subprefeito de permanência na central,

²⁶¹ Folha do Norte. Belém, 07 de janeiro de 1939. Menores delinquentes, Cotijuba os espera.

²⁶² DERGAN, João Marcelo Barbosa. *Formação Histórica das Ilhas em Belém. A relação cultura e natureza*. In: Anais eletrônicos do XXIII simpósio nacional de História da Anpuh, 2005. <http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.0504.pdf>. Acesso em: 20 de outubro de 2014.

²⁶³ O Imparcial. Belém, 09 de junho de 1936.

onde ficou detido.”²⁶⁴

Muitas são as fontes que registram acontecimentos quase diários, envolvendo menores que perambulavam pelas ruas dos bairros do centro comercial de Belém ou mesmo pelos distritos mais periféricos.

Nesses relatos, percebe-se que os subscritores dos textos veiculam certa representação do subúrbio como um espaço de desordem, insegurança e distanciamento dos poderes públicos locais, aspectos que explicariam as atitudes dos menores, que, nesses locais, ficavam imunes à ação fiscalizadora e repressiva dos entes públicos.

Sob esse enfoque, tornava-se mais fácil para as famílias que se sentiam afrontadas pelos comportamentos dos menores, denunciar, para os jornais, suas condutas, vinculando esses registros à necessidade de tornar os bairros de subúrbio mais ordeiros e civilizados, chamando a atenção dos poderes públicos para os problemas que ali aconteciam.

Leia-se o teor de uma notícia jornalística que registra o caso do sumiço e posterior reaparecimento do menor Walter Estevez Miranda, de 12 anos de idade, o qual situa essas outras experiências de fuga, vivenciadas pelas crianças pobres:

“O menor Walter Esteves de Miranda, de 12 annos de idade, residente em companhia pae, Gastão Lobato de Miranda, á 1ª Travessa de Queluz, nº 136, sahiu da moradia, no dia 31 de Dezembro do anno findo, com destino a uma barbearia, onde iria cortar o cabelo.

Dessa data até hoje, o referido menor não eu signal de vida, levando a mais natural angustia ao coração de seus responsáveis.

Procurado em toda parte, em casas de parentes, amigos e conhecidos, o menor Walter continua desaparecido, não obstante diligencias policiais e particulares, por parte da família.

Walter é paraense, de cor branca, cabelo ruivo e physico franzino. Na ocasião em que desapareceu, trajava causa curta, de brim escuro, e camisa de zephyr , cor de rosa.

Será méro espirito de aventura ou existe no caso algo de grave? Walter era bem tratado pelos paes e não existe motivo aparente para uma fuga voluntária.”²⁶⁵

Ao apontar inicialmente os detalhes do desaparecimento do menino, o articulista da Folha do Norte é enfático em esclarecer que *‘Walter era bem tratado pelos pais e não existe motivo aparente para uma fuga voluntária’*. O que, a contrário sensu, nos mostra que provavelmente existiam menores que fugiam de casa em decorrência de sofrerem maus tratos de seus responsáveis. Em outras palavras, ao negar que Walter sofria agressões, o articulista nos permite deduzir que não era tão incomum crianças escaparem de casa, como forma de fugir das ofensas físicas que lhes eram desferidas rotineiramente.

²⁶⁴ Folha do Norte. Belém, 12 de agosto de 1920. Elles agindo.

²⁶⁵ Folha do Norte. 05 de janeiro de 1939. Por onde andaré o menor? Desaparecido de casa desde o dia 31 de Dezembro. Fls. 02.

Alguns dias após o sumiço do menino Walter, uma nova notícia é publicada na Folha do Norte relatando seu reaparecimento e acrescentando detalhes a trama que envolveu o fato:

“Como nos romances modernos... Tomado de firme resolução, o garoto abandonou a moradia suburbana e seguiu, a pé, para uma localidade onde era absolutamente desconhecido.

A pena fulgurante de Jorge Amado, criou no gênero literatura infantil, tipos novos e profundamente humanos, que saíram das sarjetas da vida moderna para o gabinete dos estudiosos. Filho de pais humildes e com eles morador á primeira travessa de Queluz, nesta capital, n.136, o garoto, que, conta actualmente, 12 annos de idade, arrastava a existência de todas as creanças pobres que colorem de miséria os subúrbios da cidade. Já uma vez, da sorte, fugiu do lar, indo-se abrigar, na moradia de uns conhecidos, no bairro do Guamá, ali tencionando permanecer até conseguir emprego. Falhou, porém, a tentativa, pois foi descoberto e reconduzido á casa paterna.

O garoto ficou aguardando outra oportunidade. E no dia 31 de Dezembro do anno findo, aproveitando um pretexto de um carão que levará, sahiu, alegando ir cortar o cabelo. Seriam 10 horas da manhã quando o pequeno se fora. E com o correr do dia, vendo não aparecer o menino, puzeram-se os pais á procura de Walter, que desaparecerá como por encanto.

Communicado o facto a polícia, as batidas desta acompanharam a da família, do menor desaparecido, cujo paradeiro, entretanto, permanecia ignorado. Desesperados de encontrar o filho, pelos meios comuns, dirigiram-se os responsáveis á imprensa, que noticiou o desaparecimento de Walter.

E, hoje, pela manhã, dava o garoto entrada na Central de Policia, acompanhado de officio da autoridade policial de **Ananindeua**. Acercamo-nos do pequeno e inquerimos como e porque fugira. Walter olhou-nos com duas lágrimas de medo nos olhos claro e respondeu – O sr. Sabe, a mamãe, tudo o que os meus primos fazia, botava á culpa pra cima de mim. E eu já andava com vontade de ir aventurar, fui á pé até Ananindeua. Alli, uma professora teve pena de mim e me protegeu. Mas, leram o jornal com a notícia e me mandaram outra vez pra aqui.

Walter Esteves de Abreu, o garoto aventureiro, foi entregue a seu pae, sabe lá com que impressão agitando-se no espirito de menino.²⁶⁶

Descrito como um menino pobre, semelhante a outros que viviam no subúrbio, Walter é apontado pelo jornal como um reincidente em fugas, destacando-se no texto uma experiência pretérita do menino em busca de “aventuras” longe de casa, na qual tinha ido se abrigar na casa de conhecidos, onde acreditava poder sobreviver longe do controle dos pais, às próprias expensas e com ganhos obtidos através de algum trabalho que viesse a desempenhar.

Aspecto peculiar ao cotidiano das crianças pobres belemitas, que também se fazia presente na vida de Walter, era a liberdade que tinha para transitar pela urbe, sem qualquer vigilância dos pais ou de outro adulto, condição que facilitou a execução de seu plano de fuga e que, provavelmente, também era vivenciada por outros menores da mesma condição social.

O que explica os constantes relatos na imprensa, acerca do sumiço de menores das mais diversas idades, após saírem para *comprar pão, entregar doces, visitar parentes, etc.*

“Francisca Ferreira do Nascimento, residente á travessa do Curro, s/n, comunicou a autoridade de permanecia no Umarizal, que no dia 16 do corrente, cerca das 4 horas da tarde, mandara o seu filho Francisco, comprar certa quantidade de carvão e este até agora não regressou ao seu

²⁶⁶ Folha do Norte. 07 de janeiro de 1939. Fls. 02.

domicílio. Francisco é paraense, pardo, de 13 anos de idade, e trajava fato branco, estando descalço.”²⁶⁷

Na prática, o menino acreditava poder sobreviver longe dos pais, tanto que fugiu duas vezes e, na última ocasião, se deslocou até uma área distante dos limites urbanos da cidade, no distrito de Ananindeua, localidade situada além da primeira légua patrimonial, nas adjacências dos ramais da estrada de Ferro Belém – Bragança, onde possivelmente não seria reconhecido e poderia ‘recomeçar’ a vida.

Semelhantemente a outros meninos e meninas pertencentes às camadas populares, que se sentiam insatisfeitos com algum aspecto de sua condição de vida e de trabalho, Walter acreditava conhecer muito bem a urbe e ser capaz de sobreviver por seus próprios meios, e/ou contando com a ajuda de outras pessoas que não faziam parte de seu núcleo familiar.

Em certa medida, essa crença não era absurda, posto que, ao compulsar autos processuais e queixas a respeito de acidentes de trabalho, verifica-se que muitas das vítimas eram menores, entre 12 e 18 anos, que desenvolviam variadas atividades, algumas das quais requeriam conhecimentos especializados.

Veja-se o exemplo do menor, João Batista Lima de Oliveira, branco, de 13 anos de idade, residente nos Covões de São Braz, que morreu enquanto exercia o ofício de auxiliar de pedreiro, nas obras da Secretaria de Saúde Pública, por conta do Estado;²⁶⁸ ou ainda, João Vicente Santiago, de 15 anos de idade, aprendiz de sapateiro na fábrica Rex, da firma Pereira Junior & Cia, que sofreu acidente grave no trabalho, tendo os braços queimados por gasolina.²⁶⁹

Em se tratando do jovem João Vicente Santiago, ele desempenhava seu ofício longe da presença paterna, ao lado de outros operários, por ordem do Capitão Interventor, recebendo um salário de 2.500 réis diários. A importância dos ganhos que o menor obtinha com seu emprego era tamanha, que seu pai, José Lima de Oliveira, de 43 anos, também pedreiro e Rio Grandense do Norte, não duvidou em acionar o poder judiciário, para ver o Estado ser responsabilizado pela morte prematura do rapaz e, por conseguinte, receber a compensação pecuniária pelo ocorrido ao menor. O resultado do processo foi que o juiz determinou que o

²⁶⁷ Folha do Norte. Belém, 22 de fevereiro de 1926. Foi comprar carvão e não voltou.

²⁶⁸ 7ª vara Cível. Cartório Trindade. Autos de inquérito policial relativo a morte por acidente de trabalho de que foi vítima o menor João Batista Lima de Oliveira, quando exercia sua atividade como ajudante de pedreiro, junto a secretaria de Saúde Pública, por conta do estado. Abril de 1931.

²⁶⁹ 7ª vara Cível. Cartório Trindade. Autos de Ação de acidente do trabalho de que é vítima João Vicente Santiago e réu a Firma Pereira Junior & Cia (casas Rex). Agosto de 1931.

Estado comprasse uma barraca para os herdeiros do falecido.

Para o operário João Vicente Santiago, a condição de menor idade não impediu que seu pai, João Vicente Santiago, de 45 anos de idade e condutor da Pará Eletric, acionasse as Casas Rex, para que fossem condenadas a pagar indenização pelo acidente em que o menino se envolvera durante a jornada de trabalho. Após ser comprovado que as queimadas ocorreram, independentemente da vontade ou por negligência do menor, mas sim, por um descuido de outro operário que acendeu um cigarro sobre um balde gasolina e borracha, o menor e sua família receberam a indenização 260.000 réis, relativos às diárias, do período em que o aprendiz esteve hospitalizado, em virtude das lesões terem sido consideradas graves.

2.2 Vivências do trabalho e do não-trabalho entretecidas por homens pobres da capital paraense.

Mostrou-se expressivo o número de notícias de jornal, ocorrências policiais e processos judiciais (criminais e trabalhistas) envolvendo homens das camadas populares belemitas. Inseridos em diferentes contextos de trabalho, mas também em situações de ociosidade, contravenção e crime, é possível localizar esses indivíduos, transitando pelos territórios da cidade, tecendo práticas que expressavam suas identidades sociais e suas estratégias de inserção na dinâmica urbana.



Imagem: Porto do Sal. Cidade Velha. Trabalhadores da estiva aguardando embarque de mercadoria. Notam-se claramente as vestimentas de trabalho dos estivadores. O trabalhador em pé, observando, enquanto o colega empurra a carga para o carrinho veste bermuda e camisa de algodão, devidamente complementada pelo chapéu de palha, que protegia da prolongada exposição ao sol e ao calor. O outro carregador veste apenas calça e leva um cigarro na boca. 1948.

Fonte: Antonio Rocha Penteado. Estudo da geografia Urbana. Vol. II. 1964. p.283.

Ora ocupando postos, ofícios e empregos ligados ao mercado formal de trabalho, como auxiliares de comércio, operários em fábricas, atendentes de mercados, balconistas de farmácias, empregados de botequins ou padarias, ora desenvolvendo atividades autônomas, vinculadas ao setor informal, trabalhando por conta própria, em casa ou nas ruas, vendendo objetos, prestando serviços de engraxate, estivador, relojoeiro ou biscateiro, tais sujeitos figuram nas fontes como importantes personagens do cotidiano da urbe paraense, nas décadas de 1920 e 1930.



Imagem: Interior de um comércio de Belém, notando-se, além da cliente sentada à mesa, tomando um café ou chá, a presença dos auxiliares de comércio (chamados atendentes) atrás do balcão. Década de 1920.

Fonte: Faciola, Antonio Almeida. Relatório de 1930.

A compreensão das formas como esses homens lidaram com as crescentes demandas da sociedade urbanizada, com as exigências do mundo do trabalho e com as responsabilidades inerentes à vida familiar, possibilita discutir mais amplamente a forma como a sociedade paraense da época pesquisada aderiu a um discurso de masculinidade, pautado em valores inerentes ao universo capitalista, no qual o homem necessariamente deveria ser o modelo de trabalhador subordinado e ordeiro, cidadão obediente às leis, provedor eficiente, bom pai e

marido exemplar, alheio aos vícios morais e/ou orgânicos.²⁷⁰

Em termos concretos, os sujeitos aqui pesquisados, nascidos em diferentes lugares, de raças, idades e ocupações diversificadas, muitas vezes não se enquadravam nesse modelo, tampouco partilhavam de vivências do mundo familiar ou do trabalho, da forma como eram propaladas por tal discurso, fato que não os impedia de sobreviver no contexto de uma capital que se modernizava e assimilava os valores do industrialismo capitalista, nem lhes inviabilizava o estabelecimento de relações de afetividade com mulheres.

2.2.1 Profissões, ocupações e espaços de trabalho:

Debater as vivências de trabalho e não- trabalho, entretidas por homens pertencentes aos segmentos populares da cidade de Belém impõe conhecer um pouco mais sobre os ofícios e as atividades comumente desenvolvidas por esses sujeitos, com vistas a garantir meios de sobrevivência na urbe.

Nesse sentido, ao compulsar autos de processos criminais, autos cíveis de acidentes de trabalho, inquéritos policiais e jornais noticiosos, foi identificada uma grande variedade de profissões e de ocupações de trabalho, que eram exercidas pelos populares em múltiplos espaços da cidade.

Quadro 01: Lista de profissões identificadas a partir dos processos e inquéritos cíveis e criminais pesquisados.

Condutor ficheiro	1
Condutor de bonde	2
Revisor de bondes	1
Guarda-freios	2
Trolista	1
Ferroviário	3
Foguista	1
Caldeireiro de ferro	1
Sinaleiro	1
Mecânico	1
Chauffeur	5
Carroceiro	1
Estivador	6

²⁷⁰ MATOS, Maria Izilda Santos de. & MORAES, Mirtes. Imagens e ações: gênero e família nas campanhas médicas (São Paulo: 1890-1940). In: Art. Cultura, Uberlândia, v.9, n.14, pág. 23-27, jan-jun, 2007. SILVA, Enésio Marinho da. *Álcool e sangue no jornal Notícias Populares. São Paulo (1964-1972)*. In: Anaes do XVIII Encontro Regional de História – O historiador e seu tempo. ANPUH/SP – UNESP/Assis, 24 a 28 de julho de 2006. Cd-rom

Vassoureiro	1
Jornaleiro	1
Pedreiro e ajudante de pedreiro	6
Vendedor ambulante	1
Sapateiro (e aprendiz)	3
Pintor	1
Relojoeiro	1
Marceneiro	1
Ferreiro	1
Peixeiro	1
Carpinteiro	1
Comerciante	1
Quitandeiro	1
Lavrador	3
Despachante	1
Operário	3
Auxiliar de comércio	6
Marinheiro	1
Marítimo	1
Corrieiro	1
Cigarreiro	1
Cuteleiro	1
Forneiro	1
Copeiro	1
Bombeiro	1
Enfermeiro	1
Agente de polícia	6
Funcionário público	1
Total	75

Observe-se que muitos dos ofícios identificados apresentam estreita ligação com atividades que surgiram em decorrência da expansão territorial da cidade, alavancada pela ampliação da Estrada de Ferro Belém-Bragança e pelo alargamento do sistema de bondes urbanos. São profissões como condutor, ficheiro, foguista, sinaleiro, caldeireiro, mecânico, chauffeur, dentre outras, que passam a figurar no conjunto de outras ocupações, que tradicionalmente estavam disponíveis para serem exercidas por homens pertencentes aos segmentos empobrecidos da urbe.

Na verdade, nota-se que o aparecimento dessas profissões também se vincula ao próprio processo de modernização urbano, associando-se à introdução de novos artefatos técnicos e tecnológicos ao cotidiano citadino (o automóvel, o bonde e o trem).

Por outro lado, as antigas profissões como de estivador, vendedor ambulante,

sapateiro, jornaleiro, marceneiro, peixeiro, carroceiro, continuavam a ser importantes meios de obtenção de renda das camadas populares, mantendo um número expressivo de sujeitos que se ocupam desses ofícios.

Paralelamente, apesar da existência de discursos em torno das condições econômicas desfavoráveis do período, percebe-se que ofícios diretamente relacionados ao comércio e ao setor fabril, tais como auxiliar de comércio, operário e despachante, que se mostravam presentes em número não desprezível.

Pelo exposto, é possível dizer que os trabalhadores pobres urbanos de Belém exerciam os mais diversos ofícios e profissões. Algumas de suas ocupações estavam inseridas no mercado formal, dependiam de ganhos fixos, subordinavam-se a jornadas constantes de trabalho, eram regulamentadas por legislação própria, encontravam-se sujeitas a autoridade patronal e a fiscalização ostensiva do Estado.



Imagem: Feira livre do Ver-o-Peso, destacando vendedores das barracas de verduras e em primeiro plano, jovem vendedor de algum produto horti-fruti. Ano de 1948. **Fonte:** PENTEADO, Antonio Rocha. Belém, Estudo da Geografia Urbana. 1964

Havia porém aquelas atividades mais antigas e conhecidas, desde a virada do século XIX para o XX, que eram exercidas costumeiramente à margem do mercado formal, de modo autônomo, sem jornadas fixas e, algumas vezes, de forma concomitante com outras ocupações. Tratava-se de profissões com ganhos variáveis e pouco sujeitas ao controle dos

poderes públicos, como por exemplo, vendedor ambulante, sapateiro e relojoeiro.

Apesar de constituírem um grupo bastante heterogêneo no que se refere às profissões que exerciam, esses trabalhadores urbanos guardavam em comum o fato de que pertenciam a segmentos sociais que dependiam de poucos ganhos para sobreviver na cidade, especialmente considerando-se o custo de vida da capital paraense no período estudado. Paralelamente, compunham um substrato social que partilhava vivências específicas da realidade citadina, construídas exatamente a partir de sua inserção (ou alienação) no mundo do trabalho urbano.

Em outras palavras, era a partir da condição de serem vistos e se reconhecerem como trabalhadores e/ou pobres que tais sujeitos sociais forjavam suas identidades individuais e coletivas, alcançando nesse processo de construção identitária a coesão interna de que precisavam para que se reconhecessem como partícipes de uma mesma classe social.

De modo geral, o que se constata é que os homens das camadas pobres citadinas se inseriam, de diferentes maneiras, no mundo do trabalho urbano; quer fosse desempenhando ofícios autônomos e trabalhando por conta própria, quer fosse ocupando funções no comércio, nas fábricas ou nos setores de serviços públicos. Houve ainda os casos em que exerceram profissões especializadas, vinculadas aos novos setores econômicos que surgiram na capital.

O que importa, ao final, é que foi com base no exercício dessas diversas ocupações, que tais municípios articulou múltiplas vivências na cidade, construindo-se variadas territorialidades, que explicitam outra dimensão da história urbana belemita, posterior ao refluxo do comércio extrativista gomífero.



Imagem: Britadores e calceteiros empregados da prefeitura municipal de Belém, prestando o serviço de calçamento da Avenida Nazaré. 1930. **Fonte:** BELÉM. Relatório apresentado ao Conselho Municipal de pelo intendente municipal senador Antonio de Almeida Faciola. Pará, Belém, 1930

Estar engajado na esfera do trabalho produtivo determinava também o nível de usufruto dos recursos urbanos. Nessa leitura, quanto mais trabalhador fosse o munícipe, melhores seriam suas condições de vida e maiores as chances de aproveitar plenamente as comodidades oferecidas pelos tempos modernos.

No cerne de uma sociedade urbanizada e industrial, o acesso a grande parte dessas facilidades dependia diretamente da capacidade de consumo alcançada por cada trabalhador. Portanto, obter rendas suficientes, que assegurassem poder de compra dos bens circulantes na cidade, correspondia a uma espécie de passaporte para o exercício da urbanidade.

Através da observação das propagandas de época, dos anúncios publicitários, das informações disponibilizadas pelos censos, álbuns comerciais e de serviços, se consegue visualizar a dimensão que esse discurso assumia no cotidiano da urbe.



Fonte: Anuário de Belém em comemoração ao seu tri-centenário. 1616-1916. Histórico, Literário e Comercial. E.U. do Brasil – Estado do Pará. Imprensa Oficial, 1915. Fls. 217

De acordo com essa perspectiva, para que qualquer munícipe vivesse satisfatoriamente em uma capital irradiante e moderna como Belém, se fazia necessário que tivesse uma profissão e a exercesse regularmente, afastando-se da ociosidade, que gerava empobrecimento absoluto e marginalização social. Daí o trabalho tornar-se para esses homens a ferramenta que definia seu lugar na urbe.

Mas não era tão fácil assim sobreviver às custas de uma vida morigerada. Em termos concretos, as condições e as relações de trabalho a que estavam expostos esses homens contribuíam para que seu cotidiano fosse permeado por tensões e pobreza.

Aqueles que trabalhavam como empregados, operários, aprendizes ou subordinados a algum patrão, supervisor ou chefe, rotineiramente se viam envolvidos em conflitos decorrentes de questões originadas no ambiente de trabalho e/ou por causa dele.

“O marceneiro João Pereira Lopes, residente á rua S. Boaventura, ontem, foi recolhido a um dos xadrezes da central. Pesa sobre ele a acusação de haver furtado uma plaina da oficina onde trabalhava. O acusado que é Paraense, pardo de 17 anos de idade, nega a autoria do fato.”²⁷¹

Disputas profissionais ou mesmo rixas pessoais costumavam ser resolvidas no próprio local de trabalho, por meio de brigas, discussões durante o expediente ou através de agressões físicas. Tal qual ocorreu com Euclides Silva, residente na travessa do Chaco, entre Duque de Caxias e Igapó, no bairro da Pedreira, empregado da oficina Ramalho Moura, situada na rua da Industria, nº85, no bairro do Comércio, que prestou queixa contra seu companheiro de trabalho Aristeles Lima, o qual lhe desferiu um golpe na cabeça, com uma barra de ferro que por ali se encontrava, produzindo-lhe um ferimento.²⁷² Ou como se deu entre os indivíduos Manoel Pereira Rezende Junior e Olympio da Silva, prestadores de serviços para a Companhia *Port Of Pará*, que se agrediram mutuamente no cais da Boulevard Castilhos França, após uma discussão em virtude de o primeiro, ter encostado grosseiramente o carrinho de mão em que transportava cargas na perna de Olympio. Manoel era carroceiro e de nacionalidade portuguesa, enquanto Olympio era maranhense e estivador, pardo, solteiro e de 30 anos de idade.²⁷³

Observe-se que esses comportamentos, em muitas ocasiões, se revelam como sendo reações contra as situações de opressão e exploração enfrentadas no *locus* de trabalho. De modo semelhante ao que ocorreu com o jovem José Rabello, amazonense, solteiro e de 19 anos de idade, que tinha por profissão caixeiro comercial e que, aparentemente, diante de uma reprimenda de seu patrão, suicidou-se.

“Pouco depois das 08 horas da noite de hontem, Antonio F. Ramos, proprietário de uma mercearia na rua 3 de Mais, esquina da Avenida Conselheiro Furtado, entrou no seu estabelecimento e, encontrando o caixeiro José Rabello algo alcoolizado repreende-o com aspereza, depois do que se retirou a passeio.

Contrafeito com isso, José Rabello armou-se com uma navalha de barba, golpeando-se no pescoço. Em virtude da gravidade dos ferimentos, o tresloucado rapaz veio a falecer três horas depois, sendo seu cadáver recolhido ao Necrotério, para ser autopsiado.

Ao local do fato compareceu o subprefeito Cícero Figueiredo, de São Braz, que tomou as providências necessárias, ouvindo algumas testemunhas, inclusive a de nome José Francisco Herdeiro.”²⁷⁴

Pelo teor do texto não se pode precisar se o estado alcóolico do caixeiro potencializou os efeitos da repreensão que sofreu do proprietário do estabelecimento em que trabalhava. Todavia, importa atentar para alguns detalhes, envoltos nas condições de vida e de trabalho

²⁷¹ Folha do Norte. Belém, 09 de fevereiro de 1926. Furtou a plaina

²⁷² Boletins de Ocorrência. Belém, 15 de março de 1924.

²⁷³ Folha do Norte. Belém, 19 de janeiro de 1915. Fls. 03. Em perigo de vida.

²⁷⁴ Folha do Norte. Belém, 26 de julho de 1920. Fls. 04. Repreensão que leva um rapaz ao suicídio. Remoção do cadáver ao necrotério.

do infeliz José, que a notícia deixa entrever, quais fossem:

Primeiramente, é provável que José Rabello morasse no próprio local de trabalho, ou seja, não tinha domicílio próprio e dependia da hospedagem disponibilizada pelo patrão Antonio F. Ramos, haja vista que ainda se encontrava no estabelecimento, após as 8 horas da noite; em segundo lugar, José tinha 19 anos de idade e, de acordo com a lei civil, era menor de idade, muito embora sua condição de vida levasse a se deduzir que sobrevivia sozinho e às próprias expensas; tanto que não é feita nenhuma referência à existência de qualquer parente próximo ao desditoso menor, que tivesse ido reclamar o corpo no necrotério. Inclusive, essa possibilidade de que vivesse às próprias custas e dependendo do trabalho é reforçada pelo fato de que à moradia no local de trabalho correspondia uma estratégia comum, utilizada por algumas categorias de trabalhadores para economizar dinheiro.²⁷⁵

Por outro lado, os trabalhadores também enfrentavam dificuldades relacionadas as condições físicas e materiais dos espaços de trabalho, especialmente quando se tratavam de galpões de fábricas, cortumes, marcenarias, oficinas de serviços náuticos, de mecânica ou outros negócios que envolviam atividades industriais ou semi-industriais.

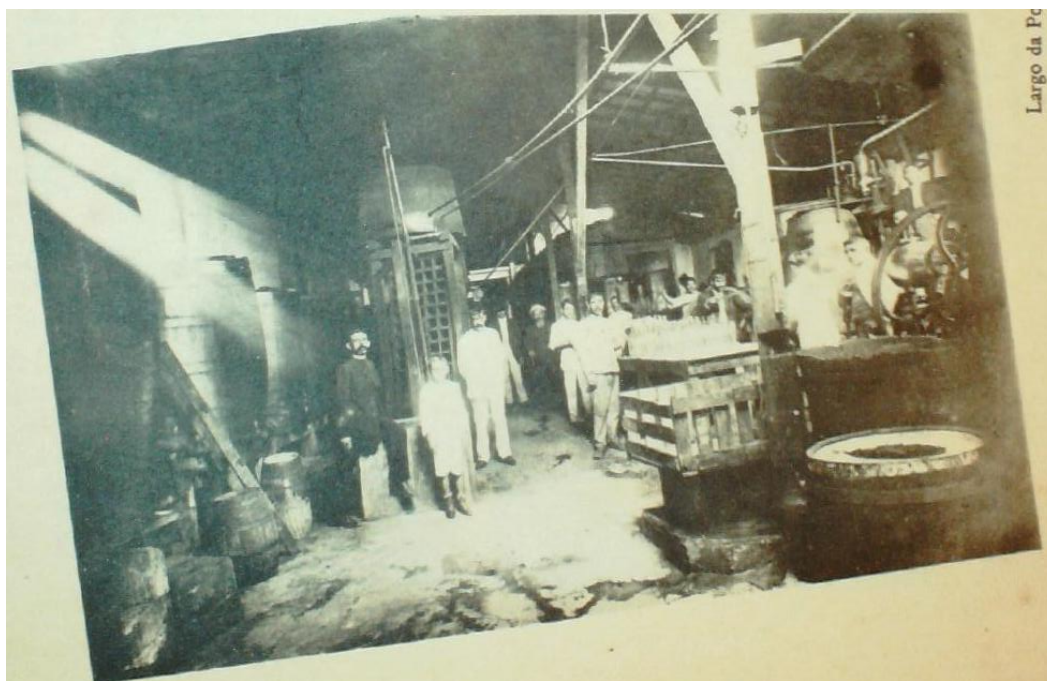


Imagem: Interior da fábrica de Refrigerantes a vapor J. D'Azevedo. Situada próximo a Praça da República, onde se observa a construção em madeira, os objetos de trabalho e utensílios se aglomeram dividindo o exíguo espaço com os trabalhadores, entre os quais identificamos um menor. Caldeiras, correias, fios elétricos, mesas, caixas e baús se amontoam pela fábrica, percebendo-se pelos flashes da fotografia a deficiência de luminosidade do local,

²⁷⁵ Os caixeiros de mercearias compunham um segmento de trabalhadores urbanos costumeiramente submetidos a péssimas condições de trabalho, tanto que em 1920, organizaram-se em um sindicato e protestaram contra a jornada de mais de 08 horas diárias, inclusive aos domingos e por não ganharem horas adicionais. Folha do Norte. 10 de Agosto de 1920. Fls. 02. O descaso dos caixeiros de mercearias.

o qual parece receber pouca luz natural vinda das pequenas janelas situadas no topo da construção. 1910.
Fonte: PARÁ. Belém. Guia do estado do Pará. Organizado por Teodoro Braga por determinação de S. Exa. Dr. Enéas Martins governador do Estado. Typografia da Gráfica do Instituto Lauro Sodré. 1916

Por vezes, inadequadamente construídos, aproveitando-se da disponibilidade de terrenos mais baratos e, portanto, nem sempre salubres ou em outras circunstâncias, mal iluminados, sem mobiliário adequado ao tipo de atividade desenvolvida, amontoados de ferramentas, máquinas e utensílios de trabalho por todo lado, assim costumavam ser os espaços onde muitos trabalhadores pobres e que ocupavam a condição de empregados ou operários exerciam suas atividades laborais em busca de sustento.



Imagem: Fábrica de Sabão Europeu e Água Sabonosa. Propriedade de Gizzi & Cia. Na Avenida Gentil Bittencourt, 103 –A, em Batista Campos. 1910. Grande galpão construído em madeira, sem piso ou luzes artificiais identificáveis. Pelos ângulos utilizados nas fotos parece que dependia da luz natural que penetrava pelas frestas do prédio. No canto direito da imagem observa-se um trabalhador que pode ser o operário ou carroceiro responsável pelo transporte das cargas da fábrica. Atente-se que ele está descalço e próximo a um amontoado de caixas e barris, os quais facilmente poderiam cair, provocando um acidente, fato muito comum e noticiado na época quase diariamente pelos jornais. **Fonte:** PARÁ. Belém. Guia do estado do Pará. Organizado por Teodoro Braga por determinação de S. Exa. Dr. Enéas Martins governador do Estado. Typografia da Gráfica do Instituto Lauro Sodré. 1916

Muito embora, principalmente nos anos 1920 e 1930, os álbuns comerciais e guias ilustrados tenham atribuído maior visibilidade para os empreendimentos considerados mais modernos e que movimentavam grandes somas de capitais, é coerente afirmar que, no cotidiano de trabalho desses populares, sempre foi possível ocupar um cargo ou função nas fábricas mais modernas e bem aparelhadas da capital.

Em termos práticos, os itinerários de trabalho de tais munícipes abrangiam também o exercício profissional em locais insalubres e até mesmo perigosos

“O trabalhador Francisco Alves, residente á rua Monte Alegre, comunicou a policia que ás 15 do corrente, em Antonio Lemos, onde trabalhava, por conta da firma Manoel Pedro e Cia, **foi vítima de um acidente; caiu-lhe uma viga na perna esquerda**, machucando-a.”²⁷⁶ (grifo nosso)

Tais condições de trabalho geravam um grande desgaste físico e também potencializavam a ocorrência de acidentes, que, várias vezes, produziam lesões permanentes nas vítimas, alijando-as do mundo do trabalho.

“José de Abrel Lima, residente á 5 travessa da Pedreira, comunicou que no dia 4 do corrente mês, seu filho foi vitima de um acidente quando **trabalhava na fábrica “Boa Fama” de propriedade de Nicolau Conte & Cia, aconteceu decepar 4 dedos da mão direita**. A vitima percebia a quantia de \$500 reis e possui testemunhas.”²⁷⁷ (grifo nosso)

“José Bernardes, residente á travessa Guerra Passos, s/n, queixou-se que ante ontem ás 16 horas, na ocasião em que trabalhava como **ajudante de caldeireiro na oficina Camelier, por conta do comandante Antônio Gonçalves Bandeira, recebeu um extenso golpe na mão direita, ficando impossibilitado de trabalhar**. A vitima percebia o ordenado de 3\$000 diários, apresentando como testemunhas Levy Santos, Matheus Silva e Manoel Augusto.”²⁷⁸ (grifo nosso)

“No dia 25 de Dezembro, **trabalhava com uma serra** nas Fabricas Freitas Dias, de J. S. de Freitas, o operário José Marques da Costa, residente á travessa 1 ° de Dezembro, s/n, bairro do Marco da Légua. A um descuido, o **instrumento aparou-lhe quatro dedos da mão esquerda, decepando um e ferindo os outros, deixando- o assim impossibilitado de trabalhar**. A vitima ontem levou o fato ao conhecimento da policia , onde declarou que percebia a diária de 10\$000.”²⁷⁹ (grifo nosso)

“Fernando Castelo, residente á travessa do Jurunas s/n, communicou em nome do seu conhecido, José Barão, morador à mesma rua s/n, que este, no dia 13 do corrente, havia sido **vítima de um accidente, quando trabalhava no curtume Gurjão, acontecendo receber queimaduras em uma das pernas**, o que o impossibilita de trabalhar. Percebia a diária de 4\$000 e apresenta testemunhas.”²⁸⁰

Dos casos apresentados acima, todos ocorridos nos anos vinte, precisamente no período em que a historiografia aponta para um estado de digressão econômica na região norte, vislumbra-se que as vítimas trabalhavam em fábricas, localizadas em diferentes bairros da urbe, desempenhando atividades manuais sem qualquer proteção pessoal; muito embora

²⁷⁶ Folha do Norte. Belém, 21 de fevereiro de 1926. Com a perna machucada.

²⁷⁷ Boletins de Ocorrência. Volume 371. Belém, 04 de julho de 1924. Acidente de Trabalho.

²⁷⁸ Boletim de Ocorrência. Volume 366. Belém, 02 de Abril de 1924. Acidente de Trabalho

²⁷⁹ Folha do Norte. Belém, 26 de dezembro de 1926. Acidente de Trabalho.

²⁸⁰ Boletins de Ocorrência. Belém, 15 de agosto de 1928

desenvolvessem operações em que utilizavam ferramentas perfuro-cortantes, utensílios de grande porte (como, por exemplo, caldeiras a vapor) e máquinas de certa complexidade, as quais - certamente – envolviam algum conhecimento especializado e muita atenção no seu manuseio.

Tais aspectos contribuíam para aumentar as tensões no ambiente de trabalho, fazendo com que um simples descuido ou desatenção significassem uma falta grave, na medida em que poderiam provocar acidentes, levando o empregado à perda do seu potencial laboral e por conseguinte, dos seus meios de sobrevivência.

“Deveriam ser 07 horas da manhã, quando ontem, o empregado da fábrica de beneficiar arroz e óleos, denominada Proença, a travessa do Chaco, Firmo Emmanoel Mello da Silva, no pretender colocar a correia em uma das máquinas de transmissão, foi vítima de um desastre, que ia lhe custando a própria vida.

Naquele momento perdeu o equilíbrio e foi colhido pela aludida correia, que o fez dar algumas voltas, sendo o infeliz depois cuspidor ao solo, quando se arrebitou a polia, achando-se já com o braço esquerdo e perna direita fraturados, além de várias outras contusões pelo corpo.

Em uma cadeira Silva foi conduzido à avenida Tito Franco, onde o aguardava um automóvel que o transportou para a Santa Casa.

Firmo Silva é paraense, pardo, solteiro, de 21 anos de idade e residente à travessa de Humaitá, canto da Duque de Caxias, inspirando cuidados o seu estado.”²⁸¹

Pela descrição do acidente, depreende-se a complexidade e o tamanho do maquinário operado por Firmo Silva, haja vista que a força presente no movimento da correia foi capaz de atraí-lo para dentro do aparelho, envolvendo todo o seu corpo, tanto que fraturou braços e pernas, além de sofrer escoriações em outras áreas. Talvez o descuido do empregado tenha sido gerado pelo cansaço em que se encontrava, pois seria razoável se pensar que Firmo trabalhasse longas horas todos os dias, já que, segundo o relatado pelo jornal, se encontrava operando o maquinário às 7 horas da manhã.

Notícias como essas foram constantes nos jornais do período pesquisado e somavam-se às inúmeras queixas por acidentes de trabalho, prestadas junto às chefaturas de polícia e que se transformavam em processos judiciais, quando não recebidas as devidas indenizações pelas vítimas.

Tal qual se sucedeu com “José Marques da Costa, rio-grandense do norte, solteiro, branco, de 36 anos de idade, operário encarregado da seção de máquinas da firma *Freitas Dias*, que na manhã de 26 de janeiro de 1931, enquanto trabalhava na máquina de plainar a vapor, da dita empresa, teve o dedo indicador direito decepado. Fato esse testemunhado por

²⁸¹ Folha do Norte. 25 de agosto de 1920. Fls. 04. Desastre numa fábrica. Um operário em perigo de vida – vítima na Santa Casa.

seu colega de trabalho Luiz Flávio de Lima, rio-grandense do norte, branco, casado, 50 anos de idade, operário, analfabeto e residente á Villa Coroa, 167, bem como, por Raymundo Nonato de Sousa, maranhense, preto, casado, de 27 annos, também operário, analfabeto e residente á rua 14 de Abril, 181, no bairro de São Braz.”²⁸²

E mesmo durante a década de 1930, quando se assiste no Brasil à consolidação de várias leis regulamentadoras e de proteção ao trabalho de diversas categoriais profissionais,²⁸³ não se percebe em Belém a melhoria daquelas condições, tanto que persistem os processos em que se buscava pagamento de indenizações e reparações pecuniárias por conta de acidentes sofridos.²⁸⁴

Semelhantes ao processo movido pelo operário Raymundo Lima, paraense, pardo, solteiro, de 18 anos de idade e residente à Rua Antonio Barreto, letra A (Villa Castro) no Umarizal; que no dia 04 de Julho de 1931 enquanto trabalhava por conta de *Martins, Jorge e Cia*, na *Fábrica de Cordas Perseverança*, situada à travessa Quintino Bocaiuva, no Reduto, sofreu um acidente envolvendo a engrenagem da máquina de fazer linha americana, pelo que decepou o dedo anelar da mão esquerda, resultando perder a falange do dito dedo.²⁸⁵

Nessa perspectiva, o acionamento da justiça pública por meio dos processos judiciais servia apenas como ação compensatória das eventuais perdas financeiras provocadas pelos acidentes, visto que, em termos concretos, o ganho de uma causa trabalhista não garantia a reintegração do operário ao mercado de trabalho, tão pouco restabelecia a condição física

²⁸² José Marques declarou ainda que percebia a diária de 11\$000 reis que lhes eram pagos pelo dia findo e que ficou em tratamento por conta da firma, sendo o seu médico o Dr. Freitas, mas que até a data de seu depoimento não havia recebido nada por conta das suas meias diárias. Ao final, o juiz decretou a incapacidade parcial e permanente, em consequência da perda da falangeta e da metade da phalange do dedo indicador da mão esquerda, do operário.

Autos cíveis por acidente no trabalho de que foi victima José Marques da Costa, quando trabalhava por conta da fabrica Freitas Dias. Belém. Cartório Barata. 1931.

²⁸³ FAUSTO, Boris. *Getúlio Vargas: poder e o sorriso*. São Paulo: Cia das Letras, 2006. & FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)*. São Paulo: Difel, 1976.

²⁸⁴ Autos de inquérito policial acerca do acidente de trabalho de que foi vitima João Bernardo da Costa, quando trabalhava para o departamento de Aeronáutica Civil (Val de Cans). Cartório Trindade.1939. A vítima era paraense, solteiro e residente á Travessa Pirajá, sem número, exercia a função de corrieiro e era empregado de uma firma prestadora de serviços. Sua lesão compreendeu uma fratura no pé.

Autos de inquérito policial acerca do acidente do trabalho de que foi vitima Pedro Guedes da Silva quando trabalhava para Aliança Industrial S/A. Cartório Ana Lobato. 1940. A vitima era couteleiro, tinha 24 anos de idade, branco, paraense, residente a travessa da Estrela, nº 206 e teve como lesão uma ferida contusa irregular situada na borda cubital do ante braço esquerdo.

²⁸⁵ Conforme consta nos autos, o suplicante ganhava a diária de 4\$500, foi socorrido pela referida Cia Industrial que lhe subsidiou o tratamento médico durante 52 dias, dando-lhe também as respectivas meias diárias. Moveu o processo para pleitear o pagamento da indenização a que tinha direito por lei, visto não haver dúvida, de que o caso era accidental.

Autos cíveis de acidente do trabalho em que foi vítima o operário Raymundo Lima quando trabalhava por conta de Matins, Jorge & Cia, na Fábrica Perseverança. Cartório Leão. 1931

existente antes das lesões.

Veja-se o exemplo de Alberto Nogueira de Mello, paraense, pardo, de 21 anos de idade, casado, residente a rua Apinagés, nº 42, no bairro do Jurunas e que exercia a profissão de serralheiro empregado na *Cia de Gás Paraense Ltda.*, até o dia em que perdeu a visão do olho esquerdo de modo irreversível, em virtude de um acidente de trabalho ocorrido em agosto de 1927, às quatro horas da tarde, enquanto cortava um tubo fundido e uma rebarba do referido tubo atingiu sua seu olho. Alberto conseguiu a indenização correspondente às meias diárias não pagas durante o período de seu tratamento médico, bem como, uma valor adicional por causa da incapacidade permanente da vista. Todavia, não voltou a trabalhar na Cia de Gás Paraense.²⁸⁶

Se, por um lado, as queixas de acidentes de trabalho e a busca por indenizações pelos efeitos desses episódios demonstram a luta por direitos, também explicitam o fato de que poucas mudanças foram introduzidas nos espaços de trabalho e nas condições de prestação de serviços pelos trabalhadores empregados ao longo do período estudado.

E o que falar, então, das condições de trabalho daqueles que desenvolviam atividades por conta própria, de forma autônoma, esporádica ou por empreita?

“Manuel Pedro, velho carregador, que tem o nº 267, andava hontem pela manhã, pelo Ver-o-Peso a cata de trabalho. Depois de virar de um lado para o outro com seu tabuleiro sobre o braço, foi chamado por um indivíduo de quem não sabia o nome, mas, como disse na polícia, conhecido como ‘atravessador’ no cais. Este então encheu-lhe o tabuleiro com grande quantidade de couros secos de carneiro e mandou que os levasse à casa de Peres & Cia. O carregador pos-se a caminhar, mas dentro de pouco tempo esqueceu-se da firma e, para livrar-se de qualquer embrulho, resolveu ir a central de polícia a fim de ali deixar os couros. Quando porém, lá chegava, também aparecia o sr. Manoel Gondim, explicando a autoridade ter havido equivoco do carregador, pois os couros eram para firma Ribeiro & Cia, e por isso pedia a sua restituição para o próprio carregador os ir levar a dita Casa.”²⁸⁷

O primeiro aspecto do cotidiano desses trabalhadores se refere à expressiva margem de oscilação dos seus ganho, pois, diferentemente dos funcionários, aos quais bastava comparecer ao posto de trabalho para receber as respectivas remunerações (que eram fixas e estáveis), tais indivíduos não tinham qualquer segurança de quanto ganhariam, ao final de um dia trabalhado, ou mesmo se, ao saírem de seus domicílios em busca de sustento, conseguiriam, de fato, um trabalho devidamente remunerado.

De modo similar ao que aconteceu com o ‘*velho carregador*’ Manuel Pedro, que

²⁸⁶ Chefatura de Polícia. Autos de Inquérito Policial acerca do acidente de trabalho em que foi vítima o operário Alberto Nogueira de Mello, enquanto trabalha para a Cia de Gás Paraense Ltda. Agosto de 1927.

²⁸⁷ Folha do Norte. Belém, 06 de maio de 1930. Fls. 02. Onde foram ter os couros.

passou a manhã do dia 06 de maio de 1930 ‘à cata de trabalho’ no Ver-o-Peso, assegurar uma ocupação rentável o suficiente para se arcar com os custos de viver na urbe não era tarefa fácil ou que dependesse exclusivamente da disposição pessoal de cada indivíduo.

Por isso, ter uma profissão, exercê-la e ganhar satisfatoriamente por ela eram questões que exigiam mais do que o esforço particular de cada trabalhador, dependendo também das contingências da economia e mercado locais. Daí que a fartura ou escassez de mão- de- obra, o grau de complexidade ou de generalidade do ofício exercido, a maior ou menor disponibilidade de capitais circulantes e o próprio nível de maleabilidade do trabalhador em face desses contextos, influenciavam seu grau de inserção no mercado e a obtenção dos meios de sobrevivência, como o italiano Vicente Salústio, residente a rua Lauro Sodré, nº 165 (Cidade Velha), que ganhava a vida desempenhando *dois ofícios*, quais fossem o de engraxate e de vendedor de jornais, na avenida 16 de Novembro, próximo da Doca do Ver-o-Peso.²⁸⁸ Ou como Manuel Santos Chermont, que era paraense, pardo, de 20 anos de idade, solteiro, residente na avenida Generalíssimo Deodoro, nº 45, no Umarizal e que tinha por profissão ferreiro, muito embora tenha se empregado na *Firma Camelier*, na condição de caldeireiro, haja vista que era a única vaga disponível, fato que lhe custou a perda da vista esquerda, em decorrência de um acidente, no qual um arrebite de ferro atingiu-lhe a íris do olho referido.²⁸⁹

²⁸⁸ Vicente contendeu-se com Serafim Abrantes, seu conhecido, vendedor ambulante e residente a rua Manoel Barata (Reduto), em virtude do mesmo não lhe ter entregue o dinheiro que um empregado do Universal Hotel havia deixado em seu poder como pagamento pela compra de um jornal da Folha do Norte. Folha do Norte. Belém, 10 de janeiro de 1920. Fls. 04. Por causa de 200 réis homem fere outro e preso em flagrante.

²⁸⁹ Autos de Inquérito Policial acerca do acidente de trabalho de que foi vítima Manoel Santos Chermont, quando trabalhava por conta da Firma Camelier. 1927



Imagem: Docas do Ver o peso, região bastante frequentada por trabalhadores avulsos e autônomos, especialmente jornaleiros, vendedores ambulantes e estivadores. Pode-se observar a presença de vários homens pobres, na calçada do cais e nas canoas, provavelmente aguardando algum serviço ou ocupação. 1935. **Fonte:** Coleção Harriet Platt. Acesso: <http://collections.lib.uwm.edu/cdm/ref/collection/>

Em algumas ocasiões, essas necessidades concretas que emergiam da vida citadina implicavam não somente o exercício concomitante de mais de uma ocupação laboral, o desprendimento de grandes desgastes físicos,²⁹⁰ ou a vivência de extensas jornadas de trabalho. Havia casos em que esses munícipes, mesmo declarando ter uma profissão específica, se ocupavam de outros expedientes não vinculados ao mundo do trabalho, com o intuito de conseguir mais ganhos e, por conseguinte, melhores condições de vida.

A exemplo do que fez o guarda civil nº24, que obteve 5\$000 réis do chauffeur João Barbosa de Sousa, em troca de não aplicar-lhe a multa nem levar-lhe preso pelo excesso de velocidade com que conduzia o auto Ford nº 343, pela avenida Generalissimo Deodoro próximo a rua Oliveira Belo no Umarizal;²⁹¹ e Jerônimo da Silva Lopes, taifeiro, residente á travessa 14 de março, que aplicou o ‘*conto do vigário*’ no canoeiro João Rodrigues Pantoja,

²⁹⁰ Do mesmo modo que Pedro dos Santos, carpinteiro, residente em canudos, que carregava vigas de madeira para o senhor Miguel Elias numa obra que realizava e teve a perna fraturada por uma pesada tora do produto. Boletins de Ocorrência. Volume 341. Belém, 24 de Dezembro de 1922.

²⁹¹ Chefatura de Polícia. Autos de perguntas feitas ao chauffeur João Barbosa de Sousa, do auto nº 343, a respeito de uma prisão feita ao mesmo pelo guarda civil nº 89, em dias do corrente mês e cuja prisão foi tolerada por o referido guarda recebido a importância de 5\$000 réis. Junho de 1928

ao vender-lhe um bilhete falso de loteria, sendo por isso preso.²⁹²

E também o carregador Gabriel Ambrósio Santana, de 24 anos de idade que foi preso e inicialmente acusado de ter dado um golpe de 35\$000 réis em Jose dos Santos Garcia, vendedor ambulante, hespanhol, de 44 anos de idade e domiciliado num quarto a Rua de Bragança, nº 16; mas que ao final do descobriu-se tratar de comparsa do referido espanhol e de José Ribeiro Vaz, em negócios de contrabando de liambra.²⁹³ Além dos casos que envolveram alguns trabalhadores de diferentes ocupações que em janeiro de 1939 foram presos para averiguações sob acusação de furto:

“Na central esta detido *Pedro Bastos, vulgo “Beijo de Burro”*, paraense, preto, solteiro, de 18 annos de idade, *bilheteiro*, residente á Travessa Campos Salles, n. 290. Foi preso para averiguações sobre furto.”²⁹⁴

“Na central encontra-se detido Lauro Barbosa Guimarães, pernambucano, viúvo, de 22 annos de idade, *sapateiro*, residente á travessa dos Jurunas, n. 722. Foi preso à disposição do comissário de investigações e capturas, para averiguações sobre furto.”²⁹⁵

Além das dificuldades mencionadas em obter o sustento diário, exclusivamente a partir dos ganhos auferidos com o mundo do trabalho honesto, depreende-se do teor dos documentos pesquisados, que as péssimas condições inerentes ao exercício profissional desses trabalhadores avulsos e autônomos, lhes impunha a vivência de outras complicações nos diversos territórios citadinos.

²⁹² Folha do Norte. 10 de julho de 1920. Fls. 04. Contista Preso

²⁹³ Folha do Norte. Belém, 22 de maio de 1930. Fls. 02. O carregador foi preso, mas levou mais dois para o xadrez. Grande apreensão de Liamba.

²⁹⁴ Folha do Norte. Belém, 07 de janeiro de 1939. Fls. 05. Detido para averiguações

²⁹⁵ Folha do Norte. Belém, 24 de janeiro de 1939. **O dia policial**. Vão averiguar se á ladrão



Imagem: Carroceiro levando carga de lenha, pelas ruas da cidade. Conforme os documentos pesquisados percebeu-se que esses profissionais constantemente envolviam-se em acidentes com bondes e automóveis. 1935

Fonte: Coleção Harriet Platt. Acesso: <http://collections.lib.uwm.edu/cdm/ref/collection/>

Constantemente envolvidos em acidentes por causa das tarefas que desempenhavam, que expunham suas vidas à vulnerabilidade do trânsito, as condições do clima e aos perigos próprios dos diferentes espaços da cidade, esses trabalhadores apareciam rotineiramente nas folhas dos jornais, boletins de polícia e inquéritos da época.

Como aquele que registrou o furto da carrocinha pertencente a José Affonso Costa, que fazia carretos e ficava estabelecido no Boulevard da República;²⁹⁶ a queixa que notificou o acidente do pintor Ermínio Silva, residente na travessa 9 de Janeiro, nº15, que caiu de um andaime enquanto trabalhava em uma obra por conta do empreiteiro Gabriel Sousa, residente a travessa D. Pedro, nº 82;²⁹⁷ ou a notícia que relatou o atropelamento do carroceiro Clemente Pereira, as cinco horas e vinte minutos da manhã, quando dirigia sua carro na Doca de Souza Franco, pelo Bonde nº 146, da Linha do Curro.²⁹⁸

Ou ainda, como ilustra a queixa prestada por Antonio Antunes Coelho, residente à Avenida 16 de novembro, nº 104, contra o condutor do bonde nº 137, que o atropelou às 7 horas e 30 trinta minutos da manhã, enquanto andava pela esquina da Avenida Almirante

²⁹⁶ Boletins de Ocorrência. Volume 332. Belém, 13 de outubro de 1922.

²⁹⁷ Folha do Norte. Belém, 24 de fevereiro de 1926. Fls.03. Na polícia e nas ruas. Acidente de Trabalho.

²⁹⁸ Folha do Norte. Belém, 04 de maio de 1930. Fls. 02. Um bonde que atropela uma carroça.

Tamandaré, conduzindo um carro com carga (carroça).²⁹⁹

Em paralelo a esses estorvos, os trabalhadores avulsos, autônomos e por empreita também se viam envolvidos em conflitos com contratantes de serviços e brigas com outros trabalhadores, experimentando muitas situações desagradáveis, originadas de aparentes rugas, que surgiam por disputas, pilhérias e fatos gestados durante a jornada e/ou nos espaços de trabalho.

“Hontem, pela manhã, na Travessa Frutuoso Guimarães, próximo ao bairro comercial, o pessoal sem ocupação alvoraçou-se que nem formiga, parecendo que uma ocorrência extraordinária ali se registrava.

O caso, porém, não teve importância, pois não passou de uma desordem promovida por dois carregadores.

Num dos galpões da Port Of Pará, por questões de competência em matéria de carretos, travaram-se de razões os barbianos Belford Smith e o pernambucano Heraclito Evaristo de Sousa, ambos residentes à Travessa Frutuoso Guimarães, nº21.

Em determinado momento o barbadiano investiu para Heraclito tentando agredi-lo.

Heraclito, apesar de já não ser moço, mostrou possuir rara agilidade no corpo, o que não esperava o barbadiano.

Quando estava lhe pondo as mãos no pescoço o pernambucano abaixou-se, mergulhou-lhe na sombra e o agarrou pelas pernas, atirando-lhe com o cadáver em cima dos paralelepípedos.

A cabeça do negro tiniu que nem coco, arrancando faíscas das pedras.

Nesse momento um guarda civil apareceu e o barbadiano com a cabeça ferida, saiu num ‘poeirão’ medonho sem olhar para trás, indo parar na Frutuoso Guimarães onde os populares se aglomeravam.

Preso, foi ele conduzido a central onde mais tarde era o outro, também apresentado, ficando ambos ali detidos. Heraclito depois pagou multa, sendo posto em liberdade.”³⁰⁰

Fica implícito do relato feito pelo articulista do jornal *Folha do Norte* que conflitos semelhantes ao ocorrido entre Heráclito e Belford, eram comuns no cotidiano da cidade, já que nas próprias palavras do repórter *‘o caso na teve importância, pois não passou de uma desordem promovida por dois carregadores’*.

Não obstante parecer fato corriqueiro, a briga chama atenção não só pela ferocidade dos comportamentos dos envolvidos, como também por expor as tensões que, provavelmente, já existiam no seu relacionamento. Observe-se que ambos moravam no mesmo endereço; portanto, matinha contato cotidiano, para além do ambiente de trabalho. Talvez até dividissem as despesas com moradia, residindo em uma casa de cômodos ou estância. E muito embora o texto não permita afirmar-se com certeza esse fato, tal realidade não era incomum no período, visto que essa era uma prática comum entre trabalhadores pobres urbanos que desejavam economizar gastos.

Desse modo, as agressões mútuas ocorridas no espaço de trabalho constituem o

²⁹⁹ Boletins de Ocorrência. Belém, 04 de agosto de 1928.

³⁰⁰ Folha do Norte. Belém, 16 de maio de 1930. Fls. 04. Na polícia e nas ruas. Entre carregadores.

desfecho de tensões que já vinham sendo gestadas entre ambos os carregadores, cujo estopim foi a disputa profissional, qual fosse o questionamento de quem teria maior competência profissional para desenvolver o ofício de carregador-carreteiro.

Pelas ruas da cidade, nas esquinas das avenidas, no cais dos portos, nos galpões das fábricas ou no interior de mercearias, lojas e botequins, trabalhadores pobres urbanos construía suas territorialidades na urbe e faziam dos espaços citadinos *lócus* de trabalho e de sobrevivência.

Como visto, o dia-a-dia de muitos homens trabalhadores era marcado pelo cumprimento de longas jornadas de trabalho, não só em fábricas ou casas comerciais, como também nas ruas, portos, praças e demais espaços públicos ou privados da urbe. Nesses territórios, podia-se ver um contingente expressivo de trabalhadores avulsos ou por contrato determinado (empreita), que andavam de um lado para o outro da cidade, partilhando o espaço com operários e empregados.

Em comum tinham o interesse por garantir rendas suficientes para sobreviver em um contexto de carestia, baixas remunerações e grande oferta de mão- de -obra.³⁰¹ Cotidianamente viviam divergências com patrões e/ou colegas de trabalho, além de situações de conflito, envolvendo a polícia e os representantes dos poderes públicos locais, relacionadas aos modos diversificados com que se apropriavam dos espaços citadinos ou tentavam se inserir no mundo do trabalho.

“O vendedor de beijos, Manoel Pedro da Silva, residente no Largo de São Braz, estaciona no Mercado de Ferro, onde vai trabucando a vida conforme pode. O Manduca, porém, é de gênio alterado, e não sabe que dessa maneira não se vive bem.

Hontem, naquele mercado, o Dr. J. A. de Magalhães, inspetor sanitário municipal, mandou o homem retirar da venda uns beijos deteriorados, e ele, por isso, tratou mal aquele médico, motivo porque foi preso e levado á Central, por um bombeiro municipal.

A autoridade de permanência mandou recolhe-lo a um xadrez.”³⁰²

³⁰¹ Tomando-se por analogia a realidade manauara nesse mesmo período, a carestia da vida urbana decorria principalmente de três situações: a primeira correspondia à ênfase que havia sido dada ao extrativismo da borracha durante várias décadas, em detrimento de outras culturas, aspecto que contribuiu para tornar fracas as iniciativas tanto privadas quanto públicas de fomentar a produção agrícola. Por isso, muitos gêneros de primeira necessidade, com exceção do pescado e uma parte da produção de carnes verdes, vinham de outras regiões; fato que encarecia significativamente esses bens. Em segundo lugar, havia grande centralização da venda desses gêneros nos mercados públicos e a forte influência dos atravessadores, os quais impunham preços exorbitantes sobre o consumidor final. Por derradeiro, em menor escala, devem ser considerados os efeitos da primeira guerra mundial sobre os setores produtivos locais, cujas exportações passaram a ter menor rendimento em virtude das oscilações das moedas estrangeiras, gerando menos recursos aos grandes comerciantes, que repassavam as perdas para os preços dos produtos vendidos, além de diminuir salários e contratações. Cfe. TELES, Luciano Everton Costa. *A vida fora do espaço de trabalho: os operários e a cidade de Manaus nos anos iniciais do século XX*. Revista Espacialidades [online]. 2011, v. 4, n. 3.

³⁰² Folha do Norte. Belém, 24 de maio de 1930. Fls. 04. Homem Malcreado.

Ora, percebe-se que, pela própria natureza de suas ocupações, muitos desses indivíduos dependiam de ganhos obtidos diariamente, que oscilavam bastante, em decorrência de inúmeros fatores, como a maior ou menor disponibilidade de mão-de-obra e o grau de estabilidade do comércio local. Essa situação por si mesma, os envolvia em um contexto social bastante tenso e permeado de imprevisibilidade, no qual se vivia um dia de cada vez, forjando-se variadas estratégias para garantir o sustento.

Em termos de territorialidade, a realidade econômica em que estavam inseridos lhes impunha buscar obstinadamente meios de ocupação, independentemente de sua localização geográfica na urbe. As distâncias entre os domicílios e os locais de trabalho importavam menos do que a necessidade de ter um emprego ou ocupação e, por conseguinte, o sustento cotidiano assegurado, conforme se percebe, ao lerem-se as queixas prestadas por trabalhadores perante os delegados de polícia, em face de acidentes de trabalho.

Nesses documentos são identificados casos como o de João Manoel, que morava na travessa Lomas Valentina, na Pedreira e trabalhava na Fábrica de Cerâmica de F. L. de Sousa, na rua Municipalidade, no bairro do Telégrafo, próximo a região das Docas do Reduto;³⁰³ de Laurina do Carmo Soares, que residia na Pedro Miranda, na Pedreira, bairro considerado pobre, distante, na época, do centro comercial e trabalhava como operária na fábrica de quebrar caroços de Romariz A. Filho, situada na Travessa Dom Pedro, no Reduto;³⁰⁴ ou de Alexandre Dantas, domiciliado na Avenida Theodomiro Martins em Canudos, área classificada como suburbana, que trabalhava na Firma Chamié, na Travessa Quintino Bocaiuva, no bairro de Nazaré, um dos distritos mais nobres da cidade.³⁰⁵

Assim, os itinerários de trabalho dos homens (mas não apenas destes) integrantes dos segmentos populares belemitas eram fluídos e podiam se localizar tanto nas áreas mais

³⁰³ Acidente de trabalho: João Manoel, residente á travessa Lomas Valentim s/ n, comunicou que no dia 6 do corrente foi vitimas de um acidente quando trabalhava na fãbrica “ceramica”do proprietário da firma F. L. de Sousa, á rua Municipalidade, resultando receber um baque que o impossibilita de trabalhar. A victima percebia a diária de 3\$000 e apresenta testemunhas do facto. Boletins de Ocorrência. Volume 377. Belém, 18 de dezembro de 1924.

³⁰⁴ Acidente de trabalho: Manoel Benedito Soares, residente á Av Pedro Miranda (Pedreira) comunicou que no dia 1 do corrente, sua filha Laurina do Carmo Soares, fora vitima de um acidente quando trabalhava na fabrica de quebrar carócos, sito á travessa D. Pedro, de propriedade de Romariz A Filho, acontecendo cair sobre um banco conturcendo-se a vitima apresenta testemunhas. Boletins de Ocorrência. Volume 376. Belém 03 de Setembro de 1924.

³⁰⁵ Acidente de trabalho: Alexandre Dantas, residente á avenida Theodomiro Martins (Canudos) comunicou que no mês de Fevereiro findo, em data que não pode precisar, fora vitima de um acidente quando trabalhava por conta da firma Chamié proprietários da fábrica de borracha, á travessa Quintino Bocayuva, acontecendo nessa ocasião levar um violento choque devido um carro que conduzia com caixas de borracha e um esteio da referida fábrica, ficando bastante amolestado. A vitima percebia a importância de 4\$000 diários. São testemunhas Feliciano de Tal e Theodomiro de Tal. Boletins de Ocorrência. Volume 365. Belém, 12 de março de 1924.

centrais da urbe, pelos bairros do Comércio, Cidade Velha, Campina, Reduto e Nazaré, onde havia um fluxo constante de pessoas e de negócios, quanto nos bairros adjacentes ao centro, a exemplo do Umarizal, Telégrafo sem Fio, Jurunas e Cremação, que, no período, viveram um surto de crescimento populacional e presenciaram o surgimento de inúmeros pequenos negócios em seus territórios.³⁰⁶

Nesse caso, o crescimento desses pulverizados empreendimentos individuais pelos bairros adjacentes ao centro belemita contribuiu para a diversificação dos critérios de deslocamentos das camadas populares pela cidade em busca de trabalho. Daí que a proliferação de quitandas, padarias, botequins, oficinas, vacarias, pedreiras, portos e serrarias, dentre outros negócios que passaram a compor os novos cenários citadinos, permitiram que muitos populares morassem e trabalhassem nos diversos distritos afastados do centro comercial tradicional, como foi o caso de Joaquim Barbosa, que residia na travessa Francisco Monteiro, nº02 em Canudos, bairro afastado do centro comercial e trabalhava em outro distrito adjacente à área comercial belemita, qual fosse o bairro do Umarizal, precisamente na rua Jerônimo Pimental, na oficina de Cutelaria do Sr. Carlos Ribeiro.³⁰⁷

Não era raro também, o deslocamento desses sujeitos para distritos como Pedreira, Guamá, Marco da Légua, Val-de-Cães e Marambaia, regiões que passaram a se integrar cada vez mais à dinâmica citadina, a partir da expansão das linhas de bonde e de trem, da instalação dos galpões da Companhia de Navegação “Port Of Pará” em Val de Cães, da abertura de novos portos regionais na orla marítima do Guamá e do crescimento do setor de construção, que passou a explorar os recursos naturais existente no bairro da Pedreira.

A exemplo de Agostinho José dos Santos, que morava na rua Domingos Marreiros, nº 101-c, no bairro do Umarizal e se deslocava diariamente para o bairro de Val-de-Cães, nos arrabaldes da capital, onde trabalhava como torneiro mecânico nas oficinas da *Port Of Pará*;³⁰⁸ e de Manoel de Senna Meirelles, que residia á rua dos Caripunas, nº 05, na Batista

³⁰⁶ Especialmente, padeiros, leiteiros e horteiros, transitavam costumeiramente pelos bairros residenciados mais distantes do centro comercial da cidade, em busca de fregueses e mais ganhos, indo até locais onde era mais difícil abastecer a população de leite, pão e verduras, em virtude das péssimas condições de tráfego nas ruas, por causa da lama, das pontes e das palafitas.

³⁰⁷ “Joaquim Barbosa, residente a travessa Francisco Monteiro, n 2 (Canudos), comunicou que no dia 23 do mês de Dezembro do ano findo, quando trabalhava na oficina de cutelaria, do Sr Carlos Ribeiro, á rua Jeronimo Pimentel, foi vitima de um acidente acontecendo ficar sem um dedo do pé esquerdo, A vitima percebia a quantia de 2\$5000.” Boletins de Ocorrência. Volume 376. Belém, 18 de setembro de 1924.

³⁰⁸ Agostinho, que era paraense, pardo, de 43 anos de idade e casado, foi internado em janeiro de 1920 no Hospital da Santa Casa de Misericórdia, após sofrer acidente de trabalho por volta das duas horas da tarde de uma terça-feira, quando foi apanhado por um torno mecânico que fazia o acabamento de peças metálicas para serem usadas nos navios. Folha do Norte. Belém, 08 de janeiro de 1920. Acidente no trabalho.

Campos, mas trabalhava com estiva, deslocando-se para o bairro do Reduto, que era adjacente ao centro comercial e onde estava localizado o cais da *Port Of Pará*, nas imediações da Boulevard Castilhos França³⁰⁹; e ainda, de Antonio Siqueira, casado, que morava na Travessa de Humaytá no bairro periférico da Pedreira, na zona oeste da cidade e trabalhava na Serraria de Salvador Souza & Cia, localizada na Travessa 22 de Junho, esquina com a Avenida Cipriano Santos, entre São Braz e Cremação, nos limites da área urbanizada da capital.³¹⁰

Desta feita, a delimitação dos espaços de trabalho desses grupos dependia da disponibilidade de serviços em um dado bairro ou região, quer fosse uma área urbana ou suburbana, mais comercial ou adjacente ao centro.



Imagem: capatazes, pedreiros e auxiliares da construção da *Casa de Amparo às Crianças Órfãs e Idosos* (atual Lar de Maria), na esquina da Travessa Cipriano Santos com Estrada de São Braz, próximo ao Mercado Municipal e a Estação Central da Ferrovia Belém-Bragança, nas imediações dos bairros periféricos de Canudos e dos Covões de São Braz. Considerando-se a data de fundação da instituição que foi em 10 de agosto de 1947, a imagem é de período anterior. **Fonte:** <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=697660&page=2>

Foi essa emergente dinâmica de trabalho e ocupação da cidade que possibilitou o surgimento de novas rotas de trânsito pelo interior da urbe, acrescentando-se aos já

³⁰⁹ Manoel de Senna Meirelles foi vítima de uma acidente quando descarregava madeira no cais da companhia, vindo a cair uma tora sobre o pé direito do trabalhador. Folha do Norte. Belém, 07 de fevereiro de 1926. Acidente de Trabalho.

³¹⁰ Antonio Siqueira teve a mão esquerda esmagada por uma das serras que utilizava no trabalho, sendo internado no Hospital da Ordem Terceira de São Francisco para que fosse feita a devida amputação. Sua mulher de nome Maria da Conceição Siqueira comunicou a polícia o ocorrido. Boletins de Ocorrência 15 de agosto de 1928. Acidente de Trabalho.

conhecidos, outros itinerários de deslocamento pela capital, os quais compreendiam uma multiplicidade de sentidos de tráfego, como por exemplo, do centro comercial para os bairros adjacentes, entre diferentes bairros situados, além dos limites da área mais comercial da cidade; dos subúrbios para os bairros adjacentes ao centro; entre os próprios bairros situados nas áreas consideradas como centros financeiros e sociais da capital, etc.³¹¹

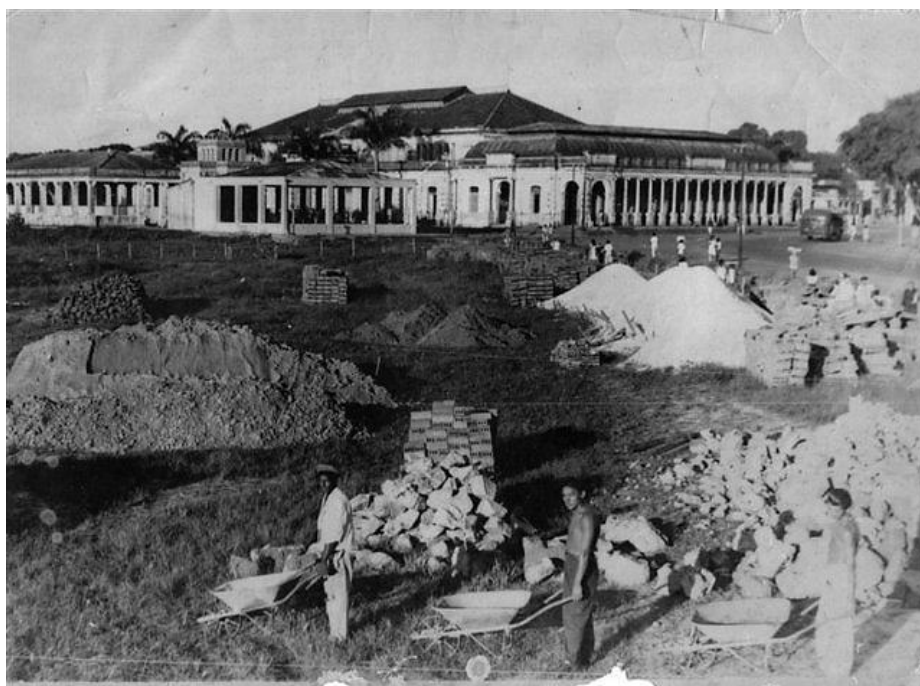


Imagem: pedreiros com seus carrinhos de mão durante a construção da Casa de Amparo às Crianças Órfãs e Idosos (atual Lar de Maria). **Fonte:** <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=697660&page=2>

Por outro lado, é necessário lembrar que, nesse período, tais munícipes residiram nos mais variados territórios da cidade, pulverizando os espaços de moradia das camadas trabalhadoras. Daí, embora tenha havido certa predominância na concentração das populações de baixa renda por bairros mais afastados da zona urbanizada, como foi o caso dos bairros da Pedreira, Guamá, Jurunas, Matinha, Marco da Léguas e Canudos; não se pode desconsiderar sua presença nos bairros mais centrais da cidade, a exemplo do Campina, Cidade Velha e Batista Campos, bem como, nos distritos adjacentes ao centro comercial, como o Umarizal, Nazaré e Reduto, ainda que isso não devesse ser entendido como um indicador positivo da

³¹¹ Como é sabido, a ampliação das linhas de bonde e a consolidação do trem enquanto meio de transporte facilitaram essa movimentação, mas não foram os únicos elementos que explicam esse processo. Outros aspectos que interferiam nos critérios de deslocamento das camadas populares pela urbe, especialmente dos homens, foram questões de afetividade, tais como namoros e relacionamentos amorosos, que impunham uma movimentação diária para visitar a amada ou passear com ela; além da busca por lazer, que os levava a frequentar diferentes bairros para ir ao cinema, ao jogo de football, ao igarapé ou mesmo, ao bar. Mas estes elementos serão discutidos no capítulo terceiro.

melhoria nas condições de moradia desses segmentos.³¹²

Assim, nas décadas de 1920 e 1930, homens pobres e trabalhadores passaram a se movimentar pela urbe de maneira mais fluida do que no período áureo da economia extrativista, imprimindo as marcas de seu modo de ser; a comportar-se e a trabalhar pelos diversos territórios da cidade.

2.2.2 *Desordeiros, gatunos, ladrões de galinha e sem profissão conhecida.*

Trabalhar significava não apenas um meio de sobrevivência, mas também uma forma de adquirir respeito, distinguindo-se moralmente de outros sujeitos que possuíam a mesma condição social das camadas pobres da urbe, mas que optaram pela ociosidade e/ou pela criminalidade como meio de vida.

“Reside com sua progenitora a sra. Maria Generosa á travessa de São Christovam, n.62, no Guamá, **Osorio Mattos de Oliveira, moço de 27 annos, morigerado e trabalhador.** Desde segunda feira, porém, que Osório desapareceu de casa, não deixando vestígios. Inquieta com sua sorte, d. Maria Generosa procurou este jornal, a fim de ver se consegue notícias do seu filho.”³¹³

Ser morigerado e trabalhador eram atributos de um munícipe respeitável e de um cidadão de bem, o qual merecia, em virtude seu caráter, o carinho da família e o reconhecimento da sociedade. Diversamente, não ter profissão representava experimentar um estilo de vida *perigoso* para si mesmo e para a sociedade, permeado por um cotidiano de vícios e possível criminalidade, na medida em que, assim como o trabalhador, o vagabundo também precisava de dinheiro para sobreviver e, por isso, tornava-se capaz de cometer os mais variados delitos e transgressões sociais.

“Foi hontem recolhido a um dos xadrezes da central de polícia, o individuo Manuel dos Santos, paraense, pardo, solteiro, de 29 annos de idade, sem profissão, residente á travessa do Chaco, n. 59. Manoel dos Santos que é gatuno conhecido da polícia, forjou uma carta, mediante a qual conseguiu obter vinte saccos de sarrapilheira, no valor de 50\$000, do commérciário Manoel Barbosa, auxiliar da firma Tomé de Vilhena & Cia, ao Boulevard Castilhos França, n.125.”³¹⁴

“João da Silva Conde, residente à travessa Demétrio Ribeiro, 41, queixou-se, hontem, à polícia, de que os gatunos varejaram-lhe a casa, durante a madrugada, conduzindo os meliantes, uma carteira de camurça, com 10\$ em dinheiro e vários objetos. Também dos seus companheiros levaram os gatunos, um revolver, um relógio de prata, uma moeda de 2\$ e um chapeo de sol.”³¹⁵

A ociosidade era o oposto do trabalho, e a vagabundagem o contraponto da vida

³¹² PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *A cidade sobre os ombros. Trabalhadores e conflito no Porto de Manaus. 1899-1925.* P. 57

³¹³ Folha do Norte. Belém, 06 de janeiro de 1939. Fls.03. Desapareceu de casa há 04 dias.

³¹⁴ Folha do Norte. Belém, 08 de janeiro de 1939. Fls. 05. Malabarista das grades.

³¹⁵ Folha do Norte. Belém, 06 de janeiro de 1920. Fls. 04. “Elles” agem

morigerada do trabalhador urbano. Enquanto o empregado e/ou funcionário, bem como os trabalhadores autônomos empreendiam esforço contínuo, dedicando diariamente longas horas de trabalho em troca de remuneração, o larápio rapidamente e sem grande dificuldades, conseguia obter os ganhos de sua sobrevivência.

“Adolpho Carvalho de Miranda, residente no Guamá, queixou-se que ante ontem foi ao arraial de São João, levando no bolso uma carteira contendo a importância de 288\$000, momentos depois notou a falta daquela importância.”³¹⁶

“O Sr. Alexandre Dias, empregado da Tabacaria Mattos e residente nos altos do prédio á rua de Santo Antonio, esquina da 1º de Março, foi vítima, hontem, às 4 horas da tarde, de um larápio que lhe furtou um anel de ouro com brilhante, no valor de 400\$000. Houve queixa à polícia.”³¹⁷

Em Belém, não se encontraram, no interior das camadas populares, apenas homens dedicados ao mundo do trabalho, sendo possível inventariar as experiências de inúmeros sujeitos que fizeram da ociosidade, da vagabundagem e da gatunagem seus modos de sobreviver na urbe.

“Antonio Rodrigues, residente à travessa Quintino Bocayuva, 139, queixou-se de que hontem, pela manhã, **os gatunos penetraram em sua residência e dali roubaram o seguinte: 1 par de sapatos de verniz, 1 chapéo de massa, 1 chapéo de sol, 1 fato de riscas (de linho), e duas camizas, objetos esses que estavam dentro do seu quarto, tendo para isso, os gatunos arrombado a porta.** Na dita casa moram todos os empregados da Fábrica São Paulo. Dum companheiro de quarto do queixoso, de nome, Carlos Gomes Corrêa, roubaram uma rêde.”³¹⁸

Tais indivíduos também deixaram fragmentos de suas histórias impressas nos jornais locais e em documentos policiais, os quais indiciam a forma como eles se apropriaram dos espaços citadinos, construindo suas próprias territorialidades urbanas.

“No lugar denominado entrocamento, hontem, as 9 e 30 horas da noite, foi detido no posto do Marco, o individuo Antonio Nogueira Angelim, por ter promovido desordens e tentado espancar o vigia de um terreno de propriedade do coronel Pombo. O desordeiro é paraense, pardo, de 44 anos de idade, sem profissão. Angelim, já cumpriu a sentença de 12 anos e meio de prisão, por crime de homicídio.”³¹⁹

Eram habitantes da urbe, de diversas faixas de idade, diferentes nacionalidades, etnias e múltiplas formas de lidar com as expressivas necessidades econômicas da vida citadina.

Alguns eram nascidos no próprio Estado do Pará, porém muitos vinham de outras regiões e até de outros países. Tal qual Mocani Bernadelli, marroquino, que arrombou, pouco depois do meio dia, a porta de uma barraca no Lardo de São José, onde ficava estabelecida uma “casa de sorte”, de propriedade do Sr. Jenaro Exposito, ocultando-se no interior da mesma, com o intuito de roubar as mercadorias daquela barraca, ainda que tenha sido preso

³¹⁶ Boletins de Ocorrência. Volume 351. Belém, 26 de Junho de 1923. Queixa.

³¹⁷ Folha do Norte. Belém, 22 de janeiro de 1920. “Elles” agindo.

³¹⁸ Boletins de Ocorrências. Belém, 08 de agosto de 1928.

³¹⁹ Folha do Norte. s/d/e. 1939. Desordem no entrocamento.

pelo proprietário do estabelecimento, que pediu auxílio da polícia.³²⁰

Havia aqueles que moravam em bairros próximos do centro financeiro da capital, em casas de cômodo, quartos sublocados ou hotéis; mas também existiam aqueles que viviam nos subúrbios, em vilas situadas nos bairros adjacentes ao centro, como o indivíduo Pedro José da Silva, que era paraense, preto, residente na Travessa do Jurunas, nº39, no bairro do Jurunas, distrito popular da cidade, que, pela madrugada do dia 30 de setembro de 1928, fugiu do flagrante dado pela polícia, em virtude de um roubo que acabara de cometer de 06 pratos fundos estampados, 5 colheres, sendo 01 já quebrada.³²¹

Encontravam-se ainda aqueles que não tinham domicílio ou paradeiro declarado, como Manuel Barboza, conhecido pela alcunha de “Caboclo Misterioso”, paraense, pardo, solteiro, de 21 anos de idade, sem profissão, nem residência, que numa manhã de 1939 foi recolhido a um xadrez da Central de Polícia para averiguações sobre furto.”³²²

Consoante as fontes pesquisadas, esses indivíduos, que viviam do *não-trabalho*, compunham dois grupos sociais perigosos à ordem pública, e cujos comportamentos confrontavam o ideal de civilidade, de progresso e de trabalho, difundidos na capital paraense. Tratava-se dos vagabundos (desordeiros) e os dos gatunos (larápios).

Essas espécies de habitantes da urbe, comumente encontrados pelos espaços da cidade, distinguiam-se por aspectos muito sutis, na medida em que os atos praticados por ambos expressavam as contradições internas do modelo de sociedade laboriosa, ordeira e submissa, difundido pela imprensa, pelos poderes públicos e pelas camadas enriquecidas da capital.

Nessa perspectiva, os vagabundos não ofereciam perigo físico concreto ou mesmo risco patrimonial para os munícipes de ‘boa índole’. Todavia, incomodavam, por abalar a ordem social e a moralidade vigente.

“As 3 horas da tarde de ontem, foi preso João Cavalcante, de 48 anos, pelo agente Sylvio, quando fazia ‘jogo do bicho’ para o turco Salim.
Foi para o Xadrez á ordem do Subprefeito Melchiades.”³²³

Na maioria das vezes, tratava-se de contraventores e/ou ociosos, que perambulavam pelas ruas sem endereço certo ou profissão conhecida; desordeiros que promoviam bagunças nos espaços públicos ou indivíduos que mesmo tendo profissão, se davam ao hábito de beber

³²⁰ Folha do Norte. Belém, 13 de julho de 1915. Fls. 03. Factos Policiaes

³²¹ Boletins de ocorrência. 30 DE SETEMBRO DE 1928.

³²² Folha do Norte. s/d/e. 1939. O dia policial. Detido para averiguações.

³²³ Folha do Norte. Belém, 11 de maio de 1930. Pelo Jogo do “Bicho”.

fora do horário de trabalho, participar de jogos de azar ou simplesmente proferir palavras consideradas indecorosas e fazer barulhos, que incomodavam a paz social.

“**Repressão ao Jogo.** O carpinteiro Agostinho Aragão, residente à Vila Guarany, s/n, foi preso ontem, quando jogava o jaburu. Remetido à Central, o infrator foi para o Xadrez.”

Os perturbadores do socego público. O jornalista Antonio Pereira da Silva, residente à Avenida São Jerônimo, 31, foi preso ontem quando, embriagado, promovia desordens na via pública. Na Central, trancafiaram-no no Xadrez.”³²⁴

“As primeiras horas da manhã de ontem, quando praticavam desordens à rua da Indústria, foram presos os indivíduos Luiz Santos de Brito, Honorato Gomes e Lindolpho da Silva, moradores, respectivamente, à avenida Gentil Bittencourt, 266, à Vila Pinho, s/n, e à Travessa Humaitá, s/n. Todos são vendedores ambulantes e na Central foram para o xadrez.”³²⁵

“Foram recolhidos, ontem, à noite ao xadrez policial por terem promovido desordens, Manoel Menestrino Dos Reis, de 24 anos, barbeiro, morador à rua Dr. Malcher; Arthur Doria, de 43 anos, marceneiro, residente à travessa Benjamim Constant, 117, e Anacleto de Moraes de 50 anos, residente à avenida Almirante Tamandaré, 86, que também espancara sua ex-amante Rosa dos santos.”³²⁶

Moradores de diferentes bairros da cidade, alguns residentes nas proximidades da Praça da República, na avenida São Jerônimo, área bastante valorizada da urbe, outros domiciliados em ruas de bairros considerados propício à moradia do proletariado urbano, como por exemplo, na Travessa Humaitá, na Pedreira ou na Benjamim Constant, no Reduto. Esses indivíduos transitavam por múltiplos territórios da urbe, provocando, com seus comportamentos, a indignação dos poderes públicos e da imprensa.

“ As 7:20 horas da noite, compareceu a polícia José Gomes Sobrinho, residente à avenida São Jerônimo, 29, queixando-se que, enquanto estava a jantar, audaciosos gatunos entraram no corredor de sua casa e de um cabide que estava no corredor, carregaram-lhe o paletó, um chapéu e as chaves da porta da Fábrica São Cristovão a rua Gaspar Vianna. O sr. Gomes, tendo pedido a autoridade para ir dar um passeio pelo Ve-o-Peso, onde permanecem vendedores de paletós e muitos artigos, ali chegando encontrou o indivíduo Raymundo de Sousa Oliveira, que estava a oferecer o que roubara, sendo, por isso conduzido à Central, onde foi para o Xadrez.”³²⁷

Por outro lado, os gatunos correspondiam aos grupos de munícipes que, além de viverem na ociosidade e na desordem moral, praticavam condutas classificadas pela legislação penal como crimes, principalmente, roubos, furtos, apropriação indébita e estelionatos.

Diferentemente dos primeiros, suas condutas eram sancionáveis com pena de reclusão em cadeia pública e não somente, como era o caso das contravenções praticadas pelos

³²⁴ Folha do Norte. Belém, 21 de janeiro de 1920. Fls. 04. Os perturbadores do socego público.

³²⁵ Folha do Norte. Belém, 16 de janeiro de 1920. Os perturbadores do socego público.

³²⁶ Folha do Norte. Belém, 11 de maio de 1930. Desordens.

³²⁷ Folha do Norte. Belém, 02 de maio de 1930. Fls. 04. Os gatunos agindo.

vagabundos, sujeitas a detenção em delegacia.

Porém, o aspecto mais característico dos gatunos era o fato de que sobreviviam na cidade, à custa do exercício de crimes que causavam prejuízos pecuniários aos cidadãos considerados ordeiros, bem como ofendiam a propriedade privada, a qual era o substrato da sociedade de classes capitalista.

“Para averiguações sobre o furto de um relógio e corrente de ouro, no valor de 250\$ pertencentes a Manoel Joaquim Fernal, residente a rua de São Boaventura, 4, foi preso, hontem, o individuo Manoel Coelho.”³²⁸

“A um dos xadrezes da Central de Polícia, foi hontem recolhido Manuel João dos Santos, paraense, preto, de 34 anos de idade, casado, sem profissão, residente à Vila Nova, nº 88. Manuel é acusado de furto de 60 óculos e outros objetos, pertencentes a viúva Santos Monteiro, proprietária da joalheria ‘Pérola Paraense’, à rua Conselheiro João Alfredo.”³²⁹

Em linhas gerais, considerando-se as notícias de jornais pesquisadas, tratava-se dos conhecidos ladrões de galinha (e de outros bens) e contistas do vigário.

“Os conhecidos passadores do conto do vigário “Cachorro Magro” e “Jabá”, estavam ajeitando hontem, as quatro horas da tarde, à rua 13 de Maio, perto da travessa 7 de Setembro, um seringueiro, freguez da casa do Sr. C. R. dos Reis, não tendo levado a cabo a empresa porque o Dr. Américo Pinheiro, que os conheceu, deu o extrilho de uma das janelas do seu Empório, de onde assistia a malandragem.”³³⁰

A ação desses meliantes se estendia pelos mais diversos territórios da cidade, alcançando desde os bairros mais próximos do centro comercial de Belém quanto os distritos mais afastados da área urbana.

Nas áreas centrais nota-se uma certa recorrência dos crimes de estelionato e apropriação indébita, os ditos ‘contos do vigário’ e furtos de cargas, jóias, carteiras, relógios e objetos de bolso, o que talvez se justifique pelo fato de que, nesses espaços, havia grande fluxo de pessoas e negócios,³³¹ encontrando-se muitos armazéns, hotéis, casas de pasto, lojas e outras casas de comércio, que expunham seus produtos à visita pública em vitrines ou balcões.³³²

³²⁸ Folha do Norte. Belém, 19 de janeiro de 1915. Fls. 03. Gatunagens

³²⁹ Folha do Norte. s/d/e. 1939. Mas, se você não é tão cego, maneco?...

³³⁰ Folha do Norte. Belém, 25 de janeiro de 1920.

³³¹ “Maria Santiago Pinho, residente á rua Guerra Passos, n 15, queixou-se que hoje cerca das 16horas, fora vitima de um furto da importancia de 123\$000 na Drogaria Cezario Santos,m quando fazia umas compras, por um individuo que trajava calca e camisa branca. A queixosa não conhece o gatuno.” Boletins de Ocorrência. Belém 04 de Julho de 1923.

³³² “A praça da Brigada Manuel Martins, prendeu, hontem, o individuo Antonio Pereira de Moraes, na ocasião em que furtava um corte de fazenda que estava a mostra na “Casa Africana”. Folha do Norte. Belém, 06 de janeiro de 1920. Fls. 04. “Elles” agem (continuação da coluna)

“Para averiguações sobre furtos, foram presos hontem Joaquim Pereira Pontes e Manoel José de Oliveira.

A 1 hora da tarde de hontem, quando furtava um revolver na loja de ferragens ‘A Brasileira’, a rua Conselheiro João Alfredo, esquina da travessa campos Salles, foi preso pelo proprietário da mesma, o individuo Arthur Pereira da Silva, residente em Canudos.”³³³

“Hontem, à tardinha, o Guarda Civil, nº 36, prendeu no Ver-o-Peso, Antonio Marques dos Santos, paraense, sem ocupação conhecida, e morador à rua João Balbi, nº 13, quando oferecia à venda pelas canoas, uma peça de tricoline.

Mais tarde, na Central, o larápio declarou que a fazenda fora roubada da “Casa Paz”, da firma ‘Salazar & Valle’, sito à rua Santo Antonio, nº 11.

Comunicada essa ocorrência àquela firma, ali esteve um dos membros da referida, para inteirar-se do caso.”³³⁴

Do teor das notícias transcritas, verifica-se que os roubos ocorreram na área considerada mais comercial da cidade, em logradouros localizados nos bairros da Cidade Velha e no antigo distrito de São João, respectivamente; sendo que os acusados declaravam morar em zonas afastadas desse perímetro mais urbanizado, quais fossem o bairro de Canudos, que se situava para além dos Covões de São Braz, e em uma rua do Umarizal, próxima a estrada da Santa Casa de Misericórdia.

Assim, a gatunagem e a criminalidade contribuíam também para ampliar a mobilidade e a circulação das camadas populares pela urbe, intensificando as relações, os conflitos e as trocas culturais com os segmentos mais endinheirados da cidade. Dessa maneira, as conexões entre o urbano e o suburbano, o centro e uma provável periferia se faziam sentir das formas mais inusitadas possíveis, não só pela ocupação dos terrenos adjacentes à Estrada de Ferro Belém Bragança, mencionada no primeiro capítulo deste trabalho, como pela intensificação das mazelas sociais expressas pelo crescimento da criminalidade.

Atente-se para o fato de que ladrões e larápios também prolongavam sua ação pelos bairros adjacentes ao centro comercial e por áreas consideradas pouco urbanizadas, com menor movimento de pessoas e bens.

“Queixa: Clarismundo Ramos, residente á estrada de São Brás n 7, queixou-se que na madrugada de ontem, os gatunos penetraram na sua casa furtando-lhe 06 galinhas e 01 galo.”³³⁵

“Elzira Machado, residente á estrada de São Brás, n 63, queixou-se que ontem pelas 04 horas da tarde furtaram de sua residência, 01 par de brincos de ouro e 01 broche do mesmo metal.”³³⁶

Nesses territórios, as ações delituosas privilegiavam o furto de alimentos em quitandas, tabernas e padarias, o roubo de pequenos animais criados nos quintais das casas e

³³³ Folha do Norte. Belém, 21 de janeiro de 1920. “Elles” agem.

³³⁴ Folha do Norte. Belém, 10 de maio de 1930. Fls. 05. Roubou a fazenda, mas foi preso.

³³⁵ Boletins de Ocorrência. **Volume 367**. Belém, 07 de Maio de 1924. Queixa.

³³⁶ Boletins de Ocorrência. Belém, 09 de Março de 1924. Queixa.

barracas, como galos, galinhas, cabras e coelhos, além de furto de roupas estendidas nos varais (ou não),³³⁷ redes, mosquiteiros e pequenos utensílios de cozinha.

“Queixa: Manoel Simão Lopes, residente á Av. São Brás, n 123 A, queixou-se que ontem pela manhã encontrou a porta de sua quitanda arrombada, dando por falta de um relógio de parede avaliado na importância de 40\$000, um paneiro de farinha e a gaveta de seu balcão, na qual continha alguns nickeis.”³³⁸

Vê-se, portanto, que a ociosidade e a gatunagem se tornaram para alguns munícipes, meios viáveis e eficientes de obter sustento e renda. Embora alheios ao mundo do trabalho, vistos como ameaças à ordem social e uma mancha no seio de uma cidade que se pretendia civilizada, esses munícipes conseguiram articular estratégias para se inserir na dinâmica cidadina, assegurando não somente os meios para sua sobrevivência diária, mas também recursos para deixarem suas marcas na historia da cidade.

2.2.3 Alcoolismo, bebedices e desordens pela cidade

“Todas as vezes que o estivador José Duarte, residente a rua Apinages, 36, *se mete na “trunca”, comete sempre um desatino. O homenzinho mais de uma vez tem já sido aconselhado a deixar o diabo da bebida, mas não se corrige.*

Quantas e quantas vezes tem ele saído de casa, com as ideias claras e ainda feliz para regressar completamente transtornado, sem saber onde deixou a consolação, e com vontade de dar e de matar.

No dia imediato cheio de remorsos, abatido pelo arrependimento, intimamente, diz com os seus botões que não mais cairá noutra. Na rua é só encontrar um camarada, esquece tudo e vira o primeiro copo.

Dai, despertada a vontade, não resiste a sede cruel e vai alimentando a garganta de vez em quando. Ontem assim aconteceu, e o estivador chegou em casa munido de um “gato” que trocaria na borracha.

Discutindo com a mulher, raspou-lhe o “gato”, fazendo-lhe um ferimento. Uma praça deu-lhe voz de prisão, apresentando-o a autoridade de permanência na central que o fez recolher ao xadrez.”³³⁹

A questão alcóolica entrava no cotidiano dos homens pobres da urbe de maneiras bem distintas. Se, por um lado, as fontes apontam a bebida como companheira quase inevitável dos momentos de ócio e de lazer, mantidos pelos trabalhadores urbanos; por outro lado, evidenciam os malefícios que o costume alcóolico trazia para o trabalho e para as relações de afetividades entretecidas por aqueles sujeitos sociais.

³³⁷ “Queixa de Emília de Paula Gomes, residente á Av Primeiro de Dezembro, entre as travessas do Humaitá e Vileta s/ n, queixou-se contra Maria Tereza de Jesus e Sebastiana Nogueira Nunes, residentes á travessa Lomas Valentim, entre Conde D’Eu e Duque de Caxias, as quais penetrando hoje as 8 horas da manhã em sua residência e dali furtado dois vestidos no valor de 20\$000 e 6\$000 em dinheiro.” Boletins de Ocorrências. Belém 08 de Novembro. 1924.

³³⁸ Boletins de Ocorrência. Volume 330. Belém, 02 de Junho de 1922.

³³⁹ Folha do Norte. Belém, 13 de fevereiro de 1926. Fls. 04. A bebida é o diabo

Sob este prisma, o grande perigo da incorporação do álcool ao cotidiano desses sujeitos era o desencadeamento de condutas criminosas, degeneradas moral e socialmente.

“Antonio Martins Leitão é proprietário de uma quitanda à Avenida 16 de Novembro, nº 126. Hontem, **achando-se embriagado**, lembrou-se de convidar o seu conhecido Silvino dos Santos Pinheiro, morador à rua Arcipreste Manoel Teodoro para ir a sua quitanda, pretextando uma futilidade qualquer. Chegando a quitanda, **Leitão inopinadamente deu uma pancada com o cano de ferro na cabeça de Silvino ferindo-o. Houve queixa a polícia, que prendeu Leitão.**”³⁴⁰ (grifo nosso)

“Aladias José Muller, residente à rua 28 de setembro, nº 240 A, queixou-se de que, por volta da meia noite, dois condutores da Pará Eletric, sendo um o de nº110 e o outro, o conhecido por Pedro Maluco, **foram a casa do queixoso com intuios de agredi-lo e como encontraram a porta fechada arombaram-na**, havendo do facto as seguintes testemunhas: José Dias, chauffeur, residente à travessa Castello Branco, 63; Felipe Andrade, chauffeur, residente à estrada de S. Braz, 63 e Vicente Francisco Pereira, residente à trav. 9 de Janeiro, 167. **Os condutores que estavam embriagados evadiram-se.** O queixoso apresenta ligeiro ferimento, numa das pernas.”(grifo nosso)³⁴¹

O hábito de ingerir bebida alcóolica, mas principalmente a rotina de beber imoderadamente (alcoolismo) eram atitudes encaradas pelo poder de polícia do Estado como sendo um perigo social. Daí prevalecer o entendimento de que era necessário exercer controle e repressão constantes sobre aqueles indivíduos adeptos da prática.³⁴²

“José Moreira, paraense, pardo, solteiro, de 25 anos de idade, residente a Travessa José Bonifácio, 676, hontem, à noite, **num porre estupendo, procurava agredir sua amante Izaura Maria do Nascimento, no interior de sua própria casa.**

A mulherzinha, vendo as coisas pretas, por a boca no mundo, clamando por socorro. Sahiram, então, em seu auxilio, os vizinhos José Soares Filho e José Cavalcante, aos quais o ferrabrás enfrentou, armado com um machado.

Mas a polícia chegou, deu o grampo no bêbado renitente, recambiando-o para a sub-delegacia de São Braz, onde ficou de molho.”³⁴³ (grifos nossos)

O ébrio era o sujeito alcoolizado, o bêbado, aquele individuo que se mostrava propenso à bebedice e à embriaguês frequentes, tal qual José Duarte, Antônio Martins Militão e José Moreira, personagens das notícias transcritas.

Nesse sentido, os três munícipes cometeram o delito de agressão, a partir de um contexto de consumo alcóolico, demonstrando a completa dependência da substância, que tornou-se na vida deles motivadora de condutas desregradas e criminosas.

³⁴⁰ Folha do Norte. Belém, 22 de janeiro de 1920. Convite desagradável.

³⁴¹ Boletins de Ocorrência. Belém, 24 de agosto de 1928.

³⁴² Havia ainda a abordagem científico-psiquiátrica do alcoolismo, em voga desde o final do século XIX e que se intensificou no Brasil com os discursos eugenistas circulantes nas décadas de 1920 a 1940. Esta tese não irá se deter em discutir essa abordagem, nem privilegiará a questão do controle e do perigo social da prática alcóolica. Cfe. MAZZIEIRO, João Batista. “alcoolismo”. In: Plebe não proletarizada em São Paulo: 1870-1920. São Paulo: Puc, 1996. Dissertação de Mestrado. PP. 154-185; MATTOS, Maria Izilda Santos de. *Meu Lar é o Botequim*. São Paulo: Cia Editora nacional, 2000.

³⁴³ Folha do Norte. s/d/e. 1939. Indivíduo turbulento e perverso.

“O dia de ontem, consagrado á comemoração do trabalho, havendo por isso, paralisação nos diversos ramos de atividade, **concorreu para que certos indivíduos se entregassem a toda sorte de bebedeiras e daí promovessem desordens, dando causa que a permanência na Central**, estivesse em movimento e o escrivão não parasse de escriturar o livro de registro do dia.

Das 10 horas da manhã em diante vários foram os “manifestantes” da data comemorada que foram recambiados para os xadrezes da Central, a cargo, hontem, do bom ‘velho professor’ Pinheiro.(...)”³⁴⁴ (grifo nosso)

Para esses indivíduos, classificados como perigosos e desordeiros, os poderes públicos, através da força de segurança, destinava a detenção policial, o asilamento, a internação em instituição de sequestro ou a cadeia, como sendo as medidas mais apropriadas de tratamento.

“O marinheiro Bento Araujo da Silva, do vapor Tejo e residente à travessa Dom Romualdo de Seixas, 57, e o individuo Marcelino José da Silva, que já **se encontrava algo alcoolizado**, divertiam-se em palestra numa quitanda, à travessa 1º de Março, próxima a rua 28 de Setembro.

Em dada ocasião, **por brincadeira, Marcelino puxou de uma faca, ferindo ao marinheiro levemente**, conforme as próprias declarações à polícia.

O Dr. Pereira Macambeira submeteu a vítima a exame de corpo de delito, não tendo sido preso o criminoso.”³⁴⁵ (grifo nosso)

Tomando-se como ilustração o caso que envolveu os conhecidos Bento Araujo da Silva e Marcelino José da Silva, ainda que a bebida não tivesse sido o motivador efetivo da conduta delituosa, pois na situação concreta o ferimento derivou de uma ‘simples brincadeira’, o fato de os trabalhadores terem bebido potencializou as condições para que houvesse o afrouxamento dos juízos e o descuido em manusear a faca, que originou a agressão.

De modo análogo ao que aconteceu com o indivíduo Sotero Antonio Rodrigues, que foi atropelado por um bonde, na Doca de Souza Franco, no bairro do Reduto, nas proximidades do cais do porto.

“Às 4h15 da tarde de ontem, **avisaram a Assistência Pública de que um bond atropelara, á doca Sousa Franco, um homem que ali se achava caído**.

Mandando o auto-ambulância para socorrê-lo, **foi verificado tratar-se de Sotero Antonio Rodrigues, um bebedor que se achava num de seus dias de festa**.

Conduzido para a central de polícia, **ficou descansando no xadrez**.”³⁴⁶ Grifo nosso

O desastre, que inicialmente gerou alguma comoção no articulista do jornal, por envolver o atropelamento de ‘um homem que se achava caído’, transformou-se, ao final do texto, em um evento quase banal e sem grande importância. Isto porque descobriu-se que a vítima nada mais era que ‘um bebedor que se achava nos seus dias de festa’.

³⁴⁴ Folha do Norte. Belém, 02 de maio de 1930. Fls. 04. A cachaça e a desordem na data de hontem.

³⁴⁵ Folha do Norte. Belém, 21 de janeiro de 1920. Feriu o outro por bricadeira.

³⁴⁶ Folha do Norte. Belém, 02 de dezembro de 1926. Atropelado...por uma boa dose de cachaça

Por isso, do sentimento inicial de preocupação, a reportagem finda, afirmando que, ao invés do hospital, a vítima ‘ficou descansando no xadrez’. Portanto, o discurso da imprensa voltava-se para culpabilizar a própria vítima, com base na condição de ser consumidora contumaz de bebida alcóolica.

Com fulcro na afirmação feita por Henrique Carneiro, em seu livro “Bebida, Abstinência e Temperança”, pode-se dizer que o consumo de bebidas alcóolicas não constituía apenas um fato social, mas também uma realidade econômica, tanto no que diz respeito aos seus benefícios ou prejuízos para os próprios consumidores, como para os seus empregadores e até para o Estado.³⁴⁷

Nessa linha de raciocínio, pode-se deduzir que, para os poderes públicos locais e camadas letradas da cidade, o consumo cotidiano do álcool pelos trabalhadores pobres urbanos representava uma ameaça, quer fosse pelos crimes materiais que originavam ou por significar uma forma de negar o mundo do trabalho.

“**Cerca de 19 horas**, na subprefeitura do Umarizal, pediu auxilio pelo telephone, afim de ser enviada uma diligência no fim da linha do Pedreira, **onde se encontravam alguns marinheiros alcoolizados, promovendo desordens**. Solicitou ao Sr.Sto. Commandante de Brigada, uma escolta de 6 praças, que com a máxima brevidade, compareceu, sendo enviada aquella localidade.³⁴⁸ (grifo nosso)

Dessa forma, o indivíduo dado a bebedices era visto como um ser improdutivo, desordeiro, com dificuldades em acatar as normas sociais e as regras de produção, tornando-se um problema de polícia.

“Percorriam hontem **a noite os botequins, bebericando ‘limão’**, os carregadores Thomaz Rodrigues de Oliveira, paraense, pardo, de 28 anos, solteiro, domiciliado em Igarapé Miry, e Raymundo Vieira Santos, (sic), preto, de 39 anos, solteiro, residente á rua Santo Amaro, nº06. Vistos por **um guarda civil que não gostou dessa história de ‘limonadas’ fora de hora, já foram ambos para a central, afim de engrossarem o pessoal da faxina.**”³⁴⁹ (grifo nosso)

Para o historiador Amilcar de Souza Martins Sobrinho, é possível se afirmar que esses discursos surgem no contexto de um novo modelo político-ideológico de âmbito nacional, que começou a ser gestado por determinadas classes sociais, ainda na década de 1920, e que se tornou hegemônico com a chegada de Getúlio Vargas ao poder presidencial. Foi no interior

³⁴⁷ O autor em comento não apenas discute as múltiplas dimensões histórico-antropológicas que o consumo ou abstinência do álcool assumem, desde a antiguidade até meados do século XX. Faz também uma breve revisão da presença dos estudos sobre o alcoolismo na historiografia, antropologia e sociologia no Brasil, afirmando que houve uma estreita relação entre a formação da medicina brasileira e o estabelecimento de uma noção de alcoolismo marcada pela estigmatização patologizadora dos consumidores de origens pobres e negros.

CARNEIRO, Henrique. *Bebida, abstinência e temperança. Na história antiga e moderna*. São Paulo: Senac, 2010. (Historia, sociologia e antropologia das bebidas no Brasil). Pp. 244 a 264

³⁴⁸ Boletins de Ocorrências. Belém, 27 de agosto de 1928. Ocorrência.

³⁴⁹ Folha do Norte. Belém, 13 de maio de 1930. Fls. 05. Tomaram “só limão”.

desse modelo, que se formularam discursos e uma série de representações enaltecidas do trabalho e do trabalhador, o qual era idealizado como bom cidadão, laborioso, chefe de família, provedor do lar e cultivador dos bons costumes, características que a imprensa, os agentes de polícia e o poder público não conseguiam reconhecer nos homens pertencentes às camadas pobres belemitas e principalmente nos consumidores de bebida alcoólica.³⁵⁰

Daí surgirem medidas ostensivas de repressão aos trabalhadores pobres, ao mesmo tempo em que se elegeram certas práticas e hábitos mantidos por eles, a exemplo do consumo do álcool –além da prostituição, do ócio e da jogatina- como desencadeadores de comportamentos imorais e degenerados, não condizentes com o perfil que se esperava de um trabalhador.³⁵¹

“Ante-hontem, a noite, foram presos o estivador João Estalissau e o carregador, Cirilo dos Santos, moradores a rua João Balby, nº103, e Caripunas, s/n, respectivamente, que se achavam jogando. Ambos, na Central, foram para o xadrez.”³⁵²

Em nível local, Amílcar identifica a forte influência dessa política, durante a primeira interventoria de Magalhães Barata (1930-1935) sobre o governo paraense, período em que foram executadas inúmeras ações, para tentar controlar o consumo de bebidas alcoólicas e diligenciar e punir seus consumidores. Tanto que, em 1930, foi instituída pela Portaria nº116, a chamada Lei Seca, que proibia o consumo e o comércio de cachaça, criminalizando vendedores e consumidores, resultando no fechamento de vários bares, quiosques, tabernas, botequins.³⁵³

Ora, de acordo com a imagem projetada nos jornais e documentação policial/judiciária, os bêbados criavam desatinos no seio da própria família contribuindo para dismantelar os vínculos de amor, respeito e autoridade inerentes à vida em família e em sociedade.

“O alfaiate Isidoro dos Santos muito que não fazia uma farra. Parecia que já tinha se esquecido de seus tempos áureos de bohemio inveterado.

³⁵⁰ SOBRINHO, Amílcar de Souza Martins. *Bebedores, comerciantes e prostitutas: um estudo sobre as políticas de controle social na primeira interventoria de Magalhães Barata – 1930 A 1935*. In: IV Encontro Estadual de História. História: sujeitos, saberes e práticas. Agosto de 2008. Mimeo.

³⁵¹ Bom exemplo dessa percepção de incompatibilidade entre o perfil de trabalhador e o hábito alcoólico é o depoimento fornecido pelo sr. Arthur Ferreira Paulo, acusado de agredir seu ex-empregado Florêncio Ernesto da Costa. Cf. o texto do depoente: “que Florêncio como empregado, o respondente nada tem a dizer a não ser **que diga que o mesmo é um homem trabalhador e cumpridor dos seus deveres, que o único defeito que Florêncio tem é o vício da embriaguez**, que no dia cinco do corrente cerca de onze horas da noite, Florêncio bastante embriagado entrou na mercearia do respondente pedindo-lhe que pagasse o seu saldo em vista de não querer mais continuar como empregado(...). Autos de inquérito policial acerca da agressão sofrida por Florencio Ernesto da Costa. 1925.

³⁵² Folha do Norte. Belém, 16 de janeiro de 1920. Repressão ao jogo.

³⁵³ SOBRINHO, Amílcar de Souza Martins. *Ibidem*.

Mas hontem se lembrou que ainda existia e como tal não havia de se recolher ao silencio consolador do seu quarto taciturno. ***Saiu como o fito de cair no bródio.***

Tinha alguns níqueis e era o suficiente para uma noite de desregramentos. Bebeu a valer, e quando voltava para casa, às 3 horas, ia fazendo desordens pelo caminho, motivo que levou o guarda civil nº 25 a recambiá-lo para o xadrez, onde ficou detido.

O farrista desordeiro mora à Trav. São Miguel, s/n, é casado, de 36 anos de idade.³⁵⁴ (grifo nosso)

Às vezes, porque gastavam quase tudo o que tinham com a bebida, tal qual se deu com o alfaiate Isidoro, que investiu os últimos ‘níqueis’ que possuía em uma noite de desregramentos, em que bebeu a valer.

Mas em outras circunstâncias, porque provocavam escândalos e agrediam parentes (amásias, esposas, filhos), amigos e vizinhos.

“Ante-ontem o individuo ***Manuel Bispo Monteiro, acordou com uma ressaca do diabo.*** Demonstrava nas feições contraídas e carrancudas que não estava lá pelos autos.

A sua amante, porém, quis saber a causa do tamanho aborrecimento. Achegou-se muito amável, muito cheia de palavras doces e indagou o ‘porque’ de tão grande contrariedade.

A resposta foi ela levar uns fortes transpecos no rosto, fazendo sangue.

O caso, deu-se ao meio dia de ante-ontem, indo somente ontem levar queixa a autoridade de permanência na Central devido temer sair de casa, pois o Bispo a esperava fora para novas investidas.

Ela chama-se Maria Pilar e reside a Rua Apinagés, canto com a travessa São Miguel.³⁵⁵ (grifo nosso)

As esposas e amásias costumavam ser as principais vítimas das agressões que envolviam consumo de álcool e briga, no interior dos domicílios. Eram elas que estavam em casa, no fim do dia, quando tais sujeitos retornavam ao lar, após longa jornada de trabalho e uma eventual passagem pelo bar /botequim.

Também eram elas que habitualmente questionavam condutas e cobravam informações acerca dos itinerários de lazer ou de ócio, percorridos por esses trabalhadores. Assim como o fez Maria Pilar, amante de Manuel Bispo Monteiro, que tentou saber as causas de sua indisposição, após uma noitada que resultou em grande ‘ressaca’ para ele.

Esse comportamento, sustentado pela intimidade que existia entre os parceiros amorosos, quer fossem amásios ou marido/mulher, parecia gerar ‘certo’ desconforto nos trabalhadores, mexendo com sentimentos de masculinidade já estabelecidos, a partir dos quais a autoridade do homem sobre a mulher e o lar não poderiam ser questionadas. Certamente tais aspectos também contribuía para conflitos, discussões e agressões.

Em se tratando de casais amasiados (sem vínculo jurídico-formal de casamento) pode-se ainda refletir sobre as possíveis diferenças que existiam no nível de comprometimento de

³⁵⁴ Folha do Norte. s/d/e. 1939. Farra e Xadrez.

³⁵⁵ Folha do Norte. s/d/e. 1939. Briga entre amantes.

cada um dos companheiros perante a relação amorosa. No caso concreto, Maria Pilar sentia-se no direito de perguntar e cobrar informações do amásio, na medida em que se considerava vinculada e comprometida com ele. O mesmo não ocorria com Manuel Bispo Monteiro, que se incomodou substancialmente com a atitude da amante, ao ponto de agredi-la.

Nesse sentido, a presença do que se classificou como ‘hábito alcóolico’, no cotidiano das relações pessoais e familiares dos trabalhadores urbanos emergia envolta em comportamentos desregrados e agressivos, por conseguinte, reprováveis socialmente e criminosos.

“Damião Pedro de Mello, residente à rua Bernal do Couto, nº 412, **é um alcóolatra incorrigível e nesse estado, que paga o pato é a mulher**, Maria Pereira de Mello, que de vez em quando leva uma surra de pau.

Não podendo mais suportar o péssimo marido Maria Mello formulou queixa contra ele ao subprefeito Felícissimo do Vale, no posto do Umarizal.

Essa autoridade mandou prender Damião, que não tem emprego nenhum, detendo-o no respectivo xadrez.”³⁵⁶

Além das amasias e esposas, faziam parte do rol das vítimas das agressões cometidas por consequência da ingestão alcóolica, os vizinhos e os colegas de trabalho. Estes últimos, em muitas ocasiões também figuravam como autores dos delitos, sendo comuns ocorrências de ferimentos e agressões mútuas.

“A rua 13 de Maio, esquina da travessa Frutuoso Guimarães, **existe um “frege”, denominado bar e restaurante “Madrid”, que se vem constituindo um foco perigoso de desordens, pois, ali, se reúnem carregadores que servem às casas de leilão da circunvizinhanças, embriagando-se constantemente.**

Hotem, devido a essa circunstancia, **quase é registrado um assassinio no interior do aludido estabelecimento.**

Às 18 horas o carregador Libânio Penna dos Santos, algo alcoolizado, domiciliado á Travessa Humaytá nº440, penetrou no “Madrid” entrando imediatamente a provocar **seu colega de profissão** Sebastião Borges de Lima, morador á Travessa da Augustura, nº779.

Sebastião que se encontrava também **sobre pressão alcóolica** aconselhou Libânio a deixa-lo em paz, pois não se achava disposto a revidar.

Libanio prosseguiu e Sebastião, **exaltando-se sacou de um punhal, de que se achava armado**, furando umas latas que o contendor levava consigo, applicando—lhe um pontapé e atingindo-o com a arma na face externa do ante-braço esquerdo e dedo anelar da mão do mesmo lado.

O empregado do restaurante de nome Manoel Serra que presenciara a scena, interveiu, então impedindo se verificasse uma tragédia.

Aproveitando-se da confusão logo estabelecida, o agressor fugiu em desabalada carreira, sob clamor público, descendo a travessa Frutuoso Guimaraes em direção ao largo das Mêrces, onde foi detido por um soldado da Polícia Militar, que se achava de guarda do edifício da Alfandega, sito aquella praça.

Arroladas as testemunhas em número de quatro, o miliciano apprehendeu a arma, conduzindo-as com Sebastião á central de Polícia. Alli o comissário de permanência presidio o auto de flagrante delicto, lavrado pelo escrivão Elias Fernandes.

A victima foi submetida a curativos no posto de socorros da assistência pública, e o agressor foi para o xadrez.”³⁵⁷ (grifos nossos)

³⁵⁶ Folha do Norte. Belém, 24 de fevereiro de 1920. Fls. 04.

Do teor do documento transcrito, pode-se depreender que a proximidade do botequim, como local privilegiado para consumo de bebidas alcóolicas pelos os trabalhadores, com os espaços de trabalho dos carregadores que serviam as companhias de leilão situadas nas imediações da Boulevard Castilhos França (Ver-o-Peso) facilitava a ocorrência de desordens e crimes nesses espaços. Daí a preocupação do articulista em denunciar a agressão, decorrente do litígio que se deu entre Libânio dos Santos e seu colega Sebastião Borges, como forma de reforçar o discurso em prol da necessidade de maior repressão nesses espaços (focos perigosos de desordens) e aos seus frequentadores.

Nessa linha de raciocínio, a degeneração de caráter ocasionada pelo alcoolismo era capaz de transformar um trabalhador em assassino, não poupando nem colegas de trabalho, tampouco amigos de longa data, conforme se apreenderá do teor do inquérito policial, aberto para apurar os ferimentos de que foi vítima Manuel Américo de Oliveira e acusado, Francisco Rodrigues dos Santos, praça do regimento de cavalaria da Polícia Militar do Estado.

Nas declarações prestadas pela vítima, na Chefatura de Polícia, verifica-se que Manuel Américo de Oliveira era paraense, branco, solteiro, serralheiro, 22 anos de idade e residente na rua dos Caripunas, nº176; e que afirmou

“que há 4 anos conhece a Francisco Santos, hoje praça do regimento de cavalaria da Força Pública do Estado e que com ele antes de ser praça manteve a melhor relação de camaradagem, que as 10 horas da noite de oito do corrente mês, estando o depoente na porta da casa onde reside, a rua Caripunas, nº 176, ***fora surpreendido por Francisco Santos que, em mangas de camisa e em completo estado de embriaguez, armado de um punhal e um cacete, o agredira com este,*** aplicando-lhe diversas pancadas pela cabeça e pelo corpo, isto sem motivo justificado, que o depoente já com a chave da porta de sua casa na mão, introduziu esta na fechadura e abrindo a porta conseguiu refugiar-se na sua habitação, podendo assim evitar de ser assassinado.(...)”³⁵⁸
(grifo nosso)

Toda a argumentação da vítima se volta para demonstrar a imprevisibilidade e a irracionalidade do comportamento de Francisco Santos, destacando a longevidade da relação amistosa de ambos e a presença do estado de completa embriaguez que precedeu a explosão colérica do acusado contra Manuel. A ocorrência da embriaguez, nessa perspectiva, denigre ainda mais o caráter do réu, depondo contra a sua índole, ao associá-lo a um tipo de comportamento, conhecidamente reprovado pelos discursos moralizadores que emanavam do Estado e da sociedade letrada.

³⁵⁷ Folha do Norte. Belém, 04 de janeiro de 1939. Fls. 04. Na polícia e nas ruas. Cena de sangue num frege na rua 13 de Maio – a vítima na Assistência e o agressor no xadrez.

³⁵⁸ Autos de inquérito policial acerca dos ferimentos de que foi vítima Manuel Américo de Oliveira de autor Francisco Rodrigues dos Santos. 1925. Declarações prestadas pela vítima.

Ora, a Polícia nada mais era que um agente do poder público e, por conseguinte, vincular o acusado a comportamentos espúrios possibilitava sua culpabilização perante o Estado, o que geraria a sanção do fato e posterior punição do acusado.

Ao analisar as declarações que o acusado Francisco Santos, paraense, pardo, 24 anos de idade, solteiro, praça nº84, do Regimento de Cavalaria do Estado e residente na rua 03 de maio, s/n, forneceu ao sub-delegado Pedro Nelasco Monteiro, identificam-se as divergências entre os relatos dos envolvidos mas, principalmente, algumas nuances das motivações do litígio, que transcendiam a questão alcóolica.

“que há seis meses mais ou menos o depoente alistou-se como praça de cavalaria da Força Pública do estado em cuja corporação tem a prisão de 21 dias por falta cometida; que conhece à Américo do Oliveira e não a Manuel Américo de Oliveira e **sabe ter o mesmo servido também em um dos Corpos de Brigada deste estado, de onde foi excluído por haver revelado uma conduta má que de certa época a esta data o depoente vem sendo provocado com insultos e ameaças de espancamento por Américo de Oliveira; que as 11 horas da noite de quarta feira**, oito do corrente ao passar o depoente pela casa onde reside Américo de Oliveira, fora por este insultado com palavras que a decência manda calar pelo que o depoente repelindo os insultos, aplicou em Américo Oliveira, três chibatadas com junco de que se achava armado reconduzindo-se não o ter ferido na cabeça conforme queixa por ele formulada a autoridade de permanência, visto como as chibatadas aplicadas em Américo foram nas costas e braços, e que depois da última chibatada Américo correu em direção a sua casa ali próximo, onde certamente bateu-se no portal da porta da rua tal foi a precipitação com que correu.”³⁵⁹

Pelo depoimento de Francisco/acusado são inventariadas inúmeras questões presentes no relacionamento que era mantido pelos envolvidos. Tem-se primeiramente, que ambos, em algum momento de suas vidas, ocuparam funções de pequeno escalão na Força Pública, que residiam no mesmo bairro em endereços próximos, que havia certa animosidade entre eles, desde algum tempo, talvez motivada pela expulsão da vítima dos quadros do Corpo de Cavalaria, sob alegação de mal comportamento (que o impedia de ocupar novos cargos no poder público e cuja data coincidiu com o ingresso do agressor no mesmo órgão de segurança).

Ademais, pilherias, provocações e enfrentamentos verbais pareciam fazer parte da dinâmica do relacionamento de Francisco e Manuel, que transitavam pelos mesmos espaços de trabalho e moradia, tanto que o agressor ‘passava pela porta da casa do agredido’ tarde da noite.

Se comparadas as notícias dos jornais sobre crimes em que o consumo de álcool se fazia presente aos inquéritos policiais/processos judiciais tratando da mesma modalidade de delito, constata-se que os aspectos precedentes ao crime, porém não relacionados ao

³⁵⁹ Ibidem.

alcoolismo e que diziam respeito a outras tensões e conflitos motivados por questões econômicas, de trabalho ou de afetividade, dificilmente eram explorados pelos articulistas das matérias. Pelo contrário, esses repórteres costumavam deter-se na comoção diante da violência do ocorrido e no nexo de causalidade que julgavam existir entre a bebedice e o fato criminoso.

De qualquer modo, tem-se que a discussão sobre a violência relacionada ao consumo alcoólico permeou significativamente a documentação pesquisada, indiciando as preocupações que o Estado e as camadas letradas nutriam a respeito da presença do comportamento de ingestão habitual de bebidas pelos segmentos de trabalhadores pobres urbanos, tanto no âmbito da vida pública quanto da vida privada desses belemitas.

Nesse caso, importou reconhecer os modos como a prática de consumir tais substâncias fazia parte do cotidiano de vida e de trabalho dos homens das camadas populares, ocasionando determinadas formas de agir em casa, na rua ou no trabalho, que expressavam modos de resistência à ordem social vigente e aos valores de moralidade difundidos pelos poderes públicos e pela imprensa balemitas.

2.3 Entre o amor, o trabalho e o ócio: práticas e territorialidades construídas por mulheres das camadas populares

“Quando o pai da Judite morreu, ela tinha quatro anos de idade. Era encardina, magra, de olhos vivos e travessos. Morava lá no fim de um beco de uma rua da Pedreira,, por onde, certamente, Cristo não andara. Judith foi crescendo naturalmente, com uma vontade de ficar mulher, para poder auxiliar a mãe, que tossia, de dia, à beira de uma tina de roupa, e , à noite, batendo bilros na feitura de rendas, que Judite vendia aos sábados a 300\$ réis o metro.

Judite completou 16 anos. E foi trabalhar na fábrica. Um dia __ah! esse dia do amor que é o dia do fim de tudo para a mulher...__ela viu no bonde um moço alto, quase feio, mas simpático, fato de casemira, moço da sociedade, que a olhava muito, de um modo diferente. Nesse tempo Judite já não era mais encardida. Era bem feita de corpo, pernas bem talhadas, elegante mesmo. Dona de uns olhos que eram feitiços e duas incertezas. (...) O certo é que dele Judite não se esqueceu. E no domingo, à tarde, ao lado do moço da sociedade, já de seda vestida, Judite entrava no cinema. Experimentou uma transformação completa em si própria. (...) Todos os dias o moço de sociedade pagava o bonde de Judite, porque ia busca-la e deixa-la na fábrica. Judite era feliz, porque amava. Ela ia ser mais feliz ainda, sua mãe deixaria de lavar roupa, ela deixaria o subúrbio, seria mulher da sociedade. Iria ao Remo, a Tuna, a Assembléia, ao Paissandú, porque seu príncipe andava em todos esses lugares, que Judite conhecia apenas através das notas sociais e esportivas dos jornais. Agora ela não podia porque trabalhava na fábrica. Era operária. ***E operária, é operária. Só dança em clube de subúrbio, onde moço de sociedade vai busca-la para a desgraça e a lama.*** Judite no esplendor de seu sonho, imaginava dar uma bofetada na sociedade, casando com o moço que ela amava e que era todo orgulhoso de sua pobreza.

Um dia, não se viu Judite no bonde das 17:30 horas, ao lado do moço da sociedade. Ela ia só. Esquecida de si própria e da sua grandeza sentimental. Pálida. Quase chorando e quase feia. Dias depois Judite não mais foi vista no bonde da Pedreira. Sua mãe determinada noite queixara-se na Polícia. Judite fugira de casa. (...) estás vendo aquela mulher bonita, de pernas talhadas com a

perfeição do desejo? Aquela mulher toda de seda, com anéis de brilhante ao dedo, ao lado daquele sólido burguês? Estas vendo? Aquela é a Judite.”³⁶⁰

O extenso texto produzido pelo literato Georgenor Franco, por volta de 1940, incita a reflexão a respeito de algumas questões que permeavam o cotidiano das mulheres das camadas populares de Belém, na época pesquisada.

Pobres e trabalhadoras, em razão de condições circunstanciais, por nascimento ou escolha, nem sempre dispunham da ajuda de homens, dependendo de si mesmas e/ou da colaboração de outras mulheres para sobreviver na urbe. Tal qual a infeliz mãe de Judite, lavadeira e rendeira, que criou a menina sozinha, após a morte do marido, contando exclusivamente com o próprio trabalho.

Por força de suas ocupações e das atividades que desenvolviam em busca de sustento, essas mulheres transitavam em múltiplos territórios da cidade, ainda que a imprensa, o poder público e as elites as vissem de forma estigmatizada, delimitando simbolicamente os espaços que seriam propícios para sua circulação. Semelhantemente ao que fez o subscritor do conto, quando apontou o *lócus* suburbano, como território social específico de moradia e sociabilidade de Judite. (*ex vi* “...e operária, é operária. Só dança em clube de subúrbio, onde moço de sociedade vai busca-la para a desgraça e a lama...); restando à jovem personagem conformar-se com essa realidade, justificando-se suas idas e vindas aos distritos centrais da urbe, apenas por conta do emprego na fábrica.

Expostas a duras rotinas de trabalho, que eram exercidas tanto no domínio da domesticidade, quanto no espaço das ruas, fábricas, comércio ou meretrício, essas mulheres vivenciaram histórias atravessadas pelas rudezas de um cotidiano de quase miséria, similar ao experimentado por Judite e sua genitora, mas que também abarcou momentos de alegria, ócio, sonhos e amor.

Assim, análogas às figuras ficcionais do livro *‘Ouro e Lama’*, muitas mulheres das camadas populares belemitas construíram territorialidades e formas de apropriação do espaço urbano, fundamentadas em suas condições sociais, práticas de trabalho, experiências afetivas e de sociabilidade. E essas construções serão discutidas a seguir.

2.3.1 Nas asas do amor:

³⁶⁰ FRANCO, Georgenor. *Ouro e lama*. Aquela mulher é a Judite (Ao Flaviano Ferreira)

Se consideradas as fontes de pesquisa, é possível dizer-se que o amor e as afetividades ocupavam uma importante dimensão do cotidiano das mulheres pobres de Belém. Constantemente citadas nas páginas dos jornais e nos boletins de polícia, em virtude dos desdobramentos de namoros, relações conjugais e amasiamentos em que se envolviam, tais municípes revelam experiências de viver na urbe que perpassavam pela construção de territorialidades não somente fulcradas no mundo do trabalho.

“Isabela Lima, residente á trav. Castelo Branco, 175, queixou-se contra Carlos Chaves de Miranda condutor da P.A cabo numero 92, residente á mesma travessa, nº 7, por ter este, no dia 27 do corrente raptado a filha da queixosa, menor de 19 anos de idade, de nome Alba Lima, levando-a para a Vila Ferreira, onde reside o cundutor nº 16, de nome Antonio Clovis.”³⁶¹

Tais vivências dos sentimentos amorosos e dos afetos nem sempre eram vistas como algo simples e com resultados benéficos para essas mulheres. Pelo contrário, as afetividades entretecidas no âmbito das camadas populares urbanas compreendiam múltiplos significados, que poderiam abarcar desde a simples busca pela realização e prazer amorosos, a constituição de uma família,³⁶² ou a degradação dos valores morais e a corrupção do caráter pelo domínio dos instintos sexuais.

Na perspectiva dos discursos dominantes da época, a questão da correlação entre afeto e sexualidade era algo preocupante, já que se postulava a *dissociabilidade* entre tais sentimentos. Em outras palavras, a vivência do amor – principalmente para as mulheres- não vinha necessariamente acompanhada da satisfação do prazer sexual.³⁶³

Na verdade, conforme se depreende dos documentos pesquisados, a busca desse prazer era um grande perigo para as mulheres, levando-as a se comportarem de maneira reprovável, tendo comportamentos considerados desregrados e imorais.

Certa notícia publicada no jornal Folha do Norte, em 1930, evidencia os prejuízos morais e sociais que recaíam sobre aquelas mulheres (mocinhas), que sucumbiam à busca pelo prazer e pela livre experimentação de afetividades amorosas.

“A vista da notícia estampada em nossa edição de ante-hontem, sobre as tristes consequências de uma farra levada a efeito no Igarapé São Joaquim, resolvemos escalar um dos nossos auxiliares para ir conhecer de visu o teatro dessa ocorrência. Impunha-se, de fato, uma batida naquele ***célebre rendez-vous ao ar livre. Onde se vão encontrar, quase todos os dias, mas principalmente aos domingos e feriados, e ali confundir-se numa abjeta e lastimável promiscuidade, não somente as irrequietas mariposas das nossas pensões***”

³⁶¹ Boletins de Ocorrência. Belém, 01 de Maio de 1923. Queixa.

³⁶² CANCELA, Cristina Donza. Destino cor-de-rosa, tensões e escolhas. Os significados do casamento em uma capital amazônica. (1870-1920). *cadernos pagu* (30), janeiro-junho de 2008:301-328.

³⁶³ CITAR ISILDA, JOANA PEDRO, VENENTE

boêmias, como também – e infelizmente- inesperadas ou já pervertidas mocinhas. Aquelas mariposas atraídas para o deboche em que são profissionais e aquelas outras –coitadinhas- para o batismo da prostituição, seja física ou moral, sendo que esta última é a pior de todas, porque corrompe a alma antes de corromper o corpo.

O Igarapé São Joaquim, onde essas cenas degradantes tem tido lugar, não fica precisamente no trecho em que esse curso d'água corta a estrada Tavares Bastos, mas um pouco para dentro da mata, onde as águas se adensam numa larga bacia arenosa, sob o abrigo das árvores protetoras.

É para ali que os 'piratas' arrastam as suas presas as mergulham no banho conspurcador, depois de as terem afogado nos vapores entorpecentes do álcool, por entre uma algazarra de verdadeira bacanal.

Em torno do Igarapé e por todas aquelas veredas que se irradiam das suas adjacências, encontram-se pelo chão, leitos improvisados...

É um horror!

As famílias da vizinhança, pobres, mas honestas, e que são constituídas de lavradores e carvoeiros que ali exercem o seu labor há muitos anos, já não cogitam outra coisa que não seja abandonar tudo e mudar-se para longe daquele precipício, em que veem suas próprias filhas ameaçadas e vexadas no seu pudor.

Os automóveis rompem afoitamente, mas não sem susto o varadouro que vai da Tavares Bastos até o terreiro chamado do Januário, ***onde despejam a ruidosa caravana do vício*** e estacionam a espera do regresso, quase sempre demorado. Às vezes passam o dia todo ali. E não raro, até o próprio chauffeur, que também é deste mundo, entra na farra, com algum chauffense, já para isso engatilhada.

Mas não é tudo.

Temos ainda o não, menos célebre Igarapé do Uma, também alvorado em paraíso terreal, e que fica mesmo na Tavares Bastos, porém muito mais acima do São Joaquim.

Enquanto que neste último as farras são de dia (porque a noite não é fácil o acesso pelo já referido varadouro), no Igarapé do Uma é a noite que 'se dá a flor', para usar da gíria vulgarizada. Mas as cenas são as mesmas. É que em São Joaquim há a proteção das árvores colhedoras e no outro é preciso aguardar a proteção das trevas, visto que o banho é a céu aberto em plena estrada. (...) ³⁶⁴ (grifos nossos)

Embora a notícia da Folha dê conta da existência tanto de homens quanto mulheres no Igarapé São Joaquim, localizado nem uma área de subúrbio da cidade, nas proximidades do ramal da Estrada de Ferro Belém-Bragança; percebe-se que o grande destaque da reportagem é mesmo a presença de *mocinhas inocentes* ao lado de *mariposas experientes*; compartilhando ambiente e formas de exteriorizar seus afetos, as quais pressupunham comportamentos ruidosos, linguagem escandalosa, consumo alcóolico, contato físico e sexual dos corpos.

Nesse sentido, a preocupação do articulista da *Folha* diz respeito aos perigos morais que esses grupos ofereciam para as famílias de boa índole de Belém, por disseminarem padrões de comportamento e afetividade que infringiam as regras morais hegemônicas. Tanto que, ao final do texto, o subscritor enfatiza que as *'famílias pobres, mas honestas'* sentiam-se ameaçadas por essa ocupação imoral, ao ponto de desejarem mudar do local em que viviam e trabalhavam há tempos, com receio das implicações desses fatos no comportamento de suas próprias filhas.

Essas percepções contidas explícita ou implicitamente na matéria permitem refletir

³⁶⁴ Folha do Norte. 09 de agosto de 1930. O Carnaval dos vícios nas matas dos arredores.

sobre o lugar social ocupado pelas relações amorosas no cotidiano de vida das mulheres que pertenciam aos segmentos populares.

Por um lado, era um meio de perdição, por estar associado ao perigo constante do intercuro sexual, que, se de fato ocorresse, acarretaria a desmoralização da mulher perante a sociedade.³⁶⁵ O próprio termo cunhado na coluna do jornal, que cuidava de registrar as ocorrências policiais motivadas por questões amorosas, trazia o título ‘*nas asas do amor*’; denunciando que esse sentimento, inúmeras vezes, poderia fazer os amantes deixarem o *chão da realidade*, envolvendo-se em situações cujos resultados seriam imprevisíveis e desastrosos.

“Às 9h20 da manhã de hoje, compareceu à permanência da estação central, Anna Carvalho, residente à travessa Quintino Bocayuva, n.562, comunicando haver desaparecido de sua residência a menor Fernanda de Tal, de 13 anos de idade. É ignorado o paradeiro da fujona.”³⁶⁶

“Anita Pereira Dias, residente à Avenida Almirante Tamandaré, nº 22, queixou-se que Domingo dia 04 do corrente, a sua irmã de nome Anesia Maria Rodrigues, foi seduzida pelo Cabo da Força Pública, do Estado, de nome Batista Luiz da Rocha, o qual a conduziu para os covões do Largo de São Brás, ai estuprando-a. O fato passou-se á 01 horas da manhã, tendo o referido cabo, a conduzido para a sua residência, onde esteve com a mesma até Segunda – feira pela manhã.”³⁶⁷

Mulheres de diferentes faixas etárias, menores ou maiores de idade, de raças, profissões e domicílios diversos são expostas diariamente nos registros de ocorrências policiais e páginas de jornais, como possíveis vítimas de raptos, desaparecimentos e fugas motivadas por questões de amor.

“José Rodrigues de Araujo, residente ao Largo de São Brás. Lugar denominado covões, queixou-se contra José Quirino de Araújo, carpinteiro de 4 classe do Arsenal da Marinha, o qual em 19 de Novembro findo deflorou a filha do queixoso, Antonia Rodrigues de Araujo, menor de 17 anos de idade, e que fez saber promessa de casamento.”³⁶⁸

Segundo a historiadora Cristina Donza Cancela, que pesquisou processos de defloração envolvendo meninas pobres que viveram na capital paraense entre 1870 e 1920, o controle da família ou de tutores legais dessas mulheres, era mais flexível e menos estreito, caracterizando comportamentos bem mais elásticos, no que se refere à vigilância dos relacionamentos e dos encontros de suas filhas ou tuteladas com os namorados, o que facilitava as fugas, raptos e casos de deflorações.³⁶⁹

³⁶⁵ SANTOS, Fabiane Vinente dos. Mulher que se admira, mulher que se deseje e mulher que se ama: gênero e sexualidade dos jornais de Manaus. (1890-1915). Manaus: UFAM, 2005. Dissertação de Mestrado.

³⁶⁶ Folha do Norte. Belém, 07 de janeiro de 1939. Cupido estará “embrulhado” nisto?

³⁶⁷ Boletins de Ocorrência. Belém, 08 de Maio de 1924. Queixa.

³⁶⁸ Boletins de Ocorrência. Belém, 14 de Dez de 1923. Queixa.

³⁶⁹ CANCELA, Maria Cristina Donza. Adoráveis e dissimuladas: as relações amorosas das mulheres das camadas populares na Belém do final do século XIX e início do século XX. São Paulo: UNICAMP, 1997.

Como o ocorrido com Maria Santos em 1926. Na época, recém chegada da Vigia, interior do estado do Pará, a moça contava com 21 anos de idade, e foi ‘convencida’ pelo namorado, durante uma visita que ele lhe fazia, a fugir, tendo inclusive pego o bonde e tentado se hospedar em uma casa situada na zona do meretrício, momento em que foi recolhida à Central de Polícia.

Ora, depreende-se do texto que noticiou o caso (transcrito a seguir) que a fuga de Maria Santos ocorreu facilmente, pois o Giuseppe Vito (o namorado) conseguiu sair sozinho com a moça, para um ‘passeio’ pela urbe, sem qualquer referência à presença de pai, mãe ou tutor, que dificultassem os perigos que envolviam essa saída.

“O salsicheiro Giuseppe Vito, italiano, residente á rua Demétrio Ribeiro, nas horas vagas também se dedica ás aventuras amorosas.

Há poucos dias, *conheceu ele a menor Maria Santos, de 21 anos de idade, vinda, não faz muito tempo, da cidade de Vigia. Morena, corpo bem conformado e de olhos negros, a pequena simpatizou com o salsicheiro, que lhe fez as mais ternas promessas de amor.* Ingênua, ela acreditou nas lábias do pirata, ficando mesmo caidinha para o seu lado.

Ante ontem, á noite, ele encaminhou-se para a casa onde ela estava residindo, á rua Bernaldo Couto. Convenceu-a de que devia fugir com ele, conseguindo carrega-la. Tomaram um bonde e se dirigiram á rua Lauro Sodré, entrando na casa n. 92, onde mora Hygina Seixas.

Os agentes Paulo de Castro e Dario, que se encontravam de serviço naquela zona, desconfiaram do par amoroso, indo á casa citada, ali prendendo os dois, que foram levados á central,

A autoridade de permanência, major, Messias, fez lavrar o competente auto de prisão em flagrante, ficando o criminoso incurso nas penas do artigo 270 do Código Penal.

Ontem, foi ele identificado no Instituto Médico, tomando a planilha n.601. Maria foi submetida a exame médico, sendo constatada a sua virgindade.”³⁷⁰

Assim, pode-se afirmar que, entre os anos de 1918 e 1939, período estudado nesta pesquisa, tal realidade ainda se mantinha, identificando-se uma expressiva quantidade de menções a raptos³⁷¹, fugas e defloramentos³⁷² envolvendo mulheres das camadas populares. Sob este ângulo de análise, pode-se afirmar também que muitos desses casos foram gestados dentro de particularidades que caracterizavam a forma como essas munícipes circulavam pela urbe e as espacialidades que nasciam dessa circulação.

Dissertação de Mestrado. Pp.84-85

³⁷⁰ Folha do Norte. Belém, 05 de fevereiro de 1926. Rapto e Flagrante.

³⁷¹ Queixa: Maria Luzia da Silva, residente á avenida Conselheiro Furtado, n 179, canto da Travessa Castelo Branco, queixou-se contra Jaime Araújo, residente no Boulevard da República n 55, o qual ante ontem pela manhã raptou a filha da queixosa de nome Amália Costa e Silva. Boletins de Ocorrências. Belém, 15 de Maio de 1924

³⁷² Queixa: Petronila Fernandes da Cruz, residente á Trav. Caldeira Castelo Branco, 163, queixou-se contra Francisco Queiroz de Oliveira, condutor da Pará Eletric, n 63, o qual no dia 21 de Outubro do ano findo, deflorou uma sua filha de nome Laura Ferandes de Assunção de 15 anos de idade, de quem era namorado. Boletins de Ocorrência. Belém, 28 de março de 1923.

“Augusto Coelho da Silva, residente á Vila Fifi, Telegrafo sem fio, queixou-se contra o soldado de nome Augusto Furtado de Mendonça, do batalhão de infantaria da Brigada Militar do Estado, por haver o mesmo deflorado a filha do queixoso menor de 14 anos de idade, de nome Constantina Francisca da Silva . Fato este ocorrido a dois meses passados.” Boletins de Ocorrências. 02 de Outubro de 1923. Queixa:

Para Vanessa Spinosa, a relação das mulheres com a cidade ganhou outras dimensões, nesse período, ocasionando a interação mais dinâmica com ruas, praças e demais territórios públicos citadinos, processo que viabilizou múltiplas possibilidades de trânsito pela urbe e também maior fluidez nos relacionamentos interpessoais.

Para as mulheres das camadas abastadas, a possibilidade de contratar empregadas, babás e outras profissionais, para auxiliarem na rotina doméstica, aliada à expansão dos meios de transporte públicos (bondes, trens, automóveis) permitiu que saíssem mais às ruas e circulassem pela cidade. Quanto às mulheres de origem mais humilde, a própria dinâmica do trabalho em fábricas, no comércio, em casas de família ou no meretrício, as impelia a transitar por múltiplos territórios citadinos.³⁷³

Sob esse prisma, os itinerários de amor percorridos por essas mulheres, desde as primeiras aproximações do parceiro até o desfecho do relacionamento, com a prática do sexo antes do casamento, a saída de casa e/ou o posterior ingresso em uma eventual ‘vida infeliz’; eram variados. Namoros entretecidos na porta de casa, marcados por encontros sabidos por pais, familiares e responsáveis legais, relacionamentos que se iniciavam nos percursos para o trabalho (como ilustra o conto de Judite), nos espaços da vizinhança ou durante festas que ocorriam em diferentes *locus* da cidade, faziam parte das territorialidades envolvidas na construção cotidiana das relações de afetividade dessas mulheres.

“A primeira vez que Isabel Maria de Assis (..) sic...de luz, residente à travessa 14 de Março, nº 54, viu o foguista Joaquim Ventura Ramalho, morador a rua João Balby, 81, foi no ensaio do ‘Rouxinol’, em uma das(sic) e festivas noites da época joanina.

Desde então a Zabelinha não pôde esquece-lo.

Uma noite –foi em dezembro- quando a rapariga menos esperava, deu de cara com o eterno de seus amores, em um baile, na casa da nhá Elysia, á Rua João Balby, para onde foi convidada.

__A senhora, dona Isabel, só dança comigo, segredou o caverna, depois de fazer mil galanteios à pequena.

__Oi seu Ventura, disse a moça, mamãe já canço de avisar que, em qualquer baile que eu esteja, não dance efetivamente com ninguém, p’ro mode não haver encrenca p’ro minha causa.

Decorridos, porém, alguns minutos, a Izabel já nem se lembrava dos conselhos da Velha, dançando unicamente com o Ventura, até o fim da festa.

__Esses homens, disse ela ao despedir-se do namorado, só sabem é fazer fitas, vão num baile, enchem os ouvidos das moças de tantas palavras bonitas e, depois, de sahir dali, dão o suíte.

__Você também é assim? Perguntou a moça ao Ventura, parecendo estar mais apaixonada que ele próprio.

__Isso só acontece quando não existe amor, retrucou o colo, mas, porém, eu tenho, e você vai ver como eu não lhe deixo na mão.

E de fato, desde então, começou o Ventura a frequentar a casa da namorada, caçando logo limpeza com a velha, a quem depois, de algum tempo, prometeu pedir a Zabelinha em casamento.

No dia 02 do corrente, como de costume, Ventura apareceu na casa da pequena, onde esteve até as 10 horas da noite, quando a velha, queixando-se das fadigas dos serviços do dia, recolheu-se aos seus aposentos, deixando-os sós na sala.

³⁷³ SPINOSA, Vanessa. Op. Cit. pp. 119-120

Antes não o fizesse, porque hontem, notando a mãe de Zabelinha, que se chama maria Julia de Assis, estar o futuro genro arredio de casa, perguntou aquela o motivo, ao que ela, banhada em lágrimas, contou toda a desgraça: o malandro abusara de sua confiança e queria agora dar o fora.

Como antonce, é isso, seu Ventura, você bole com a filha alheia e depois passa pra trás?

Atemorizada com a atitude da velha, que invocou o Casarão da rua Santo Antonio, o malandro prometeu reparar o mau, casando-se.

Maria Julia não esquece, porém, do Adagio que diz que seguro morreu de velho, esteve hontem na polícia, fomentando queixa a respeito.

A ofendida foi submetida a exame medico legal, sendo o seu defloramento constatado recente.

Amanhã prosseguem as diligencias, não tendo sido capturado o malandro.”³⁷⁴ (grifos nossos)

As festas eram espaços sociais privilegiados no contexto de vida das mulheres pobres, onde podiam acontecer flertes e aproximações amorosas. Territórios em que homens e mulheres das camadas populares divertiam-se, bebiam, dançavam, conversavam e iniciavam namoros.

Com diferentes finalidades e realizadas tanto em locais públicos, como por exemplo, largos, ruas e praças; quanto organizadas por particulares, no interior de domicílios, na casa de parentes, vizinhos ou conhecidos dessas moças, os eventos festivos sempre eram bem vindos e ampliavam o espectro de relacionamentos sociais mantidos por elas; lhes possibilitando conhecer novos ‘pretendentes’ ou adquirir mais intimidade com rapazes que já tinham visto anteriormente. Semelhantemente ao que aconteceu com Isabel Maria de Assis, que residia no bairro do Umarizal e conheceu o futuro namorado durante a apresentação de um Córdão de Pássaros, evento comum durante as festas juninas da cidade.

Observe-se que foi em uma festa que Maria Isabel viu pela primeira vez Joaquim Ventura Ramalho, momento em que logo se enamorou dele e que também foi em um baile realizado na casa de uma conhecida, no mesmo bairro do Umarizal, que finalmente, Isabel conseguiu aproximar-se dele ao ponto de iniciar o relacionamento amoroso.

O namoro nascido na casa de *Nhá Elysia*, a partir da aproximação física estabelecida com as conversas ao pé do ouvido e as danças que os dois mantiveram durante todo o baile, prosseguiu com as visitas rotineiras, feitas por Ventura à casa da moça, período em que o rapaz investiu não apenas no relacionamento pessoal com a jovem, mas com a responsável legal pela mesma, que era a sua velha mãe Maria Julia.

O estreitamento dos vínculos com a namorada, mas principalmente com a família da mesma (representada aqui pela genitora, Maria Julia) permitiu a Ventura ficar sozinho com a jovem, na sala da casa, conseguindo o tempo e as condições de privacidade suficientes para

³⁷⁴ Folha do Norte. Belém, 08 de agosto de 1920. Fls. 04. O cupido em Ação.

poder deflorá-la.

Assim, a geografia construída a partir do relacionamento amoroso entre Ventura e Maria Isabel ilustra algumas, entre outras possibilidades de territorialidades, que eram articuladas na cidade de Belém, com fulcro nas relações de afetividade das mulheres pertencentes às camadas pobres urbanas.

È interessante pensar-se sobre a espacialidade dos locais escolhidos pelos namorados, para o momento da relação sexual.

“José magno da Fonseca, residente a travessa 22 de Junho, s/n, queixou-se hontem, ao subprefeito Cícero Figueiredo, do distrito de São Braz, contra Alberto Nunes, proprietário de uma Mercearia, à avenida São Jerônimo, esquina com a rua Dr. Moraes, por haver, em dezembro último, deflorado a sua irmã Maria Magno da Fonseca, menor de 18 anos de idade.

Maria, que é órfã de pai e mãe, vinha desde aquele tempo mantendo relações de namoro com o acusado, de quem possui vários bilhetes amorosos.

A ofendida declarou aquela autoridade que foi desvirginada em casa de uma tal Biluca, amasia de José de Tal, que nesse tempo residia a avenida Gentil Bittencourt, para onde a levava Nunes. Hoje será aberto o inquérito sobre o fato, devendo Maria ser submetida a exame de corpo de delito.”³⁷⁵

Nesse tocante, se ocorriam situações similares a de Ventura e Maria Isabel, na qual o contato íntimo aconteceu na própria sala da casa da jovem, de maneira furtiva e aproveitando-se da ausência de outras pessoas; havia situações em que os amantes contavam com ajuda de amigos e conhecidos, utilizando-se de suas casas, tal qual Alberto Alves que levou Maria Magno para ser desvirginada na residência em que morava Biluca de tal, amasia de José de Tal; ou servindo-se de cômodos alugados na zona do meretrício, da forma como tentou fazer Giuseppe Vito, ao fugir com Maria Santos, para a casa nº 92, da rua Lauro Sodré.

Existiam ainda circunstâncias em que os amantes se aproveitavam de passeios a distritos afastados do perímetro urbano, com pouca circulação de pessoas e veículos, protegidos pelas condições naturais da vegetação e pela distância dos bairros em que eram conhecidos, para poder levar a termo seus intentos amorosos, do mesmo modo como faziam os homens e as mulheres denunciados pela Folha do Norte, nas proximidades dos Igarapés de São Joaquim e do Una.

Esses itinerários de prazer esclarecem um pouco das nuances da circulação das mulheres pobres pela urbe, indicando vários percursos do seu cotidiano, que perpassavam o hábito de saírem sozinhas de casa com frequência, visitar amigas e também trabalhar fora. Como Maria Dolores de Sá, residente a rua Mundurucus, nº 04, de 17 anos de idade, que a

³⁷⁵ Folha do Norte. Belém, 06 de agosto de 1920. Fls. 04. Cupido em ação.

pretexto de ir à novena das 18 horas da tarde, fugiu de casa, indo se estabelecer na casa de uma viúva de nome Rosa de Tal, na rua Bom Jardim, s/n, que era conhecida de sua vizinha, Maria Vieira, cozinheira da Merceria Ramos e amante de um soldado do 26º Batalhão. Apesar da queixa prestada pela mãe, Maria Lima, a jovem Dolores declarou perante o subprefeito Malcher que não queria voltar para casa, em virtude de constantemente ser espancada pelo padrasto, afirmando ainda que já havia sido deflorada por um marítimo chamado Manoel Antonio de Souza, há bastante tempo.³⁷⁶

Pelo exposto, nota-se que o discurso presente em todos os relatos, ainda que de forma implícita, considera as mulheres pobres vulneráveis e suscetíveis de manipulações, por parte dos homens, em virtude de seus ímpetos amorosos e desejos de satisfação afetiva. Assim, em nome do ‘amor’, submetiam-se a condutas levianas, perigosas ou imorais.

Fabiane Vinente dos Santos, ao discutir as representações sobre a sexualidade das mulheres manauaras, entre 1890-1915, presentes nos jornais, conclui que realmente prevalecia a ideia de que existia um suposto componente de degeneração patológico, presente no sexo feminino. Desse modo, acreditava-se que as mulheres viviam constantemente influenciadas por humores perigosos, advindos do conjunto de características mentais, psicológicas e neurológicas que possuía.³⁷⁷

Nessa linha de raciocínio, o desejo sexual das mulheres mais pobres, as quais acreditava-se viverem sob maior influência de suas características naturais e biológicas, não era algo facilmente domado por elas. Por isso, as moças das camadas populares estavam mais predispostas a se degenerarem sob a influência desses sentimentos primitivos.

Outra forma de compreender o lugar social das relações amorosas no cotidiano das mulheres trabalhadoras pressupõe discutir brevemente os conflitos que se davam entre os homens, por causa de disputas pela atenção das amasias, namoradas ou amantes e também as brigas e agressões que essas mulheres sofriam, em razão de sentimentos de ciúme ou rejeição por esses homens.

“Há um ano, mais ou menos que, o lavrador Marcelino José Francisco, residente em Moema, Es. F. de Bragança, vivia maritalmente com Rosalina do Espírito Santo, cearense, parda, solteira, de 28 anos de idade.

Ultimamente Rosalina começou a aborrecer o amante, a quem por vezes, ameaçava abandonar.

³⁷⁶ Folha do Norte. Belém, 03 de julho de 1920. Fls. 04. Bateu azas e ‘avuou’.

³⁷⁷ SANTOS, Fabiane Vinente dos. Subvertendo a ordem: diversões, resistências e criminalização da sexualidade. In: *Filhas de Eva no País das Amazonas: gênero, sexualidade e condição feminina nos jornais de Manaus (1890-1915)*. Manaus: UFAM, 2006. Dissertação de Mestrado. Pp. 88-123.

Marcelino atribuía o procedimento que Rosalina tinha para com ele ao fato de andar ela de amores com Benjamim de Tal.

Ante-hontem, por volta das 4 horas da madrugada, ambos, voltavam de um bailarico havido em casa de Antonio de Tal, no lugar denominado Pedreira e, em caminho, tiveram uma desavença, tendo a rapariga se separado do amante e ido para a casa de Benjamim.

Marcelino, roído de ciúmes, foi procura-la com o fim de demove-la a voltar para sua companhia e, como se recusasse a acompanhá-lo Marcelino puxou de um punhal de que se achava armado, cravando-o no peito da amante.

Rosalina veio hontem, para esta capital, a fim de se submeter a corpo de delito, sendo recolhida a Santa Casa com guia da Polícia.

Marcelino foi preso.”³⁷⁸ (grifo nosso)

O ato insano cometido por Marcelino José Francisco teve como motivação ciúmes e desconfianças, que sentiu em relação aos comportamentos que Rosalina do Espirito, com quem maritalmente, vinha tendo há algum tempo. Ao que tudo indica, o repórter dava pistas de que a mulher estava tentando abandoná-lo.

Nesse sentido, embora o jornalista enfatize a relação de conjugalidade que existia entre os protagonistas da notícia, do teor do texto depreende-se que a mulher/Rosalina não reconhecia o mesmo compromisso de fidelidade para com Marcelino, tanto que ‘andava de amores’ com Benjamim de Tal, muito embora ainda vivesse com Marcelino

Tudo indica que foi essa sensação de estar sendo ameaçado de perder a mulher e, mais que isso, de ter a certeza de que, ao deixá-lo, ela já tinha para onde ir e com quem viver (Benjamim) que incitou Marcelino a tentar todos os meios para tê-la de volta, ao ponto de, mesmo após brigarem e Rosalina separar-se dele e ir para a casa de Benjamim, o amásio (traído e desgostoso) insistir para que a mulher voltasse para ele.

Não se têm elementos suficientes, na narrativa, para descobrir se, de fato, Rosalina estava tendo algum caso com Benjamin, tampouco se havia outras questões que estavam motivando o ‘aborrecimento’ que Rosalina estava sentindo a respeito de Marcelino, desde alguns dias antes do crime.

O que importa, nesse caso, é perceber como a mulher Rosalina se via nessa relação amorosa. Na leitura feita pelo articulista, a entrega amorosa da jovem paraense, de 28 anos, parda e solteira, a fez tomar decisões e a ter comportamentos que vieram a lhe custar a própria vida. O fato de Rosalina não se preocupar em ‘vivenciar’ seus desejos amorosos, amasiando-se com Marcelino, em um primeiro momento, e depois relacionando-se com Benjamim, antes mesmo de ter por encerrado seu caso com o lavrador, a colocou em uma arriscada posição social e moral. E o resultado desses comportamentos, movidos pela

³⁷⁸ Folha do Norte. Belém, 23 de maio de 1915. Fls. 02. O monstro dos olhos verdes. Com uma punhalada no peito.

‘entrega amorosa’, constituiu a agressão que sofreu da parte de Marcelino.

Por outro lado, pensando-se a respeito da forma como Rosalina portou-se diante do relacionamento com Marcelino, percebe-se que, a todo tempo, era ela que determinava os caminhos da relação, dizendo e fazendo o que julgava ser mais coerente com os seus sentimentos amorosos.

Assim, durante um tempo, viveu maritalmente com o lavrador; posteriormente, sentido-se ‘aborrecida’ dessa convivência, decidiu que era a hora de procurar outra experiência afetiva, passando a se envolver com Benjamim. Relação que ainda durou algum tempo antes de Rosalina decidir de uma vez deixar o amásio Marcelino.

Outro caso interessante foi o que envolveu o carpina Antonio Rodrigues e Maria Rodrigues, casados juridicamente e que viveram desarmonicamente a maior parte do período em que estiveram juntos, segundo conta o articulista da Folha do Norte:

“Há uns cinco anos que o carpina Antonio Rodrigues, empregado dos srs. Bernardino da Cunha Mendes & Cia, residente a rua dos Apinagés, 42, contraíra matrimônio com Maria Rodrigues.

Pouco tempo depois, o casal, por culpa da mulher, passou a viver na mais completa desarmonia, vindo Maria a abandonar a casa, voltando, porém, dias depois, a solicitações do marido, que tudo lhe perdoava.

Conhecendo a fraqueza do esposo, ***Maria Rodrigues, se até então abusara da sua dignidade, daí por diante cometeu toda a casta de baixezas, dada a impunidade que o esposo a deixara.***

Ultimamente tornou a abandonar o marido, passando a ter relações amistosas com o sapateiro Leandro Teixeira, residente à avenida Generalissimo Deodoro, 114, e ante-hontem, aproveitando-se da ausência do marido, foi a casa e conduziu com várias peças de roupa da cama, tendo, para isso, que arrombar a mala onde elas se achavam.

Antonio Rodrigues, apresentou hontem, queixa a polícia.

E quer saber o leitor quem foi preso? O sapateiro.”³⁷⁹

O tom quase humorístico utilizado pelo jornalista, para noticiar a ‘*apropriação indébita*’ das roupas de cama do Sr. Antonio Rodrigues, empreendida por sua *mulher*, que o traía com um sapateiro, permitiu inventariarem-se aspectos sui generis das afetividades presentes nesse relacionamento amoroso.

Primeiramente, de acordo com o jornal, o marido era trabalhador e honesto, tanto que o subscritor da matéria se preocupou em fazer alusão ao nome da firma em que ele era empregado, bem como do endereço de seu domicílio. Diversamente de Maria Rodrigues, não se faz menção da profissão ou ocupação, destacando-se seus atributos de péssima esposa e suas condutas morais reprováveis, quais fossem causar desarmonia no casamento (cf. *por culpa da mulher*), abandonar repetidas vezes o lar, apropriar-se levianamente dos bens conjugais, visto que, se deixou a casa, não faria mais jus a qualquer compensação.

³⁷⁹ Folha do Norte. Belém, 25 de janeiro de 1920. Um casal infeliz.

Ocorre que, apreciadas as condutas de Maria Rodrigues sob outro ângulo de análise, não seria leviano afirmar que essa mulher tomou as rédeas da própria vida afetiva, pouco se importando com as regras jurídicas, sociais e morais hegemônicas. Isto fica claro ao se problematizarem alguns aspectos do comportamento de Maria Rodrigues: primeiramente, ela se manteve no relacionamento conjugal apenas enquanto se sentiu satisfeita com ele, caso contrário não teria deixado o marido por mais de uma vez; em segundo lugar, o fato de ser ‘casada’ juridicamente com o carpina Antonio, trabalhador e morigerado, não representou impedimento para que tomasse as condutas que julgava serem coerentes com seus objetivos amorosos, quais fossem ficar ao lado do sapateiro Leandro Teixeira e prosseguir sua vida, sem o marido, por mais que isso, aos olhos da sociedade e da lei, representasse um ato adúlterino.

Comportamentos semelhantes aos que tiveram Rosalina e Maria Rodrigues afrontavam a sociedade letrada, mas indicam a existência de vivências afetivas entretidas por parte das mulheres pobres belemenses, as quais não podem ser simplesmente estigmatizadas ou classificadas à luz dos valores morais prevalentes na época, devendo ser entendidas em sua complexidade e concretude.

Ademais, havia aquelas mulheres cujo comportamento facilitava o cometimento de crimes por parte dos homens, em virtude das disputas amorosas que incitavam nos homens, ainda que não concorressem diretamente para isso,³⁸⁰ a exemplo do que aconteceu com Izabel Queiroz, amásia de Vicente Franklin de Lima, que foi agredido por Eurico Primo e Antonio Primo, pai e filho, em virtude da rejeição de Izabel aos seus galanteios:

“Na estrada do Una, reside há tempos Vicente Franklin de Lima, que vive amancebado com Izabel Queiroz.

De certo tempo para cá, turvando a paz em que viviam, surgiram por lá, Eurico Primo e Antonio Primo, filho e pai que também residem naquele subúrbio.

Logo que viram Izabel, ambos ficaram simpatizando com a rapariga, que apesar das demonstrações amorosas dos dois, não lhes dava a mínima atenção. Isso, sem dúvida, os levou a prática de uma desforra ao amante de Izabel, a quem atribuíram a indiferença dela.

³⁸⁰ “A avenida Generalissimo Deodoro, próximo a rua Mundurucus, serviu, hontem à tarde, de teatro a um crime, do qual foram protagonistas duas praças do 47º Batalhão de caçadores.

A desavença, tristemente epilogada por um assassinato, teve origem em questões de ciúme provocado por uma rapariga, que era requestada por ambos.

O assassino Cantionilo Caldeira Brandão, cabo da esquadra e, a avitima, Agrício Apolonio de Barros, cabo de saúde, encontraram-se hontem, pelas 4 ½ horas, no local acima aludido, travando-se de luta, por isso que já no dia anterior haviam tido uma altercação acalorada. (...)

Agrício Apolônio Barros, a vitima, era natural da Paraíba, de cor branca, solteiro, de 22 anos de idade, e filho de Joaquim Apolonio de Barros. Cantionilo Caldeira Brandão, o criminoso, é alagoano, branco, solteiro, 25 anos de idade e filho de Pedro Cardoso Brandão.” Folha do Norte. Belém, 22 de julho de 1915. Assassinato. Um praça do exército mata um seu camarada a tiros de revolver.

Pelas 6 horas da tarde, de ontem, Eurico, armado de uma faca e, Antonio, de um cacete, dirigiram-se a residência de Franklin e, sem alegar francamente o motivo, o agrediram dentro de sua casa, onde se achava repousando.

Na contenda Vicente de Lima recebeu uma facada na nádega direita e outro ferimento no braço esquerdo. Vendo o sangue os agressores se evadiram, tendo, no entanto, mais tarde, devido a queixa que Lima formulou na Subprefeitura do Umarizal, sido preso o Antonio Primo, por duas praças do destacamento daquela subprefeitura.

Vicente Lima foi a Santa Casa receber curativos. Prosseguem hoje os inquéritos.»³⁸¹

De acordo com o relato do jornal, não parece ter sido suficiente para evitar o conflito entre aqueles homens, o fato de Izabel comportar-se como uma esposa diligente do amásio Vicente.

No caso concreto, bastou o fato de Eurico e Antonio se interessarem pela mulher para que a agressão acontecesse. E, mesmo sem dar qualquer atenção para os agressores, Isabel foi apontada como o pivô do crime. Talvez porque Izabel ocupasse apenas condição de amante e não de esposa, pai e filho/agressores julgavam-se no direito de fazer investidas contra ela, acreditando que deveriam receber alguma aceitação de suas demonstrações amorosas. Em outras palavras, o articulista dá a entender que Izabel, por ser amásia, seria tida e tratada como mulher de conduta duvidosa.

Ao que parece, a perspectiva de Izabel a respeito do relacionamento amoroso que mantinha com Vicente era diferente da projetada pelos agressores. Ela se sentia vinculada ao amásio, por laços de conjugalidade, quais fossem a fidelidade, o respeito e o afeto, sentimentos que determinavam sua postura e sua conduta, perante as pessoas que conviviam com o casal.

Assim, Isabel era amante, consoante dizia a legislação civil e apregoavam os discursos moralizantes do período, e, por isso, parece que o jornal e os agressores esperavam dela uma conduta diversa da que teve. A questão é que, para ela, não parecia haver diferença entre ser casada e ser amasiada, determinando-se o lugar que a mulher ocupava na relação, em virtude do grau de comprometimento afetivo dos conviventes.

Isto posto, com base nesses discursos difundidos pelos homens de imprensa, conclui-se que os poderes públicos e as elites econômicas, acreditavam que a entrega amorosa trazia exclusivamente problemas para as mulheres das camadas populares, destacando-se a degeneração do caráter, a degradação dos comportamentos e o envolvimento em crimes, como algoz ou como vítima.

³⁸¹ Folha do Norte. Belém, 23 de fevereiro de 1920. Na polícia e nas ruas...que dois...

‘O individuo Emilio Alves, a tempos esteve amasiado com Irene Chagas, residente á travessa do Curro. Um dia, sem que nem pra que a mulherzinha deu-lhe o bilhete de desembarque mandando-o ás favas. O Emilio ficou desgostoso, a decepção foi tão grande que ele não quis mais nem aparecer aos conhecidos, julgando que todos soubessem do seu romance. Resolveu depois tomar uma vingança, o que ante ontem levou a efeito. Procurou a ex amante e aplicou-lhe valente tunda, deixando-a a panos de arnica. A vitima levou queixa a policia, que prendeu o ferrabrás, metendo-o no xadrez.’³⁸²

Sob esta ótica, à mulher pobre caberia a vivência do amor, exclusivamente pelo casamento monogâmico, juridicamente reconhecido, pois qualquer envolvimento amoroso diverso desse modelo gerava consequências nocivas, para si mesma e para a sociedade. Por exemplo, amasiamentos ou namoros que implicavam relações sexuais antes do casamento faziam com que a imagem da mulher oscilasse entre a da sonhadora e a da vitima de seu próprio desejo, a de perdida ou infeliz.

Como resposta extrema a essa condição restava-lhe a imersão no mundo do trabalho, tanto no espaço doméstico quanto fora dele, considerado o meio de ajudar no sustento da família e via para austeridade moral, que funcionava como impeditivo da degeneração social potencialmente afeita ao gênero feminino.

2.3.2 Para ter trabalho e rendas:

Os meios de sobrevivência articulados pelas mulheres das camadas populares belemitas eram variados e envolviam múltiplos espaços de trabalho, abarcando desde seus próprios domicílios ou de outras pessoas, nos quais desempenhavam funções como empregadas domésticas, cozinheiras, passadeiras e governantes, até ocupações em fábricas e pelas ruas da cidade, na condição principalmente de vendedoras, lavadeiras e meretrizes.

Quer fosse pelas ruas, no interior das fábricas ou das residências, a participação dessas muncípes no mercado formal e também não-formal de trabalho da cidade revela a significativa contribuição que deram para a economia local, ao assumirem a função de provedoras do sustento de suas famílias, lado a lado com os homens; ao dinamizar o fluxo de serviços disponíveis na urbe e ao contribuir para o crescimento da oferta de mão- de -obra na capital.

A reflexão a respeito das estratégias diárias de sobrevivência articuladas por essas mulheres, a partir do veio do trabalho, possibilita reconhecer as tensões ocorridas em seus modos de viver na capital paraense à época pesquisada.

³⁸² Folha do Norte. Belém, 19 de fevereiro de 1926. Ciúme e pancada

Conforme mencionado, uma das ocupações mais comuns das mulheres pobres dizia respeito ao exercício dos trabalhos domésticos, tanto no domicílio quanto a serviço de outras pessoas, em casas de famílias remediadas ou em mercearias e tabernas.

“As 09 horas da manhã de ontem compareceu a Central Thomazia Maria da Conceição, residente a rua Antonio Barreto, 62, para apertar a autoridade de permanência que, pela semana Santa, quando trabalhava como cozinheira na Merceria denominada “Pau do Macaco”, sita a rua Domingos Marreiros, sucedeu que preparando uma galinha, feriu-se com um osso na mão direita. Resultou disso ficar com a mão bastante inflamada e impossibilitada de trabalhar. Declarou que vencia o ordenado de 35\$000 e tem testemunhas do caso.”³⁸³

Uma vez que esse tipo de trabalho não exigia nenhum conhecimento técnico específico, mas pressupunha o prolongamento do exercício de tarefas que essas mulheres já conheciam no seu dia-a-dia, cuidando de filhos, limpando suas próprias casas, cozinhando para seus familiares, costurando e bordando, as ocupações domésticas abarcavam um número expressivo de trabalhadoras das camadas populares urbanas.

Para Fabiane Vinente dos Santos, essa divisão do mundo do trabalho feminino encontra explicação no fato de que, embora as mulheres buscassem seu espaço através do exercício de variadas atividades tais como professoras, costureiras, ambulantes, prostitutas, operárias, entre outras, a ideologia vigente não endossava o comportamento daquelas que não se enquadravam nos padrões de restrição aos espaços domésticos e aos papéis de mãe e esposa, daí haver uma preferência das famílias em aceitarem a ocupação de suas mulheres quase que exclusivamente em atividades que lembrassem os serviços que já efetuavam ‘naturalmente’ em casa.³⁸⁴

Para além do reconhecimento das diferentes razões que orientavam a inserção das mulheres pobres no mercado de trabalho local, por meio de ocupações ligadas aos serviços domésticos, importa mais identificar certas nuances presentes nas relações de trabalho em que estavam envolvidas, bem como determinados aspectos relacionados às condições materiais do exercício profissional dessas trabalhadoras.

“Finalmente, **a policia conseguiu encontrar ontem a mocinha Raymunda Viana Ribeiro, sobre quem recaem suspeitas, de ter sido a autora do furto de uma medalha de ouro, pertencente a Ignacia Gomez Diniz, com que reside**, fato este ontem que noticiamos. Aperreada com as perguntas do subprefeito, caiu em pranto convulsivo e **desancou tremenda descomponenda em sua patroa**, negando a pé firme que tivesse “afanado” a joia. Raymunda que é uma pequena algo simpática, trajou-se bem e aparentando ter uns 16 anos, foi mandada para o xadrez, a ver o “reverso” da medalha...**Será a mundica a autora do furto?**³⁸⁵ (grifos nosso)

³⁸³ Folha do Norte. Belém, 08 de maio de 1930. Fls. 02. Uma cozinheira ‘acidentada’ por uma galinha.

³⁸⁴ SANTOS, Fabiane Vinente dos. Op. Cit. p. 89

³⁸⁵ Folha do Norte. Belém, 24 de Fevereiro e 1926. Folha 3 Na policia e nas ruas. Furtou a patroa

A questão da quebra do vínculo de confiança/desconfiança que deveria permear as relações entre patrões e trabalhadoras motivava inúmeras notícias nos jornais e inquéritos policiais do período pesquisado. Sob este prisma, acusações contra furtos de pequenos objetos, jóias e quantias de dinheiro, figuravam entre as razões para se prestar queixa contra uma serviçal. Tal qual aconteceu com a mocinha Raymunda Viana Ribeiro, que foi acusada do roubo das jóias da sra. Ignácia Gomez Diniz; com a serviçal Lucia Rodrigues de 16 anos de idade, que foi entregue à polícia, por seu patrão, 1º Tenente do Corpo Municipal de Bombeiros, Luiz Mesquista, sob a acusação de furto de diversas roupas e jóias de pequeno valor³⁸⁶ e que também se deu com Josefa de Tal, criada da casa do Sr. Manuel Domingues da Cruz e que foi acusada de furtar um relógio de ouro de algibeira.³⁸⁷

“autos de declarações que fez Francisco Rodrigues Nogueira, paraense, branco, 18 anos de idade, solteiro, estudante, residente à avenida Generalissimo Deodoro, esquina da rua dos Pariquis, sabendo ler e escrever (...) que no dia 25 do corrente mês, cerca de quinze horas encontrava-se na casa do depoente uma senhora a conversar com sua mãe, que esta senhora seguramente passou hora e meia na casa do depoente, que quando ia retirar-se indagou que horas podia ser, que sua mãe chegando ali a sala onde pendurado na parede se achava um relógio de ouro e de algibeira, ali não mais o encontrou, e que antes da referida senhora entrar, penetrou na sala da casa a criada de nome Josefa de Tal, a qual conversava com um seu irmão na cozinha, que o irmão de Josefa havia chegado tamb[em] antes da senhora; presumindo o depoente que Josefa tivesse furtado o relógio e entregue ao seu irmão, que o relógio tem o valor de 100\$000 e pertence ao pai do depoente, que pessoa alguma entrou na sala a não ser Josefa, que junto do relógio furtado achava-se pendurado mais três, sendo dois de ouro e um de prata, que se fosse gatuno que tivesse penetrado na sala levaria todos os relógios e não se ocuparia somente com um, que sua mãe havia antes estado na sala onde verificou acharem todos os relógios. (...)”

Do diálogo entre os depoimentos de Francisco, filho da dona da casa, e de Josefa da Conceição, acusada como autora do crime (abaixo transcrito) podem-se perceber algumas características da rotina de trabalho da doméstica.

Primeiramente, tem-se que Josefa Conceição, natural do interior do Estado, apesar de ter se declarado dos ‘serviços domésticos’ em seu depoimento, havia sido contratada pela família do leiteiro Francisco da Cruz, na condição específica de *lavadeira*, desempenhando a jornada de trabalho no próprio domicílio dos patrões.

Em segundo lugar, ao que parece, Josefa deveria respeitar algumas regras de espacialidade no interior do local de trabalho, não lhe sendo permitido ingressar em determinados cômodos da casa, como por exemplo, a sala de onde tinha sumido o relógio. Nesse sentido, de acordo com as declarações da ré, ela não passara da cozinha e mesmo

³⁸⁶ Folha do Norte. Belém, 21 de maio de 1930. Fls. 02. Serviçal desonesta

³⁸⁷ Auto de inquérito policial acerca do furto de um relógio de ouro de que foi vítima Manuel Domingos da Cruz. 1920.

recebendo a visita de um irmão não havia saído daquele cômodo, muito embora o acusador Francisco tenha dito o contrário.

Autos de declarações que faz Josefa Clara da Conceição, paraense, parda, 25 anos de idade, solteira, serviços domésticos, residente na rua dos Pariquis entre as travessas 3 de Maio e 14 de abril, analfabeta. (...) que era empregada como lavadeira na casa do sr. Manoel Domingos da Cruz, a avenida generalíssimo Deodoro onde recebia a quantia de 25\$000 rés mensais, que no dia 27 do corrente resolveu abandonar a casa dos seus patrões, fato este que do mesmo eles ficaram cientes, que a sua resolução foi devido a terem os seus patrões acusado a depoente do furto de um relógio de ouro, que a depoente pouco conhece a capital tendo chegado a pouco tempo da cidade de Gurupá, onde tem parentes, que é verdade ter penetrado na casa de seus patrões no dia em que desapareceu o relógio em questão, um irmão da depoente, porém este da cosinha da casa não se arredou e nem a depoente, que é infâmia a acusação imputada a sua pessoa, porquanto a depoente não ia a sala onde lhe disseram que o relógio se encontrava. (...)”

Nessa linha de raciocínio, parece estar implícito o sentimento de que nas relações estabelecidas entre os patrões e empregados deveriam ser respeitados alguns limites físicos e de espacialidade no interior dos domicílios, com vistas a assegurar a privacidade dos empregadores e também a segurança patrimonial dos mesmos.

Tais aspectos ficam evidenciados, ao se perceber que, mesmo trabalhando para a família de Francisco há cerca de um mês, Josefa ainda não gozava da plena confiança de seus patrões, tanto que, na hora de escolher de quem suspeitar pelo furto, o filho do leiteiro - embora reconhecesse que haviam penetrado na casa outras pessoas, além de Josefa, dentre elas uma senhora conhecida de sua mãe, que permaneceu no interior do domicílio por mais de uma hora- ele opta por acusar Josefa.

Não se trata aqui de avaliar a veracidade das declarações fornecidas pelas partes, ou saber se, de fato, Josefa foi a autora do roubo do relógio, sendo mais importante identificar de que modo, nas relações cotidianas de trabalho dessa doméstica, recém- chegada à capital paraense, em 1920, em busca de emprego e renda, ela vivenciou tensões e conflitos relacionados ao mundo do trabalho, assim como outras mulheres da época.

Atente-se que, diante desses dilemas, Josefa se posicionou conforme as ferramentas que lhe eram disponíveis naquele momento. Por isso, abandonou o emprego assim que foi acusada do roubo do relógio, deixando a casa dos patrões e declarando, perante a autoridade policial, que considerava *infâmia* os fatos narrados pelos patrões.

Essas tentativas de uma rígida divisão no espaço de trabalho entre os ambientes que seriam próprios para a circulação das empregas e aqueles *locus* exclusivos para permanência dos patrões era algo complicado, no contexto dos domicílios da cidade, pois, excetuando-se as residências pertencentes a famílias muito abonadas, nas quais havia cômodos previamente

pensados para a permanência de empregados, nos fundos das casas ou próximos às cozinhas, a maioria das residências contava com uma pequena divisão do espaço entre sala de visitas, salas de jantar, alcovas, salas de banho, cozinha e pequeno quintal.

Ademais, a natureza complexa do serviço prestado por essas trabalhadoras, que nem sempre eram contratadas, como Josefa, para uma tarefa específica, mas ao contrário desempenhavam múltiplas atividades domésticas, sob a nomenclatura de ‘empregada’,³⁸⁸ lhes impunha, em várias ocasiões, penetrar em diferentes espaços das casas para cumprir com seus afazeres, fosse para guardar roupas nas alcovas, para limpar móveis em salas de visita ou para servir a mesa para as refeições.

Outra questão que gerava o acionamento do poder de polícia se refere aos episódios de maus tratos (físicos e verbais) disferidos por patrões em serviçais. Quando se fala do trabalho doméstico de menores de idade, é possível identificar, nas fontes, vários relatos de meninas e jovens que sofriam abuso após terem sido ‘entregues’ pelos parentes para trabalhar em casas de famílias, servindo de empregadas, damas de companhias para senhoras de maior idade, ou de babás, para as crianças pequenas.

Na perspectiva de M^a Aparecida Prazeres Sanchez, essa relação de poder que existia entre patrões e empregados, no período em apreço, corresponde a uma espécie de *herança nacional*, na medida em que se criou no Brasil, desde os tempos do regime escravocrata, uma cultura que pressupunha a estreita vigilância e castigos físicos dos senhores sobre os escravos domésticos, e que se estendeu, por analogia, após a abolição e proclamação da República, sobre as relações que se construíram entre patrões e empregadas domésticas. Sob essa lógica, o/a patrão/a se vê, quase sempre, como uma espécie de senhor com total autoridade e mando sobre os seus empregados.³⁸⁹

Quando se tratava de menores de idade, essa realidade de castigos, repreensões e maus tratos era ainda mais incisiva; sobretudo naquelas situações em que as jovens eram órfãs, afilhadas ou tuteladas, dependendo muito mais dos patrões, trabalhando em troca de

³⁸⁸ Segundo Bergman de Paula Pereira. “O trabalho doméstico era constituído das mais variadas atividades, lavadeiras, cozinheiras, babas, amas de leite, mucamas e etc, configuraram uma estrutura social de trabalho diversificada, algumas trabalhavam em troca de casa e comida, outras teciam relações de contrato de trabalho que em muitos casos estabelecia prestações de serviços diárias ou mensais, que estavam pautadas na informalidade e nos laços de favor ou compadrio.” Cfe. PEREIRA, Bergman de Paula. De escravas a empregadas domésticas - A dimensão social e o "lugar" das mulheres negras no pós- abolição. In: Anaes eletrônicos do Simposio Nacional de Historia, 2011. Anpuh

³⁸⁹ SANCHEZ, Maria Aparecida Prazeres. “As difíceis relações de trabalho”. In: Fogões, Pratos e Panelas: Poderes, práticas e relações de trabalho domestico. Salvador 1900-1950. Conflito e Atividade Profissional. Salvador: UFBA, 1998. Dissertação de Mestrado. pp. 61-123

comida e casa ou por diminutos salários.³⁹⁰

“Não faz muito tempo, a menor de nome *Romana, filha de Emilia Gomes de Oliveira, residente á avenida Gentil Bittencourt, n 250, empregou-se em casa do professor José Vêras*, a rua Padre Prudencio, nº 222-A. *Ultimamente a pequena começou a queixar-se a uma genitora contra os maus tratos recebidos em casa dos patrões. A mãe dela acolheu-a a que cumprisse os seus deveres de forma a não merecer censuras, pois talvez a sua vida ali melhorasse.* Ontem, a pequena, por causa de mínima importância, *foi castigada severamente pelo patrão, ficando com equimoses ao rosto, conforme queixa levada a policia nesse sentido.* A autoridade de permanência registrou o fato afim de tomar providencias.”³⁹¹ (grifo nosso)

Vê-se, pelo teor da notícia, que os limites entre uma simples repreensão a uma serviçal e o cometimento de uma agressão eram muito tênues. Havia certa expectativa, por parte dos patrões, de ter o direito de manter sob vigilância e controle suas empregadas, especialmente aquelas que residiam no próprio local de trabalho.

Essa realidade por si mesma intensificava a possibilidade de conflitos com os empregadores, na medida em que não havia privacidade para as serviçais, mas principalmente não havia uma clara delimitação do horário de trabalho ou das eventuais folgas, podendo os patrões acionar a empregada, a qualquer hora que julgassem necessários os seus serviços, quer fosse de dia ou de noite.

Havia a percepção, pelos patrões, de que repreensões e castigos faziam parte da natureza do trabalho doméstico, bastando que a empregada *cumprisse os seus deveres* de modo a *não merecer censuras*, tal qual se referiu a mãe da jovem Romana, que acreditou que bastaria à filha *cumprir seus deveres para a vida melhorar no trabalho*.

Essa vulnerabilidade das trabalhadoras domésticas e, em particular, das menores de idade que residiam nas casas dos patrões, podia ocasionar diversas formas de violência. Além dos castigos físicos e espancamentos, pode-se verificar a ocorrência de casos de sedução, abuso sexual e estupro.

“Ainda bem não acabávamos de escrever o caso acima, quando boiou na central a Beatriz Gomes, de 17 anos, acompanhada de sua mãe Luzia Gomes, residente à rua dos Tamoyos, abaixo da taverna de Antonio Magro.

Em abril findo, Beatriz se empregara na casa da família do negociante de frutas Severino José da Silva, a travessa Monte Alegre nº 43, percebendo o ordenado de 20\$000 mensais.

No segundo mês, porém, o Severino já fazia promessas de aumento de ordenado à creada chegando mesmo a preveni-la que se as bananas fossem dando como iam, até o fim do ano montava-lhe casa.

³⁹⁰ Maria Odila Leite Silva pontua ao discutir as relações entre patrões e serviçais no contexto da sociedade escravista, que a violência patronal incidia com mais força sobre as adolescentes que, na maioria das vezes, não possuíam meios para se defender; trabalhando por salários irrisórios ou em troca de casa e comida, essas meninas eram rigidamente “disciplinadas”. Cfe. SILVA, Maria Odila. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo Brasiliense, 1995. Pp. 138/139

³⁹¹ Folha do Norte. Belém, 25 de Fevereiro de 1926. Fls. 05. Na policia e nas ruas. Maltratada pelos patrões, queixou-se a policia.

__ Mas, cuidado com a Leonilda. Ouviste?

Eram tantas as amabilidades do Severino com a criadinha, que a esposa desconfiou, apanhando os com a boca na Botija, na madrugada de 18 do corrente.

Houve um estardalhaço de todos os demônios e a Beatriz teve que abandonar o seu *Fausto*, mandando chamar a mãe para vir buscá-la.

Com o fim de abafar o escândalo, a própria mãe propôs que ele a dotasse com 500\$000, ficando tudo assente, mas por fim, o fruteiro pôs-se a regatear, dizendo que só podia dispor de 100\$000, preço com o qual Luzia não concordou, pelo que foi hontem apresentar queixa a polícia.”³⁹²

Apesar do tom irônico da matéria e do trocadilho debochado que o articulista faz entre o nome de Severino e *Fausto*, ou seja, comparando o patrão com o ‘sonho de riqueza’ para a jovem empregada pobre; restam evidenciados certos aspectos das condições de trabalho e algumas das imagens sociais que eram projetadas sobre essas trabalhadoras, por parte dos patrões e segmentos letrados da urbe.

Nesse sentido, percebe-se inicialmente, que a jovem Beatriz dormia no local de trabalho, tanto que o flagrante dado pela esposa de Severino ocorreu durante a madrugada. Além disso, as necessidades econômicas de Beatriz e sua família (mãe) foram vistas pelo patrão como um meio facilitador para obter favores sexuais da jovem; o que de fato parece ter acontecido.

Não se sabe realmente quais foram os parâmetros que nortearam a relação afetiva entre Severino e Beatriz; porém, é citado pelo articulista que a mãe da jovem, Luzia, diante da impossibilidade de obter o ressarcimento financeiro que julgava adequado para o ato cometido pela patrão contra a honra da filha, decidiu prestar queixa à polícia.

Ora, é fato que, sendo Severino casado, não poderia contrair núpcias com a menor, pois isto configuraria bigamia. Desse modo, deve ser lembrado que Beatriz era menor de idade, esteve durante dois meses ou mais sob a guarda e responsabilidade jurídica dos patrões, servindo de empregada e morando sob o mesmo teto, o que lhe colocava em posição de subordinação perante a autoridade e as vontades do empregador.

Paralelamente, por conviver cotidianamente com Severino, Beatriz esteve também vulnerável a aproximações inoportunas e galanteios; ainda que o repórter faça certa pilheria sobre o ocorrido entre o patrão e a *creadinha*, dando a entender de tudo tivera uma motivação econômica, na qual a *pequena* almejava tão somente melhorar suas condições de vida.

Maria Aparecida Sanchez, ao debater sobre violência sexual presente no cotidiano das domésticas de Salvador, entre 1900 e 1950, afirma que a moral sexual vigente, ao mesmo tempo que reprimia a sexualidade feminina, exaltando o ideal de castidade, a preservação da

³⁹² Folha do Norte. Belém, 24 de julho de 1920. Nas azas do amor.

virgindade para o casamento e o ato sexual voltado para a procriação, incentivava, desde cedo, os homens a demonstrarem sua virilidade pela atividade sexual. Tal desequilíbrio era superado mediante recursos que permitiam o pleno exercício da sexualidade masculina sem que isto levasse ao intercuro sexual com as moças chamadas “de família” ou a exposição das esposas às fantasias sexuais dos maridos.

Nesse contexto, emerge uma série de construções discursivas e imaginárias acerca do papel da empregada doméstica na diminuição dessas pressões sexuais, posto que se acreditava que essas trabalhadoras teriam que estar disponíveis a satisfazer os desejos sexuais de seus patrões, aos quais estavam subordinadas, por questões empregatícias e financeiras.

“Escapadas noturnas aos quartos das empregadas, apalpadelas durante o serviço, promessas de casamento, que na verdade visavam minar resistências, subjugação pelo uso da força e violência física, todos os recursos eram perpetrados pelo sedutor de criadas, pelo simples prazer de realizar sua mais ardorosa fantasia: fazer sexo com as empregadas da casa.”³⁹³

Em várias ocasiões, é possível se perceber que o fato de uma *jovem empregada* morar com os patrões a colocava em dupla condição de subordinação (para o trabalho e para o exercício de atos da vida privada), tanto que se encontram relatos nos jornais de situações em que as trabalhadoras são transferidas de um domicílio para outro, sem qualquer respeito à sua vontade ou consulta a parentes e familiares.

“Candido Cruz, residente á Av. de São Brás, queixou-se que **tendo uma sobrinha de nome Amélia Rodrigues, de 18 anos de idade, empregada na casa da família do Sr Antonio Pimenta**, residente á av. Almirante Tamandaré e sócio da casa Pugas Valente e Cia, **e como esse Sr houvesse embarcado com sua família para Manaus e deixado Amélia na referida casa em companhia de uma mulher sem lhe ter comunicado**, sabendo que essa mulher tinha levado Amélia para uma estância á Av. Almirante Tamandaré s/n, entre a rua S. Matheus, sua esposa **mandou ontem a referida estância a sua serviçal Guilhermina Nunes saber do paradeiro de Amélia sendo aquela ali insultada por um indivíduo que não conhece, o qual lhe disse que Amélia não se achava ali e não ter satisfações a dar-lhe sobre a menor em questão.**” (grifos nosso)³⁹⁴

Vê-se pelo exposto que as práticas autoritárias de patrões sobre empregadas se intensificavam, quando se tratava de menores de idade, tuteladas, órfãs e/ou que residiam com os empregadores. Diante desse quadro, muitas meninas trabalhadoras viam como único recurso para livrar-se dos desmandos e dos castigos de seus ofensores o abandono do emprego por meio da fuga do local de trabalho.

“José Cruz, residente a rua São Jerônimo comunicou o desaparecimento de sua casa – fato ocorrido ontem- de uma **serviçal, Maria de Tal, paraense, parda, de 12 a 14 anos de idade, órfã de pai e que trajava vestido de chita e estava descalça**”³⁹⁵

³⁹³ SANCHEZ, Maria Aparecida Prazeres. Op. Cit. pp. 108-109

³⁹⁴ Boletins de Ocorrência. Volume 346. Belém, 09 de Janeiro de 1923. Queixa.

³⁹⁵ Boletins de Ocorrência. 08 de dezembro de 1928.

“João Mendes Contente, morador à avenida São Braz, nº86, comunicou o desaparecimento de sua casa de ***sua serviçal, Custodia de Tal, paraense, preta, de 12 anos de idade, a qual trajava vestido azul, estava descalça e tem o cabelo cortado rente.*** O fato ocorreu ontem pela manhã.”³⁹⁶

“Ana carvalho Benfica, residente a rua dos Apinagés, nº 11-B, comunicou, que no dia 09 do corrente mês, desapareceu de sua casa ***a sua serviçal, Rita de Tal, paraense, cabocla, de 12 anos de idade.***”³⁹⁷

Muitas fugiam, levando apenas a roupa do corpo, pois geralmente andavam descalças e usavam vestidos de tecidos simples, como chita e algodão, além de cabelos cortados ‘rente’, ou seja, aparados na altura do pescoço, como medida preventiva de higiene para não pegarem piolhos.

Havia ainda os casos em que as serviçais fugiam, levando consigo algum objeto de valor, roupas e até dinheiro pertencente ao patrão. Talvez fizessem isso, por acreditar que era essa conduta a única forma de obter pagamento pelos serviços prestados. Nota-se, nessas ocorrências, que a polícia era acionada pelas patroas, que comunicavam a fuga e prestavam queixas pelo desaparecimento das serviçais, indicando os prejuízos que essas fugas tinham causado. Por serem órfãs e menores de idade, não se tem registro de acionarem a polícia.

“Arthu (sic) Do nascimento, 1º sargento da força pública militar do estado, morador à travessa 22 de Junho, nº 11, comunicou em nome de Astolpho Menezes, morador á Travessa Cypriano Santos, nº 18-A, de que ante-hontem, a tarde, desapareceu da casa desse senhor, ***a serviçal de nome Maria de Barros, de 10 anos de idade, morena, trajando vestido de linho azul, levando consigo a importância de 40\$000 réis pertencente aquele senhor.***”³⁹⁸

Diferentemente, as domésticas mais velhas se utilizavam de outras estratégias para assegurar relações de trabalho mais justas. Furtos de objetos, abandono de emprego motivado por maus tratos ou discordâncias quanto à remuneração recebida, além da prestação de queixas a subprefeitura/delegacia por causa de patrões que não pagavam corretamente diárias de trabalho, mostram como essas empregadas mais velhas articulavam ações com vistas a equilibrar as relações de trabalho existentes.

“A cozinheira Honorina Pereira, residente á rua Diogo Mória, queixou-se contra um capitão da Força Pública, que a despediu de seus serviços, negando-se a pagar-lhe a quantia de 30\$ correspondente a um mês de serviço.”³⁹⁹

“Francisca Bezerra de Albuquerque, residente a Rua Carlos de Carvalho, nº30, queixou-se contra sua ex-empregada, Raymunda de Tal, conhecida por Dica, residente a travessa São Francisco, nº 118-A, por lhe haver furtado dois vestidos, uma blusa e um par de meias.”⁴⁰⁰

³⁹⁶ Boletins de Ocorrência. 15 de maio de 1928. Comunicação.

³⁹⁷ Boletins de Ocorrência. 15 de maio de 1928. Comunicação.

³⁹⁸ Boletins de Ocorrência. 01 de abril de 1926. Comunicação

³⁹⁹ Folha do Norte. 08 de fevereiro de 1939. Folha 2 coluna 1.

⁴⁰⁰ Boletins de Ocorrência. 27 de julho de 1928. Queixa.

Nesses casos, tratava-se de trabalhadoras mais experientes, acostumadas a mudar de emprego, que já tinham percorridos diferentes itinerários de trabalho e cujas relações com eventuais patrões se estabeleciam não mais por vínculos de confiança ou compadrio, como era comum acontecer com as empregadas mais jovens ou menores de idade.⁴⁰¹

Pelo exposto, vê-se que, no período pesquisado, a inserção das mulheres pobres no mundo do trabalho urbano belemita ocorreu majoritariamente a partir do exercício de funções tradicionais, inseridas no âmbito do privado, como o serviço de criadagem acima discutido.

Maria Luiza Ugarte Pinheiro, ao se referir às características do trabalho urbano em Manaus, entre 1880 e 1920, afirma que este foi marcado pela forte concentração de trabalhadores no setor terciário (comércio e serviços), em contrapartida à incipiência do trabalho fabril, que alocava um número restrito de trabalhadores em empresas de beneficiamento de produtos regionais, como a castanha, as fábricas de gelo e a cerveja; ou ainda, nas oficinas gráficas locais. Nesse contexto, houve a preponderância do elemento masculino, uma vez que a presença feminina apenas começava a ganhar visibilidade no espaço público, embora timidamente.⁴⁰²

Em se tratando de Belém, percebeu-se situação similar, notando-se realmente maior destaque para as ocorrências envolvendo trabalhadores do comércio e prestadores de serviços autônomos, principalmente estivadores e carregadores, como foi discutido no tópico anterior. Todavia, diferentemente do que ocorreu em Manaus na década de 1920, o setor fabril parauara parece ter se desenvolvido de modo mais acelerado, observando-se o crescimento significativo das referências à presença dos trabalhadores fabris na urbe.

Em se tratando das mulheres pobres e trabalhadoras, vê-se que, semelhantemente ao que ocorreu em Manaus, na capital paraense foram mais assíduas as referências acerca de daquelas que obtinham sustento e rendas por meio de ofícios vinculados a atividades domésticas, tais como lavadeiras, cozinheiras, criadas e serviçais. Porém, isto não significa dizer que não houveram trabalhadoras mulheres inseridas em outros segmentos profissionais.

⁴⁰¹ “Genésia Hollanda dos Santos, paraense, parda, 18 anos de idade, reside em companhia de seu padrinho, solon Moura, a avenida Conselheiro Furtado, 138 – A. Hontem pela manhã, a esposa de Solon, sabendo de uns namoricos de sua afilhada, a repreendeu severamente. As duas horas da tarde, ao passar pela avenida Gentil Bittencourt, 11-A, residência de Maria do Carmo, Genésia caiu ao solo, dando gritos horríveis. Varias pessoas socorreram-na, indagando o que acontecera. Foi então que a rapariga declarou haver ingerido certa porção de veneno desconhecido, levada pelo motivo acima. Participada a ocorrência ao subprefeito de permanência da Polícia, ali compareceram os drs. Pereira Mascarenhas, Eduardo Chemont, auxiliados pelo 2º oficial Melchiades da Costa.” Folha do Norte, Belém, 17 de janeiro de 1920. Fls. 03. Envenenamento.

⁴⁰² PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *Nos meandros da cidade. Cotidiano e trabalho na Manaus da Borracha*. In: Canoa do Tempo – Revista do Programa de Pós-graduação de História, Manaus v.1, n.1, jan/dez. 2007. P. 67

Provavelmente a ênfase dos jornais nas questões relacionadas às mulheres que trabalhavam nos espaços domésticos belemitas, ilustra os discursos letrados que circulavam na sociedade da época, que entendiam que o trabalho feminino deveria ser uma mera extensão das funções exercidas pela mulher na família e no lar, privilegiando por isso, a inserção da mulher no mercado a partir de ofícios *intra muros*.

Na verdade, considerados os conteúdos das fontes, vê-se que do mesmo modo que ocorreu com a mão- de- obra masculina belemita a partir dos anos de 1920, houve um importante crescimento da presença das mulheres nos espaços fabris existentes na urbe.

“Belém é a cidade das mangueiras, mas também das operárias. Dois prismas profundamente diversos. Dois aspectos admiravelmente magníficos.
Não se pode imaginar o encanto das tardes de sol morrente, quando as ruas se enchem dos tons variados dos uniformes.
Porque cada fábrica, cada centro industrial adopta um traje característico.
Este é branco. Aquele é azul marinho. Aquele outro grenat. Mais outro negro.
E até há um cor de sangue, vermelho, vitorioso, berrante, único. É um uniforme e ao mesmo tempo um reclame atrevido. São as operárias da fábrica “Guará”.
Pobresinhas ! Trabalham a poucos salários e fazem reclame de beijo.
O mundo é assim mesmo. S.”⁴⁰³

Ainda que a imprensa registre com certa timidez fragmentos do cotidiano das operárias da cidade, muitas vezes associadas a uma imagem poética da pobreza e da miséria que envolvia os segmentos trabalhadores, os processos e as queixas por acidentes de trabalho permitem explicitar outros aspectos relacionados à vida dessas trabalhadoras, relacionados às condições de trabalho e renda.

“Áurea Teixeira de Souza, residente a travessa 1º de Dezembro, nº 04, comunicou que no dia 19 do mês, fora vítima de um acidente, quando trabalhava como *operária na fábrica “Chamiê”, resultando uma das máquinas apanhar-lhe o dedo polegar da mão esquerda ferindo-o*. A acidentada percebia a diária de 3\$000 e apresentará testemunhas.”⁴⁰⁴

As queixas por acidentes de trabalho passaram a fazer parte dos registros policiais, a partir da década de 1920, em virtude da promulgação da Lei Federal nº 3724, de 15 de janeiro de 1919, que, pela primeira vez, previu a possibilidade de indenização, com pagamentos das diárias não recebidas, em razão de algum acidente sofrido, por conta das atividades e também eventual pagamento de valores indenizatórios, em face de lesões físicas e incapacidade temporária ou permanente para o trabalho.

Considerados esses aspectos previstos em lei, verificou-se, pelo conteúdo das queixas prestadas ao longo dos anos pesquisados, que a maioria dos acidentes que atingiam as

⁴⁰³ Belém Nova, 30 de agosto de 1927. Ano IV, nº 73.

⁴⁰⁴ Boletins de Ocorrência. 03 de julho de 1928.

operárias belemitas implicavam a perda de membros superiores (principalmente, dedos das mãos), em razão da operação de máquinas, cujo manuseio era delicado e envolvia movimentos rápidos e precisos.

“Clarinda Guimarães residente a rua Manoel Evaristo, comunicou que sua filha Raymunda Guimarães, empregada na *fábrica de talco* de Sallin Sales a rua Santo Antonio foi vítima de um acidente que resultou na perda dos dedos indicador médio da mão direita. Raymunda foi recolhida ao Hospital da Santa Casa.”⁴⁰⁵

Essas características indiciam algumas diferenças entre o trabalho fabril feminino e o masculino, em Belém, durante as décadas de 1920 e 1930. Daí que o espectro de lesões sofridas pelas operárias era distinto dos ferimentos que acometiam os homens, no ambiente de trabalho fabril. Nesse caso, os acidentes, que geralmente atingiam os homens, abrangiam tanto lesões de cortes em membros, quanto queimaduras em partes do corpo, especialmente nos olhos, além de quedas com torções e fraturas de ossos.⁴⁰⁶

“Acidente no trabalho: Maria Cypriaa Siqueira, residente á trav. 14 de Março, n 48 A, comunicou que sua irmã Margarida Belém Siqueira, empregada da *Fábrica de Corda, de propriedade da firma Martins Jorge, foi vitima do acidente no trabalho, em uma das madeiras, saindo ferida na mão direita.*”⁴⁰⁷

Quanto às operárias, viu-se que predominaram os acidentes com amputações de membros e cortes, características que podem evidenciar que o trabalho fabril feminino em Belém privilegiava o exercícios de atividades em maquinário utilizado nas esteiras em linhas de produção e montagem, comuns nas fábricas de biscoitos, beneficiamento de castanha, perfumaria, tabacaria, dentre outros setores. Sem contar o emprego no setor de sacarias, como as fábricas de cordas, que exigiam o trabalho em teares que possuíam maquinário extremamente perigoso. Já os homens, ao que tudo indica e conforme discutido no tópico precedente, costumavam trabalhar na operação de máquinas mais pesadas, tais como prensas, tornos, caldeiras e fornos.

Eram mulheres como Anna Guedes, rio-grandense do norte, parda, de 36 annos de idade, casada, operária, residente na Pedreira, á travessa Maurity número 93, que perdeu a

⁴⁰⁵ Boletins de Ocorrências. Belém, 05 de junho de 1921. Queixa.

⁴⁰⁶ “Acidente no trabalho: Cyro Antônio de Noronha, residente á travessa Mariz e Barros, canto da rua Marquez de Herval (Pedreira), comunicou que fora vitima de um acidente quando trabalhava na *fábrica Cerâmica, da firma Francisco Lucas de Souza, resultando receber uma forte pancada no abdome que o prostou por terra.* O comunicante foi recolhido ao Hospital da Beneficente Portuguesa onde esteve em tratamento por conta da firma. São testemunhas, Carlos Amancio e Chrispim dos Santos. Fato passou-se no 27 de Fevereiro findo.” Boletins de Ocorrência. Belém, 09 de Abril de 1924.

“Accidente do Trabalho: Jachynto Heliodoro do Espírito Santo, morador à rua São Miguel, nº 17, comunicou ter no dia 21 de julho do corrente anno, cofrido um accidente quando trabalhava nas officinas da Port-Of-Pará, em Val-de-Cans, tendo um arribote vindo ao olho esquerdo e ficado com a vista bastante alterada. O accidentado foi recolhido ao hospital.” Boletins de Ocorrência. 20 de setembro de 1928.

⁴⁰⁷ Boletins de Ocorrência. Volume 349 B. 23 de Abril de 1923

metade da falangeta do dedo anelar da mão direita, apresentando a lesão em via de cicatrização, vestígios de esmagamento, produzida pelo tear em que trabalhava na fábrica de cordas *Perseverança* de Martins, Jorge & Cia.⁴⁰⁸



Imagem: Empregados da *Fábrica de Perfumaria Phebo*. Nota-se que as operárias trabalhavam diretamente com o maquinário de embalagem dos produtos, enquanto os homens cuidavam das máquinas pesadas do setor gráfico da fábrica, utilizadas para confecção dos rótulos e propagandas. S/d/e. final da década de 1940.

Fonte: Biblioteca Digital do IBGE.

Observe-se que, no caso de Anna, como provavelmente acontecia com outras mulheres operárias, em face das condições reais de sobrevivência e das necessidades financeiras que possuíam, as lesões, ainda que causassem incapacidade parcial permanente, não eram impeditivos para que voltassem a exercer o mesmo trabalho; conforme se verifica do atestado assinado pelo médico que periciou a operária.

“Atestado que está consolidado o ferimento da operaria Anna Guedes, empregada da fábrica de cordas *Perseverança*, da firma Martins, Jorge e cia, por conta de quem trabalhava naquela fábrica, quando foi vítima de um acidente, em 19 de Novembro do anno próximo findo, sofrendo a amputação traumática do dedo médio da mão direita, ao nível da parte mediana da terceira falangeta, produzida pelo tear em que se ocupava no momento.

⁴⁰⁸ Segundo Rosana Padilha, o grupo *Perseverança* estava entre os de maior destaque nas duas primeiras décadas do século XX em Belém, chegando a alcançar uma capacidade de produção mensal de 400 a 500 metros de anagem e de 20 a 30 toneladas de cabos, ao ponto de empregar até 1000 operários. Nos anos 50 tornou-se a mais completa fábrica de linhas de pesca existente do Rio de Janeiro ao extremo norte do país. Além de atender grande parcela do mercado nacional, concorria com indústrias localizadas em pontos mais próximos dos maiores mercados brasileiros e ainda exportava para os mercados estrangeiros. Cfe. PADILHA, Rosana de Sousa. *Reduto - 1920 – 1950: Aspectos históricos e iconográficos de um bairro operário*. Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão. ANPUH/SP – USP. São Paulo, 08 a 12 de setembro de 2008. Cd-Rom..

Do tratamento indicado e feito, houve uma incapacidade permanente parcial, em virtude da perda da metade da referida falange, voltando a operária, completamente curada, a exercer o mesmo trabalho.”⁴⁰⁹

Outra questão a respeito do cotidiano de trabalho das operárias belemitas, pontuada pela historiadora Rosana Padilha, ao estudar a dinâmica de urbanização do bairro do Reduto, diz respeito a uma situação que era comum nas fábricas, os chamados serões. Conforme a historiadora, essas jornadas de trabalho, nada mais eram do que o trabalho noturno, em que a mão-de-obra feminina era amplamente explorada.⁴¹⁰

“Dr. Coelhito iniciou sua atividade. Passando numa destas ultimas tardes pelas principais fábricas ficou deveras assombrado ante o movimento que se vê das 6 horas da tarde em diante. Num momento colheu o seguinte: A moreninha Jô, annalisando os transeuntes, ria toda sacudida para um contingente de soldados que alli se achava prostado. Ella mora na segunda rua da Pedreira, tem um dentinho de ouro e é da fãbrica de cordas.”

“O J.V.S. empregado de uma fábrica no Reducto, segundo disse a alguém, não acompanha a pequena depois do serão das cordas, pelo facto da zinha morar numa rua escura, e elle ter receio de voltar com medo.”⁴¹¹

“Aquelle menina que aponta no canto da Rui Barbosa, às carreiras, às sombras da noite, após o serão das cordoeiras, gritando “pára”, “pára desgraçado” ella além de ser muito espirituosa, ainda aquella hora vae para a casa attender a sua clientella de namorados que são apenas três. Mora no Curro.”⁴¹²

O trabalho noturno apresentava vários desdobramentos para as operárias, pois nem sempre moravam próximo das fábricas das quais eram empregadas, sendo necessário, em muitos casos, percorrer longas distâncias para retornar ao domicílio, conforme aponta a notícia a respeito da moreninha Jô, que trabalhava na Fábrica de Cordas (reduto) e morava na segunda Rua da Pedreira.

Por saírem de noite e morarem em bairros mais afastados, provavelmente dependiam de transportes públicos (bondes e trollers), que nem sempre obedeciam a horários regulares, aumentando o tempo do percurso e fazendo com que chegassem altas horas em casa, enfrentando a escuridão as ruas e o perigo de sofrerem algum crime.

Ademais, o fato de as operárias se disporem a trabalhar a noite, transitando pelas ruas da cidade em horários que não eram considerados propícios para a circulação de moças de famílias, contribuía para que se construíssem imagens pejorativas acerca dos comportamentos e do caráter dessas mulheres, vistas então como namoradeiras, liberais e assanhadas.

⁴⁰⁹ Autos cíveis de acção de acidente no trabalho que crimes de que foi victima a operária Anna Guedes. Belém 05 de Fevereiro de 1931.

⁴¹⁰ Rosana Padilha. Op. Cit. p. 84-85.

⁴¹¹ Jornal A Pirralha. Belém, n. 2, 07 de julho de 1928. p.6 (extraído do texto de Rosana Padilha)

⁴¹² Jornal A Pirralha. Belém, n.4, 18 de agosto de 1928. p.10 (extraído do texto de Rosana Padilha)



Imagem: Saída dos operários de um dos turnos, da Fábrika Perseverança, no Reduto. Observa-se a presença expressiva de mulheres e crianças entre os empregados do estabelecimento. **Fonte:** Álbum do Pará. 1939. P. 190

Essa leitura sobre a conduta das operárias estava ligada a um discurso que condenava o trabalho feminino e principalmente o trabalhado das mulheres pobres nas fábricas, vendo-o como um facilitador da prostituição, em razão da exposição pública por qual passavam essas pobres mulheres.

“A mulher fora do lar adquiri uma psicologia toda especial – há de desrespeitar o homem. É essa, sem dúvida, a maior causa da degeneração dos costumes em nossos dias.

Há homens que não dão confiança a um inferior ou subalterno, mas em se tratando de mulheres, toda a liberdade é pouco. Delicadeza, cavalheirismo, sentimento de humanidade, civilidade, educação? Na maioria dos casos, simples falta de moral...

Quando um patrão prefere dar trabalho a uma mulher ao invés de a um homem, não é por sentimento de piedade pela necessidade dela, mas pela ganancia de maiores lucros, já que ela se submete pela metade, por um terço ou até por menos do ordenado que um homem deveria ganhar. (...)

Referindo-se ao elemento feminino no trabalho fabril, num dos comícios da *Alliança Liberal*, houve quem chamasse as fábricas de ‘escolas da prostituição’. Essa pessoa foi, publicamente, fortemente, entusiasticamente aplaudida.

Não terá ela dito uma verdade? Por ventura as fabricas e o chamado trabalho honrado, nunca terão lançado alguma mulher na perdição?

(...)Hermogenes de Oliveira.”⁴¹³

O artigo parcialmente transcrito trata de várias questões relacionadas às imagens construídas sobre o trabalho feminino fora do lar e das atividades domésticas. Nesse sentido, o autor é enfático em considerar que as operárias nada mais são do que mulheres facilmente

⁴¹³ A Semana. Ano XV. Nº 756. 02 de julho de 1933. A mulher fora do lar.

exploradas por seus patrões, tanto no âmbito econômico quanto no moral e sexual; daí porque considerar as fábricas ‘escolas de prostituição’.

Margareth Rago, ao discutir sexualidade e trabalho feminino em São Paulo nas primeiras décadas do século XX afirma que:

“O que salta aos olhos é associação frequente entre a mulher no trabalho e a questão da moralidade. No discurso dos diversos setores sociais, destaca-se a ameaça a honra feminina, representada pelo mundo do trabalho. Na denúncia dos operários militantes, dos médicos higienistas, dos juristas, dos jornalistas, das feministas, a fábrica é descrita como ‘antro de perdição’, ‘bordel’ ou ‘lupanar’, enquanto a trabalhadora é vista como uma figura totalmente ‘passiva’ e ‘indefesa’. Esta visão está associada, direta ou indiretamente, à vontade de direcionar a mulher à esfera da vida privada.”⁴¹⁴

No caso concreto de Belém e Manaus, apesar do discurso claramente tendencioso, é interessante pinçar da matéria alguns aspectos referidos pelo autor acerca do trabalho das operárias.

Conforme o texto, destaca-se que uma das dificuldades enfrentadas por essas trabalhadoras era a baixa remuneração recebida, se comparada aos valores que os patrões pagavam aos operários do sexo masculino, não havendo igualdade salário entre os gêneros.

É possível depreender-se do texto que havia certa estigmatização da figura das operárias, vistas como um objeto do desejo sexual dos patrões, os quais manipulavam seus afetos, ao tratá-las com civilidade e delicadeza, já que, por trás dessas condutas, não havia de fato respeito, mas interesse em obter favores sexuais. Em razão disso, as fábricas tornavam-se, mais uma vez, ‘escolas de prostituição’.

Por outro lado, os textos literários publicados nas revistas de variedades e mesmo algumas obras produzidas no período pesquisado caminham em uma perspectiva semelhante à do subscritor do artigo da *A Semana*, construindo imagens a respeito dos lugares sociais que deveriam ser ocupados por essas trabalhadoras na urbe, bem como representações que associam as condições de pobreza vivenciadas pelas operárias a uma certa propensão para a degeneração moral e a prostituição.

Tomem-se como exemplo apenas dois textos de estilo crônica, produzidos por Georgette Franco, no início da década de 1940, e publicados na primeira edição do livro *Ouro e Lama* (1946). Não serão aqui aprofundados os elementos literários que norteiam a escrita do autor, ainda que seja sabido que ele escreve sob a influência de um movimento

⁴¹⁴ RAGO, Margareth. *Trabalho feminino e sexualidade*. In: PRIORE, Mary Del. (org). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Ed. Contexto, Ed. UNESP, 2012. P.585.

maior, que envolveu diversos literatos paraenses, no final dos anos trinta e meados dos anos quarenta do século XX, no qual os textos apresentavam aspectos de profunda crítica social, buscando narrativas de teor realista, fundadas nas experiências que tais sujeitos vivenciavam pelos diversos espaços boêmios da urbe.

Vejam-se os textos:

“Dezesseis anos. Mais menina que mulher. Maria emilia. E pelo simples fato de ser Maria, Maria Emilia devia ser feliz. Mas não o foi. Pobre, não teve direito a ventura. ‘A bela adormecida da alma humana’, se mente aos ricos, nem ao menos sorri aos pobres. *Maria Emilia é prostituta*. É horrível, sim, porque essa menina, que já conseguiu, com a nódoa inocente de seu destino, destruir um lar, não chegou a sonhar. Nasceu, e quando ia começar a viver, conheceu a realidade. Nem por isso deixou de ser mulher, apesar da idade de criança. Maria Emilia, depois de prostituída, gostou de um homem casado que lhe dava, na rústica humildade de uma barraca da avenida São Jerônimo, o consolo enorme e o orgulho sobrenatural de não comerciar com seu corpinho de boneca de porcelana, arrastando assim, em plena juventude, a vergonha dolorosa, a infinita vergonha de sua vida de hetaira.

Maria Emilia certamente era operária. E quase todas as operárias da minha terra têm o mesmo destino dessa Maria Emilia da crônica policial de sábado último da Folha do Norte. Têm, porque os patrões só lembram de melhorar a sorte de suas empregadinhas à condição de levá-las para o lupanar. E para terem o direito elementar de viver, sacrificam-se, certas de que ‘a mocidade, a beleza e a miséria têm que pagar seu tributo’.

E uma vez perdido o maior bem, só resta fazer uma coisa: cair completamente, absoluta e totalmente. Quantas vezes — Oh! Mulheres orgulhosas, oh ! homens inconscientes! — ***quantas vezes para conseguir a ida de um médico em casa para ver a mãe enferma, acossada por uma tuberculose conquistada a beira de uma tina de roupa, a operária paga a receita e a visita com o atestado de sua dignidade!...***

E a mulher, perdida a honra, só tem um caminho a seguir: enterrar o resto do pudor na lama de todas as degradações morais. (...)

E, por isso, numa justa atitude de um revide justo, as Marias Emílias deixam as fábricas e os ‘ateliers’ e, mudando a chita pela seda e a alpercata de couro barato pelo sapato de tacão doirado, vem para a rua, doidivanas e quase nuas, exaltar a volúpia de quase todos os homens.⁴¹⁵

Chama a atenção, na crônica, de imediato, a dedução feita pelo autor de que Maria Emilia seria uma operária (*Maria Emilia certamente é operária.*), pelo simples fato de ser ‘pobre e prostituta’. É a partir dessa relação que o autor constrói uma série de generalizações em relação aos comportamentos das outras mulheres trabalhadoras fabris, com fulcro no percurso de vida de Maria Emilia.

A tríade ‘vida suburbana, pobreza material, trabalho fabril mal remunerado’, justifica, na perspectiva do autor, que essas mulheres só tinham um caminho a seguir, para garantir seus meios de sobrevivência, qual fosse, a prostituição, por meio do amasiamento com um homem casado ou então o meretrício de rua, que expõe o corpo e corrompe o caráter dessas mulheres (tornando-as doidivanas).

⁴¹⁵ Franco, Georzenor. Op. Cit. Tu não és única Maria Emilia. (esbofeteou a esposa de seu amante) – (dos jornais). Pp.51-53

Por óbvio que se trata de uma interpretação romanceada da prostituição, a qual procura dignificar a imagem da mulher que se utiliza da própria sexualidade para obter alguma compensação monetária, justificando a fragilidade do caráter, em razão das necessidades materiais de vida (*quantas vezes para conseguir a ida do médico...*), além de pleitear a permanência de um certo grau de virtude da alma, quando não mais existiria a virtude do corpo. Trata-se assim, a contrário sensu, de uma perspectiva conservadora, a qual, diante da impossibilidade de extirpar ‘o mal’ da prostituição do seio da sociedade, escolhe o viés de considerá-la como uma válvula de escape para as mazelas sociais que existiam.

Mais do que identificar as ideologias presentes na escrita do texto ou descobrir se ‘realmente’ Maria Emilia era uma personagem construída a partir de uma mulher real, interessa aqui perceber como, em um dado momento da história da cidade, circularam discursos que associavam a imagem do trabalho fabril feminino à corrupção moral e à prostituição.

Tais discursos se fizeram presentes na imprensa e nas revistas literárias da época, corroborando práticas e modos de pensar estigmatizantes a respeito dessas munícipes trabalhadoras.

“VÍCIO - Como és tola e ingênua! De certo não sabes ler...*A Virtude nunca existiu nem existirá, enquanto existir a fome, minha irmã de leite. Tu és uma convenção, um adorno da alma, enquanto que a fome é uma realidade dolorosa e humana. A mulher com fome perde a noção do que seja a virtude para só se lembrar da conservação do seu corpo, pouco lhe importando a alma.* A conservação vital é o mais forte e soberano dos instintos. Honras, dignidades, virtudes, tudo o homem esquece quando se sente com fome e com sede. A fome bestializa o homem o mais virtuoso, arrastando-o ao roubo e ao crime. A virtude não é água que mata a sede nem pão que mitigue a fome. Que dizes a isto?!”⁴¹⁶

Ao analisar outros escritos, veiculados em periódicos da década de 1920 e 1930, constata-se que tais manifestações eram construídas em articulação com discursos mais complexos, que vinculavam a pobreza à criminalidade, sustentando a permanência de concepções que foram gestadas ainda no final do século XIX, as quais associavam o crime a camadas populares urbanas, contribuindo para práticas de exclusão social desses segmentos sociais, vistos então como ‘classes perigosas’; consoante já foi referido em capítulo anterior.

Tomando por espectro de análise os discursos veiculados, durante os anos 20 e 30 do século XX, acerca da pretensa fragilidade moral das operárias, pode-se afirmar que, de certo modo, ocorre uma intensificação dos mecanismos discursivos de criminalização das camadas pobres, pois, se antes o maior perigo se dava pela inserção do pobre e do desvalido no mundo

⁴¹⁶ Revista Athena. Fevereiro, 1923. Ano 01. Nº 01.

da ociosidade e da vagabundagem (e estas gestavam a criminalidade), a partir de meados dos anos vinte, as falas pejorativas contra as operárias dão a entender que a própria condição de pobreza já era pressuposto para o crime, ainda que se tratasse de indivíduos trabalhadores.

A diferença é que nesse contexto histórico, o crime se explica pela miséria que corrompe a virtude, sendo a sua expressão mais pontual, no caso das operárias, a prostituição, haja vista que tais trabalhadoras dependiam de poucos salários para sobreviver, que não pagavam suas despesas com alimentação, vestuário e saúde.

Em outro texto, intitulado “*O operário*”, Georgenor Franco deixa ver, de modo implícito, outro possível caminho a ser percorrido pelas *pobres* operárias. Ao mencionar o encontro entre o miserável trabalhador Manuel Peres com aquela que veio a se tornar sua esposa, Etelvina, o literato descreve:

“(...) Manuel Peres, um dia, encontrou-se a porta do armazém do lusitano Pereira, bruto e mal educado como todo proprietário, com a Etelvina. Há patrões que se julgam donos do estabelecimento e dos empregados também... ***ela também era pobre. Do subúrbio. Trabalhava na fábrica de castanha. Era o esteio da família, composta de mãe, que não casara, atirada agora ao fundo de uma rede com câncer na perna esquerda, e dois irmãos menores.*** Era moça na idade e no sentido social. Namoraram-se. (...) e daí a três meses casava com a Etelvina. E a sua vida não alterou para melhor. Ao contrário, as responsabilidades cresceram. A riqueza do pobre é constituída pelos filhos. E durante cinco anos consecutivos Etelvina deu a luz cinco vezes. (...) ***Etelvina era, apesar de sua magresa, de todo o seu aspecto doentio, o riacho tranquilo de águas azues do seu sonho. (...) Etelvina era uma sombra. Manuel odiava-se, as vezes. Amara a pobre para aquilo. Casara e a mulher sofria como o quê. (...) Ela era a mais sacrificada na tragédia da vida do proletário. Nem a harmonia votuosa das formas fora conservada. A esposa gastara toda a beleza física da noiva nos serviços domésticos, porque era, simultaneamente, cozinheira, lavadeira, ama, mulher, amante, escrava da miséria.***(...)”⁴¹⁷

Assim como Manuel, a jovem Etelvina era pobre, do subúrbio, trabalhava na fábrica de castanhas, além de ser o esteio econômico da família, composta pela mãe, lavadeira que nunca se casou e por dois irmãos menores.

Diferentemente de Maria Emilia ou de Judite (mencionada logo no início deste) Etelvina não se prostituiu, mas casou-se com empregado de uma mercearia de propriedade de um lusitano. Todavia, nem por isso melhorou de vida, vindo a amargar a decadência física, ao longo dos anos, pois, deixando de ser operária, tornou-se simultaneamente, a cozinheira, a doméstica, a lavadeira, a mulher e a amante de Manuel e dos cinco filhos que teve com ele.

De um modo ou de outro, vê-se que esses discursos construídos por literatos e homens de imprensa apresentam uma visão fatalista das experiências sociais entretidas pelas operárias, as quais parecem só ter duas escolhas possíveis na vida, quais sejam: subsistir na

⁴¹⁷ FRANCO, Georgenor. *Ouro e Lama. Proletário*. Pp.82-83

miséria material, continuando com sua condição de operária ou casando-se com alguém do mesmo segmento social, mantendo o caráter, mas definindo, ao longo do tempo; ou prostituir-se, corrompendo o corpo e a alma, em troca de ganhos econômicos e alguma melhoria de vida.

Outros textos publicados nas chamadas revistas de mundanismo, em estilo de crônicas urbanas, revelam imagens das operárias como mulheres pobres, cujo trabalho era indispensável para o sustento das famílias, em geral formadas apenas por mulheres, viúvas, solteiras ou descasadas e que não contavam com auxílio financeiro de homens.

Nessas narrativas, indivíduos pertencentes às camadas remediadas da Capital, boêmios e jovens ‘almofadinhas’ discorrem sobre aventuras amorosas ou experiências afetivas vivenciadas com operárias que moravam em lugares considerados suburbanos e que eram vistas como mais permissíveis que as moças de família, ou seja, mulheres com as quais se podia ‘farrear’, sem precisar assumir responsabilidade futuras.

“(…) e assim saía a rua, o cigarro insolente pendendo dos lábios inexperientes do fumista ‘a outrance’, o chapéu posto à banda, para o encontro com os amigos, na ‘terrace’ do Grande Hotel. De lá tomávamos rumo. Iamos para o namoro platônico, dos bondes de Nazaré, e S. Jeronimo, para o gargarejo em baixo das janelas das eleitas do nosso afeto, para os ‘rendevous’ nas esquinas com serviçais dengosas, e sassariqueiras e, para remate, as farras nos bairros mais afastados, onde não éramos conhecidos e, facilmente, podíamos mudar os nomes, como se estes fossem simples peças enxovalhadas do vestuário.

Num desses esquetis, numa casinha na bôa vista, agrupamento de habitações pobres localizadas em paralelas a Avenida Tito Franco, por trás do Campo do Club do Remo, passei por momentos muito desagradáveis, fiz um papel muito triste, e estabeleci um ‘recorde’ de velocidade resistência, que acreditei no momento, não poder ser sobrepujado, sequer por Normir o ‘az’ mundial da ligeireza.

É o caso que eu namorava uma morena catita, Adelia, de nome, rechonchuda, que concorria para a economia do lar com os produtos de sua habilidade de costureira numa fábrica de roupas à Rua Santo Antonio, e dona de dois encantadores olhos que desprendiam mais luz que as lanternas de automóvel nas estradas de rodagem.

Raul, meu companheiro de escritório, amigo diletto de pau para toda a obra, enxodou-se pela Janoca irmã mais velha da Adelia, viúva havia pouco mais de um ano, também morena, e igualmente bonita.

Em casa dessa gente, fomos festejar o aniversário de Raul, por imposição da Janoca, numa noite em que a lua, lá do alto, filigranava por sobre a palha e o zinco dos casebres, cobrindo a fronde ramalhuda das árvores, com sua luz de prata tenuíssima.

Um gramofônico objeto do qual Janoca dispensava os mais atentos cuidados, ‘por ser presente do falecido’, e que era, a última prova da fidelidade da viúva a memória do marido, escangalhava o sentido auditivo dos presentes com barulho em forma de tanguinhos e cateretê.

A bagunça ia animada com o concurso das moças e rapazes da vizinhança, esquentados por algumas dúzias de cervejas mandadas espoucar, de quando em quando, pela liberalidade anphytriótica do Raul.

A essa altura um dos convivas, caboclo reforçado, oitenta centímetros de tórax, que me disseram depois, ser taifeiro dum gaiola e ter sido namorado de Adelia, entendeu de dançar com esta, embora a isso a moçase negasse. Eu apoiei-a, compenetrado no meu papel de namorado. Ouve discussão em meio da qual imprudentemente, empurrei no peito do meu contendor.

O sarilho generalizou-se. (...)

Quando dei por mim, alguns segundos passados, encontrava-se na Avenida da Independência no canto do Largo de São Braz, sem chapéu, todo desarvorado...

Alguns passos mais, a sombra de uma mangueira, rente a bordadura do passeio, divisei um vulto muito do meu conhecimento: Era o Raul, que fingindo calmo com despreocupação, esperava o último bonde do Souza...ele tinha batido longe e antecipadamente, o ‘recorde’ de corrida a fundo, que julguei ter estabelecido.

No dia seguinte, às proximidades da Fábrica de roupas, na hora em que as operárias deixavam o serviço e iam a caminho dos penates, procurei falar à Adelia, e dela obtive, apenas como respostas, esta frase de desdém, atirado, por sobre os ombros, a vaidade, e ao afoito dos meus 17 anos:

— Não me aborreça, não gosto de homem mole... (Leonardo Ribas)”⁴¹⁸

O texto em tom galhofeiro, escrito por Ribas, revela os itinerários percorridos pelos jovens boêmios da cidade, em busca de novas experiências de lazer e de afetividade. Nesse circuito, as visitas aos ‘subúrbios’ e os namoros com mulheres trabalhadoras, que pertenciam às camadas populares ocupam posição de destaque, permitiam que esses rapazes (deveras jovens) conhecessem vivências da urbe que não eram próprias de seu círculo social e das territorialidades por eles frequentadas em seu cotidiano familiar e de trabalho.

É a mulher pobre, simbolizada na crônica pela operária Adélia, morena rechonchuda e catita,⁴¹⁹ a personagem que possibilita ao subscritor do texto adentrar outra esfera da vida urbana, na qual as cobranças de moralidade e de civilidade seriam menos rígidas.

É o namoro com a operária Adélia que viabiliza ao jovem de 17 anos, frequentador do “*Café Terrace*” do *Palace Hotel* e adepto do *flirt* nos bondes da cidade; farrear sem compromisso (mudando até de nome), entregando-se à vida noturna e à ‘bagunça’ de festejos regados a cerveja, tangos, cateretês⁴²⁰ e grossos sarilhos, que ocorriam por causa de disputas amorosas.

Nesse sentido, resta evidenciada a lógica interna dos discursos que sustentavam as imagens depreciativas, construídas a respeito dos modos de viver e de ser das operárias da capital paraense; vistas como mulheres cujo cotidiano era marcado pela presença inafastável do desregramento das condutas sexuais e afetivas, do consumo alcoólico e da violência inerente a essas práticas. Tudo isso associado à condição de pobreza em que viviam.

Interessante, porém, é a conduta de Adélia, diante da fuga que o jovem Leonardo empreendeu, após ‘imprudentemente’ empurrar o peito do *caboclo* de tórax avantajado com

⁴¹⁸ A Semana. Ano XIII. Nº 659. 23 de março de 1931. Um “recorde” batido antecipadamente...

⁴¹⁹ Morena catita: expressão para designar a mulher de cor morena, mestiça, faceira e lépida.

⁴²⁰ O cateretê ou catira, como é chamada por alguns, tem sua origem muito discutida. Diz-se que veio da África junto com os negros, outros acham que é de origem espanhola, enquanto estudiosos afirmam que ela é mistura com origens, africanas, espanhola e também portuguesa, - já que a viola utilizada na dança, se originou em Portugal, de onde foi trazida pelos jesuítas e introduzida entre os indígenas. É dançada aos pares, com grandes filas de homens e mulheres que ocupam o salão, em movimentos rítmicos com o uso de palmas e uma espécie de sapateado. Ex vi: <http://imphic.ning.com/group/patrimoniomaterial/forum/topics/catira-ou-caterete>

que disputava as atenções da moça. Daí, em face da tentativa de reaproximação de Leonardo, a operária demonstra desprezo por não gostar de ‘homem mole’; deixando implícito o sentimento de repulsa pela ‘covardia’ manifesta pelo subscritor do texto em defendê-la perante as investidas do seu ex- namorado.

Tal comportamento leva ao entendimento de que não só pela autonomia econômica que possuíam, mas também por causa do controle que exerciam sobre suas vidas afetivas, essas mulheres se tornavam protagonistas de sua própria história, distanciando-se das imagens de sofrimento e de subordinação, tão referidas nos jornais e nos textos literários. Daí que o desfecho da crônica faz pensar se não havia outras ‘Adélias’, que não se sujeitavam a relacionamentos com homens com quem julgavam não ter afinidades. Leitura que diverge dos textos inicialmente apresentados, nos quais os autores constroem imagens das operárias, como sendo mulheres que, por força da condição social e das necessidades econômicas, aceitavam relações afetivas e de conjugalidades, baseadas na troca de favores sexuais por proteção financeira.

2.3.3 *Fora de controle*

Muitas mulheres que habitavam a cidade de Belém não se enquadravam nos modelos de urbanidade, civilidade e moralidade que eram forjados no interior das camadas mais enriquecidas. Tratavam-se principalmente de mulheres envolvidas em conflitos com os agentes de polícia por questões de bebedices,⁴²¹ por ter comportamentos considerados inadequados para os espaços públicos⁴²² ou pela prática de crimes, tais como, agressões físicas, furtos e principalmente, lenocínio e prostituição.

“Marta Lima, residente á rua dos Tamoyos, tem a língua suja e constantemente está embirrando com a vizinhança. A *mulherzinha* só esta satisfeita quando arranja uma encrenca e mete no fogo muita gente.

Ultimamente , ela tornou-se desafetada de Catharina Correa, também residente á rua dos Tamoyos. Anteontem Maria pôs a boca no mundo e disse o diabo da sua rival, resultando ser levada queixa á policia.

A autoridade de permanência mandou prender a insolente.”⁴²³

⁴²¹ “NO gabinete de identificação, consta por duas vezes, a prisão de Odette Euridice de França, por embriaguez e desordens, e nas subprefeituras de São Braz e Umarizal não há processo algum, sendo que na primeira daquelas subprefeituras consta algumas prisões pelos motivos acima.” Folha do Norte. 07 de julho de 1920.

⁴²² “A Polícia efetuou ontem a prisão da vagabunda Maria Cavalcante, vulgo ‘vaca braba’, residente em uma palhoça na^o travessa da Pedreira.” Folha do Norte, 17 de agosto de 1920. Fls. 04. A ‘vacca brava’ está na justa.

⁴²³ Folha do Norte. Belém, 26 de junho de 1926. Fls. 05. Na policia e nas ruas. *Lingua Ferina*

Ao serem apontadas como ‘mulherzinhas’, ‘arreliadas’ ou ‘encrenqueiras’, essas munícipes eram mal vistas pelos homens da imprensa e pelas famílias consideradas de respeito; isto porque confrontavam o modelo de passividade feminino projetado pela sociedade da época.

“Julia Goncalves de Araujo, residente á estrada de São Bráz n 104 A, queixou-se contra sua vizinha, Francisca Peixoto, a qual injuria a queixosa, diariamente e ontem quis agredi-la armada de faca.”⁴²⁴

Quando resolviam por si mesmas seus conflitos, se envolviam em brigas com vizinhos, utilizavam palavras atentatórias da moral familiar⁴²⁵ ou exerciam ofícios classificados como imorais; tais mulheres mostravam a existência de uma dimensão da vida na cidade que os segmentos letrados procuravam ocultar ou sombrear.

“Escreve-nos: Na Almirante Wandenkolk, n. 292, há uma casa de commodos onde não reinam mais a paz e o socego antigos. Móra, num dos quartos, a preta Rita Amassadeira, que se constituiu o terror dos vizinhos.

Ainda hontem a noite, comemorando ou “bebemorando” qualquer coisa, juntou uma caterva de negros no seu commodo, terminando o festejo em sopapos, depois de prolongadas horas de ódio, onde os palavrões estouravam como petardos.

Não haveria o jeito do proprietário da casa passar o “brinete” azul a tão indesejável criatura?”⁴²⁶

“Antonia Francisca Teixeira, moradora actualmente na Estrada da Conselheiro Furtado, s/n, próxima à Travessa José Bonifácio, queixou-se que tendo chegado do Acre, no dia 06 do corrente, foi hospedar-se numa pensão, à rua do Riachuelo, nº 37, de propriedade de Luisa de Tal, aconteceu de deixar no dia 10 do corrente a mala da queixosa aberta, sendo roubada a importância de 800\$000, de uma bolça de prata que continha 2.300\$000. Diz a queixosa só Ella e a dona da pensão eu dormiam no quarto onde se achava a mala.”⁴²⁷

O desejo de eliminar o que era considerado feio, desordenado e descontrolado no contexto da cidade moderna, fazia com que os articulistas dos jornais militassem cotidianamente para denunciar a nocividade da presença dessas mulheres pelos territórios citadinos, procurando chamar a atenção das autoridades públicas para que tomassem providências com vistas a punir aquelas que mais incomodavam.

⁴²⁴ Boletins de Ocorrência. Belém, 25 de novembro de 1924.

⁴²⁵ Conforme esclarece Conceição Almeida havia expressões que poderiam implicar em insultos à “tranquilidade pública”, ou à “paz das famílias”. Nesse sentido, para os padrões idealizados ainda no século XIX no ocidente e que podem ser estendidos a cidade de Belém, o que era decente, moral e portanto, possível de ser falado diante das pessoas em geral deveriam ser os termos e expressões submetidas a regras pelas quais perpassavam a idéia de recato, do sentimento de pudor ou pelo menos, de civilidade. Qualquer outra expressão que causasse vergonha, referisse comportamentos íntimos, especialmente, de caráter sexual, bem como se utilizasse de palavras que reportassem degradação de costumes (bêbado, vagabundo, ladrão, etc) eram consideradas insultos e atentatórios da moral pública. ALMEIDA, Conceição Maria Rocha. *Op. Cit.* P.68

⁴²⁶ Folha do Norte. Belém, 05 de janeiro de 1939. Fls. 02. Vespertino. O povo reclama. Pessoal de arrelia.

⁴²⁷ Boletins de ocorrência. 20 de setembro de 1928.

“Escrevem-nos a propósito dos *clubs* que dão bailes públicos com entradas pagas, uma carta solicitando a intervenção da polícia para que não consinta a promiscuidade que neles se verifica de mulheres livres com mocinhas, provavelmente, levadas pela experiência. O missivista cita entre outros o clube familiar 15 de Agosto, o qual se diz dançante.”⁴²⁸

“Esperança Maria da Conceição, residente á Av. Conselheiro Furtado s/n, queixou-se contra Eugenia de tal, residente á travessa Castelo Branco, na estancia denominada Trem, que agrediu a queixosa dando-lhe uma dentada no seio esquerdo, hoje pelas 03 horas da manhã.”⁴²⁹

Sugestões para que a polícia intervisse de modo mais eficaz nos seus espaços de circulação e para que efetuassem a prisão daquelas que se envolviam com a criminalidade, faziam parte do cotidiano das redações dos jornais locais.⁴³⁰

“Determinado caixeiro do botequim “Peixoto”, sito á rua Riachuelo, esquina com á rua Padre Prudencio, tem a acentuada admiração pelo gênio dos Luziadas. Hontem, a noite, confirmando esta circunstancia, o caixeiro aludido tentou transformar a “lâmparina” da mundana Alzira Maia dos Santos, residente á rua Riachuelo, n. 146, numa caricatura futurista de cammões, aplicando violento socco no olho direito da “menina” e fechando-o completamente á maravilhosa luz da vida. Porém, Alzira que não se quer tornar parecida, desse modo abrupto, com o vale portuguez, queixou-se á policia que anda a procura do escultor.”⁴³¹

Nesse contexto, as mulheres classificadas como mundanas se destacavam entre as demais de origem pobre que circulavam pela cidade. Posto que, constantemente se viam enredadas por situações de brigas nos espaços públicos, confusões nos botequins ou disputas com outras mulheres, também de perfil social indesejado, pelos mais variados motivos.

“As *horizontais* Joanna Paula Pimmentel à rua Berna do Couto, nº08 e Hermelinda Santos, moradora á doca de Sousa Franco, s/n, há muito que não se gostam, procurando por qualquer motivo irem as vias de fato.

Hontem, as sete horas da noite, ao se encontrarem as duas na rua 28 de Setembro, começaram a discutir; tendo Joanna sacado de um canivete e investido contra a sua desafecta, ferindo-a na cabeça, a qual por sua vez, tirou o chinelo e aplicou-lhe forte pancada, ferindo-a na cabeça.

A polícia prendeu-as.”⁴³²

Morando em pensões, quartos de estâncias ou vagas em casas de pasto localizadas no bairro do comércio, mas principalmente nas ruas da conhecida zona do meretrício, as *horizontais* representavam tudo o que havia de moralmente reprovável, na perspectiva das famílias mais abastadas da cidade e dos jornalistas belemitas.

“Pela manhã de hontem, por ter ofendido a moral pública foi presa a tolerada Maria Emilia, residente a Rua Riachuelo, nº 25-A.

Na Central a autoridade de permanência, fê-la transferir para o xadrez.”⁴³³

⁴²⁸ Folha do Norte. Belém, 09 de fevereiro de 1926. Convém averiguar. Fls. 02

⁴²⁹ Folha do Norte. Belém 09 de Junho de 1924

⁴³⁰ “A Assistência Pública socorreu, hontem, ás 8 horas da noite, Aurora de Moraes Marques, paraense, parda, casada, de 22 annos, residente a avenida Almmirante Tamandaré n.164. Minutos antes da hora a cima, Aurora foi agredida por Anna Siqueira, residente também a mesma casa, ignorando o motivo. Sofreu fraturas do externo e contusões. Foi internada na Portuguesa Beneficente.” Folha do Norte. Belém, 10 de janeiro de 1939. *Mulherzinha do barulho*.

⁴³¹ Folha do Norte. Belém, 07 de janeiro de 1939. Queria tornar a lata da Alzira uma caricatura de Camões.

⁴³² Folha do Norte. Belém, 22 de agosto de 1920. Fls.06. feriram-se mutuamente.

Ao xadrez da Central foram ontem recolhidas as meretrizes Maria Lúcia Ramos da Silva, Maria Barbosa de Figueiredo e Raymunda Rodrigues Pereira, a primeira de 15 anos, a segunda de 24 anos e a última de 22, aquelas solteiras, esta casada e todas paraenses, por terem promovido séria desordem na estância nº19, à Travessa de Cintra, onde residem.”⁴³⁴

Chamadas de ‘toleradas’ pelos letrados, num tratamento que expunha a percepção simbólica do lugar social que deveriam ocupar na dinâmica citadina, esse grupo de mulheres também fazia parte do segmento de trabalhadores pobres urbanos; ainda que seus meios de obtenção de renda fossem vistos como imorais pela maioria dos munícipes de Belém.

“De acordo com as ordens da Chefia de Polícia, foram presas, ontem, às 2:46, as meretrizes(sic) Barroso, preta, de 20 anos de idade e moradora à Travessa 1º de Março, e Dilla Menezes, de 30 anos, moradora a mesma rua s/n, por terem promovido desordem naquela via pública.”⁴³⁵

Para Margareth Rago, que pesquisou os circuitos de prostituição da cidade de São Paulo nas primeiras décadas do século XX, havia uma percepção ambígua do meretrício, tanto no Brasil quanto em outros países da Europa, pois se por um lado a prostituição era considerada um cancro social, de outro, ninguém duvidava de sua necessidade, especialmente num momento histórico em que se acreditava firmemente na noção de que a sexualidade masculina era mais premente do que a feminina e de que necessitava de um espaço geográfico para sua liberação.⁴³⁶

Assim, as prostitutas eram de fato personas ‘toleradas’ em uma sociedade que procurava se mostrar harmônica, higiênica e moderna; ainda que para isso tivesse que se escamotear a expressiva presença dos segmentos sociais que julgavam indesejáveis na paisagem urbana, como por exemplo, os ociosos, vagabundos, bebâdos e prostitutas.

Fabiane Santos ao discutir as relações entre sexualidade e os discursos civilizatórios vigentes em Manaus entre 1895 e 1915, aponta a conexão que existia entre os saberes médico e a moral ostentada pelas falas da imprensa local. Consoante sua análise, várias eram as denominações pejorativas para as mulheres que exerciam o ofício da prostituição, continuamente ou não, nos jornais de Manaus do final do século XIX e início do XX – “decaídas”, “marafonas”, “rameiras”, “horizontais”, “cocottes”, “polacas”, “cuínas”, “bacantes” e “ratuínas” –, reflexos dos confusos sentimentos que a prostituição despertava na mente de homens e mulheres relacionados aos conflitos das definições modernas de papéis

⁴³³ Folha do Norte. Belém, 12 de janeiro de 1920. Offendeu a moral.

⁴³⁴ Folha do Norte. Belém, 21 de maio de 1930. Mulheres levadas do diabo. Fl. 02. Col. 05/06

⁴³⁵ Folha do Norte. Belém, 04 de maio de 1930. Fls. 02. Meretrício e desordem.

⁴³⁶ RAGO, Margareth. Amores lícitos e ilícitos na modernidade paulistana ou no bordel de Madame Pomméry. In: *Teoria & pesquisa* 47. Julho-Dezembro, 2005. P. 98

sexuais.⁴³⁷

Em Belém do Pará, embora de modo implícito, defendia-se nos jornais a invisibilidade dessas mulheres em relação aos espaços de circulação das famílias, procurando-se circunscrevê-las ao âmbito da privacidade das casas de tolerância e até criando uma zona da cidade em que podiam circular em determinados horários e se expor para os clientes; tudo isso sem ferir a sensibilidade dos transeuntes e habitantes da capital paraouara.

“Prophilaxia Social.

O SUBPREFEITO Homero da Fonseca mandou notificar a todas as meretrizes residentes a avenida 15 de agosto, travessas 1º de Março e Santo Antonio, ruas Padre Prudêncio, Lauro Sodré, Paes de Carvalho, Aristides Lobo, 28 de Setembro, Riachuelo, General Gurjão, Carlos Gomes, Bailique, Gama e Silva, Caetano Ruffino, etc. que depois das 09 horas da noite, não será permitido transitar pelas ruas nem conservarem-se nas janelas ou portas, como o tem feito até agora.”⁴³⁸

Observe-se, porém, que mesmo nessas novas territorialidades que emergiram a partir do meretrício belemita, os poderes públicos procuraram exercer o controle, determinando desde os horários de circulação das meretrizes até mesmo a forma de se expor e negociarem suas atividades com seus clientes. Dessa forma, a presença ostensiva da polícia nesses espaços tornava-se algo previsível e esperado pela própria população citadina.

Daí entendermos o caso inusitado de um popular chamado José Pereira da Silva, residente à Avenida São Braz, s/n, que intitulando-se agente de polícia percorreu a travessa 1º de Março –meretrício, obrigando as moradoras da zona a encerrar suas portas, sendo por isso preso e levado ao xadrez.⁴³⁹

Tem-se assim uma tentativa de isolamento e controle, tanto geográfico quanto social, tanto material quanto simbólico, buscando-se restringir a esfera de visibilidade dessas mulheres ao se assimilar um discurso que as considerava uma espécie de ‘mal necessário’, com o qual, apenas determinados grupos deveriam ter contato.

Neste caso, apontava-se a responsabilidade do estado em garantir essas restrições e meios de coerção da circulação das meretrizes pela cidade, atribuindo-se aos policiais, médicos sanitaristas e fiscais de higiene o encargo de ter contato as horizontais e de fiscalizar suas condutas.

⁴³⁷ SANTOS, Fabiane Vinente dos. Sexualidade e civilização nos trópicos: gênero, medicina e moral na imprensa de Manaus (1895-1915). História, ciências, saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro. V. 14, Suplemento, p. 73-94, dezembro, 2007.

⁴³⁸ Folha do Norte. Belém, 22 de agosto de 1920. Fls. 06, col.01 e 02. Na polícia e nas ruas.

⁴³⁹ Folha do Norte. Belém, 28 de agosto de 1920. Fls. 04. Ora ahi está !

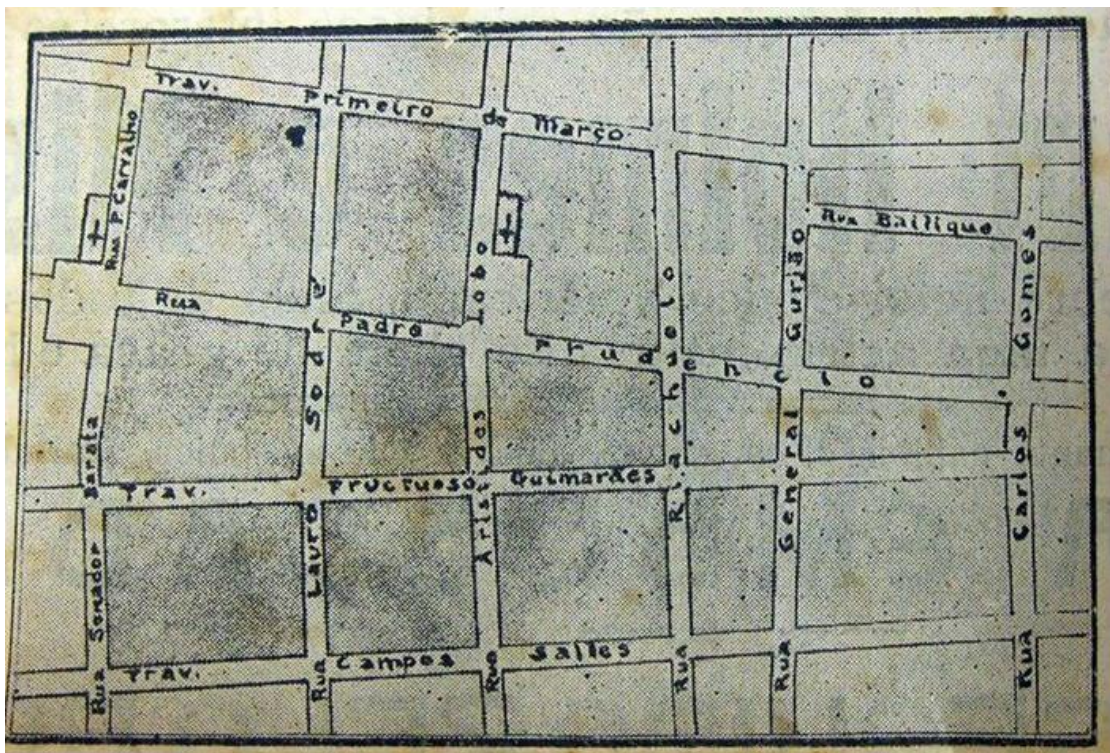


Imagem: A Zona do Meretrício. Croquis representando o bairro onde provavelmente estariam localizados os prostíbulos de Belém, de acordo com o pensamento do sr. Desembargador Júlio Costa, chefe de polícia, no intuito louvável de sanear o resto da cidade do contágio com inúmeras pocilgas, espalhadas nas diferentes ruas da capital. **Fonte:** Folha do Norte, 1920.

Em termos concretos eram mulheres de diferentes origens, idades, muitas vindas de outros estados e que enfrentavam a solidão e o distanciamento de parentes, condições adversas de moradia e dificuldades econômicas quase diárias, inerentes à própria atividade profissional que desempenhavam (prostituição), a qual gerava ganhos pouco expressivos e mormente, esporádicos

Não obstante os desafios enfrentados em razão das difíceis condições materiais de sobrevivência e a perseguição da polícia por causa dos comportamentos e vocabulário que utilizavam; tais meretrizes enfrentavam o olhar vigilante do poder público que procurou ao longo da década de 1920, não apenas regulamentar geograficamente a prática do meretrício, como também fiscalizar as mulheres envolvidas nesse comércio através da criação de hospitais próprio para seu atendimento.

A justificativa pública para essa postura era a preocupação com a disseminação de doenças venéreas entre a população do estado do Pará, cujo crescimento foi atribuído aos serviços prestados pelas meretrizes e a sua falta de higiene.⁴⁴⁰

⁴⁴⁰ A visão moralista do período fazia supor que a prostituta transmitia a sífilis ao homem e ele à sua esposa e filhos. A culpa foi lançada sobre as prostitutas numa época em que não se distinguia a sífilis da blenorragia e de



Imagem: Interior do Asilo das Madalenas. **Fonte:** CARRARA, Sérgio. *Tributo à Vênus: a luta contra a sífilis no Brasil, da passagem do século XX aos anos 40*. Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ, 1996.

Em junho de 1921, o sanitarista Heráclides de Souza Araujo, inaugurou no antigo prédio do Instituto Pasteur de Belém, o *Instituto de Profilaxia das Doenças Venéreas*. Ao Instituto, subordinavam-se dispensários, onde homens, mulheres, crianças e prostitutas eram atendidas separadamente; um pequeno laboratório para diagnósticos, um serviço de propaganda e fiscalização, um serviço de assistência sanitária domiciliar e, finalmente, um hospital para prostitutas contagiantes – o Hospital São Sebastião (atual Hospital Universitário João de Barros Barreto) conhecido pela alcunha de *Asilo das Madalenas*.⁴⁴¹

Tal hospital estava a cargo de religiosas que foram rapidamente expulsas do estabelecimento por se recusarem, segundo Souza Araújo, a servir de enfermeiras de meretrizes. Nesse local, as prostitutas eram atendidas gratuitamente e com prévio registro compulsório mediante a carteira de identificação legal, mostrando a existência de um método compulsório que se consolidava mediante ação policial.

outras doenças venéreas. Muitos médicos supunham que as doenças eram fruto de uma irritação intensa das mucosas, devido à prática sexual muito intensa e repetitiva. Daí o fato de as prostitutas – e não as mulheres em geral – serem vistas como produtoras e não apenas transmissoras. Isto ocorreu antes da divulgação das teorias bacterianas. Cfe.

⁴⁴¹ CARRARA, Sérgio. *Tributo à Vênus: a luta contra a sífilis no Brasil, da passagem do século XX aos anos 40*. Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ, 1996. PP. 225-226



Imagem: visita das autoridades do Pará ao Asilo das Madalenas. **Fonte:** Arquivo iconográfico da Casa Oswaldo Cruz. In: CARRARA, Sérgio. *Tributo à Vênus: a luta contra a sífilis no Brasil, da passagem do século XX aos anos 40*. Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ, 1996.

SERVIÇO MEDICO-LEGAL
GABINETE DE IDENTIFICAÇÃO
DO
ESTADO DO PARÁ

Certifico que a presente Carteira pertence a:
Nome *Mariana Prusa de Oliveira*
Filha de *Reinaldo Pereira de Oliveira*
Nacionalidade *Brasil*
Naturalidade *Maranhão*
Data do nascimento *6 de Outubro 1893*
Estado civil *Solteira*
Instrução *Baixa*
Estatura *1^{ma} 63, calculada*

NOTAS CHROMATICAS:
Cor da pele *Branca*
Cabelos *Cast. escuro*
Olhos *Cast. escuro*

INDIVIDUAL DACTILOSCOPICA
SISTEMA VUDET-KN
Série *1.3333*
Seção *2.3242*

Se for validado o certificado que leve a este Gabinete.
CASA Nº 1000
Em *6 de Outubro de 1921*

ASSIGNATURA DA IDENTIFICADA:
Mariana Prusa de Oliveira

A presente Carteira só terá valor dentro de um anno a contar da data de sua expedição, findo o qual deverá ser apresentada ao Gabinete para substituição.

POLEGAR DIREITO

Belem (Pará) em *7* de *Outubro* de *1921*

Silvestre Dias
DIRECTOR DO GABINETE

Imagem: Caderneta de Meretriz, expedida em outubro de 1921. Serviço Médico-Policial de Meretrizes do Estado do Pará. **Fonte:** CARRARA, Sérgio. *Tributo à Vênus: a luta contra a sífilis no Brasil, da passagem do século XX aos anos 40*. Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ, 1996. P.145

Atente-se que nesse contexto, as possibilidades de enfrentamento das dificuldades diárias de sobrevivência variavam significativamente, englobando desde comportamentos explícitos de confronto com policiais da força pública até a própria prática do suicídio.

“Num *quarto da estancia Falcão*, á rua Santo Amaro, 5, onde reside João Lopes, envenenou-se ontem, por motivos ignorados, a tolerada Josephina Rodrigues da Silva, *norteriograndense*, *parda de 25 anos*. A vitima foi socorrida pela Assistência Pública e depois recolhida ao hospital da caridade. É grave o seu estado.”⁴⁴²

“A tolerada Nair Ferreira de Souza, paraense, de 16 anos de idade, residente á rua Riachuelo, n 33, tentou ontem ás 2h15 da tarde, contra a existência, ingerindo uma dose de permanganato de potassi. Foi socorrida pela Assistência Pública e ficou recebendo tratamento em sua própria residência.”⁴⁴³

Através do envenenamento por substâncias tóxicas, tais como a água sabonosa (água sanitária), o chumbinho (veneno de rato) ou o permanganato de potássio, além do uso do conhecido ‘vidro quebrado’, muitas prostitutas colocavam termo a sua existência, indiciando que nem tudo era harmônico na capital paraense.

Ao mesmo tempo, no cotidiano de seus desafios em busca de sobreviver na urbe, mostravam-se mulheres aguerridas que disputavam seus espaços de afirmação na dinâmica cidadina ao lado de outros trabalhadores pobres, de membros da elite comercial, dos literatos, dos industriais e das senhoras das famílias mais ricas.

Como a meretriz Cassilda Melo dos Santos, residente na zona do meretrício, que após intimar o amante a deixá-la em paz, foi espancada e por isso, o denunciou a polícia;⁴⁴⁴ como Thereza Serra, residente a rua Riachuelo, nº 33, que teve de fugir aos gritos do cliente Antonio Martins, que estava ‘fora do juízo’ e tentou agredi-la;⁴⁴⁵ ou como ‘uma horizontal’ não nomeada pelo jornal Folha do Norte, que insistiu em morar fora da zona do meretrício na rua João Balby, entre Trav. 22 de Junho e Trav. 09 de Janeiro, bairro da Cremação, sendo advertida pela polícia para se mudar dali em virtude das denúncias feitas pelas famílias vizinhas.⁴⁴⁶

Pelo exposto, tem-se que ao inventariarem as nuances do cotidiano de crianças, mulheres e homens que pertenciam às camadas populares de Belém, durante as décadas de 1920 e 1930, pôde-se perceber a centralidade das questões inerentes ao mundo do trabalho (ou do não-trabalho) no processo de construção das identidades sociais desses sujeitos.

Oriundos dos segmentos sociais mais pobres ou empobrecidos da urbe, esses

⁴⁴² Folha do Norte. Belém, 16 de fevereiro de 1926. Envenenamento

⁴⁴³ Folha do Norte. Belém, 20 de fevereiro de 1926. Queria embarcar.

⁴⁴⁴ Folha do Norte. Belém, 20 de maio de 1930. Fls.02. Amante ferrabrás.

⁴⁴⁵ Folha do Norte. Belém, 28 de maio de 1930. Fls. 03. Estragou-lhe o vestido.

⁴⁴⁶ Folha do Norte. Belém, 17 de julho de 1920. Fls. 04. Escandalizando o bairro.

indivíduos tiveram que dialogar com sua condição social primária, com a forma como eram vistos pelos outros grupos de munícipes da cidade, e ainda, com as condições concretas de sobrevivência, disponíveis no contexto econômico da época, para firmar seu lugar social na urbe.

Sob este prisma, os discursos derivados dos jornais, das revistas literárias e da documentação policial, deram conta de mostrar descrições minuciosas sobre como esses habitantes da Capital articularam em seu cotidiano, padrões de comportamento público e privado, formas de relacionamento afetivo, práticas de uso e apropriação dos espaços da cidade, muitas vezes vinculados ao grau de inserção que tinham no mundo do trabalho ou do não-trabalho.

Paralelamente, restou evidente a existência de uma estreita ligação entre as críticas que eram elaborados sobre as condutas e os comportamentos desses sujeitos fora dos espaços de trabalho com a disseminação de discursos em prol da consolidação de um modelo de família nuclear e burguesa, que se sustentava no estrito controle moral e comportamental de seus membros, sob a autoridade do pai e do Estado.

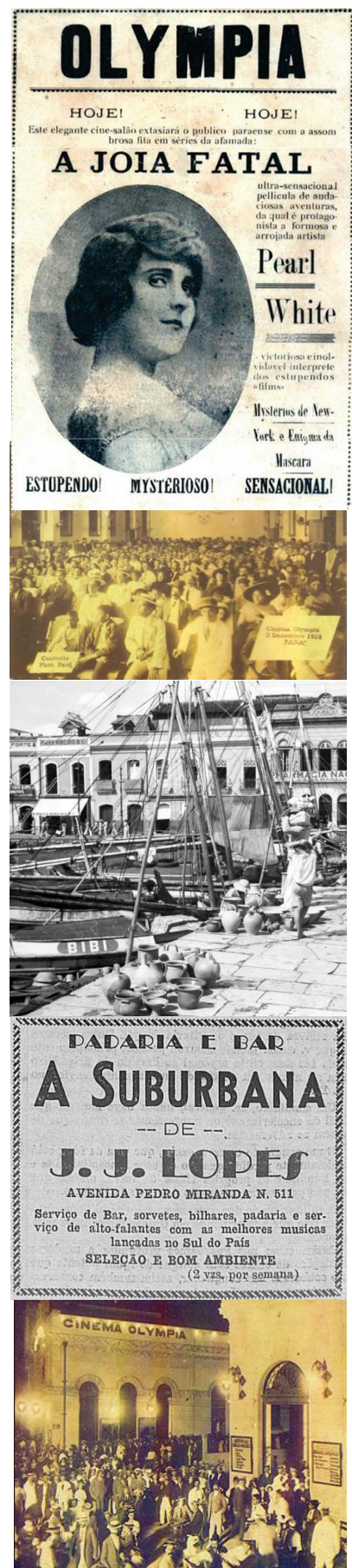
Ora, conforme visto, os modos como crianças, mulheres e homens pobres trabalhadores se conduziam em suas rotinas diárias, não coadunavam com esse padrão familiar, escapando dos estereótipos propostos pelos discursos formulados pelo Estado e pelas camadas letradas.

Assim, detentoras de grande autonomia, as crianças perambulavam pelas ruas em busca de trabalho, lazer e diversão; as mulheres oscilavam entre os papéis de trabalhadoras, mães e amantes em busca de satisfação amorosa, e os homens, apesar das longas jornadas de trabalho percorridas diariamente, entregavam-se costumeiramente ao consumo do álcool, à bebedice e à jogatina, destoando do modelo de pai e de masculinidade propalado pelas elites.

Na sequência, serão discutidos aspectos relacionados às práticas de sociabilidade que eram comuns ao cotidiano dos trabalhadores pobres belemitas, buscando-se compreender de que modo, também nesses momentos e espaços de lazer e diversão, surgiam questões relacionadas ao mundo do trabalho, além de ser possível se perceber a continuidade de um discurso moralizador, imanado da imprensa e do poder de polícia do Estado.

CAPÍTULO III

VEIOS DE CONSTRUÇÃO DA SOCIABILIDADE POPULAR



3.1 ANDANÇAS E EXPERIÊNCIAS IDENTITÁRIAS PELOS BOTEQUINS, MERCEARIAS, FRÉGES E TABERNAS DA CIDADE

“_Ah! Você é músico, heim? Naturalmente esse seu dom concorria para você ser o que era: um festeiro de marca maior...”

_Sim, sinhô ! Até uma vez fui tocá numa festa no Umarizá e quando acabou os camaradas foram bebê alguma coisa numa bodega que tinha lá onde é hoje o mercadinho de Santa Luzia. Ai, um deles, que não gostava de mim, me ofereceu cachaça. Eu agradeci porque só bebia “Fockin” e vinho do Porto. Na repetição da cachaça, ele disse p’ros outros: _ ‘Esse negro ainda não toma?’

_Então respondi: este que esta aqui é negro, mas não é da sua mãe...a bodega era dum tal Orelha Furada, que sujeito desordeiro. Quando vi, uma porção estava pra me dá pancada...

_Apanhou que nem foi soupa, heim Zé Roberto?

_Não sinhô! Não era valente, mas também não era mole...⁴⁴⁷

Discutiram-se, nos capítulos precedentes, as múltiplas vivências do cotidiano das camadas populares belemitas, a partir do veio do trabalho, das relações de afetividade e, brevemente, aspectos relacionados às práticas de não- trabalho, entretidas por alguns desses sujeitos sociais.

De todo o exposto, percebeu-se que certos espaços e territórios citadinos, embora não diretamente vinculados ao mundo do trabalho urbano, estiveram indissociavelmente ligados ao cotidiano daqueles homens e mulheres que compunham os ditos segmentos de trabalhadores pobres urbanos

Nesse sentido, botequins, mercearias, *fréges* e cafés constituíram-se importantes *locus*, que abrigaram expressões da sociabilidade popular. Locais onde trabalhadores de diferentes profissões, gênero e raças, encontravam amigos, batiam papo, faziam pequenas compras e refeições de baixo custo, jogavam, bebiam e, às vezes, litigavam, tecendo discussões ou brigas, por questões que julgavam relevantes para suas vidas.

A distinção entre botequins, mercearias, *fréges* e cafés era muito tênue. Nesse sentido, **o botequim** – diminutivo de botica –dava conta de uma casa pública, onde se vendiam bebidas, café, etc. Já o **frége** reunia um ambiente em que se faziam e vendiam refeições de baixo custo, geralmente toda a sorte de frituras, acompanhadas ou não de bebidas alcóolicas. Em se tratando de Belém, percebe-se que os *fréges* costumavam oferecer também aluguel de vagas para se dormir, em cômodos localizados nos fundos do prédio em que funcionavam. **As mercearias** se diferenciavam dos botequins pela diversidade dos produtos vendidos e pela diversidade do público que atendiam, servindo tanto para tomar um trago, quanto para comprar farinha, carne seca, entre outros gêneros.

⁴⁴⁷ FLORES, Jacques. Panela de Barro. 1947.



Imagem: propaganda do botequim Campeão, localizado no bairro da Cidade Velha.
Fonte: Guia Comercial e Social do Estado do Pará. 1928-1929. P. 153.

Por sua vez, os *cafés* eram estabelecimentos voltados essencialmente para o consumo de artigos de confeitaria, bebidas não alcóolicas (mas, também alcóolicas) e pequenas refeições, prestando-se a circuitos de sociabilidade que envolviam, além das camadas populares, segmentos boêmios da intelectualidade local e literatos.

Grande contradição dizia respeito ao horário de funcionamento desses estabelecimentos, posto que, apesar de os *cafés* e as *confeitarias* possuírem anuência para funcionar em horários estendidos, avançando um pouco durante a noite. Percebeu-se, pelas fontes pesquisadas, que faziam parte —preferencialmente— de um circuito diurno e vespertino de sociabilidade;⁴⁴⁸ ao passo que os *botequins* costumavam abrigar os itinerários boêmios, durante a noite e especialmente na madrugada, mesmo que reprimidos pelos poderes públicos. Como o botequim *Flor da Independência*, situado na Avenida Independência, nº 529, cujo proprietário foi multado, sob a acusação de “estar vendendo bebida alcoólica, no feriado de

⁴⁴⁸ “Guilherme Barbosa, residente á estrada de São Brás, n 29, queixou- se contra Otávio de tal, funcionário do correio que hoje às 10 horas no ‘*Café Manduca*’ o insultou e agrediu fazendo contusões pelo corpo.” Boletins de Ocorrência. Volume 335. 19 de Agosto de 1922.

01 de novembro de 1934, cerca de 23:30 minutos da noite.”⁴⁴⁹

Observe-se que simbolicamente havia uma tendência em distinguir os *botequins* dos outros tipos de estabelecimentos que recebiam gentes das camadas populares, para momentos de lazer e de sociabilidade, em face do constante consumo de bebidas alcoólicas que ocorria nesses espaços, bem como pelo fato de serem considerados *antros*, frequentados por indivíduos dos mais baixos estratos citadinos, tais como desocupados, meretrizes e larápios. Daí a nomenclatura do estabelecimento ser critério de menor importância para classificar-se um espaço como sendo botequim.

Para Maria Izilda Mattos, os botequins faziam parte de um circuito de sociabilidade trabalhadora, no qual a presença de homens era bastante expressiva e, por que não se dizer, esperada, já que muitos desses estabelecimentos se situavam nas proximidades das ruas em que moravam ou dos locais de trabalho desses trabalhadores.⁴⁵⁰ Veja-se o exemplo de Antonio Thomaz de Souza, pardo, cearense, solteiro, de 25 anos de idade, de profissão cozinheiro, que morava na avenida Gentil Bittencourt, n.º 72 e que envolvera-se em uma agressão, no interior do *Botequim Carrapatinho*, situado na avenida Gentil Bittencourt, esquina da Generalíssimo Deodoro, alguns metros de sua residência, tendo sido acusado e preso, por jogar uma cadeira em um seu desafeto, objeto que veio a ferir um homem cego, que permanecia à porta do estabelecimento.⁴⁵¹

Botequins, *fréges*, mercearias, cafés e confeitarias faziam parte da paisagem citadina, desde os *áureos* tempos da chamada *belle époque*⁴⁵². Inicialmente concentrados nas ruas, travessas e boulevards do centro comercial, próximos do cais do porto, da zona do meretrício e do circuito bancário comercial da capital. Esses estabelecimentos começaram a se espalhar e a se pulverizar, pelos mais diversos bairros da urbe, durante as décadas de 1920 e 1930,

⁴⁴⁹ Requerimento que apresentou Francisco Coelho de Oliveira, proprietário do Café Flor da Independência, acerca da multa que lhe foi lançada pelo guarda civil, n.º 279, sob alegação de estar vendendo bebida alcoólica na madrugada do feriado de 01 de novembro de 1934. Petições. 1934.

⁴⁵⁰ Para Mattos, o botequim torna-se um espaço de ‘homossociabilidade’ em que as conversas corriam soltas e a questão da masculinidade era reforçada através dos enfrentamentos físicos e disputas amorosas, resolvidas na mesa do bar. Nesse sentido, se constrói a masculinidade, tendo como questão central a noção de honra masculina, construída em grande parte pelas ações dos homens. MATOS, Maria Izilda Santos de. Delineando corpos. Somanlu, ano 4, n. 2, jul./dez. 2004

⁴⁵¹ Folha do Norte. 30 de setembro de 1926. Vindo do Umarizal

⁴⁵² Durante as pesquisas de mestrado foram identificadas inúmeras ocorrências de crimes entre 1897 e 1910, que se deram no interior ou nas imediações de *fréges*, botequins e mercarias. Podem-se citar como exemplos a prática de lenocínio (cafetinagem), de que foram acusados Manuel Blanco e José Laurindo, os quais possuíam algumas camas, que alugavam para meretrizes, nos cômodos que ficavam nos fundos do Botequim de que eram donos, a Doca do Reduto e o roubo de que foi vítima Antonio Carlos Souza, enquanto se encontrava hospedado do *frége* Amazonas, situado na rua da Indústria; *ambos* os delitos ocorridos em 1906.

seguindo o já mencionado fluxo de crescimento demográfico e de expansão territorial-imobiliária.

Relação de Botequins, Bares & Cafés da Cidade de Belém entre 1920 e 1939

A Feiteira	Rua 28 de Setembro, nº 982 – telephone 835 - Reduto
A feiticeira de São Braz	Avenida Independência
A Vencedora	Praça Siqueira Campos
Bar Acadêmico	Trav. 07 de setembro
Bar Avenida	Praça da República, nº 01 – telephone 1941
Bar Comercial	Trav. 07 de Setembro
Bar Copacabana	Praça Floriano Peixoto
Bar Crystal	Rua Padre Prudencio
Bar do Porto	Praça Marechal Hermes
Bar Estrela de Nazareth	Av. Nazareth, nº 130 – telephone 197
Bar Internacional	Av. 15 de Agosto
Bar Norte Americana	Praça da Republica,
Bar Paraense	Av. Dr. Cypriano Santos, nº 12 – telephone 1585
Bar Pilsen	Av. Dr. Cypriano Santos, nº 14 – telephone 647
Bar Santiago	Rua Manoel Barata
Bar Tartaruga	Rua Conselheiro João Alfredo, nº 07 – telephone 829
Bar Ultramarino	Boulevard Castilhos França
Bar X.T.P.O	Trav. Campos Salles, nº 11
Botequim Aristocrata	Reduto
Botequim, Café e bilhar Az de Paus	Rua 28 de Setembro, nº 202 - Reduto
Botequim A Sportiva	Rua 28 de Setembro, nº 226 – telephone 351
Botequim Caninha Verde	Rua João Alfredo
Botequim Central	Trav. 15 de Agosto, nº 92
Botequim Flor de Belém – J.A.S. Andão	Trav. Frutuoso Guimarães, nº01
Botequim Japonez	Av. Padre Prudêncio
Botequim Marítimo do Rosário – de Joaquim Luiz Augusto	Rua Aristides Lobo, nº 38
Botequim Nazareth	Praça Dom Pedro II – telephone 1132
Botequim O Campeão	Rua Dr. Malcher, nº 24 canto da Travessa Demétrio Ribeiro
Botequim O Conquistador	Boulevard Castilhos França
Botequim O Galo	Rua João Alfredo
Botequim O Museuense	Avenida Independencia
Botequim Porta do Sol – de Souza & Mendes	Rua Padre Prudêncio, nº 25 e 27
Botequim Primavera – de Martins Calvo	Rua Carlos Gomes, nº 10-A
Botequim Santana	Rua Padre Prudencio
Botequim Tartaruga	Rua João Alfredo
Botequim Triunfo	Rua 28 de setembro
Botequim União	Rua 28 de Setembro
Café Áurea	Trav. São Matheus, canto da Rua 13 de Maio.
Café Brasil	Rua Paes de Carvalho, nº51 – telephone 613 Rua 15 de Agosto (1939)
Café Brilhante	Av. 16 de Novembro
Café Cachimbo de Aço	Rua da Industria Canto da Avenida 15 de Agosto – telephone 516
Café Carioca	Avenida 15 de Agosto
Café Centro Operário	Trav. 1º de Março
Café Chic	Praça da República, nº 20 – telephone 559

Café Cysne	Rua Padre Prudêncio
Café Continental	Avenida 15 de Agosto
Café do Povo	Reducto
Café Elite	Av. Dr. Cypriano Santos, nº 16-D Av. Independencia (1939)
Café Estrella	Rua Gaspar Viana
Café Estrela de Alva	Rua Senador Manoel Barata, nº 80 e 82
Café Esportivo	Trav. 7 de Setembro
Café Gloria	Praça Siqueira Campos
Café Guajará	Mercado de Ferro
Café Japonez	Praça da República, nº 02
Café Luzitano	Praça da República, nº 10 – telephone 955
Café Manduca	Trav. Campos Salles, nº 20 Rua 13 de Maio (1939)
Café Marquez	Rua Padre Prudencio
Café Novo	Trav. 22 de Junho
Café O Pombo	Trav. Quintino Bocayuva
Café Oriom	Avenida Independencia
Café Parasinho	Mercado do São Braz
Café Paulista	Rua 13 de Maio
Café Peixoto	Rua Padre Prudencio
Café Primavera	Rua Carlos Gomes
Café e Botequim Ponto Certo	Rua Manoel Barata, nº62 – telephone 1145
Café Veneza	Avenida 15 de Agosto
Café Vitória	Avenida São Jerônimo
Casa Albano	Avenida 16 de Novembro
Casa Barbinha	Travessa Campos Sales, nº 07 – telephone 1566
Casa Batista	Rua 13 de Maio, canto do Largo do Palácio – telephone 1002 Avenida Portugal (1939)
Casa Costa	Avenida 15 de Agosto, nº 02 – telephone 815
Casa Carioca *	Praça Barão Visconde do Rio Branco, nº 05 – telephone 57
Casa Damas	Rua 28 de Setembro
Casa Inglesa	Boulevard Castilhos França
Casa Reis	Praça Camilo Salgado
Casa Sport *	Rua Manoel Barata, canto com a Frutuoso Guimarães – telephone 536
Casa Vasco da Gama	Trav. Frutuoso Guimarães
Cascatinha Bar	Rua General Gurjão
Confeitaria Central	Rua Conselheiro João Alfredo nº 91 – telephone 855
Grand Hotel	Praça da República
Gruta do Parque – A.M. Esteves **	Praça Dom Pedro II, nº 06 – telephone 549
J. C. Trindade	Av. Independencia
Yara Bar	Trav. Dr. Assis
Port Of Bar	Boulevard da república, Kiosque – telephone 1645

* Estabelecimentos que constam também na listagem das mercearias da cidade. ** Apareceu no Album Comercial de 1939, na condição de Botequim Gruta do Parque. **Fontes:** O Estado do Pará. Guia Comercial e Social. 1928-1929. pp. 370-373. & Álbum do Estado do Pará. 1939. Pp. 244

Como se depreende das listagens apresentadas nos principais guias comerciais da época, cafés, bares e botequins ocupavam as principais ruas e travessas do bairro do Comércio, abrangendo desde a zona do meretrício até o entorno da Praça da República. Nos

bairros adjacentes ao centro comercial e mesmo nos distritos que se prolongavam no eixo do chamado espigão vertical, se situavam nas ruas mais movimentadas, de grande extensão e que atravessavam diferentes bairros, tais como a Rua 28 de Setembro, que ligava o bairro de São João ao Reduto de São José, zona fabril e operária ou a Avenida 16 de Novembro, que se prolongava entre a Cidade Velha e o bairro popular do Jurunas.

Em São Braz, distrito mais distanciado da área comercial, nota-se a referência a bares e botequins localizados na Avenida Cypriano Santos e na Praça Floriano Peixoto, principal logradouro que interligava os bairros de São Braz, Marco da Légua, Canudos e Guamá, nas proximidades da Estação Central da Estrada de Ferro Belém-Bragança.

Observa-se ainda a indicação de botequins instalados na pequena Praça Camilo Salgado, que se constituía, na verdade, em um trevo, onde estavam situados o prédio da Faculdade de Medicina de um lado, o Mercado Municipal de Santa Luzia, do outro, e o portão principal de acesso à Santa Casa de Misericórdia, no Umarizal. Na verdade, essa praça correspondia ao cruzamento entre as Avenidas Generalíssimo Deodoro, que era meio de acesso do Umarizal aos bairros de Nazaré e Telégrafo Sem Fio, e a Travessa Bernal do Couto, que, algumas quadras adiante, em direção oeste, transformava-se na Estrada da Pedreira, posterior Travessa Pedro Miranda, principal via de acesso ao bairro proletário da Pedreira, em formação naquele período.

As mercearias disseminaram-se pelos bairros da Cidade Velha, Jurunas, Umarizal, São Braz, Reduto e Telégrafo; algumas delas inclusive recebendo dupla classificação, nos guias comerciais da cidade, sendo conhecidas por alguns como botequins e por outros como mercearias. Geralmente chamadas de ‘casas’, traziam, em sua nomenclatura, referências aos sobrenomes dos proprietários, mas também alusões a lugares e evocações a espaços de origem de seus proprietários, muitos dos quais eram imigrantes estrangeiros, como, por exemplo, a *mercearia Luzitana*, na Praça Saldanha Marinho, 24-A, no bairro do Jurunas; a *Lisbonense*, na avenida Conselheiro Furtado, nº 80-G; no Guamá; o *Canto da Viração*, na avenida São Braz, nº 49, em São Braz; a *Casa Espanha*, na travessa Ocidental do Mercado, nº 07, no distrito da Cidade Velha ou a *Casa Oliveira*, na avenida Gentil Bittencourt, nº 128 e a *Casa Loureiro*, na Travessa do Curro, nº 02, no Telégrafo sem fio.⁴⁵³

Nas áreas do centro comercial, esses estabelecimentos atendiam um público diversificado, sendo usual que empregados de vapores ancorados no cais da *Port Of Pará* e

⁴⁵³ PATRIC, Anthony. *Guia Comercial e social do estado do Pará*. Anos de 1929-1930. Belém: 1929..

embarcações das canoas que ficavam no Ver-o-peso, andassem pelos *boulevards* e travessas próximas da região, em busca de locais que oferecessem refeição e bebida baratas, além de diversão através de jogos como o ‘jaburu’⁴⁵⁴ ou dominó, o que facilmente se encontrava nos botequins, mercearias e fréges ali espalhados.

Carroceiros, estivadores e carregadores avulsos, que também perambulavam pelas ruas dos bairros do Comércio, Reduto e Campina, em busca de trabalho, costumavam ficar nas calçadas e nas esquinas próximas desses comércios, aguardando por serviços e mandados, como indiciam as fotografias, que registram as paisagens urbanas desde o final do século XIX.



Imagem: Esquina da Rua Padre Prudêncio com a Igreja de Santana, onde também havia o Largo de mesmo nome. Pode se depreender, pelas roupas utilizadas (fraque e cartola) e pela nomenclatura de algumas vias, que se trata de imagem colhida antes da década de 1920. Por sua vez, a presença concomitante de marcos da iluminação a querosene com os postes da rede elétrica municipal, instalados a partir de 1902, permite afirmar que a imagem é posterior a esse período. Porém, o mais interessante é perceber o aglomerado de homens estacionados na esquina da mercearia, incluindo um carroceiro, no lado oposto da rua, que parece estar em seu ambiente de trabalho, aguardando por serviço. **Fonte:** Vistas do Pará. Albúm Fotográfico. s/d. (contém inscrição única do colecionador, datada de 11 de julho de 1926)

⁴⁵⁴ Jogo de roleta, em que, ao invés de números, se tinha o elenco dos mesmos animais utilizados no jogo do bicho.



Imagem: Av. 22 de Junho, no cruzamento com a Avenida Gentil Bittencourt, em direção a Cremação. No detalhe à esquerda, percebe-se a fachada com a indicação da existência de uma mercearia, em uma rua de chão batido onde destacava-se os trilhos do bonde. **Fonte:** Belém da Saudade: a memória de Belém do Início do século em Cartões-postais. 2ª ed. Ver. Aum. Belém: Secult, 1998. p.109.

De fato, havia toda sorte de estabelecimentos do tipo botequim, mercearia ou confeitaria no circuito que se estendia entre os bairros da Cidade Velha, Comércio, São João, Jurunas e Reduto. Alguns deles destinados ao público mais remediado, composto principalmente por funcionários públicos, empregados do comércio e das instituições bancárias localizadas nas imediações do bairro da Cidade Velha, Comércio e São João e outros frequentados por trabalhadores avulsos, portuários e operários empregados das fábricas ali instaladas.

Muitos desles costumavam figurar nos anúncios de jornais e mesmo nos guias de comércio e de turismo, publicados pela iniciativa privada local ou pelos poderes públicos citadinos;⁴⁵⁵ havendo também os que vendiam todo tipo de bebida, além de servirem cafés e lanches, à tarde, em uma tentativa de aproximar-se do conhecido *five o'clock tea*, mencionado em jornais e revistas da época.

⁴⁵⁵ No período pesquisado, foram localizadas e consultadas três grandes publicações que caracterizavam guias ilustrados, contendo orientações para turistas e visitantes da cidade, bem como, informações comerciais e propagandas de diversos estabelecimentos, que procuravam se projetar na cena urbana. Foram elas: Guia do Estado do Pará, de Theodoro Braga. 1916; O estado do Pará. Guia Comercial e Social do Estado. 1928-1929; Álbum do Estado do Pará. 1939.

O Guia do Pará de 1916 indica o *Café A Brasileira*, na esquina da Travessa Conselheiro João Alfredo com Campos Salles, próximo à Alfândega, a duas quadras do porto; a *Confeitaria Gruta Bahiana*, também situada na Conselheiro João Alfredo, o *Café da Paz*, o *Café Manduca*, o *Aurora Bar*, na travessa Santo Antonio, que servia leite quente e gelado. Elenca ainda, a *Mercearia Carvalhaes*, na rua Santo Antonio, *A Camarinha*, na rua da indústria, *A Carioca*, no Largo Visconde do Rio Branco, a *Casa Girão*, na rua Santo Antonio, as quais vendiam tanto artigos indígenas, americanos e europeus, quanto todo gênero alimentício.⁴⁵⁶

Os *botequins*, *mercearias* e *fréges* mais populares vendiam tanto artigos baratos comprados de atravessadores da própria região, doses de cachaça e outras bebidas alcóolicas, quanto refeições (almoço e jantar) e petiscos; sem contar que eventualmente, possuíam cômodos nos fundos dos prédios, disponíveis para hospedagem rápida e barata, como era o caso do bar e restaurante *Madrid*, situado na rua 13 de Maio, esquina com a Frutuoso Guimarães, onde se deu um crime de sangue, entre os carregadores Libanio Santos e Sebastião Borges, em janeiro de 1939;⁴⁵⁷ e do *botequim “Peixoto”*, sito na rua Riachuelo, esquina com a rua Padre Prudêncio, em plena zona do meretrício, onde a mundana Alzira Maia foi agredida por um violento soco no olho direito, desferido pelo caixeiro do local⁴⁵⁸.

Nos distritos que se organizaram a partir do eixo da ferrovia Belém-Bragança (São Braz, Matinha, Marco da Léguas) e mesmo nos bairros considerados mais suburbanos, como a já referida Pedreira e o Guamá, a presença de botequins e mercearias era expressiva, e se explicava pelo importante papel social ocupado por esses estabelecimentos, no cotidiano dos munícipes que ali viviam. No dia-a-dia, essas casas, em conjunto com as velhas quitandas, tornavam-se os únicos espaços disponíveis para a venda de gêneros de primeira necessidade e abriam praticamente em qualquer dia e horário.

Tal qual o *Café Ideal*, situado na Avenida Independência, próximo à travessa Castelo Branco, em São Braz;⁴⁵⁹ a mercearia e padaria *“Circular”*, sito na rua Jerônimo Pimentel,

⁴⁵⁶ BRAGA, Theodoro. Guia do Pará. Organizado por determinação do Exmo. Sr. Dr. Enéas Martins, governador do Estado e para a comemoração do 3º centenário de fundação da cidade de Belém. Belém: Typographia do Instituto Lauro Sodré, 1916. P. 53-56

⁴⁵⁷ Folha do Norte. 04 de janeiro de 1939. Uma scena de sangue.

⁴⁵⁸ Folha do Norte. 07 de janeiro de 1939. Queria tornar a lata da Alzira uma caricatura de Camões

⁴⁵⁹ “Acidente no trabalho: Raimundo Moreira, residente á Trav. 03 de Maio, s/n, queixou-se que no dia 22 do corrente, cerca das 06 horas foi vitima de um acidente o qual ocasionou uma ruptura no lado direito, quando puchava um carro pela avenida Independencia próximo á Trav. Castelo Branco, trabalho que fazia por conta do proprietário do “Cafê Ideal”, sito a dita avenida n 42 A.” Boletins de Ocorrência. Belém, 27 de Janeiro de 1924.

canto com a rua D. Pedro, no Umarizal;⁴⁶⁰ a *Casa Silva*, localizada na rua dos Tamoyos, esquina com a travessa Monte Alegre, no Jurunas; a mercearia de Antonio Maia, na Travessa José Bonifácio; a *Casa de João Platino da Silva*, instalada na Travessa Cypriano Santos, nº 190, em Canudos, nas proximidades dos Covões de São Braz;⁴⁶¹ e a padaria e *Confeitaria Luzitânia*, localizada na travessa Ruy Barbosa, esquina com a Avenida Conselheiro Furtado, na conexão entre os bairros de Nazaré e Cremação.⁴⁶²

Pelos diferentes bairros da urbe, voltados para múltiplos públicos e clientes, botequins, mercearias, confeitaria, cafés e *fréges* tornaram-se importantes *locus* da vida cotidiana belemita. E, para além dos aspectos de distribuição geo-espacial desses estabelecimentos pelos bairros da cidade, é importante considerar a polêmica posição que ocuparam no âmbito do mundo do trabalho e do lazer das camadas populares urbanas.

Consoante postula o historiador Uassyr de Siqueira, ao pesquisar as práticas de sociabilidade de trabalhadores paulistanos, entre 1890 e 1920, os *botequins* se constituíram espaços ambíguos para os trabalhadores pobres urbanos, pois, embora destinados ao lazer e ao ócio, não estavam necessariamente apartados do mundo do trabalho e das esferas institucionais, indiciando as tênues fronteiras que existiam entre o tempo de trabalho e o tempo de lazer.⁴⁶³

Ocorre que não somente estavam localizados em pontos fulcrais dos itinerários percorridos diariamente pelos trabalhadores, como também mantinham estreita articulação com as demandas originadas do cotidiano de trabalho desses sujeitos sociais. Nessa perspectiva, ofereciam os espaços para o descanso e o lazer de que muitos populares necessitavam, após a dura jornada de trabalho, além de oferecerem oportunidades para pequenas pausas durante o dia de serviço, que minimizavam as pressões profissionais, ao

⁴⁶⁰ “Accidente de trabalho: - Alzira dos Santos, moradora à rua de Curuçá, nº 24, comunicou que seu marido de nome, José dos Santos, em fins do mês passado, fora vítima de um acidente de trabalho, quando trabalhava por conta dos proprietários da mercearia e padaria “Circular”, sito à rua Jerônimo Pimentel, canto com a rua D. Pedro, na ocasião em que conduzia uma cesta de pão para a freguezia, resultando partir uma veia da perna esquerda. O accidentado percebia 80\$000 mensaes e oeferece testemunhas.” Boletins de ocorrências. 22 de agosto de 1928.

⁴⁶¹ PATRIC, Anthony. *Guia Comercial e social do estado do Pará. Annos de 1929-1930*. Belém: 1929. P. 330

⁴⁶² “Às 10h30 da noite de hontem, foi preso e recolhido, há um dos xadrezes da central de polícia, o portuguez Domingos Moutinho Rezende, de 19 annos, branco, empregado na padaria “Luzitana” á travessa Ruy Barbosa, esquina com a avenida Conselheiro Furtado, onde reside. Domingos, por motivo sem importância; agrediu ao Rapaz Carlos Cabral, empregado e residente na mesma padaria, produzindo-lhe um ferimento contuso na região occipital frontal. A vitima foi medicada.” Portuguez valente que foi parar no xadrez. Folha do Norte, 10 de janeiro de 1939.

⁴⁶³ SIQUEIRA, Uassyr de. *Entre sindicatos, clubes e botequins: identidades, associações e lazer dos trabalhadores paulistanos (1890-1920)*. São Paulo: UNICAMP, 2008. Tese de Doutorado. Pp. 180

proporcionar ambiente alheio às medidas de controle e de vigilância patronal.

Em Belém, assim como em outras capitais do país, foi possível encontrar trabalhadores que frequentavam os botequins, em diferentes horários e situações; havendo aqueles que *davam uma passada* pelos estabelecimentos, ao final do dia de labuta, para beber e conversar; outros que faziam breves pausas no serviço, indo ao botequim comer alguma coisa ou simplesmente “jogar conversa fora”, com os atendentes e os proprietários dos estabelecimentos; e ainda aqueles que resolviam questões com seus desafetos, no interior ou nas proximidades dos referidos estabelecimentos, ao longo do dia ou após a saída do emprego.

O crime que envolveu o estivador Francisco dos Santos e o *provável* gatuno, Francisco de Tal, vulgo Xixi, descortina algumas questões sobre certos usos que os trabalhadores urbanos faziam dos botequins da cidade.

“O estivador Francisco Ferreira dos Santos, em dias da semana passada, teve uma contenda no Largo de São José, com o individuo Francisco de Tal, vulgo Xixi, em quem deu uma paulada. Xixi andava, desde aquele dia, armado de um terçado pequeno, para vingar-se do outro, que, por sua vez, se armara de um cano de ferro.

Hontem, por volta das 7 horas da noite, encontraram-se os dois em frente ao ***Botequim Nova América ao Largo de São José***, esquina da rua Cesário Alvim e, por um tris, não brigaram.

Xixi fez correr o seu desafeto.

Mais tarde, cerca de 11 horas, novamente, se encontraram naquele local, empenhando-se em luta. Santos desfechou algumas pancadas com o cano de que se achava armado, ao tempo em que o outro lhe vibrava no abdômem o terçado, pondo-lhe as tripas a mostra.

A vítima entrou no botequim, dizendo que o haviam ferido.

O criminoso evadiu-se, sendo o ferido transportado para o corpo da guarda da cadeia pelo popular Laffayette de Sousa, morador à avenida 16 de novembro, nº 116, e que presenciara a acena.

Da cadeia, o escrivão Melchíades Costa, que exerce interinamente as funções de ajudante da administração, telefonou para a permanência da estação central de polícia, requisitando a padiola para conduzir o infeliz.

Da estação foi a vítima levada para o Hospital da caridade, depois da meia noite.

Seu estado é grave.

Pessoas que se achavam no botequim, em frente ao qual se deu a ocorrência, dizem que Francisco de Tal, vulgo xixi, o criminoso, é gatuno conhecido da Polícia. É pardo, magro e alto.

Francisco Ferreira dos Santos, é natural deste estado, pardo, solteiro, de 36 anos de idade, estivador e filho de Albino Ferreira dos Nascimento.

No cós de suas calças foi encontrado um compasso.”⁴⁶⁴

Deve-se atentar que Francisco dos Santos e Xixi se conheciam antes mesmo de se encontrarem no botequim onde se deu o crime, sendo que a frente do estabelecimento foi apenas o palco para o desfecho de uma contenda que já existia, originada de uma alteração anterior entre os dois homens, cujo resultado fora desfavorável para Francisco de Tal.

Esse primeiro interlúdio ocorreu no próprio Largo de São José, no bairro do Jurunas,

⁴⁶⁴ Folha do Norte. Belém, 11 de julho de 1915. Com as tripas de fora.

onde se localizava o *Nova América*, decorrendo daí que Francisco de Tal levou uma pancada de Francisco dos Santos; fato que talvez, na perspectiva machista da época, tenha gerado certa desmoralização do agredido e possíveis sentimentos de vingança, ao ponto de ambos os homens passarem a andar armados com cacete e terçado, respectivamente.

Portanto, passou a existir entre eles um desafeto, que cresceu e transformou-se em desafio, ao passo que percorriam os mesmos territórios da cidade e costumavam frequentar o mesmo estabelecimento comercial, o *Botequim Nova América*. Provavelmente, o aumento da animosidade entre eles foi facilitado pelo fato de se reencontrarem, várias vezes, no Largo e no botequim, ao longo de vários dias após a primeira contenda. Inclusive, no dia do crime, horas antes do estripamento de Francisco dos Santos, os dois homens se viram, pela primeira vez, às sete horas da noite, em frente ao botequim e ficaram por um *triz* de brigar, voltando ambos, tempos depois, às onze horas da noite, quando finalmente foram às vias de fato.

O próprio horário em que os dois se viram pela primeira vez no botequim, por volta das sete horas, faz pressupor que o estivador Francisco Santos havia se dirigido inicialmente ao local em que se deu a briga, sem a intenção de encontrar Francisco de Tal, mas, no final da jornada de serviços do dia, para beber e jogar conversa fora; exemplificando uma prática comum aos estivadores que trabalhavam no cais do porto ou na *Boulevard Castilhos França*, vias que eram facilmente acessíveis, a partir da Avenida 16 de Novembro, onde estava também localizada a casa *Nova América*.

Nesse caso, subentende-se que a vítima saiu do botequim, após esse primeiro encontro, talvez movido pelo ‘medo’, visto que Xixi o havia posto para ‘correr’; ou quem sabe tenha ido beber um pouco, nos outros comércios que havia nas proximidades, ‘preparando-se’ para quando encontrasse novamente Francisco de Tal.

Quanto ao agressor, se infere que também permaneceu nas imediações do largo de São José, talvez aguardando a melhor oportunidade para resolver sua rixa com Francisco Santos ou simplesmente perambulando por aquelas paragens, sem se preocupar com o tempo e sem ocupação específica, incidindo em um tipo de comportamento reprovado pelos poderes públicos e rotineiramente associado às práticas de vagabundagem ou à gatunagem; tanto que, ao final do texto, o repórter enfatiza o depoimento prestado pelos populares que assistiram à peleja, segundo o qual se afirmava que Francisco de Tal, vulgo Xixi, diferentemente do morigerado estivador Francisco dos Santos, era criminoso e gatuno conhecido da polícia.

Atente-se que essas referências à condição moral, à periculosidade e aos antecedentes

policiais do agressor servem também para destituir de credibilidade sua conduta, afastando eventual justificativa para o delito, tornando o fato ainda mais reprovável socialmente.

Por outro lado, enquanto a descrição do acusado Francisco de Tal é generalista, indicando apenas seu primeiro nome e algumas características físicas (alto, pardo, magro), talvez porque tenha se evadido, após ferir o estivador Francisco dos Santos; o retrato da vítima é pintado com tintas bem mais precisas, indicando-se não só nome completo, como também profissão, naturalidade, estado civil, idade e filiação, incluindo-se ainda a cuidadosa menção da existência de um compasso no cós de sua calça, que caracterizava, na época, instrumento de trabalho, geralmente usado por profissionais da construção civil.

Sob esse prisma, o litígio havido no botequim *Nova América* se tornara não apenas um confronto entre dois indivíduos que possuíam uma antiga rixa, mas também um conflito entre dois perfis de munícipes belemitas, quais fossem o do trabalhador morigerado e do ocioso desordeiro.

Apesar de o crime ter ocorrido tarde da noite (23 horas) e na frente do estabelecimento, a briga é assistida por inúmeras testemunhas, indicando que o local provavelmente estava cheio de clientes e transeuntes.

O Largo de São José, onde ficava o botequim, era um logradouro bastante conhecido da urbe, situado em um dos bairros mais populosos da cidade, o Jurunas, habitado por trabalhadores da zona portuária, meretrizes e migrantes, vindos do interior do Estado, dentre outros grupos populares.

A Praça/largo era um espaço rodeado por ruas que davam rápido acesso ao centro comercial e à zona portuária, tal qual a Avenida 16 de Novembro ou a Travessa do Jurunas, sem contar que ali estava localizada uma Igreja (de São José) e a Cadeia Pública, que recebia novos detentos transferidos das subdelegacias, de dia e de noite.



Imagem: vista parcial do Largo de São José, em 1927, a partir da Travessa Conselheiro Furtado, tendo ao fundo o prédio da Cadeia Pública.



Imagem: o outro lado do Largo de São José, aproximadamente entre 1945 e 1950; visto a partir da frente da Cadeia Pública, registrada na imagem anterior. Percebe-se que mesmo algumas décadas depois do crime narrado pelo Jornal *Folha do Norte*, embora haja algumas construções em alvenaria, a área é cercada basicamente por habitações simples, como casas de porta e janela, com matagais ao fundo das construções, caracterizando um bairro que se manteve essencialmente proletário, por inúmeros anos.

Além da cadeia, da igreja e dos botequins, foram encontrados registros da existência de currais de boi, grupos carnavalescos, clubes operários e casas de jogos, nas imediações do Largo de São José e pelas principais travessas do bairro do Jurunas, os quais faziam parte dos circuitos de lazer frequentados pelas classes trabalhadoras belemitas. Desse modo, o tráfego de pessoas nesse território mostrou-se constante e efervescente; aspecto que deveria contribuir para o êxito dos negócios empreendidos pelos pequenos proprietários de

estabelecimentos ali situados, bem como para o aumento das tensões sociais entre os usuários desses espaços.

Nos jornais do período, é possível encontrarem-se relatos de diversas situações de conflitos, envolvendo populares que frequentavam os botequins e mercearias, localizados em perímetros desse bairro, a exemplo do chamado ‘bairro do ladrão’:

“Depois de terem bebido juntos em *várias bodegas no bairro do ‘Ladrão’*, Raymundo Nonato dos Santos e João Alves de Araujo, começaram a aborrecer-se mutuamente e, por fim, brigaram. O primeiro, quando viu que estava perdendo na luta, palmilhou uma navalha de barba que trazia e com ela fez um extenso golpe no rosto de Araujo. O fato correu *à rua dos Caripunas, entre as travessas Bom Jardim e Carlos de Carvalho*, tendo Raymundo Santos sido preso e o ferido recolhido a Santa Casa.”⁴⁶⁵

O bairro do Ladrão nada mais era do que um subdistrito, que abarcava parte do bairro do Jurunas, precisamente entre o Largo de São José e Avenida Almirante Tamandaré, onde era conhecida a presença de gente das chamadas classes perigosas; ébrios, meretrizes, desordeiros e trabalhadores pobres; a exemplo de Humberto Maia, residente na Travessa Bom Jardim, nº 325, que causou confusão no *Bar Antartica*, localizado na zona do meretrício, durante a madrugada, por estar de posse de uma pistola ‘mauser’;⁴⁶⁶ e como Frederico Angelo Jardim, residente à travessa do Jurunas, nº 33, próximo ao Largo de São José, que exercia a profissão de desordeiro, sendo preso por persistir no círculo vicioso ‘*casa, cachaça, desordem, xadrez e liberdade*’.⁴⁶⁷

Apesar das motivações da briga entre Raymundo Nonato dos Santos e João Alves de Araujo não serem explicitadas, na reportagem, extrai-se do texto que realmente existia um circuito de sociabilidade das camadas populares pelo bairro do Jurunas, o qual abarcava o hábito de frequentar ‘bodegas’ (botequins), beber junto com colegas e/ou conhecidos e, em alguns casos, resolver rixas e litígios com os pares, através do conflito corporal, sem a mediação da força policial ou com o mínimo de interferência desta.

A dinamicidade das práticas de lazer e sociabilidade, entretecidas pelos populares, no entorno do Largo de São José, no bairro do Jurunas, pode ser também mensurada pelos inúmeros registros acerca da presença de casas de tavolagem nas redondezas, as quais costumavam ser instaladas especialmente durante comemorações da quadra joanina, festejos do calendário litúrgico católico, ou mesmo arraiais organizados por particulares, em devoção a santos.

⁴⁶⁵ Folha do Norte. Belém, 25 de janeiro de 1915. Fls. 03. Com uma navalhada no rosto.

⁴⁶⁶ Folha do Norte. Belém, 10 de janeiro de 1939. Porte de arma proibida

⁴⁶⁷ Folha do Norte. 01 de agosto de 1920. Fls. 04. Desordeiro

“A policia começou, hontem, a por em prática a louvável medida de perseguir a jogatina, que de há muito, se vem alastrando nesta capital. **Raro é o quarteirão que não aparece, diariamente, uma banca de ‘jaburú’, o perigoso jogo que se constituiu o meio por excelência de exploração aos ingênuos e extorsão aos ambiciosos, sempre iludidos e decepcionados com a razia, operada pelos eventuais ociosos.**

Há dias começou a fazer-se ao Largo de São José, a festa de São Sebastião.

A polícia, sabendo que ali havia desenfreada jogatina, empreendeu hontem, a noite, um cerco as barracas do arraial.

E assim que para lá seguiram os drs. Pinto Dias e Luiz Campos, respectivamente, 1º e 2º prefeitos auxiliares; subprefeitos Rego Falcão, Ribeiro da Cruz e Vitor Silva e vários agentes. Essas autoridades deram cerco as casas de tavolagem ali situadas, apreendendo 8 aparelhos de ‘jaburu’, um pipo, uma roleta, vários outros aparelhos, cujos nomes não nos foram declarados, panos de banca e 178\$030 em dinheiro corrente.

Foram presos, por essa ocasião os banqueiros Manuel Affonso Bezerra, Francisco Alvaro da Cunha (...)⁴⁶⁸

Ainda que inibidas pelos poderes públicos, por serem considerados espaços que facilitavam a criminalidade e onde eram praticados atos atentatórios ao mundo do trabalho honesto (já que se ganhava dinheiro sem qualquer esforço), as casas de ‘jogos de azar’, em que se utilizavam roletas para apostas, máquinas de sorte e mesas para disputas de baralho, faziam parte do roteiro de diversões percorrido pelos populares belemitas, no qual se incluía também a ida ao botequim, antes ou depois do jogo.⁴⁶⁹

Considerando-se as informações trazidas pelos guias comerciais e especialmente a análise de algumas nuances presentes no crime cometido por Francisco de Tal, vulgo Xixi, conjuntamente com o teor das notícias de jornais e ocorrências policiais que registram crimes ocorridos no cerne dos circuitos de lazer dos populares, é possível pensar-se que havia uma certa espacialidade na distribuição dos botequins pela urbe, a despeito de serem encontradas referências sobre a existência desses estabelecimentos em diferentes regiões do município.

Ao que parece, havia maior concentração desses empreendimentos em áreas próximas aos largos e praças existentes em vários bairros belemitas, tanto centrais quanto naqueles que contornavam a região dita comercial e nos subúrbios da capital, como por exemplo, a Praça Floriano Peixoto em São Braz, o Largo de São João na Pedreira, a Praça Índio do Brazil, no Umarizal, o Largo de São José, no Jurunas, dentre outros.

⁴⁶⁸ Folha do Norte. Belém, 17 de janeiro de 1915.

⁴⁶⁹ Carmen Izabel Rodrigues esclarece que “o largo de São José, localizado no final da estrada de São José – hoje rua 16 de Novembro – era o principal ponto de acesso ao bairro do Jurunas, para quem vinha do centro da cidade, bastando contorná-lo, para se chegar à travessa dos Jurunas, ponto inicial do bairro. Segundo a pesquisadora, desde o início do século, esse largo tornou-se, junto com as praças de Batista Campos e da República (Comércio), um dos principais locais de realização de eventos festivos do bairro e da cidade, onde circulavam fiéis, foliões, romeiros, promesseiros, expectadores ou consumidores das “distrações” oferecidas durante as noites de festas. Tais eventos tornavam aquele logradouro um espaço valorizado pelos moradores e transeuntes, a despeito dos problemas de infra-estrutura dessa área. Cf. SOARES, Carmen Izabel. *Vem do bairro do Jurunas: sociabilidade e construção identitária em espaço urbano*. Belém: UFPA, 2008.

Nesses logradouros havia fluxo expressivo de trabalhadores e a presença de outros estabelecimentos próprios para diversão das camadas populares, como as já citadas casas de jogatina, aspectos que facilitavam a instalação dos botequins e também das mercearias, em seus entornos, aumentando a circulação de pessoas e potencializando a ocorrência de tensões entre seus frequentadores.

Bom exemplo dessa realidade foi o conflito havido entre Raymundo Santos e José Cardoso, no interior do Botequim Pimpão, localizado a duas quadras da Praça Camilo Salgado, no Umarizal, na esquina entre as ruas Domingos Marreiros e Generalissimo Deodoro.

“Domingo, último, por volta das 5 horas da tarde, deu-se um conflito no **Botequim Pimpão**, à avenida generalíssimo Deodoro, esquina com Domingos Marreiros, entre Raymundo Santos, residente na Caripunas e caldeireiro de ferro na Oficina Silva, na Cidade Velha, e José Cardoso Serejo, morador em Val-de-Cães.

Serejo investiu, armado de navalha, contra Santos, ferindo o nos dedos da mão esquerda, tendo Santos defendido com um revólver de que se achava armado, desfechando-lhe um tiro na perna e ferindo-o levemente na coxa esquerda.

Na subprefeitura do Umarizal está aberto inquérito a respeito.”⁴⁷⁰

Não se sabem precisamente os motivos da presença dos envolvidos no *Botequim Pimpão*, uma vez que ambos moravam em bairros distantes daquele, sendo que Raymundo Santos residia no Jurunas, enquanto José Cardoso Serejo era morador do distrito de Val-de-Cães, considerado área suburbana da cidade, podendo-se questionar se estavam ali simplesmente a passeio, por tratar-se de uma tarde de domingo, se circulavam nessas paragens pelo fato do Umarizal ser local conhecido pelas classes populares como reduto de bares, botequins, currais de bois e batuques; ou ainda, se estavam ali por motivações afetivas, visita a parentes ou vindo de alguma das várias instituições assistenciais que existiam nas redondezas, como a Santa Casa de Misericórdia e o Hospital da Beneficente Portuguesa; cujo horário de visitação aos doentes era precisamente entre 16 e 18 horas.

Importa ressaltar que os dois homens, por alguma razão, deslocaram-se de seus bairros de moradia, munidos de potenciais armamentos (navalha e revólver) e, ao se encontrarem no interior de um botequim, no Umarizal, não exitaram em resolver suas contendas, *indo às vias de fato*, utilizando-se, para isso, não somente da força física pessoal, mas das armas que lhes eram disponíveis na ocasião. Tal comportamento indicia o modo como a maioria dos populares, especialmente os homens, resolviam seus litígios, a próprio punho, configurando o que Sidney Chalhoub classificou como processo de ‘privatização da

⁴⁷⁰ Folha do Norte. Belém, 27 de julho de 1920. No Botequim Pimpão.

justiça’; ou seja, a resolução dos conflitos cotidianos, de acordo com as regras de comportamento do próprio grupo sociocultural a que pertenciam os envolvidos, em nível dos elementos ordenadores das relações pessoais do dia-a-dia, sem a necessária mediação do Estado.⁴⁷¹

Nesse caso, a chamada ‘*vias de fato*’, ou luta corporal, era entendida como um meio razoável de por fim às antigas ou novas rixas, interrompendo um ciclo breve ou mesmo longo de contenda; restituindo, de certa forma, a ordem e a rotina do grupo sociocultural envolvido. A partir do desfecho da briga, redefiniam-se o lugar social de cada indivíduo entre seus pares, construindo-se os perfis do valente, do mais forte, do medroso, da vítima e do algoz. Desse modo, as brigas de/no botequim tornam esse ambiente um importante espaço de construção da identidade dos sujeitos que o frequentavam.

Portanto, o botequim assumia múltiplas funções, no cotidiano dos trabalhadores, sendo local em que se faziam compras, ingeria-se bebida alcoólica, fazia-se uma refeição, mas que também se podia utilizar perfeitamente como cenário para fazer negócios, resolver questões pessoais ou contendas com eventuais desafetos;⁴⁷² tornando-se, em conjunto com as mercearias, cafés e fréges espalhados pela cidade, prolongamentos da territorialidade identitária construída pelos trabalhadores pobres.

“O caldeireiro João Damasceno, residente á avenida Conselheiro Furtado, 88, *ontem á tarde, devido á chuva*, foi acometido de intenso frio. Para aquecer o corpo, tomou vários corpos de água ardente, resultando ficar algo “cossado”.

Entrou depois em um *café da avenida Gentil Bittencourt* e fez ali uma despesa, negando-se a paga-la, tentando ainda “bancar” o valente. Uma praça, que se encontrava perto, deu-lhe voz de prisão, rebocando-o para a Central, onde ficou a sombra.”⁴⁷³

Observe-se que esse processo de significação e ressignificação do botequim, como parte de uma cartografia social da urbe, ocorre de forma complexa e contraditória, pois, se por um lado é um espaço que marcadamente recebe trabalhadores que partilham ali experiências de vida e valores que lhe são comuns, por outro se configura em um *locus* ameaçador da ordem social estabelecida, já que, na perspectiva dos homens de letras da imprensa, servia como cenário para crimes e circuito de lazer das classes consideradas perigosas.

⁴⁷¹ CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim. O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo: Brasiliense, 1986. Pp. 272.

⁴⁷² “Queixa: José Felix Menos, residente á Vila Tetá n 1, queixou-se contra Candido José por Ter este dado uma bofetada no queixoso ontem as 12 horas quando estava no *Café Ideal* á Av. da Independencia.” Boletins de Ocorrência. Volume 348. 19 de Fevereiro de 1923

⁴⁷³ Folha do Norte. Belém, 10 de fevereiro de 1926. Cachaça e xadrez.

O Estado corroborava essa imagem, quando tentava, a todo tempo, disciplinar e reprimir as condutas dos frequentadores desses espaços, semelhantemente ao que fez com Francisco de tal, que foi preso, após agredir Francisco dos Santos, com João Damasceno, que também foi “engaiolado”, por ter se recusado a pagar a conta feita no botequim, ou Escobar de Oliveira Pantoja e João de Oliveira Pantoja, que foram detidos, após promover desordens e espancar dois funcionários do *Botequim Brasil*.

No âmbito do cotidiano, muitas vezes, o botequim emergia como uma extensão da domesticidade dos trabalhadores, os quais acreditavam que, naquele espaço, podiam falar mais alto, xingar quando julgassem necessário, comprar a fiado, de acordo com sua conveniência, desafiar desafetos para brigas ou até recursar-se ao pagamento de despesas.

O inquérito policial, realizado para apurar a culpa pelos ferimentos de que foi vítima o marinheiro de segunda classe de fiscalização dos portos *Elpídio do Espírito Santo*, em 1935, descortinava vários desses elementos, que se faziam presentes nos conflitos que aconteciam nos botequins da Capital e que revelam as múltiplas funções exercidas por esses espaços.⁴⁷⁴

Conforme o depoimento da vítima Elpidio, paraense, preto, casado, marinheiro de segunda classe, sabendo ler e escrever, de 29 anos de idade e residente na Travessa Guerras Passos, nº 237, no bairro de Canudos, o fato se deu da seguinte forma :

“que em noite de sábado do dia 06 do corrente se encontrava dentro do **botequim denominado “Bar Cintilante”**, sito à avenida Cypriano Santos (Canudos), e deveriam ser mais ou menos onze horas da noite, quando ali entrou um individuo que o declarante não conhece; *que o declarante ao se retirar do referido botequim tropeçou em um banco o qual bateu levemente a perna do referido desconhecido, que aquele individuo perguntou ao declarante se havia feito isso de propósito, que o declarante desculpou-se tendo se retirado*; que já na rua foi o declarante interpelado, já o referido desconhecido que pegando o declarante pelo ombro desfechou-lhe uma facada a qual o declarante recebeu em cheio no braço esquerdo; que o declarante achando-se ferido e perdendo muito sangue, procurou um policial tendo encontrado o guarda civil, nº 265, a quem o declarante fez queixa, que o referido policial em companhia do declarante prendeu o tal individuo desconhecido, apresentando-o a autoridade de permanência.(..)”

Ao ser questionado pela polícia, o acusado Manoel Batista de Castro, cearense, pardo, solteiro, vendedor ambulante, de 34 anos de idade, sabendo ler e escrever, residente na travessa Dr. Américo Santa Rosa, s/n, Canudos, deu a sua versão sobre o ocorrido:

“que em a noite de sábado, dia 06 de julho, mais ou menos as onze e trinta da noite, o depoente entrou no botequim denominado “Bar Diana”, a fim de ali fazer umas compras; que ao penetrar no referido botequim deparou com um marinheiro que um tanto alcoolizado, *empunhava um banco e desafiava diversas pessoas que ali também se encontravam*, para brigar, que o depoente interviu pacificamente afim de evitar qualquer atrito; que o citado marinheiro indignado tentou atirar o

⁴⁷⁴ Autos de Inquérito policial acerca do ferimento de que foi vítima o marinheiro de segunda classe de fiscalização dos portos Elpidio Espirito Santo e que é acusado autor Manoel Batista de Castro, fato ocorrido em a noite de sábado do dia 06 do corrente ano. 1935.

referido banco no depoente tendo este mais uma vez acalmado o referido marujo; que o depoente já na rua recebeu uma bofetada, tendo caído; que ao levantar-se viu o referido marujo que corria em direção à avenida Cypriano Santos; que momentos depois o citado marinheiro voltara acompanhado de um guarda civil, apresentando um ferimento no braço e dizendo que ele o respondente havia lhe ferido; que o depoente não estava armado, tendo no bolso um pequeno canivete que entregou ao guarda.(...)”

Dos depoimentos prestados por autor e vítima destaca-se que o crime ocorreu tarde da noite, por volta das onze e meia, em bairro pertencente ao subúrbio da cidade -no entrocamento de São Braz e Canudos. No entanto, o botequim estava movimentado e cheio de pessoas, conforme se constata das declarações do réu e de outras testemunhas. Esse aspecto leva à reflexão sobre os sentidos dessa efervescência, que poderia ser explicada pelo fato de o botequim se localizar nas imediações da Praça Floriano Peixoto, em São Braz, onde ficava a estação central da Estrada de Ferro Belém-Bragança, área marcada pelo grande tráfego de populares, trabalhadores e viajantes.

Ademais, tratava-se de um sábado à noite, horário em que muitos operários, empregados do comércio e da estiva iniciavam a folga semanal, após a longa jornada de seis dias de trabalho.

De qualquer modo, tem-se que o botequim estava aberto e, já quase de madrugada, continuava a receber novos clientes, como o próprio acusado Manoel, que chegou ao local por volta das onze horas, com a finalidade de fazer compras.

Esse detalhe, inclusive, reforça a ideia de que os botequins, efetivamente, ocupavam múltiplas funções no cotidiano de vida dos trabalhadores pobres urbanos, não sendo um espaço exclusivo de práticas de giravam em torno da compra e/ou ingestão de bebidas alcoólicas, funcionando também como “venda” e, por isso, desempenhando um papel fundamental na distribuição de alimentos para a população mais pobre.⁴⁷⁵

As imagens projetadas nos jornais de circulação local a respeito dos botequins e seus frequentadores procuravam associar esse espaço quase que exclusivamente ao consumo de bebidas alcoólicas e a disseminação da criminalidade pela urbe, aderindo à ideia de que os hábitos e comportamentos dos frequentadores desses estabelecimentos constituíam elementos que facilitavam a ocorrência de delitos de variadas tipologias, como agressões, homicídios, embriaguez e desordens. Mais que isso, as notícias dos jornais tendiam a generalizar os comportamentos daqueles que faziam uso dos espaços dos botequins, considerados sempre

⁴⁷⁵ CHALHOUB, Sidney. Idem. p.259.

indivíduos turbulentos ou verdadeiros “*ferrabrás*”, utilizando-se uma expressão da época.⁴⁷⁶

Todavia, os depoimentos prestados pelas testemunhas do encontro entre Elpidio e Manoel permitem recuperar outras formas de agir e se comportar dos frequentadores dos botequins, dissociadas das imagens denegridas, apresentadas nas páginas dos folhetins.

“e entre outras pessoas se encontrara um marinheiro da fiscalização dos portos de Belém, o qual *um tanto alcoolizado, permanecia junto ao balcão daquele estabelecimento* que logo a seguir penetrou no citado botequim um individuo que o depoente não conhece, o qual teve uma ligeira conversa com o referido marujo tendo ambos saído para a rua; que o depoente tinha permanecido ainda no mesmo local quando ouviu uma voz que dizia ‘desgraçado tu me cortaste’ (...)”

As declarações feitas por Manoel Andrade Pessoa, paraense, pardo, solteiro, cigarreiro, 23 anos, sabendo ler e escrever, residente a Duque de Caxias, nº 455, no Marco da Légua, que estava no botequim na hora do crime, em nenhum momento indica a existência de alguma altercação entre o marujo e o vendedor Manoel. Apesar de apontar a condição alcoólica de Elpidio, que estava junto ao balcão, a testemunha afirma que ele e Manoel tiveram uma ‘ligeira conversa’ e depois saíram para a frente do botequim.

O proprietário do *Bar Cintilante*, Amândio Barbosa, português, branco, casado, de 45 anos de idade, alfabetizado, residente à Avenida Cypriano Santos, nº 166, em São Braz, é ainda mais detalhista ao se referir ao acontecido:

“que é proprietário do botequim denominado Bar Cintilante, sita a avenida Cypriano Santos, nº 10, e quem em a noite de sábado dia 06 do corrente, *se encontrava no balcão do seu estabelecimento quando ali penetrou um marinheiro, que um tanto alcoolizado começou a dirigir insultos a pessoas ali presentes. (...) que Manoel batista acalmou o citado marinheiro pedindo que fosse embora, pois não queria brigar; que o já referido marujo continuo insultando a Manuel e este pacificamente procurava evitar a luta (...)*” –

Ora, não há como negar que houve uma agressão e que alguém saiu ferido, no caso, Elpidio. Porém, tanto o depoimento das testemunhas, quanto do proprietário Amândio, dão a entender que Manoel Castro não estava se comportando de forma agressiva ou violenta com Elpidio. Muito pelo contrário, o depoimento do proprietário evidencia que Manoel tentou acalmar o marujo e demovê-lo da ideia de brigar. Ao que parece, foi Elpidio que criou as circunstâncias que ocasionaram seu ferimento, por estar insultando as pessoas que estavam no botequim, por provocar Manoel e por estar visivelmente alcoolizado.

Quanto a Manoel, destoando das representações feitas acerca dos clientes de botequins, demonstrou um comportamento conciliador e tranquilo, tentando ao máximo evitar

⁴⁷⁶ Ferrabrás foi uma expressão encontrada nos jornais da época para descrever aqueles sujeitos que em envolviam em situações de brigas e desordens, nos botequins, mercearias, cafés e mesmo pelas ruas da cidade. De acordo com o dicionário: ferrabrás é o individuo rude, violento, valentão, bravateador.

uma briga com Elpidio. Fato é que, ao final dos inquéritos, o promotor público manifestou-se pelo arquivamento dos autos, em razão de não haver provas suficientes sobre a autoria do ferimento sofrido por Elpidio e ter sido fartamente demonstrado que foi este quem esbofeteou Manoel.

A par dos laços de solidariedade que podem ter existido entre o acusado Manoel, o proprietário do estabelecimento e outras testemunhas ali presentes, capazes de levar os depoentes a optar por fornecer declarações que favoreciam a conduta do réu, destituindo de credibilidade a acusação feita pela vítima, é curioso pensar que as diferentes versões sobre o delito, excetuando-se a do queixoso, sinalizam para uma conduta tranquila e apaziguadora, por parte do acusado Manoel, ao mesmo tempo em que destacam o comportamento briguento da vítima, que parece ter insultado a todos que se encontravam no interior do botequim.

De toda sorte, importa reconhecer que não se podem padronizar as condutas, índoles ou comportamentos dos frequentadores dos botequins, os quais faziam parte de um segmento social heterogêneo, formado por munícipes que fizeram diferentes usos e apropriações daquele *locus*.

Questão relevante ainda é que, ao relacionar este inquérito com outros documentos policiais que tratam de crimes similares ocorridos em botequins, observa-se que existe um elemento comum a todos os registros, qual seja o consumo de bebida alcoólica, apontado como sendo prática geradora de comportamentos como discussões, brigas e agressões.

Ao estudar as políticas públicas de controle e repressão ao consumo de bebidas alcoólicas, durante a década de 1930, no estado do Pará, Amilcar Sobrinho –já referenciado no capítulo precedente- percebe que os *botequins* figuravam entre os espaços frequentados pelos segmentos sociais considerados perigosos para a ordem urbana, tais como ébrios,⁴⁷⁷ desordeiros e meretrizes.⁴⁷⁸ Por conseguinte, tornava-se comum que fossem considerados espaços preferenciais para consumo de bebidas entorpecentes, as quais –na leitura dos poderes públicos- potencializavam a índole criminosa dos sujeitos sociais citados.

⁴⁷⁷ “O espanhol, Ricardo Chile, residente numa estância da avenida Almirante Tamandaré, *todas as vezes que se exagera nas bebidas, torna-se um mau esposo*. Passando a camoeca, o homem fica com os fígados arrefecidos e ninguém melhor do que ele para a mulher. *Isso mesmo reconhecem os próprios vizinhos, que já o tem aconselhado a que se afaste dos botequins e dos lugares onde há garrafas de água ardente*. Ontem, após o almoço, o Ricardo ficou “triscado” e virou onça com a mulher, já se deixa ver. Chegando o fato ao conhecimento de um guarda civil, foi o ferrabrás recambiado para a central, onde, devidamente protocolado, marchou para o pátio, no passo do jocotó.” Folha do Norte. Belém, 07 de Fevereiro de 1926. Folha 04 Quando Bebe maltrata a esposa

⁴⁷⁸ Raymundo José de Britto, desordeiro contumaz, residente à rua Aristides Lobo, 47 – preso às 19 15, no botequim Estrella do Norte, à travessa (sic). Folha do Norte. Belém, 04 de agosto de 1928

Conceição Almeida afirma que a embriaguez, enfocada como um vício, era muito associada às vivências masculinas, observando-se que a maior incidência de homens em botequins, tabernas, vendas e batuques, tornava o consumo de bebidas alcoólicas algo regular nesses espaços da cidade.⁴⁷⁹ Talvez daí as inúmeras menções que os jornais faziam sobre os ‘perigos’ que a ida ao botequim oferecia para aqueles que já tinham predisposição ou facilidade ao vício da embriaguez.

Portanto, vê-se que a questão do consumo alcoólico, mais uma vez, atravessava as descrições sobre o cotidiano das camadas populares belemitas, só que, desta vez, vinculada aos hábitos de sociabilidade mantidos pelos trabalhadores pobres urbanos.

“No posto do Umarizal estão detidos Escobar de Oliveira Pantoja, paraense, pardo, casado, de 28 anos de idade, comerciante, residente á travessa Dom Romualdo Coelho, n 404 e João de Oliveira Pantoja, paraense, pardo, solteiro, de 24 anos de idade, auxiliar do commercio, residente á travessa acima aludida, n 424.

Embriagados promoveram desordem na avenida 1º de Maio, tendo anteriormente agredido a dois empregados do botequim “Brasil”.

Na sala de permanência do posto de bêbados portaram-se inconvenientemente, motivo porque o xadrez lhes foi doce abrigo.”⁴⁸⁰

Em termos concretos, pelas notícias publicadas nos jornais acerca de delitos ocorridos no interior ou nas proximidades de botequins, vislumbram-se constantes referências ao consumo de bebidas alcoólicas, por parte de um ou de todos os envolvidos nos fatos registrados, destacando-se a aguardente, o chamado ‘limão’ e a cachaça.⁴⁸¹

Nos inquéritos policiais, o estado de embriaguez é citado, em geral, como condição que depõe contra a moral e o caráter daquele que se encontrava sob efeito do álcool, quer fosse o acusado ou a vítima. Por outro lado, verificam-se alguns casos em que a presença da ingestão alcoólica torna-se uma atenuante de culpabilidade ou responsabilidade penal, ao se considerar que a embriaguez alterava o estado de espírito do ébrio, afetando-lhe a capacidade de julgamento.⁴⁸² De uma forma ou de outra, o hábito de beber figura como elemento intrínseco às vivências construídas pelas camadas populares nos botequins e mercearias de Belém.

“José Soares, comerciante, estabelecido com o botequim denominado ***“Flor de Belém”***, a travessa Frutuoso Guimarães, nº 15, tendo sido multado, na permanência do Comissário Manoel Solon de Araújo, por um agente de polícia, na suposição de haver vendido cachaça em seu estabelecimento,

⁴⁷⁹ Almeida, Conceição Maria Rocha. *O termo insultuoso: ofensas verbais, história e sensibilidades na Belém do Grão Pará (1850-1900)*. Belém: UFPa, 2006. (Mimeo) dissertação de mestrado.

⁴⁸⁰ Folha do Norte. Belém, 05 de janeiro de 1939. Embriagados promoviam desordem

⁴⁸¹ “Limão” era um preparado de cachaça com o suco da fruta e um pouco de água, muito vendido nas tabernas e botequins da cidade.

⁴⁸² Segundo Conceição Almeida, havia a convicção de que o estado de embriagues distanciava a pessoa de seu perfeito juízo, impelindo-a às práticas condenáveis. Op. Cit. pp. 67-70.

no domingo último, depois do horário proibido, vem expor a V.sa Exma. A injustiça da medida por não ter havido infração.

Tendo entrado em sua casa e lhe pedido que lhe fosse servido um copo d'água, dirigiu-se o freguês para o interior e servindo-se de uma caneca ele mesmo serviu-se do liquido, deixando a vasilha sobre a pia. Nesse momento chega um agente de polícia e dirigindo-se pra o interior trouxe a caneca para essa repartição e intimando o suplicante a comparecer a polícia para pagar a multa e cem mil rés.

Ora, o funcionário em questão, não surpreendeu o comerciante vendendo cachaça ao freguês; multo-o unicamente por mera suposição. Não é justo que o suplicante incorra em uma infração sem praticá-la e tanto a lisura de seu comércio é comprovada pelos que o frequentam, que nunca sofreu multa alguma por qualquer infração.

Por esses motivos vem o suplicante pedir, por equidade a v.sa excia. Se digne dispensá-lo da multa em questão, pois não há prova alguma que tivesse incorrido nela, uma simples presunção do funcionário que a multou.”⁴⁸³

As razões que fundamentam o recurso apresentado pelo proprietário do botequim *Flor de Belém*, com vistas a se eximir do pagamento da multa pela venda de cachaça, no horário em que era proibido por lei, ainda que pareçam descabidas, ilustram de que forma as bebidas alcólicas estavam imbricadas aos negócios mantidos pelos botequins.

Inicialmente, há que se observar o aparente grau de intimidade do freguês em relação ao espaço do estabelecimento, haja vista que *penetrou no interior do botequim* para servir-se ele mesmo da bebida que desejava tomar. Ou seja, ela conhecia muito bem a organização do ambiente, ao ponto de saber onde a cachaça ficava guardada -nos fundos do prédio. Por outro lado, assim como muitos outros botequins, o *Flôr de Belém* provavelmente também era o local de moradia do proprietário, tanto que ele se refere ao mesmo como ‘sua casa’, condição que gerava certa ambiguidade, pois o que era público e o que era privado misturavam-se no exercício diário do comércio.

A tentativa do proprietário de não pagar a multa, implicando a responsabilidade pelo consumo da bebida alcóolica ao próprio freguês –que teria se servido sozinho, faz pensar que, na perspectiva da clientela desses estabelecimentos, a venda da cachaça era algo esperando, em virtude do tipo de comércio ali praticado, não fazendo sentido a proibição do poder público, ainda que direcionada apenas para alguns dias da semana. Desse modo, o cliente desejava comprar cachaça e, diante do silêncio do botequineiro, ele próprio serviu-se, já que tal consumo poderia ser considerado normal naquele contexto.

O controle sobre o comércio de bebidas alcoólicas em botequins, mercearias e frêges era algo conhecido em Belém, desde a última década do século XIX, quando várias posturas municipais foram promulgadas pelos poderes públicos, visando a reduzir o hábito da

⁴⁸³ Códices da Chefatura de Polícia. Petição. 01 de dezembro de 1934.

embriaguez entre os trabalhadores, por meio da proibição da venda direta dessas substâncias nos domingos e feriados, restringindo-se o funcionamento desses estabelecimentos exclusivamente para a venda de gêneros alimentícios.⁴⁸⁴

Durante as primeiras décadas do século XX, essas ações prosseguiram e uma das medidas reiteradas pelos governos municipais dos anos de 1920 e 1930 foi a limitação do horário de funcionamento das mercearias e botequins, acompanhada da restrição do horário de venda de bebidas alcóolicas aos finais de semana, semelhante ao que se deu com a comercialização de limão, cachaça e aguardente, na zona urbana e suburbana de Belém e distritos de Mosqueiro, Vila do Pinheiro e Val-de-Cães.

“Desejando acabar com as interpretações errôneas que, por acaso, os interessados possam fazer, a respeito das determinações constantes na Portaria nº 71, datada de 25 de fevereiro de 1932, que proíbe a venda nesta capital, das misturas conhecidas sob os nomes de “maracujá”, “jenipapo”, “limão”, “laranja”, “ginja”, caju”, etc. resolve, pela presente, em aditamento aos termos da dita portaria, estabelecer o seguinte:

1º - a proibição acima citada, ficará compreendida, impreterivelmente, das 12 horas (meio dia) de sábado, até as segundas-feiras, às 06 horas da manhã.

2º - nos dias feriados, essa proibição será mantida das 06 horas da manhã (do feriado) até as mesmas horas do dia seguinte;

3º - aos infratores será aplicada a multa de cem mil réis;

4º - a presente proibição fica extensiva as villas de Mosqueiro, Pinheiro, Val-de-Cães.

Cumpra-se e dê-se ciência.”⁴⁸⁵

Muito sugestiva a repressão policial sobre o comércio de bebidas alcóolicas nos finais de semana, posto que correspondia exatamente aos dias de folga dos trabalhadores empregados. Tal situação demonstra a preocupação dos poderes públicos com o envolvimento desses sujeitos em bebedices e desordens que pudessem impedir seu retorno às atividades laborais, a partir da segunda-feira.

Essas medidas incidiam diretamente sobre o tempo do lazer e do ócio dos trabalhadores pobres urbanos, o qual passava a ser objeto de controle do Estado, indicando as estreitas relações que existiam entre o mundo do trabalho e do não- trabalho na cidade. Sob essa ótica, ainda que fora do ambiente profissional e pretensamente alheios à vigilância de padrões ou supervisores, os trabalhadores citadinos assistiam às tentativas de regulação de seus hábitos de vida privada e de sociabilidade.

⁴⁸⁴ BELÉM. Actos e Decisões do Executivo Municipal. Intendência Municipal de Belém (1897-1901). Observância e alterações do art. 139, do Código de Posturas em vigor. 22 de Janeiro de 1901. Sobre o funcionamento aos domingos e feriados de comércio nas padarias, hotéis e restaurantes, botequins e casas de pasto existentes em compartimentos internos de prédios que em sua parte anterior contenham mercearias.

⁴⁸⁵ Portaria s/n. Referente a Portaria nº 71, de 25 de fevereiro de 1932. Proíbe a venda na capital das misturas conhecidas sob o nome de “maracujá”, “jenipapo”, limão, laranja, ginja, caju, etc. Belém. Códices da Chefatura de Polícia.

“O operário Napoleão de Oliveira Cabral, residente á rua Caripunas, andava ontem, metendo óleo na cabeça, como se diz na gíria do Ver –o- peso. *Na taberna que demora aquela rua, esquina da Carlos de Carvalho – lá vai a fiscalização multar o proprietário por vender aos domingos. Cabral entrou e tomou cem réis de cachaça. E como não quisesse pagar uma para três indivíduos que ali se encontravam, entre eles um tal de Jabá, agrediram-no, pondo-o fora do estabelecimento e atirando a valia.* Cabral ficou com duas enormes contusões na face e olho direitos. Queixou-se a polícia e hoje pela manhã, foi submetido a corpo de delito.”⁴⁸⁶

A queixa prestada pelo operário Napoleão Cabral, contra as agressões que lhe foram imputadas por alguns indivíduos que estavam na taberna da esquina da rua Carlos de Carvalho, torna-se engraçada para o articulista, pois, na busca por justiça contra um crime, o operário finda por deixar o proprietário do estabelecimento em apuros, já que revelou para a polícia que a taberna estava aberta aos domingos e principalmente estava vendendo cachaça.

Desse modo, vê-se que, apesar dos discursos pejorativos da imprensa e das ações repressivas empreendidas pelos poderes públicos, o consumo de bebida alcoólica nos botequins e mercearias tornou-se algo corriqueiro, mantido pelos fregueses e sustentado, em tempos de repressão policial, pela frequência assídua dos trabalhadores.

“Diz Francisco Coelho de Oliveira, proprietário do botequim Flor da Independência, nesta cidade, na Avenida Independência, nº 549, que as 11 e ½ horas da noite do dia 1º do corrente mês, o guarda civil 279, entrando no seu referido estabelecimento comercial apreendeu um copo contendo cachaça, dizendo que o suplicante não podia vender a dita bebida porque o dia era feriado e estava compreendido na Portaria dessa chefia relativamente a lei seca. O suplicante (...) sic observou ao guarda 279 que o dia 1º de novembro não era feriado e estando o seu estabelecimento comercial legalmente habilitado pela Prefeitura Municipal de Belém, para vender cachaça nos dias úteis, não tinha absolutamente incorrido em infração. O guarda não quis aceitar as ponderações do suplicante e assim levou o copo para a subdelegacia de São Braz, onde foi lavrado contra o suplicante um auto de multa, mas o suplicante confiado nos constantes atos de justiça, que é característico da Vossa pessoa, de V. Sa. Espera que essa multa lhe seja dispensada. Nestes termos. Pede deferimento(...)”⁴⁸⁷

As resistências por parte dos proprietários de botequim se expressavam através dos constantes recursos impetrados à autoridade policial, visando à dispensa de multas, em razão da venda de bebidas alcoólicas em horários proibidos, como noites dos finais de semana e feriados. Como argumentos, os donos dos estabelecimentos utilizavam-se de variadas desculpas, desde discordâncias sobre o fato de determinado dia ser ou não feriado, alegações de que os próprios clientes tinham se aproveitado da distração do botequineiro para servir-se de cachaça ou situações em que protestavam pela irrelevância da quantidade de bebida encontrada em garrafas e copos espalhados nos locais, e ainda, protestos de que não possuíam

⁴⁸⁶ Folha do Norte. Belém, 22 de fevereiro de 1926. Não quis pagar um gole e foi esmurrado

⁴⁸⁷ Petição apresentada por Francisco Coelho de Oliveira ao subprefeito de São Braz com vistas ao cancelamento da multa que lhe fora aplicada em virtude da venda de cachaça em dia proibido. Belém, 07 de novembro de 1934.

esse tipo de artigo em seus estoques de mercadorias. (imagem 0910 a 0915- pasta 1932, 1933 e 1934)

“M da Silva Maia estabelecido com mercearia denominada Maia, a travessa Benjamin Constant, nº 64, esquina da Rua Tiradentes, vem dizer a V.sa Exma, que no dia 17 do corrente foi multado pelo comissário Renato Moura, porque um vendedor de tamancos, embriagado veio denuncia-lo de que estava vendendo cachaça em seu estabelecimento, o que não é verdade porque não possui o suplicante essa bebida em sua casa. E se constar que essa bebida fora encontrada em sua casa, não será isso verdade. Para ter o suplicante a responsabilidade da infração seria necessário que fosse a cachaça apreendida pelo sr. Comissário no interior da casa do suplicante, e lacrado as garrafas com a assistência do mesmo e testemunhas, e não como se procedeu, pois, pelo fato de qualquer um levar denuncia de um individuo a polícia, não se pode concluir que este seja responsável por aquela infração que não cometeu. A vista do exposto vem pedir a V.Sa que se digne mandar juntar esta aos autos da multa aludida, afim de julgar como de direito e de inteira justiça.”⁴⁸⁸

E se, mesmo no período de descanso, o consumo de bebidas alcóolicas era regulado pelos poderes municipais, que dizer-se do hábito de beber durante a semana ou nos horários considerados próprios para o exercício do trabalho?

Nesse caso, o Estado se fazia presente, coibindo o hábito dos trabalhadores de ingerirem substâncias etílicas, através da força policial (municipal ou estadual), que atuava sobre botequins, mas também sobre mercearias e frégés, ou em qualquer espaço utilizado pelo trabalhador, para dar-se à prática da chamada ‘bebedice’.

O discurso controlador se justificava pela necessidade de reprimir o crime e as desordens provocadas pela ingestão da cachaça e do limão, que eram vendidos em estabelecimentos que, na grande maioria das vezes, encontravam-se localizados nas proximidades dos espaços de trabalho daqueles sujeitos históricos, a exemplo da mercearia que certamente existia no interior do *Mercado do Povo*, local de trabalho do vendedor de peixes Abelas de Tal, onde o mesmo bebeu cachaça ao ponto de ficar ‘*chumbado*’, em plena tarde de um dia de labuta.

“O vendedor de peixe, Abelas de tal, trabalha no mercado do povo, á rua 25 de Setembro esquina da travessa Benjamin Constant. Ontem, enquanto chovia torrencialmente, o peixeiro ingeria cachaça, para espantar o frio. Cerca das 2 horas da tarde, já bastante “chumbado”, por questões sem importância, aplicou um bofete num popular. Um praça da F/P o censurou, resultando ser desacatado, motivo porque lhe deu voz de prisão. O homenzinho arreliou-se, gritou, esbravejou, virou onça tentando engolir o praça.

Populares correram para o local, o mercado ficou cheio e a água esparramava por todos os lados. Foi uma confusão dos diabos, ninguém se entendia, e de vez em quando, chegavam guardas civis, impotentes para domar o homem.

O telefone batia constantemente para a Central, pedindo auxilio, pois o peixeiro numa chuva medonha parecia querer acabar com o mundo.

O açougueiro Manoel Boulhosa entrou no barulho e resolveu ajudar a carregar o pifonista. Foi chamada uma carroça que “navegava” pelas proximidades. Á força, meteram o turbulento dentro dela, embrulhando numa capa de encerado, para esconder-lhe o corpo quase nú. Em seguida, os

⁴⁸⁸ Petições. Belém, 19 de Março de 1931. Petição apresentada ao Dr. Chefe de Polícia solicitando perdão de multa aplicada. Despacho final: indeferida por ser falsas as alegações. Belém, 20 de março de 1931.

guardas e soldados e um sargento pularam para a carroça, cercando o valentão. E o veículo pôs-se em marcha, parecendo mais um carro carnavalesco, causando riso por onde passava. Na Central, foi retirado o “fardo” e metido no xadrez. *A autoridade deixou de tomar-lhe o nome devido ao seu deplorável estado de embriaguez. Numa das lutas um praça teve seu quepe inutilizado e a farda completamente enlameada.*⁴⁸⁹

Do relato acerca da confusão em que se meteu o vendedor Abelais, ao resistir à prisão por causa de sua embriaguez, percebe-se que os mais variados motivos justificavam, para os trabalhadores, uma paradinha no serviço, com o intuito de ‘bebericar’ em algum botequim próximo ao local de serviço. A chuva e o frio eram dos mais alegados, posto que é sabido tratar-se de uma característica climática de região, a abundância de chuvas, que ocorrem quase diariamente no período da tarde.

Além dessa referência, pode-se identificar menções a paradas em botequins durante os turnos de trabalho, por causa do intervalo do almoço e em razão de negócios, que eram concluídos nos balcões ou mesas desses comércios.

Observe-se que, a partir do Estado Novo (1937), a repressão ao comércio de bebidas alcoólicas nos botequins foi intensificada, em virtude da campanha moralizadora empreendida pelo governo estadual. Por conseguinte, tais espaços passaram a sofrer batidas policiais, sendo classificados como locais onde reinava a desordem, a violência e onde se infringia a lei.

Interessante é perceber que as mesmas notícias ou reclamações efetuadas contra os problemas causados pelos botequins servem para reafirmar o seu lugar social no cotidiano da urbe belemita, ao se perceber que, principalmente pelos largos e praças de Belém, esses estabelecimentos eram elementos comuns da paisagem, tal e qual o botequim que foi instalado no kioske da Praça General Magalhães (no Reduto), que, para além dos incômodos causados aos moradores da circunvizinhança, convivia com outros estabelecimentos situados naquela localidade, que também faziam barulho, distinguindo-se deles exclusivamente por não respeitar o horário considerado ‘tolerável’ para emitir vozerias e som alto.

“Os abaixo assinados, moradores da Praça General Magalhães, proximidades da rua 28 de setembro e Benjamin Constant, desta cidade, vem mui respeitosamente, perante V.Sa. Exc., expor o fato seguinte: tendo sido aberto, há dias, a Praça General Magalhães, um botequim em um kioske situado a referida Praça, aconteceu ter o seu proprietário, feito instalar, na fachada do mesmo, um alto-falante, de alta potencia, que, desde então, passou a funcionar de dia e de noite, prolongando-se nestas, até alta madrugada, com grave prejuízo do socego das famílias, moradoras das circunvizinhanças.

Privados, assim, todos, do sono e do socego das noites, os abaixo assignados, chefes de família, com obrigações cotidianas a dar conta, necessitando de descanso noturno, que lhes passou a faltar, com a voseria ensurdecadora do citado aparelho em horários inconvenientes, trazendo o fato ao

⁴⁸⁹ Folha do Norte. Belém, 14 de fevereiro de 1926. Por causa do frio bebeu cachaça – ficou valente e custou a ser preso – onde se deu a escaramuça

elevado critério de justiça de V.Sa. Exc. Vem solicitar se digne tomar as providencias que julgar acertadas ao caso, evitando aos signatários e suas famílias os desabores por que veem passando, com o funcionamento prolongado do referido aparelho, pelas caladas da noite.

No mesmo trecho existem outros aparelhos, porém, são fechados pelos seus proprietários as 24 horas, que pouco ou nada incomodam os signatários.”⁴⁹⁰

Nesse sentido, muitos dos litígios que tinham seus desfechos na frente de um botequim ou mesmo no seu interior não se iniciavam efetivamente naquele espaço, constituindo-se desdobramentos de questões anteriores, surgidas por conta de relações de afetividade, desafetos ou problemas com colegas de trabalho, mas que explodiam na mesa do bar, por força de acaloradas discussões, brincadeiras ou provocações que se tentavam justificar em virtude do consumo alcoólico.

“Às 8 horas da noite de hontem, no botequim “Sereia”, sito ao Boulevard Castillhos França, ocorreu um “bolo” infernal promovido por Thuribio Marinho, Frederico da Silva Martins e Orlando dos Reis Nogueira, *esses dois últimos empregados do mencionado “boteco”*. Da desordem resultou sahir com o frontepicio amarrotado o de nome Thuribio, que não obstante, foi recolhido a um dos xilindrós da central, juntamente com os dois outros, *para acalmar o gênio alterado, talvez, pelo efeito dos vapores alcoolicos.*”⁴⁹¹

Nesses casos, conforme já referido, os botequins, fréges e mercearias podiam estar situados nas proximidades dos locais de trabalho dos envolvidos nas contendas **ou** até serem os próprios espaços de trabalho para alguns desses sujeitos, a exemplo de Orlando Nogueira e Frederico Martins, empregados do *Botequim Sereia*, que se envolveram em uma desordem. Daí porque certas polêmicas terminavam mesmo sendo resolvidas na mesa do botequim ou, melhor dizendo, no balcão do estabelecimento.

Nas fontes coletadas, percebe-se a referência quase onipresente ao ‘balcão’ do botequim, da taberna e do café. Era ali, encostados nos balcões, que os trabalhadores bebiam, faziam seus pedidos de compras e dirigiam conversas aos empregados e proprietários.

Foi junto ao balcão que o conhecido marujo Elpídio permaneceu bebendo e fazendo provocações às pessoas que se encontravam no botequim *Flor Cintilante*; foi também em virtude de um uso ‘indevido’ do balcão da mercearia, de propriedade de Urbano Santos, que Manoel Tibúrcio da Costa foi expulso do comércio.

“Manoel Tiburcio da Costa, entrou hontem, às 8 e 45 horas da noite na mercearia de Urbano Santos, á avenida Conselheiro Furtado, ***e como entendesse de satisfazer uma necessidade fisiológica junto ao balcão do estabelecimento, foi dali posto para o olho da rua, a cacetadas, pelo merceeiro e pelo empregado, José de Oliveira.*** Manuel Tiburcio saiu ferido no rosto, na mão

⁴⁹⁰ Códices da Chefatura de Polícia. Petição. Belém, 24 de maio de 1938.

⁴⁹¹ Folha do Norte. Belém, 22 de janeiro de 1939. No botequim “sereia” o pau chinchou de verdade

e no braço esquerdo, tendo também recebido duas pancadas na região toraxica. Os ofensores foram presos por praças do 2º Batalhão da Brigada e conduzidos à central.”⁴⁹²

Daysi Camargo recupera na pesquisa que realizou sobre os “alcoóis e a embriaguez, na cidade de São Paulo, entre o final do século XIX e primeiras décadas do século XX”, a função do ‘balcão’ dentro do que conceituou como uma ‘arquitetura do beber’. Para a historiadora,

“o balcão justifica, em parte, a falta de móveis para sentar. O tom é ‘encostar a barriga nele’, como até hoje se fala em Portugal. Essa peça desempenha o papel de centro de comunicação e intercâmbio, de encosto, de ponto de apoio para quem bebe (e não se aguenta nas pernas), quem serve, para as garrafas e copos, para o preparo das bebidas. Surge nas tabernas da Europa no início do século XIX, dividindo a sala em duas: o espaço de trás, reservado ao taberneiro, e o restante do ambiente. Ele, portanto, soma e divide, separa, mas ao mesmo tempo integra as relações e proximidades entre comerciante e borracho. Esse mobiliário entretanto, adquiriu outros significados e pode especular um costume. Desde então, beber na taberna consiste em postar-se junto dele.”⁴⁹³

E de fato, dos relatos de ocorrências em botequins, mercearias, cafés e fréges, vê-se que o balcão organizava a arquitetura interna dos estabelecimentos, ordenando o ambiente entre aquilo que era público –o espaço do freguês, do comprador, do bebedor- e o que era privado, espaço da domesticidade do proprietário, onde se guardavam as louças, os estoques de bebidas e outros produtos, onde estava a pia e por onde apenas os funcionários (quando houvesse) transitavam.

Destarte, o balcão abre espaço para uma experiência pública e coletiva, podendo abrigar diversos fregueses encostados, os quais não necessariamente precisam se conhecer; decorrendo daí, inclusive, o início de vários desafetos em razão de brigas com desconhecidos. Assim, a função do balcão é muito mais utilitária do que ornamental ou estética, revelando-se um mobiliário de suma importância para a estruturação do espaço dos botequins e para os seus proprietários.

Voltando à questão do botequim como espaço de trabalho de certos sujeitos sociais da urbe, os quais se viam vez por outra, envolvidos nos conflitos que ocorriam nesses estabelecimentos, importa lembrar que além dos bebedores e habituais compradores dos produtos que se vendiam nos botequins (mas, também nas mercearias e fréges) haviam empregados, proprietários, vendedores de bilhetes e cozinheiros, que dependiam economicamente dos serviços ali prestados.

⁴⁹² Folha do Norte. 29 de agosto de 1920. Fls. O3. Espancado a pau.

⁴⁹³ CAMARGO, Daysi de. *Alegrias engarrafadas: os alcoóis e a embriaguez na cidade de São Paulo no final do século XIX e começo do século XX*. São Paulo: UNESP, 2012. pp. 57-59.

Atente-se que, na condição de *locus* de trabalho e meio de sustento dos citados trabalhadores, tais locais subordinavam-se a uma dinâmica diferente daquela que regia a rotina das fábricas, oficinas e vapores. Horários de funcionamento diferenciados, que invadiam a noite e as madrugadas e a organização do espaço, que pressupunha a co-existência de práticas de trabalho e não-trabalho no mesmo ambiente, faziam parte dessa rotina.

Paralelamente, discussões com fregueses, riscos de furtos e de repressão policial eram também alguns dos elementos que permeavam o cotidiano daqueles que trabalhavam nos botequins, mercearias e fréges da cidade.

“Raymundo Souza, residente à Ferreira Pena, 9, vende bicho no botequim da Padre Prudêncio canto com a Aristides Lobo. Hontem, às 23.30 horas, Raymundo estava no aludido botequim quando ali apareceu o individuo João Rodrigues, que por um motivo frívolo o agrediu estupidamente, esmurrando-o a valer, prometendo repetir a mesma façanha quando fosse para o seu mister ali. Raymundo Souza apresentou queixa ao subprefeito Pontes, hontem, na Central, que prometeu providenciar a respeito.”⁴⁹⁴ (grifo nosso)

Assim, proprietários, balconistas (caixeiros) , vendedores que faziam ponto nos botequins (de cartelas de jogos do bicho ou loterias) e cozinheiros, vivenciavam outra dimensão da territorialidade dos botequins, na qual o espaço de ócio para os fregueses nada mais era que seu meio de trabalho e sustento.

Por isso, ainda que os códigos de conduta que imperavam no interior desses estabelecimentos fossem diferenciados daqueles das ruas e outros espaços da cidade, havia regras e limites que deveriam ser respeitados, ao se frequentar um café, botequim ou mercearia, pressuposto que, muitas vezes, não era entendido pelos clientes, a exemplo de Manuel Tibúrcio da Costa, que tentou fazer necessidades fisiológicas perto do balcão da mercearia localizada na avenida Conselheiro Furtado, sendo repreendido não só pelo dono como também pelo vendedor.

Ora, por mais que apresentassem certas afinidades com a clientela, em virtude da proximidade de condição social, de gostos e de hábitos similares, de raça ou de gênero, proprietários e funcionários de botequins, *fréges* e mercearias se diferenciavam dos fregueses, tendo interesses distintos em relação ao que se passava no interior do estabelecimento.

O objetivo elementar do proprietário era vender seus produtos e ganhar dinheiro, fugindo de infrações e respectivas multas, afastando-se sempre que possível das imagens pejorativas projetadas pelos poderes públicos em relação a esses espaços. Por isso, quando julgava necessário, impunha a ordem no local, expulsava clientes, brigava por valores de

⁴⁹⁴ Folha do Norte. s/d/e. 1939. Bicheiro esmurrado.

contas, etc.⁴⁹⁵

“O hespanhol Manuel Fernandes, estabelecido com um frege no Largo de Santana, é arvorado a duro e gosta de implicar com a freguezia.
Hontem, entrou no referido frege o vendedor de mercadorias, Antonio Magno, residente a rua Frutuoso Guimarães.
O freguês ‘entrou’ primeiramente numa sopa carregada no sal e ficou com a língua que nem estrada de rodagem em tempo de chuva.
Enrustido o primeiro prato, o Antonio Megno pediu outro empregado na batata doce e ficou farto que nem suíno cövado, vindo-lhe logo um tédio pavoroso por tudo o que via.
Pediu as contas e o ‘fregeiro’ carregou na nota mais duzentos réis, dando motivo a que ele o censurasse e fizesse um barulho dos diabos.
O dono da casa, em meio a discussão, melindrou o freguez, chamando-o de ‘gelo cristal’, empurrando-o ainda para a rua.
O ofendido procurou ainda autoridade de permanência, na central, que mandou buscar o fregeiro metendo-o no xadrez.”⁴⁹⁶

Ademais, havia uma certa representação sobre a rabugice e brutalidade, inerentes aos proprietários desse tipo de negócio, vistos pela imprensa como homens rudes, agressivos e interessados unicamente em ganhar dinheiro.

“José Cristiano Figueiredo, residente à avenida Conselheiro Furtado, nº 163, entre Castelo Branco e Quatorze de Abril, queixou-se que quando encontrava-se hontem, cerca das 24 horas, no Botequim Internacional, á avenida 15 de Agosto, **foi agredido por vários indivíduos embriagados, capitaneados pelo próprio proprietário do referido botequim**, tendo saído a camisa e o chapéo inutilizados.”⁴⁹⁷

Convém lembrar ainda que muitos proprietários de mercearias, botequins e fréges também pertenciam aos segmentos empobrecidos da urbe, ganhando apenas um pouco a mais que os demais grupos de trabalhadores urbanos. Muitos desses munícipes eram imigrantes portugueses e espanhóis, que tinham vindo para a capital no intuito de acumular capitais e, por isso mesmo, submetiam-se a condições irrisórias de trabalho, levando uma vida módica, morando nos fundos dos estabelecimentos, trabalhando de sol a sol, de domingo a domingo.

Por outro lado, é interessante observar o envolvimento dos funcionários dos botequins, mercearias e *fréges*, nos litígios que ocorriam nesses espaços, pois, embora sendo trabalhadores e pertencendo aos mesmos grupos sociais que a clientela dos estabelecimentos, tais sujeitos se colocavam claramente a favor dos patrões, especialmente quando se viam diante de uma ameaça à ordem do local ou de alguma agressão contra o proprietário. Nesse

⁴⁹⁵ Sidney Chalhoub no livro *‘Trabalho, lar e botequim’* chama a atenção para a delicada posição ocupada pelos proprietários de botequins e vendas classificando-a como ambígua, na medida em que abrangia por um lado, relações hierárquicas com os fregueses decorrentes da própria condição de dono do negócio ou de alguém que recebia ganhos maiores que os dos seus clientes e que tinha certa autoridade implícita sobre o espaço. Ao mesmo tempo, o proprietário também eram alguém que tinha aproximações culturais com os frequentadores do estabelecimento, pelo fato de que compartilhava em alguma medida, gostos e hábitos em comum, advindos da condição social similar a clientela. Cfe. CHALHOUB, Sidnei. Op. Cit. p. 265

⁴⁹⁶ Folha do Norte. Belém, 16 de maio de 1930. Fls. 04. Encrenca Num Frége.

⁴⁹⁷ Boletins de Ocorrência. 25 de julho de 1926.

momento, os laços de solidariedade horizontal não prevaleciam.

Talvez o receio de perder o vínculo de confiança com o patrão ou mesmo de ser dispensado do emprego, falassem mais forte que eventuais aproximações culturais em relação aos fregueses dos estabelecimentos.

A necessidade de afastar-se da imagem de desordem que recaía sobre esses estabelecimentos fazia com que muitos proprietários e empregados dos botequins e mercearias acirrassem as medidas de controle sobre os comportamentos de seus frequentadores; procurando evitar excessos e impedir brigas no interior do estabelecimento, nem que para isso fosse necessário colocar fregueses porta afora ou mesmo dar umas bordoadas em possíveis desordeiros.

De qualquer modo, vistos pelos poderes públicos e elites como *locus* de desordem, bebedices e criminalidade, os botequins constituíram importantes espaços dos circuitos de sociabilidade dos trabalhadores pobres, entre as décadas de 1920 e 1930. Quer vendendo bebidas alcoólicas ou produtos diversos, quer sendo espaço para se jogar conversa fora ou até para se resolverem litígios; botequins, mercearias, frêges e cafés mantiveram-se, apesar da repressão da polícia e dos discursos pejorativos da imprensa.

Frequentados por operários, vendedores ambulantes, caixeiros, marinheiros, mas também por desocupados e larápios, dentre outros grupos das camadas populares, os botequins foram lugares sociais que possibilitaram aos seus frequentadores expressar hábitos, comportamentos e atitudes que demarcavam a sua identidade no contexto urbano.

3.2 Currais de Bois, cordões e pastorinhas invadem os territórios citadinos

As camadas populares belemitas construíram diferentes circuitos de lazer e diversão pela cidade. E conforme já afirmado, alguns destes se organizaram em torno do hábito de frequentar botequins, mercearias e cafés, ingerir bebidas alcóolicas, mas também, frequentar cinemas e circular pela cidade em busca de amor e de lazeres noturnos.

Não obstante, se considerada a multiplicidade cultural que dizia respeito aos diferentes segmentos humanos que compunham a urbe belemita, tem-se que além das sociabilidades acima descritas, construíram-se outras práticas de lazer que dialogaram diretamente com as heranças étnico-raciais dos habitantes da cidade.

As comemorações do mês joanino articuladas em torno dos Currais de Bois-bumbá; os ensaios e desfiles de cordões de pássaros; os arrastões promovidos pelos cordões carnavalescos, na época do reinado de Momo e ainda, as cantorias e apresentações dos grupos de Pastorinhas que celebravam o período do advento; se constituem as outras formas de expressão da sociabilidade popular que possibilitam conhecer os modos como os trabalhadores pobres urbanos se apropriavam dos espaços públicos da cidade (especialmente, ruas, praças e largos) firmando sentimentos de pertença a urbe.

Paralelamente, tais momentos de encontro, festa e diversão dão a conhecer um pouco dos relacionamentos que esses sujeitos estabeleciam entre si, com vistas a compartilhar valores, crenças e percepções de mundo, fortalecendo suas identidades de classe. Ainda que em certas ocasiões pudessem ocorrer divergências, tensões e conflitos no interior desses movimentos.

Segundo Vicente Salles, em “Épocas do Teatro do Grão-Pará”, as primeiras expressões de dança de bois, os chamados *Bois Bumbás*, apareceram no estado do Pará na segunda metade do século XIX, por volta de 1850; quando os jornais da época dão conta das andanças que o *Boi Caiado* fazia pelos subúrbios da cidade de Belém, juntamente com capoeiras conhecidos da população, promovendo desordens e incitando conflitos que eram reprimidos pela força policial.⁴⁹⁸

Em termos estéticos e artísticos, a dança do *boi bumbá* consiste numa comédia satírica, que encontra expressão em diversas partes do país, recebendo diferentes nomeações e incorporando variados elementos das culturas locais. Trata-se de um teatro popular, dançado e cantado, principalmente por gente negra e cabocla, pertencente aos segmentos mais pobres da urbe. É uma manifestação que exprime muito dos hibridismos que ocorreram ao longo da história pátria.

Segundo analisou Tatiane Teixeira, o *boi bumbá* tinha como público participante, principalmente as camadas populares, para as quais o festejo possuía um sentido simbólico, que lhes possibilitava estravar aptidões, na medida em que os grupos organizados pelos dançantes dedicavam tempo e atenção, com certo rigor e disciplina, para fazer do espetáculo uma manifestação luxuosa, no intuito de chamar atenção dos concorrentes e dos expectadores das apresentações.⁴⁹⁹

⁴⁹⁸ SALLES, Vicente. Op. Cit. p. 312

⁴⁹⁹ TEIXEIRA, Tatiane Correa. *Carnaval belenense em tempos de guerra. 1938-1946*. São Paulo:PUC,SP, 2013.

Entre o final do século XIX e primeiras décadas do século XX, os *Boi Bumbás* estiveram diversas vezes associados às práticas de vadiagem e à capoeira, em virtude de muitos cordões de bois abrigarem entre seus membros indivíduos que eram conhecidos pelos seus envolvimento com a ociosidade ou que haviam sido capangas de políticos locais; e utilizavam-se das práticas de capoeiragem para eliminar seus rivais eleitorais.

Luiz Augusto Leal afirma que na emergência da república, em fins do século XIX, o conhecimento da capoeira era fundamental para participar de um grupo de boi bumbá; já que diante das disputas que ocorriam entre grupos rivais pelas ruas da cidade, dependia-se muito dos golpes de capoeira para se defender (ou atacar) dos balisas, que iam na frente dos cordões de bois, protegendo seus demais integrantes. Nas palavras do historiador *‘nos encontros de bumbás, os menos valentes e menos hábeis se davam mal. Por isso, o conhecimento da capoeiragem era imprescindível.*⁵⁰⁰

Nos anos de 1918 a 1939, os discursos acerca das práticas de sociabilidade construídas no interior dos grupos de *boi bumbá*, bem como as percepções a respeito do lugar social ocupado pelos *currais de bois* no contexto da cidade que se modernizava, oscilaram entre a crítica mais veemente (produzida pelas autoridades públicas e jornalistas) e elogios que celebravam o valor cultural desses festejos para a feitura de uma identidade paraense.

Nesse movimento, os literatos reconheciam os bairros e as ruas onde esses cordões de bois se apresentavam, como sendo espaços privilegiados de manifestação da cultura regional. Para eles, os bois bumbás com seus currais espalhados pelos diversos territórios do subúrbio da capital, representavam as tradições passadas e há muito esquecidas ou desmerecidas numa cidade que se modernizava e avançava rumo ao progresso técnico e social.

“Os festejos joaninos são os festejos do povo. As velhas tradições passadas, revivescidas na alma ingênua da nossa gente, nos subúrbios poéticos da cidade, proporcionam a essa gente simples e boa, a alegria e a satisfação verdadeiras. São os bumbás, os pássaros, os bichos, com os seus pagés, doutores, tuchauas, a preta mina e o velho africano, tipos arrancados a imigração dos escravos, que os colonizadores lusos traziam para a terra virgem, recém descoberta.

E o pai Francisco e a mãe Catarina. E ainda há o tio Cazumbá.

E o povo vibra e sai a rua, batendo pandeiros, tocando maracas e taboinhas.

Santo Antonio São João e São Pedro são festejados e queridos. E há os banhos, as sortes e as fogueiras. Tudo; arraiais se fazem, com barraquinhas garridas, onde se come e bebe do melhor.

E é no Umarizal, o bairro por excelência onde o povo sabe festejar os santos populares, que são mais encantadoras as festas.

Lá, temos o Boi Canário, brincadeira que há muitos anos vem fazendo sucesso com os seus cantos, as pilhérias do pai Francisco e os requebros da mãe Catarina. É lá que o arraial se enche do povo, que uma orquestra alegra os convivas e o povo diverte-se a valer, até alta madrugada. E, para os que amam ainda, as nossas tradições avoengas, tão cheias dos primeiros sentimentos de alegria da nossa raça, é agradável passar a noite assistindo ao boi Canário.⁵⁰¹

Consoante essa leitura, os bois bumbás surgem conectados aos festejos joaninos, indissociáveis das outras práticas inerentes ao período, como por exemplo, o banho de cheiro, a benzeção e a fogueira; constituindo-se na verdade, a principal atração dos arraiais que se instalavam na cidade nos meses de junho e julho.

Manifestação de velhas tradições culturais, divertimento do povo e festejo inocente, de gente ingênua, são alguns dos atributos que o literato subscritor da crônica, concede aos bois bumbás; indicando a possibilidade de se construir uma imagem desses festejos que passava distante da criminalidade ou da vagabundagem.

Diversamente dessa posição, a imprensa responsável pelos jornais que circulavam na cidade, apresenta outra leitura a respeito das apresentações de bois bumbás, seus respectivos currais (locais onde o boi ficava guardado até a hora de sua apresentação e onde eram instaladas as barracas e vendinhas) e frequentadores.

Para os jornalistas do jornal Folha do Norte, as apresentações de bois bumbás costumavam ser palcos de brigas, crimes e contravenções, levando a polícia a ver esses espaços como *fócos de ameaças* à ordem moral e social citadinas.

⁵⁰¹ Revista Belém Nova. V.01, nº 17, Junho, 1924. As festas populares. O Boi Canário.



Imagem: Boi Canário. Percebe-se a predominância de indivíduos de cor negra, mulatos e pardos; muitos dos quais compunham os segmentos de trabalhadores pobres urbanos belemitas que moravam em bairros adjacentes ao centro comercial ou em áreas classificadas como subúrbios em decorrência das condições de urbanidade que as circundavam, do expressivo contingente de pessoas pobres que moravam nas redondezas e da distância que mantinham em relação aos territórios onde estavam localizadas as principais casas comerciais e fábricas.

Interessante observar o aglomerado de pessoas que está em volta dos participantes do boi, algumas se apertam num palanque de madeira, indicando que certamente tratava-se de um Curral montado para apresentações; outras se equilibram nos troncos das árvores do terreiro de chão batido envolto por densa mata, levando a se pensar a respeito do bairro em que estava localizado esse Curral. Sabe-se que o Boi Canário era mantido por pessoas do bairro do Jurunas e costumava se apresentar nas imediações do Largo de São José, desafiando quando necessário, outros bois dos bairros do Umarizal, Guamá e Telégrafo. **Fonte:** Revista A Semana. Volume 03, nº 117. 1920

Para a parte da imprensa belemita, o maior problema era o ambiente perigoso que se gerava em torno dessas apresentações, o qual estimulava a promiscuidade moral dos espectadores, muitos dos quais frequentavam os currais em busca de aventuras amorosas ou com o intuito de se embriagar e praticar gatinagens.

Na perspectiva da polícia e dos sujeitos oriundos de famílias que se consideravam respeitáveis, os currais de Bois Bumbá e os grupos que neles se apresentavam ofereciam perigo a segurança das famílias, por serem frequentados por homens de cor e pobres, alguns sem ganhos fixos ou emprego conhecido e muitos, com passagem pela polícia por desordens e bebedices. A exemplo de Raymundo Sabine de Sena, que se envolveu numa confusão durante as apresentações do Boi Bumbá *Flor da Noite*, no bairro do Guamá, tendo sido duramente reprimido pelo comissário de polícia que ali se encontrava.

“Raimundo Sabino de Sena, brasileiro, casado, residente nesta cidade na travessa Mundurucus, vem como o máximo respeito e acatamento, expor e requerer a V.Exma o seguinte:

No dia 15 cerca de meia noite estava o suplicante juntamente com sua mulher assistindo as festas do ensaio de um boi bumbá que se realizava no lugar denominado Guamá, fins da rua José Bonifácio, nesta cidade, quando sem motivo algum foi espancado pelo sr. Raymundo Salles que se diz comissário de polícia sendo também empregado na repartição de Águas desta cidade, o qual empunhando um rebenque de fios de arrame produziu no suplicante vários ferimentos, em presença de várias pessoas que protestaram contra tão perverso e injusto procedimento por parte do referido sr., e ainda não satisfeito prendeu o suplicante conduzindo-o até a subdelegacia de São Braz, onde foi mandado para sua casa.

E como o procedimento do suplicado é considerado na lei como crime, o suplicante vem, mui respeitosamente, requerer a V. Sa. Exma. Para os fins legais, a abertura do competente inquérito, submetendo-se a exame de corpo de delito, indicando como testemunhas presenciais, entre muitas outras, João Cesário e, Francisco Almeida, moradores do dito lugar Guamá, e também proprietário do Boi Bumbá, Sr. Isaías. Nestes termos, pede deferimento (Raymundo Sabino de Senna).”⁵⁰²

Apesar de Raymundo Sena ter apresentado queixa detalhada acerca dos ferimentos que lhe tinham sido provocados Raymundo Salles, na prática, o subdelegado do bairro de São Braz, não considerou a procedência do pleito do requerente, em virtude do mesmo contar com diversas passagens na polícia e ser conhecido naquele distrito pelo envolvimento em outras ocorrências policiais, na condição de acusado.

“Esta delegacia conforme despacho de V.Sa. Exma. Exarado na presente petição apurou com testemunhas insuspeitas que o peticionário foi o único provocador da desordem havida no arraial do Boi Bumbá ‘Flor da Noite’, de responsabilidade de Isaías Agapito de Souza Santos, dando assim motivo para que o Comissário daquela zona Sr. Manoel Raymundo Sales, agisse com energia fazendo valer sua autoridade.

O queixoso Raymundo Sabino de Sena, conforme ficou apurado é um indivíduo de maus precedentes, desordeiro contumaz e afeito a praticar desordens.

*Foi o que apurou esta Delegacia, referente ao caso em apreço.”*⁵⁰³

O fato de o requerente ser conhecido como indivíduo de maus precedentes, fez com que seu requerimento sofresse juízo de valor por parte do investigador de polícia, gerando implicitamente a desconfiança acerca das declarações que haviam sido prestadas sobre as agressões que lhe tinham sido desferidas pelo comissário Raymundo Salles.

Em termos concretos, a palavra do requerente passou a valer menos do que a palavra da autoridade policial a partir do momento que ficou sendo conhecido seu passado de desordens.

⁵⁰² Belém. Petições. 1938. Requerimento que faz Raymundo Sabino de Sena. 17 de maio de 1938.

⁵⁰³ Belém. Petições. 1938. Ofício em resposta ao despacho proferido pelo Dr. Chefe de Polícia .23 de maio de 1938.

Nesse sentido, condenava-se o festejo em razão das características imorais que permeavam aqueles sujeitos sociais que dele participavam. A heterogeneidade que compunha os terreiros de boi bumbá, a diversidade de práticas de lazer ali manifestas, tais como as danças, falações em alta voz, músicas, bebedices, etc., incomodavam os segmentos sociais mais ricos e que consideravam tudo que ocorria no curral, uma espécie de afronta a moralidade pública.

“Os moradores da José Bonifácio, no bairro do Guamá, estão alarmados com um ‘boi bumbá’ que está sendo ensaiado na casa de um sr. Isaías, onde há barulho todas as noites, correndo cachaça a granel e jogo desenfreado. Sempre há desordens, juntando-se ali pessoas de todas as procedências. Não poderia ser melhor publicado o ‘boi’ do ‘seu’ Isaías?”⁵⁰⁴

A petição apresentada pelos moradores da avenida José Bonifácio, contra os ensaios promovidos por um Boi de propriedade do sr. Isaías ilustra bem essa percepção. Conforme se conclui do teor da reclamação ali se juntavam ‘pessoas de todas as procedências’, deduzindo-se havia certa aglomeração nos ensaios, os quais eram movidos a música, diversões por jogos e consumo de bebidas alcóolicas. Práticas que já vimos no capítulo anterior, costumeiramente eram associadas a vagabundagem e a contravenção. Talvez por isso, fosse inaceitável aos moradores da José Bonifácio continuar suportando os ensaios do Boi que mais tarde viríamos a saber chamar-se “Flor da Noite”.

A resposta do Comissário de polícia para a reclamação apresentada foi:

“(…) tenho a informar o seguinte: no dia 15 do corrente mês, houve de fato uma desordem no curral do boi denominado ‘Flor da Noite’, sito a rua Silva Castro, s/n, tendo sido preso os promotores da referida desordem, pelo comissário do bairro do Guamá, o qual os remeteu para esta sub-delegacias, onde foram registrados.

Quanto ao funcionamento do mesmo, tenho a declarar que nos ensaios começaram a se realizar desde o dia 10, data correspondente ao dia seguinte da entrada da petição do requerente, pedindo permissão para o referido ensaio.

É o que me cumpre a informar para V.Sa. Excia.”⁵⁰⁵

A polícia mostrou-se diligente em relação à fiscalização dos ensaios do Boi “Flor da Noite”, demonstrando de que modo os poderes públicos tratavam esses festejos, sempre vigiados e considerados perigosos. Tanto que ao longo da década de 1930, notamos um numero significativo de pedidos de licença para ensaios, desfiles de cordões de Boi Bumbá e montagem de currais para apresentação dos bois. Tal qual o impetrado pela Sra. Catarina Paes

⁵⁰⁴ Folha do Norte. Belém, 16 de maio de 1938. O Povo reclama. Um boi arreliado.

⁵⁰⁵ Belém, 18 de maio de 1938. Informações prestadas pelo sub-delegado de São Braz, em razão do despacho exarado pelo 1º Delegado da capital.(Dê-se a licença na forma legal.)

de Andrade, de 35 anos de idade, residente na Avenida Duque de Caxias, nº 538 e proprietária do Boi Japií, que pediu autorização para realizar os ensaios do citado boi em sua casa e teve como resposta a advertência para que os ensaios do grupo fossem realizados sempre à tarde, não excedendo as 18 horas.⁵⁰⁶

Listagem de alguns grupos de Boi Bumbá e localização de seus terreiros e/ou casas dos proprietários, cfe. Petições apresentadas a subprefeitura de Belém, nos anos de 1930, 1931, 1932, 1934, 1938.

Grupo Cavalo Malhado de Festejos joaninos	Trav. 14 de Abril, nº 75
Grupo Cordões Joaninos	Rua Tamoios, nº 353
Grupo Zebra	Trav. Humaita, nº 385
Grupo Joanino Periquito	Av. Conselheiro Furtado, 1636
Grupo Joanino Canário Belga	Trav. 14 de Março, 118, Entre a Vila Guarani e Guela da Morte
Bumbá Novo Querido	Rua da Municipalidade, entre travessas José Pio e Djalma Dutra
Bumbá Estrela do Norte	Trav. José Bonifácio, nº 1006
Bumbá Pae da Malhada	Travessa Alferes Costa, nº 1009
Boi Flor da Duque	Av. Duque de Caxias, nº 1310.
Bumbá Boi brilhante	Trav. 14 de março, 354, entre ruas Antonio Barreto e Diogo Moia
Bumbá Estrella Dalva	Rua Silva Castro s/n
Boi Bumbá Flor do Norte	Rua Silva Castro, s/n
Grupo Joanino “Culera”	Rua dos Timbiras, 491
Boi Bumbá Riso do Campo	Trav. 22 de Junho, nº 08
Bumbá Última Hora	Av. Marquez de Herval, 833
Bumbá Pae do Campo	Cesário Alvim esquina com a Carlos de Carvalho
Bumbá Flor da Pedreira	Av. Pedro Miranda, 661 (esquina com a Mauriti)
Boi menino	Travessa Mauriti, 398
Boi Bumbá Estrela Dalva do Pinheiro	Travessa dos Berredos, Vila do Pinheiro – Parada da Agulha do Curro
Boi Bumbá Pae da Hora	Trav. De Humaita, s/n
Boi Bumbá Estrela Dalva	Av. 1º de Maio, fundos do cinema São João
Boi bumbá Lindo Cravo	Av. 1º de Maio, 723 – Curro Velho
Boi bumbá Estrela do Norte	Rua Barão de Igarapé Mirim, 84

Através das petições apresentadas ao Chefe de Polícia Municipal é possível elencar os diversos grupos Bois Bumbás que existiam pela cidade, os quais transitavam principalmente por bairros mais distantes do centro comercial citadino. As petições serviam

⁵⁰⁶ Petições. Belém, 10 de maio de 1938.

para legitimar o direito à circulação dos bois pelas inúmeras ruas da urbe, bem como, para resguardar seus proprietários contra eventuais multas e fiscalizações inesperadas.

Por outro lado, seus conteúdos nos revelam a multiplicidade de territórios em que essas manifestações se faziam presente durante os meses joaninos, indicando em conjunto com os artigos de jornais, que os currais de bois bumbás compunham ao lado dos botequins, mercearias e fréges, importantes *locus* da sociabilidade popular.

“Decorreram muito animadas as últimas noites da evocativa época Junina
Os bairros, fora do centro da cidade, estiveram movimentados até pela madrugada. Os foliões fizeram solenes despedidas e muitos paneiros foram sacrificados às fogueiras.
Deu a nota final alegre, o grupo do “Gallo”, que parecia mais um grupo de “Pintainhos”, pois era composto de menores de dez anos.
Os galinhos fizeram diversas visitas e onde viam que o dono da casa não lhes oferecia um docinho, ao menos, iam saindo cantando.
O’lê, O’lê, O’lê
O’lê, O’lê, Ólá
Já estou arrependido
De vir aqui dançar
Estavam bem preparados, tinham graça e saíram da Vila Natal, dirigia o grupo de Petizes, a cuja frente ia o Anesar feito amo, uma senhorinha, e fazia de baliza o “pirralho” Laróca.

O bumba “Pai do Campo” fará amanhã sua fuga para a mata. O “Curral”, á rua dos Pariquis estará em festa. Na semana entrante começará a matança dos bumbas e bichos de diversas espécies.”⁵⁰⁷

Da notícia transcrita depreende-se que nesses currais de bois transitavam tanto adultos quanto crianças; meninos e meninas que apreendiam com os mais velhos os rituais, códigos e símbolos presentes nos festejos e as repetiam anualmente, assegurando a continuidade dessas manifestações culturais entre os populares.

Regadas a música e danças, contando com a participação de membros de diferentes idades, mas dedicados e fervorosos, os grupos de Boi Bumbá e suas apresentações de rua, se mantiveram na paisagem urbana belemita, ao longo dos anos 1920 e 1930.

“Boi Veludinho – realiza-se hoje a noite, a fuga, e amanhã ás 3 horas da tarde, será agarrado, levado para o curral e abatido.
Haverá danças e tocará uma banda de música.

Na prática, a maioria dos pedidos era deferida desde que fossem pagos os emolumentos legais. Porém, para que o requerimento fosse adequadamente respondido também se mostrava necessário que o comissariado de polícia procedesse primeiramente, as diligencias nas sedes e espaços destinados ao funcionamento do curral, para saber as reais condições dos ambientes em que seriam feitos os ensaios ou instalados os currais.

⁵⁰⁷ Folha do Norte, 02 de Julho de 1930, folha 03. Festas Populares. Últimos Ecos da estação Junina.

Essa atitude era um meio de tentar evitar que se multiplicam as reclamações contra as apresentações e confusões no entorno das áreas onde os bois se apresentavam.



Imagem: Boi Flor da Campina. Nota-se que o grupo é formado quase exclusivamente por negros e mulatos, não se percebendo a presença de mulheres. O grupo posa para a fotografia tendo ao fundo uma casa de *pau a pique* construída em um terreno de chão batido, indiciando tratar-se de uma barraca, a qual era uma espécie de moradia muito comum nos bairros habitados por proletários e trabalhadores pobres. Não é possível afirmar que se tratava da residência do “dono do boi”, porém, há grande probabilidade de o ser, uma vez que eram comuns os pedidos de autorização para ensaios de bois no próprio espaço doméstico daqueles indivíduos que se auto intitulavam ‘proprietários’ de currais de bois. Sendo assim, antes de saírem para os desfiles e apresentações pelas ruas, muitos bois ensaiavam nas casas e terreiros que pertenciam aos seus proprietários.

Fonte: Revista A Semana. Volume 03, nº 117. 1920.

Nas poucas imagens encontradas nas revistas de mundanismo que circulavam por Belém, no período pesquisado; é possível ver a presença esmagadora de indivíduos negros vivendo os personagens da trama e também, crianças envolvidas de diferentes formas nos festejos; ora como integrantes do grupo ou como espectadores atentos nas arquibancadas.

Essa participação infantil é inquietante, posto que contradiz as falas da polícia, que só conseguia enxergar nos cordões de Boi Bumbá ambientes inseguros e perigosos para os adultos, quiçá para os menores.

Ao revelar imagens em que se vê crianças que participavam ativamente dos festejos, às vezes na condição de personagem da trama; a fonte nos leva a reconhecer a importância desse momento para construção da sociabilidade dos grupos de convívio desse menor.

Conforme explica Vicente Salas em seu “*As épocas do teatro do Grão-Pará*”, as pastorinhas constituem-se em autos populares, assim como o boi-bumbá de rua; mas que se organizam em torno dos festejos do advento, ou seja, das comemorações natalinas, articuladas diretamente ao calendário litúrgico religioso católico.⁵⁰⁸

Eram grupos que percorriam as ruas da cidade, animados por música e danças, batendo de casa em casa onde havia um presépio armado e fazendo suas apresentações naquelas moradias que as aceitavam e as acolhiam. Tratava-se, na verdade, de mais um tipo de cordão popular, que se iniciava com um número pequeno de convivas e, ao passo que transitava pelas ruas, ia formando um aglomerado cada vez maior, de gente envolvida pelas músicas, pela animação e movidas pela devoção ao menino Jesus.

Historicamente, tais comemorações datam do início da colonização e foram introduzidas pelos missionários e pelas famílias mais abastadas da época, as quais construíam belenzinhos, lapinhas ou presépios, diante dos quais costumavam cantar louvores ao ‘menino jesus’. E enquanto os religiosos costumavam organizar os autos e mistérios, apresentados no interior das igrejas e santuários; os devotos dedicavam a erguer em suas casas os presépios e promover bailes em alusão ao festejo.

Em Belém, ainda no século XIX, essas festas proliferaram, ao ponto do governo tentar coibir as comemorações privadas, já que não se admitia festa de cunho religioso sem arraial que estivesse tutelado por uma igreja e fiscalizado pelo poder público.

Nas palavras de Vicente Salles:

“Até as festas promovidas pelos promesseiros, algumas famosas como a do mestre Martinho ou a de Tia Ana das Palhas, apresentavam esta singularidade: mistura de arraial, feira-livre e devoção. (...) Como era costume, a principal fonte de atração da festa era o arraial. Onde havia grande presépio, centro de atenção e devoção dos festeiros.(...) No meio do terreiro, capinado a capricho, erguiam-se tómbolas para a venda de bilhetes de rifas e sortes ou amontoavam-se tabuleiros de comidas. Havia pastéis de camarão e caranguejo, mingau de milho, canjiquinhas, broas, tremoços, pamonha, amendoim torrado, uma convergência de doces e beberagens.”⁵⁰⁹

Nas décadas de 1920 e 1930, constatou-se a existência de pelo menos dois tipos de festejos construídos com fulcro nessa tradição natalina, a saber: os *Cordões de Pastorinhas* organizados por famílias, vizinhos ou amigos, que se reuniam nos meses que precediam o Natal para ensaiar nas casas dos membros dos grupos e posteriormente, saíam em desfiles

⁵⁰⁸ SALLES, Vicente. *Épocas do Teatro no Grão-Pará ou Apresentação do Teatro de Época*. Tomo 2. Belém: UFPA, 1994. Pp. 308-317

⁵⁰⁹ SALLES, Vicente. *Idem*. pp. 312

pelas ruas dos bairros em que viviam ou transitavam com frequência; os grupos pastoris organizados por famílias ou companhias de teatro popular, que se apresentavam em teatros de tablado e participavam de festivais e competições.

Nesta tese, cuidaremos tão somente da primeira espécie de cordão pastoril, referente aos grupos organizados por indivíduos provenientes dos segmentos de trabalhadores pobres e que mantiveram a tradição dos desfiles de ruas e apresentações nas casas.

Observe-se que esses cordões costumavam ser mantidos por devotos do *Menino Jesus* e muitos eram formados quase que exclusivamente por mulheres, adolescentes e crianças, sinalizando a percepção que inúmeros munícipes nutriam acerca desses sujeitos sociais; os quais eram vistos como entes quase angelicais e detentores de maior pureza. Podemos citar como exemplos, o grupo pastoril *Filhas de Israel* (Pedreira), composto exclusivamente por meninas entre 12 e 16 anos; o grupo pastoril *Belas Indianas*, formado apenas por crianças pobres do bairro da Cremação e o grupo *Jovens do Guamá*, composto só por crianças.

Essa percepção da necessidade de manter uma certa áurea de moralidade na formação do grupo pastoril, parece ter relação com o fato de que se tratava de uma festa nascida no interior de uma tradição religiosa (o Natal), ainda que tenha se diversificado nas formas de comemoração ao longo do tempo.

Relação de alguns grupos pastoris da Cidade de Belém (1931; 1932; 1934; 1938)

Identificados a partir de petições que apresentaram ao poder público solicitando autorização para ensaiar, percorrer as ruas e casas fazendo apresentações.

Grupo Pastoril Filhas de Israel	Trav. Duque de Caxias, 195 - Pedreira
Pastorinhas "Estrellas de Belém"	Trav. Caldeira Castelo Branco, 27 – São Braz
Cordão Pastoril "Jovens Moreninhas"	Av. 1º de Dezembro, 107 – Marco da Légua
Grupo Pastoril "Estrellas do Oriente"	Boulevard Dr. Freitas – Cidade Velha
Soc. Beneficente Coração de Jesus	?
Rancho Pastoril "Filhas de Japhet"	Trav. Angelo Custodio, 29-G – Cidade Velha
Grupo Pastoril Belas Indianas (crianças pobres do bairro)	Rua dos Caripunas, 180 - entre 9 de Janeiro e 3 de Maio Cremação
Grupo Pastoral Filhas da Turva	Trav. Do Chaco, nº 1184 – Marco da Légua
Grupo Pastoril Jovens do Guamá	Trav. José Bonifácio, nº 1036 – Guamá
Pastorinhas jovens moreninhas	Trav. Guerra Passos, 183 – Canudos

Grupo Pastoril As Jerusalinas	Rua Antonio Barreto, 337 - Umarizal
Grupo Pastoril Neozóthi	Trav. Duque de Caxias, nº 981 – Pedreira

Os momentos de ensaio e apresentações dos grupos pastoris pelas ruas dos bairros do entorno do centro da cidade, representavam momentos de compartilhar a fé, de encontrar velhos amigos, conhecer novas pessoas, repartir comidas e bebidas; indicando a existência de várias formas de solidariedade popular, as quais perpassam por vivências coletivas e festeiras da urbe.

Nessas ocasiões também, os participantes dos grupos, familiares, espectadores e curiosos que ali se achegavam, demarcavam seu lugar social na cidade, revelando a presença de uma significativa rede de sociabilidade popular, a qual dispensava a presença de artefatos de tecnologia para ocorrer.

As cantorias eram acompanhadas por músicos que tocavam rabeca, violão, chocalho e diferentes tipos de tambores, instrumentos fáceis de transportar e que possibilitavam o deslocamento do cortejo de pastores pelas ruas dos bairros.

O ponto culminante das apresentações era a chegada do cordão nas casas em que havia presépio, já que era nesses espaços que o grupo desenvolvia narrativa teatral do nascimento de Jesus, seguida de comilança e às vezes, um tempo de dança entre os presentes.

A grande característica desses cordões era a itinerância; muito embora Vicente Salles afirme que tenha havido famílias que organizavam *pastorinhas domésticas*, compostas exclusivamente por integrantes de um mesmo grupo familiar. Tudo isso, na busca por fixar o cordão num determinado espaço cênico, para o qual buscavam maior infra-estrutura (um pequeno tablado, pano de boca, luzes, etc.).⁵¹⁰

Outro aspecto interessante das festas promovidas pelos cordões pastoris diz respeito ao ambiente criado no entorno das apresentações, o qual era aconchegante e heterogêneo ao mesmo tempo, propício para se começar um namoro, mas também viável para se resolver litígios.

Nessas ocasiões, o teor religioso da comemoração não impedia que certos participantes aproveitassem o momento para tecer conversas mais íntimas e aproximar-se de possíveis pretendentes. Tal como, Isabel Maria de Assis, residente a Travessa 14 de Março, nº

⁵¹⁰ SALLES, Vicente. Op. Cit. p.310.

54, que dançou com o foguista Joaquim Ventura Ramalho, morador da rua João Balby, 81, no Umarizal, durante a apresentação pastoril realizada na casa de Nhá Elysia, também na rua João Balby, passando a partir daí tecer relações de namoro com o mesmo.⁵¹¹

Além das pastorinhas itinerantes, talvez inspirados pelas tradições de comemorações ao advento realizadas sob a tutela e supervisão da igreja na época colonial, verificou-se inúmeras referências nos jornais da cidade acerca de festejos populares em devoção e agradecimento a santos da tradição católica. Celebrações a São Sebastião, Cosme e Damião, Santo Antonio, São Domingos, São José, dentre outros personagens da história cristã eram promovidas por grupos de devotos, assegurando um circuito de festejos em variados pontos da urbe em diferentes meses do ano.

“Activam-se os preparativos para levar a efeito com todo o esplendor a festa anual do glorioso São Domingos, em sua capella, á rua Caripunás, cujo início será, impreterivelmente, a 5 de setembro, domingo próximo, terminando a 19.

Hoje, a tarde, as 3 horas, será posto em arrematação o botequim do pavilhão a quem maior lance oferecer, assim como serão demarcados os logares para barracas, continuando a diretoria da festa a disposição das pessoas que com ela queiram se entender, durante toda a semana, das 8 da manhã as 6 horas da tarde.”⁵¹²

Tratava-se dos arraiás e/ou quermêes realizados em largos, praças e outros espaços públicos importantes da cidade, autorizados pela polícia e sob a fiscalização dos agentes públicos.

Nos anos pesquisados, percebeu-se que essas comemorações estiveram pulverizadas nos mais distintos bairros da urbe e eram organizados por associações, grupos de amigos e famílias, com vistas a celebrar aniversários de santos de tradição católica ou rememorar anualmente graças recebidas.

“No bairro da Usina da Cremação, á travessa Nove de Janeiro, esquina da rua Conceição, terá início, no próximo domingo, 17 do corrente, a festividade em honra do glorioso S. João Batista, que, por motivo de força maior fora adiada.

O local em que vão ser realizados os festejos já se acha recebendo o respectivo embandeiramento. São juizes da festa os srs. Drs. Francisco Garibé da Rocha, capitão Napoleão s. Silva Junior, José Celso de Castro e Lino de Sousa, e juizas as exmas, srs. D.d. Tereza de Campos Castro, Isabel Pereira Lima, Diva Ferreira Machado e Anna Barbosa Miranda. A festa terminará em 24 do corrente, reinando para a festa o máximo entusiasmo.”⁵¹³

“Na travessa Nove de Janeiro esquina da Conceição começa, hoje, á noite, a festa de São João. Haverá ladainha em altar preparado, iluminação e decoração daquele perímetro, música, balões e outras diversões de arraial. A festa terminará na noite de 25. Esforça-se a diretoria para que tenha excepcional esplendor, tanto os atos do culto como os profanos.”⁵¹⁴

⁵¹¹ Folha do Norte. 08 de agosto de 1920. Fls. 04. O Cupido em Ação.

⁵¹² Folha do Norte. Belém, 29 de agosto de 1920. Festas Populares. A de São Domingos, no bairro do Jurunas.

⁵¹³ Folha do Norte. Belém, 13 de julho de 1915. Fls. 03. No bairro da Usina da Cremação.

⁵¹⁴ Folha do Norte, 18 de Julho de 1915, folha 02, coluna 01. Festas Populares. No bairro da Usina de Cremação

Cremação, Jurunas, Umarizal, Pedreira, Canudos e Telégrafo-sem-fio figuravam entre os bairros em que comumente os moradores organizavam festas aos santos. Através de associações de moradores, grupos de devotos de determinado santo católico criavam-se comissões, definiam-se gerentes de festa e dirigentes de quermesse, os quais tinham a função de assegurar a ordem e a diversidade de atrações para o evento. Parte dessas atrações consistia em barracas para venda de comidas, jogos de roleta sem uso de máquinas ou objetos mecanizados, comércio de bilhetes para sorteio de brindes, dentre outros elementos.

“Festa do sagrado coração de Maria – prosseguem com muita atividade os preparativos da festa que a Sociedade Beneficente do Sagrado Coração de Maria vai promover na travessa 22 de Junho, entre Oliveira Belo e Bernardo Couto, no Umarizal, em homenagem á sua padroeira. Hoje estará ali a diretoria á disposição das pessoas que queiram alugar terreno para barraquinhas e etc. A decoração começará a ser feitas a meados da semana entrante.”⁵¹⁵

Ao lado dos arraiais realizados nas praças da cidade e que contavam com a fiscalização do poder público, havia ainda as festas promovidas por pequenos grupos ou individualmente por munícipes que se consideravam afilhados de santos, devotos ou recebedores de milagres e prodígios. Neste caso, o costume consistia em levantar um mastro votivo ao santo padroeiro, santo de devoção ou àquele a quem se atribuía o milagre.

“Amanhã, Quinta-feira de ascensão, terão início as populares e tradicionais festas do Divino Espirito Santo com o levantamento dos mastros votivos nos diversos bairros de Belém.

-Na travessa Caldeira Castelo Branco entre Mundurucus e Pariquis, essas pitorescas festas são de iniciativa da Sociedade Beneficente do Divino Espirito Santo, que esta transformando aquele perímetro em arraial.

Amanhã, ás 4 horas da tarde, efetuar-se-á a transladação do mastro, saindo de em frente do campo de esportes do Paysandu S. Clube á avenida Tito Franco e fazendo itinerário seguinte: Praça Floriano Peixoto, Avenida Cypriano Santos, travessa 9 de Janeiro, avenida Gentil Bittencourt, travessa Caldeira Castelo Branco até a sede onde será levantado solenemente.

- Na travessa José Bonifácio á caminho do Guamá a festa é promovida pela “tia” Anna Bernarda, constando de procissão da coroa, ás 5 horas da tarde com seu cortejo de anjos foliões estendendo bandeiras e troféus encarnados e brancos tambores, marinheiros e etc. levantamento do mastro florido, esta a bandeira do Divino, e a noite ladainha.

Estas festas terminarão sem outra procissão da coroa, derrubação do mastro e ultima ladainha á 19 de Junho.”⁵¹⁶

Também podia se fazer ladainhas, promover cantorias e celebrações diversas que utilizavam tanto o espaço da casa do patrocinador do festejo, quando as áreas adjacentes a mesma, circunscrevendo-se somente ao quarteirão no entorno do mastro erguido ou até algumas ruas em volta da casa do patrocinador da festa. Tudo dependia do poder aquisitivo do

⁵¹⁵ Folha do Norte, 25 de Julho de 1915, folha 4. Na Travessa 22 de Junho.

⁵¹⁶ Folha do Norte, 28 de Maio de 1930, folha 02.

celebrante, da aceitação dos vizinhos e das atrações que o devoto conseguia trazer para a ocasião.

De Campos Ribeiro, em *Gostosa Belém de Outrora*, relembra alguns mastros motivos que se destacavam no cenário citadino nos anos 30 e 40, mencionando o bairro do Umarizal como destaque nesses festejos:

“O cortejo regressa da missa, mandada rezar pela devota que para isso leva à Igreja seu próprio Santo. Vai para a sede dos festejos para a derrubada do mastro votivo, à tarde.

Esse mastro, já bem antigo, levantam-no em nossos dias os descendentes de seu primeiro promotor, há bom par de anos dormindo o sono de que nunca despertam bons ou maus, honestos ou patifes, mas que se costuma chamar o sono dos justos...

De qualquer maneira, esse Mastro do Divino, como outras da devoção a São Benedito, por exemplo, ainda erguidos na cidade em épocas e bairros diversos, não conseguiram jamais a popularidade, o prestígio e a tradição logrados por dois outros de outrora, ambos do Umarizal, ambos atraindo romeiros dos quatro cantos de Belém e mais ‘oropa, França e Bahia’, se por isso aceitarmos Pinheiro, Mosqueiro, lugares outros ali das redondezas...

Os mastros do Umarizal, em verdade, geravam até rivalidades, preferências. (...) Meia centena de anos já se escoou tempo afora, **mas os mastros do Umarizal – de Mestre Martinho e da Tia Ana das Palhas – ainda despertam saudades**, pálidas, mais ainda vivas saudades nos corações que lhes viveram as noites de cândida e gostosa alegria(...)”⁵¹⁷ (grifo nosso)

A importância dos mastros votivos no cotidiano da cidade é destacada por *De Campos Ribeiro*, notando-se que essas festas traziam espectadores de diferentes pontos da cidade, interessados quem sabe, em experimentar as atrações disponibilizadas pelos promotores dos eventos.

Nessa medida, a popularidade alcançada por determinado festejo de Mastro possibilitava ao seu patrocinador ampliar suas redes de sociabilidade, tornando-se conhecido na urbe, não exclusivamente por seus parentes ou vizinhos, mas por gente que poderia vir de longe para ver o brilhantismo das festa.

Semelhantemente aos munícipes evocados no livro de *De Campos Ribeiro*, Antonio Barbosa de Souza solicitou em junho de 1938, permissão para levantar um mastro votivo na Rua do Jurunas, esquina com a Rua São Miguel, em homenagem a São João; ocasião em que fez ladainhas que se prolongaram até o raiar do sol quando derrubou o mastro, encerrando o evento com uma festa dançante em sua casa, sem entrada paga;⁵¹⁸ e Felipa Berenice da Cruz, residente a Avenida José Bonifácio, nº 966, que requereu autorização para realizar festejos ao Divino Espírito Santo, constituídos de levantamento de mastro votivo, ladainhas todas as noites e quermesse no perímetro de sua casa, estendendo-se as comemorações entre 25 de

⁵¹⁷ DE CAMPOS RIBEIRO. *Gostosa Belém de Outrora*. Belém: Secult, 2005. (Série Lendo os Municípios).p. 58

⁵¹⁸ Petições. Belém, 06 de junho de 1938. Requerente: Antonio Barbosa de Sousa.

maio e 12 de junho do ano de 1938.⁵¹⁹

Houve ainda, um senhor chamado José Roberto de Vasconcelos que desde 1902, morador antigo do Jurunas, que erguia anualmente um mastro ao Divino Espirito Santo, na Travessa de Breves, entre as ruas Conselheiro Furtado e Rua dos Tamoios; tendo por hábito conduzir o referido mastro pelas ruas do bairro (Tamoios, Jurunas, Largo de São José, Cesário Alvim) até o referido endereço soltando foguetes e promovendo depois, festa dançante.⁵²⁰

No livro *Belém do Grão-Pará*, Leandro Tocantins traz a memória algumas descrições de como funcionavam as festas em torno dos mastros votivos erguidos aos santos:

“Foi no ano de 1955 que pela primeira vez o povo ergueu um mastro votivo na rampa entre o Mercado de Ferro e a muralha do cais. Para festejar São Benedito da Praia.

A história se conta assim: num dia do mês de novembro de 1955 o crioulo Carrão, vendedor de frutas no Ver-o-Peso, se encontrava no bar Águia de Ouro. De repente lembrou-se de fazer uma folia para festejar o santo. A ideia foi aplaudida pelos presentes. E logo arranjam um mastro, enfeitando-o de folhas, cipó, frutas - material que pode ser recolhido facilmente na feira.

Em princípios de dezembro começa a festa. Música em altos falantes, foguetes e povo. Junto ao mastro em cujo topo se vê a bandeira de São Benedito da Praia, armam pequeno altar para o santo. Exposto algumas horas à reverência dos devotos, São Benedito volta aos braços do povo ao seu nicho no bar”.⁵²¹

Musica, estouro de foguetes, luzes, bandeirolas, barracas e por obvio, um altar ao santo que estava sendo homenageado faziam parte da dinâmica das comemorações dos mastros votivos.

Observe-se, porém, que muitas dessas festas revelavam dimensões mais visíveis de uma religiosidade que se manifestava não só nos espaços públicos, mas também nos espaços domésticos; em festejos íntimos, celebrações de ladainhas e até mesmo, de batuques de candomblé para parentes, amigos e vizinhos. Nesse sentido, percebe-se a forte mistura cultural que existia na região, envolvendo-se elementos de um catolicismo europeu com outros de origem africana.

É nesse contexto que se explica o requerimento apresentado por Maria Libânia Corrêa, residente a Travessa Timbó, nº 784, Marco da Léguas, que solicitou autorização para celebrar uma ladainha a sua santa de devoção, Nossa Senhora da Conceição, encerrando o reunião com danças e um batuque de candomblé, que perdurou até as 08 horas da noite.⁵²² Romualda da Conceição Melo, promoveu ladainhas em sua casa, na rua Gonçalves Ferreira,

⁵¹⁹ Petições. Belém, 25 de maio de 1938. Requerente: Felipa Benice da Cruz.

⁵²⁰ Petições. Belém, 10 de dezembro de 1938.

⁵²¹ TOCANTINS, Leandro. *Santa Maria de Belém do Grão-Pará*. 1987.

⁵²² Petições. Belém, 07 de dezembro de 1934. Requerente: Maria Libania Corrêa.

nº 131, seguidas de festas dançantes, em louvor ao mês de Maria (maio). E Bárbara Nunes, residente a Avenida Duque de Caxias canto da Travessa do Chaco, rezou duas ladainhas no mês de agosto de 1934, no final das quais realizou uma dança de candomblé.⁵²³

Para além da devoção, essas ocasiões festeiras permitiam a presença de um intenso comércio no entorno dos territórios onde eram erguidos os mastros, os altares e os arraiais. Vendas de bilhetes para sorteios de prendas (presentes), vendas de comidas típicas e bebidas, barracões com sessões de cinematógrafo, casas para jogos, entre outras atrações, possibilitavam aos promotores dos eventos arrecadar recursos, os quais justificavam que seriam revertidos para a organização dos festejos do ano seguinte.

A exemplo do que fez, José Castro, que solicitou a subprefeitura autorização para construir no arraial que estava organizando, algumas barracas para sorteio de brindes mediante a compra de cartões numerados, listando inclusive ao delegado os nomes dos objetos a serem sorteados (cerveja, guaraná, sabonete, tigela, xícara, fósforo, cigarro, pó de arroz, prato, boneco e outras miudezas).⁵²⁴

Outrossim, esses festejos religiosos mostram as imbricações entre as dimensões do público, do privado e do íntimo no contexto de vida dos segmentos populares. Nesse sentido, através dos arraiais e quermesses montadas nas praças e largos da capital, tais munícipes afirmam seus valores e cultura perante os demais grupos que habitavam a urbe e dos quais se diferenciavam.

Nos cordões de pastores, esses belemitas sedimentam o sentimento coletivo de pertença a cidade e mais precisamente, pertencimento a um grupo particular de cidadãos, composto por parentes, conhecidos e vizinhos, com os quais conviviam cotidianamente e com os quais podiam contar nas mais diversas situações.

Já nas ladainhas e batuques, denunciam a fluida relação entre o público e o privado que ainda se mantinha na capital, assinalada mais explicitamente durante os levantamentos de mastros votivos aos santos, feitos por fervorosos devotos, por se tratarem de ocasiões em que os organizadores dos mastros mantinham parte das festas no interior das residências e parte do âmbito da rua fronteira ao local em que o mastro havia sido erguido.

Pelo exposto, constata-se que havia uma certa geografia da sociabilidade popular

⁵²³ Petições. Belém, 09 de julho de 1934.

⁵²⁴ Petições. Belém, 02 de maio de 1938. Requerente: José Castro.

belemita, pautada na prevalência de alguns itinerários cartográficos sobre outros. Sendo assim, as camadas de trabalhadores pobres urbanos se envolviam significativamente nos blocos chamados Cordões (de pássaros e carnavalescos) e nos grupos de Bois-Bumbás que costumavam perambular pelas ruas dos bairros ditos suburbanos, apropriando-se não só do espaço público das vias de circulação, mas também interagindo com os moradores desses territórios; convidados a receber os blocos/grupos em suas casas e/ou a sair para as frentes das moradias e juntar-se aos mesmos, em desfiles comemorativos e festas que findavam nos largos e praças distribuídos nesses espaços.⁵²⁵

Paralelamente, as práticas festeiras em devoção aos santos e as comemorações do advento (Natal) realizadas por meio de apresentações de grupos pastoris, representaram importante veículos de expressão dos sentimentos de pertença à cidade, construídos pelos trabalhadores pobres urbanos. Assim, os momentos de lazer em torno das festas religiosas e de santos deram a conhecer uma dimensão da cotidianidade dos populares, pouco discutida, no qual as relações entre o público e o privado relevaram-se tênues, as possibilidades de lazer e diversão não dependiam dos artefatos tecnológicos, tais como o rádio ou o cinema, e a relações de afetividade se estreitavam pelo contato proporcionado pelas conversas, danças, brincadeiras, jogos, momentos de compartilhar alimentos, etc.

Essas questões explicam porque houve uma diferenciação nos circuitos de sociabilidade construídos nos bairros mais centrais da capital, tais como Cidade Velha, Comércio, Campina, São João e Batista Campos, em relação aos itinerários de lazer articulados pelas camadas populares nos bairros adjacentes ao centro comercial e principalmente, os bairros mais suburbanos, como por exemplo o Umarizal, a Pedreira, o Jurunas, o Telégrafo, o Marco da Léguas e o Guamá.

Sob este prisma, enquanto a imprensa local defendia para as áreas mais centrais da urbe, a necessidade de uma sociabilidade mais privada, de modos e comportamentos mais contidos, comemorações carnavalescas de salão e festejos religiosos estreitamente vigiados; nas áreas dos bairros considerados suburbanos articulavam-se cotidianamente manifestações festeiras que tomavam as casas de vizinhos e conhecidos como espaços privilegiados de lazer e trocas culturais; além de fazerem das ruas, vielas, esquinas e praças ambientes propícios

⁵²⁵ Termo cunhado a partir da analogia feita com o texto de SANTOS, Fabiane Vinente dos. *Mulher que se admira, mulher que se deseja e mulher que se ama: gênero e sexualidade nos jornais de Manaus (1890-1915)*. UFAM, 2005. Dissertação de Mestrado. PP. 116-125 (Mulheres: a rua e a cultura marginal), no qual a autora defende a idéia de que havia uma 'geografia' definida dos espaços de circulação das mulheres classificadas como desordeiras e de rua.

para expressar sua sociabilidade e identidades culturais, por meio de mastros votivos, batuques, arraiais e ladainhas. Nem sempre vistos com bons olhos pela elite econômica da região.

“Medida Policial

A policia esta tomando medidas severas no sentido de não serem permitidas, na presente época carnavalesca, funções nos clubs de bailaricos, onde há extraordinária aglomeração e se registram constantes perturbações da ordem.

A medida se estende também aos cordões que percorrem os bairros da capital, cujos agrupamentos resultam também em prejuízo da saúde pública.⁵²⁶

⁵²⁶ Folha do Norte. Belém, 05 de fevereiro de 1926.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Situando-se no encontro das coordenadas 01 51’ S e 48 52’ W, Belém aos olhos de quem visse tais números, há cem anos atrás, seria concebida como uma terra onde o progresso não poderia ter lugar, tal a proximidade com o equador, região equatorial por excelência. Entretanto, contrariando alguns dos vaticínios feitos nos séculos passados, Belém acompanha – embora a passos lentos e justificadamente- a corrida progressista do país, entrando na fila das cidades que olham confiantes para o futuro. Assim como o atual estado da Guanabara é chamado Cidade Maravilhosa, Belém com muita propriedade, é chamada o ‘Portão da Amazônia’. A alcunha não poderia ser mais adequada.”⁵²⁷

O texto acima transcrito foi produzido em forma de crônica, no ano de 1964, após o autor -que era aviador da FAB (Força Aérea Brasileira)- ter excursionado pela Amazônia, durante três anos, nos idos de 1950, período em que se encantou e se surpreendeu com as cidades do norte do país, especialmente Belém(Pa), Manaus(Am) e Rio Branco(Ac).

Das impressões deixadas sobre Belém, chamaram a atenção as referências acerca da *improbabilidade* de progresso da cidade ou o ‘*quase vaticínio*’ de sua completa inaptidão para acompanhar a *corrida progressista do país*.

Ora, sem entrar no mérito acerca dos aspectos ideológicos que permeavam o pensamento do autor da crônica, importa constatar que, mais uma vez, décadas depois do período estudado nesta Tese, duas questões persistiam, nos olhares que se lançavam sobre Belém, na busca por definir sua identidade como capital e como povo.

Em primeiro lugar, a insistência do olhar do *outro*, buscando definir a cidade com base em parâmetros e modelos exógenos, os quais, embora dialoguem os ideais de outros movimentos e processos históricos aqui gestados, não abarcam a complexidade e as dinâmicas cotidianas locais. Daí parte o sentido do texto, cujo subscritor compara o *status* de Belém como ‘portal da Amazônia’ à condição do Rio de Janeiro, que detinha o título de ‘cidade maravilhosa’. Tudo isso, no interior de uma leitura que avalia implicitamente a capacidade (a passos lentos) de Belém ‘*olhar para o futuro*’.

Paralelamente, tem-se a continuidade de um movimento discursivo que prima por ver e descrever a capital parauara com fulcro na sua (in)capacidade de (ex)inclusão nos projetos nacionais de modernidade. Neste caso, trata-se muito mais de *lentidão*, para acompanhar a

⁵²⁷ CARVALHO, Wilson de. *Flashes da Amazônia*. São Paulo: Typografia EDANEE S.A, 1964. Pp. 49-50.

corrida progressista do país, dadas certas condições culturais e climático-geográficas, vistas como quase determinantes do futuro local.

Essas constatações e inquietações foram acima elencadas apenas para explicitar o modo como essa busca por marcar a história e a cara da cidade pelo progresso se fez presente ao longo do tempo, desde os idos da *belle époque* (entre o final do século XIX e início do século XX) até a contemporaneidade. Daí o incômodo constante entre literatos, cronistas, jornalistas, historiadores e antropólogos, em desejar saber se (e quando) a cidade afinal se modernizara.

Esta Tese também foi iniciada com um incômodo semelhante, que se referia a saber se, após o declínio da tão falada *belle époque*, entre 1918 e 1919, a capital paraense teria vivenciado -de fato- um período de digressão econômica e social, ou se teria havido um prolongamento dos projetos de modernização e urbanização citadinos.

No processo de pesquisa, percebeu-se que o mais importante não era descobrir se realmente a cidade havia ingressado em uma época de crise econômica ou se teria permanência no *fausto*. De fato, tornou-se mais relevante compreender como as pessoas que habitaram o município e fizeram dele, em diferentes momentos de sua história, uma '*petite Paris*', a 'metrópole da Amazônia' ou o 'portal da Amazônia', dialogaram com as condições concretas de existência disponíveis naquela época, as quais, em muitas ocasiões, mostraram-se contraditórias, complexas e conflituosas.

Nesse sentido, tornou-se opção investigativa deste trabalho conhecer as práticas entretecidas pelas populações que vivenciaram a época, no fito de construir suas identidades culturais e o sentimento de pertencimento à urbe, uma vez que foi através dessas expressões que deixaram as marcas de sua presença na história da cidade.

Sem deixar de considerar as conjunturas econômicas e os processos locais/nacionais que impeliram os movimentos de metropolização de diversas capitais brasileiras (inclusive, Belém), buscou-se entender como os munícipes das camadas de trabalhadores pobres urbanos se apropriaram dos espaços citadinos, construindo territorialidades e significações particulares e heterogêneas do viver na cidade.

No *primeiro capítulo* verificou-se que, entre 1918 e 1939, Belém sentiu os revezes das mudanças na economia regional, em virtude da bancarrota dos principais negócios extrativistas do látex. Sob este enfoque, percebeu-se que a propalada 'crise' afetou muito mais os segmentos sociais que partilhavam diretamente dos interesses extrativistas e que haviam

usufruído com mais intensidades das ações de modernização citadinas empreendidas nas décadas anteriores do que propriamente aqueles grupos sociais que já se encontravam às margens benesses proporcionadas pelo capital gomífero.

Constatou-se que, apesar das emergentes dificuldades do setor extrativista, não só do Pará como também do Amazonas, o Estado paraense e principalmente a capital Belém, manteve negócios e circulação de renda suficientes para possibilitar o incremento de novos setores da economia local, articulando-se novos empreendimentos ligados ao comércio, à prestação de serviços e a uma indústria emergente de bens de consumo.

Nesse processo, afirmou-se que a principal mudança ocorreu em relação à composição das chamadas classes populares, alargando-se ainda mais as possibilidades de empobrecimento de contingentes humanos que anteriormente pertenciam aos segmentos médios da urbe e que tinham algum emprego no setor comercial ou cuja renda dependia das finanças de Estado, tais como auxiliares de comércio, pequenos funcionários públicos contratados, prestadores de serviços para os poderes públicos, caixeiros, amanauenses, praças dos corpos de polícias, entre outros.

Esses grupos também sofreram perdas econômicas, que dificultaram ainda mais a garantia da sobrevivência diária. Os atrasos de salários, as demissões, a diminuição do poder de compra, o crescimento da dívida pública, que ampliou os impostos, todos esses fatores geraram risco real de empobrecimento e de perda do incipiente *status social* que possuíam anteriormente, diante dos demais grupos de trabalhadores urbanos.

Paralelamente, constatou-se o crescimento do número de operários e de trabalhadores empregados, que desempenhavam as mais diversas funções (caldeireiros, torneiros mecânicos, costureiros, dentre outros), contribuindo para aumentar o número de empobrecidos na urbe.

Todos esses aspectos contribuíram para que, nos anos posteriores a 1918, se criasse um contexto contraditório na região, o qual comportava evidências das dificuldades econômicas enfrentadas pelas finanças públicas e nuances de efervescência social e crescimento demográfico.

Esta nova realidade econômica impôs aos diferentes segmentos sociais que viviam nas principais cidades do Pará e Amazonas, a reestruturação das formas de trabalho e obtenção de renda, a articulação das mais variadas estratégias de sobrevivência na urbe e a construção de novos modos de ocupação e uso dos espaços citadinos.

Em termos de expansão geográfica e territorial, entendeu-se que Belém vivenciou o crescimento dos perímetros considerados urbanos da cidade, muito embora tenha-se percebido a complexidade que abrangia a definição do que seria uma área urbana, suburbana ou um arrabalde naquele período, optando-se assim por utilizar um conceito de subúrbio que abrangesse os sentidos geomorfológico, social e ideológico da expressão.

A partir dessa nova percepção consideram-se áreas de subúrbio aquelas territorialidades que eram vistas como tal por seus moradores e pelos principais grupos de poder da cidade. Ao mesmo tempo em que se trabalhou com a idéia da existência de um centro da cidade mais comercial e estruturado materialmente, em conjunto com *áreas adjacentes*, formadas por bairros do entorno desse centro, mas que nem sempre possuíam as mesmas condições de infra-estrutura urbana e geomorfológica dos bairros ditos comerciais, sendo por isso considerados também territórios suburbanos.

Paralelamente, afirmou-se que Belém no período pesquisado se expandiu para além do bairro de Nazaré, seguindo o fluxo do chamado *espigão vertical*, correspondente ao trajeto da Estrada de Ferro Belém-Bragança, desde a estação do Jardim Público (no bairro de Batista Campos), ultrapassando a estação Central de São Braz (São Braz/Canudos), esparramando-se pela Avenida Tito Franco até chegar nos limites da primeira légua patrimonial (bairro do Marco da Légua) e se espraiar pelos ramais da dita ferrovia, alcançando a intersecção com os bairros da Marambaia e Val-de-Cães, considerados até 1930 como arrabaldes (termo distinto de subúrbio; que compreende áreas significativamente distantes do centro, conectadas a cidade por zonas intermediárias de mata, caminhos de trem cercados de vegetação, pouco habitadas e predominantemente rurais).

Concluiu-se também que foi priorizada a ocupação das áreas adjacentes à ferrovia, ou seja, daqueles terrenos que se comunicavam com o trajeto do trem, no perímetro continental de Belém. Desse modo, a cidade, que até então havia crescido na direção leste-oeste, nas margens e/ou nas proximidades da baía do Guajará, passou a se expandir na direção norte-sul, separada pelos trilhos dos trens que levavam a *Maria Fumaça*.

Nesse contexto, a linha do trem se tornou um importante vetor do crescimento da urbe belemita, orientando o caminho da expansão territorial, tanto por impor o desmatamento e a ocupação de novas áreas antes vistas como subúrbios, como também por privilegiar o uso dos terrenos mais sólidos e secos da urbe, gerando novos nichos imobiliários nas proximidades.

Além disso, a expansão das linhas de bonde elétrico pelos espaços da cidade, comandada pela *Pará Eletric Railway & Co. Ltd.*, contribuíam para a abertura de mais frentes

de ocupação no perímetro considerado urbano e parte do subúrbio, conectando territórios e pessoas anteriormente afastadas pelas distâncias geográficas e/ou dificuldades de mobilidade citadina, interligando distritos e áreas com diferentes usos e funções econômicas; valorizando terrenos e, assim como a ferrovia, intensificando a especulação imobiliária.

A percepção dessas nuances do crescimento da cidade possibilitaram concluir ainda que as camadas pobres da cidade passaram a ocupar, como espaço de moradia e trabalho, múltiplos territórios citadinos. As facilidades de deslocamento e a mobilidade urbana facilitaram a ampliação dos fluxos de circulação humana na Capital, gerando mais interação entre ricos, pobres e camadas médias, as quais passaram a compartilhar do cotidiano citadino de forma cada vez mais imbricada.

Destarte, afirmou-se que a modernização assinalada nos anos de 1920 e 1930 em Belém do Pará, dialogou com múltiplas linguagens, sonoridades e artefatos técnicos, que passaram a fazer parte do *locus* citadino. Assim, os bondes, os automóveis, a eletricidade, o cinema e o rádio constituíram-se os instrumentos das novas técnicas, que marcaram as primeiras décadas do século XX, em várias capitais brasileiras, incluindo Belém do Pará.

As relações mantidas pelos trabalhadores pobres urbanos com esses novos artefatos da cidade revelaram que a cidade de Belém viveu oscilante entre os discursos melancólicos que denunciavam os efeitos das reveses econômicas sobre a urbe (evocando seu passado faustoso) e a presença de uma cotidianeidade cosmopolita, sustentada pela assimilação de hábitos, valores e bens de consumo ditos modernos.

Por isso, afirmou-se que, entre 1918 e 1939, Belém atravessou décadas de agitação, nas quais a riqueza coexistiu com sinais de extrema pobreza e o luxuoso consumo de artefatos de modernidade sustentou-se, apesar das altas taxas de desemprego e da diminuição do poder de compra dos segmentos de trabalhadores urbanos.

Para as camadas populares, o cotidiano de trabalho e a busca por meios de sobrevivência, nesse espaço, emergiram de forma complexa, abrigando em si mesmos sinais de um evidente cosmopolitismo e traços de uma urbanidade pautada em valores, práticas e manifestações próprias da cultura tradicional da região.

No segundo capítulo, descortinou-se o que se pode denominar ‘cotidianeidade’ de alguns segmentos das camadas populares belemenses, ou seja, os modos de viver e de apropriar-se da cidade, empreendidos por crianças, homens e mulheres trabalhadores da urbe.

Mostrou-se o inicialmente o importante papel do trabalho infantil na construção da

urbanidade belemita da época pesquisada, dando-se destaque para as condições de vida geradas pelo trabalho infantil nas ruas e nos espaços públicos da urbe; considerando-se a expressiva mobilidade que as crianças pobres possuíam, em virtude de suas ocupações e de sua inserção precoce no mundo do trabalho.

Nesse contexto, verificou-se que as formas de apropriação dos espaços citadinos, construídas por esses sujeitos sociais evidenciam, além do trabalho, as práticas ociosas e de lazer por eles articuladas, tais como a criminalidade de oportunidade e as brincadeiras que incomodavam as elites, os poderes públicos e as famílias remediadas.

Paralelamente, foram debatidos os modos de viver dessas crianças, verificando-se a questão da violência inerente ao cotidiano desses pequenos moradores de Belém. Sob esse enfoque, restou claro que o dia-a-dia desses meninos e meninas, moças e rapazes, chamados de menores, por força da lei, era extremamente difícil, dadas as suas condições sociais e as compreensões que se tinham da infância pobre. Por isso, eram submetidos a variados tipos de agressão, tais como abuso sexual, maus tratos físicos e morais e exploração da força de trabalho.

Sem prejuízo dessa constatação, observou-se que esses menores, apesar de todas as dificuldades enfrentadas, construíram formas de reagir e de se posicionar, diante das múltiplas espécies de agressões; sendo a fuga e a criminalidade as expressões mais comuns de resistência.

Percebeu-se que as crianças das famílias de trabalhadores pobres urbanos também estabeleceram uma relação *sui generis* com os artefatos tecnológicos introduzidos na cidade nas décadas referidas. Desse modo, as constantes ocorrências de acidentes envolvendo menores e bondes ou menores e automóveis, evidenciam os muitos conflitos que a cidade vivia, pelo uso dos espaços e pela afirmação de sentidos de circulação urbana.

Num segundo momento, buscou-se a compreensão das formas como os homens das camadas populares lidaram com as crescentes demandas da sociedade urbanizada, com as exigências do mundo do trabalho e com as responsabilidades inerentes à vida familiar.

Conclui-se então que havia um discurso preponderante de como os trabalhadores pobres belemitas deveriam ser e se comportar, tanto no âmbito da domesticidade quanto na esfera pública e no mundo do trabalho. Tal constructo derivava da imagem de masculinidade, que permeava o cotidiano das classes mais abastadas e que se pautava em valores inerentes ao universo capitalista.

Consoante essas leituras, o homem necessariamente deveria ser o modelo de trabalhador subordinado e ordeiro, cidadão obediente às leis, provedor eficiente, bom pai e marido exemplar, alheio a vícios morais e/ou orgânicos.

Na prática, foi percebido que os sujeitos pesquisados, nascidos em diferentes lugares, de raças, idades e ocupações diversificadas, muitas vezes não se enquadravam nesse modelo, tampouco compartilhavam vivências do mundo familiar ou do trabalho da, forma que era propalada por tal discurso, o que não os impediu de sobreviver no contexto de uma capital que se modernizava e que assimilava os valores do industrialismo capitalista, nem lhes inviabilizou o estabelecimento de relações de afetividades com as mulheres.

Outra questão importante que se verificou, em relação aos homens das camadas populares, é que sua inserção no mundo do trabalho urbano se dava de múltiplas formas, não estanques, e que dialogavam com as necessidades imediatas de sobrevivência. Desse modo, havia aqueles que exerciam ofícios autônomos e trabalhos por conta própria, como por exemplo, carregadores, vendedores ambulantes, estivadores, pedreiros, artífices, sapateiros, entre outros, mas também indivíduos que ocupavam funções no comércio, nas fábricas ou nos setor de serviços públicos, tais como amanauenses, cuteleiros, forneleiros, caldeireiros, auxiliares de comércio.

Destacaram-se ainda as novas profissões e os ofícios especializados, que surgiram em virtude dos emergentes setores de transporte, eletricidade e meios de comunicação, a exemplo dos condutores de bonde, cobradores chauffeurs, bilheteiros, guarda-freios, trolista e foguista.

Foi com base no exercício dessas diversas ocupações que tal segmento de munícipes articulou múltiplas vivências na cidade, construindo-se variadas territorialidades, que explicitaram um mosaico de dimensões da história urbana belemita posterior ao refluxo do comércio extrativista gomífero.

Outra questão pontuada neste capítulo se referiu às práticas de não-trabalho desenvolvidas por homens pobres, e que garantiam a sobrevivência de um número expressivo de habitantes da urbe. Nessa leitura, verificou-se que a ociosidade era o oposto do trabalho e que a vagabundagem era o contraponto da vida morigerada do trabalhador urbano. Por isso, enquanto o empregado e/ou funcionário ou os trabalhadores autônomos empreendiam esforço contínuo, dedicando diariamente longas horas de trabalho em troca de remuneração, o larápio rapidamente e sem grandes dificuldades conseguia obter os ganhos de sua sobrevivência.

Dessas práticas, emergiu, de maneira significativa, a problemática chamada, ao longo do texto, de “consumo alcoólico”. Sob este olhar, percebe-se que a questão alcoólica entrava no cotidiano dos homens pobres da urbe de maneiras bem distintas. Assim, se por um lado a bebida era a companheira quase inevitável dos momentos de ócio e lazer mantidos pelos trabalhadores urbanos; por outro lado, a imprensa e os poderes públicos evidenciavam os malefícios que o costume alcoólico trazia para o trabalho e para as relações de afetividade, entretecidas por aqueles sujeitos sociais.

Para a imprensa, para as camadas hegemônicas e para o poder público, o grande perigo da incorporação do álcool ao cotidiano desses sujeitos era o desencadeamento de condutas criminosas, degeneradas moral e socialmente. Daí a construção de discursos e práticas de desvalorização desse hábito e de repressão ao consumo de bebidas alcoólicas, que culminou, em 1932, com a Portaria nº 73, que instituiu a chamada Lei Seca, restringindo a venda de cachaça, aguardente e alguns misturados com frutas, tais como o ‘limão’, a ‘laranjinha’, dentro outros, que passaram a ter sua venda restrita a determinados horários e dias da semana.

Em relação às mulheres trabalhadoras, foram apontadas diferentes formas de inserção no mundo do trabalho, mas também os comportamentos construídos em torno da afetividade feminina e as relações com o padrão de masculinidade hegemônico daí decorrentes.

Não foi esquecida a problemática das imagens que se projetavam sobre as mulheres que não se enquadravam no discurso de feminilidade vigente, o qual era pautado pela perspectiva da mulher devota, higiênica, submissa à autoridade masculina, dedicada ao trabalho e à família.

No que se refere às formas de trabalho feminino, entre 1918 e 1939, ficou claro que houve uma permanência, se comparado à época do extrativismo gomífero, do predomínio dos serviços domésticos sobre outras formas de ocupação.

Nesse sentido, os jornais e boletins de ocorrência possibilitaram percorrer o cotidiano de trabalho dessas mulheres, verificando-se que era recheado de conflitos e tensões, que envolviam serviçais e patrões, especialmente quando se tratava de menores de idade, pois, nessas situações em particular, castigos, repreensões e maus tratos eram ainda mais incisivos, se comparados aos que se aplicavam às trabalhadoras adultas, sobretudo naquelas situações em que as jovens serviçais eram órfãs, afilhadas ou tuteladas, já que dependiam muito mais dos patrões, trabalhando em troca de comida e casa ou por diminutos salários.

A partir do registro literário, imagético e com base na pesquisa de jornais e processos de acidente de trabalho, percebe-se o crescimento do número de mulheres que trabalhavam como empregadas no setor fabril. Principalmente, naqueles empreendimentos que cuidavam da fabricação de cordas, aviamentos, costura e miudezas em geral.

Apesar de haver certas diferenças entre as imagens que a imprensa e os literatos construía a respeito da mulher ‘operária’, observa-se que um aspecto permeou todos os discursos, qual fosse de que essas trabalhadoras eram ingênuas e facilmente corruptíveis moralmente, em virtude da condição de pobreza material em que viviam.

Dessa forma, nas revistas literárias e livros publicados por letrados da região, as operárias eram, ao mesmo tempo, sofridas e sedutoras, ingênuas e pecadoras; além de sempre sucumbirem às dificuldades econômicas em que se encontravam, utilizando-se da sexualidade para obter uma vida melhor.

Os acidentes de trabalho notificados à polícia ou que se transformavam em processos judiciais, revelaram outra imagem dessas mulheres trabalhadoras, evidenciando as condições de trabalho a que estavam subordinadas, os baixos salários recebidos e os constantes riscos físicos que sofriam todos os dias.

Assim, pobres e trabalhadoras em razão de condições circunstanciais, por nascimento ou escolha, essas mulheres nem sempre dispunham da ajuda de homens, dependendo de si mesmas e/ou da colaboração de outras mulheres para sobreviver na urbe.

Por força de suas ocupações e das atividades que desenvolviam em busca de sustento, essas mulheres transitavam em múltiplos territórios da cidade, ainda que a imprensa, o poder público e as elites as vissem de forma estigmatizada, delimitando simbolicamente os espaços que seriam propícios para sua circulação. Expostas a duras rotinas de trabalho, que eram exercidas tanto no domínio da domesticidade, quanto no espaço das ruas, fábricas, comércio ou meretrício, essas mulheres vivenciaram histórias atravessadas pelas rudezas de um cotidiano de quase miséria.

Quer fosse pelas ruas, no interior das fábricas ou das residências, a participação dessas múnícipes no mercado formal e também não-formal de trabalho da cidade revelou a significativa contribuição que deram para a economia local, ao assumirem a função de provedoras do sustento de suas famílias, lado a lado com os homens, ao dinamizarem o fluxo de serviços disponíveis na urbe e ao contribuírem para o crescimento da oferta de mão-de-obra na Capital.

As nuances de suas relações de afetividade revelaram a presença de mulheres decididas, autônomas e que sabiam muito bem o seu lugar dentro de um relacionamento amoroso, o qual não era ser brutalizada, espancada, traída ou viver inquestionavelmente subordinada a uma autoridade masculina, tanto que, diante de ocorrências dessa natureza, muitas vezes, buscavam, na autoridade policial, os meios de retratação para o fato e punição para o agressor.

No *terceiro capítulo* da Tese, foi possível percorrerem-se alguns dos espaços de sociabilidade das camadas populares belemitas, sendo privilegiados os circuitos de lazer e de ócio, construídos a partir do hábito de frequentar botequins, fréges, mercearias e cafés, bem como os itinerários de sociabilidade organizados em torno das festas joaninas e dos cordões carnavalescos.

O maior apuro desta pesquisa se deu no sentido de compreender qual era o lugar social ocupado no cotidiano dos trabalhadores, pelos botequins, fréges, mercearias, cafés, currais de bois e desfiles de cordões. Daí que tais *locus* foram entendidos para além da mera significação geográfico-territorial, mas como espaços de construção de práticas identitárias por parte desses munícipes.

Os botequins espalhavam-se pelos diversos bairros citadinos, no período pesquisado, ainda que tenham se mantido, de alguma maneira, concentrados no bairro comercial, por conta do grande fluxo de trabalhadores que ali circulavam, durante os dias e mesmo em virtude da presença da zona de meretrício, na confluência do bairro do Comércio e Campina.

Nos botequins, os trabalhadores se divertiam, tinham momentos de lazer, debatiam assuntos de interesse de seus grupos sociais, resolviam litígios, questões de amor e até mesmo disputas de trabalho. Desse modo, tais estabelecimentos se constituíram espaços identitários, onde seus frequentadores reafirmavam valores, percepções de mundo e modos de interagir com a dinâmica citadina.

Associados quase sempre ao hábito de consumir bebidas alcóolicas, o qual era muito presente no cotidiano das classes trabalhadoras, os botequins eram vistos como focos de disseminação da criminalidade pela urbe, na medida em que possibilitavam o afrouxamento das condutas e a perda do autocontrole, por parte dos consumidores do produto. Daí explicam-se as políticas de repressão e o policiamento em torno desses *locus* e de seus frequentadores.

Observe-se que esse processo de significação e ressignificação do botequim, como

parte de uma cartografia social da urbe, ocorreu de forma complexa e contraditória, pois se, por um lado, era um espaço que marcadamente recebeu trabalhadores que partilhavam ali experiências de vida e valores que lhes eram comuns; por outro, se configurou um *âmbito* ameaçador da ordem social estabelecida, pois, na perspectiva dos homens de letras da imprensa, servia como cenário para crimes e circuito de lazer das classes consideradas perigosas.

Além dos itinerários de lazer construídos em torno da prática de frequentar botequins, a presença dos cafés, confeitarias e mercearias, em diversos pontos da cidade, também estimulavam o encontro entre os munícipes, as práticas de divertimentos em espaços alheios ao âmbito doméstico e a exteriorização das formas de lazer, que confrontavam as camadas endinheiradas.

Algumas espécies de festejos de carnaval, os rituais de comemoração das datas juninas (ou joaninas) e certas formas de celebrar o período do Advento (Natal), difundidos entre os populares, possibilitavam conhecer o mosaico de culturas que forjava a identidade dos moradores de Belém.

Nesses momentos, em meio a conflitos e tensões com a polícia e/ou poder público, esses munícipes reafirmavam seus vínculos de pertencimento à cidade e a multiplicidade de formas de apropriação dos espaços da urbe que existiam à época, as quais não perpassavam apenas o âmbito do trabalho, mas também o da sociabilidade.

FONTES

Autos de Inquéritos Policiais.

- 1 Autos de inquérito policial acerca do crime de ferimentos leves de que foi vítima Tereza Maria da Conceição e acusado José Marcelino Gomes. 1910
- 2 Autos de inquérito policial acerca da denúncia de aborto e enterramento de feto de que é acusada Maria de Lima Magalhães. 1911
- 3 Autos de inquérito policial acerca do crime de espancamento de que foi vítima Francelina Antonia de Souza e acusado José de Oliveira Macedo. 1911
- 4 Autos de inquérito policial acerca do crime de ferimentos de que foi vítima Raimundo Caetano pedrosa e acusado Patrício César Lima. 1911
- 5 Autos de inquérito policial acerca do furto de um relógio de ouro de que foi vítima Manuel Domingos da Cruz. 1920.
- 6 Autos de inquérito policial acerca do atropelamento do menor Braz Firminiano da Conceição da qual é acusado autor o chauffeur César Fernandes. 1920.
- 7 Autos de inquérito policial acerca do defloramento da menor Emília Nery Correa e acusado autor Francisco Santos de Oliveira. 1920
- 8 Autos de inquérito policial acerca dos ferimentos de que foi vítima Manuel Américo de Oliveira de autor Francisco Rodrigues dos Santos. 1925
- 9 Autos de inquérito policial acerca da agressão sofrida por Florencio Ernesto da Costa. 1925
- 10 Autos de inquérito policial em que é acusado Raymundo Castro Souza. 1920.
- 11 Autos de diligencia policial acerca do crime de lesões corporais leves de que foi vítima Osvado Amaral e acusado Luiz Alberto. 1926.
- 12 Autos de inquérito policial acerca dos ferimentos em que é vítima Antonio Maria Valente e acusado José Sabrino da Silva. 1926.
13. Autos de inquérito policial acerca do crime de propina em que é vítima o guarda nº89 e acusado João Barbosa de Sousa. 1928.
14. Autos de inquérito policial acerca do crime de defloramento de que é vítima

Escolástica Lopes e acusado Militão de Tal. 1928.

15. Autos de diligências efetuadas em decorrência da queixa por furto de que foi vítima Leonídia da Rocha Pears e acusado Cristiano Alves. 1928.

16. Autos de inquérito policial acerca do crime de lesões corporais de que é vítima Caetana Pereira de Campos e acusado Juditn Sardo & Carlos leite. 1928.

17. Autos de inquérito policial acerca do crime de defloramento de que é vítima Amália Iracelina dos Santos e acusado Eloy Rodrigues da Rocha. 1928.

18. Autos de verificação de identidade de cadáver tendo sido vítima Francisca Barbosa Assunção. 1928.

19. Autos de inquérito pelo crime de libertinagem em que foi vítima Manoel Alves (menor) e acusados Sebastião de Sousa e Antonio Sales. 1928.

20. Autos de inquérito policial acerca do crime de ferimentos leves de que é vítima Elpídio Espírito Santo e acusado Manoel Batista Castro. 1935.

21. Autos de Diligência Policial acerca do acidente de trabalho de que foi vítima Agostinho Leal Baptista, quando prestava serviços a Firma Pires Guerreiro, no Cortume Guará, na Vila do Pinheiro. Março de 1929.

22. Autos de Inquérito Policial acerca do acidente de trabalho que sofreu Lucio Anastácio de Quadros, quando trabalhava no Cortume Guará, na Vila do Pinheiro. 1929.

23. Autos de Inquérito Policial acerca do acidente de trabalho de que foi vítima João Caetano da Cruz, quando trabalhava por conta da Cia Port Of Pará. 1927.

24. Autos de Inquérito Policial acerca do acidente de trabalho de que foi vítima Manoel Santos Chermont, quando trabalhava por conta da Firma Camelier. 1927

Autos Cíveis de Acidente do Trabalho.

1. Autos Cíveis de Acidente de Trabalho em que foi vítima João Vicente Santiago. 1929.

2. Autos Cíveis de Acidente de Trabalho em que foi vítima José Marques da Costa. 1931.

3. Autos Cíveis de Acidente de Trabalho com morte de que foi vítima João Batista de Lima Oliveira. 1931.

4. Autos Cíveis de Acidente de Trabalho em que foi vítima Serafim Francisco de

Oliveira. 1931.

5. Autos Cíveis de Acidente de Trabalho em que foi vítima Eusébio da Silva Nogueira. 1932.
6. Autos Cíveis de Acidente de Trabalho em que foi vítima Pedro Souza. 1934.
7. Autos Cíveis de Acidente de Trabalho em que foi vítima Antonio Raul da Rocha. 1935.
8. Autos Cíveis de Acidente de Trabalho em que foi vítima Valdomiro Sousa. 1938.
9. Autos Cíveis de Acidente de Trabalho em que foi vítima José Solón da Silva. 1938.
10. Autos Cíveis de Acidente de Trabalho em que foi vítima João Bernardo Costa. 1939.
11. Autos Cíveis de Acidente de Trabalho (com morte) em que foi vítima Francisco Azevedo barroso. 1939.
12. Autos Cíveis de Acidente de Trabalho em que foi vítima Vitor Matias. 1939.
13. Autos Cíveis de Acidente de Trabalho em que foi vítima Pedro Guedes Silva. 1940.
14. Autos Cíveis de Acidente de Trabalho em que foi vítima Anastácio Barbosa do Espírito Santo. 1940.
15. Autos Cíveis de Acidente de Trabalho de que foi vítima Antonio Rocha, quando trabalhava por conta da Cia Paraense de Plantação de Borracha, na oficina da Fábrica de Artefatos de Borracha. 1929.
16. Autos Cíveis de Acidente de Trabalho de que foi vitima Sebastião José de Souza, quando trabalhava como empregado na Padaria Belenense. 1929
17. Autos cíveis de acordo por indenização de acidente de trabalho de que foi vitima o operário Americo da Costa Filho, quando prestava serviços no Vapor Pedro I. 1927.
18. Autos Cíveis acerca do acidente de trabalho em que foi vitima o operário Alberto Nogueira de Mello, enquanto trabalha para a Cia de Gás Paraense Ltda. Agosto de 1927.
19. Autos Cíveis de acordo por acidente de Trabalho de que foi vítima o operário Eugênio Manoel Vieira. Cartório Ana Lobato. 1927.

Autos Processos Criminais

1. Autos processuais pelo crime de atropelamento (ferimento por imprudência) de que foi vítima Abdon Pereira de Queiroz (menor) e réu Jonas Rocha Santos. 1935
2. Autos processuais pelo crime de Ferimentos por imprudência de que foi vítima José Garcia Gomes e réu Domingos Araujo do Amaral. 1935
3. Autos processuais pelo crime de ferimentos leves de que foi vítima Dulcinéia Gomes de Castro e réu Milton Vilela da Silva. 1935.

Periódicos

Jornal “Folha do Norte”: 1915; 1918; 1920; 1924; 1926; 1928; 1930; 1931; 1935; 1939

Revista “Terra Imatura”: Ano 1, nº 05, Outubro, 1938. ; Ano 2, nº 10, Setembro, 1939.

Revista “A Guajarina”- Magazine Ilustrado: 27 de novembro de 1920; Ano II, nº50, maio, 1931.; Ano II, nº 52, Maio, 1931; Ano II, nº 53, maio, 1931; Ano I, nº 28, Outubro, 1937; nº 06, Dezembro, 1937.;

Revista “A Semana”: Maio, 1919. Fevereiro, 1920. Junho, 1920. Abril 1921. Janeiro, 1933. Março, 1931. Julho, 1939

Belém Nova: 14 de agosto de 1926; 20 de agosto de 1927; 30 de agosto de 1927;

Revista Amazônia Brasileira-mensário de turismo e expansão cultural e econômica: Volume 01, nº 04, junho, 1930.

Revista Athena: Ano I, número avulso, fevereiro de 1913.

Documentação dos Poderes Públicos Municipal, estadual e federal.

BELÉM. Anuario de Belém. Em comemoração do seu tricentenário 1616-1916. Histórico, Literário e Comercial. Organizado pelo Engenheiro Ignácio Moura. Belém: Imprensa Oficial.1915.

BELÉM. Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém em sessão de 20 de maio de 1930, pelo intendente municipal senador Antonio de Almeida Faciola. Pará, Belém, 1930.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. PARÁ. Departamento Estadual de Estatística. Sinopse Estatística do Estado. Nº 03. (Separata, com acréscimos, do Anuário

Estatístico do Brasil, Ano IV – 1938). Belém. Papelaria Suisso. 1939

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sinopse Estatística do Estado do Pará. Nº 04. (Separata, com acréscimos, do Anuário Estatístico do Brasil, Ano V – 1939/1940, organizado com a colaboração do DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA). Rio de Janeiro. Serviço Gráfico do IBGE. 1942.

PARÁ. Vistas de Pará. 1905. ÁLBUM ILLUSTRADO

PARÁ. BELÉM. GUIA DO ESTADO DO PARÁ. Organizado por Teodoro Braga por determinação de S. Exa. Dr. Enéas Martins governador do Estado. Typografia da Gráfica do Instituto Lauro Sodré. 1916

PARÁ. Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do estado, pelo governador do estado Dr. Lauro Sodré, em 07 de setembro de 1919. Fls.73. Situação Financeira Estadual.

PARÁ. Belém. Collecção de decretos e portarias. 25 de outubro a 31 de dezembro. 1930.

PARÁ. Secretaria de Obras Públicas, Terras e Viação. Relatório apresentado ao Sr. Governador do estado. 1924-1925.

BELÉM. Boletim Mensal de Estatística da Cidade de Belém. 1916.

O ESTADO DO PARÁ, seu comércio e indústria – de 1719 a 1920. Por Luiz Cordeiro. Belém. Imprensa de Tavares Cardoso & Cia. 1920.

Revista de Belém. Souza Cabral. s/d. Livraria Universal Tavares Cardoso & Ca

Documentação da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Pará.

ESTADO DO PARÁ. Secretaria da Segurança Pública. Petições. 1930, 1931;1932;1933,1934; 1935; 1938.

BELÉM. Chefatura de Polícia. Códices de ocorrências policiais. 1921, 1922,1923, 1924, 1926,1928.

PARÁ. Gabinete do Interventor. Ofícios. 1930-1934.

Outros:

ARAÚJO, Heráclito C. de S. (org.). *A prophylaxia rural no estado do Pará*. Belém, Typ. da

Liv. Gillet, 1922.

CARVALHO, José. Os jangadeiros cearenses em 'raid' no Pará. Conferência sobre o folklóre cearense em homenagem aos jangadeiros, no Theatro da Paz, em Belém do Pará, no dia 14 de setembro de 1928. Belém-Pa: Oficinas Gráficas do Instituto Lauro Sodré, 1928.

LOBATO, Julio. Notas de um repórter (da Folha do Norte). A vida de um repórter – reportagens nos Hotéis e padarias de Belém. Typografia F. Lopes, Belém, 1916.

MENEZES, Bruno de. Batuque. Belém Nova, Belém, n. 78, p. s/n, 18 ago. 1928.

_____. Maria Dagmar. Rio de Janeiro: edições Getúlio Costa, 1950

MENEZES, Murilo. A capital do El Dorado. Belém-Pará, 1954.

MESQUITA, Lindolpho (Zé Vicente). Histórias do meu subúrbio. Chronicas Humorísticas. Belém-Pará: Oficinas Gráficas da Revista de Veterinária, 1941.

PATRIC, Anthony. Guia Comercial e social do estado do Pará. Annos de 1929-1930. Belém: 1929. 410 p.

SOLENNÉ, Agapito. Entre o rapé e o paraty: sensacional entrevista sobre assuntos paraenses sérios e de atualidade. Typografia de (sic), Belém, 1924.

SOUZA, Apolinário. A festa de São João no Pará & Inimigos do Corpo (carapanã, pulga e sogra). 1931. (Coleção Literatura Popular Paraense. Cordel 1. Edições Museu da UFPA)

Guia dos Telefones. Assinantes, endereços, comércio, indústria, profissões. 1965

Indicador Ilustrado do Estado do Pará. Rio de Janeiro. Courier & Billitter Editores. 1910. (volumes I e II)

BIBLIOGRAFIA

Livros:

- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *A ideologia da decadência: leitura antropológica a uma história da agricultura do Maranhão*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Casa 8, Fundação Universidade do Amazonas. 2008
- ALVARES, Pedro Veriano Direito & ALVARES, maria Luzia Miranda. (orgs) *Cinema Olympia: cem anos da historia social de Belém (1912-2012)*. Belém: GEPEM, 2012.
- BÓGUS, Lucia Maria M. urbanização e metropolização: o caso de São Paulo. In: BOGUS, Lucia Maria M. & WANDERLEY, Luiz Eduardo W. *A Luta pela cidade em São Paulo*. São Paulo: Editora Cortez, 1992. pp.29-51.
- BITTENCOURT, Agnello Uchôa. *Aspectos sociais e políticos do desenvolvimento regional*. 2ª ed. Ver.Manaus: Editora Valer e Governo do Estado do Amazonas, 2001.
- CABRAL, Cícero. *Clima e morfologia urbana em Belém*. UFPA, NUMA, Centro Tecnológico. 1995.
- CAMARGO, Daysi de. *Alegrias engarrafadas: os álcoois e a embriaguez na cidade de São Paulo no final do século XIX e começo do século XX*. São Paulo: UNESP, 2012.
- CARRARA, Sérgio. *Tributo à Vênus: a luta contra a sífilis no Brasil, da passagem do século XX aos anos 40*. Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ, 1996.
- CARNEIRO, Henrique. *Bebida, abstinência e temperança. Na história antiga e moderna*. São Paulo: Senac, 2010. (Historia, sociologia e antropologia das bebidas no Brasil).
- CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim. O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- COSTA, Francisco de Assis. *Capital estrangeiro e agricultura na Amazônia: a experiência da Ford Motor Company (1922-1945)*. Rio de Janeiro: F. de A. Costa, 1981.
- CRUZ, Ernesto. *História do Pará*. Belém: UFPA, 1973, & *História de Belém*. Belém: UFPA, 1974.
- DECCA, Edgar Salvadori de. *O nascimento das fábricas*. 10 ed. São Paulo: Brasiliense, 2005.
- DECCA, Maria Auxiliadora Guzo de. *Cotidiano de trabalhadores na República: São Paulo, 1889-1940*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social. 1890-1920*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2000.
- FAUSTO, Boris. 2ª ed. *Crime e Cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. São Paulo: EDUSP, 2001.

FAUSTO, Boris. *Getúlio Vargas: poder e o sorriso*. São Paulo: Cia das Letras, 2006.

FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. (trad. Roberto Cabral de Melo Machado, Eduardo Jardim Morais). 3ª.ed. Rio de Janeiro: PUC/RJ, Depto. Letras: Nau, 2009.

FONTES, Edilza. *O pão nosso de cada dia: trabalhadores, indústria da panificação e legislação trabalhista em Belém (1940-1954)*. Belém: Ed.Paka-Tatu, 2002

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A princesa do oeste e o mito da decadência de Minas Gerais. São João Del Rey (1831-1888)*. São Paulo: Anna Blume, 2002.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição*.(trad. Maria Betania Amoroso,Jose Paulo Paes). São Paulo: Companhia das Letras,1987.

JACOB, Paulo. *Dicionário da Língua Popular da Amazônia*. Rio de Janeiro: Cátedra, 1985.

LONDONO, Fernando Torres. A origem do conceito de menor. In: PRIORE, Mary Del. (org). *A História da criança no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1996.

MARSHALL, Berman. 3ª reimp. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Cia das Letras, 2006

MARTINS, José de Souza. Subúrbio. *Vida cotidiana e História no Subúrbio da cidade de São Paulo: São Catenao, do fim do império ao fim da República Velha*. 2ª edição. São Paulo: UNESP, HUCITEC, 2002.

MATTOS, Maria Izilda Santos de. *Meu Lar é o Botequim*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 2000.

MENDES, J. A. *A crise Amazônica e a borracha*. 2ª ed. Manaus: Editora Valer e Governo do Estado do Amazonas, 2004.

PADILHA, Marcia. *A cidade como espetáculo: publicidade e vida urbana na São Paulo dos anos 20*. São Paulo: Annablume, 2001.

PAOLI, Maria Célia; DUARTE, Adriano. "São Paulo no plural: espaço público e redes de sociabilidade": In: PORTA, Paula (org.). *História da cidade de São Paulo. Vol. 3: A cidade na primeira metade do século xx, 1890-1954*. São Paulo: Paz e Terra, 2004. Pp. 53-99.

PENTEADO, Antonio Rocha. *BELÉM – Estudo de Geografia Urbana*. Belém: UFPA, 1968. Coleção Amazônica. 2 volume.

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *A cidade sobre os ombros. Trabalho e conflito no Porto de Manaus. 1899-1925*. 2ª edição. Manaus: EDUA, 2003.

PINHEIRO, Andréa. LIMA, José Julio. SÁ, Maria Elvira de. PARACAMPO, Maria Vitória. *A questão habitacional na região metropolitana de Belém*. In: Coleção Habitar – Habitação

social nas metrópoles brasileiras – Uma avaliação das políticas habitacionais em Belém, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo no final do século XX. (mimeo)

PINTO, Maria Inez Machado Borges. *Encantos e dissonâncias da modernidade: urbanização, cinema e literatura em São Paulo-1920 a 1930*. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da USP. Tese de Livre Docência. 2002.

PINTO, Maria Inez Machado Borges. *Cotidiano e sobrevivência: a vida do trabalhador pobre na cidade de São Paulo, 1890-1914*. São Paulo: EDUSP, FAPESP, 1994.

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar. Brasil, 1890-1930*. Rio de Janeiro: Terra e Paz, 1985.

_____. *Os prazeres da noite. Prostituição e códigos de sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

_____. *Trabalho feminino e sexualidade*. In: PRIORE, Mary Del. (org). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Ed. Contexto, Ed. UNESP, 2012. Pp. 578-606

RODRIGUES, Marly. *O Brasil na década de 1920. Os anos que mudaram tudo*. São Paulo: Ed. Ática, 1997.

RODRIGUES, Carmem Isabel. *Vem do bairro do Jurunas. Sociabilidade e construção de identidades em espaço urbano*. Belém: Ed. NAEA, 2008.

ROCQUE, Carlos. *Antonio Lemos e sua época*. Belém: Amazônia Ed. Culturais, 1973.

SALLES, Vicente. *Épocas do Teatro no Grão-Pará ou Apresentação do Teatro de Época*. Tomo 2. Belém: UFPA, 1994.

SANT'ANA, Denise Bernuzzi de. *Cidade das águas. Usos de rios, córregos, bicas e chafarizes em São Paulo (1822-1091)*. São Paulo: Ed. SENAC, 2007.

SANTOS, Roberto Araujo de Oliveira. *História econômica da Amazônia: 1800-1920*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

SEGAWA, Hugo. São Paulo, veios e fluxos: 1872-1954: In: PORTA, Paula (org.). *História da cidade de São Paulo. Vol. 3: A cidade na primeira metade do século xx, 1890-1954*. São Paulo: Paz e Terra, 2004. Pp.341-383.

SEVECENKO, Nicolau. 3ª reimp. *Orfeu extático na metrópole. São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Cia das Letras, 2003.

SEVECENKO, Nicolau. *Capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio*. In: NOVAIS, Fernando et al. *História da vida privada: da belle époque a era do rádio*. 10.reimpr. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. Pp. 514-619

STEIN, Stanley J. Grandeza e decadência do café no vale do paraíba. São Paulo: Brasiliense, 1969.

SILVA, Zelia Lopes da. *A domesticação dos trabalhadores nos anos 30*. São Paulo: Ed. Marco Zero, 1990.

SOARES, Carmen Izabel. *Vem do bairro do Jurunas: sociabilidade e construção identitária em espaço urbano*. Belém: UFPA, 2008.

SOIHET, Rachel. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In: PRIORE, Mary Del. (org). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Ed. Contexto, Ed. UNESP, 2012. Pp. 363-399.

SOUZA, Márcio. *Breve História da Amazônia*. Rio de Janeiro: AGIR, 2001.

TOCANTINS, Leandro. 2º ed. *Amazônia: natureza, homem e tempo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982

TOTA, Antonio Pedro. 2ª reimp. *O imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da segunda guerra*. São Paulo: Cia das Letras, 2005.

WEINSTEIN, Bárbara. *A Borracha da Amazônia – expansão e decadência (1850-1920)*. São Paulo: HUCITEC, 1983

WILLIAMS, Raymond. Quando se deu o modernismo. In: WILLIAMS, Raymond. *Política do Modernismo*. Contra os novos conformistas. São Paulo: UNESP, 2011. Pp.1-7.

_____. Percepções metropolitanas e a emergência do modernismo. In: WILLIAMS, Raymond. *Política do Modernismo*. Contra os novos conformistas. São Paulo: UNESP, 2011. Pp.9-25.

_____. *O campo e a cidade. Na história e na Literatura*. São Paulo: Cia das Letras, 2011.

Periódicos:

ALVAREZ, Marcos César; SALLA, Fernando; SOUZA, Luiz Antonio F. A sociedade e a lei: o código penal de 1890 e as novas tendências penais na primeira república. In: *Justiça e História*, Porto Alegre, v. 3, n. 6. In: http://www.nevusp.org/portugues/index.php?option=com_content&task=category&sectionid=9&id=45&Itemid=118. (Acesso em: 15.julho.2014)

CANCELA, Cristina Donza. “Dramas de amor na Belém do século XIX”. In: ÁLVAREZ, Maria Luzia Miranda. *Mulher e modernidade da Amazônia*. Tomo I. Belém: Ed. CEJUP/Fumbel/ GEPEM, 1997, pp. 213-241.

- CAVALCANTE, Anderson M. B. *A chegada do cinema no Pará e a figura de Líbero Luxardo*. In: historia-e-história. Revista eletrônica do grupo de Pesquisa em Arqueologia Histórica da UNICAMP. Acesso em: 20 de janeiro de 2015. (<http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=professores&id=19>)
- CARNEIRO, Eva Dayana. *Das telas aos lares: as representações ao feminino nos cinemas da Belém dos anos de 1920*. Cad. Esp. Fem., Uberlândia/MG, v. 24, n. 2, p. 395-418, Jul./Dez. 2011.
- COSTA, Selda Vale & COSTA, Antonio José da. O cinema na Amazônia e a Amazônia no cinema. In: <http://www.cpcb.org.br/artigos/o-cinema-na-amazonia-a-amazonia-no-cinema/> (acesso em 23 janeiro de 2015)
- DERGAN, João Marcelo Barbosa. *Formação Histórica das Ilhas em Belém. A relação cultura e natureza*. In: Anais eletrônicos do XXIII simpósio nacional de História da Anpuh, 2005. <http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.0504.pdf>. Acesso em: 20 de outubro de 2014.
- GUINZBURG, Carlo. O inquisidor como antropólogo. In: *Revista Brasileira de Historia: São Paulo*. v.1, n.21, set/fev, 90/91, p.9/20
- LEAL, Luiz Augusto Pinheiro. Capoeira, boi bumbá e política no Pará Republicano. 1889-1906. *Revista Afro-Asia*. Nº 32. Universidade Federal da Bahia. 2005. Pp. 241-269.
- LIMA, Déborah de Magalhães. A construção histórica do termo caboclo. Sobre estruturas e representações sociais no meio rural amazônico. In: *Novos Cadernos NAEA* vol. 2, nº 2 - dezembro 1999. Pp.5-32.
- LIMA, Alexandre Martins de. *Pelos trilhos dos tramways: modernidade e urbanidade em Belém do Pará de 1869 a 1947*. Seminário Internacional - Amazônia e fronteiras do conhecimento- NAE. Nucleo de Altos Estudos Amazônicos. Belém. UFPA. 2008. Mimeo)
- NASCIMENTO, Marcio Silveira. *Memória da cidade; viagens pelos trilhos, o bonde modificando a paisagem amazônica, no período da belle époque*. XIII Simpósio Nacional de Geografia urbana, 2013. Disponível em: www.simourb2013.com.br. Acesso em março de 2014.
- OLIVEIRA, José Aldemir de. & MAGALHÃES, Soraia Pereira de. A circulação na Manaus da *belle époque*: modernização e exclusão. *Mercator - Revista de Geografia da UFC*, ano 02, número 04, 2003.

- PADILHA, Rosana de Sousa. *Reduto - 1920 – 1950: Aspectos históricos e iconográficos de um bairro operário*. Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão. ANPUH/SP – USP. São Paulo, 08 a 12 de setembro de 2008.
- PEREIRA, Bergman de Paula. De escravas a empregadas domésticas - A dimensão social e o "lugar" das mulheres negras no pós- abolição. In: Anais eletrônicos do Simposio Nacional de Historia, 2011. Anpuh
- PINHEIRO, Luiz Balkar Sá Peixoto. Na contramão da história: mundos do trabalho na cidade da borracha (Manaus, 1920-1945). In: Canoa do tempo: revista do programa de pós-graduação em História da UFAM, vol.1, n. 01, Manaus, 2007. Pp. 11-32.
- PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. Nos meandros da cidade: cotidiano e trabalho na Manaus da borracha. 1880-1920. In: Canoa do tempo: revista do programa de pós-graduação em História da UFAM, vol.1, n. 01, Manaus, 2007. Pp. 53-82.
- PRAIA, Benta Litaiff. Os caixeiros e a crise da borracha na cidade de Manaus. 1910-1930. Fronteiras do Tempo. Revista de Estudos Amazônicos. V.1. nº 2. Dezembro de 2011. P. 61-77.
- RAGO, Margareth. Amores lícitos e ilícitos na modernidade paulistana ou no bordel de Madame Pomméry. In: *Teoria & pesquisa* 47. Julho-Dezembro, 2005. Pp.93-118.
- SANTOS, Fabiane Vinente dos. Sexualidade e civilização nos trópicos: gênero, medicina e moral na imprensa de Manaus (1895-1915). *História, ciências, saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro. V. 14, Suplemento, p. 73-94, dezembro, 2007.
- SANTOS JUNIOR, Paulo Mareiro dos. *O ser “menor” na Paris das Selvas. na Paris das Selvas*. In: Revista Cordis. Revista de Historia Social da Cidade. nº 01, 2008 (<http://revistas.pucsp.br/index.php/cordis/issue/view/719>).
- SOBRINHO, Amílcar de Souza Martins. *Bebedores, comerciantes e prostitutas: um estudo sobre as políticas de controle social na primeira interventoria de Magalhães Barata – 1930 A 1935*. In: IV Encontro Estadual de História. Historia: sujeitos, saberes e práticas. Agosto de 2008. Mimeo.
- SOUZA, Leno José Barata. *Evas, vadios e moleque: outras histórias da Belle Époque Baré*. In: Canoa do tempo: revista do programa de pós-graduação em História da UFAM, vol.1, n. 01, Manaus, 2007. Pp. 33-52.

SILVA, Maciel Henrique Carneiro. *Ser doméstica em Recife e Salvador na segunda metade do século XIX: honra e sobrevivência*. In: *Historia Social*, Campinas, nº 13, 2007, pp.101-117.

TELES, Luciano Everton Costa. *A vida fora do espaço de trabalho: os operários e a cidade de Manaus nos anos iniciais do século XX*. *Revista Espacialidades* [online]. 2011, v. 4, n. 3.

Monografias, Dissertações e Teses:

ALMEIDA, Conceição Maria Rocha. *O termo insultuoso: ofensas verbais, história e sensibilidades na Belém do Grão Pará (1850-1900)*. Belém: UFPa, 2006. (Mimeo) dissertação de mestrado.

ALMEIDA, Conceição Maria da Rocha de. *As águas e a cidade de Belém do Pará: história, natureza e cultura material*. São Paulo: PUC,SP, 2010. Tese de Doutorado.

ANDRADE, Alenuska Kelly Guimarães. *A eletricidade chega a cidade: inovação técnica e a vida urbana em Natal (1911-1940)*. Natal: UFRN, 2009. Dissertação de Mestrado.

ANDRADE, Fabiano Homobono Paes de. *De São Braz ao Jardim Público – 1887-1931. Um ramal da estrada de ferro de Bragança em Belém do Pará*. São Paulo: PUC/SP, 2010. Mimeo. Tese de Doutorado em História Social.

ARRUDA, Euler Santos. *Porto de Belém do Pará: origens, concessão e contemporaneidade*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003. Dissertação de Mestrado. Mimeo.

BAPTISTA, Alessandra de Jesus Sodré. *Vândalos na folia: carnaval e identidade nacional na Amazônia dos anos 20*. Campinas: UNICAMP, 2001. Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

BATISTA, Luciana Marinho. *Muito além dos seringais: elites, fortunas e hierarquias no Grão-Pará, c.1850-c.1870*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004. Dissertação de Mestrado.

BARAUNA, Silvia Maria Quintino. *Condições sociais de migrantes em Manaus, 1920-1945*. Manaus: UFAM, 2010. Dissertação de Mestrado.

BENTES, Dorinethe dos Santos. *Outras faces da história: Manaus de 1910 a 1940*. Manaus, AM: UFAM, 2008. Dissertação de Mestrado.

BRITES, Olga. *Imagens da Infância. São Paulo e Rio de Janeiro, 1930 a 1950*. Doutorado em História. PUC/SP, 1999.

BARBOSA, Marta Emísia Jacinto. *Famintos do Ceará – imprensa e fotografia entre o final do século XIX e o início do século XX*. São Paulo: PUC-SP, 2004. Tese de Doutorado em História Social;

CABRAL, Adriana Brito Barata. *De lazareto a leprosário: políticas de combate a lepra em Manaus (1921-1942)*. Manaus: UFAM, 2010. Dissertação de Mestrado.

CAMPOS, Ipojuca Dias. *Para além da tradição: casamentos, famílias e relações conjugais em Belém nas décadas iniciais do século XX (1916/1940)*. São Paulo: PUC/Sp, 2009. Tese de Doutorado.

CANCELA, Maria Cristina Donza. *Adoráveis e dissimuladas: as relações amorosas das mulheres das camadas populares na Belém do final do século XIX e início do século XX*. São Paulo: UNICAMP, 1997. Dissertação de Mestrado.

CARDOSO, Maria de Nazaré dos Santos. *O Cenário de Belém pós-decadência da borracha (1925-1930)*. UFPA: Belém, 2002. Trabalho de Conclusão de Curso.

CARNEIRO, Eva Dayana Felix. *Belém entre filmes e fitas: a experiência do cinema, do cotidiano das salas às representações sociais nos anos 1920*. Belém: UFPA, 2011. Dissertação de Mestrado.

CARVALHO, Rogério Lopes Pinheiro De. *Fisionomia da cidade: Sorocaba – cotidiano e desenvolvimento urbano – 1890 a 1943*. São Paulo: USP, 2008. Tese de Doutorado.

CASTRO, Fábio Fonseca de. *A cidade Sebastiana: era da borracha, memória e melancolia numa capital da periferia da modernidade*. Belém-Brasília: UNB, 1994. Dissertação de Mestrado.

COSTA, Francisca Deusa Sena. *Quando viver ameaça a ordem urbana: trabalhadores urbanos em Manaus (1890-1915)*. São Paulo: PUC/SP, 1997. Dissertação de Mestrado.

CORREA, Angela Tereza de Oliveira. *História, Cultura e Música em Belém: décadas de 1920 a 1940*. São Paulo: PUC/SP, 2010. Tese de Doutorado em História.

CORREIA, Daniel Camurça. *“Oi, tá vendo!” O cotidiano dos trabalhadores das ruas na cidade de Fortaleza (1877-1910)*. São Paulo: PUC/SP, 2003. Dissertação de Mestrado.

FERREIRA, Yuma. *A criança e a cidade: as transformações da infância numa Natal moderna.(1890-1929)*. Natal: UFRN, 2009. Dissertação de Mestrado.

FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. *Eternos modernos: uma história social da arte e da literatura na Amazônia, 1908-1929*. Campinas: Unicamp, 2001. Tese de doutorado apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

GOMES, Elane Cristina Rodrigues. *Vida material: entre casas e objetos. Belpem, 1920-1945*. Belém: UFPA, 2009. Dissertação de Mestrado.

GRIEBELER, Ana Paula Dhein. *A concepção social da Sífilis no Brasil: uma releitura sobre o surgimento e a atualidade*. Porto Alegre: UFRGS, 2009. Monografia de Especialização em Saúde Pública.

GUIMARÃES, Luiz Antonio Valente. *As casas & as coisas: um estudo sobre vida material e domesticidade nas moradias de Belém – 1800-1850*. Belém: UFPA, 2006. Dissertação de Mestrado.

KAKO, Iara Sakitani. *O papel dos trilhos na estruturação territorial da cidade de São Paulo de 1867 a 1930*. São Paulo: USP, 2013. Tese de Doutorado.

LACERDA, Franciane Gama. *Em busca dos Campos perdidos: uma história de trem e cidade*. São Paulo: PUC, 1997. Dissertação de Mestrado.

LE MOS, Chelen Fisher de. *O processo sociotécnico de eletrificação na Amazônia: articulações entre estado, capital e território (1890-1990)*. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, 2007. Tese de Doutorado.

LOPES, Josinete de Souza. *Da infância “desvalida” à infância “delinquente”: Fortaleza (1865-1928)*. São Paulo: PUC/SP, 1999. Mestrado em História.

MAGALHÃES, Soraia Pereira. *O transporte coletivo urbano de Manaus: bondes,ônibus de madeira e metálicos*. Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2003. 202p. (Dissertação, Mestrado em Natureza e Cultura da Amazônia).

MARTINS JUNIOR, Ruy Jorge Moraes. *Visto, logo existo: moda, sociabilidade feminina e consumo em Belém, no limiar do século XX*. Belém: UFPA, 2010. Dissertação de Mestrado (Mantendo as aparências em tempo de crise).

MAZZIEIRO, João Batista. “alcoolismo”. In: *Plebe não proletarizada em São Paulo: 1870-1920*. São Paulo: Puc, 1996. Dissertação de Mestrado. PP. 154-185.

MENDES, Mayara Silva. *Conflitos religiosos e relações políticas no Para (1930-1941)*. São Paulo: PUC/SP, 2006. Dissertação de Mestrado;

MOTA, Paula de Brito. *A cidade de São Paulo: 1870-1930. Café, imigrantes, ferrovia e indústria*. Campinas: PUCCAMP, 2007. Dissertação de mestrado.

OLIVEIRA, Nilda Nazaré Pereira. *A economia da borracha na Amazônia sob o impacto dos Acordos de Washington e da criação do Banco de Crédito da Borracha (1942-1950)*. São Paulo: USP, 2001. Dissertação de Mestrado.

OLIVEIRA, Pétia Arruda de. *Utopia possível, na cidade velha, Belém*. Trabalho de Conclusão de Curso. Belém, 2002.

PANTOJA, Leticia Souto. *Au jour, le jour – cotidiano, moradia e trabalho em Belém (1890-1910)*. São Paulo: PUC, 2005. Dissertação de Mestrado.

PEREIRA, Eveline Maria & SILVA, Davi Paula da. *Dos rios aos trilhos: evolução do transporte urbano ferroviário da cidade do Recife*. 4º Concurso de Monografia. CBTU, 2008. Mimeo.

SANCHEZ, Maria Aparecida Prazeres. *Fogões, Pratos e Padeiras: Poderes, práticas e relações de trabalho doméstico. Salvador 1900-1950*. Conflito e Atividade Profissional. Salvador: UFBA, 1998. Dissertação de Mestrado.

SANTOS, Fabiane Vinente dos. *Filhas de Eva no País das Amazonas: gênero, sexualidade e condição feminina nos jornais de Manaus (1890-1915)*. Manaus: UFAM, 2006. Dissertação de Mestrado.

SÁVIO, Marco Antonio Cornacioni. *A modernidade sobre rodas. São Paulo, tecnologia automotiva e cultura nos anos 20*. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: SP, 2000. Dissertação de Mestrado.

_____. *A cidade e as máquinas: bondes e automóveis nos primórdios da metrópole paulista. 1900-1930*. São Paulo: PUC/Sp, 2005. Tese de Doutorado.

SILVA, Allan Pinheiro da. *Cotidiano e Guerra nos cinemas de Belém (1939-1945)*. São Paulo: PUC, 2007. Dissertação de Mestrado. Mimeo.

SILVA, Antonio Carlos de Oliveira. *Diversão e sobrevivência: sociabilidades em São José dos Campos (1930-1940)*. São Paulo: PUC-SP, 2009. Dissertação de Mestrado.

SILVA, Patricia Terezinha. *A infância multifacetada: representações e práticas discursivas no Paraná no início do século XX*. Guarapuava: UFF, 2007. Dissertação de Mestrado.

SIQUEIRA, Uassyr de. *Entre sindicatos, clubes e botequins: identidades, associações e lazer dos trabalhadores paulistanos (1890-1920)*. São Paulo: UNICAMP, 2008. Tese de Doutorado.

SOUZA, Leno. *Vivências populares na imprensa amazonense: Manaus da borracha 1908-1917*. Dissertação de Mestrado. PUC, SP, 2005.

SOUZA, Rosana de Fátima Padilha de. *Reduto de São José: história e memória de um bairro operário (1920-1940)*. Belém: UFPA, 2009. Dissertação de Mestrado.

SPINOSA, Vanessa. *Pela navalha: cotidiano, moradia e intimidade (Belém, 1930)*. São Paulo: PUCSP, 2005. Dissertação de Mestrado.

TEIXEIRA, Tatiane do Socorro Correa. *Caranaval belenense em tempos de estado novo (1938-1946)*. São Paulo: PUC, 2013. Dissertação de Mestrado.

VIEIRA, Daniel de Souza. *Paisagens da cidade: os olhares sobre o Recife dos anos 1920*. Recife: UFPE, 2003. Dissertação de Mestrado em História.

Outros:

CARVALHO, Wilson de. *Flashes da Amazônia*. São Paulo: Ed. EDANEE S.A, 1964.

DE CAMPOS Ribeiro. *Gostosa Belém de Outrora*. Belém: Secult, 2005 (reimpressão do livro de 1965).

FINAMOUR, Jurema. *Bem te vi, Amazônia*. São Paulo: Ed. Santuário, 1991.

MENDES, Armando Dias. *A Cidade Transitiva*. Rascunho de recordância e recorte de saudade da Belém de meio século. Belém: Imprensa Oficial do Estado, 1998 (2ª reimpressão do livro)

SUDAM. DNOS. *Governo do Estado do Pará. Monografias das baixadas de Belém: subsídios para um projeto de recuperação*. 1968.

Sites depositórios de conteúdo:

Sobre o asilo das Madalenas:

<http://www.revistapzz.com.br/index.php/cursospzz/30-destaque-back-end-artigo-completo/64-asilomadalenas>

Sobre a historia do cinema paraense:

<http://cinematecaparaense.org/cinemas/cine-paraiso/>

Belém Antiga:

<https://belemsemprebelem.wordpress.com/>

Fundação Oswaldo Cruz (acervo de imagens)

<http://arch.coc.fiocruz.br/index.php/>